

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de História

Planeamento de Defesa e Gestão das Alianças

Portugal nos Primeiros Anos da Guerra Fria

1945-1959

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais

Jorge Manuel Lima da Silva Rocha

Orientador:

Professor Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues,
Professor Associado, com Agregação,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador

Doutor Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia,
Tenente-Coronel,
Academia Militar.

Janeiro, 2013

JÚRI DE PROVAS DE DOUTORAMENTO

Presidente: Doutor Luís Antero Reto, Professor Catedrático do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Delegado em

Doutora Maria João Mendes Vaz, Professora Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Vogais: Doutor Fernando Manuel Santos Martins, Professor Auxiliar da Universidade de Évora

Doutor António José Telo, Professor Catedrático da Academia Militar

Doutor João Vieira Borges Professor da Academia Militar

Doutor Pedro Aires Oliveira, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Orientador)

Doutor Francisco Miguel Gouveia Proença Garcia Professor da Academia Militar, (Co-orientador)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não ficaria completo sem agradecer a todas as pessoas e instituições que, das mais variadas formas, me ajudaram a concretizar esta tese.

Em primeiro lugar queria agradecer o apoio incondicional e o incentivo recebido ao longo de todos estes meses dos meus dois orientadores, Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues e Doutor Francisco Proença Garcia.

Agradeço também a todos os meus colegas de curso pela sã camaradagem, pelo encorajamento constante e pela amizade verdadeira que fazem o favor de me dispensar.

Queria agradecer de forma especial à Dra. Maria João Pires do Arquivo da Defesa Nacional pela sua amizade, constante disponibilidade e esclarecida orientação na seleção de documentação relevante para a realização desta tese; à D. Paula Franco da Biblioteca da Academia Militar e ao Mestre João Tavares do Arquivo Histórico Militar pela disponibilidade demonstrada.

Um agradecimento especial ao general Sousa Pinto, coronel José Banazol, major José Pinto e sargento-ajudante Luís Assis pela forma como me acolheram nas minhas novas funções profissionais na Comissão Portuguesa de História Militar e por terem aliviado as minhas tarefas para que pudesse concluir este estudo.

Por fim, à minha mulher Alda, companheira incansável ao longo de duas décadas, pelo seu amor, apoio e compreensão nos momentos mais críticos. Uma palavra de carinho muito especial para a minha filha Leonor a quem nem sempre pude dispensar toda a atenção necessária. A elas dedico este trabalho.

Uma palavra final de gratidão aos meus pais Delfina e Adelino e aos meus sogros Laurinda e Jacinto.

RESUMO

A primeira década do pós Segunda Guerra Mundial traz consigo um novo ambiente securitário pleno de desafios mas também de obstáculos a superar. Tendo em conta os compromissos assumidos em primeiro lugar com a Espanha de Franco e, mais tarde, com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os Estados Unidos da América, as autoridades portuguesas veem-se por essa altura a braços com a difícil tarefa de levar a cabo o planeamento da defesa militar de Portugal envoltas num ambiente propício a tensões de carácter bilateral e multilateral que irá refletir-se na forma como vai ser efetuado esse mesmo planeamento. Esta é uma questão que apesar de merecer menção pontual em algumas obras, não tinha ainda sido analisada de forma mais sistemática e global. Centrando a nossa atenção num período que se considera de importância capital para o desenvolvimento da capacidade de defesa coletiva das Nações Ocidentais (1945-1959) e durante a qual, em Portugal, se opera uma das maiores e mais radicais transformações das políticas de defesa e militar da história nacional, procuramos com a investigação que levamos a cabo compreender o planeamento de defesa então elaborado em Portugal de modo a avaliar em que medida esse mesmo planeamento esteve sujeito a condicionalismos derivados das alianças estabelecidas pelo Estado português. O estudo que efetuamos permitiu-nos concluir que o planeamento de defesa efetuado em Portugal nos anos de 1945 a 1959 assumiu um grau de complexidade elevado, tendo sido significativamente condicionado pelos compromissos decorrentes das alianças políticas e militares assumidas pelas autoridades nacionais, antes e durante o período temporal objeto do nosso estudo.

Palavras-chave:

Alianças, Planeamento de defesa, Península Ibérica, Portugal, Espanha, NATO.

ABSTRACT

The first decade after Second World War brings a new securitarian environment full of challenges but also obstacles to overcome. With alliances established primarily with Spain and, later, with the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the United States, the Portuguese authorities find themselves at that time struggling with the difficult task to carryout the national defense planning surrounded by an environment favorable to bilateral and multilateral tensions that will have effects in the execution of that same planning. This is an issue that deserves some occasional mention in some books but had not yet been analyzed in a more systematic and comprehensive way. Focusing our attention in a period which is considered of great importance for the development of collective defense capability of the Western World (1945-1959) during which, in Portugal, takes place one of the largest and most radical transformations of defense and military policies in the Portuguese national history, we tried, with the research we have carried out, to understand the defense planning then developed in Portugal in order to evaluate to what extent that same planning was subject to constraints arising from the alliances established by the Portuguese authorities. After completing this study we can conclude that the intricate defense planning implemented in Portugal in the years 1945 to 1959 was significantly conditioned by commitments resulting from the political and military alliances established by the Portuguese national authorities before and during that time period.

Key words:

Alliances, Defense plannig, Iberian Peninsula, Portugal, Spain, NATO.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
ÍNDICE	VII
ÍNDICE DE QUADROS	XI
ÍNDICE DE FIGURAS	XIII
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	XV
INTRODUÇÃO	1
1. OBJETIVOS	1
2. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
3. RELAÇÃO COM O ESTADO DA ARTE.....	4
4. MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	5
5. ESTRUTURA E CONTEÚDO	6
PRIMEIRA PARTE	9
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITOS	9
1. PLANEAMENTO DE DEFESA	9
a. <i>Considerações gerais e conceitos</i>	9
b. <i>Significados e interpretações</i>	9
c. <i>Conceito adotado para este estudo</i>	11
2. ALIANÇAS	13
a. <i>Considerações gerais e conceitos</i>	13
b. <i>Significados comuns da expressão aliança</i>	14
c. <i>O conceito de Aliança segundo os principais teóricos das RI</i>	15
i. Teoria do equilíbrio de poder.....	15
ii. Teoria da ameaça	16
iii. Outras teorias.....	17
3. CONCEITO ADOTADO PARA ESTE ESTUDO	18
SEGUNDA PARTE	21
CAPÍTULO II – EXPLICAÇÃO DA CONJUNTURA	21
1. APRECIACÃO DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL	21
a. <i>A herança da Segunda Grande Guerra</i>	22
b. <i>A recuperação europeia</i>	25
c. <i>A Guerra Fria</i>	29
i. A Generalização da Guerra Fria	31
ii. O novo ambiente securitário e a reformulação do sistema de alianças defensivas.....	32
2. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO INTERNA.....	38
a. <i>Análise da situação política nacional</i>	38
i. «O meu horror a essa espécie de democracia não mudou»	38
b. <i>A situação económica nacional – 1945/1959</i>	43
c. <i>Situação social</i>	49
i. «Os portugueses odeiam os seus chefes e atacam-nos sem mercê até derrubá-los».....	51
CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES DAS POLÍTICAS EXTERNA E DE DEFESA NACIONAL	55
1. A POLÍTICA EXTERNA	55
a. <i>Antecedentes imediatos - «Fiel à palavra dada e à ideia tida»</i>	56
b. <i>Portugal no mundo: o alinhamento com o Ocidente</i>	62
c. <i>A orientação atlântica da política externa portuguesa</i>	66
POLÍTICA DE DEFESA	71

1.	<i>Considerações teóricas</i>	71
2.	A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL NO SEGUNDO PÓS-GUERRA.....	74
a.	<i>Antecedentes</i>	74
b.	<i>Objetivos 1945-1959</i>	80
c.	<i>A organização da Defesa Nacional</i>	83
d.	<i>Aspetos económicos da Política de Defesa</i>	90
i.	Os orçamentos da Defesa.....	91
ii.	Industria e produção militar.....	96
CAPITULO IV – AS FORÇAS ARMADAS NO FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL		105
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	105
2.	A FORÇA ARMADA PORTUGUESA.....	108
a.	<i>Características gerais do serviço militar</i>	108
i.	Recrutamento.....	109
ii.	Instrução.....	111
iii.	Mobilização.....	112
b.	<i>O Exército</i>	113
i.	Divisão militar do território.....	115
ii.	Organização geral e constituição.....	116
iii.	Organização territorial e instrução das tropas.....	117
iv.	Material.....	118
c.	<i>A Marinha</i>	120
i.	Organização geral e territorial.....	121
ii.	Material.....	124
d.	<i>A Força Aérea Portuguesa</i>	128
i.	Antecedentes.....	128
ii.	Organização geral das forças da nova Aeronáutica Militar.....	132
iii.	Do recrutamento, instrução e serviço militar na Força Aérea.....	135
iv.	Material.....	136
e.	<i>Do potencial militar da força armada portuguesa</i>	137
TERCEIRA PARTE.....		143
CAPITULO V - A DEFESA MILITAR DE PORTUGAL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....		143
CAPITULO VI – O PLANEAMENTO DE DEFESA DO PÓS-GUERRA		159
1.	AS “NOVAS VELHAS” AMEAÇAS.....	159
a.	<i>O inimigo interno</i>	161
i.	As 5 ^{as} Colunas.....	163
b.	<i>A ameaça militar soviética</i>	167
2.	PLANEAMENTO DE DEFESA 1945 - 1952.....	170
a.	<i>Do fim da Guerra à fundação da NATO</i>	170
i.	O Major General do Exército e o novo quadro de ameaças.....	178
b.	<i>Da fundação da NATO à Cimeira de Lisboa</i>	180
i.	O planeamento de defesa NATO.....	180
1.	O planeamento estratégico inicial.....	182
2.	O planeamento de defesa a médio prazo.....	185
c.	Os primeiros compromissos nacionais.....	190
3.	OS COMPROMISSOS PORTUGUESES APÓS A CIMEIRA DE LISBOA.....	200
CAPITULO VII – A DEFESA INTERNA DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS		213
1.	A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA INTERNA.....	213
2.	O PLANO DE DEFESA INTERNA DO TERRITÓRIO CONTINENTAL.....	217
a.	<i>Dispositivo militar terrestre para a defesa interna do território</i>	219
b.	<i>O Plano visto por Santos Costa</i>	222
CAPITULO VIII – O EMPENHAMENTO EXTERIOR DE FORÇAS MILITARES PORTUGUESAS		225
1.	A DEFESA DA PENÍNSULA IBÉRICA.....	225
a.	<i>Portugal e a Espanha na nova ordem mundial</i>	225

b.	Do distanciamento à concertação.....	228
c.	A adesão de Portugal à Aliança Atlântica.....	230
d.	<i>A concertação luso-espanhola em matéria de Defesa</i>	233
i.	Introdução.....	233
ii.	Estados-Maiores peninsulares – o órgão de trabalho que dá vida ao Tratado de Amizade e Não Agressão 234	
1.	O memorando português sobre a defesa conjunta da Península	236
2.	A resposta espanhola ao memorando.....	241
iii.	A colaboração portuguesa na defesa da Península Ibérica nos Pirenéus	246
1.	Valor geoestratégico do espaço ibérico	247
2.	A «geobélica» pirenaica	251
3.	A fortificação dos Pirenéus - A «Linha P»	257
4.	Condições gerais para o empenhamento das forças portuguesas na defesa dos Pirenéus	261
5.	Fatores condicionantes do deslocamento para a zona de ação das forças portuguesas	275
6.	O sistema de alerta contra ataques aéreos.....	279
2.	OS COMPROMISSOS NATO	282
a.	<i>A defesa da Europa ocidental</i>	282
b.	<i>O lento desenvolvimento dos planos para a defesa da Europa</i>	285
c.	<i>A cooperação portuguesa na defesa da Europa Ocidental</i>	291
i.	Condições gerais para o empenhamento das forças terrestres portuguesas na defesa da Europa	293
ii.	A integração da divisão portuguesa no dispositivo NATO	297
iii.	<i>Fatores condicionantes do deslocamento da divisão portuguesa para França</i>	298
1.	Zonas de concentração e transporte da força.	298
2.	Condicionantes diplomáticas, táticas e técnicas.	300
3.	1959 – A GUERRA FRIA AMEAÇAVA TORNAR-SE MORNA.	304
	CONCLUSÃO	311
	FONTES	321
	BIBLIOGRAFIA	323
	ANEXOS	I
	ANEXO A – LEI N.º 2024 – BASES DA DEFESA NACIONAL	I
	ANEXO B - REDE DE POSTOS DE VIGILANCIA AÉREA	III
	ANEXO C - GRAN GUARDIA DE CAMPRODON.....	V
	ANEXO D – MEMORIA – ESTUDIO – RESUMEN DEL CALCULO DE MINAS	XV
	ANEXO E – OBSTACULO CONTRA-CARRO A ESTALECER EN LA 1ª LINEA	XXIII
	ANEXO F – QUADRO ORGÂNICO DA DIVISÃO SHAPE	XXXIII
	CURRICULUM VITAE	XXXVII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1 – Estabelecimentos fabris militares	100
Quadro 6. 1 - Forças de defesa nacionais	198
Quadro 6.2 – Forças terrestres	199
Quadro 6.3 – Forças navais	199
Quadro 6.4 – Forças aéreas	200
Quadro 6.5 - Escalonamento das forças terrestres portuguesas (fevereiro 1952)	201
Quadro 6.6 - Escalonamento das forças aéreas portuguesas (fevereiro 1952)	202
Quadro 6.7 - Escalonamento das forças navais portuguesas (fevereiro 1952)	202
Quadro 6.8 - Escalonamento das forças terrestres portuguesas (agosto 1952)	205
Quadro 6.9 - Escalonamento das forças navais portuguesas (agosto 1952)	206
Quadro 6.10 - Escalonamento das forças aéreas portuguesas (agosto 1952)	206
Quadro 6.11 - Escalonamento das forças terrestres portuguesas (RA 1953)	207
Quadro 6.12 - Escalonamento das forças navais portuguesas (RA 1953)	209
Quadro 6.13 - Escalonamento das forças aéreas portuguesas (RA 1953)	210
Quadro 6.14 – Escalonamento das forças terrestres em finais da década de 1950	211
Quadro 6.15 - Escalonamento das forças navais em finais da década de 1950	212
Quadro 6.16 - Escalonamento das forças aéreas em finais da década de 1950	212
Quadro 8.1 – Escalonamento de forças para a defesa da Península nos Pirenéus	261
Quadro. 8.2 – Organização da Divisão de campanha para a defesa da Península	262
Quadro 8. 3 – Transportes ferroviários	276
Quadro 8.4 – Créditos de movimento	278
Quadro 8.5 - Organização da Divisão portuguesa para o SHAPE	294
Quadro 8.6 - Plano de movimentos da Divisão portuguesa para França	299

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1.1 – Conceito de Aliança	14
Fig. 3.1- Despesa militar 1939 – 1945	93
Fig. 3.2 – Evolução da despesa militar em relação ao total da despesa pública	94
Fig. 3.3 – Despesa militar fixada em OGE 1943 – 1959	95
Fig. 6.1 – Dispositivo de forças previsto no Plano 45	174
Fig. 6.2 – Rede de postos de vigilância aérea do território continental português	196
Fig. 7.1 - Defesa interna do território	215
Fig. 7.2 – Organização da defesa interna do território	216
Fig. 7.3 – Dispositivo territorial para a defesa interna do território	221
Fig. 8.1- Zonas de travessia nos Pirenéus ocidentais	254
Fig. 8.2 – Ocupação do terreno pelas forças do CEP dos Pirenéus	272
Fig. 8.3 – Principais itinerários de deslocamento para os Pirenéus	276
Fig. 8.4 – Zona de estacionamento das forças portuguesas em França	298

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AA	Antiaérea
AAA	Artilharia Antiaérea
ADN	Arquivo da Defesa Nacional
AFCENT	Allied Forces Central Europe (NATO)
AHM	Arquivo Histórico Militar
ARQ	Annual Review Questionnaire (NATO)
AS	Antissubmarino
BA	Base Aérea
BF	Bocas-de-Fogo
BI	Batalhão de infantaria
BL	Bloco de Leste
BO	Bloco ocidental
CAN	Conselho do Atlântico Norte
CC	Carros de Combate
CD	Comité de Defesa (NATO)
CE	Corpo de Exército
CECSM	Comissão de Estudos do Conselho Superior Militar
CEDN	Comissão de Estudos da Defesa Nacional
CGA	Comandante-Geral da Armada
CEM	Corpo de Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada.
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMEN	Comissão dos Estados-Maiores do Exército e Naval
CEMFA	Chefe do Estado-Maior das Forças Aéreas
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CEMN	Chefe do Estado-Maior Naval
CEP	Corpo Expedicionário Português
CIMSM	Campo de Instrução Militar de Santa Margarida
CM	Comité Militar (NATO)
CM	Comando Militar
CSA	Conselho Superior da Armada

CSDG	Conselho Superior de Direção de Guerra
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSE	Conselho Superior do Exército
CSM	Conselho Superior Militar
CSMC	Conselho Superior de Mobilização Civil
DCA	Defesa Territorial Contra Ataques Aéreos
DCT	Defesa Civil do Território
DDI	Destacamentos de Defesa Interna
DGA	Direção-Geral da Marinha
DITC	Defesa Interna do Território Continental
DM	Destacamentos Mistos
DRM	Distritos de Recrutamento e Mobilização
DTCA	Defesa Terrestre Contra Aeronaves
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMN	Estado-Maior Naval
ERP	European Recovery Program
FA	Forças Armadas
FAP	Força Aérea Portuguesa
FMBP	Fábrica Militar de Braço de Prata
FMO	Forças Militares em Operações
FMPE	Fábrica Militar de Pólvoras e Explosivos
FMSC	Fábrica Militar de Santa Clara
FNMAL	Fábrica Nacional de Munições d Armas Ligeiras
GF	Guarda-Fiscal
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GP	Grupo Permanente (NATO)
GRP	Grupos Regionais de Planeamento (NATO)
GRPAN	Grupo Regional de Planeamento do Atlântico Norte
GU	Grande Unidade
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares

IM	Inspeção de Marinha
JCS	Joint Chiefs of Staff (EUA)
JWPC	Joint War Plans Committee (EUA)
LANDCENT	Land Forces Command (NATO)
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LP	Legião Portuguesa
MAAG	Military Assistance Advisory Group
MDAA	Mutual Defense Assistance Act
MDAP	Mutual Defense Assistance Program
MDN	Ministro da Defesa Nacional
MM	Manutenção Militar
MMB	Missão Militar Britânica
MMP	Missão Militar Portuguesa
MUD	Movimento de Unidade Democrática
NSC	National Security Council (EUA)
OB	Ordem de Batalha
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
OGE	Orçamento Geral do Estado
OGF	Oficinas Gerais de Fardamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Partido Comunista
PDITC	Plano de Defesa Interna do Território Continental
PDPM	Plano de Defesa a Prazo Médio
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Quadro de Complemento
QG	Quartel-General
QP	Quadro Permanente
RA	Revisão Anual (NATO)
Reg	Regimento

RI	Relações Internacionais
RM	Região Militar
SACEUR	Supreme Allied Commander Europe
SCS	Screening and Costing Staff (TCC – NATO)
SDDA	Sistema de Detecção e Direção Antiaérea
SDN	Sociedade das Nações
SGDN	Secretariado General da Defesa Nacional
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SSA	Superintendência dos Serviços da Armada
TCC	Temporary Council Committee (NATO)
TT	Todo-o-Terreno
UEP	União Europeia de Pagamentos
UN	União Nacional

Introdução

1. Objetivos

A primeira década do pós Segunda Guerra Mundial traz consigo um novo ambiente securitário pleno de desafios mas também de obstáculos a superar. Tendo em conta os compromissos assumidos em primeiro lugar com a Espanha de Franco e, mais tarde, com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os Estados Unidos da América, as autoridades portuguesas veem-se por essa altura a braços com a difícil tarefa de levar a cabo o planeamento da defesa militar de Portugal envoltas num ambiente propício a tensões de carácter bilateral e multilateral que irá refletir-se na forma como foi efetuado esse mesmo planeamento.

Despertos para a complexidade do cenário, propusemo-nos tratar este tema partindo de uma interrogação que julgamos pertinente e que serve, por isso, de fio condutor ao desenvolvimento do estudo que decidimos efetuar: em que medida foi condicionado o planeamento de defesa efetuado nos anos de 1945 a 1959 pelos compromissos assumidos no âmbito das diferentes alianças de carácter securitário assumidas pelo Estado português.

O objetivo principal desta investigação consiste então no esclarecimento desta incógnita pelo que procuramos compreender e explicar a evolução do planeamento de defesa português obtendo respostas para, entre outras, as seguintes questões:

- Tendo em conta os desafios do novo ambiente securitário e as limitações de recursos, quais foram as opções estratégicas e de forças adotadas pelas autoridades portuguesas durante o período em apreço?
- Que hipóteses de guerra foram equacionadas e que tipo de planos operacionais militares¹ foram elaborados para lhes fazer face?
- Quais foram as variáveis domésticas e externas que influenciaram a formação de alianças e a escolha dos parceiros de aliança?
- Que condicionamentos, derivados das alianças militares assumidas, afetaram o planeamento operacional militar português?
- Em que medida foi condicionada, por constrangimentos económicos internos, a capacidade do Estado português mobilizar recursos para a defesa externa?

¹ Estabelecidos para cada uma das hipóteses de guerra, abarcam a organização de comandos, os dispositivos de forças, previsões de reforço, constituição e previsão de emprego de reservas, etc..

- Que valor tiveram estas alianças enquanto fontes de recursos militares e económicos bem como de garantias de segurança?

2. Justificação do tema

O trabalho que aqui se apresenta tem por objeto de estudo uma matéria que, apesar de merecer menção em algumas obras, não foi ainda analisada de forma mais sistemática e global. Centrando a nossa atenção num período que se considera de importância capital para o desenvolvimento da capacidade de defesa coletiva das Nações Ocidentais (1945-1959), pretendeu-se com a investigação efetuada compreender o planeamento de defesa então elaborado bem como a fórmula encontrada pelas autoridades portuguesas para a gestão das Alianças entretanto assumidas, a sua dinâmica, funcionamento e importância relativa.

Nos sistemas de autoajuda descritos pela teoria realista clássica das relações internacionais, os Estados cooperam entre si num quadro de arranjos formais e informais – alianças ou coligações – com o objetivo de reforçarem a sua segurança face a atores considerados como ameaça.² A Aliança é, no seu sentido mais lato, uma relação de carácter formal ou informal entre dois ou mais Estados com vista à cooperação em matérias de segurança e defesa antevendo-se a cooperação mútua futura, em moldes previamente definidos e acordados.

Como afirma Robert E. Osgood, as Alianças são comunidades de guerra latente ou seja, formadas em contextos internacionais em que o conflito, ou a ameaça de conflito, está presente e são impulsionadas por conveniência com o objetivo de aumentar a segurança de um Estado em face de uma imediata ou futura ameaça externa.³ Os Estados buscam as alianças como forma de aumentar as suas capacidades, mediante a cooperação de outros, para que seja possível dissuadir um potencial agressor, evitar uma guerra não desejada ou preparar uma guerra de sucesso no caso de a dissuasão falhar.

O fim da Segunda Guerra Mundial deu lugar a uma nova realidade bipolarizada em que o poderio mundial passa a estar repartido entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. As diferentes ideologias dos dois principais atores do pós-guerra cedo farão surgir

² Dougherty, James E, Robert L. Pfaltzgraff Jr., (2001), *Relações Internacionais: as teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva, pp. 676.

³ Robert E. Osgood, *Alliances and American Foreign Policy*, (1968), Baltimore, Johns Hopkins Press, pp. 19.

um ambiente de conflito latente onde tem presença constante a problemática da defesa da Europa ocidental em face de uma eventual tentativa de expansão soviética.

O ambiente securitário do pós-guerra, significativamente diferente do vivido em épocas anteriores, é acompanhado de novos desafios no que ao planeamento de defesa diz respeito. Avaliadas, de forma mais ou menos realista, as ameaças à segurança, poucos foram os países que descuraram o planeamento da sua defesa militar. Não obstante os diferentes interesses e sensibilidades em jogo e o facto das ameaças de carácter militar nem sempre serem aquilo que realmente aparentavam, foi possível conter os seus efeitos mediante uma criteriosa gestão das alianças entre Estados.

Em termos objetivos, só a partir de 1948 se pode falar de organização da defesa da Europa ocidental. Até então assiste-se ao aparecimento de um sistema de alianças clássico destinado a fazer frente a um eventual renascimento do militarismo alemão. A necessidade de organização da defesa europeia, com o envolvimento dos EUA, apenas se verificará a partir do momento em que surge o temor de eventuais intuítos expansionistas por parte da União Soviética e acabará por levar ao aparecimento da NATO.

No que diz respeito a Portugal e à Península Ibérica, às preocupações existentes com a manutenção do *status quo* dos dois regimes ditatoriais peninsulares somavam-se agora os receios de uma eventual invasão terrestre da Península impondo-se, por isso, que as autoridades dos dois países ibéricos planeassem adequadamente a sua defesa.

Tendo seguido diferentes fórmulas de acomodação ao sistema mundial que aos poucos ia sendo edificado pelos atores anglo-saxónicos, Portugal e a Espanha encontravam-se no final da Segunda Grande Guerra posicionados em diferentes campos da cena internacional. Os acordos firmados entre Portugal e os Estados Unidos da América que levaram à cedência de facilidades militares nos Açores ainda durante a Segunda Guerra Mundial, farão com que Portugal se incorpore muito cedo no sistema defensivo ocidental que os EUA, aos poucos, iam desenhando enquanto a Espanha era afastada de todos os tratados que iam dando forma aquele sistema. No entanto, Salazar não deixará nunca de insistir, embora com poucos resultados práticos, na necessidade da Espanha fazer parte do sistema de defesa ocidental. O primeiro desenlace positivo apenas haveria de surgir em 1953 com a assinatura do acordo de cooperação bilateral entre a Espanha e os EUA.

Entretanto, os diversos tratados assinados entre Portugal e a Espanha afirmarão sempre a cooperação em todos os assuntos com interesse, direto e indireto, para os dois

países com especial destaque para os relacionados com a defesa, a soberania e as ameaças externas.

3. Relação com o estado da arte

Tanto quanto nos foi possível averiguar até ao momento da elaboração desta tese, não existe no panorama bibliográfico nacional ou internacional qualquer estudo devotado ao tema que nos propomos tratar – o condicionamento exercido pelas alianças externas no planeamento de defesa português nas vertentes nacional continental, ibérica e da OTAN e, no período compreendido entre 1945 e 1959.

No que se refere à literatura portuguesa com relevância para o estudo do planeamento de defesa e militar português durante o período em apreço destacamos as obras de António José Telo “Portugal e a NATO: o Re-encontro da Tradição Atlântica” (1996), António Paulo Duarte “A Política de Defesa Nacional 1919 -1958” (2010).

A obra do Professor António José Telo, considerada a principal fonte escrita sobre a matéria, apresenta-nos uma descrição abundantemente documentada e contextualizada das diferentes *nuances* por trás das questões militares portuguesas no período em que se operou a adesão de Portugal à OTAN. Não esquecendo as visões, por vezes antagónicas, de políticos e militares relativamente à Defesa Nacional portuguesa, António Telo analisa detalhadamente diferentes aspetos da política externa portuguesa e a forma como se processaram as sucessivas transformações do conceito de defesa nacional e do aparelho militar português.

O estudo de A. Paulo Duarte dá-nos uma visão global das complexas relações entre o Estado Novo e as Forças Armadas dos anos 20 aos anos 50. A evolução das políticas de defesa e militar é-nos descrita de forma exaustiva e detalhada dispensando o autor especial atenção à explicitação das influências exercidas pelas diferentes escolas de pensamento estratégico militar no pensamento estratégico nacional.

Para as questões ibéricas, permitimo-nos destacar as obras de António Marquina Barrio “España en la política de seguridad occidental (1936-1986)” (1986) e Juan Carlos Jiménez Redondo “Franco e Salazar - As relações luso-espanholas durante a guerra fria” (1996).

Considerada uma das principais obras de referência historiográfica para as questões relacionadas com as relações externas espanholas em geral e com a segurança e defesa em particular, o estudo de Marquina Barrio dá-nos uma visão global dos acontecimentos que vai mais além das conjunturas e personagens do momento. Abarcando um período temporal da

História espanhola algo alargado, esta obra permite-nos, entre outras realidades, aferir do valor estratégico atribuído ao território espanhol e a sua relação próxima com a política exterior das autoridades espanholas.

O estudo de Jiménez Redondo explica de forma sistemática e oportunamente anotada, as razões, os contratempos e o alcance das relações luso-espanholas durante os primeiros anos da Guerra Fria. O autor evita uma excessiva valorização dos fatores de ordem política dando maior relevo a outros fatores condicionantes das relações luso-espanholas como sejam os económicos, os culturais e o das mentalidades. O tema é tratado de uma forma sistemática e global procurando encontrar os fios condutores das relações entre os dois países não esquecendo os fatores influenciadores dessas mesmas relações. O resultado final é um estudo que nos dá uma visão global e integrada dos principais momentos das relações luso-espanholas no período que vai da Guerra Civil de Espanha à adesão dos dois países à Organização das Nações Unidas.

4. Método de investigação

Conscientes da amplitude que o tema pudesse eventualmente vir a revelar e das limitações temporais que nos eram impostas, orientamos a nossa atividade de pesquisa no sentido da obtenção de fontes primárias que nos permitissem traçar de forma exaustiva e fundamentada, a evolução do planeamento de defesa português na tripla vertente nacional continental, ibérica e da NATO no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o momento em que a política de defesa nacional passa a ser dominada pelas questões africanas (1959).

Para que fosse possível alcançar este objetivo, e tendo em conta o facto de se tratar de um tema sobre o qual muito está ainda por escrever, procedemos à consulta de um acervo documental que se encontra disperso por vários locais e núcleos como sejam em Lisboa, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Arquivo Oliveira Salazar (AOS), o Arquivo da Defesa Nacional (ADN), o Arquivo Histórico Militar (AHM) e o Arquivo General Militar de Ávila (Espanha).

Apesar da preponderância dispensada à utilização das fontes primárias existentes nos diversos arquivos, recorreremos também a outras obras impressas de referência sempre que foi necessário enquadrar as questões que nos propusemos tratar ou fazer a ponte entre a documentação arquivística e assuntos de índole política e militar mais geral.

5. Estrutura e conteúdo

Tendo em vista a concretização dos objetivos propostos, dividimos a nossa tese em três partes com um total de oito capítulos.

Na primeira parte da tese procuramos aclarar alguns dos conceitos teóricos mais relevantes para uma mais fundamentada compreensão das questões associadas quer ao planeamento de defesa quer às Alianças. Assim, no capítulo I, tecem-se algumas considerações gerais sobre os diversos conceitos; seus significados mais comuns e interpretações diversas e, finalmente, definem-se os conceitos basilares adotados para a realização do nosso trabalho.

A segunda parte, constituída por três capítulos, serve de enquadramento geral ao tema do nosso estudo. No capítulo II procedemos a uma caracterização geral da conjuntura internacional e interna do País de modo a contextualizar adequadamente o ambiente que rodeia e condiciona a ação das autoridades nacionais no período temporal objeto do nosso estudo (1945-1959). Com o detalhe julgado necessário, avaliam-se a situação social e económica da Europa do segundo pós guerra; a generalização do ambiente de Guerra Fria e, com especial interesse para o nosso estudo, o novo ambiente securitário e as transformações que, em função desse mesmo ambiente, se operam no sistema de alianças internacional. A nível interno descreve-se a situação política, económica e social.

No capítulo III analisam-se os aspetos mais significativos da política externa do Estado português; tecem-se algumas considerações em torno do conceito de política de defesa e analisa-se mais a fundo a política de defesa portuguesa do pós guerra cuidando de esclarecer os seus antecedentes imediatos e os objetivos a alcançar no período contemplado, sem esquecer a explicação da organização da Defesa Nacional à data existente bem como uma breve análise de alguns fatores económicos condicionadores da política de defesa nacional. No capítulo IV faz-se uma análise mais detalhada do estado de preparação militar e equipamento das Forças Armadas portuguesas e, em fim de capítulo, procura-se aferir do real potencial militar dessas mesmas forças.

Finalmente, na terceira parte da tese analisamos com o pormenor possível, o planeamento de defesa e militar desenvolvido pelas autoridades portuguesas nos anos de 1945 a 1959. Nos primeiros capítulos desta parte do nosso trabalho (V e VI) faz-se uma descrição resumida do planeamento de defesa desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial e, já no campo do planeamento de defesa do pós guerra, descreve-se o quadro de ameaças então visualizadas pelas autoridades nacionais; as linhas mestras do planeamento de

defesa adotado entre o fim da Segunda Grande Guerra e a adesão de Portugal à Aliança Atlântica; o planeamento de defesa inicial e de médio prazo da NATO e, por fim, os primeiros compromissos assumidos por Portugal junto da NATO.

No capítulo VII analisam-se mais detalhadamente os planos para a defesa interna do território continental português. O capítulo VIII trata exclusivamente do planeamento efetuado para o empenhamento externo de forças militares portuguesas em particular, da sua participação na defesa da Península Ibérica em colaboração com a Espanha e na defesa da Europa ocidental no âmbito da NATO. Em final de capítulo procura-se fazer um balanço do planeamento de defesa desenvolvido ao longo dos quinze anos que foram objeto do nosso estudo descrevendo os objetivos estabelecidos em termos de planeamento de defesa no final da década de 1950, esforços entretanto desenvolvidos e objetivos concretizados e, finalmente, as deficiências existentes no final deste período.

Primeira Parte

Capítulo I – Considerações teóricas e conceitos

1. Planeamento de defesa

a. Considerações gerais e conceitos

O planeamento estratégico de defesa e militar, enquanto processo pelo qual se gizam as diferentes possibilidades de abordagem de um determinado acontecimento futuro bem como a gestão criteriosa dos meios que permitirão alcançar certos objetivos específicos previamente definidos, é, só por si, um processo complexo e que se pretende dinâmico.

A existência de um planeamento estratégico bem definido e orientado constitui condição essencial para que seja possível alcançar os objetivos nacionais de defesa. A sua não existência, quando em presença de ameaça militar externa eminente, conduzirá inevitavelmente a uma reação de improviso potencialmente lesiva da defesa desses mesmos objetivos nacionais. Em última análise, a defesa dos interesses⁴ e objetivos⁵ nacionais só é possível após uma definição detalhada das necessidades de defesa nacional e da consequente edificação e estruturação das Forças Armadas (FA) nacionais.

b. Significados e interpretações

A definição do conceito de planeamento estratégico de defesa, planeamento de defesa a partir de agora, não está isenta de dificuldades nem de interpretações diversas. Tomemos por exemplo o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a definição constante da publicação AAP-42 (NATO Glossary of Standardization Terms and Definitions)⁶. Assim, segundo aquela publicação oficial, o planeamento de defesa é constituído pelo conjunto dos processos políticos e militares desenvolvidos pelas nações no sentido de providenciar os recursos necessários ao cumprimento dos seus compromissos de defesa. Esta definição que à partida poderia parecer de aceitação pouco problemática foi, no entanto, objeto de inúmeras propostas de alteração por parte dos representantes dos diversos países no painel da OTAN para a terminologia. Os entraves suscitados à adoção definitiva

⁴ Desejos e necessidades mais importantes da Nação: sobrevivência e segurança, integridade territorial, liberdade, independência, etc.

⁵ Traduzem as metas específicas que um país procura materializar, a fim de promover, apoiar ou defender os seus interesses nacionais.

⁶ AAP-2, *NATO Glossary of Standardization Terms and Definitions (English and French)*,(2007), NATO, pp. 2-3

daquele conceito foram de tal ordem que levaram o SHAPE⁷ a sugerir que, tendo em conta os significados universalmente aceites dos termos «*planeamento e defesa*», de pouco serviria tentar obter um significado unânime para a expressão «*planeamento de defesa*».

A dificuldade demonstrada na obtenção de uma definição do conceito que fosse de aceitação generalizada no seio dos países membros da OTAN é reveladora, talvez, das diferentes formas de abordagem do conceito de planeamento de defesa efetuadas ao nível de cada país. A forma como são organizadas as atividades abrangidas sob a designação de «planeamento de defesa» difere significativamente de país para país e o uso indistinto e equivalente das expressões «*planeamento de defesa*», «*planeamento de forças*» e «*planeamento militar*» é frequente.

Como afirma António Silva Ribeiro, o planeamento estratégico de defesa deve articular de forma coerente, no espaço e no tempo, os meios políticos, económicos, psicossociais e militares existentes por modo a que, colocados perante uma situação de disputa internacional, seja possível materializar os objetivos nacionais.⁸

É dado assente que o planeamento estratégico adotado em determinado momento condiciona significativamente as estratégias de defesa nacional e militar adotadas nos tempos mais imediatos, deve por isso ser devidamente equacionado promovendo-se a existência de especialistas que dominem as áreas do pensamento estratégico e do planeamento e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de lidar com fatores de complexidade e índole diversas. O planeamento de defesa em particular, é uma atividade de grande dificuldade já que visa a edificação de um futuro com problemas múltiplos e tantas vezes difusos que causam incerteza e desacordo no seio de pensadores e decisores relativamente às estratégias a adotar na edificação de forças militares que vão de encontro a requisitos de defesa tantas vezes só parcialmente conhecidos.

Em termos gerais, pode considerar-se ameaça todo o acontecimento ou ação, em curso ou previsível, que possa contrariar a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos materiais ou morais. Uma ameaça é, como afirma Cabral Couto, «(...) o produto de uma possibilidade por uma intenção que exige uma adequada avaliação e

⁷ Supreme Headquarters Allied Powers Europe.

⁸ Ribeiro, António Manuel Fernandes da Silva, *Planeamento estratégico e de forças*, (2006), In Jorge Bacelar Gouveia, Rui Pereira, Coord. “Estudos de Direito e Segurança”, Coimbra, Ed. Almedina, pp. 49.

caracterização por forma a determinar a sua natureza, grandeza ou intensidade, incidência, probabilidade, durabilidade ou permanência e periculosidade»⁹.

Em termos mais específicos, o General Abel Cabral Couto considera o planeamento estratégico de defesa condicionado por dois elementos fundamentais – a definição das hipóteses de guerra e sua hierarquização e os prazos críticos.

A enunciação das hipóteses de guerra decorre portanto das ameaças percecionadas em determinado momento e da análise das razões e objetivos dos diferentes atores antagónicos. A hierarquização das hipóteses de guerra contempla a diferenciação dessas mesmas hipóteses segundo uma escala de prioridades ou importância que, conseqüentemente, irá condicionar as diferentes fases das tarefas de planeamento. Os planeadores, ao efetuarem a ordenação das diferentes hipóteses de guerra, deverão equacionar devidamente fatores complexos como o grau de probabilidade da sua efetivação e respetivos prazos; perigosidade das diferentes hipóteses; avaliação dos benefícios alcançados com a derrota do adversário e, por fim, a ponderação séria da possibilidade de ocorrência simultânea de algumas daquelas hipóteses.

No que diz respeito aos prazos críticos, será necessário, uma vez equacionadas e definidas as diferentes hipóteses de guerra, fixar para cada uma delas uma previsão temporal para a sua efetivação. Será com base nesses prazos que se irão imprimir os diferentes ritmos de fortalecimento e aprontamento de forças.

c. Conceito adotado para este estudo

O planeamento de defesa lida com o estabelecimento e a manutenção ao longo do tempo de Forças Armadas (FA) que possam estar disponíveis no momento em que a sua actuação venha a revelar-se necessária por isso, deve ser contínuo tanto em tempo de paz como em tempo de guerra e realizar-se sempre com base em situações que, partindo de uma análise contínua da situação política e estratégica, se prevejam materializáveis no futuro.

Porque se pretende efectuar uma abordagem que vá mais além do estudo dos planeamentos elaborados pontualmente e tantas vezes de improviso em resposta a uma qualquer situação de conflito iminente, levaremos em linha de conta que, independentemente do momento, toda a situação estratégica surge num quadro interno e externo de contexto mais alargado sujeito a constante mutação e evolução.

⁹ Couto, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia, Vol. I*, (1987), Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.

Tendo em conta o que anteriormente ficou dito e os objetivos a que nos propusemos no âmbito desta investigação, decidimos adotar um conceito que segue de perto os contributos avançados por Abel Cabral Couto e António Silva Ribeiro. Assim, sendo nossa intenção estudar o planeamento de defesa efectuado pelas autoridades portuguesas nos anos que medeiam entre 1945 e 1959, propomo-nos seguir uma linha de raciocínio que concebe aquele planeamento como sendo um processo decisório hierarquizado ininterrupto, permanente, coordenado e integrado destinado a edificar, organizar e empregar convenientemente os recursos militares do Estado. Desta forma consideraremos o planeamento de defesa como um processo que contempla, grosso modo, duas grandes esferas de actividade – a Política e a Estratégia.

Em termos de actividade, e conforme o General Cabral Couto, pode considerar-se a Política como uma «*doutrina de fins*» competindo-lhe a «*escolha dos fins e a definição do quadro de ação*». No que diz respeito à Estratégia, ela é uma «*disciplina de meios*» cabendo-lhe «*definir meios e caminhos para se atingirem alguns desses fins, bem como os perigos que os ameaçam, e releva de elementos e de raciocínios que devem ser essencialmente objetivos*»¹⁰.

Na atividade política, desenvolvida em diversos níveis da estrutura do Estado, estabelecem-se as grandes orientações de natureza política, o conceito e quadro de ação, a doutrina estratégica¹¹ considerada mais adequada e, procede-se à atribuição de recursos. Aqui surgem os *objectivos estratégicos de defesa militar* (OEDM) e a *missão estratégica de defesa militar* (MEDM)¹². Os OEDM servem para definir o padrão securitário de referência para a actuação das FA; a MEDM orienta o esforço militar nacional numa direcção prioritária e estabelece, tendo em conta as necessidades abstractas de segurança militar da sociedade nacional, o resultado final desejado.

Aos elementos envolvidos na actividade estratégica cabe a tarefa de expor os pormenores da doutrina estratégica adoptada no âmbito da actividade politica, determinar a sequencia dos objetivos a alcançar, gerir e empregar os recursos entretanto atribuídos por forma a que sejam alcançados os objetivos anteriormente fixados.

Objetivamente, o planeamento estratégico traduz-se na formulação de planos de fortalecimento do potencial estratégico e de planos operacionais. Os planos de

¹⁰ Idem.

¹¹ Conjunto de ideias e atitudes destinadas a orientar a ação estratégica de defesa nacional.

¹² Ribeiro, António Silva, (2010), *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar – Modelo de Elaboração*, Lisboa, Diário de Bordo, pp. 92-96.

fortalecimento contemplam a existência de planos destinados à melhoria das estruturas (estratégia estrutural) e de planos de forças (estratégia genética).

Os planos operacionais são direcionados para diversas áreas de atuação com interesse para a defesa nacional (mobilização civil e militar, defesa civil, transportes, etc.) sendo que para efeito do nosso estudo centraremos a nossa atenção na análise dos planos de operações militares estabelecidos para cada hipótese de guerra.

2. Alianças

a. Considerações gerais e conceitos

Produto emblemático da atividade do aparelho diplomático de um Estado, as Alianças são um fenômeno central e constante da política mundial sendo impossível, como afirma George Liska, falar de relações internacionais omitindo a sua existência.¹³ No entanto, parece não existir uma definição do conceito de aliança que seja de aceitação global.

A capacidade de cativar aliados é, em termos gerais, um ativo extremamente valioso em qualquer sistema competitivo e exige da parte de todos os atores estatais um perfeito conhecimento das diferentes componentes e forças motrizes existentes no sistema internacional de alianças. Revelador do papel preponderante desempenhado pelas alianças na cena política internacional, o estudo mais aprofundado desta componente das Relações Internacionais (RI) levou ao aparecimento de uma quantidade bastante significativa de bibliografia redigida pelos mais diversos e conceituados investigadores.

A elaboração de teorias válidas, sejam elas de que tipo forem, só será conseguida caso se proceda a uma correta definição e explicação dos conceitos a elas subjacentes. Essa definição não está, no entanto, isenta de dificuldades e contradições que obrigam o investigador a uma maior atenção na separação e clarificação dos conceitos basilares abrangidos pela utilização, tantas vezes flexível, desses mesmos conceitos.

No que diz respeito ao conceito de aliança propriamente dito, pode afirmar-se que ele constitui um dos vértices de um triângulo constituído por: conceito – expressão – aceção da palavra.

¹³ Liska, George (1968), *Nations in Alliance. The Limits of Interdependence*, Baltimore, Johns Hopkins Press, pp.3.

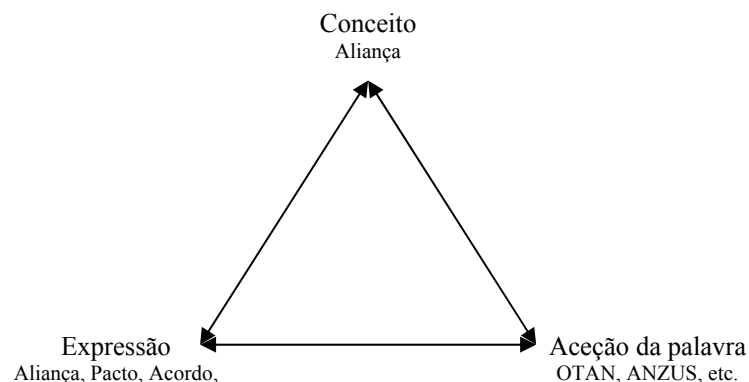


Fig. 1.1 – Conceito de Aliança¹⁴

Constituindo um mero esquema explicativo, o modelo acima apresentado serve para ilustrar as dificuldades existentes na definição do conceito de aliança por parte dos diversos autores que se dedicam ao seu estudo. Por diversas vezes é atribuído um significado sinónimo a diferentes expressões ou conceitos sendo frequente observar o emprego indistinto de expressões como aliança, coligação, pacto, acordo, etc..

É portanto óbvia a necessidade de se proceder a uma correta definição dos conceitos por forma a que se adequem corretamente ao nosso objeto de estudo e à teorização que nos propomos levar a cabo. Assim, a definição de conceitos deve ser feita como a máxima clareza possível, reduzindo-os, segundo critérios de utilidade e exatidão, aos seus elementos essenciais sem, no entanto, descurar as definições avançadas pelos principais teóricos da área de conhecimento que nos propomos tratar.

b. Significados comuns da expressão aliança

Bastará uma breve consulta dos principais dicionários de língua portuguesa atualmente existentes no mercado editorial nacional para nos inteirarmos dos significados mais comuns do termo aliança. Assim, entre outras aceções, aliança designa ato ou efeito de aliar; união; pacto; acordo; laço entre pessoas ou entidades que se prometem mútuo auxílio. Na generalidade, todos os significados avançados apontam no sentido da existência de uma certa ligação entre vários atores.

Será suficiente uma leitura mais atenta da literatura dedicada ao estudo das alianças no âmbito das RI para se concluir que grande parte dos autores faz uso de um conceito de aliança que não se afasta significativamente das definições anteriormente apontadas. Em

¹⁴ Adaptado de Reiter, Erich, Heinz Gaertner, (1999), *Small states and alliances*, Viena, Physica-Verlag.

termos gerais, todos os autores concebem as alianças como um tipo específico de relação entre dois atores, normalmente estatais, que visa alcançar determinado tipo de objetivos comuns. Mas esta concordância é apenas aparente já que existem divergências significativas nas interpretações efetuadas pelos principais estudiosos desta componente das Relações Internacionais.

c. O conceito de Aliança segundo os principais teóricos das RI

Parafraseando Stephan Walt¹⁵, pode dizer-se que o estudo das RI é um «campo de batalha» em que o confronto entre as tradições realista, liberal e radical, são uma constante. A tradição realista coloca especial ênfase na propensão, mais ou menos constante, para a existência de situações de conflito entre os Estados; os liberais debruçam-se sobre as formas de apaziguamento das tendências de conflitualidade; os pensadores radicais, por sua vez, centram a sua atenção na apresentação de percursos para a total reformulação do sistema de relações interestaduais. No que diz respeito ao conceito de aliança, são várias as definições avançadas pelos principais investigadores deste campo das RI.

i. Teoria do equilíbrio de poder

Em termos teóricos, os ideais realistas assumiram um papel dominante durante os anos da Guerra Fria daí que, uma parte significativa da produção literária relativa a Alianças, tenha por base a perspetiva clássica da teoria realista das RI segundo a qual, as alterações no equilíbrio de poder exercem uma influência decisiva na política de alianças dos estados. É normalmente tida como função do seu poder, a propensão demonstrada pelos atores estatais ou não estatais, para o alargamento do seu domínio territorial, da sua influência política ou da sua preponderância económica¹⁶. Assim, segundo esta perspetiva, os Estados formam alianças para se protegerem de outros estados ou alianças que, por serem possuidores de maiores recursos, possam constituir uma ameaça. Como afirma Josph Nye Jr., os Estados empenham-se no equilíbrio do poder para conservarem a sua independência. Relegando para

¹⁵ Walt, Stephen M., *International Relations: One World, Many Theories*, (1998), *Foreign Policy*, No. 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge. pp.30

¹⁶ Dougherty, James E, Robert L. Pfaltzgraff Jr., (2001), *Relações Internacionais: as teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva, pp.107

segundo plano a preservação da paz, os Estados orientam a sua atuação no sentido de impedir que outros Estados adquiram a uma posição hegemónica.¹⁷

De entre os vários pensadores adeptos da teoria do equilíbrio de poder, um dos conceitos mais frequentemente utilizados em política internacional, destacamos Hans Morgenthau e Kenneth Waltz. Morgenthau, teórico realista clássico, centrou a sua atenção no estudo dos estados enquanto atores e, em termos mais abstratos, realçou o comportamento de grupos de indivíduos que procuram sobreviver num mundo em que a política assume o papel de luta pelo poder. Assim, advoga a ideia de que, na maior parte dos casos, a formação das alianças se destina à manutenção de um *status quo*¹⁸ na distribuição de poder (manutenção da relação de forças e de áreas de influencia), enquanto o neorrealista Waltz defende que o equilíbrio se alcança procurando a aliança com o elemento mais fraco da equação evitando dessa forma qualquer tentativa hegemónica.¹⁹

ii. Teoria da ameaça

Em sentido contrário à teoria que coloca o equilíbrio de poder na génese da formação das alianças, outros teóricos realistas como Stephen Walt e George Liska, defendem a tese de que a busca de alianças fica antes a dever-se às ameaças percebidas por determinado Estado²⁰.

Stephen Walt, um dos principais investigadores nesta área do conhecimento, define aliança como sendo um acordo de carácter formal ou informal entre dois ou mais estados soberanos com vista à cooperação em matérias de segurança/defesa. Mais concretamente, uma aliança configura uma relação de segurança cooperativa entre dois ou mais Estados consubstanciada num compromisso militar escrito²¹.

Na enunciação de Walt, a formação de alianças a nível internacional tem a sua base numa teoria de balança de ameaças por oposição a uma balança de poderes. Assim, os estados, colocados perante uma determinada ameaça, juntam-se em alianças para lhe fazer

¹⁷ Nye, Joseph S., (2002), *Compreender os conflitos internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, pp. 70.

¹⁸ Morgenthau, Hans J., (1972), *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Nova York, Knopf, pp. 43.

¹⁹ Waltz, Kenneth N., (1979), *Theory of International Politics*, Nova York, McGraw-Hill, pp. 264

²⁰ Walt, Stephan M., (1987), *The Origin of Alliances*, Ithaca, Nova York, Cornell Univ. Press, pp. 21-26.

²¹ Idem, *ibidem*.

frente. Destaca a intenção ou ambição em detrimento do poder em si mesmo. Segundo Walt²², num ambiente anárquico os Estados formam alianças para se protegerem. A sua conduta é determinada pelas ameaças percebidas e o poder, apesar de importante, é considerado apenas mais um elemento a considerar. Segundo este raciocínio, quanto maior for a ameaça percebida por um Estado, mais forte será a motivação para formar alianças duradouras e coesas.

George Liska, por seu lado, afirma que as nações formam alianças por motivos relacionados com a segurança, a estabilidade e o estatuto²³. Uma aliança une diferentes atores em torno de um mesmo ideal – a superação de eventuais rivais. Define então aliança como sendo uma associação formal entre dois ou mais estados contra a ameaça proveniente de um terceiro ator mais poderoso. Numa das mais importantes obras dedicadas ao estudo teórico das alianças, Liska aponta como principal determinante conducente à celebração de alianças, a existência efetiva ou prospetiva de conflito.²⁴

iii. Outras teorias

Apesar do papel dominante desempenhado pelas duas teorias anteriores na literatura internacional dedicada às alianças, existem também no seio do grupo de teóricos das RI adeptos de outras linhas de pensamento.

Assim, realistas como Paul Fritz ou Kevin Sweeney²⁵ insurgem-se contra as teorias baseadas no equilíbrio de poder e da ameaça por se centrarem excessivamente nas questões securitárias deixando para segundo plano outros fatores potencialmente influenciadores da criação de alianças. Em sua opinião, é bastante mais frequente encontrar alianças no sistema internacional que têm na sua génese a existência de interesses comuns do que aquelas relacionadas exclusivamente com o equilíbrio de poder propriamente dito. A aliança permite alcançar facilmente objetivos que vão muito além das “meras” questões de segurança coletiva.

²² Idem, pp. X.

²³ Liska, George (1968), *Nations in Alliance. The Limits of Interdependence*, Baltimore, Johns Hopkins Press, pp.61

²⁴ Idem.

²⁵ Kevin Sweeney, Paul Fritz, (2004), “Jumping on the Bandwagon: An Interest-Based Explanation for Great Power Alliances”, *Journal of Politics*, (66), 428–449.

Ole Hosti, Terrence Hopmann e John Sullivan fazem uma interpretação do conceito de aliança segundo uma perspectiva mais alargada que abrange as questões relacionadas com a ideologia, o poder coletivo, a defesa nacional.²⁶

Robert Osgood aborda o tema de uma forma mais restrita reduzindo o conceito de aliança aos aspetos puramente militares por considerar que aliança é sinónimo de segurança comum alcançada mediante o uso de poderio militar. Assim, uma aliança consiste num acordo formal que obriga os estados signatários a usarem os seus recursos militares em circunstâncias específicas de conflito com estados terceiros.

Criticando definições mais abrangentes como a de Liska, George Modelski empenha-se em distinguir os conceitos de aliança e de alinhamento. Segundo a sua argumentação, as alianças estão intimamente ligadas a questões de defesa e de colaboração militar enquanto o conceito de alinhamento abrange todo o tipo de colaboração política internacional.²⁷

3. Conceito adotado para este estudo

Como se pode verificar pelas diversas teorias anteriormente descritas, apesar dos esforços levados a cabo pelos diversos teóricos no sentido de objetivar o conceito de aliança, a sua aplicação comum é ainda bastante abrangente.

Apesar de tudo, o estudo das diversas teorias existentes sobre alianças permitiu-nos compilar uma série de elementos distintivos essenciais, e de aceitação mais ou menos generalizada, a uma definição mais objetiva do conceito de aliança que pretendemos utilizar no estudo que nos propomos efetuar.

Tendo em conta que a mobilização dos recursos destinados a cobrir os compromissos assumidos no âmbito de uma aliança só está ao alcance de uma autoridade detentora da capacidade de exercer o seu poder e autoridade sobre uma certa população ou espaço territorial, as alianças são acordos celebrados entre Estados. Independentemente do grau de formalidade conferido ao ato, as alianças são acordos explícitos em que as partes assumem plenamente a sua existência e interiorizam os seus direitos e obrigações. As alianças contemplam a existência de um comportamento padronizado dos atores quando colocados

²⁶ Ole R. Holsti, Terrence P. Hopmann and John D. Sullivan, (1973), *Unity and Disintegration in International Alliances: Comparative Studies*, Toronto, John Wiley & Sons, Inc.

²⁷ Modelski, George (1963), "The Study of Alliances: A Review", *The Journal of Conflict Resolution*, (4), pp. 769 – 776.

perante uma situação de contingência não previsível. Por fim, as alianças destinam-se, na generalidade dos casos, a lidar com questões relacionadas com a segurança e defesa nacional.

Porque a investigação que pretendemos levar a cabo vai ser em grande parte dominada pelo estudo das ameaças percecionadas pelas autoridades portuguesas nos primeiros anos da Guerra Fria e do conseqüente planeamento estratégico de defesa e militar efetuado para lhes fazer frente, para efeitos do nosso estudo, adotamos o juízo avançado por Adriano Moreira que, na mesma linha de raciocínio de Stephan Walt, considera que os Estados se unem em aliança para fazerem frente a eventuais agressores.²⁸

Assim, considera-se aliança o acordo explícito, de caráter formal ou informal, firmado entre dois ou mais Estados soberanos com vista à cooperação em matérias de segurança/defesa.

²⁸ Moreira, Adriano, (2008), *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, pp. 120

Segunda Parte

Capítulo II – Explicação da conjuntura

1. Apreciação da situação internacional

A ordem mundial do pós-guerra apresenta-se muito diferente da existente antes da eclosão da Segunda Grande Guerra. Sendo certo que os Aliados Ocidentais e a União Soviética tinham saído vencedores do confronto com as forças do Eixo, tal não significava que a Paz definitiva tivesse sido alcançada.

Em 1945 apenas os Estados Unidos da América escapavam ao ambiente de colapso económico e de destruição generalizada. A maior parte dos países europeus tinha sofrido os horrores causados pelas grandes ofensivas terrestres e pela invasão do seu território por forças inimigas. Assim, a reconstrução dos países afetados pelo conflito mundial revelava-se uma tarefa hercúlea, as migrações em massa sucediam-se, a estabilidade política era periclitante e o futuro afigurava-se muito sombrio e incerto.

Os avultados recursos despendidos no esforço de guerra e as destruições resultantes dos combates conduzem a Europa a uma situação de total exaustão económica e financeira e ao desaparecimento das estruturas políticas, administrativas e sociais, necessárias à resolução dos problemas mais prementes das populações.

A recuperação da economia europeia, em grande parte patrocinada pelos EUA, vai ser afetada pela volatilidade da conjuntura política interna da Europa mas também pelo novo contexto político e económico das relações internacionais.

As conferências de Ialta e de Potsdam, ponto de partida para a divisão da Europa e para o estabelecimento de diferentes áreas de influência, acabaram por levar ao surgimento de um sistema bipolarizado.

Às dificuldades sentidas pelos Governos europeus na prossecução da reconstrução e recuperação económica dos seus países somar-se-iam as preocupações com eventuais intuítos expansionistas das autoridades soviéticas.

A partir de 1945, a União Soviética irá impor aos poucos a sua hegemonia política e militar aos restantes países da Europa de Leste e a presença ostensiva de muitos milhares de militares soviéticos desde a Alemanha Oriental até aos países balcânicos começará a ser gradualmente encarada como uma ameaça concreta à estabilidade securitária e à integridade territorial dos países ocidentais.

Desde cedo o receio de um eventual ataque da URSS, a promoção do comunismo e a busca da capacidade de influência internacional por parte das autoridades moscovitas, irão estar na origem de muita da turbulência surgida na Europa do pós-guerra.

As intenções não declaradas das autoridades soviéticas e a presença do Exército Vermelho na Europa central obrigarão, inevitavelmente, a uma reavaliação das estratégias securitárias regionais e globais dos Aliados ocidentais.

Apesar de se encontrarem a milhares de quilómetros da Europa central, a Ásia e o Médio Oriente foram também assoladas por uma onda de destruição generalizada. Tailândia, Filipinas, Birmânia, Indochina, Ilhas do Pacífico, Coreia e mesmo o Sul da China, sofreram perdas significativas na sequência da guerra com o Japão. O Japão acabará por pagar o preço mais elevado ao ser sujeito aos primeiros bombardeamentos atómicos da história mundial.

À semelhança do que sucedia na Europa, a reconstrução das zonas afetadas pelo conflito irá ser acompanhada pela disseminação de ideais comunistas que, propalados por líderes como Mao Tse-Tung e Ho Chi Minh, irão estar na génese de muitos dos conflitos que caracterizaram a Guerra Fria na Ásia.

a. A herança da Segunda Grande Guerra

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo o fim das hostilidades militares mas também a tomada de consciência dos enormes desafios que futuramente haveria que superar. A miséria e a devastação grassavam por toda a Europa e a visão das cidades e terrenos de cultivo totalmente arrasados pelos bombardeamentos somada à das intermináveis torrentes de deslocados fisicamente debilitados e esfomeados dificilmente poderia ser ignorada.

Como afirma Tony Judt, com a exceção das bem alimentadas forças de ocupação aliadas, tudo e todos parecem consumidos, sem recursos e extenuados.²⁹ A angústia e a exaustão das populações europeias eram o reflexo de uma guerra total que ao longo de quase seis anos, sem contemplação, tinha afetado militares e civis.

As perdas humanas são verdadeiramente incalculáveis e para alguns países empenhados no conflito apenas se podem avançar estimativas.

Apesar das enormes baixas militares sofridas pelos diversos exércitos envolvidos nos numerosos combates ocorridos ao longo da Segunda Grande Guerra, não estaremos longe da verdade se afirmarmos que esta afetou sobretudo populações civis que, de forma impiedosa, foram subjugadas pela ocupação territorial, pela repressão e exploração violenta e em último

²⁹ Judt, Tony, (2006), *Pós – Guerra: História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, pp. 33.

caso, exterminadas. Não discutindo os elevados danos materiais resultantes do conflito, estes podem ser considerados insignificantes se comparados com os cerca de 36,5 milhões de europeus mortos por causas relacionadas com a guerra. Cerca de metade dos mortos eram não combatentes civis submetidos ao extermínio em massa nos campos de concentração, dizimados pelas doenças, pela falta de alimentos, pelos trabalhos forçados e pelos bombardeamentos. Ainda assim, e um pouco surpreendentemente, não se verificaram epidemias em grande escala nem se assistiu à propagação descontrolada de doenças contagiosas.

Ainda no que diz respeito a perdas humanas, a Europa de Leste foi significativamente mais sacrificada do que a ocidental. Em termos gerais, a URSS terá perdido, entre 1941 e 1945, cerca de um décimo da sua população enquanto a Polónia viu desaparecer cerca de 7 milhões de habitantes, o equivalente a um quarto da população polaca.

Esta pesada hemorragia populacional infligida aos países de Leste irá refletir-se na forma como, mais tarde, europeus ocidentais e de Leste irão lidar com o regresso da Alemanha à cena internacional. Os países da Europa ocidental rapidamente tentarão olvidar os problemas do passado promovendo o rápido regresso e integração da Alemanha ocidental no sistema internacional do pós-guerra enquanto o sentimento anti alemão, o receio e a desconfiança perdurarão na mente dos povos de Leste.

Fruto das grandes ofensivas terrestres e dos intensivos bombardeamentos aéreos, os danos materiais infligidos aos países diretamente intervenientes na Segunda Guerra Mundial foram significativamente mais extensos do que os ocorridos no conflito de 1914-1918. Se na Primeira Guerra Mundial os confrontos se resumiram quase exclusivamente à defesa de posições estáticas no terreno limitando assim os danos materiais causados, a Segunda Grande Guerra desenvolve-se segundo uma lógica de guerra de movimento que faz com que muitos dos países acumulem sucessivas destruições.

Para além das perdas humanas e dos danos materiais anteriormente mencionados, é necessário ter em conta também outro fator que, a curto prazo, contribuiu para a lenta recuperação europeia – a desorganização da sociedade. Sujeitos a sucessivas ocupações territoriais por forças inimigas e exércitos de libertação, a maioria dos governos dos Estados europeus envolvidos no conflito viram a sua autoridade e legitimidade esboroadas. Cada ocupação dava lugar à destruição do regime anteriormente implementado, à desacreditação das hierarquias, à destruição das elites locais e a uma alteração profunda do panorama social. A grande maioria dos quadros locais são afastados dos seus cargos em favor de elementos

pertencentes à força ocupante e os poucos que se mantêm em funções são paulatinamente marginalizados pela restante população acusados de comprometimento e colaboracionismo. Em suma, e parafraseando Tony Judt, em 1945, «(...) o que não estava completamente desacreditado, estava irremediavelmente arruinado».³⁰

Analisando todas as alterações fronteiriças resultantes da Segunda Grande Guerra é possível constatar um contraste evidente entre a estabilidade territorial e fronteiriça verificada nos países da Europa ocidental e a mutação que, à semelhança de outros períodos conturbados da história, ocorreu no espaço geográfico da Europa Oriental. Contrariamente ao que havia sucedido no final da Primeira Guerra Mundial, chegados a 1945 as fronteiras mantiveram-se, com a exceção da Polónia, mais ou menos inalteradas.

No que diz respeito à Alemanha, se o armistício de 1918 definia claramente os termos da capitulação, a rendição de 1945 coloca o país à mercê das forças aliadas vencedoras do conflito. Na prática a Alemanha deixa de existir para os aliados que afastam qualquer possibilidade de negociação com um Estado que, fruto do domínio do estado por um partido, se confunde com o nacional-socialismo. Caberia aos aliados, que na conferência de Potsdam se decidem pela ocupação comum e total da Alemanha, administrar o território alemão e a sua população. O país é dividido em quatro zonas de ocupação e a sua capital seccionada em igual número de setores colocados sob administração dos comandantes militares das quatro potências ocupantes.

A Itália, para além de perder as suas colónias, irá ceder a Áustria à Jugoslávia e Trieste adquire o estatuto de cidade livre. A França sai beneficiada na retificação de algumas das suas fronteiras, a Finlândia volta a ceder territórios à Rússia e a Roménia é obrigada a restituir a Bessarábia.

Se nos casos anteriores se verificaram pequenos ajustamentos territoriais, no caso da Polónia as alterações territoriais são bastante mais significativas e extensas. Assim, as fronteiras polacas recuam muitos quilómetros para Oeste em virtude da cedência à Rússia soviética de todos os territórios situados a Leste da fronteira definida na sequência dos acordos de Versailles de 1918³¹. O território russo expande-se assim para Oeste passando a integrar a maior parte da Prússia oriental enquanto a Polónia, compensada com a cedência

³⁰ Judt, Tony, (2006), *Pós – Guerra: História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, pp. 63.

³¹ Linha Curzon

das províncias alemãs da Pomerânia, Silésia e Brandeburgo, vê a sua fronteira ocidental deslocar-se para a linha traçada pelos cursos dos rios Oder e Neisse³².

Mais a Oriente, o Japão haverá de sofrer também significativas amputações territoriais já que as autoridades japonesas se vêm obrigadas a restituir a quase totalidade dos territórios anexados antes da guerra, nomeadamente a Manchúria e a Coreia.

b. A recuperação europeia

Sobreviver à guerra não tinha sido tarefa fácil e, uma vez alcançada a tão ambicionada Paz, as populações europeias debatiam-se agora com a difícil tarefa de fazer ressurgir a prosperidade outrora existente. Conscientes das condições que favoreceram o surgimento da Segunda Guerra Mundial, jovens e velhos convergiam numa mesma opinião – estava fora de questão voltar ao *status* existente em 1939.

Terminado o conflito, os três principais vencedores alimentavam agora diferentes expectativas relativamente ao imediato pós guerra.

A União Soviética, sob a liderança incontestada de Estaline, sai do conflito com as suas prioridades perfeitamente definidas. Estaline pretende garantir, como afirma Jonh Lewis Gaddis, a sua própria segurança, a do seu regime, do seu país e da sua ideologia.³³

Os E.U.A. almejavam também uma Paz duradoura e uma segurança efetiva do seu território mas pretendiam sobretudo uma disseminação planetária dos seus ideais.

Os Britânicos, tal como afirmara Churchill, tinham um único objetivo – sobreviver a todo custo.

Em termos genéricos, a Segunda Grande Guerra remata um período temporal que, prolongando-se por cerca de um século e meio, foi marcado pela presença constante de revoluções e guerras. Em termos simbólicos, o ano de 1945 representa o triunfo da democracia sobre antigos regimes políticos, o fim das monarquias e de grande parte dos regimes autoritários.

Inspirados nas ações dos movimentos de resistência que se empenharam na luta contra as forças ocupantes durante o conflito, os novos movimentos políticos surgidos nos primeiros anos do pós-guerra terão como preocupação principal o lançamento dos alicerces necessários ao surgimento dos novos regimes europeus. A desacreditação e a desorganização

³² Rémond, René, (1994), *Introdução à História do Nosso Tempo, Do Antigo Regime aos Nossos dias*, Lisboa, Gradiva, pp. 374-377.

³³ Gaddis, Jonh Lewis, (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, pp. 22.

a que tinham sido sujeitas as forças políticas de direita durante o conflito, associadas à lembrança de uma ordem antiga que todos pretendiam esquecer, abrirá caminho a um sistema político onde predominarão as forças de esquerda, à partida mais disciplinadas e organizadas.

Apesar das diversas condicionantes conjunturais e dos diferentes ritmos de penetração, o continente europeu vai ser percorrido por três correntes políticas – o socialismo democrático, o comunismo e a democracia cristã. Serão estas as forças que irão moldar a fisionomia dos novos regimes europeus.

Tentando corresponder às aspirações de uma opinião pública ávida de mudança, a ação conjunta das diversas forças políticas irá impulsionar profundas transformações nas instituições políticas, nas estruturas económicas e na sociedade. Estava fora de questão continuar a aceitar a existência das desigualdades, das injustiças sociais e das incompetentes elites políticas características do período entre guerras. Urgia reformular as democracias europeias conferindo-lhes maior dimensão, robustez e representatividade. Aos aparelhos estatais exigia-se um papel mais interventivo nas questões sociais e económicas.

No entanto, o correto funcionamento das futuras democracias só seria possível recorrendo-se ao que Tony Judt designou de “*religião política do pós-guerra*”³⁴ – o planeamento. Apesar das diversas interpretações avançadas para o conceito de planeamento, existia unanimidade de opiniões relativamente à necessidade do Estado passar a desempenhar um papel mais ativo nas questões sociais e económicas.

A nível político, no imediato pós guerra, a grande maioria dos países europeus irá ser dirigida por coligações de políticos de esquerda e de centro esquerda³⁵. Elaboram-se novas Constituições de cariz mais democrático; alteram-se regimes eleitorais e adotam-se os regimes parlamentares.

Para além das transformações políticas, operam-se também paralelamente importantes reformas sociais. A Segunda Guerra Mundial transforma o papel social do Estado e, findo o conflito, todos atribuem ao Estado a obrigação de zelar pela melhoria das condições de vida dos seus cidadãos.

Apesar de rudimentares, em 1945 existiam já algumas formas de assistência social. O apoio social advém, por essa altura, essencialmente de diversos tipos de seguros que, patrocinados pelo Estado, se destinavam à assistência na doença, no desemprego, nos

³⁴ Judt, Tony, (2006), *Pós – Guerra: História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, pp.88 – 92.

³⁵ Idem, *ibidem*.

acidentes de trabalho e na velhice. A médio prazo, a gratuidade do ensino público secundário e superior generaliza-se, a qualidade de vida melhora e a esperança de vida aumenta gradualmente.

No imediato pós guerra assistir-se-á a um incremento significativo da produção legislativa de cariz social e os Estados-Providência europeus irão gradualmente incrementar a prestação de serviços sociais relacionados com a educação, habitação e assistência médica.

No plano económico operam-se também importantes transformações estruturais. Era necessário intervir nos assuntos económicos de forma a corrigir desequilíbrios e a eliminar as ineficiências. Aspirava-se então por uma economia bem planeada que favorecesse o surgimento de uma sociedade mais justa e esclarecida. Por isso, e para que a recuperação económica se tornasse uma realidade, era necessário adotar uma estratégia que impedisse o regresso da estagnação económica, do protecionismo e do desemprego.

Numa época em que o capital escasseava apostava-se no investimento público cabendo aos aparelhos governamentais a difícil tarefa de escolher onde aplicar os limitados recursos colocados à sua disposição.

No entanto, decorridos dois anos desde o fim da Segunda Grande Guerra era perceptível algum descontentamento relativamente ao ritmo da recuperação europeia. O general Marshall afirmaria em Abril de 1947 «(...) the recovery of Europe has been far slower than had been expected (...)» ao mesmo tempo que altos quadros da Secretaria de Estado norte-americana para os assuntos económicos vaticinavam, caso não fosse disponibilizada uma imediata e substancial ajuda, a desintegração económica, política e social do velho Continente. Os relatórios da ONU espelhavam por essa altura o mesmo tipo de preocupação.³⁶

A recuperação dos países europeus decorre a diferentes ritmos com a economia dos países anteriormente sujeitos a ocupação territorial a recuperar mais rapidamente que os restantes. No geral, segundo a ONU, os países europeus fazem um esforço significativo com vista ao ressurgimento da atividade industrial e à recuperação das infraestruturas de transporte. No entanto, as corajosas iniciativas de reforma tentadas por todo o continente europeu nos dois primeiros anos do pós guerra haviam de revelar-se insuficientes para alcançar a tão ambicionada recuperação económica.

³⁶ Killick, Jonh, (1997), *The United States and the european reconstruction 1945-1960*, Edimburgo, Keele University Press, pp. 56-58.

Apesar das ajudas financeiras proporcionadas pelos EUA e pela ONU, este ímpeto inicial de recuperação viria a ser interrompido por uma acentuada deterioração da situação económica e política europeia que haveria de conduzir à divisão da Europa, ao Plano Marshall e ao surgimento da Guerra Fria

A inversão do cenário de deterioração da situação económica europeia só começaria a operar-se a partir de Junho de 1947 com o aparecimento do Programa de Recuperação da Europa promovido pelos E.U.A.

As autoridades norte-americanas estavam dispostas a recuperar a Europa, que consideravam mal organizada económica mas também politicamente, e os delapidados países europeus ansiavam por uma ajuda económica que lhes permitisse levar a cabo a tão ambicionada reconstrução. O Novo Mundo tomava em mãos a reconstrução e reorganização do Velho Continente.

Sem fazer distinção, pelo menos explícita, entre países da Europa ocidental ou de Leste, o Plano Marshall³⁷ surge com o objetivo de patrocinar a recuperação económica da Europa colmatando situações de fome e pobreza que, em última instancia, poderiam favorecer a subida ao poder dos partidos comunistas locais.

Os pressupostos em que assentava o Plano Marshall eram claros: a ameaça de uma intervenção militar da URSS constituía o menor dos perigos se comparada com a hipótese de uma subida ao poder mais ou menos generalizada dos partidos comunistas existentes um pouco por toda a Europa.

A proposta de auxílio apresentada em Harvard a 5 de Junho de 1947 previa que, ao longo de quatro anos, os EUA concedessem aos Estados europeus uma avultada ajuda económica ficando a gestão das verbas disponibilizadas no âmbito desta ajuda a cargo de cada país apoiado. Aos governantes dos países europeus que tinham sido afetados direta e indiretamente pelo conflito, e que até então tinham encarado individual e isoladamente a reconstrução dos respetivos territórios, o General Marshall sugeria agora que se pusessem de acordo relativamente à necessidade de estabelecer um programa comum de recuperação económica e de reconstrução. Os EUA acabariam por investir nesta ajuda cerca de dez por cento da sua despesa pública anual na reconstrução da Europa³⁸.

³⁷ Para informação adicional mais detalhada sobre o Plano Marshall veja-se por exemplo Hogan Michael J.,(1989), *The Marshall Plan: America, Britain, and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*, Cambridge University Press.

³⁸ Gaddis, Jonh Lewis, (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, pp. 46.

Como dissemos, a proposta de auxílio englobava também inicialmente os países da Europa de Leste mas a URSS e os países da sua esfera de influência cedo rejeitarão a ajuda proposta no Plano já que o mesmo era visto como uma tentativa dos EUA imporem o seu domínio político e económico sobre a Europa³⁹. Se dúvidas existissem, a rejeição forçada do apoio previsto no Plano Marshall pelos países do bloco de Leste vem confirmar a capacidade da URSS impor a sua hegemonia sobre a política externa dos países da Europa Oriental.

A curto prazo, a não-aceitação por parte da URSS da ajuda contida no Plano Marshall materializava em definitivo a divisão da Europa em duas. A partir de então edificam-se e consolidam-se aos poucos dois blocos antagónicos em que ambas as partes se empenham em arregimentar o maior número possível de aliados.

c. A Guerra Fria

Antes mesmo de se terem esgotado os efeitos do conflito anterior uma nova guerra, a Guerra Fria, traz consigo uma renovada e intrincada teia de problemas.

Entre 1945 e 1947, os EUA empenhar-se-ão ativamente na criação das condições necessárias à manutenção da política de alianças existente durante a Segunda Guerra Mundial. Mais do que a derrota de um qualquer inimigo, importava agora promover a estabilidade da nova ordem mundial saída do conflito.

Mas, decorridos escassos vinte e quatro meses desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o ambiente de rutura era porém bastante evidente e a gradual degradação das relações EUA-URSS abria progressivamente caminho a um novo tipo de conflito. A Europa ver-se-á aos poucos dividida em dois blocos antagónicos liderados a Oeste pelos EUA e a Oriente pela URSS.

Se a luta contra um inimigo comum tinha colocado momentaneamente de lado velhos antagonismos, o *terminus* do conflito traz à superfície antigos e novos desacordos e desentendimentos. As duas principais potências mundiais estão agora animadas por diferentes e maiores ambições mas também muito mais receosas pela sua segurança. Luta-se agora pela disseminação de dois sistemas políticos, económicos e sociais diametralmente opostos. Num ambiente em que os antagonismos ideológicos e a luta pela hegemonia passam a ser uma constante, a situação internacional rapidamente entrará numa espiral de degradação.

³⁹ Vaisse, Maurice, (2009), *As Relações Internacionais desde 1945*, Lisboa, Edições 70, pp. 27

Na América vitoriosa do pós-guerra tinha-se desenvolvido uma crença cega no poder do capitalismo igualada por uma crescente hostilidade ideológica relativamente ao comunismo. Para o comum dos americanos o comunismo constituía uma ameaça ao seu modo de vida e à prosperidade futura da sua Nação. Os EUA empenhar-se-iam por isso ativamente na limitação da ameaça comunista onde quer que ela se vislumbrasse.

As autoridades dos países democráticos ocidentais tardarão algum tempo a reconhecer, apesar das evidências, as implicações da agressiva política soviética e, dando seguimento aos compromissos assumidos ainda durante o conflito e pressionados pelas respetivas opiniões públicas, os EUA a Grã-Bretanha e o Canadá rapidamente darão início ao repatriamento dos seus contingentes militares.

Mas, a retração das forças norte-americanas de solo europeu num momento em que se verificava uma presença maciça de forças russas abria caminho a um perigoso desequilíbrio favorável à disseminação do comunismo. Por altura da capitulação da Alemanha, os EUA tinham estacionados em solo europeu cerca de três milhões e cem mil homens, a Grã-Bretanha cerca de um milhão trezentos e vinte mil e o Canadá pouco mais de duzentos e noventa mil combatentes. Em 1946 restavam em solo europeu cerca de trezentos e noventa e um mil militares norte-americanos, quatrocentos e oitenta e oito mil britânicos e as autoridades canadianas tinham já feito regressar a casa a totalidade das suas forças.⁴⁰

Em sentido contrário, a URSS mantinha em pé de guerra grande parte dos seus efetivos militares, cerca de quatro milhões e meio de homens, ao mesmo tempo que a sua indústria de armamento continuava a produzir a um ritmo imparável. A presença das suas forças no coração da Europa e a ação política concertada das autoridades da URSS “empurram” a Alemanha Oriental, a Polónia, a Albânia, a Roménia, a Bulgária, a Hungria e a Checoslováquia no sentido da subjugação ao domínio soviético. A breve trecho, todos estes países se encontrarão ligados a Moscovo por uma intrincada e bem urdida teia de acordos de carácter político, económico e militar.

A progressiva hostilidade demonstrada pelas autoridades da URSS, que viam nos EUA a principal ameaça ao Estado soviético, que tinha sido firmemente edificado com base nos princípios e práticas Marxistas-Leninistas, acabará por fazer disparar os alarmes na Grã-Bretanha e nos EUA que rapidamente invertem as diretrizes da sua política externa ao mesmo tempo que suspendem a desmobilização em curso e promovem o rearmamento. A situação mundial agrava-se significativamente à medida que se revelam infrutíferas todas as

⁴⁰ Ismay, Lord, (1954), *OTAN, 1949-1954, Les Cinq Premieres Annees*, Paris, NATO, pp. 3-12

tentativas de acordo com as autoridades soviéticas para resolução dos assuntos internacionais mais prementes.

Os EUA tentarão, pacto após pacto, edificar uma barreira de segurança em torno do bloco soviético e, aos poucos, o auxílio económico à Europa irá ser suplantado pela assistência militar. Gradualmente, a política do General Marshall é substituída por uma política de cariz militar estrategicamente delineada.

i. A Generalização da Guerra Fria

Progressivamente, o clima de Guerra Fria irá alastrar em várias frentes, e quase em simultâneo, para fora da Europa.

Em Agosto de 1949 a URSS efetua o seu primeiro ensaio nuclear. Retirando aos EUA o monopólio atómico, obriga as autoridades norte-americanas a reforçar, em passo acelerado, os seus arsenais convencionais e não-convencionais.

Em Outubro desse mesmo ano, a Guerra Fria chega Ásia Oriental com os comunistas chineses a apoderarem-se da totalidade do território continental chinês e a proclamarem a fundação da Republica Popular da China. A vitória de Mao Tsé-Tung surpreende americanos e soviéticos que não tinham equacionado a possibilidade dos nacionalistas chineses deixarem de governar tão cedo a China. Apesar da surpresa, as autoridades soviéticas reconhecem prontamente a Republica Popular da China promovendo o rápido estabelecimento de relações diplomáticas e a assinatura de tratados de amizade e assistência mútua. A nação mais populosa do mundo seria a partir de agora governada pelos comunistas e o centro de gravidade do bloco comunista, que passava a contar com cerca de mil milhões de homens⁴¹, deslocava-se para Oriente.

O colapso do nacionalismo chinês ocorrido em 1949 faz aumentar os receios das autoridades norte-americanas. Temia-se então que uma maré vermelha comunista, proveniente da União Soviética e da recém-criada Republica Popular da China, “engolisse” uma Nação que se tinha mantido imune a influencias e ataques externos desde que tinha alcançado a sua independência em 1783.

Em 1950 ocorre também uma súbita mudança de rumo na Indochina. A guerra de tipo colonial que os franceses travavam desde 1946 transforma-se subitamente num conflito de características ideológicas entre comunistas, apoiados pela China, e o mundo ocidental

⁴¹ Rémond, René, (1994), Introdução à História do Nosso Tempo, Do Antigo Regime aos Nossos dias, Lisboa, Gradiva, pp. 388-394.

representado pelos franceses. O mesmo viria a ocorrer na Coreia ainda em Junho do mesmo ano. A grande ofensiva lançada pela Coreia do Norte contra o Sul leva à intervenção, com o beneplácito das Nações Unidas, de forças militares norte-americanas, britânicas e francesas. Não se conformando com o rumo dos acontecimentos, a China não tardaria em intervir no conflito enviando muitos milhares de voluntários chineses para lutarem ao lado das forças norte-coreanas.

Ao mesmo tempo que a URSS consolidava o seu poderio, os EUA davam seguimento às políticas anticomunistas expandindo a sua capacidade de influência internacional através da assinatura de tratados (SEATO, ANZUS, Pacto de Bagdade, etc.). A derrota francesa em Dien Bien Phu (1954) levaria a um incremento do envolvimento Norte-americano na antiga Indochina francesa e teria como desenlace final aquele que viria a ser um dos mais importantes conflitos da Guerra Fria – a guerra do Vietname.

Apesar de tudo, ao longo de toda a Guerra Fria, o palco principal da tensão Leste – Oeste continuará a ser a região central da Europa com especial destaque para o problema alemão em geral e da cidade de Berlim em particular que, em 1961, viria a ser dividida por um muro que materializava no terreno a metáfora da Cortina de Ferro antevista por Winston Churchill no seu célebre discurso de 1946.

ii. O novo ambiente securitário e a reformulação do sistema de alianças defensivas

Como afirma Adriano Moreira, «a competição internacional sempre levou à formação de alianças entre os Estados que entram em competição, sobretudo no caso da guerra ou para evitar o início da agressão».⁴²

Em termos securitários, a rutura que se opera no relacionamento dos países ocidentais com o Leste europeu no decurso do ano de 1947 faz despertar os aliados para uma nova realidade. A ameaça alemã que até então tinha dominado o planeamento militar dos aliados era agora suplantada por outra muito mais poderosa e imprevisível – a ameaça Soviética.

Numa Europa enfraquecida económica e militarmente, a URSS tinha expandido significativamente a sua área de influência ideológica e política ao mesmo tempo que, como referido, mantinha em pé de guerra os seus exércitos.

Abandonando a preferência que até então tinham dispensado aos tratados de carácter bilateral e ultrapassando o receio de eventuais reações adversas das autoridades soviéticas,

⁴² Moreira, Adriano, (2008), *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, pp. 586.

franceses e britânicos mostram-se a partir de 1947 empenhados na criação de uma aliança ocidental de tipo multilateral. Desta vontade surgirá o primeiro grande Tratado do pós-guerra – o Tratado de Dunquerque

Consciente da crescente agressividade comunista, o Secretário de Estado britânico para os Negócios Estrangeiros Ernest Bevin incitará os países da Europa Ocidental, num discurso proferido em Janeiro de 1948, a uma rápida concertação de esforços no sentido de contrariar o alargamento da esfera de influência soviética em curso nos países de Leste⁴³. Indo mais além declara que, não sendo mais possível considerar isoladamente as necessidades de defesa da Grã-Bretanha, desenvolveria com os seus aliados continentais uma estratégia comum de defesa consubstanciada numa “União Europeia Ocidental”.

O impulso decisivo para a criação dessa aliança ocidental viria a surgir no seguimento do Golpe de Praga ocorrido no mês seguinte. Este acontecimento marca o início de um período em que se opera um significativo agravamento do ambiente securitário que obriga os aliados ocidentais à reformulação das estratégias militares anteriormente equacionadas. O poderio da ameaça militar soviética fica aí bem patente e deixa antever a necessidade de repensar o sistema de alianças defensivas até então existente.

Ainda sob o efeito dos acontecimentos de Praga, os países do Benelux são convidados a juntarem-se à Aliança franco-britânica ficando aberto o caminho para a assinatura do Tratado de Bruxelas. Este Tratado convencional, firmado em 17 de Março de 1948, previa no seu Artigo IV, a existência de mecanismos de assistência mútua em caso de agressão alemã contra qualquer dos signatários. O rumo dos acontecimentos deixava perceber uma crescente exposição ocidental às pressões soviéticas mas, a contra ciclo, continuava-se oficialmente a apontar o dedo à Alemanha.

Os principais atores estatais da Europa ocidental demonstravam com a assinatura daquele Tratado uma grande determinação e empenhamento na criação de mecanismos comuns de defesa mas as vulnerabilidades persistiam. Tendo em conta a evidente insuficiência de meios ao dispor das autoridades europeias, só seria possível contrariar uma agressão externa com a intervenção ativa dos EUA. Havia por isso que transformar o conceito de segurança delineado no Tratado de Bruxelas num outro de características mais abrangentes que considerasse a defesa e a segurança de todo o Atlântico Norte.

⁴³ Discurso de Ernest Bevin (22 de Janeiro de 1948) citado por Mastny, Vojtech, Sven G. Holtmark e Andreas Wenger, *War Plans and Alliances in the Cold War*, (2006), Londres, Routledge.

A determinação e a capacidade de organização regional demonstradas pelos decisores europeus aquando da assinatura do Tratado de Bruxelas tranquilizam as autoridades norte-americanas que consideram estarem reunidas as condições necessárias à celebração de acordos de cooperação mais alargados nas áreas da segurança e defesa. Conferindo um novo rumo à tradicionalmente isolacionista política externa dos EUA, a Resolução de Vandenberg aprovada pelo Senado americano em 11 de Junho desse mesmo ano concede autoridade ao Governo norte-americano para a participação numa organização destinada à segurança europeia. Ela marca o arranque de uma nova etapa da política exterior estadunidense que a partir de então se torna mais ativa e intervencionista em contextos geoestratégicos muito mais alargados do que aqueles do continente americano.

Ainda em 1948, o bloqueio imposto pelas autoridades soviéticas à cidade de Berlim, que na opinião de Tony Judt resulta mais do improvisado do que de um desígnio agressivo conscientemente delineado⁴⁴, haverá de conduzir a uma reavaliação dos planos militares entretanto produzidos. A mudança de atitude das autoridades soviéticas é agora bastante mais evidente.

Decorridas apenas escassas semanas desde o início do bloqueio, estavam já em marcha as negociações necessárias ao estabelecimento de um pacto regional de assistência mútua aberto à participação de todos os países que, direta ou indiretamente, viessem a ser ameaçados por uma eventual ambição atlântica da União Soviética.⁴⁵

Os últimos meses de 1948 seriam de importância capital para a materialização do futuro Tratado do Atlântico Norte. Assim, em Outubro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco países signatários do Tratado de Bruxelas declaram oficialmente a sua intenção de criar um pacto do atlântico e redigem em tempo recorde a primeira versão do texto oficial do futuro Tratado.

A criação oficial da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) teria lugar no dia 4 de Abril de 1949 com o objetivo de, como afirmou Lord Ismay, «(...) manter os Russos de fora, os Americanos dentro e os Alemães em baixo».⁴⁶ A OTAN, continuação lógica da cooperação militar existente entre os aliados durante a Segunda Grande Guerra, constituía-se agora na primeira barreira ocidental oficialmente concebida para lutar contra o expansionismo comunista. Mas, não discutindo a importância do acontecimento, pode

⁴⁴ Judt, Tony, (2006), *Pós – Guerra: História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, pp. 182-192.

⁴⁵ Miller, David, (2001), *The Cold War- A Military History*, Londres, Pimlico, pp. 16-24.

⁴⁶ Judt, Tony, (2006), *Pós – Guerra: História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, pp. 187.

afirmar-se que, tendo em conta que o número de efetivos militares no terreno apresentava um saldo positivo de 12 para 1 em favor da URSS⁴⁷, a OTAN não iria causar no imediato qualquer alteração no equilíbrio militar europeu.

A Leste, a criação da OTAN em 1949 não causará preocupações suscetíveis de provocar alterações significativas na política defensiva e militar da URSS. As alterações mais visíveis apenas ocorreriam após a morte de Estaline em 1953 e mais concretamente em Maio de 1955 com a aceitação da Alemanha Ocidental como membro de pleno direito da OTAN.

Entretanto, as limitações do dispositivo de contenção implementado pelos aliados ocidentais nos primeiros anos do pós guerra são significativas e permitem a Estaline avançar mais e de forma mais célere as suas peças no tabuleiro do Leste europeu⁴⁸. Iludindo habilmente a vigilância anglo-americana, as autoridades soviéticas intervêm política e militarmente nas questões internas de seis países e conseguem, sem grande esforço, impedir uma leitura clara da sua estratégia global.

Em 1949, as autoridades soviéticas tinham já conseguido impor tratados bilaterais de amizade, cooperação e assistência mútua à Checoslováquia, Jugoslávia, Polónia, Roménia, Hungria e Bulgária. Estes Tratados, com uma validade de 20 anos impunham, entre outras condições, o não estabelecimento de relações estatais com países cujas intenções fossem hostis à URSS e concediam, na prática, autorização tácita para a continuação da presença militar soviética nesses países. Temendo uma eventual unificação de propósitos que colocasse em risco os seus interesses, as autoridades soviéticas envidarão todos os esforços no sentido de impedir o estabelecimento de relações bilaterais entre os países de Leste sob sua orientação. Tendo em mente a edificação de um escudo defensivo que mantivesse afastada das fronteiras da URSS qualquer ameaça vinda do Ocidente, as autoridades soviéticas saberão também aos poucos influenciar o planeamento defensivo e militar dos países que consideravam pertencentes à sua esfera de influência.

O moldar de uma aliança que servisse os interesses securitários da URSS começa, por isso, muito antes da formalização do Pacto de Varsóvia em 1955. Ainda no decurso da Segunda Guerra Mundial, a ação libertadora levada a cabo pelo Exército Vermelho na Europa de Leste constitui a primeira etapa de um processo que conduziria ao controlo militar

⁴⁷ Idem, pp. 186.

⁴⁸ Soulet, Jean-François, (2009), *Historia da Europa de Leste, Da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias*, Lisboa, Teorema, pp.76-82.

daquela parcela geográfica da Europa e à implementação de uma zona tampão para a defesa avançada das fronteiras mais ocidentais da URSS. Seguindo um padrão específico e consistente, a sovietação dos países do Leste europeu progride sem sobressaltos entre 1945 e 1950.

Contrariando os esforços desenvolvidos pela diplomacia soviética no sentido de impedir o ressurgimento da outrora poderosa nação alemã, nos primeiros anos da década de cinquenta os aliados ocidentais dão início ao processo que haveria de levar ao rearmamento da RFA e à sua posterior integração na OTAN. Em termos securitários, esta iniciativa dos aliados ocidentais criava uma nova e muito significativa ameaça aos interesses da URSS e obrigava as autoridades soviéticas, apreensivas com o cada vez mais provável rearmamento da Alemanha e com o crescimento da coligação antissoviética liderada pelos EUA, a repensar a rede de tratados bilaterais anteriormente firmados.

A chegada de Nikita Khruchchev à liderança da URSS ocorre num momento de claro incremento das iniciativas dos aliados ocidentais relativamente à Alemanha. A intenção dos aliados ocidentais aceitarem o rearmamento da Alemanha Ocidental e a sua inclusão na OTAN obriga Khruchchev, que tudo tinha feito para manter a Alemanha fraca e dividida, a transformar definitivamente as diversas alianças bilaterais de defesa num único instrumento de cooperação e auxílio mútuo. Assim, em 14 de Maio de 1955, reagindo prontamente à adesão da Alemanha Federal à OTAN, as autoridades soviéticas decidem formar, em conjunto com sete países pertencentes à sua esfera de influência o Pacto de Varsóvia. O Tratado firmado estabelecia no seu Artigo IV, ao abrigo do Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, a obrigatoriedade de prestação assistência imediata em caso de ataque contra qualquer Estado ou grupo de Estados membros do Pacto.

Criada oficialmente como resposta à adesão da Alemanha à OTAN, esta aliança de países socialistas da Europa de Leste liderada pela URSS terá porém um alcance mais vasto já que funcionará como contrapeso à crescente importância da OTAN no continente europeu e como instrumento de afirmação internacional da URSS.

Em termos organizacionais, o Pacto de Varsóvia diferia significativamente da OTAN ao não dispor de uma estrutura organizacional independente. Em dependência direta do Ministério da Defesa soviético, o Pacto de Varsóvia irá revelar-se o principal mecanismo de controlo político e militar dos países de Leste. Sob a fachada de uma aparente capacidade decisória coletiva, a URSS não hesitará em servir-se do Pacto para influenciar política e militarmente os assuntos domésticos dos seus aliados.

A URSS juntava assim ao tratado gizado em 1949 para regular o espaço económico dos países de Leste – COMECON, um outro destinado a disciplinar o espaço dito militar. A dominação soviética exercida a partir de então sobre as forças militares do pacto de Varsóvia é absoluta e, a longo prazo, a URSS promove e molda o desenvolvimento dos exércitos das repúblicas socialistas de forma a irem de encontro à sua estratégia militar global.

Aos poucos, a URSS irá impor aos seus aliados o modelo organizacional do Exército Vermelho, o seu equipamento, armamento e o abandono das práticas e tradições militares nacionais. Seguindo a prática utilizada durante a Segunda Grande Guerra, a URSS nomeia oficiais soviéticos para os diversos níveis da estrutura de comando das forças armadas dos países seus aliados exercendo desta forma um controlo militar destinado a fazer prevalecer a sua estratégia e doutrina militar.

Através do Pacto de Varsóvia a URSS, numa relação que Adriano Moreira classifica de diretora e pouco integradora⁴⁹, desenvolverá uma política de domesticação dos Estados satélites marcada por abusos brutais, constante desrespeito pelo Direito dos Povos e pela adulteração de culturas.

⁴⁹ Moreira, Adriano, (2008), *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, pp.588

2. Caracterização da situação interna

a. Análise da situação política nacional

i. «O meu horror a essa espécie de democracia não mudou»⁵⁰

A vitória das forças aliadas foi discretamente saudada por todo País. No dia da capitulação alemã Salazar discursa na Assembleia Nacional enquanto nas ruas se intensificam as reivindicações pró democráticas e pró socialistas. A democracia triunfara sobre o totalitarismo e eram grandes as esperanças de que também em Portugal se viessem a operar mudanças radicais no seio do Estado Novo.

Em Setembro de 1945 foi dissolvida a Assembleia Nacional e são marcadas eleições, supostamente livres e abertas à participação de diferentes grupos políticos, para o mês de Novembro. Esta aparente cedência à livre participação de movimentos e associações nas eleições que se avizinhavam reuniu em torno do ainda jovem Movimento de Unidade Democrática (MUD) grande número de velhos e novos opositores ao Regime. Iniciadas as primeiras ações de campanha cedo ficaria claro que o movimento oposicionista revelava graves deficiências organizativas e que, para além disso, a tolerância concedida à sua atuação não iria muito além da manifestação de intenções na imprensa. De toda a Oposição, apenas o Partido Comunista revela capacidade de ação fruto de uma estrutura clandestina bem oleada.

Em busca de melhores condições eleitorais a Oposição solicitará, sem sucesso, o adiamento das eleições e a formação de um governo de transição. Recusada a pretensão de adiamento, o MUD tudo fará para tentar reverter a decisão governamental. Carmona declara, em audiência concedida àquele movimento, não querer interferir nas decisões do governo e o

⁵⁰ «(...) continuo a considerar perigosa em Portugal aquela democracia que toma a forma de parlamentarismo partidário, demagógico, tumultuário, com batuque de carteiras e discursos de nove horas. O meu horror a essa espécie de democracia não mudou. Mas se à palavra [democracia] se pretende dar um significado social de regime para bem do povo, temos direito de reivindicar para nós, com mais direito que outros, a designação de democratas (...)» Salazar em declarações a António Ferro citado em Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da História, pp.430.

Supremo Tribunal Administrativo nega provimento ao recurso interposto pelo MUD por se considerar incompetente na matéria em apreço⁵¹.

Da parte do regime, seguir-se-ão inúmeras perseguições aos elementos integrantes das listas do MUD e o encarceramento de grande número de indivíduos pertencentes à sociedade civil e militar de então.

Apesar de todas as perseguições e da falta de organização, a partir de 1945 a Oposição será cada vez mais uma “pedra no sapato” do Regime.⁵²

Em termos gerais, pode afirmar-se que a partir de 1946 a situação política nacional segue um caminho favorável ao governo de Salazar. A nível interno é possível constatar o esgotamento da iniciativa política da oposição enquanto ao nível das relações exteriores se deixa perceber um crescente e evidente apoio dos aliados anglo-americanos à manutenção do regime.⁵³

As autoridades portuguesas apresentam em agosto o pedido de admissão à ONU e são confrontadas com o veto da URSS e a congratulação pública do MUD pelo fracasso das aspirações governamentais.⁵⁴ Em outubro, enquanto Salazar se encontrava de férias na sua terra natal, tem lugar a Revolta da Mealhada.

Em 1947 tem início o contra-ataque do regime às ações da oposição. Aos poucos, até ao final da década, o Governo, para além de procurar erradicar os ecos remanescentes do conluio militar, desbarata os movimentos grevistas, proíbe o MUD e promove uma investida contra o Partido Comunista que quase leva ao seu desmantelamento.⁵⁵

Ultrapassada a crise política do imediato pós-guerra, Salazar procura agora reorganizar e dinamizar a ação das forças do regime e promove uma remodelação governamental.⁵⁶ Em abril Mendes Cabeçadas lidera mais uma tentativa falhada de revolta e

⁵¹ Sobre o MUD veja-se Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Circulo de Leitores. Veja-se também Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia, pp.433-436.

⁵² Marques, A. H. de Oliveira, (1998), *História de Portugal*, III, Lisboa, Editorial Presença, pp. 396 - 402

⁵³ Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 399

⁵⁴ Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia, pp. 440.

⁵⁵ Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 407.

⁵⁶ Idem, pp. 403 .

a 4 de Agosto Marcello Caetano é empossado no cargo de presidente da Comissão Executiva da União Nacional⁵⁷.

Em 1948, a marcação de eleições presidenciais para 13 de fevereiro de 1949 faz renascer as expectativas de mudança mas pouco ou nada mudará. A possibilidade de Carmona não voltar a recandidatar-se, tendo em conta a sua debilidade física mas sobretudo o seu comprometimento com a conspiração de 1944, não se verificará.

A forte investida lançada pelo regime salazarista a partir de 1949 permite reaver um eficaz e absoluto controlo da situação política nacional e faz regressar o País à letargia habitual. Tirando partido do inequívoco apoio prestado pelos aliados ocidentais não só à política externa portuguesa, mas ao próprio regime político, “ *o salazarismo parecia mesmo retomar certo arreganho político e ideológico*”⁵⁸.

A campanha eleitoral para as presidenciais de fevereiro prossegue sob um manto de aparente liberdade. A causa monárquica declara o seu apoio à candidatura de Carmona e Salazar, discursando na II conferência da União Nacional, teme um golpe de Estado constitucional.

Apesar das tentativas governamentais de desacreditação⁵⁹, Norton de Matos prossegue a sua campanha com grande apoio popular e respaldo público de muitas individualidades nacionais.

No dia 12 de fevereiro a oposição ao regime, reunida em torno da candidatura de Norton de Matos, dividida no seu seio e desbaratada pela repressão policial abster-se-á de participar no ato eleitoral abrindo dessa forma um longo período de retrocesso e de divisão das suas forças que só viria a terminar por altura das presidenciais de 1958⁶⁰.

No dia 4 de abril Portugal torna-se membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) acedendo assim ao restrito grupo dos defensores do mundo livre e, no dia 20 do mesmo mês, o Marechal Carmona assume funções de Estado pela última vez⁶¹.

⁵⁷ Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia, pp. 452.

⁵⁸ Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 503.

⁵⁹ Veja-se Pereira, Pacheco, (2001), *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política: “Duarte” o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 826 e segs..

⁶⁰ Rosas, Fernando e Brito, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, II, Lisboa, Bertrand Editora, pp.67.

⁶¹ Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia, 453-457.

Apesar desta aparente tranquilidade, nos bastidores da política nacional germinam ambições reformistas e fala-se a boca pequena da sucessão de Salazar. Ao longo da década de 50 o núcleo de apoio a Salazar ir-se-á aos poucos desagregando absorvido pela crescente ambição mudança. Entre 1949 e 1958 os marcelistas, discretamente, procurarão arregimentar seguidores e exercer influencia no seio do regime enquanto esperam pela tão ambicionada sucessão.⁶²

Em termos políticos, o ano de 1950 tem como principal acontecimento a remodelação governamental de 2 de agosto. Salazar abandona a pasta da Defesa em favor de Santos Costa que é nomeado para o mais alto cargo do Ministério da Defesa recentemente criado.

Em 18 de Abril de 1951 morre Carmona. Contrariando as expectativas daqueles que pretendiam ver Salazar assumir o mais alto cargo da Nação para de alguma forma se operar uma eventual modificação governamental, este recusa candidatar-se abrindo caminho para a eleição de Craveiro Lopes. Salazar constata a falta de entusiasmo relativamente à tomada de posse do novo Presidente.⁶³ Marcello Caetano, por sua vez, gere habilmente as oportunidades com que se vai deparando e é convidado por Salazar em julho de 1952 para membro vitalício do Conselho de Estado. Por altura da remodelação ministerial de julho de 1955, ascende ao cargo de ministro da Presidência.

O mandato de Craveiro Lopes vai ser marcado por um certo ambiente de *guerra fria* interna⁶⁴.

Sendo certo que, de forma cada vez menos discreta, crescia o número de descontentes com o regime vigente, não era menos verdade que esse mesmo regime continuava a contar com o apoio incondicional dos grandes e médios interesses estabelecidos que viam em Salazar a única garantia de sobrevivência dos valores construídos ao longo de décadas.

⁶² Sobre a ascensão do Marcelismo veja-se Rosas, Fernando (Coord), Pedro Aires Oliveira, (2004), *A Transição Falhada: o Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Circulo de Leitores.

⁶³ Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia, pp. 469.

⁶⁴ «(...) O tempo que se seguiu à “eleição” de Craveiro Lopes foi um período de refluxo – de apagada e vil tristeza - para a Oposição, no conjunto das suas diferentes correntes... a oposição, como força organizada e atuante, praticamente desapareceu (...)». Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia, pp. 478.

Fazendo uso do seu peso político e da sua capacidade de influência, o ministro da Defesa Santos Costa tudo faz para garantir a participação das Forças Armadas, obrigatoriamente fiéis a Salazar, na defesa interna do Estado Novo⁶⁵.

A sua ação é apoiada por uma série de oficiais «costistas» onde se destacam Gomes de Araújo, Câmara Pina, Amílcar Passos e Sousa, Kaulza de Arriaga, Venâncio Deslandes, Mário Silva e, durante algum tempo, Botelho Moniz que, nomeado primeiro CEMGFA em 1956 e Ministro da Defesa a partir de 1958, viria a ser o principal responsável pela mais séria tentativa de derrube do salazarismo.

Em 1958 tem início aquela que viria a constituir a segunda grande crise do regime salazarista. Apesar da aparente normalidade da vida do dia-a-dia, eram cada vez mais significativas as tensões acumuladas em diversos setores da sociedade portuguesa e acabariam por vir à superfície na sequência das eleições de 1958 e da candidatura de Humberto Delgado a essas mesmas eleições.

A atuação de Salazar, revelando crescente insensibilidade perante as difíceis condições sociais do país e algum alheamento e incompreensão relativamente às novas realidades mundiais, faz crescer o movimento de contestação no seio dos diversos setores sociais e políticos nacionais.

Como seria de esperar, as eleições de 1958 trarão à luz do dia as reais dissensões existentes no seio do próprio regime. Craveiro Lopes, que não terá demonstrado no desempenho de funções a lealdade e a cooperação esperadas por Salazar, verá a sua recandidatura vetada pela Comissão Central da União Nacional em favor da candidatura de Américo Tomás. A oposição apresentaria dois candidatos ao ato eleitoral mas seria a candidatura de Humberto Delgado a responsável pelo primeiro verdadeiro “terramoto” político do regime.

Abandonando o apoio que anteriormente tinha dispensado a Salazar e ao seu regime, Delgado revelará grande facilidade de acesso e mobilização da população descontente. A sua digressão eleitoral pelo País vai encontrar um entusiasmo nunca antes visto ou sequer previsto que fará tremer os alicerces do regime vigente.

O ato eleitoral, à semelhança dos anteriores, tem lugar com base em recenseamentos eleitorais falseados e com reduzido controlo por entidades isentas. A coação sobre os

⁶⁵ Veja-se Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Circulo de Leitores, pp.509 *et seqs.*

funcionários públicos é uma realidade e as medidas intimidatórias sobre grande parte da população sucedem-se.⁶⁶

Por entre protestos de fraude eleitoral, a repressão violenta intensifica-se após as eleições e Humberto Delgado vê-se forçado a pedir asilo político na embaixada do Brasil.

Em Agosto Salazar deixa cair Santos Costa e Marcelo Caetano e, no ano seguinte, o bispo do Porto, que em tempos ousara afrontar Salazar, vê-se também obrigado a deixar o País.⁶⁷

b. A situação económica nacional – 1945/1959

i. Os anos da Guerra

Tratando de evitar os problemas internos surgidos na sequência da intervenção portuguesa na Primeira Grande Guerra, a política económica nacional posta em prática durante o segundo conflito mundial, terá como principais preocupações e objetivos a manutenção da neutralidade e a sustentação do equilíbrio socioeconómico.⁶⁸

Apesar da tão apregoada neutralidade, Portugal não conseguirá manter-se imune às dificuldades económicas provocadas pelo conflito nem conseguira fugir à dura realidade de ter que implementar uma verdadeira economia de guerra.

Como escreve Fernanda Rollo, «a guerra surpreendeu a economia portuguesa no seu lado mais frágil desferindo simultaneamente um rude golpe no postulado teórico que vinha presidindo à sua orientação».⁶⁹ A dependência de fatores externos fortemente condicionadores da economia nacional revela-se uma realidade incontornável assim como a necessidade de se proceder a uma reformulação das estratégias até então seguidas.

O rumo dos acontecimentos e a política prosseguida durante a II Guerra mundial acabarão por determinar um aumento dos gastos públicos, dadas as necessidades militares e

⁶⁶ Veja-se o livro Delgado, Iva, Carlos Pacheco, Telmo Faria (Coord), (1998), *Humberto Delgado: as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja. Veja-se também Rosa, Frederico Delgado, (2008), *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, Esfera dos Livros.

⁶⁷ Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia, pp. 503-509.

⁶⁸ Veja-se Rosas, Fernando, (1990), *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa. Veja-se também Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Edições Cosmos, Lisboa, pp. 51.

⁶⁹ Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra*, MNE, Lisboa, pp. 41.

de intervenção estatal no abastecimento de bens essenciais. De acordo com os dados avançados por João Medina⁷⁰, no final da guerra as despesas públicas haviam quase duplicado o valor de 1939 e a moeda nacional tinha sofrido uma desvalorização de cerca de 10%. A custo, as autoridades nacionais conseguem interromper o surto inflacionista e dão seguimento a uma prudente política de fomento que segue de perto o preconizado na Lei da Reconstituição Económica aprovada em Maio de 1935.

Por outro lado, a guerra faz também diminuir os mercados alvo das exportações nacionais ao mesmo tempo que provoca crescentes dificuldades na obtenção de abastecimentos exteriores. O controlo e a regulamentação das atividades comerciais com o exterior tornam-se imperativas e, tentando suprir as necessidades mais imediatas das populações, o Estado procura impulsionar a agricultura de subsistência. Legisla-se então no sentido de colocar um travão na tendência de alta generalizada dos preços dos bens de primeira necessidade e pune-se o açambarcamento e a especulação. O racionamento de produtos alimentares é uma realidade.

No entanto, apesar de todas as dificuldades conjunturais, a II Guerra Mundial acabará por ter uma influência decisiva na implementação de um programa de modernização da economia nacional bem como no aparecimento de um ambiente de alguma prosperidade. Lamentavelmente essa prosperidade viria a revelar-se aparente e passageira tendo em conta que a riqueza gerada durante o conflito não derivara de fontes permanentes e autossustentadas de produção de rendimentos⁷¹.

ii. A estabilização

Pode afirmar-se que alguns dos princípios basilares do rumo económico seguido pelo Estado português no imediato segundo pós-guerra, tiveram a sua origem na política económica e de industrialização desenvolvida ainda antes da eclosão da II Guerra Mundial.

Apesar da sua característica inflexibilidade e reduzida vocação inovadora, a estrutura institucional portuguesa estabelecida em 1926 continua a governar o País conferindo à

⁷⁰ Medina, João, (1995), (Coord), *História de Portugal, Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XII, Clube Internacional do Livro, Amadora, pp. 353.

⁷¹ Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra*, MNE, Lisboa, pp. 44.

política económica portuguesa uma grande unidade de finalidade e consistência de orientação.⁷²

Não obstante a resistência demonstrada por certos setores da sociedade e da política nacionais, este será um período de crescimento e de modernização. Recuperando algum do tempo perdido, lentamente Portugal irá alcançar ritmos de crescimento nunca antes observados e que o colocarão próximo dos níveis verificados nos principais países da Europa⁷³.

Em 1945 vivia-se com alguma euforia e havia em Portugal uma visão otimista relativamente às perspetivas de recuperação da economia portuguesa e ao papel que o Estado poderia vir a desempenhar na obtenção de uma maior prosperidade nacional. À semelhança do que sucedia no resto da Europa, também em Portugal se defendia uma maior intervenção do Estado na economia e na promoção do desenvolvimento⁷⁴. Fruto dos saldos positivos conseguidos durante a Guerra (1941 a 1943) e do fraco nível de investimento interno, as autoridades portuguesas dispunham agora de uma excecional riqueza acumulada facilitadora de uma mais ativa intervenção na economia nacional.

Grosso modo e sem descuidar a manutenção do equilíbrio das contas públicas e o controlo da inflação, até ao início da década de 50 o Estado Novo vai tentar implementar um modelo de ação económica onde se vislumbram já objetivos modernizadores e algum cuidado com o planeamento das atividades económicas de curto e médio prazo. No entanto, como escreve Fernanda Rollo, alterar-se-á o estritamente necessário de forma a manter inalterável o essencial⁷⁵.

As prioridades da política de crescimento interno ficam definidas logo em 1945 com a publicação da *Lei do Fomento e Reorganização Industrial*. Na Lei ficam plasmados o

⁷² Neves, João L. César das (1994), “O Crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, XXIX, (128), pp. 1005 – 1034. Veja-se também Madureira, Nuno Luís, (2002), *A Economia dos Interesses: Portugal Entre as Guerras*, Lisboa, Livros Horizonte.

⁷³ Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra*, Lisboa, MNE, pp. 45.

⁷⁴ Lains, Pedro, (2003), *Os Progressos do Atraso – Uma Nova Historia de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, ICS, pp. 170, 172.

⁷⁵ Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra*, Lisboa, MNE, pp. 669

protecionismo, a redução das importações e, sobretudo, a aposta prioritária no desenvolvimento das indústrias transformadoras.⁷⁶

Daqui para a frente as autoridades nacionais, reafirmando a intenção de autossuficiência económica, irão apostar num modelo de crescimento centrado na promoção do consumo interno e definem como principais apostas políticas para a década de 1950 a produção hidroelétrica; o setor dos transportes; o aumento da produtividade agrícola e a industrialização do país.

O otimismo do imediato segundo pós-guerra irá esmorecendo à medida que a situação financeira do País se degrada gradualmente provocando um inevitável e significativo desgaste das reservas de ouro e divisas existentes nos cofres da Nação. Chegados a 1946, a produção nacional situava-se ainda próxima dos níveis existentes à data do início da II Grande Guerra o mesmo se verificando com o PIB *per capita*⁷⁷.

Logo em 1947, a redução do comércio externo e o ambiente de crise generalizada obrigam as autoridades nacionais a empreender medidas de reajustamento algo radicais. Opta-se uma vez mais por políticas conservadoras de disciplina financeira e de rigor orçamental que forcem o abrandamento do impulso industrializante. Se dúvidas existissem, ficava assim demonstrada a inadequação das estratégias políticas adotadas pelo Estado português, o valor insignificante do aparelho produtivo nacional e, a inevitável exposição da economia portuguesa a fatores de ordem externa.

Colocadas perante tamanhas dificuldades, e apesar de alguma renitência inicial, em 1948 as autoridades portuguesas ver-se-ão forçadas a recorrer ao apoio disponibilizado pelos EUA no âmbito do *European Recovery Program* (ERP). Visto como uma forma de redução do saldo negativo das finanças públicas e de alavancagem da economia nacional, o Plano Marshall obriga o Estado português, aquando da candidatura à atribuição das referidas verbas, a definir uma estratégia de desenvolvimento a aplicar ao longo de 4 anos⁷⁸. Assim, Aposta-se novamente na contenção das importações e na especialização agrícola do País,

⁷⁶ Neves, João L. César das (1994), “O Crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, XXIX, (128), pp. 1017

⁷⁷ Lopes, José da Silva, (2001), “A economia portuguesa no século XX”, em Fernando Peres (Coord.), *Panorama da cultura portuguesa no Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 310-311.

⁷⁸ «(...) o Plano Marshall constituiu a razão e a oportunidade para a formulação de um programa económico para o pós-guerra (...)», Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra*, Lisboa, MNE, pp. 676.

reafirmando-se a necessidade de autossuficiência alimentar e preconizando-se um desenvolvimento industrial complementar da atividade agrícola.

O auxílio proveniente do Plano Marshall desempenhará assim um papel importante no que diz respeito à contenção e posterior recuperação da crise económica e social que no final da década de 1940 afetava Portugal, pese embora, como escreve Fernanda Rollo⁷⁹, não tenha sido possível maximizar o proveito da ajuda concedida em face das políticas económicas e financeiras prosseguidas pelas autoridades nacionais e das limitações características da estrutura económica e social do País.

Grosso modo, a participação no Plano Marshall permitirá ao País beneficiar de uma assistência financeira com um valor aproximado de noventa milhões de dólares utilizados em proveito de grande parte dos atores económicos nacionais e do próprio Estado.⁸⁰

O deflagrar da Guerra da Coreia, coloca um ponto final na ajuda americana no âmbito do Plano Marshall. Portugal abandona-o em 1951 quando a balança de pagamentos estava de novo equilibrada⁸¹.

Em termos gerais, nos primeiros anos que se seguem à II Guerra Mundial (1947-1951), a agricultura nacional vai atravessar momentos de alguma recuperação e crescimento sendo possível constatar um incremento da produção agrícola na ordem de 4,6% ao ano⁸². No entanto, apesar de continuar a ser um setor importante, a agricultura passará gradualmente a ter um papel subordinado no modelo de desenvolvimento nacional.

A proteção dispensada pelo Estado à indústria nacional, associada à pouca exigência qualitativa dos mercados para onde escoia o seu produto final, impedem durante algum tempo uma correta perceção das deficiências estruturais responsáveis pela sua reduzida produtividade. Pouco modernizada a atividade industrial tira então partido da exploração de uma mão-de-obra abundante, que aufere baixos salários e que faz refletir nos índices finais de produtividade a sua baixa qualificação.⁸³

⁷⁹ Idem, pp. 678.

⁸⁰ Idem, pp. 679.

⁸¹ Lains, Pedro, (2003), *Os Progressos do Atraso – Uma Nova Historia de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, ICS, pp. 173.

⁸² Idem, pp. 184.

⁸³ Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra*, MNE, Lisboa, pp. 671, Lains, Pedro, *Os Progressos do Atraso – Uma Nova Historia de Portugal, 1842-1992*, (2003), Lisboa, ICS, pp. 178

iii. O ponto de viragem

O ponto de viragem da industrialização portuguesa ocorre em 1952. A taxa de crescimento do produto industrial alcança valores na ordem dos 5,8% ao ano, equivalentes a uma taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra industrial de cerca de 3,7%. A partir de 1956 o crescimento do produto industrial será ainda superior.

Em 1952 o Regime aligeira algumas das peias estabelecidas no âmbito do condicionamento industrial. A intervenção reguladora do Estado passa a centrar-se na definição dos requisitos técnicos mínimos a alcançar por cada nova unidade de produção.

A partir de 1 Janeiro de 1953, data do início da execução do I Plano de Fomento, a política financeira é marcada pelo peso crescente dos investimentos públicos. Esses investimentos, embora também tivessem sido direcionados para a criação de infraestruturas (eletricidade 41,2%, transportes e comunicações 26,8%), indústrias básicas (18,5%) e agricultura (10,8%)⁸⁴, destinaram-se sobretudo a apoiar uma política de industrialização, orientada no sentido da substituição das importações e conseqüente diminuição do seu peso na balança de pagamentos do País.⁸⁵

A segunda metade dos anos cinquenta, e os anos que se seguem, irão ser tempos de arranque para o desenvolvimento, com um progressivo e significativo desvio de mão-de-obra da agricultura para a indústria e serviços.

Aos poucos, a acumulação de riqueza proveniente do comércio externo e, mais tarde, da emigração; o desenvolvimento do sistema financeiro nacional e a estabilização das finanças públicas irão facilitar e promover o investimento⁸⁶.

Segundo dados avançados por João César das Neves, entre 1946 e 1958 o Produto Interno Bruto (PIB) cresce 4% e os diversos setores da atividade económica nacional revelam já nítidos sinais de transmutação. Portugal revela então características menos tradicionais, sendo possível constatar a irreversibilidade do recuo da importância das atividades rurais e extrativas (41% antes da Guerra para 31% em 1958), um desenvolvimento

⁸⁴ Neves, João L. César das (1994), “O Crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, XXIX, (128), pp. 1017.

⁸⁵ Lains, Pedro, (2003), *Os Progressos do Atraso – Uma Nova História de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, ICS, pp. 192.

⁸⁶ Medina, João, (coord.), (1995), *História de Portugal, Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XII, Clube Internacional do Livro, Amadora, pp. 355,356.

relevante do setor secundário (18% no fim da década) e o aparecimento na dianteira, em termos de crescimento, do setor dos serviços (43%).⁸⁷

Ao longo deste período, as exportações e as importações crescem 4,2% e 4,7% respetivamente, alcança-se a estabilidade cambial e o apertado controlo a que foram sujeitas as finanças públicas tem como resultado a existência no final da época de um défice inferior a 1% do PIB e de uma dívida pública a rondar os 24%.⁸⁸

c. Situação social

O regime salazarista continua a idealizar a sociedade como um todo harmónico constituído por diferentes partes que se complementam e trabalham em unísono para um fim comum. Pretende-se que seja bem organizada, com cada um e cada coisa no seu lugar, regras perfeitamente definidas e interiorizadas. O desvio e a desordem à ordem vigente são prontamente coartados⁸⁹, condena-se o ócio e promove-se a simplicidade da vida no campo e a agricultura.

A família continua a ser o elemento principal da vida em sociedade e a sua organização e funcionamento servem de modelo estruturante hierarquizado às restantes instituições nacionais.

Fruto de alguma melhoria das condições de vida mas também das interrupções causadas pela II Guerra Mundial nos fluxos migratórios, ao longo da primeira metade da década de 40 é possível constatar um crescimento significativo da população portuguesa. Terminada a guerra e reabertas as portas dos países de acolhimento da emigração portuguesa, a partir de 1945 ir-se-á assistir a uma desaceleração progressiva desta tendência de crescimento para valores que na década de 50 se fixarão nos 0,4% ao ano⁹⁰.

⁸⁷ Rosas, Fernando, (1992), “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)” em Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (Dir.) (1990), *Nova História de Portugal, Vol. XII*, Editorial Presença, Lisboa, pp.273. Veja-se também Neves, João L. César das (1994), “O Crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, XXIX, (128), pp. 1005-1034.

⁸⁸ Neves, João L. César das (1994), “O Crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, XXIX, (128), pp. 1018.

⁸⁹ “(...) Salazar não quer nem sabe trabalhar senão quando nas ruas reina um pávido silêncio e ninguém discute os frutos do seu labor (...)” Francisco da Cunha Leal citado por Maltez, José Adelino in *Tradição e Revolução. Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), (2004), Tribuna da História, Lisboa, pp.431

⁹⁰ Rosas, Fernando, “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)” em Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (Dir.) (1990), *Nova História de Portugal, XII*, Editorial Presença, Lisboa, pp.261.

Continuando um ciclo de progressivo envelhecimento que se tinha iniciado em 1930, a pirâmide etária representativa da população portuguesa existente nas décadas de 40 e 50 revela um aumento da secção intermédia e de topo em relação à base. A representatividade do grupo dos idosos cresce gradualmente ao mesmo tempo que a população jovem perde cerca de 37% do seu peso relativo⁹¹.

Na origem deste envelhecimento da população portuguesa estarão questões relacionadas com o aumento significativo do número de emigrantes e a generalização territorial dos movimentos migratórios conjugados com uma redução dos ritmos de crescimento natural causada por uma diminuição consolidada e paralela da taxa de natalidade relativamente à taxa de mortalidade.⁹²

Fruto do declínio da mortalidade e da melhoria generalizada das condições de vida, a esperança de vida, continua a aumentar. No geral e até à segunda metade da década de 50 a taxa bruta de mortalidade em Portugal revela uma tendência permanente para o declínio e, fruto do aparecimento e disseminação de novos medicamentos, a taxa de mortalidade infantil desce rapidamente para valores nunca antes observados⁹³.

Ao longo da década de 1940, as diferenças entre litoral e interior acentuam-se e evoluem no sentido da litoralização e do crescimento populacional de alguns polos económicos mais dinâmicos. As condições de vida do mundo rural agravam-se e jogam em favor de uma deslocação populacional no sentido do litoral industrializado em geral e das cidades de Lisboa e Porto em particular. Lentamente, os principais centros urbanos nacionais ver-se-ão submersos por uma vaga incessante de indivíduos oriundos das zonas rurais mais sobrelotadas e miseráveis⁹⁴.

A constante pressão populacional exercida sobre as infraestruturas habitacionais, sanitárias e de transportes dos dois principais polos urbanos do litoral cedo conduzirá a uma significativa degradação das condições de vida e a uma diminuição da atratividade desses mesmos centros. Esgotadas as condições de absorção dos fluxos migratórios provenientes do

⁹¹Idem, pp.262, Veja-se também Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Circulo de Leitores, pp.419

⁹² Lains, Pedro, Álvaro Ferreira da Silva (Orgs), (2005), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, III, Lisboa, ICS, pp. 48. Veja-se também Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 420

⁹³ Rosas, Fernando, "Portugal e o Estado Novo (1930-1960)" em Joel e Marques, A. H. de Oliveira (Dir.) (1990), *Nova História de Portugal*, XII, Editorial Presença, Lisboa, pp.266 e seguintes.

⁹⁴ Serrão, Joel, (1974), *A emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 170.

interior rural, não restará outra solução que não seja buscar melhores condições vida e de trabalho além fronteiras.

Segundo Pedro Lains, no decurso década de 1950 todos os distritos, à exceção de Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal, terão sofrido reduções populacionais significativas por via migratória.⁹⁵

Entre 1945 e 1952, a curva de crescimento da emigração portuguesa vai adquirindo amplitude. O grosso das saídas orientar-se-á sobretudo em direção ao Brasil sendo também possível constatar, a partir de 1949, a procura de novas rotas e o início de um fluxo migratório constante em direção à Europa de além Pirenéus que viria a atingir o seu auge a partir de 1957 quando a Europa passa a aliciar mais de 1/10 dos que deixam o país. Segundo o mesmo autor, em 1950 terão deixado Portugal cerca de 22.000 indivíduos, na sua maioria do sexo masculino, trabalhadores agrícolas e em idade adulta jovem.

No mesmo período temporal, a emigração para o além-mar africano irá revelar também um saldo crescente e atingirá valores na ordem dos dez mil novos emigrantes por ano no final da década de 50⁹⁶.

A partir de 1950 a população ativa portuguesa começa a revelar algumas alterações significativas na sua estrutura resultantes do progressivo desenvolvimento industrial do país e do crescimento do setor dos serviços. No entanto, no início da década de 60 o setor primário absorvia ainda cerca de 42% dessa mesma população ativa.⁹⁷

i. «Os portugueses odeiam os seus chefes e atacam-nos sem mercê até derrubá-los»⁹⁸

O período que medeia entre o final da II Guerra Mundial e o início da década de sessenta vai ser palco de uma crescente e cada vez menos temerosa, agitação social. Gradualmente, o apoio até então prestado pelas forças vivas da sociedade portuguesa ao regime salazarista diminui, as revoltas militares sucedem-se e intensificam-se as ações de protesto da oposição

⁹⁵ Lains, Pedro, Álvaro Ferreira da Silva (Orgs), (2005), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, III, Lisboa, ICS, pp. 48

⁹⁶ Serrão, Joaquim Veríssimo, (2003) *História de Portugal*, XV, Lisboa, Editorial Verbo, pp.80

⁹⁷ Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 426.

⁹⁸ «Os portugueses tendem para o exagero e o excesso; a história de Portugal é uma oscilação violenta entre a tirania e a anarquia; os portugueses odeiam os seus chefes e atacam-nos sem mercê até derrubá-los.» Salazar (outubro de 1945) citado em Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia, pp.431.

católica, dos monárquicos e conservadores e, com especial significado, do movimento operário.⁹⁹

O ano de 1945 começa com uma tentativa frustrada de golpe militar levada a cabo por elementos republicanos conservadores e monárquicos liberais. O mesmo resultado teria a conspiração do mês de Agosto.

Fruto do aumento generalizado dos preços provocado pela economia de guerra anteriormente implementada, agravam-se ao longo do ano no Ribatejo e Alentejo os movimentos grevistas de assalariados iniciados em 1943/44.¹⁰⁰

No ano seguinte a agitação mantém-se e por toda a parte surgem concentrações, pressões sobre os sindicatos, paralisações e reivindicações junto das autoridades ou da Assembleia Nacional. A contestação operária tem especial visibilidade na indústria dos lanifícios, na atividade mineira e nas pescas. No Norte e Centro do país ocorrem diversos motins camponeses contra a requisição de produtos agrícolas e falta de géneros; o preço dos bens de primeira necessidade continuam a aumentar e as deficiências no funcionamento do sistema de racionamento sucedem-se. Em Outubro sai gorada mais uma tentativa de revolta militar¹⁰¹.

Em 26 de Março de 1947, e apesar da proibição governamental, várias associações académicas promovem o *Dia do Estudante*. Tentando travar a ilegalidade, a polícia invade a Faculdade de Medicina de Lisboa. Em Junho de 1948, as cerimónias fúnebres de Bento de Jesus Caraça são pretexto para uma demonstração oposicionista de proporções significativas.

Não querendo, por não ser esse o objetivo ultimo deste trabalho, tornar mais exaustiva a descrição das ações demonstrativas do descontentamento social vivido em diversos setores da vida portuguesa no período temporal objeto do nosso estudo, a breve descrição e análise que efetuamos de alguns acontecimentos vividos nos primeiros três anos e meio após o fim da II Guerra Mundial é, em nossa opinião, demonstrativa do ambiente de confronto interno vivido em Portugal até ao inicio da década de sessenta. De um lado o crescimento do movimento oposicionista ao regime do outro a ação do aparelho repressivo do Estado.

⁹⁹ *Idem*, pp.443.

¹⁰⁰ Rosas, Fernando, (1990), *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 126.

¹⁰¹ Revolta da Mealhada (11 de Outubro de 1946).

A partir de 1950 a população ativa portuguesa iria conhecer uma drástica mudança induzida pela progressiva industrialização e terciarização da sociedade.

Revelando crescente importância e visibilidade, a burguesia industrial e financeira que controla as alavancas da vida económica nacional junta-se aos defensores da mudança política. Nos centros urbanos crescem o proletariado industrial e os trabalhadores dos serviços que auferem salários de miséria e a quem está vedada qualquer liberdade associativa e de expressão sindical. A inflexibilidade política do regime permanece a contra ciclo das aspirações da população agravando grandemente a tensão social acumulada.¹⁰² O Patronato está pouco interessado em discutir questões relacionadas com o aumento de salários, melhoria das condições de trabalho, horários, turnos ou a utilização de mão-de-obra infantil.¹⁰³

A mulher continua a não ter qualquer papel interveniente na coisa pública. Ela é um elemento da família do trabalhador sendo de excluir qualquer encorajamento ao trabalho fora dessa esfera familiar. Nas palavras de Salazar, “*nunca houve uma boa dona de casa que não tivesse muito que fazer*”¹⁰⁴.

Ainda que, inicialmente, pareça que só os trabalhadores alentejanos constituem um problema para a paz do regime, as importantes transformações operadas na estrutura socioeconómica portuguesa durante esta década e meia levam a uma multiplicação das frentes de conflito.

O Regime não deixará mais de ter de se confrontar com o que Diego Palacio Cerezales denomina de *dilema da ordem pública*. A repressão tem custos políticos mas a inação teria resultados ainda mais gravosos para a sobrevivência do regime vigente¹⁰⁵.

Ano após ano as conspirações e as tentativas de derrube do poder instituído irão suceder-se, as greves continuarão a ser reprimidas de forma violenta e por vezes mortal e, os protestos das estruturas associativas de estudantes universitários sobem de tom.

¹⁰² _____, (1987), *Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926 – 1959*, Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 127.

¹⁰³ Patriarca, Fátima, (1995), *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, II, Lisboa, INCM, pp. 625.

¹⁰⁴ Belo, Maria, Alão, Ana Paula, Cabral, Iolanda Neves, “O Estado Novo e as mulheres”, (1987), in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926 – 1959*, Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 266.

¹⁰⁵ Cerezales, Diego Palacios, (2008) *Estado, Régimen Y Orden Público En El Portugal Contemporáneo (1834-2000)*, Tese Doutorado, Universidade Complutense de Madrid, pp. 43.

Já no final da década de cinquenta será a conjuntura política da campanha presidencial de 1958 a responsável por trazer à superfície muitas das fissuras existentes nas elites do Estado Novo criando uma oportunidade de excelência para a atuação oposicionista conjugada de diferentes grupos sociais. As reivindicações são setoriais e económicas mas também de carácter político. Durante a campanha de Humberto Delgado este ciclo de protestos tem como palco inicial principal o Portugal urbano estendendo-se posteriormente às cinturas industriais, às minas de Aljustrel, às zonas de latifúndio e, por fim, ao movimento estudantil.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Cerezales, Diego Palacios, “Técnica, Política e o Dilema da Ordem Pública no Portugal Contemporâneo (1851-1974)”, em - Almeida, Pedro Tavares de, Marques, Tiago Pires, Coord, *Lei e Ordem – Justiça Penal, Criminalidade e Polícia – Séculos XIX e XX*, (2006), Lisboa, Livros Horizonte.

Capítulo III – Princípios e orientações das políticas externa e de defesa nacional

1. A política externa

A política externa dos Estados constitui o principal elo de ligação entre a vivência interna do país e a realidade internacional sendo no entanto difícil avançar uma definição unânime e definitiva para tão complexa atividade. Ela trata essencialmente dos interesses dos Estados enquanto atores da cena internacional que procuram alcançar e garantir o máximo de influência.

Antes de mais, e por norma, a política externa ocupa um lugar de destaque na política geral da cada Estado e engloba os processos decisórios e de ação segundo os quais se definem os objetivos e se empregam os meios à disposição de um Estado para gerar, modificar ou suspender o relacionamento com outros atores da cena internacional. A política externa tem caráter estatal, é indissociável da política interna do Estado e tem subjacente, de forma a evitar atuações de improviso, a necessidade de definição dos objetivos a alcançar por esse mesmo Estado¹⁰⁷.

Segundo António Marques Bessa, «a política externa pode ser definida (...) como os domínios em que o Estado-ator se manifesta na área internacional.»¹⁰⁸ No mesmo sentido aponta a definição avançada por Victor Cajarabille ao considerar que a política externa corresponde à atividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e aos atores com relevância internacional, visando garantir as melhores condições para a realização de objetivos, na defesa dos interesses próprios do Estado¹⁰⁹. Intimamente ligada à execução da política externa encontra-se a diplomacia que Adriano Moreira define como sendo a arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre Estados, considerando-a mesmo o mais importante instrumento da política internacional¹¹⁰. Já para Calvet de Magalhães, a diplomacia é, dos instrumentos da política externa, aquele que visa o

¹⁰⁷ Pereira, Juan Carlos (Coord.), (2009), *La política exterior de España (1800-2003)*, Barcelona, Ariel Historia, pp. 31-53.

¹⁰⁸ Bessa, António Marques Bessa, (2001), *O Olhar de Leviathan, Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa, ISCSP, pp. 71 et seqs.

¹⁰⁹ Cajarabille, Victor Manuel Lopo, (2002), “Papel das Marinhas no âmbito da política externa dos Estados”, *Cadernos Navais* (2), pp.6.

¹¹⁰ Moreira, Adriano, (2008), *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, pp. 53.

estabelecimento e desenvolvimento de contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados¹¹¹.

Como escreve Calvet de Magalhães¹¹², ao delinear a política externa de qualquer Estado, há que ter em conta primeiramente a posição geográfica do país. No caso português, os fatores de ordem geográfica desempenharam sempre um papel basilar e fortemente influenciador da atuação externa das autoridades nacionais. Portugal está situado “(...) numa verdadeira encruzilhada entre continentes e mares: no eixo Norte-Sul, situado no extremo Sudoeste da Europa, aponta para o continente africano e no eixo Este-Oeste situa-se entre o Mediterrâneo e o Atlântico (...)”. Esta dualidade terra-mar foi uma constante ao longo dos tempos constituindo mesmo o principal elemento da política externa portuguesa¹¹³.

a. Antecedentes imediatos - «Fiel à palavra dada e à ideia tida»¹¹⁴

Antes de mais, a política externa do Estado Novo levada a cabo durante a Segunda Guerra Mundial foi edificada com base nos cenários internacionais então visualizados. Em termos gerais, e à semelhança da situação existente por altura da primeira Guerra Mundial, o posicionamento internacional de Portugal revelava-se “espartilhado” por algumas condicionantes de ordem geopolítica: em termos europeus, a manutenção da dualidade peninsular e o valor estratégico dos arquipélagos portugueses do atlântico; em termos coloniais, a manutenção do seu império ultramarino.

Durante a II Guerra Mundial Salazar, ponderado e com um *timing* muito próprio, mostrou-se sempre um negociador duro e exímio, quando não intratável.¹¹⁵ Um ambiente internacional menos gravoso para as intenções do Regime conferia alguma autonomia à

¹¹¹ Segundo Calvet de Magalhães é possível decompor os instrumentos da política externa em dois grandes grupos: os instrumentos pacíficos (diplomacia, mediação, negociação direta, etc.) e os instrumentos de tipo violento (combate económico, pressão militar, guerra, etc.). Magalhães, José Calvet de, *A Diplomacia pura*, (2005), Lisboa, Bizâncio, pp. 88 *et seqs.*

¹¹² Magalhães, José Calvet de, (1986), “Portugal e o euro-atlantismo”, *Revista Estratégia* (1), Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

¹¹³ *Idem, Ibidem.*

¹¹⁴ Luís da Câmara Pina referindo-se à atuação de Salazar durante a 2ª Guerra Mundial. Intervenção efetuada na Assembleia Nacional em 05 de dezembro de 1945 (Diário das Sessões nº 5 de 06 de dezembro de 1945).

¹¹⁵ Oliveira, Pedro Aires, “Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio”, em Almeida, João Marques de *et al* (2008), (Coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos - IDN, pp. 123 a 152.

execução da política externa do país. Não obstante, o campo de atuação das autoridades nacionais não estava de todo isento de dificuldades tendo em conta a necessidade de gerir convenientemente as relações com a Espanha, importantes para a sobrevivência do regime, e com a Grã-Bretanha, garante do Império português. Preservação da dualidade peninsular¹¹⁶, segurança externa do país e manutenção da integridade do Império constituem pois os objetivos primordiais e históricos da política externa portuguesa de então. Os instrumentos diplomáticos fundamentais para a prossecução de tais objetivos são dois: a Aliança Inglesa e o Pacto Ibérico¹¹⁷.

Portugal tem uma única fronteira terrestre, com a Espanha. Pela sua contiguidade geográfica, a Espanha constituiu em vários momentos da longa história portuguesa uma ameaça latente à integridade territorial e à independência nacional. No início da Segunda Guerra Mundial, a disparidade existente no que diz respeito às alianças extra peninsulares dos dois atores ibéricos, obrigava a um posicionamento dos países em campos antagónicos da cena internacional.

A invasão da Polónia por forças militares alemãs impele Salazar, consciente da deficiente operacionalidade da força armada nacional mas também do perigo que representava uma eventual aproximação de Espanha às potências do Eixo, a declarar sem mais demoras a neutralidade portuguesa. A partir daqui, e a até final do conflito em 1945, Portugal não mais abandonará a neutralidade declarada mas a natureza dessa mesma neutralidade acabará por sofrer oscilações conjunturais decorrentes quer do jogo de interesses das grandes potências quer do desenvolvimento das estratégias militares da guerra¹¹⁸.

¹¹⁶ Sobre esta questão veja-se Telo, António José e Hipólito de la Torre Gómez, (2000), *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos. Veja-se também Ferreira, José Medeiros, (1989), *Um Século de Problemas, As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 51 a 56.

¹¹⁷ Teixeira, Nuno Severiano, “Portugal e a Segunda Guerra Mundial”, em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 46.

¹¹⁸ Telo, António José, “A Neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial”, em Teixeira, Nuno Severiano (Coord.), *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX-XX)*, (1998), Lisboa, Edições Colibri, pp. 121. Sobre a problemática relacionada com a neutralidade portuguesa durante a II Guerra Mundial veja-se também Rosas, Fernando, (1988), *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 25 a 27 e 131 a 136.

António Telo considera terem existido dois momentos distintos na neutralidade portuguesa durante a primeira fase do conflito¹¹⁹. Nos meses que medeiam entre o início da Segunda Grande Guerra e o Verão de 1940 estar-se-ia na presença de uma neutralidade estrita mas condescendente para com o velho aliado inglês. Por essa altura tanto o território peninsular como o espaço atlântico tinham reduzido valor estratégico para o desenvolvimento das ações militares em curso pelo que nem os Aliados nem a Alemanha revelam interesse em que Portugal assumia uma posição beligerante. Lisboa e Madrid insistem nas declarações de bom entendimento e colaboração mas estas não são suficientes para esconder algumas ambiguidades. Madrid que procurava por todos os meios impedir o alinhamento decisivo entre Portugal e o seu tradicional aliado, reafirma a sua intenção de neutralidade na condição de que Portugal respeite estritamente a sua parte do compromisso não permitindo a presença de forças e meios britânicos em solo português. Quando em meados de 1940 aumentam as probabilidades da Itália vir a participar na guerra em curso, as autoridades portuguesas exigem que Madrid declare, para além de qualquer dúvida, a manutenção da sua neutralidade. Contrariamente ao exigido, as autoridades espanholas fazem publicar uma declaração de não-beligerância reveladora da crescente simpatia de Espanha pela causa do fascismo europeu¹²⁰.

Num segundo momento, a partir do Verão de 1940 e até ao Verão de 1941, os riscos para a manutenção da neutralidade portuguesa aumentam significativamente à medida que cresce o interesse da Alemanha pelo controlo do Mediterrâneo, Norte de África e arquipélagos atlânticos. A antecipação de uma vitória alemã leva a Espanha a ensaiar uma aproximação ao Eixo. À secular ameaça derivada de eventuais desejos de unificação da Península, somavam-se agora novos perigos surgidos da evidente conexão espanhola aos regimes italiano e alemão. Apesar das relações entre os dois países continuarem a revelar sinais de inequívoca amizade, a estratégia de atuação das autoridades portuguesas, iniciada ainda antes de 1939, passava agora mais do que nunca por levar Franco a abandonar o fascínio que nutria pelo expansionismo alemão¹²¹.

O temor de que Portugal viesse inevitavelmente a ser arrastado para o conflito caso Madrid assumisse uma posição beligerante em favor do Eixo leva Salazar a exercer uma

¹¹⁹ Telo, António José, (1991), *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, I., Lisboa, Vega, pp. 11-103.

¹²⁰ Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - as relações luso-espanholas durante a guerra fria*, Lisboa, Assírio & Alvim, pp. 41 et seqs.

¹²¹ *Idem, ibidem.*

maior pressão diplomática sobre Madrid com o objetivo de “prender” a Espanha à neutralidade. Fá-lo promovendo um fortalecimento do rigor e da equidistância da neutralidade portuguesa ao mesmo tempo que as autoridades espanholas procuram a todo o custo afastar Portugal dos compromissos assumidos no âmbito da aliança inglesa. A partir de aqui Portugal junta-se à Grã-Bretanha, que tinha entretanto orientado a sua política de contenção no sentido da pressão política, diplomática, económica e militar sobre a Espanha, numa política de pressões moderadas com o objetivo de mostrar a Franco que o seu regime dificilmente sobreviveria fora do âmbito aliado¹²².

A situação de impasse, potencialmente lesiva para os interesses nacionais, obriga Salazar a avançar com uma proposta de reiteração e alargamento do tratado de amizade e não-agressão anteriormente assinado entre as duas nações e culmina, com o beneplácito das autoridades britânicas, na assinatura em julho de 1940 de um protocolo adicional ao referido tratado¹²³. A mudança do centro de gravidade da guerra para a Frente Leste acaba por afastar definitivamente a Península Ibérica dos objetivos estratégicos alemães e coloca um ponto final na fase de maior risco para a manutenção da neutralidade portuguesa.

A partir do Verão de 1941 e até meados de 1943, segunda fase da Guerra marcada por um maior equilíbrio de forças entre adversários, Portugal mantém no essencial a sua “neutralidade geométrica”. Na política externa portuguesa, a aliança peninsular perde gradualmente peso em favor da aliança inglesa. Numa sucessão de episódios de diversa índole, as relações oficiais entre os dois Estados peninsulares irão sofrer uma significativa degradação até Setembro de 1942, data em que o ministro Serrano Suñer cessa funções na pasta dos Assuntos Exteriores¹²⁴. Em dezembro desse ano, a enunciação teórica da política de Bloco Ibérico traz consigo uma política espanhola mais moderada e, ao mesmo tempo, relações mais amigáveis e respeitosas entre os dois Estados. Para Salazar era o culminar favorável da estratégia por si desenhada para atrair a Espanha para um pacto que, unindo os dois países peninsulares sem exigir compromissos demasiado rígidos, permitisse aumentar o prestígio internacional de Portugal e a solidez dos alicerces da sua ditadura¹²⁵. Nesta fase, e

¹²² *Idem*, pp. 50

¹²³ Rosas, Fernando, (1988), *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Editorial Fragmentos, Lisboa, pp.114-117.

¹²⁴ Segundo Jiménez Redondo, Serrano Suñer tinha propiciado uma política externa de submissão de Portugal a Espanha, e, através dela, ao Eixo. - Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - as relações luso-espanholas durante a guerra fria*, Lisboa, Assírio & Alvim, pp. 54.

¹²⁵ *Idem*, pp. 55 a 57.

mais concretamente, a partir da entrada dos EUA no conflito, o rumo dos acontecimentos internacionais deixa antever uma mais que provável vitória aliada. As autoridades espanholas, conscientes de tal facto, encetam uma gradual reaproximação diplomática a Portugal numa ação que ia de encontro ao interesse de alemães e aliados de manter a Península neutralizada.

Na última fase da guerra, a expulsão das forças militares alemãs do Norte de África e a abertura de novas frentes de combate no Norte de França e na Sicília afastam definitivamente a possibilidade do território peninsular vir a ser alvo de uma ofensiva alemã. As autoridades portuguesas, assegurada que estava definitivamente a neutralização peninsular, abandonam gradualmente a sua política de “neutralidade geométrica” e equidistante substituindo-a por uma “neutralidade colaborante” centrada uma vez mais na velha aliança inglesa. Alterado o quadro estratégico global da guerra, em junho de 1943 a Inglaterra intercede oficialmente junto das autoridades portuguesas com vista à cedência de facilidades militares nos Açores. Após intensas negociações, sem a oposição da Espanha mas com o protesto das autoridades alemãs, as primeiras forças inglesas começarão a chegar à base das Lajes em outubro desse mesmo ano¹²⁶.

A partir do Verão de 1944 as autoridades nacionais, empenhadas numa maior diversificação dos objetivos da política externa portuguesa e na salvaguarda dos interesses nacionais no pós-guerra, promovem uma aproximação diplomática aos EUA facilitada e incentivada pela Inglaterra. Em cima da mesa está a cedência aos EUA de facilidades militares nos Açores nos mesmos moldes das concedidas à Inglaterra. Salazar não nutria, por diversas razões, especial simpatia pela presença norte-americana em solo europeu mas a Inglaterra considerava-a indispensável para o esforço de guerra e para segurança europeia no pós-guerra.¹²⁷ Embora inclinadas para responder negativamente às pretensões norte-

¹²⁶ Teixeira, Nuno Severiano, “Portugal e a Segunda Guerra Mundial”, em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 49-51.

¹²⁷ As dúvidas de Salazar são relatadas pelo Embaixador de Portugal em Londres num apontamento relativo a uma conversa tida com o Ministro dos Negócios Estrangeiros em 23 de Junho de 1944: « (...) O que o Presidente não percebe é que a Inglaterra apoie estes pedidos dos Americanos. Gostava que eu investigasse se os ingleses pedem por descargo de consciência ou se o fazem por entender que assim é que deve ser. (...) Será consebível que a Inglaterra não goste de ter o exclusivo? Nós entendemos que ela deve gostar. (...) A Inglaterra só perde se partilhar as vantagens da nossa Aliança. A Inglaterra mostra-se agravada por não fazermos favores à América, mas isto é vantagem da nossa neutralidade. Nós fazemos uma política amigável com a América, mas não uma aliança. (...) - Ministério dos Negócios Estrangeiros, (1986), *Dez Anos de Política*

americanas, as autoridades portuguesas acabam por anuir à instalação provisória de forças militares dos EUA em Sta. Maria num ato que tem reflexo positivo imediato no abastecimento ao País de bens de primeira necessidade mas, sobretudo, com reflexos na aceitação do regime pelos aliados¹²⁸. Os Açores passam assim a desempenhar um papel preponderante na resolução de problemas que, como a questão de Timor, ameaçavam prolongar-se muito para além do fim do conflito.

Em suma, a política externa posta em prática pelas autoridades portuguesas durante a II Guerra Mundial deixa perceber algumas constantes mas também algumas incongruências. Assim, as autoridades nacionais revelaram uma excessiva convicção de que a Inglaterra iria manter o seu lugar de destaque entre as potências mundiais. Para além disso, revelaram também uma deficiente avaliação do poderio alcançado pelos EUA; uma sobreavaliação das capacidades do Eixo e uma preocupação excessiva com eventuais repercussões internas dos acontecimentos que se foram sucedendo no país vizinho¹²⁹. Segundo A. José Telo, ao longo do conturbado período que vai de 1936 a 1945, a política externa portuguesa teve o mérito de não se ter afastado do secular eixo central constituído pela aliança inglesa. À sombra da multissecular aliança, as relações com a Grã-Bretanha assumem um papel preponderante no conjunto das relações externas de Portugal até finais da Segunda Grande Guerra¹³⁰. Conscientes do poderio espanhol, as autoridades portuguesas empenhar-se-ão sempre no estabelecimento de relações privilegiadas com uma potência marítima que fosse capaz de acorrer em auxílio do País em caso de conflito com o vizinho peninsular.

Nos anos da guerra, a manutenção da neutralidade domina toda ação da diplomacia portuguesa. Nos primeiros tempos, quando parece evidente uma vitória da Alemanha, procura-se evitar a todo o custo que uma eventual entrada da Espanha no conflito provoque o

Externa: 1936-1948: a Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. XIII, pp. 24.

¹²⁸ Telo, António José e de la Torre Gómez, Hipólito (2000), *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 119.

¹²⁹ Telo, António José, (1991), *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945), II*, Lisboa, Vega, pp.249 et seqs.

¹³⁰ «Com aquela nossa tendência para a simplificação, a aliança inglesa tornou-se para a generalidade dos políticos portugueses como que uma ideologia, uma espécie de dogma que fazia esquecer ou colocar em plano secundário outras hipóteses relevantes de apoio internacional que libertassem o país de uma penosa supremacia, exercida por vezes de forma abusiva e que não poucos amargos de boca nos causou.» Magalhães, José Calvet de, (1986), “Portugal e o euro-atlantismo”, *Revista Estratégia* (1), Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

envolvimento do País em tão nefasto acontecimento¹³¹. A partir de 1942 poucas dúvidas existem acerca da derrota do Eixo e as autoridades portuguesas encetam uma gradual aproximação aos Aliados. Internamente crescem o descontentamento e a incerteza relativamente ao futuro do regime vigente. A nível externo as autoridades portuguesas têm como principais preocupações a obtenção de uma posição favorável na futura ordem mundial e, à medida que a conjuntura evolui no sentido da vitória aliada, a sobrevivência do regime no imediato pós-guerra.

No Atlântico, com destaque para os Açores, os arquipélagos portugueses desempenharam um papel chave na projeção internacional de Portugal em termos de política externa mas também da estratégia militar das principais potências ocidentais.

O conflito provoca uma alteração radical da cena internacional. No final da guerra os EUA surgem como principal potência ocidental e marítima obrigando Portugal a abandonar, por razões que mais adiante detalharemos, o carácter secundário atribuído pelas autoridades portuguesas às relações com aquele País. A estratégia diplomática portuguesa passa então a desenvolver-se em torno do triângulo Lisboa-Madrid-Washington.¹³²

Em resumo, em termos históricos, a política externa levada a cabo durante a II Guerra Mundial manteve, no essencial, as opções fundamentais do posicionamento de Portugal na cena internacional pecando, no entanto, pela lenta adaptação às novas conjunturas.

b. Portugal no mundo: o alinhamento com o Ocidente

Apesar da aceitação complacente dispensada pelas autoridades britânicas, o regime salazarista marcadamente autocrático, corporativista e colonialista vai encontrar no imediato segundo pós-guerra importantes entraves às tentativas levadas a cabo para promover a integração de Portugal no novo quadro internacional.¹³³ Embora não tão ostracizado internacionalmente como o regime franquista, o regime vigente em Portugal tardará algum tempo em conquistar a simpatia dos países pertencentes ao bloco vencedor que, entretanto,

¹³¹ Telo, António José, (1991), *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945), II.*, Lisboa, Vega, pp. 248 *et seqs.*

¹³² Teixeira, Nuno Severiano, *Continuity and change: The foreign policy of Portuguese democracy* [Em Linha], (2004), Working Paper nº 1, pp. 5 [consultado em Março de 2012], Disponível em <http://www.ipri.pt>.

¹³³ Sobre o conceito de integração internacional veja-se Moreira, Adriano, (2008), *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, pp. 543-551. Veja-se também Dougherty, James E, Robert L. Pfaltzgraff Jr., (2001), *Relações Internacionais: as teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva, pp. 641-650.

tinham endurecido o seu discurso anticolonialista. Revelando uma certa incapacidade de adaptação à nova ordem mundial, entre 1945 e 1949 Portugal vai atravessar um período de alguma marginalização internacional e de alguma indefinição na sua política externa. Logo em Abril de 1945, Portugal ver-se-á excluído da Conferencia de S. Francisco e da elaboração da Carta das Nações Unidas ao mesmo tempo que vê gorados todos os esforços desenvolvidos no sentido de que a ONU acolhesse no seu seio todos os países anteriormente pertencentes à fracassada Sociedade das Nações (SDN). No entanto, Portugal continuará a contar com capacidade de manobra internacional suficiente para garantir o estabelecimento de acordos bilaterais com os EUA e o convite para fazer parte do Plano Marshall.

Apesar de todas as condicionantes internas e externas e do meritório trabalho desenvolvido por alguns diplomatas portugueses, o posicionamento português relativamente às grandes questões internacionais fica sem dúvida marcado pelas linhas-mestras definidas por Salazar.

Em termos gerais, pode afirmar-se que a progressiva aquiescência à participação de Portugal no novo sistema internacional acabará por resultar não tanto da eficácia das ações diplomáticas levadas a cabo pelas autoridades portuguesas mas sim de circunstâncias geopolíticas conjunturais que iam de encontro aos interesses estratégicos quer da Grã-Bretanha quer dos EUA. A favor de Portugal jogam a estabilidade política existente, o declarado anticomunismo e, sobretudo, o valor estratégico dos arquipélagos portugueses do Atlântico.

Só a partir de 1947, e mais concretamente a partir da discussão das questões relacionadas com a participação no auxílio económico norte-americano no âmbito do Plano Marshall, se começa efetivamente a falar em Portugal de relações de cooperação com o bloco ocidental. É a partir desse ano que Portugal começa gradualmente a alargar a sua integração internacional não só no domínio da diplomacia como também nos campos económico e militar.¹³⁴ Até meados da década de 1950 Portugal irá intervir ativamente nas questões relacionadas com o Plano Marshall, a OECE, NATO e a UEP. Para além destes momentos chave, as autoridades portuguesas estarão também envolvidas nas discussões em torno do Conselho Europeu, CECA e Comunidade Europeia de Defesa¹³⁵.

¹³⁴ Pereira, Pedro Cantinho, (2006), *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*, Lisboa, IDI-MNE, pp. 21 *et seqs.*

¹³⁵ *Idem*, pp. 23

Como tivemos já oportunidade de referir, a crise económica e financeira derivada da Segunda Grande Guerra obrigou Portugal a reavaliar tanto os seus interesses externos como o valor relativo que os países da Europa Ocidental e os EUA tinham na prossecução desses mesmos objetivos. A conjuntura exigia maior atenção ao desenvolvimento dos acontecimentos internacionais bem como uma redefinição das alianças estratégicas do Estado português. Orientando o esforço diplomático nacional para o “polo aglutinador” que se estava a constituir na Europa Ocidental sob a égide dos EUA, Salazar enceta uma aproximação à Europa com o único propósito de garantir a sobrevivência do seu regime antidemocrático e autoritário. Internacionalmente, tanto os países da Europa Ocidental como os EUA condescendem na existência do regime salazarista antevendo as dificuldades que para os interesses ocidentais poderiam advir de uma súbita instabilidade política em Portugal¹³⁶.

Em 1947, as autoridades portuguesas declaram prontamente “a sua aprovação e simpatia” pela intenção manifestada pelos EUA de reforçar o auxílio económico a conceder à Europa¹³⁷. As autoridades portuguesas aceitam participar na Conferencia de Paris organizada pela Grã-Bretanha e pela França e manifestam a sua solidariedade para com os países em dificuldades bem como a disponibilidade para conceder a esses mesmos países uma ajuda adequada aos recursos nacionais disponíveis. Apesar de ser conhecedor das difíceis condições em que se encontrava a economia nacional, o Governo português recusa inicialmente a ajuda disponibilizada no âmbito do Plano Marshall expectante que estava por uma melhoria da situação geral impulsionada por uma maior cooperação económica na Europa e por um desenvolvimento do comércio internacional.¹³⁸ Pedro Pereira considera que as razões que levaram Portugal a não solicitar os créditos do Plano Marshall são de diversa índole: desde logo a subavaliação da crise financeira, económica e social na Europa Ocidental; o receio de dependência em relação aos EUA e, por fim, receio de comprometimento da soberania nacional¹³⁹. Os receios de Salazar só começariam a dissipar-se após a criação da OECE em Abril de 1948.

A participação portuguesa na OECE, que inicialmente se revela discreta e desinteressada, rapidamente se tornará mais ativa, uma vez constatada a reduzida influência

¹³⁶ *Idem*, pp.666

¹³⁷ *Idem* pp. 667.

¹³⁸ Veja-se Rollo, Maria Fernanda, (1994), *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa.

¹³⁹ Pereira, Pedro Cantinho, (2006), *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*, Lisboa, IDI-MNE, pp. 21 *et seqs.*

exercida pelos EUA nos assuntos internos dos países europeus. Com a conjuntura económica a agravar-se, as autoridades portuguesas decidem finalmente pedir a ajuda Marshall sendo a mesma concedida no decurso do segundo exercício daquele Plano.

Em 1949 tem lugar um dos mais importantes sucessos da política externa portuguesa no que à aceitação internacional do país diz respeito – a adesão à NATO.¹⁴⁰ A adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico vem confirmar a importância geoestratégica do país para a política de contenção da ameaça soviética que então se edificava e constitui um elemento adicional na aceitação internacional do País tão incessantemente buscada por Salazar. Apesar de considerar pouco provável a ocorrência de um conflito com a União Soviética, Oliveira Salazar constatava estar a Europa numa situação de grande precariedade que inviabilizava qualquer resistência, de per si, em caso de ataque soviético. Salazar, temendo o deflagrar de um novo conflito mundial onde não fossem respeitadas as neutralidades, vê na adesão ao pacto do Atlântico a única forma de garantir quer a defesa da soberania nacional quer a manutenção do seu regime.¹⁴¹

Assim, Portugal é convidado a aderir ao Pacto Atlântico em primeiro lugar pela importância geoestratégica do arquipélago dos Açores. De importância capital para os planos estratégicos dos EUA, os Açores revelar-se-iam o mais importante e decisivo trunfo para a aceitação internacional do País.

Ao longo do tempo Portugal vai conseguir, sem alterações significativas da sua política interna e colonial, reforçar o seu posicionamento no bloco de países ocidentais. Em termos diplomáticos peninsulares, a adesão de Portugal à NATO traz consigo um ambiente de tensão no que ao Pacto Ibérico diz respeito já que a Espanha não encara da melhor forma a adesão isolada de Portugal àquela organização. Por outro lado, a desconfiança portuguesa em relação aos EUA e o receio de subordinação aos interesses norte-americanos não terminam com a adesão de Portugal à NATO. Só com a assinatura do Acordo de Defesa com os EUA em 5 de Janeiro de 1951 a situação começará gradualmente a alterar-se.

¹⁴⁰ Para uma visão detalhada da problemática em torno da adesão de Portugal à OTAN veja-se Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos.

¹⁴¹ Pereira, Pedro Cantinho, (2006), *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*, Lisboa, IDI-MNE, pp. 672.

c. A orientação atlântica da política externa portuguesa

Como já vimos, no fim da II Guerra Mundial opera-se uma transformação profunda do sistema internacional. O outrora inquestionável poderio inglês está seriamente comprometido no entanto, Londres tentará durante alguns anos manter a aparência de grande potência militar.

Apesar dos obstáculos surgidos e das deficientes opções aqui e além tomadas pelas autoridades portuguesas, no fim do conflito o posicionamento internacional de Portugal parecia estar consolidado. No entanto, Salazar continuava a revelar alguma dificuldade em aceitar a nova ordem bipolar e o ocaso da Inglaterra enquanto potência marítima. O Presidente do Conselho considerava decisiva a ação da Grã-Bretanha para contrariar as pretensões hegemónicas das superpotências, mas esta sua ambição cairá por terra logo em 1947 quando um inverno mais rigoroso coloca a descoberto a fragilidade económica da Grã-Bretanha em particular e da Europa Ocidental em geral.¹⁴² Conscientes da necessidade de levar a cabo ambiciosas reformas sociais internas e a braços com inúmeros problemas na Índia e na Palestina, as autoridades britânicas constatam não ser mais possível manter uma política externa à escala global. A partir daqui, sem abdicar da manutenção de algum do seu prestígio e influência internacional, Londres tudo fará para convencer o “gigante” americano a assumir um papel mais interventivo nas questões europeias.

Nesta nova conjuntura as relações luso-britânicas vão ser também afetadas já que Londres deixa igualmente de poder continuar a apoiar económica e militarmente o velho aliado. No início da Guerra Fria a Inglaterra, membro do restrito grupo vencedor, está notoriamente diminuída na disponibilidade de recursos e a necessidade de Portugal encetar uma aproximação à nova potência revela-se uma realidade difícil de contornar. Temendo a proximidade de um novo conflito no qual Portugal dificilmente iria voltar a conseguir hastear a bandeira da neutralidade, não restava outra solução que não fosse a da reorientação das estratégias da política externa portuguesa e a rápida adaptação à nova realidade.

Sempre perspicaz, Salazar tinha agora perfeita noção da acentuada diminuição ocorrida na capacidade de influência da Grã-Bretanha e a sua progressiva substituição pelos EUA.

¹⁴² Oliveira, Pedro Aires, “Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio”, em Almeida, João Marques de *et al* (2008), (Coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos - IDN, pp. 140.

Os momentos chave da aproximação portuguesa aos EUA, já amplamente descritos em diversas obras¹⁴³, surgem ainda durante a II Grande Guerra, intensificam-se na segunda metade da década de 1940 e na década de 1950 e estão na sua maioria relacionados com o valor geoestratégico das ilhas dos Açores. Muito resumidamente, podemos considerar relevantes para a aproximação dos dois países o acordo luso-americano de 1944 para o estabelecimento de uma base naval e aérea na ilha de Sta. Maria¹⁴⁴; as conversações em torno da ajuda Marshall; a cedência de facilidades militares aos norte-americanos nas Lajes em fevereiro de 1948; a participação de Portugal na Aliança Atlântica a partir de 1949 e, em 1951, a assinatura do Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa (janeiro) e do Acordo de Defesa entre Portugal e os EUA (setembro)¹⁴⁵. Em termos mais específicos, pode afirmar-se que a redefinição dos vetores atlânticos da política externa portuguesa tem início ainda durante a Segunda Guerra Mundial e consolida-se definitivamente com a entrada de Portugal para a NATO em 1949.¹⁴⁶

Em termos genéricos, nos últimos anos da guerra as relações oficiais entre os EUA e Portugal pautavam-se pela cordialidade.¹⁴⁷ Em 1944, as autoridades estado-unidenses agastadas com a forma como, no ano anterior, o Governo britânico tinha conduzido as conversações para a cedência de facilidades nos Açores, decidem adotar uma nova metodologia de atuação relativamente aos contactos com as autoridades portuguesas. Os EUA dispensam doravante qualquer intermediação inglesa nas questões relacionadas com as ilhas portuguesas passando as mesmas a ser diretamente tratadas com as autoridades de

¹⁴³ Veja-se Rodrigues, Luís Nuno, (2005), *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, Prefácio Editora, Lisboa. Veja-se também Telo, António José, (1993), *Os Açores e o Controlo Atlântico*, Lisboa, Edições ASA.

¹⁴⁴ Sobre o acordo luso-americano de 1944 veja-se Rodrigues, Luís Nuno (2004), “O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944”, em Rodrigues, Luís Nuno, *et al* (Coord.) *Portugal e o Atlântico, 60 Anos dos Acordos dos Açores*, (2004), Lisboa, CEHCP, pp. 75-100.

¹⁴⁵ Sobre estas questões veja-se Rodrigues, Luís Nuno, (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As relações Luso- Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, pp.24 e 25; Rollo, Maria Fernanda, (1994), *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa; Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, Lisboa, pp. 113-134.

¹⁴⁶ Teixeira, Nuno Severiano, “Reinventar a Aliança Ocidental”, comunicação apresentada na conferência internacional *Portugal, a Europa e os Estados Unidos da América*, [Em Linha], (2003), [Consultado em Março de 2012], Disponível em: <URL: www.ipri.pt>.

¹⁴⁷ Telo, António José, “Portugal e a NATO, Um pequeno poder numa grande aliança”, em Ferreira, José Medeiros, (2001) (Coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 107- 126.

Lisboa.¹⁴⁸ Por esta via, Washington vai conseguir obter das autoridades portuguesas as tão desejadas autorizações de instalação nos Açores dando como contrapartida importantes garantias relacionadas com a devolução de Timor no pós-guerra, o império português e, a manutenção do regime.¹⁴⁹ A breve trecho, a controvérsia gerada junto da opinião pública norte-americana relativamente a algumas dessas garantias acabará por conduzir as relações luso-americanas para um impasse difícil de superar a nível bilateral¹⁵⁰.

Entre 1947 e 1949, a Inglaterra revela-se decididamente empenhada em corresponsabilizar Washington na assunção dos compromissos que, no âmbito da Aliança luso-britânica, lhe cabiam, ao mesmo tempo que Salazar, claramente contrariado, enceta uma rápida adaptação à substituição de uma “tutoria” por outra.¹⁵¹ O anticomunismo militante de Salazar acabará por, em parte, mitigar a também militante resistência de adaptação do Presidente do Conselho a novas conjunturas. No entanto, diga-se em abono da verdade que, efetivamente, embora a conjuntura internacional obrigue a uma redefinição das alianças tradicionais, as relações entre Lisboa e Londres continuarão a ocupar um lugar de grande importância na política externa nacional. A nível militar por exemplo, até 1951, a Inglaterra volta a ocupar a liderança no fornecimento de armamento ao exército português¹⁵².

A adesão de Portugal à NATO em 1949, indiscutivelmente importante no campo da defesa, revela-se fundamental para a prossecução dos interesses nacionais sobretudo no campo político. A NATO vai desempenhar um papel essencial na mediação do relacionamento com Washington e será através dela que Lisboa irá negociar importantes

¹⁴⁸ Em Junho de 1944 Palmela, Embaixador português em Londres constata: «O Presidente [do Conselho] tem a impressão de que os Americanos querem estar presentes por si e não por interposta potência.» - Ministério dos Negócios Estrangeiros, (1986), *Dez Anos de Política Externa: 1936-1948: a Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. XIII, pp. 24.

¹⁴⁹ *Idem*, pp. 109.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*.

¹⁵¹ Oliveira, Pedro Aires, “Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio”, em Almeida, João Marques de *et al* (2008), (Coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos - IDN, pp. 140.

¹⁵² Segundo António Telo, em 1947 Portugal terá efetuado a maior aquisição de armamento inglês desde 1916 – Telo, António José, “A política externa do salazarismo”, em Medina, João, (Coord.), (1984), *História de Portugal, Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, XII, Amadora, Clube Internacional do Livro.

benefícios económicos, financeiros e militares.¹⁵³ Assim, nos anos que se seguem à adesão à NATO Portugal irá tentar obter, agora no campo multilateral, garantias oficiais de apoio à manutenção do império português mas a filosofia política americana relativamente à autodeterminação dos povos e à descolonização colidia irremediavelmente com os objetivos traçados por Salazar¹⁵⁴. Esta realidade ficará bem patente por altura dos Acordos de 1951. As autoridades portuguesas compreendem finalmente que o centro do sistema ocidental se encontrava agora nos EUA e que os norte-americanos dificilmente estariam dispostos a contribuir para que Portugal alcançasse os seus objetivos políticos de fundo. Como escreve António Telo, importava então encontrar uma forma de entendimento que garantisse pelo menos algum apoio político e o auxílio militar e técnico indispensável.¹⁵⁵

Apesar do aparente bom entendimento existente entre as autoridades de Lisboa e Washington, o relacionamento luso-americano vai passar por um primeiro mas significativo revés em meados da década de 1950¹⁵⁶. A braços com a ocupação dos enclaves portugueses de Dadrá e Negar Aveli por forças militares da União Indiana as autoridades nacionais tentam em vão levar Washington a condenar a invasão daqueles territórios. Pela primeira vez os EUA revelavam publicamente as suas reservas relativamente à questão colonial portuguesa causando uma natural degradação das relações entre os dois países constatável posteriormente nas difíceis negociações estabelecidas em 1956-57 com vista à renovação do acordo das Lajes. Apesar das dificuldades, a autorização para a continuação da presença americana nas Lajes acabará por ocorrer em novembro de 1957 mas o posicionamento oficial das autoridades norte-americanas relativamente ao colonialismo português em particular e ao colonialismo europeu em geral, tinha definitivamente mudado¹⁵⁷.

¹⁵³ Telo, António José, “Portugal e a NATO, Um pequeno poder numa grande aliança”, em Ferreira, José Medeiros, (2001) (Coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 124.

¹⁵⁴ Magalhães, José Calvet de (1987), “Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa”, *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais*, (3).

¹⁵⁵ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 132.

¹⁵⁶ Rodrigues, Luís Nuno, (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 26-27. Veja-se também Rodrigues, Luís Nuno, (2002), “Portugal e os Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial”, *JANUS [Em Linha]*. Disponível em <URL: <http://janusonline.pt>.

¹⁵⁷ Sobre o relacionamento Portugal-EUA na década de 1950 veja-se Marcos, Daniel da Silva Costa, (2011), *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 1950*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.

Em conclusão, a aproximação aos Estados Unidos encetada na primeira década e meia do segundo pós-guerra revela-se de recíproco interesse para os objetivos portugueses e norte-americanos. Ela reproduz outros momentos da história em que certos fatores de caráter permanente, de entre os quais se destacam o geoestratégico e o ideológico, exerceram uma influência decisiva no relacionamento entre os dois países¹⁵⁸. Sintetizando muito uma matéria tão vasta, pode afirmar-se que o fator geoestratégico influenciou quase sempre no sentido da aproximação entre os dois países enquanto o fator ideológico fez pender os pratos da balança no sentido da incompreensão mútua e do afastamento.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Europa deixa de ser o centro do sistema internacional para passar a ser palco principal de antagonismos profundos. Neste contexto, e à semelhança do que tinha sucedido durante o conflito, o valor estratégico dos arquipélagos portugueses no atlântico vai sair reforçado e as autoridades nacionais saberão daí tirar proveito. A unidade de interesses é, em nossa opinião, evidente. No novo mundo bipolar do segundo pós-guerra, Portugal, à semelhança do sucedido relativamente à anterior potência marítima, promove a aproximação aos EUA com o intuito de obter garantias de segurança contra a nova ameaça continental enquanto as autoridades norte-americanas, preocupadas com as novas funções globais dos EUA, procuram garantir a disponibilidade de acesso a bases avançadas consideradas vitais para a projeção do seu poder militar em caso de concretização dessa mesma ameaça.

Como escreve J. Borges de Macedo, “as relações internacionais têm exigências múltiplas que só podem ser pensadas numa base de absoluto realismo e no cálculo hábil das forças efetivamente disponíveis. No inventário destas, está a função estratégica de um território, não só para o Estado que o detém mas também a partir do interesse que ele representa para outras «seguranças»”¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Para uma apreciação mais detalhada veja-se Magalhães, José Calvet de (1987), “Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa”, *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais*, (3).

¹⁵⁹ Macedo, J. Borges de (1987), “Portugal na perspectiva estratégica europeia”, *Revista Estratégia* (4), Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Política de defesa

1. Considerações teóricas

Falar hoje dos conceitos de segurança e defesa existentes no período temporal objeto do nosso estudo pode levantar alguns problemas tendo em conta a evolução que os referidos conceitos sofreram á luz das novas realidades e teorias surgidas no campo das relações internacionais.

Em todo o caso e apesar de rudimentarmente teorizados, ontem como hoje, existiu sempre uma conexão direta entre os conceitos de defesa e de segurança. Em termos genéricos, o conceito de segurança é mais abrangente e situa-se num nível mais elevado do que o de defesa. Mais concretamente, «a defesa é uma ação específica e definida enquanto a segurança é uma condição ou estado, mas que, inclusive, pode condicionar a execução da defesa.»¹⁶⁰

A segurança constitui, desde tempos imemoriais, uma necessidade primária e uma preocupação dos indivíduos e das sociedades. Ela integra, juntamente com o bem-estar e a justiça social, os chamados interesses nacionais.¹⁶¹ Muito mais que uma mera abstração, aquela preocupação resulta no essencial da confluência de três características ancestrais do ser humano: a combatividade, o instinto de conservação e o sentimento de propriedade. «Quando por ação da primeira uma das últimas é ameaçada, o homem defende-se»¹⁶². Ou seja, a ideia de defesa está intimamente ligada à necessidade de proteção contra ameaças de diverso tipo passíveis de colocar em risco os indivíduos, as coletividades, os seus interesses e as suas instituições.

Atualmente a humanidade encontra-se estruturada com base em sociedades – os Estados – organizadas de forma soberana num território perfeitamente definido e que são administradas por governos que têm a obrigação de zelar pela satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e grupos que constituem essas sociedades. Os Estados, tal como os conhecemos hoje, são na sua maioria Nações que, fruto de processos evolutivos mais ou menos complicados, se afirmaram como unidades políticas independentes e soberanas

¹⁶⁰ Simões, F. M. Rocha, (1978), “Defesa Nacional e Segurança Nacional”, *Nação e Defesa* (07), pp. 36. Veja-se também Bessa, António Marques Bessa, (2001), *O Olhar de Leviathan, Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa, ISCSP, pp. 86 *et seqs.*

¹⁶¹ Veja-se Ribeiro, António Silva, (2010), *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar – Modelo de Elaboração*, Lisboa, Diário de Bordo, pp. 31 *et seqs.*

¹⁶² Cardoso, Leonel, (1981), “Defesa Nacional – Segurança Nacional”, *Nação e Defesa* (17), pp. 11 – 24.

designadas de Estado-Nação¹⁶³. Neste sentido, o Estado não reconhece como superior qualquer outra entidade política e não abdica em favor de outrem a prerrogativa de exercer a autoridade no seu espaço territorial.

O Estado surge assim com o objetivo último de, como escreve Sousa Lara, realizar os interesses gerais da coletividade¹⁶⁴. Na relação que se estabelece, os membros da coletividade assumem deveres para com o Estado e este assume a obrigação de garantir a manutenção da segurança, da justiça e do bem-estar dos primeiros. A segurança¹⁶⁵ constitui assim, em todo o momento, uma responsabilidade natural e intransmissível do Estado que este assume mediante a adoção das medidas adequadas a assegurar essa garantia¹⁶⁶. O conjunto dessas medidas constitui a Defesa Nacional porque o conceito de segurança assume claramente uma conotação estatal e nacional¹⁶⁷.

Comumente, o termo defesa é utilizado no sentido de proteção contra ataques estando por isso implícita a existência de uma qualquer agressão real ou a iminência da sua efetivação. Já o conceito de segurança não é passível de tão fácil definição tendo em conta a miríade de interpretações avançadas ao longo dos anos por diversos teóricos, tantas vezes influenciados por esta ou aquela conjuntura ou ideologia.

Como referimos noutra passagem do nosso trabalho, nos primeiros anos da Guerra Fria a cena internacional é dominada pela possibilidade de enfrentamento entre as duas

¹⁶³ Couto, Abel Cabral, (1987), *Elementos de Estratégia*, I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.

¹⁶⁴ Lara, António de Sousa, (2004), *Ciência Política, Estudo da Ordem e da Subversão*, Lisboa, ISCSP, pp. 256 – 261.

¹⁶⁵ Segundo António Silva Ribeiro, «(...) segurança nacional é uma condição, um estado, um valor a atingir, de cariz relativo e resultante de uma reflexão (...)» – Ribeiro, António Silva, (2010), *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar – Modelo de Elaboração*, Lisboa, Diário de Bordo, pp. 12.

¹⁶⁶ Cardoso, Leonel, (1981), “Defesa Nacional – Segurança Nacional”, *Nação e Defesa* (17), pp. 11 – 24.

¹⁶⁷ O General Loureiro dos Santos define Defesa Nacional com sendo a atividade “prosseguida por uma Unidade Política com a finalidade de atingir e manter a sua segurança, entendendo-se por segurança a capacidade de agir com liberdade de ação na esfera externa e interna, num ambiente hostil provocado por outras unidades políticas ao prosseguirem os seus objetivos próprios”, Santos, José Alberto Loureiro dos, (1991), *Como Defender Portugal*, Lisboa, IAEM, pp. 60-61. Segundo A. Silva Ribeiro Defesa Nacional “(...) é o conjunto de atos que permitem ao Estado proteger-se de uma ameaça pontual, latente ou concretizada, que afete os interesses nacionais (...)” – Ribeiro, António Silva, (2010), *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar – Modelo de Elaboração*, Lisboa, Diário de Bordo, pp. 12.

potências mundiais em solo europeu. Estavam então em voga as doutrinas de teóricos realistas como Morgenthau e R. Aron que, embora apresentassem entre si algumas discrepâncias importantes, coincidiam na análise da realidade internacional numa perspectiva dos Estados enquanto atores principais da cena mundial e das relações internacionais. O conflito dominava toda a realidade internacional, a atividade política era ditada por ambições de poder e, progressivamente, o poderio militar acabaria por converter-se num dos principais meios de obtenção e consolidação de poder pelos Estados.

Durante muito tempo o conceito de Defesa Nacional teve um significado estritamente militar ou seja, a componente militar teve uma preponderância dominante não só na elaboração da doutrina como também na organização e execução da defesa propriamente dita. Nos anos que se seguem ao fim da Segunda Grande Guerra o conceito vai sofrer um progressivo alargamento fruto das lições retiradas do conflito. Por toda a Europa o conceito estritamente militar sucumbe perante a constatação de que nenhuma guerra futura voltaria a ser um mero confronto de forças militares e que a Defesa deixara de ser uma matéria de decisão exclusiva dos profissionais das armas. O alcance do conceito era agora mais vasto e abrangente e o poder decisório no que respeita aos assuntos de Defesa ascendia aos patamares da mais alta hierarquia política.

Em Portugal desde a década de 1930, por condicionantes derivadas das circunstâncias políticas do Estado Novo, a política de defesa nacional¹⁶⁸ revela uma subordinação exclusiva à política externa e à política militar. Durante a Segunda Guerra Mundial é executada uma política de defesa que, assente em relações de aliança, visava a defesa dos interesses de Portugal, tal como definidos pelo regime, e a manutenção de uma autonomia relativa de ação no contexto do conflito europeu. Mais tarde, uma vez iniciado o período de Guerra Fria, será a busca de garantias de segurança a dominar a política de defesa nacional.

Em termos genéricos, a definição da política de defesa duma nação deriva no essencial de três grandes questões: da existência de ameaças à sua segurança; da necessidade de preparar uma resposta militar contra essas ameaças e; dos meios, humanos e de outra natureza, que o país pode disponibilizar para a edificação dessa mesma capacidade de resposta.

Durante muito tempo prevalece em Portugal uma conceção de defesa estabelecida e executada segundo as diretrizes de um único decisor político, Salazar, que chama a si a

¹⁶⁸ A política de defesa nacional era parte integrante, não individualizada, da política geral do Estado.

coordenação de todas as restantes políticas necessárias à prossecução da política de defesa nacional¹⁶⁹. Essa coordenação revelava-se no entanto meramente instrumental tendo em conta que se tratava de um simples deitar mão aos instrumentos disponíveis e necessários para dar resposta a problemas específicos e conjunturais. À exceção de alguns elementos de confiança do poder político, as entidades militares, consideradas uma ameaça à sobrevivência do regime, são afastadas de qualquer papel interventivo na política de defesa do país.

As questões relacionadas com a política de defesa estão, por isso, envoltas num sem número de ambiguidades e indecisões. Se algumas vezes as questões de defesa são entendidas e tratadas de forma tão genérica que se enredam em questões políticas de natureza diversa, momentos há em que são abordadas sob um ponto de vista demasiado estrito, diretamente relacionado com a administração e emprego dos meios militares.

A defesa nacional é, como tentamos expor, uma complexa atividade nacional que está sujeita a constrangimentos vários derivados quer das condições políticas internas quer da teia de relações externas estabelecidas pelo Estado. Se os constrangimentos nacionais são, à partida, passíveis de correção ou eliminação por simples ação política interna, o mesmo não se poderá dizer dos constrangimentos de ordem externa que, por exigirem alterações tantas vezes profundas das normas elementares que regem o relacionamento entre estados, dificilmente poderão ser ultrapassados por ação isolada de uma única entidade nacional.

São esses constrangimentos e as estratégias adotadas para os contornar que passaremos a expor nos textos que se seguem.

2. A política de defesa nacional no segundo pós-guerra

a. Antecedentes

De 1926 até ao início da década de 1930 a conjuntura internacional pouco preocupante para Portugal, tinha favorecido o desinvestimento estatal nas questões relacionadas com a defesa do País e uma adulteração da missão das FA no sentido de uma excessiva afetação dos meios militares à manutenção da ordem interna. Por opção do poder instituído, a prioridade da política de defesa nacional é o inimigo interno. No entanto, a partir de 1930 a modernização e rearmamento das Forças Armadas portuguesas começará lentamente a tornar-se uma realidade. Marinha e Exército reclamam prioridade no rearmamento e desta disputa só uma

¹⁶⁹ Aguiar, Joaquim, “Política de Defesa Nacional como Política Interdepartamental”, (1988), *Nação e Defesa*, (44), pp. 21 *et seqs.*

das partes sai vencedora – a Marinha. Assim, em Maio de 1930, a decisão de atribuir prioridade ao rearmamento da Marinha é oficializada em Conselho de Ministros dando origem a alterações significativas no conceito de política de defesa nacional. Esta transferência de prioridades para o rearmamento da Marinha vai dar origem a um novo conceito de defesa nacional em que é valorizada a componente naval¹⁷⁰. Pretende-se então desenvolver uma marinha de guerra que seja capaz de cumprir quatro grandes funções estratégicas: garantir a presença no império; assegurar o controlo das ilhas atlânticas e a segurança das vias marítimas que ligavam a metrópole aos territórios portugueses ultramarinos; garantir a capacidade de disputar o espaço atlântico português e a defesa de Lisboa até à chegada de auxílio britânico; desenvolver as capacidades necessárias à atuação conjunta com a Marinha britânica em caso de um conflito geral em que Portugal viesse a estar envolvido.¹⁷¹

Pretendia-se como dissemos implementar uma política de defesa de carácter naval e atlântica atribuindo à Marinha os recursos principais da defesa. Em última instância, vingava a ideia de que seria impossível defender o País nas suas fronteiras terrestres e que só uma marinha de características modernas conseguiria zelar pela segurança nacional. Esta política de defesa de valorização da componente naval das FA portuguesas vai vigorar até à segunda metade da década de 1930. No entanto, chegados a 1935, facilmente se constata que a Armada tinha crescido rápida e desmesuradamente fruto de uma preocupação exclusiva com a aquisição de meios navais sem que se tivesse planeado adequadamente a sua guarnição, sustentação e, sobretudo, a sua valorização. A despesa pública com a Marinha que antes de 1930 representava cerca de 30% da despesa total com a defesa, cresce para uns significativos 46% nos anos de 1932-1933 e é de 39% em 1935.¹⁷²

A partir de 1935 opera-se uma mudança radical na política de defesa do País que irá perdurar até à entrada de Portugal para a NATO. O crescente receio de agravamento da situação interna do país vizinho bem como a degradação geral do contexto europeu obrigam à criação das condições necessárias à defesa do território continental em caso de ameaça

¹⁷⁰ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 140.

¹⁷¹ *Idem, ibidem*.

¹⁷² Telo, António José, “Política de Defesa” (1996) em Rosas, Fernando e Brito, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, II, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 759-765

terrestre. Pretende-se agora implementar um programa de longo prazo de melhoria das capacidades militares com vista à edificação de um Exército de massas.¹⁷³

Apesar das intenções, em 1935 não existia ainda uma efetiva política de defesa e a definição da política militar do País, desde há muito reclamada pelos militares, tardava em surgir. A gravidade da situação existente é bem conhecida das chefias militares nacionais e Passos e Sousa, à data Ministro da Guerra, faz questão de as relembrar ao poder político no documento intitulado «Plano de Rearmamento do Exército Metropolitano» datado de 26 de Agosto de 1935.¹⁷⁴ Desde 1933 a Constituição Portuguesa estabelecia que ao Estado competia assegurar a existência e o prestígio das instituições militares que a defesa da integridade nacional e a manutenção da ordem e paz pública exigissem, sendo a prestação de serviço militar obrigatório e geral. Estatuía também que, no futuro, Leis especiais estabeleceriam a organização geral da Nação para a guerra em obediência ao princípio da «Nação Armada». O conceito de «Nação Armada» pressupunha a existência de serviço militar obrigatório e a garantia de que a todos os cidadãos seria ministrada a instrução militar necessária ao desempenho das funções militares de defesa do País. A realidade era no entanto muito diferente¹⁷⁵.

A inexistência de órgãos superiores militares capazes de organizar a Nação para um eventual conflito armado e o abandono a que tinha sido votado o Exército ao longo de décadas, eram frequentemente apontados pelas chefias militares como sendo razões para o estado caótico em que se encontrava a instituição militar nacional. Essa lacuna viria a ser

¹⁷³ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 194.

¹⁷⁴ “Para que as directivas indispensáveis à elaboração do presente plano fossem estabelecidas num sentido totalmente objectivo (...) era necessário que as políticas de guerra e militar do país estivessem definidas. A primeira (...) definindo a missão do Exército português num possível conflito, daria a mais preciosa e indispensável das indicações: aquela que se refere à força que o Exército português deve representar e ao tempo dentro do qual esta se deve encontrar apta a actuar. A segunda, (...) estabelecendo os princípios segundo os quais essa força deve ser organizada e preparada (...) fixando o quadro dentro do qual as instituições militares devem actuar, de forma a garantir a existência daquela força no momento oportuno” - ANTT / AOS/ CLB / MMB-1.

¹⁷⁵ Rocha, Jorge Manuel Lima da Silva (2008), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores - Academia Militar, pp. 17. Vejam-se também as obras Faria, Telmo, (2000), *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Cosmos - Instituto da Defesa Nacional e Duarte, António Paulo, (2010), *A Política de Defesa Nacional 1919 - 1958*, Lisboa ICS.

colmatada em Maio de 1935 com a promulgação das Leis 1905 (Organismos Superiores da Defesa Nacional)¹⁷⁶ e 1906 (Conselho Superior do Exército)¹⁷⁷. A Lei 1905 vinha finalmente dar seguimento às aspirações das chefias militares no que respeita à definição da política de defesa nacional e à organização dos órgãos superiores da defesa nacional. Assim, a Lei começa por atribuir ao Governo a responsabilidade pela definição da política militar de Portugal bem como a da orientação superior da preparação da defesa nacional. Cabia também ao Governo a fixação dos objetivos gerais da guerra; a direção da guerra e a disponibilização às chefias militares dos meios necessários à organização da defesa do País. No que respeita à Lei 1906, ela instituía, sob a alçada do Ministério da Guerra, o Conselho Superior do Exército (CSE). Competia a partir de então ao CSE decidir, de acordo com a política fixada pelo Governo, sobre a orientação a dar a todos os organismos de caráter militar sob a alçada do Ministério da Guerra bem como a elaboração de pareceres relativamente à organização e funcionamento do Exército. O CSE passava a ser obrigatoriamente consultado sobre todas as questões relativas à organização, recrutamento, instrução e mobilização das forças militares, planos de operações, organização geral das fortificações, planos de rearmamento, estabelecimento de novas vias de comunicação.

A publicação desta legislação representa a subordinação da instituição militar ao poder político e marca um momento de inegável importância para a ascensão de Salazar e para a consolidação do Estado Novo.

No início da segunda metade da década de trinta, o Exército não tinha qualquer utilidade em caso de conflito internacional grassando nele o descontentamento generalizado pelo abandono a que tinha sido votado. A mensagem da mais alta hierarquia das Forças Armadas era clara e rapidamente seria tida em conta pelo Governo alarmado com o adensar dos sinais de turbulência internacional e com o agravamento da situação no país vizinho, onde eram cada vez mais frequentes os pronunciamentos. A situação internacional, e sobretudo a ameaça do perigo espanhol, tornam urgente e prioritária a tarefa de rearmar o Ramo terrestre das FA mas tal não significa a ausência de problemas na sua prossecução. O processo político para levar a bom termo a reorganização e rearmamento do Exército não irá ser fácil mas Salazar, contando com o apoio da geração mais nova dos oficiais do Exército, saberá conduzi-lo habilmente insistindo na necessidade e urgência de defesa da fronteira

¹⁷⁶ Lei n.º 1905. D.R. n.º 116, Série I de 1935-05-22.

¹⁷⁷ Lei n.º 1906. D.R. n.º 116, Série I de 1935-05-22.

terrestre do País. O plano para o rearmamento, em três fases¹⁷⁸, do Exército será aprovado em finais de 1935 iniciando-se assim uma nova etapa da política de defesa e militar em que o eixo das prioridades se desloca da Marinha para o Exército¹⁷⁹. Esta mudança de estratégia vai causar uma nova inflexão na política de defesa portuguesa que, passando a ter como objetivo principal a criação de uma força militar organizada e dotada dos meios necessários para fazer frente a um ataque vindo de Espanha, levava ao abandono definitivo do Plano Naval iniciado em 1930. Passa então a vigorar uma política de defesa terrestre com o conseqüente abandono da tradição atlântica.¹⁸⁰ Esta viragem na política de defesa ocorre sem qualquer tipo de debate e sem que seja perceptível, inicialmente, qualquer tipo oposição por parte do principal prejudicado – a Marinha.

Apesar de ser considerado o principal órgão da defesa nacional, o Exército estava há algum tempo arredado das prioridades do poder político mas irá concentrar nesta fase todas as intenções de reforma.¹⁸¹ Os problemas persistiam no seio do Exército com um quadro permanente de oficiais considerado excessivo; as patentes superiores tinham na sua maioria uma média de idades avançada e não reuniam as características necessárias ao desempenho de tão exigentes tarefas; a inexistência de material de guerra considerado moderno e operacional; continuava a ser difícil recrutar e instruir o número de efetivos necessários para as fileiras.¹⁸² Era urgente criar condições para uma mobilização em massa mas essas condições obrigavam a um forte esforço financeiro tendo em conta a necessidade de rearmar a totalidade do Exército, partindo praticamente do zero. Já anteriormente a questão dos

¹⁷⁸ 1ª fase: criação de uma força de cobertura com cerca de 49000 homens; 2ª fase: criação de uma força de cerca de 109000 homens; 3ª fase: criação de uma força com 200000 homens - Telo, António José, “Política de Defesa” (1996) em Rosas, Fernando e Brito, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, II, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 760.

¹⁷⁹ Para uma descrição completa do processo de rearmamento veja-se Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 145 *et seqs.*

¹⁸⁰ Na opinião de António José Telo, esta nova política de defesa não passará de um mero plano de intenções uma vez que “(...) os objectivos da política de defesa aprovada em 1936 nunca serão concretizados, apesar de os esforços nacionais se terem concentrado neles durante mais de dez anos” - Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 153.

¹⁸¹ Esta reforma era há alguns anos reclamada pelo Exército por se considerar então que as reformas de 1930 tinham sido pouco ambiciosas e nunca tinham sido devidamente completadas.

¹⁸² ANTT / AOS / CO / GR-4, pasta 1, documento intitulado a “*Eficiência do Exército*”, Janeiro de 1936.

elevados custos tinha sido razão justificativa para o adiamento de medidas de caráter organizativo e de re-equipamento do Exército mas agora pareciam estar finalmente reunidas todas as condições necessárias.

Face ao acumular dos sintomas de tensão em África, na Europa e em Espanha, o Conselho de Ministros irá reunir em Fevereiro de 1936 com vista a deliberar relativamente à política de defesa a seguir e também para, de uma vez por todas, resolver a questão da reforma do Exército.

A reforma do Exército tem finalmente início em 1937 com a publicação de legislação¹⁸³ sobre a organização do Exército, o recrutamento e serviços militares, os quadros, as promoções, a passagem à reserva, os vencimentos e as pensões de reserva e reforma. Esta reforma de 1937 irá ser o maior empreendimento, no que diz respeito à defesa nacional e às forças armadas, levado a cabo pelo Estado Novo e apenas em 1956 será publicada nova legislação da mesma natureza.¹⁸⁴

No início da Segunda Guerra Mundial, as críticas dos altos comandos das FA, em especial do Major – General do Exército, à política de defesa seguida nos anos anteriores sucedem-se e intensificam-se ao ponto de, disfarçadamente, serem imputadas responsabilidades a Santos Costa. Portugal está ainda longe de ter alcançado um desenvolvimento económico e industrial favorável à organização e equipamento de uma Força Armada com os requisitos mínimos necessários à afirmação do conceito de «Nação Armada».¹⁸⁵

A conjuntura de guerra confirma o irrealismo dos objetivos traçados pelos decisores nacionais e a indispensabilidade do auxílio externo para a concretização do rearmamento em particular e para a defesa do País em geral. Ao longo de cinco anos o programa de rearmamento do Exército tinha beneficiado de um investimento financeiro nunca antes verificado no entanto, em 1940, a força armada nacional não ia além de uma Divisão deficientemente equipada. A primeira fase do rearmamento só ficará pronta após o acordo de 1943 para a cedência às autoridades britânicas de facilidades militares nos Açores sendo

¹⁸³ Leis nº 1960 e 1961 de 1 de Setembro de 1937 e os Decretos-Leis nºs 28 401 a 28 404 de 31 de Dezembro de 1937.

¹⁸⁴ Lei de Bases nº 2084 de 16 de Agosto de 1956

¹⁸⁵ Carrilho, Maria, (1989), “Política de defesa e rearmamento”, em Carrilho, Maria, Rosas, Fernando (Org.), *Portugal na Segunda Guerra Mundial: Contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 19.

possível contabilizar a partir de então três Divisões razoavelmente adequadas às novas formas de fazer a guerra.

Os pressupostos da política de defesa posta em prática desde 1935 começam a ser postos em causa quando a partir de 1940 se constata a impossibilidade de, com os meios existentes, se poder defender o território continental sendo por isso necessário equacionar a necessidade de evacuação dos órgãos de soberania para as ilhas atlânticas. A modernização das forças terrestres de pouco tinha servido. O Exército não estava em condições de levar a cabo uma defesa eficaz do território continental português e o erro do abandono do plano de reequipamento naval ficava comprovado agora que se pretendia dispor dos meios navais adequados e suficientes para a evacuação dos órgãos de soberania.¹⁸⁶

b. Objetivos 1945-1959

A proximidade do fim da guerra e da mais que certa vitória dos Aliados fazem reavivar a agitação anteriormente vivida nos quartéis. Na instituição militar e na sociedade civil ecoam os desejos de derrube do Regime. Os anos que medeiam entre 1945 e 1949 vão ser marcados por uma série de conspirações de origem e motivação diversa com o intuito de modificar o regime. Têm em comum serem todas frágeis e pretenderem apoiar-se em Carmona para substituir Salazar¹⁸⁷. As movimentações sucedem-se mas sucumbem perante a vontade e a astúcia de O. Salazar e o auxílio prestimoso de Santos Costa.

A conceção de defesa iniciada em 1935 que assentava num megalómano exército de massas vai manter-se para além do fim da Segunda Grande Guerra e só será radicalmente alterada em 1949. Portugal continua a apostar numa política de defesa cujo objetivo último é o desenvolvimento das capacidades militares que tornem viável a defesa terrestre do território continental com a menor dependência externa possível. O plano de rearmamento então iniciado continua válido faltando completar a sua terceira fase, a fase que elevaria o potencial do Exército para 15 Divisões. A política de armamento que tinha sido seguida na década anterior tinha que continuar para além de 1945 só que desta vez para fazer frente à ameaça soviética. Em 1945 ficava completa a segunda fase do rearmamento e Portugal

¹⁸⁶ Para uma análise detalhada do planeamento de defesa efetuado entre 1938 e 1943 veja-se a nossa Tese de Mestrado - Rocha, Jorge Manuel Lima da Silva (2008), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores - Academia Militar.

¹⁸⁷ *Idem*, pp.179.

passava a dispor do material necessário para equipar 5 Divisões mas sem que isso significasse uma verdadeira capacidade operacional.

A partir de 1947 a política de defesa altera-se chegando mesmo a um impasse quando Portugal, empenhado na materialização da terceira fase do rearmamento, vê recusado o auxílio da Inglaterra para a sua concretização. Esta negativa inglesa coloca pela primeira vez Portugal numa posição de dependência relativamente aos EUA já que só com auxílio norte-americano seria possível concluir o processo de rearmamento iniciado em 1935. Como referimos noutra passagem deste estudo, as autoridades nacionais estavam, desde o Verão de 1944, empenhadas numa maior diversificação dos objetivos da política externa portuguesa e na salvaguarda dos interesses nacionais no pós-guerra, promovendo por isso uma aproximação diplomática aos EUA em grande parte facilitada e incentivada pela Inglaterra. Esta aproximação aos EUA conhece alguns desenvolvimentos positivos até 1948 quando as opções políticas de fundo dos governantes nacionais relativamente à manutenção do Império português passam a colidir irremediavelmente com a filosofia política americana. A ausência de uma base política de entendimento que permitisse o aprofundamento das relações com os EUA e a concretização do rearmamento do Exército arrastam os contactos bilaterais para um impasse que só viria a ser superado após a formação da NATO em 1949¹⁸⁸.

A adesão de Portugal à NATO em 1949, indiscutivelmente importante no campo político, revela-se fundamental para a prossecução dos interesses nacionais sobretudo no campo militar. Desde a sua fundação, a NATO vai desempenhar um papel essencial na mediação do relacionamento com Washington e será através dela que Lisboa irá negociar, para além de importantes benefícios económicos e financeiros, significativos proventos militares.¹⁸⁹

Assim, em 1949 tem início a chamada «revolução serena»¹⁹⁰. A adesão de Portugal à NATO trás consigo uma profunda alteração das prioridades atribuídas às tradicionais

¹⁸⁸ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp.196

¹⁸⁹ Telo, António José, “Portugal e a NATO, Um pequeno poder numa grande aliança”, em Ferreira, José Medeiros, (2001) (Coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 124.

¹⁹⁰ «Revolução, porque alterou por completo e em pouco tempo as políticas externa e de defesa; serena, porque a mudança se faz de forma gradual, como uma rápida série de pequenos passos, tão lógicos e inevitáveis, que nem sequer se nota a sua importância» - Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 200 et seqs.

vertentes da política de defesa portuguesa¹⁹¹. No momento da adesão à Aliança Atlântica o poder político tem entre mãos duas questões importantes no campo da defesa que urge resolver: prosseguir a subordinação dos militares ao poder político dando seguimento à reorganização da defesa nacional idealizada em 1935 e, materializar definitivamente o Exército de 15 Divisões previsto na terceira fase do rearmamento iniciado nesse mesmo ano.

Até 1949, a política de defesa portuguesa tinha como principal orientação o auxílio às autoridades espanholas na defesa da linha dos Pirenéus em caso de ataque terrestre por forças soviéticas. Neste contexto, o Exército continua a ser o elemento principal e prioritário da força armada nacional, a embrionária Aeronáutica atua como força auxiliar e a Marinha pouco evolui desde o abandono do plano naval da primeira metade da década de 1930.

Até 1954 é possível constatar a existência de dois estádios evolutivos da política de defesa portuguesa. Resumidamente, até 1951 todas as ações giram em torno das relações bilaterais com os EUA e da procura dos mecanismos que permitam ultrapassar o impasse a que tinham chegado essas mesmas relações. Durante este período continuam as negociações para a permanência, em tempo de paz, de forças militares americanas nos Açores que culminam com a assinatura em 1951 de um acordo de defesa bilateral só possível no âmbito do novo quadro político multilateral da NATO. A segunda etapa desenvolve-se a partir de 1951 e prolonga-se até 1954. São os anos do MAAG, da chegada dos primeiros equipamentos militares americanos, das novas técnicas e sistemas de armas, da reorganização dos métodos e das mentalidades.¹⁹²

Lenta mas permanentemente, as autoridades militares portuguesas começam a dar-se conta do irrealismo do planeamento de forças anteriormente efetuado e as quinze Divisões rapidamente passam a cinco.¹⁹³ Gradualmente, opera-se a transição de um conceito de defesa terrestre do continente nacional baseado num exército de massas deficientemente equipado e obsoleto para algo bastante diferente. Em finais de 1956 os objetivos da política de defesa nacional passavam já pela edificação de uma força militar aeronaval moderna, de

¹⁹¹ Defesa do regime contra ameaças internas; defesa do espaço continental; defesa do espaço atlântico e defesa do Império - Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp.324.

¹⁹² Veja-se Marcos, Daniel da Silva Costa, (2011), *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 1950*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.

¹⁹³ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp.322.

dimensões mais modestas e vocacionada para a atuação conjunta com americanos e ingleses na defesa do espaço atlântico português e da Europa.¹⁹⁴

A partir de 1957 este cenário vai evoluir no sentido de uma nova e radical alteração da política de defesa portuguesa. As discussões internacionais em torno das questões coloniais deixam perceber que, em breve, também as autoridades portuguesas terão que lidar com o desenvolvimento dos nacionalismos africanos sendo por isso essencial desenvolver ações de fortalecimento e reorganização do dispositivo militar existente nos territórios africanos portugueses. Reveladores de algumas más opções estratégicas adotadas ao longo dos anos, os primeiros estudos efetuados revelam desde logo graves carências no que diz respeito à projeção por via aérea e naval de forças militares para África.

A organização militar do Império é alterada no início de 1958¹⁹⁵ mas a política de defesa só em Agosto de 1959 passará oficialmente a refletir a nova realidade. A assinatura de novos compromissos com a NATO é suspensa ao mesmo tempo que a prioridade atribuída aos acordos de defesa firmados com a Espanha é significativamente reduzida.

No final da década de 1950 já só interessa a defesa do Império.

c. A organização da Defesa Nacional

Em termos gerais, no final da Segunda Guerra Mundial a organização dos órgãos superiores da Defesa Nacional e dos diferentes organismos militares continua a ser a mesma estabelecida na segunda metade da década de 1930.

A Constituição política em vigor no período temporal objeto deste estudo, a Constituição Portuguesa de 1933, estabelecia no seu artigo 53º que ao Estado competia assegurar a existência e o prestígio das instituições militares que a defesa da integridade nacional e a manutenção da ordem e paz pública exigissem. O Regime mantinha uma apertada vigilância e controlo político sobre o aparelho militar exercendo o Ministro da Guerra competências que, indo muito além das que tipicamente lhe estariam atribuídas no âmbito político e da administração pública, invadiam o campo decisório das chefias militares com inegável prejuízo para a operacionalidade da força armada nacional.

Assim, nos anos que se seguem à publicação da Constituição de 1933 as chefias militares alertam insistentemente o poder político para inexistência de órgãos superiores

¹⁹⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁵ Decreto-Lei n.º 41559. D.R. n.º 54, Série I de 1958-03-15 e Decreto-Lei n.º 41577. D.R. n.º 69, Série I de 1958-04-02.

militares capazes de organizar a Nação para um eventual conflito armado e para o estado caótico em que se encontrava a instituição militar nacional em geral e o Exército, o seu Ramo principal, em particular. As lacunas apontadas pelas chefias militares só começariam a ser colmatadas a partir de Maio de 1935 com a promulgação das Leis 1905¹⁹⁶ (Organismos Superiores da Defesa Nacional) e 1906¹⁹⁷ (Conselho Superior do Exército).

A Lei 1905 vinha finalmente dar seguimento às aspirações das chefias militares no que respeita à definição da política de defesa nacional e à organização dos órgãos superiores da defesa nacional. Assim, a Lei atribui ao Governo responsabilidades na definição da política militar de Portugal bem como na orientação superior da preparação da defesa nacional. Cabia também ao Governo a fixação dos objetivos gerais da guerra; a direção da mesma e a disponibilização às chefias militares dos meios necessários à organização da defesa do País. Aos Comandantes em Chefe das forças era atribuída a competência exclusiva da condução das operações militares.

No que respeita à estrutura superior da Defesa Nacional, foram então criados diversos órgãos. Desde logo o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) do qual faziam parte o Governo e, com funções consultivas o Major-General do Exército e o Major-General da Armada. O CSDN tinha por missão deliberar sobre diversos assuntos respeitantes à defesa nacional e à política militar da Nação com destaque para a organização do País para o tempo de guerra; a elaboração de Planos Gerais de Ação; reabastecimento geral do País e transportes; apetrechamento industrial; orçamentos das forças militares e militarizadas; convenções militares; etc.. Em tempo de guerra a ação do Governo era exercida por intermédio do Conselho Superior de Direção da Guerra (CSDG) presidido pelo Presidente do Conselho de Ministros e dele fazendo parte os Ministros da Guerra, da Marinha, das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e das Colónias. Este órgão poderia, em caso de necessidade, ouvir outros Ministros bem como convocar para consulta os Comandantes em Chefe das Forças Armadas. O CSDN e o CSDG eram presididos pelo Presidente da Republica sempre que os mesmos fossem convocados.

Foi também criado o Conselho Superior Militar (CSM) sendo-lhe conferida a missão de «deliberar sobre as soluções a dar aos altos problemas relativos à organização e emprego das forças terrestres, marítimas e aéreas, militares e militarizadas bem como aos programas

¹⁹⁶ Lei n.º 1905. D.R. n.º 116, Série I de 1935-05-22.

¹⁹⁷ Lei n.º 1906. D.R. n.º 116, Série I de 1935-05-22.

gerais de armamento»¹⁹⁸. Era dirigido pelo Presidente do Conselho de Ministros e dele faziam parte os Ministros da Guerra e da Marinha, os Majores Generais do Exército e da Armada e os Chefes dos Estados-Maiores do Exército e Naval. Previa também a presença do Ministro das Colónias sempre que fossem apreciados assuntos relativos às Colónias e às forças militares coloniais.

Além destes órgãos considerados mais relevantes, foram ainda criados outros organismos como sejam a Comissão de Estudos da Defesa Nacional (CEDN) para apreciação das questões a serem submetidas à apreciação do CSDN; a Comissão Mista dos Estados-Maiores do Exército e Naval para o estudo de assuntos cuja resolução exigisse ação conjunta do Exército e da Marinha; o Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) que ficava na dependência direta do Presidente do Conselho de Ministros constituindo o seu órgão de trabalho para as questões da defesa nacional. Em cada uma das colónias era criado um Conselho Superior Militar (CSM) com a missão de examinar e estudar os assuntos com interesse para a defesa própria das colónias ou a sua cooperação na defesa geral da Nação.

No que respeita à Lei 1906, ela instituía, sob a alçada do Ministério da Guerra, o Conselho Superior do Exército (CSE). O mesmo seria presidido pelo Ministro da Guerra sendo o cargo de vice-presidente ocupado por um oficial General nomeado pelo Presidente do Conselho de Ministros sob proposta do Ministro da Guerra. Além destes, faziam também parte do CSE o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), cinco oficiais Generais nomeados pelo Ministro da Guerra (mediante proposta do vice-presidente), o Governador Militar de Lisboa, o Diretor da Arma de Aeronáutica, o presidente da 7ª secção do Conselho do Império Colonial, o Sub-CEME e o Quartel-Mestre General (secretario com voto consultivo). Competia ao CSE decidir, de acordo com a política fixada pelo Governo, sobre a orientação a dar a todos os organismos de carácter militar sob a alçada do Ministério da Guerra bem como a elaboração de pareceres relativamente à organização e funcionamento do Exército. O CSE passava a ser obrigatoriamente consultado sobre todas as questões relativas à organização, recrutamento, instrução e mobilização das forças militares, planos de operações, organização geral das fortificações, planos de rearmamento, estabelecimento de novas vias de comunicação, etc.. Segundo os Artigos 7º e 8º, o vice-presidente do CSE era o conselheiro técnico do Ministro da Guerra para as questões relacionadas com a organização do Exército e a sua preparação para a guerra e seria ele a quem, em caso de guerra, caberia comandar as forças em operações. Por força da Lei o vice-presidente do CSE passa a ser

¹⁹⁸ Lei n.º 1905. D.R. n.º 116, Série I de 1935-05-22, Base III.

designado por Major-General do Exército¹⁹⁹, cargo que havia sido extinto na reorganização de 1926.

Após a publicação das Leis 1905 e 1906, foram ainda publicados os Decretos n.ºs 25.857 e 25.858 que visavam regulamentar a criação do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), Conselho Superior de Direção de Guerra (CSDG), Conselho Superior Militar (CSM), Comissão de Estudos da Defesa Nacional (CEDN), Comissão dos Estados Maiores do Exército e Naval (CEMEN), Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) e Conselho Superior do Exército (CSE).

Esta legislação irá, como referimos, prevalecer inalterada durante toda a Segunda Guerra Mundial e só em 1947 a Defesa Nacional será visada em nova iniciativa. Assim, a 31 de maio de 1947 são promulgadas as bases da Defesa Nacional mediante a publicação em Diário do Governo da Lei n.º 2.024.²⁰⁰

A referida Lei revogava definitivamente a Lei 1.905 de 22 de maio de 1935 (organização superior da Defesa Nacional) cuja publicação, a julgar pelos argumentos apresentados durante a discussão da proposta de Lei remetida pela Presidência do Conselho à Assembleia Nacional, não tinha tido ao longo de doze anos qualquer aplicabilidade prática.²⁰¹ A eficiência dos diversos conselhos e comissões então criados revelara-se medíocre e retardadora das ações necessárias à implementação de uma organização estável que viabilizasse a resolução dos problemas que há longos anos afetavam a Defesa Nacional²⁰².

Em termos gerais, a Lei n.º 2.024 revela, para além de algumas precisões semânticas, uma redução do número de Bases (doze para nove) e algumas inovações. Assim, na Base I definem-se com maior clareza as competências de carácter político exclusivas do Governo e a autonomia dos chefes militares no que à conduta de operações militares disser respeito. Considerada uma ingerência direta na conduta de operações militares, o Governo deixa de acompanhar, como preceituava a Base I da Lei n.º 1.905, o modo de emprego dos meios de ação colocados à disposição dos comandantes em chefe das Forças Armadas.

¹⁹⁹ Na prática passava a ser o comandante operacional das Forças Armadas.

²⁰⁰ Lei n.º 2024. D.R. n.º 124, Série I de 1947-05-31. Veja-se o anexo A

²⁰¹ Veja-se o Diário das Sessões n.º 110 de 24 de março de 1947.

²⁰² « (...) para paralisar a ação, arrefecer entusiasmos e possibilidades de determinação instituiu-se um conjunto de organismos vários, consultores e de estudo, mais intervindo em discutir do que em resolver, mais próprios à meditação prudente do que à ação eficaz.» - *Idem*.

A Base II é aquela que, em nossa opinião, apresenta diferenças mais significativas relativamente à sua predecessora. Assim o legislador, que na referida Base da Lei 1.905 tinha agrupado as questões relativas ao estabelecimento e competências do CSDN e CSDG, opta agora por tratar em Bases separadas as questões relativas àqueles órgãos da estrutura superior da Defesa Nacional. A Lei 2.024 trata na Base II, de forma mais detalhada, da constituição e incumbências do CSDN e determina que do mesmo órgão passem a fazer parte a título permanente os Majores Gerais do Exército e da Armada (anteriormente com estatuto consultivo). As atribuições e constituição do CSDG são estabelecidas na Base III da referida Lei.

A principal inovação da Lei 2.024 relativamente à legislação que a precedeu surge na Base V que estipula a constituição, em tempo de guerra, do Conselho Superior de Mobilização Civil (CSMC). Orientado superiormente pela Presidência do Conselho de Ministros, dele fariam parte o Ministro da Mobilização Civil, que o presidia, os Ministros do Interior, Finanças, Obras Publicas, Economia e Comunicações, o Subsecretário de Estado das Corporações, os Chefes de Estado-Maior do Exército e Armada e o comandante da Defesa Terrestre Contra Aeronaves (DTCA). Este Conselho teria por missão tratar dos aspetos relativos à Mobilização Civil mas também de outras questões não militares com importância para a Defesa Nacional. Em tempo de paz seria o CSDN o órgão consultivo nas questões que relacionadas com a mobilização civil. A mesma Lei institui ainda na sua Base VI o Secretariado do CSDN e trata nas Bases VIII e IX de questões relacionadas com a defesa militar das colónias.

Em 1 de agosto de 1950 o Decreto-Lei nº 37.909 introduz alterações na orgânica do Governo sendo criados vários órgãos de coordenação política e militar.²⁰³ Assim, no que à Defesa Nacional diz respeito, é criado o alto cargo de Ministro da Defesa Nacional (MDN). Entregue a Santos Costa, o MDN passa doravante a ser o órgão coordenador das questões militares e de defesa nacional que corriam pelo Ministério da Guerra, agora denominado Ministério do Exército, e pelos Ministérios da Marinha e Subsecretariado de Estado da Aeronáutica. A Lei determina ainda a criação do cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), responsável pela direção do também instituído Secretariado-Geral da Defesa Nacional e conselheiro técnico do MDN nas questões relacionadas com a organização da Defesa Nacional e das forças terrestres, navais e aéreas, e do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica. No Art. 9º são introduzidas alterações à

²⁰³ Decreto-Lei n.º 37909. D.R. n.º 152, Série I de 1950-08-01.

orgânica do CSDN e CSDG e no Art. 10º decreta a extinção das Majoriass-Generais do Exército e da Armada.

Como podemos verificar, o Decreto-Lei nº 37.909 introduz alterações significativas na estrutura superior da Defesa Nacional no entanto, as novas bases da organização da Defesa Nacional só com a publicação da Lei nº 2.051 de 15 de janeiro de 1952 iriam ser promulgadas.²⁰⁴ Esta Lei mantém no essencial o articulado da Lei 2.024 que é alterada de forma a acomodar os altos cargos criados pela legislação de 1950. 1952 é também o ano da promulgação da organização geral da Aeronáutica Militar.²⁰⁵

A Lei nº 2.051 mantém-se em vigor inalterada até 16 de agosto de 1956, data da publicação da Lei de Bases nº 2.084 referente à organização geral da Nação para o tempo de guerra. Esta Lei não revoga a Lei nº 2.051 na sua totalidade já que se mantêm em vigor as Bases I, IV, VII (exceto na parte correspondente ao Conselho Superior da Mobilização Civil), VIII e IX.

A Lei nº 2.084 vem completar com assinalável progresso a legislação fundamental relativa à Defesa Nacional.²⁰⁶ Neste Diploma é utilizada pela primeira vez, salvo melhor opinião, a designação «Politica de Defesa» e constata-se uma abordagem mais maturada das questões relacionadas com a Defesa Nacional, mais condicente com as características dos conflitos internacionais de então. Com a Lei 2.051 são dados os primeiros passos no sentido da resolução de algumas das lacunas existentes na legislação referente à Defesa Nacional. Assim estabelecia diversas competências do Governo no âmbito da organização da Defesa Nacional; instituía diversos órgãos de chefia e coordenação nos campos militar e civil; determinava princípios básicos para a direção da guerra e a condução de operações militares; etc.. Contrariamente ao que vinha sendo prática corrente, a nova Lei já não diz respeito unicamente à componente militar da defesa nacional e revela a adoção de um conceito de Defesa Nacional com ramificações nos campos político, económico e financeiro e, científico.²⁰⁷ A análise das discussões que na Assembleia Nacional tiveram lugar a propósito da referida Lei, e o próprio Diploma, deixam perceber uma mais correcta avaliação da

²⁰⁴ Lei n.º 2051. D.R. n.º 10, Série I de 1952-01-15.

²⁰⁵ Lei n.º 2055. D.R. n.º 117, Série I de 1952-05-27.

²⁰⁶ Lei n.º 2084. D.R. n.º 172, Série I de 1956-08-16.

²⁰⁷ « (...) impõe-se que ao esforço das armas se adicionem todas as energias efectivas e latentes da Nação e que esta se encontre em condições de fazer face a todas as surpresas (...). Em consequência, a mobilização, para a passagem da organização de tempo de paz à do de guerra, deve ser integral, englobando todas as actividades militares e civis. (...)» – Atas da Câmara Corporativa nº 86 de 13 de abril de 1956.

conjuntura externa e um perfeito entendimento dos riscos e das obrigações que sobre Portugal pendiam em virtude dos compromissos assumidos no âmbito da NATO.

No que diz respeito aos órgãos de direção da Defesa Nacional, a Lei 2.084 atribui pela primeira vez ao Presidente da República, agora chefe supremo das Forças Armadas, efetivas responsabilidades nas matérias relacionadas com a Defesa Nacional. Ao Conselho de Ministros atribui competências na definição da política de defesa e ao Presidente do Conselho é atribuída a missão de dirigir e coordenar a acção do governo nas questões do âmbito da referida política. Este, de acordo com as circunstâncias, delega aqueles poderes nos Ministros da Defesa e da Presidência. Ao primeiro cabem as matérias relativas à preparação e eficiência dos meios necessários à organização militar e à defesa civil, ao segundo, a mobilização civil e a assistência e apoio às populações civis.²⁰⁸ Os órgãos de coordenação da Defesa Nacional continuam a ser o CSDN e o CSM. O CSDN surge agora com uma composição interministerial mais alargada e com novas e inovadoras atribuições quando comparado com a Base II da Lei nº 2051 de 1952.²⁰⁹ No que diz respeito ao CSM, este vê também a sua composição e atribuições alteradas deixando, entre outros, de fazer parte do mesmo o Presidente do Conselho. A responsabilidade pela execução da política de defesa nacional fica a cargo, segundo a Lei, da Presidência do Conselho de Ministros, do CEMGFA, demais ministérios civis intervenientes na mobilização e defesa civil e, dos chefes dos Estados-Maiores do Exército, Marinha e das Forças Aéreas. Segundo Fernando Rosas, a Lei de Bases nº 2.084 vem dotar as Forças Armadas de organismos que ensaiam uma maior independência em relação ao poder político e, sobretudo, ao Coronel Santos Costa, que transitara da pasta da Guerra para Ministro da Defesa Nacional em fins de 1950. No geral esta legislação é bem acolhida nos meios militares à exceção da Marinha que contesta abertamente as iniciativas legislativas que visam a concentração de poderes em organismos como o Ministério da Defesa Nacional, a nível político, ou como o EMGFA, a nível militar.²¹⁰

A partir de 1956 a evolução dos acontecimentos em África deixa perceber que, a breve trecho, importantes mudanças terão de ser implementadas nas políticas de defesa e

²⁰⁸ Ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica competia, sob orientação e coordenação do MDN, preparar a defesa militar do País.

²⁰⁹ Em caso de conflito o CSDN assume e desempenha os poderes e as atribuições do Conselho de Ministros nas matérias relacionadas com a condução da guerra e com as forças armadas.

²¹⁰ Rosas, Fernando, "Portugal e o Estado Novo (1930-1960)" (1992) em Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, XII, (1992), Lisboa, Editorial Presença, pp. 194

militar nacionais. A organização militar do Império começa a ser alterada em finais de 1956 com a publicação dos Decretos-Leis 40949²¹¹ e 40950²¹² (alteração da organização da Força aérea²¹³). Seguem-se, em abril de 1957, as alterações à organização da Armada com a publicação do Decreto-Lei n.º 41057²¹⁴ e; no início de 1958, a alteração da organização das forças terrestres (Decretos-Leis n.º 41559 e n.º 41577)²¹⁵.

A produção legislativa revela uma irreversível transformação da política militar em curso mas a mudança da política de defesa só em agosto de 1959 passará oficialmente a refletir a nova realidade.

d. Aspetos económicos da Política de Defesa

Julgamos estar hoje suficientemente demonstrada a inequívoca relação existente entre Economia e Defesa. Partes fundamentais de qualquer estratégia política estatal que vise garantir a Segurança e Defesa da Nação, as políticas Económica e de Defesa apresentam hoje uma interdependência permanente que deriva do extraordinário desenvolvimento que se operou, a partir da II Guerra Mundial, no setor da Defesa dos países industrializados e cujo peso no conjunto das atividades económicas globais não cessa de crescer.

Revelador da crescente complexidade desta questão é o facto de se estar hoje perante uma nova doutrina denominada «Economia de Defesa» que, enquanto ramo diferenciado do pensamento económico, se ocupa de cinco aspetos fundamentais: estudo dos efeitos económicos dos gastos com a Defesa; análise das relações entre o setor da Defesa e o setor civil da economia; administração dos recursos financeiros destinados a colmatar as necessidades da Defesa; distribuição desses recursos pelos diferentes ramos das forças armadas e; gestão da economia em situação de emergência.²¹⁶

Em Economia coexistem em ambiente de tensão dois princípios fundamentais e antagónicos: de um lado a limitação de recursos disponíveis, do outro lado o carácter

²¹¹ Decreto-Lei n.º 40949. D.R. n.º 282, Série I de 1956-12-28.

²¹² Decreto-Lei n.º 40950. D.R. n.º 282, Série I de 1956-12-28.

²¹³ Criação das 2ª e 3ª Regiões Aéreas (Angola e Moçambique respetivamente).

²¹⁴ Decreto-Lei n.º 41057. D.R. n.º 80, Série I de 1957-04-08

²¹⁵ Decreto-Lei n.º 41559. D.R. n.º 54, Série I de 1958-03-15 e Decreto-Lei n.º 41577. D.R. n.º 69, Série I de 1958-04-02.

²¹⁶ Viñas, Angel, (1984), “Economia de la Defensa y defensa económica: una propuesta reconceptualizadora”, *Revista de Estudios Políticos*, (37), pp. 25 – 47.

ilimitado das necessidades a colmatar. Por isso, na Economia como na Defesa, a principal dificuldade residirá, em primeiro lugar, no estabelecimento de prioridades e, em segundo lugar, na escolha das opções.

A paz e a liberdade não são estados que surgem de forma espontânea ou natural. É necessário conquista-los, desenvolve-los e, sobretudo, mantê-los. No âmbito nacional cabe às Forças Armadas, em simbiose com a restante comunidade nacional, garantir a manutenção dessa paz, liberdade e independência. Como ficou escrito no início deste capítulo, os membros da comunidade nacional assumem deveres para com o Estado e este assume o ónus da segurança, da justiça e do bem-estar dos primeiros. Assim, a segurança dos membros da comunidade constitui em todo o momento uma responsabilidade natural e inalienável do Estado que este assume ao mais alto nível e confia às suas Forças Armadas.

Embora constitua o sustentáculo e garante indispensável à prossecução de alguns dos objetivos fundamentais da Nação, a política de Defesa não goza de autonomia na estratégia global do Estado isto é, não tem objetivos próprios nem beneficia da atribuição apriorística de qualquer quota-parte dos recursos nacionais.²¹⁷ Assim, são atribuídos periodicamente ao esforço de defesa a quantidade de recursos nacionais julgados indispensáveis ao prosseguimento dos objetivos do Estado. Compreensivelmente diferentes nas conjunturas de paz ou de guerra, o tipo de recursos e as percentagens que os estados dedicam da sua riqueza (PIB) e da sua Despesa Pública à Defesa são indicadores preciosos que permitem aferir da verdadeira importância que, em cada momento, os Estados atribuem à sua Defesa.²¹⁸

i. Os orçamentos da Defesa

O Orçamento Geral do Estado (OGE) constitui um instrumento de planeamento e gestão indispensável à atividade do Estado. É através dele que se estabelece o quadro genérico de toda a atividade financeira do Estado e se estabelece a criteriosa distribuição dos recursos financeiros públicos.

À semelhança dos restantes organismos estatais, o ministério das Finanças desenvolve a sua atividade tendo em vista a satisfação das necessidades comunitárias. Para isso, realiza uma atividade económica que obriga à existência de planos ou previsões que haverão de servir como diretrizes à implementação dessa mesma atividade. O ministério das

²¹⁷ Revista Militar nº1, 1972, pp. 18

²¹⁸ Espírito Santo, Gabriel Augusto do, (2009), “O Orçamento da Defesa e o Orçamento das Forças Armadas”, *Revista Militar*, (2482), pp. 1219 *et seqs.*

Finanças necessita por isso de um plano de atuação e esse plano é o Orçamento Geral do Estado. O OGE é um documento onde ficam plasmadas as estimativas dos gastos a efetuar pelo Estado na prossecução dos objetivos traçados para o ano subsequente bem como a previsão da necessária arrecadação de receita para a concretização de tais objetivos.

Nos mesmos moldes do OGE, também o orçamento da Defesa Nacional fixa as despesas previstas e define as correspondentes fontes de financiamento ou seja, quantifica e qualifica financeiramente os planos de atividades respeitantes à defesa militar do país.²¹⁹ Como refere o General Gabriel Espírito Santo, a conceção, implementação, organização e sustentação de uma força militar organizada (Forças Armadas) destinada a servir o Estado-Nação, exige recursos humanos, materiais e financeiros que, definidos no âmbito da Política de Defesa Nacional e apoiados na Despesa do Estado, se materializam nos Orçamentos da Defesa.²²⁰ É com base neste enquadramento conceptual e factual que, sem pretensões de grande exaustão, iremos tentar traçar uma imagem geral dos gastos com a Defesa no período considerado de 1945 a 1959.

Da análise que tivemos oportunidade de realizar dos gastos efetuados até ao terceiro quartel do século XX com a Defesa Nacional, constatou-se que os grandes esforços financeiros com a defesa militar do País aconteceram nos períodos conhecidos de guerra: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918); a Segunda Grande Guerra (1939-1945) e; a partir do início da década de 1960, as Guerras de África (1961-1974)²²¹.

Avaliando mais detalhadamente os anos mais próximos ao período temporal objeto do nosso estudo (1945-1959) constata-se que Portugal, apesar de não estar diretamente envolvido no conflito, dedica durante a Segunda Guerra Mundial um esforço financeiro às questões da Defesa dos mais elevados da história portuguesa. Esse esforço não foi uniforme durante os anos da Guerra sabendo-se hoje que o grosso das despesas com a Defesa ocorreu numa fase do conflito em que o perigo alemão se afastara definitivamente do território português.

²¹⁹ Ribeiro, António Silva, (2010), *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar – Modelo de Elaboração*, Lisboa, Diário de Bordo, pp. 184.

²²⁰ Espírito Santo, Gabriel Augusto do, (2009), “O Orçamento da Defesa e o Orçamento das Forças Armadas”, *Revista Militar*, (2482), pp. 1219 *et seqs.*

²²¹ Os valores que em seguida se indicam derivam do estudo efetuado pelo autor dos OGE relativos aos anos económicos compreendidos entre 1939 e 1959, consultáveis em formato digital no portal das bibliotecas do ministério das Finanças. Disponível em www.sgmf.pt. Os gráficos foram elaborados com base na mesma documentação.

Fruto da prioridade de investimento de que vinha a beneficiar o Ramo terrestre das Forças Armadas desde o início da segunda metade da década de 1930, entre 1939 e 1945 o grosso das verbas despendidas com a defesa militar do País é atribuído ao ministério da Guerra sendo que, na despesa total²²² fixada para este ministério, os valores da despesa extraordinária se revelam sempre superiores aos da despesa ordinária.

Como se pode comprovar pelos dados expostos no gráfico seguinte, o esforço financeiro do Estado com a defesa militar durante este período mantém uma certa estabilidade nos quatro primeiros anos da Guerra subindo radicalmente a partir de 1943. A subida radical da despesa militar, que em 1944 atingiria cerca de 1.452 milhões de escudos, reflete de forma inequívoca o empenhamento colocado pelo governo português no rearmamento do Exército português mas também o esforço financeiro adicional derivado do envio de forças expedicionárias para reforço do dispositivo militar dos Açores.

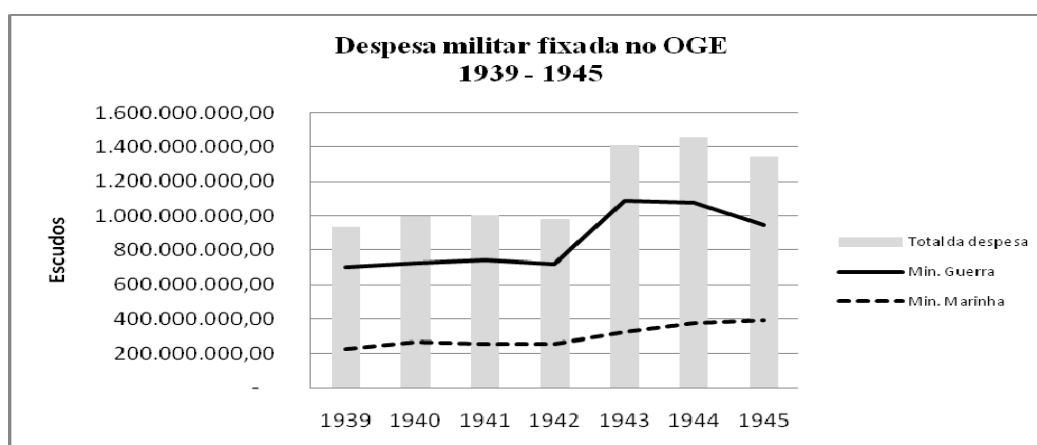


Fig. 3.1- Despesa militar 1939 - 1945

Em termos percentuais, em 1943 a despesa militar atinge o mais alto valor de sempre em relação ao total das despesas públicas fixadas em OGE – 40,5%²²³. A partir de 1944 as verbas inscritas nos diversos OGE com vista ao provimento das necessidades militares vai decrescer progressiva e acentuadamente em relação ao total da despesa pública prevista, de tal forma que em 1959 o orçamento atribuído às Forças Armadas será já menos de metade do

²²² Somatório da despesa ordinária e extraordinária.

²²³ Despesa pública: 3.469.354.164,68 (escudos); somatório das despesas dos ministérios da Guerra e da Marinha: 1.407.241.780,98 escudos.

atribuído em 1943 (17,1%)²²⁴. O que, aliás, pode ser observado no gráfico que se segue, onde se evidenciam para comparação os recursos financeiros que foram afetados aos ministérios da Guerra/Exército²²⁵ e da Marinha nos anos de 1943 a 1959 a par da despesa global do Estado prevista para os mesmos anos.

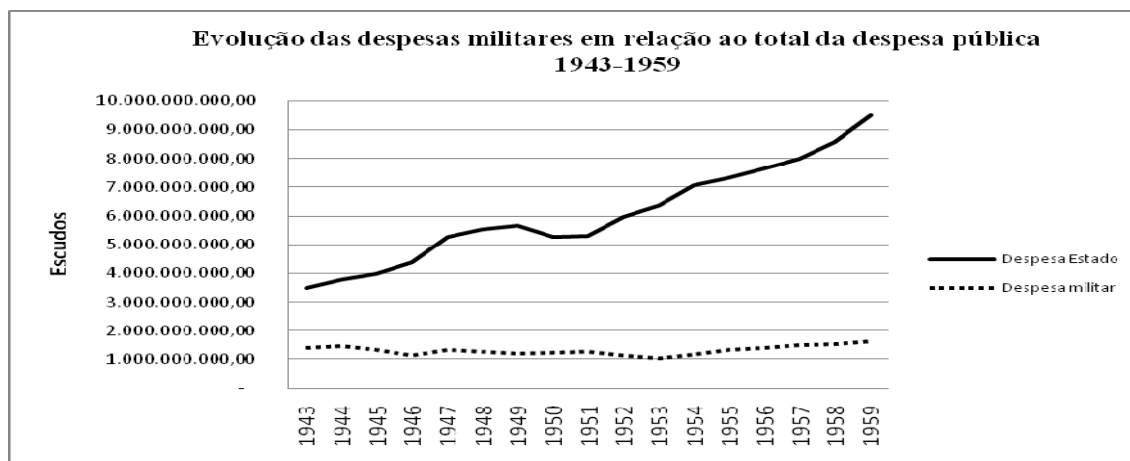


Fig. 3.2 – Evolução da despesa militar em relação ao total da despesa pública

Na composição da despesa traduzida nos Orçamentos da Defesa, há três componentes principais: Pessoal; Material e; Pagamento de Serviços e encargos diversos. Das três, a componente Pessoal vai ser responsável pelo dispêndio de maior volume de verbas.

Contrariamente ao que sucedera durante a II Guerra Mundial, a despesa ordinária dos dois ministérios militares vai aumentar lentamente entre 1945 e 1959 enquanto os valores da despesa extraordinária decrescem substancialmente. As verbas inscritas no OGE para despesa extraordinária têm fins específicos. Assim, no ministério da Guerra/Exército, destinam-se a: 1) cobrir despesas excepcionais decorrentes da Guerra; 2) rearmamento do Exército, instrução militar, instalações, despesas com missões de estudo ou de fiscalização relacionadas com o rearmamento (1945-1950); 3) despesas com forças militares terrestres destacadas no ultramar (1951-1959). As despesas extraordinárias fixadas para o ministério da Marinha tinham por destino: 1) pagamento de despesa derivada da guerra e continuação da execução do plano relativo à aviação naval 2) aquisição de navios de guerra e outras embarcações, armamento e equipamento para navios, torpedos, fabrico e aquisição de minas,

²²⁴ Despesa pública: 9.517.824.731,40 (escudos); somatório das despesas dos ministérios do Exército e da Marinha: 1.631.610.271,90.

²²⁵ O ministério da Guerra adota a designação de ministério do Exército na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 37909 de 1 de Agosto de 1950.

munições e material de defesa antissubmarina e radiotelegráfico, etc. 3) reparação e modernização de contratorpedeiros; 4) sustentação das forças navais destacadas no ultramar (a partir de 1950).

Em 1953 a despesa militar prevista no OGE atinge o valor mais baixo de toda a década anterior no entanto, numa conjuntura de crescente atenção às questões militares dos territórios ultramarinos, a partir de 1954 a despesa global fixada para os ministérios do Exército e da Marinha vai começar a crescer acabando por ultrapassar em 1959 os valores alcançados no pico da despesa efetuada durante a Segunda Guerra Mundial.

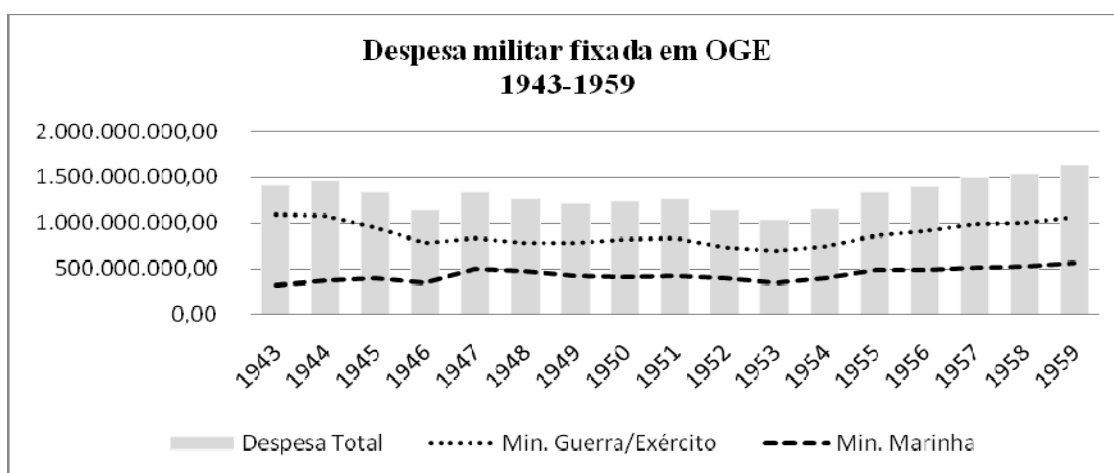


Fig. 3.3 – Despesa militar fixada em OGE 1943 – 1959

Tratámos até aqui com maior detalhe o importante esforço financeiro realizado por Portugal com os dois ministérios militares. No entanto, as despesas com a Defesa não se esgotam na despesa prevista para aqueles dois departamentos de Estado. Por exemplo, a partir de 1949 Portugal, enquanto membro de pleno direito da NATO, passa a contribuir financeiramente para o esforço conjunto da Aliança sem que, inicialmente, as verbas despendidas sejam objeto de menção direta e clara nos OGE. Só a partir 1952 surge no OGE uma rubrica relativa a despesas com a Defesa Nacional e ainda assim, inscrita na despesa extraordinária do ministério das Finanças.

A Lei n.º 2050 em Dezembro de 1951 vem pela primeira vez, nos termos estabelecidos no seu Art.º 25º, autorizar o Governo a despender 1.500.000 contos nos anos económicos de 1952, 1953 e 1954, com o esforço suplementar de defesa militar derivado de compromissos militares de ordem internacional.²²⁶ O valor da despesa autorizada acima referido vai, até finais da década de 1950, ser atualizado por duas vezes: em Dezembro

²²⁶ Lei n.º 2050. D.R. n.º 270, Série I de 1951-12-27.

de 1954²²⁷ para 2.000.000.000 de escudos e em Julho de 1957²²⁸ para os 2.150.000.000 de escudos.

ii. Indústria e produção militar

O estabelecimento em Portugal de uma base industrial que possibilitasse a satisfação, ainda que parcial, das necessidades das FA em armamento e material deveria constituir um objetivo prioritário, quer no plano político-militar quer no plano de desenvolvimento económico e tecnológico.²²⁹ Tal não sucede, no entanto, até ao início dos anos cinquenta.

Na década de 1950 tem início um período durante o qual se assiste a uma expressiva regeneração do tecido industrial português, num processo em que as indústrias ligadas à defesa assumem frequentemente a dianteira do desenvolvimento. A dependência externa no campo do armamento e das munições leva as autoridades nacionais a delinear um programa fabril militar através do qual se procurava fomentar e desenvolver a produção de material bélico em Portugal.²³⁰ Na primeira metade da década, num processo naturalmente favorecido pela ajuda Marshall e pela adesão de Portugal à NATO, a renovação abarca não só as indústrias diretamente ligadas à defesa mas também aquelas que, indiretamente, com ela interagem como sejam a construção civil, envolvida na construção e renovação de unidades militares, bases aéreas e portos e a indústria têxtil.²³¹ O arranque não seria, no entanto, fácil.

Nos meses de maio e junho de 1951 deslocam-se a Portugal dois consultores da divisão de indústria da ECA (Economic Cooperation Administration) com a missão de avaliar e determinar a capacidade nacional no que diz respeito à produção militar. A vinda destes consultores ocorre a pedido do chefe do MAAG em Lisboa (General Cann) após consulta efetuada pelo Ministro da Defesa português. Pretendia o Ministro que fosse feita uma avaliação da capacidade industrial portuguesa a fim de aferir das reais capacidades da

²²⁷ Decreto-Lei n.º 40013. D.R. n.º 292, Série I de 1954-12-31.

²²⁸ Decreto-Lei n.º 41194. D.R. n.º 164, Série I de 1957-07-20.

²²⁹ Lopes, António de Figueiredo, (1986), “A indústria de defesa e a modernização das forças armadas portuguesas”, *Nação e Defesa*, (38), pp. 94-105.

²³⁰ Tavares, João António, (2005), *Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra 1961-1974*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 37-54.

²³¹ Telo, António José, “Os anos da NATO (1946-1959)” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 435 *et seqs.*

produção militar nacional, estudando especialmente o arsenal militar português em ligação com um programa do MDN para a produção de artigos acabados.²³²

Foram visitadas 40 fábricas localizadas em diversas regiões do país, realizadas diversas conferências sobre a matéria e auscultadas cerca de 300 pessoas. O relatório produzido uma vez terminada a missão dos consultores aborda, de forma bastante detalhada, grande variedade de aspetos relativos à indústria portuguesa em geral sem esquecer outras áreas de atividade essenciais à produção industrial militar como sejam as minas e a indústria química. Das observações efetuadas quando do deslocamento aos diversos estabelecimentos fabris os consultores constataram, em primeiro lugar, um claro individualismo da indústria portuguesa isto é, os proprietários das fábricas e seus administradores manifestavam claro interesse em que as suas unidades de produção trabalhassem de forma independente. No decurso das visitas, as sugestões apresentadas com vista à melhoria de procedimentos recebiam, por norma, pouco acolhimento da parte dos industriais portugueses que se empenhavam exageradamente na justificação de métodos de trabalho antiquados, há muito tempo abandonados pela indústria moderna. Por exemplo, a hipótese de empregar subempregados para a execução de trabalhos e fornecimento de materiais, foi por norma rejeitada.²³³ Esta circunstância não constituía novidade uma vez que já anteriormente tinha sido relatado algum ressentimento às sugestões efetuadas relativamente à disponibilização de assistência técnica externa, aparentemente porque a palavra “assistência” era considerada pelos industriais portugueses como uma crítica e uma avaliação negativa dos métodos de trabalho adotados em Portugal.

Para além disso, o reconhecimento industrial levado a cabo pelos dois consultores da ECA permite constatar que na maior parte dos estabelecimentos fabris visitados existia uma capacidade instalada não utilizada, valores situados entre os 25 e os 60% (nas fundições os valores rondavam os 75 a 90%), que facilmente poderia ser rentabilizada em favor da indústria de Defesa.

Os custos de produção eram elevados e o reduzido número de encomendas e a falta de matérias-primas para a indústria, como sejam o aço, o cobre, estanho e o algodão,

²³² Os consultores Leo P. Nemzek e Raymond A. Lukins efectuaram os seus trabalhos entre 28 de Abril e 14 de Junho de 1951 – ADN/F1/SR41/180/1/1.

²³³ «Mesmo em artigos soltos como os vulgares parafusos com porcas, parafusos simples e rebites, algumas fábricas insistem que o seu pequeno volume de produção foi menos dispendioso do que se as mesmas peças tivessem sido compradas numa empresa que os fabricasse em grandes quantidades.» - ADN/F1/SR41/180/1/16.

empurravam os índices de produtividade para valores pouco favoráveis²³⁴ A falta de algodão, por exemplo, seria responsável pela redução forçada dos dias de trabalho semanais em algumas fábricas (1 a 2 dias por semana).

Considerando a situação lesiva do futuro desenvolvimento do tecido industrial português, os consultores constatam que apenas algumas instalações fabris dispunham de “gabinete” de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, a inexistência em solo português de qualquer unidade industrial completamente dedicada ao fabrico de máquinas e ferramentas levava a que muitas das fábricas visitadas tivessem desenvolvido uma capacidade de produção própria daquele tipo de instrumentos. A fábrica supria portanto as suas próprias necessidades no entanto, e segundo os consultores, esta tendência portuguesa para a auto independência da fábrica, tinha impedido o desenvolvimento de uma indústria nacional de máquinas e ferramentas.²³⁵

As fundições e as oficinas mecânicas existentes em diversos pontos do território continental português foram também objeto de avaliação confirmando-se os resultados de avaliações anteriormente realizadas. A capacidade de produção das fundições existentes estava muito subaproveitada. Em 1951 a produção corrente de ferro fundido situar-se-ia nas 15.000 a 30.000 toneladas ano embora a área industrial instalada e a mão-de-obra disponíveis permitissem, em condições ótimas de exploração, produzir quantidades superiores a 100.000 toneladas ano.

A construção civil portuguesa encontrava-se por essa altura em condições de poder construir, em 6 ou 7 meses, fábricas de grandes dimensões ou outras instalações mecânicas. No que ao cimento diz respeito, a indústria cimenteira nacional tinha uma capacidade de produção anual que rondava as 900.000 toneladas, quantidade mais do que suficiente para satisfazer as necessidades internas.

Existiam no início da década de 1950 em Portugal 5 grandes estaleiros navais, também examinados pelos consultores da ECA: o Arsenal do Alfeite; Companhia União Fabril (CUF); 4 Parry and Son (Cacilhas); os estaleiros navais de Viana do Castelo e, os estaleiros navais do Mondego (Figueira da Foz). Todos os estabelecimentos ofereciam facilidades de reparação e beneficiação geral para qualquer tipo de navios até 10.000

²³⁴ Segundo os consultores, o rendimento do operariado português representava apenas 60 a 75% do alcançado pelo operariado dos EUA (homem/dia)

²³⁵ «Muitas fábricas poderiam comprar ferramentas por menos do que lhes custa o seu fabrico.»

toneladas e o arsenal do Alfeite, os estaleiros navais da CUF e da 4 Parry and Son facilmente poderiam, com a capacidade instalada, construir de raiz navios até 5.000 toneladas.²³⁶

Os fabricantes de cabos de aço eram três: a Fábrica Eléctrica e Cordoaria Mecânica (Póvoa do Varzim); Manuel Rodrigues de Oliveira Sá, filhos Lda. (Porto) e a Fábrica Nacional de Cordoaria (Lisboa). O fio de aço que utilizavam para o fabrico dos cabos, considerado de boa qualidade, era importado da Alemanha. Embora se fabricassem cabos de aço, nas diversas visitas efetuadas não foi possível encontrar em Portugal qualquer fábrica com a experiência necessária à fabricação de redes de aço, tão importantes para a proteção dos portos contra ataques por submarinos. Esta tarefa exigia uma prática e técnica especiais que só com o auxílio de mecânicos experientes (EUA) se conseguiria alcançar a proficiência desejada no fabrico daqueles apetrechos. As ferramentas necessárias poderiam ser fabricadas na Cordoaria Nacional e os operários treinados nas quantidades necessárias em poucas semanas.

Os consultores consideraram que a produção das três principais fábricas independentes de explosivos (Sociedade Africana de Pólvora, Sociedade Portuguesa de Cheddite e Sociedade Portuguesa de Explosivos) satisfazia plenamente as necessidades de Portugal, províncias ultramarinas incluídas. A fábrica de Pinheiro da Cruz, inaugurada em Agosto de 1949, apesar de estar modernamente equipada produzia apenas 50% da sua capacidade total.

A mão-de-obra era abundante e, segundo os autores da avaliação, amplamente especializada ou «semi-especializada». Em termos de vencimentos, os operários especializados auferiam entre 50 a 80 escudos por cada dia de 8 horas de trabalho. Os segundos venciam para igual período de trabalho entre 30 e 40 escudos. A supervisão do trabalho nas fábricas era, segundo aqueles consultores, invariavelmente boa mas na maior parte das instalações fabris não existia o número de supervisores suficientes para o número de operários existentes.

A disponibilidade de matérias-primas constituía também um sério problema para a indústria portuguesa. Portugal estava, em virtude da escassez de recursos naturais, obrigado a importar grande parte dos materiais necessários à produção de produtos manufacturados, em especial daqueles cujo fabrico requeria o emprego de metais. Portugal dispunha então de reduzidas reservas carboníferas e o minério de ferro era pouco abundante e de fraca

²³⁶ Os estaleiros navais de Viana do Castelo, do Mondego e da Figueira da Foz eram os mais bem equipados para a construção de navios em madeira, nomeadamente draga-minas.

qualidade. O aço tinha que ser importado assim como o cobre, o estanho, o zinco e outros metais. O mesmo se passava com os produtos químicos necessários ao fabrico de explosivos, munições para armas ligeiras, artilharia anti-carro, granadas, etc. Quantidades consideráveis destes produtos teriam de ser importados de Espanha, Bélgica, França e Inglaterra.

No que respeita à indústria militar propriamente dita, as deficiências encontradas durante a avaliação da sua capacidade produtiva revelam o mesmo padrão do restante aparelho industrial isto é, estava na sua maioria tecnologicamente ultrapassada e subdesenvolvida. Nos termos prescritos na Lei nº 2020 de 19 de março de 1947²³⁷, no início da década de 1950 estavam sob a alçada do ministério da Guerra nove estabelecimentos industriais: a Fábrica Militar de Braço de Prata (FMBP); Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras (FNMAL); Fábrica Militar de Pólvoras e Explosivos (FMPE); Oficinas Gerais de Equipamentos e Arreios (Fábrica Militar de Santa Clara) (FMSC); Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME); Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA); Oficinas Gerais de Fardamento (OGF); Manutenção Militar (MM) e; o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF). De acordo com a referida Lei competia a estes estabelecimentos fabris as seguintes atividades:

Fábrica Militar de Braço de Prata (FMBP)	Fabrico e reparação de armamento; fabrico e beneficiação de munições; fabrico de instrumentos de precisão e aparelhagem elétrica; fabrico e reparação de viaturas hipomóveis e automóveis especializadas; fabrico e reparação de viaturas blindadas ou couraças.
Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras (FNMAL)	Fabrico e recuperação de diferentes tipos de cartuchos para armas ligeiras e munições para artilharia de pequeno calibre.
Fábrica Militar de Pólvoras e Explosivos (FMPE)	Fabrico de pólvoras “físicas e químicas”, de explosivos e artifícios especializados; carregamento de munições de artilharia; abastecimento do mercado civil.
Fábrica Militar de Santa Clara (FMSC)	Fabrico de equipamentos diversos, arreios e correame; material de bivaque e acampamento
Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME)	Fabrico e reparação de material automóvel do exército; reparação de motores; fabrico e reparação de material telegráfico e telefónico.
Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA)	Fabrico e reparação do material aeronáutico do Exército (naval ou civil quando solicitado).
Oficinas Gerais de Fardamento (OGF)	Fabrico e reparação de vestuário e calçado necessário ao fardamento das tropas
Manutenção Militar (MM)	Reabastecimento de viveres e forragens; constituição de reservas necessárias à mobilização das forças.
Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF)	Manipulação e fabrico de medicamentos e produtos de farmácia; estudo de produtos respeitantes à guerra química e bacteriológica.

Quadro 3.1 – Estabelecimentos fabris militares

²³⁷ Lei n.º 2020. D.R. n.º 63, Série I de 1947-03-19.

Talvez pelo seu reduzido número e dimensão, o relatório dos consultores da ECA relativamente aos estabelecimentos industriais militares não é tão vasto e detalhado como seria de esperar. A sua atenção centra-se em especial na capacidade de fabrico de armamento ligeiro; munições e explosivos.

Referindo-se à FMBP, consideram-na a maior fábrica de componentes metálicos do país e constataam com agrado que nela se fabricavam pistolas-metralhadoras de desenho português, morteiros e obuses de desenho francês e granadas de 81 a 105mm.²³⁸ No entanto, dispunha de equipamento em grande parte obsoleto que datava na sua maioria dos anos 1904 a 1906 sendo a maquinaria existente de fabrico alemão, inglês e, em reduzida escala, norte-americano (unicamente 20 equipamentos). A fábrica laborava com um único turno e a sua produção podia ser aumentada com a implementação de um turno adicional. Apesar de tudo, o laboratório de experiências dispunha de equipamento de boa qualidade e em quantidades consideráveis e o laboratório químico era eficiente.

Urgia reequipar a grande maioria dos setores da fábrica e para o efeito tinha já sido esboçado um plano de modernização que é dado a conhecer aos consultores pelo próprio Ministro da Defesa português. Os consultores consideram o plano demasiado detalhado e ambicioso afigurando-se-lhes inoportuna, pela necessidade de afetar à defesa NATO todo o aço e maquinaria disponíveis, a substituição dos equipamentos da FMBP numa escala tão cuidadosamente delineada. No seu entender, «as despesas de 3 a 3,5 milhões de dólares justificavam um estudo dum especialista em armamento que faça com que o mais recente, o melhor equipamento e somente o necessário seja obtido até que a presente imposição sobre a escassez de materiais seja aliviada.»²³⁹

No que respeita ao fabrico de munições para armas ligeiras, apesar de grande parte da atividade fabril da Fábrica de Cartuchame e Pólvoras Químicas ter, a partir de 1947, transitado para a nova fábrica de Moscavide (Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras), nas instalações de Chelas continuava a produzir-se pólvora, nitroglicerina, nitrocelulose, fulminato de mercúrio e cápsulas fulminantes. A fábrica dispunha de

²³⁸ Braço de Prata fabricara em 1949 2.000 pistolas-metralhadoras; 100 morteiros de 18 cm; 2.000 canos de espingardas e peças diversas; 20 reparos de artilharia. Reparou em 1949 12 cozinhas rodadas hipo; 8 veículos blindados; 50 peças AAA, 60 projetores; 60 localizadores de som (fonogoniometria); verificação e acondicionamento de 43.035 granadas de artilharia. Consumiu no mesmo ano 86.500kg de aço importado; 36.000kg de ferro (imp.); 24.00kg de metais não ferrosos (imp.); 99.000kg de combustíveis sólidos (imp.); 84.500kg de combustíveis líquidos (imp.); 14.000kg de madeira importada e 81.300kg de madeira nacional. - ADN/F1/SR41/180/1.

²³⁹ ADN/F1/SR41/180/1.

maquinaria obsoleta e tinha sido aos poucos “engolida” pela construção de habitações nos terrenos circundantes. Laborava num único turno devido à idade avançada dos equipamentos existentes que não aconselhavam, pelos riscos que representavam para a população circundante, a existência de 2º e 3º turno²⁴⁰. A produção desta fábrica, calculada para um turno de 8 horas era de cerca de 1/6 da verificada na nova fábrica de cartuchos de Moscavide que tinha instalações equipadas com maquinaria moderna de fabrico alemão e uma capacidade produtiva instalada capaz de produzir a totalidade das munições necessárias à atividade normal das Forças Armadas portuguesas.

Em resumo, o potencial produtivo da indústria nacional era elevado mas muito estava ainda por fazer. Segundo os consultores, pouco tinha sido feito em Portugal no sentido de tirar o melhor proveito dos auxílios concedidos no âmbito do ERP. Mais concretamente afirmam que a capacidade produtiva do país não tinha sido suficientemente desenvolvida muito por culpa das chefias dos diversos departamentos governamentais portugueses. Impunha-se que os engenheiros portugueses, técnicos e encarregados fabris tomassem conhecimento dos mais recentes processos de produção sendo por isso importante a sua deslocação a instalações fabris de outros países NATO onde poderiam observar «o que eles faziam e como faziam». Esta seria, na sua opinião a melhor forma de desenvolver a produção nacional com significativa redução de custos. Em Portugal havia muitos e bons trabalhadores, capazes de realizar trabalhos de grande complexidade e precisão, esmerados e interessados na qualidade dos seus produtos. A utilização deste manancial de mão-de-obra estava, no entanto, dependente da modernização das instalações fabris e, sobretudo, da obtenção das necessárias matérias-primas.

A mudança de cenário começa então operar-se a partir de 1952/53. Em 1952 a modernização da FMBP arranca definitivamente com um investimento total a rondar os 2.730.000 de dólares, coberto em cerca de 45% (1.230.000 de dólares) por verbas provenientes do auxílio norte-americano. A FNMAL sofre também radicais melhorias nas suas infraestruturas e maquinaria suportadas também, em parte, por verbas da mesma proveniência (11% dos 1.800.000 dólares gastos). 1952 é também um ano importante para o crescimento das OGMA. Beneficiando do auxílio prestado pelos EUA à criação da Aeronáutica Militar, as OGMA iniciam um período de rápida e intensa modernização da

²⁴⁰ Chelas Produziu: em 1938 - 27.024.110 cartuchos de 7,92mm; em 1948 – 1.000.800 cart. de 7,92mm e 551.400 cart. de 9mm; em 1949 – 545.700 cart. de 7,92mm e 3.865.900 cart. de 7,7mm; 1950 – 6.134.040 cart. de 7,7mm e 60.130 cart. de 9mm. – ADN/F1/SR41/180/1.

suas capacidades produtivas e técnicas por forma a acompanhar o salto tecnológico dos modernos meios aéreos da FAP (propulsão a jato) e dos sistemas de alerta e deteção radar entretanto entrados ao serviço do terceiro Ramo das FA nacionais. A partir de 1956/57 as OGME recebem também diversos equipamentos provenientes dos EUA ao abrigo do MDAP.²⁴¹

Na segunda metade dos anos cinquenta a indústria portuguesa em geral e a de defesa em particular, impulsionada por importantes encomendas de munições efetuadas pela RFA e os EUA, acabará finalmente por adquirir uma posição de destaque. O volume dessas encomendas e o seu prolongamento no tempo acabarão por proporcionar a Portugal as condições indispensáveis para a construção de uma base industrial militar, aquisição de maquinaria e formação técnica do pessoal que acabará por revelar-se essencial à sustentação das forças que, a partir de 1961, vão estar envolvidas nas guerras travadas nos territórios africanos.

Na globalidade, a década de 1950 acabará por revelar-se um período de rápida renovação e modernização da indústria nacional em que se assiste à adoção de um leque variado de novas tecnologias, formas de organização e gestão.²⁴²

²⁴¹ Tavares, João António, (2005), *Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra 1961-1974*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 37 *et seqs.*

²⁴² Telo, António José, “Os anos da NATO (1946 -1959)” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 462.

Capítulo IV – As Forças Armadas no final da Segunda Guerra Mundial

1. Considerações gerais

Podemos sem dúvida afirmar que as Forças Armadas portuguesas vão, na década que se segue ao fim da Segunda Guerra mundial, atravessar o período de transformação mais significativo da sua história recente.

Em Portugal só em 1911 foi instituído em definitivo o serviço militar obrigatório para todos os cidadãos portugueses do sexo masculino que reunissem as aptidões físicas necessárias à atividade militar. Para trás ficava um modelo de organização militar cuja espinha dorsal assentava em contingentes anuais previamente fixados, tantas vezes ao sabor das disponibilidades financeiras das contas públicas ou conveniências conjunturais nem sempre evidentes. Investe-se a partir de então, tanto quanto é possível, na melhoria e desenvolvimento da instrução militar ministrada e estabelece-se uma organização militar territorial que vai de encontro à necessidade de agilizar a mobilização e a preparação militar dos abundantes contingentes reservistas.

O envolvimento de Portugal na Primeira Grande Guerra ocorre num momento de especial dificuldade das instituições militares nacionais carentes de indispensáveis transformações orgânicas e de rearmamento. Uma vez terminada a Guerra e encetada a tarefa reconstrutiva das finanças públicas e da economia nacional, rapidamente as autoridades políticas nacionais reconhecerão que, em face dos escassos recursos financeiros disponíveis, seria de todo impossível edificar uma força armada com as proporções previstas no plano de mobilização publicado em 1911 (8 Divisões ativas + 8 Divisões de reserva).

Diretamente envolvido nas agitações políticas da época o aparelho militar vai passar por sérias dificuldades nos anos que medeiam entre o final da I Guerra Mundial e a segunda metade dos anos vinte. A situação militar do País só a partir de então começará gradualmente a modificar-se. Em Maio de 1930 é oficialmente aprovada em Conselho de Ministros a prioridade de rearmamento da Marinha. Este plano de rearmamento naval virá, no entanto, a revelar inúmeros pontos fracos como sejam a excessiva concentração dos meios navais em Lisboa e a ausência de proteção naval efetiva nas ilhas. Das duas fases inicialmente previstas no plano naval de 1930, apenas a primeira virá a ser concluída uma vez que a Guerra Civil de Espanha conduz a um inevitável desvio das prioridades da Marinha para o Exército.

A 22 de fevereiro de 1933 é promulgada uma nova Constituição Política da Republica Portuguesa que, no que diz respeito à Defesa Nacional, introduz dois princípios fundamentais para a definição das linhas gerais da futura organização do aparelho militar

português²⁴³. Assim em primeiro lugar estabelece, no Título I, art.º 4º, ser incumbência do Estado português cooperar com outros Estados na preparação e adoção de soluções que interessem à manutenção da paz entre os povos e institui a arbitragem como meio privilegiado para a resolução de litígios internacionais. O segundo conceito basilar está contido nos artigos 54º e 55º que estabelecem, respetivamente, a generalização e obrigatoriedade o serviço militar e a organização geral da Nação para o tempo de guerra segundo o conceito de Nação armada²⁴⁴.

O primeiro dos princípios referidos condiciona indubitavelmente os fins da organização militar nacional ao estabelecer definitivamente o carácter defensivo da força armada nacional. O segundo, atribui aos cidadãos nacionais a obrigação de colaborar nas ações destinadas a impedir o comprometimento da integridade territorial e da independência nacional. Em caso de grave ameaça à soberania nacional o Exército seria toda a Nação em armas.

Considerado então o principal órgão para a defesa nacional mas desde há muito tempo esquecido, o Exército irá concentrar a partir de 1935 todas as intenções de reforma. Era urgente criar condições para uma mobilização em massa mas essas condições exigiriam um forte esforço financeiro sobretudo se tivermos em conta a necessidade de rearmar a totalidade do Exército, partindo praticamente do zero. Os problemas persistiam no seio do Exército com um quadro permanente de oficiais considerado excessivo; as patentes superiores com uma média de idades avançada e deficiente habilitação para o desempenho de tão exigentes tarefas; material de guerra obsoleto e de reduzida operacionalidade; continuava a ser difícil recrutar e instruir o número de efetivos necessário para as fileiras.²⁴⁵

A edificação do “novo” Ramo terrestre das Forças Armadas vai iniciar-se em 1937 com a publicação de legislação sobre a organização do Exército, o recrutamento e serviços militares, os quadros, as promoções, a passagem à reserva, os vencimentos e as pensões de reserva e reforma.²⁴⁶ A nova legislação traz algumas novidades, nomeadamente a promoção por escolha em detrimento da antiguidade; redução da idade limite permitida para permanência no posto; redução dos efetivos dos quadros de oficiais subalternos; alargamento dos quadros de capitães e de oficiais do complemento; a transformação do Serviço de

²⁴³ ADN/F1/33/135/6

²⁴⁴ Decreto-Lei nº 22.245 de 22 de fevereiro de 1933.

²⁴⁵ ANTT / AOS / CO / GR-4

²⁴⁶ Leis nº 1960 e 1961 de 1 de setembro de 1937 e os Decretos-Lei nºs 28.401 a 28.404 de 31 de dezembro de 1937.

Estado-Maior em Corpo de Estado-Maior (CEM); a autonomização da Aeronáutica Militar que passa a ter um quadro próprio; a extinção de diversas unidades em favor da operacionalidade das remanescentes; a dignificação da classe de sargentos que deixam de ser praças de pré; etc. No que concerne à Defesa Nacional e às Forças Armadas, a reforma de 1937 constitui o maior empreendimento levado a cabo pelo Estado Novo e apenas em 1956 será publicada nova legislação da mesma natureza²⁴⁷. No essencial, a organização resultante das reformas de 1937 mantém-se inalterada durante toda a II Guerra Mundial sofrendo alguns ajustamentos a partir de 1945. Nos primeiros dois anos do pós-guerra os quadros orgânicos do Exército são reordenados; a organização das unidades militares em tempo de paz é reformulada e o tempo de permanência nos diversos postos é alterado.²⁴⁸

A partir da adesão de Portugal à NATO em 1949, as Forças Armadas iniciam um processo de modernização organizativa e tecnológica sem precedentes na história recente ou distante do País. Nos anos que se seguem, o Exército e a Aeronáutica, que adquire autonomia, vão beneficiar de abundante e moderno equipamento militar e adquirir uma especialização técnica que muitos julgavam ser impossível alguns anos antes. A Marinha vai investir na modernização da estrutura organizativa mas também, e sobretudo, no aperfeiçoamento técnico dos seus quadros e no estudo das novas táticas navais NATO, sistemas de luta antissubmarina, radares, minas, etc..

Até final da década de 1950 a NATO vai merecer toda a atenção e prioridade por parte dos aparelhos político e militar nacionais. No entanto, como adiante se verá, a participação de forças militares portuguesas na defesa da Europa ocidental é apenas uma das vertentes da complexa problemática militar na qual estavam envolvidas as Forças Armadas portuguesas.

O inimigo, embora continue a ser de cariz continental, desde 1947 deixara de ser a Espanha. Por isso, a estratégia portuguesa na Península modifica-se substancialmente, a política em relação ao vizinho ibérico muda e, pela primeira vez na história peninsular, os órgãos de planeamento militar portugueses não têm que gizar planos de defesa contra uma invasão terrestre espanhola. Num ambiente de forte e pacífica convivência, planeia-se agora a participação das Forças Armadas portuguesa na defesa conjunta da Península Ibérica nos Pirenéus. Nos primeiros anos que se seguem à adesão à Aliança Atlântica vai prevalecer em Portugal o conceito estratégico do bastião ibérico e a ambição de conseguir organizar uma

²⁴⁷ Lei de Bases nº 2084 de 16 de Agosto de 1956

²⁴⁸ Matos, Luís, Salgado de, (2004), “Estado Novo” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 143 *et seqs.*

megalómana força armada. No entanto, ao longo dos anos cinquenta a influencia da NATO vai fazer sentir-se provocando uma alteração radical nas conceções então reinantes. Numa conjuntura internacional de crescente complexidade conflitual seria pouco prudente continuar a apostar num exército sobredimensionado e deficientemente equipado pelo que se devia colocar todo o empenhamento na edificação de uma força armada de dimensões mais modestas, adaptada às capacidades nacionais e, sobretudo, profissional e tecnologicamente especializada e moderna.²⁴⁹

2. A força armada portuguesa

a. Características gerais do serviço militar

Nos anos cinquenta continuava a ser doutrina corrente nos meios militares em geral, e no Exército em particular, serem missões essenciais da força armada nacional em tempo de paz a *instrução*, a *mobilização* e a *cobertura*. Instruir nas lides militares a massa crítica da população portuguesa; mobilizar rápida e organizadamente os efetivos necessários à constituição do exército de campanha; assegurar, em caso de eminente ameaça à segurança nacional, a cobertura defensiva do País e a proteção das ações de mobilização geral da Nação.²⁵⁰

Sem ter sofrido qualquer modificação desde a data da sua publicação em 1 de setembro de 1937, mantém-se em vigor a Lei n.º 1961 que determinava que a preparação inicial do cidadão para a defesa nacional começava aos sete anos de idade e prolongava-se até ao ano de incorporação nas tropas ativas.²⁵¹ Assim, os indivíduos do sexo masculino eram divididos em dois escalões etários para efeitos de instrução: o primeiro dos 7 aos 18 anos e, o segundo dos 18 até à idade de incorporação (por volta dos 21 anos). No primeiro escalão era dada especial atenção «à educação física e moral da juventude [com vista] à formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.»²⁵² A formação dos jovens deste escalão ficava a cargo da «Mocidade Portuguesa» sob direção do ministério da Educação e em estreita ligação com o

²⁴⁹ Teixeira, Nuno Severiano, (2004), “Portugal e a Guerra Fria” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 57 et seqs.

²⁵⁰ ADN/F1/33/135/6.

²⁵¹ Lei n.º 1961. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01.

²⁵² Os parágrafos que se seguem são baseados na Lei n.º 1961. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01. Cap. III da Lei n.º 1961. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01.

ministério da Guerra/Exército²⁵³. Aos indivíduos pertencentes ao segundo escalão era ministrada instrução pré-militar que englobava, para além de outras matérias, a defesa passiva das populações contra ataques aéreos. A formação dos elementos deste escalão competia à «Mocidade Portuguesa» (estudantes) e à «Legião Portuguesa» (restantes indivíduos). A preparação militar era fiscalizada pelo ministério da Guerra/Exército.

Para além do tempo dedicado a esta formação militar inicial, o serviço militar tinha uma duração que chegava aos 28 anos distribuídos do seguinte modo: 6 anos nas tropas ativas; 16 anos nas tropas licenciadas e mais 6 anos nas tropas territoriais.²⁵⁴ O tempo de serviço nas tropas ativas compreendia o tempo destinado à instrução de recruta (cerca de 4 meses); 1 ano de serviço no Quadro Permanente (QP) e mais 5 anos na situação de disponibilidade. As tropas licenciadas podiam ser chamadas às fileiras em caso de agressão ou «forte aglomeração injustificada» de forças estrangeiras perto das fronteiras nacionais. Os militares licenciados estavam sujeitos a convocação para exercícios ou manobras que, por períodos individuais não superiores a 3 semanas, podiam chegar aos 3 meses anuais. Os elementos das tropas territoriais podiam ser convocados para exercícios de defesa passiva do território contra ataques aéreos

i. Recrutamento

As operações a desenvolver com vista ao recrutamento dos efetivos necessários ao cumprimento das missões confiadas às Forças Armadas eram quatro: recenseamento; inspeção sanitária; classificação e alistamento e; distribuição e incorporação do contingente nas diferentes Armas e Serviços dos Ramos.²⁵⁵

Competia às câmaras municipais e às administrações dos bairros de Lisboa e Porto o recenseamento de todos os indivíduos naturais de cada concelho ou bairro que estivessem sujeitos à prestação de serviço militar e completassem 21 anos no decurso de cada ano. Os indivíduos que tendo nascido na metrópole estivessem à data de perfazer 21 anos a residir nas colónias, seriam nessas colónias recenseados e nelas, em princípio, cumpriam o seu

²⁵³ A designação do Ministério da Guerra é alterada a partir de 1950 para Ministério do Exército.

²⁵⁴ O número de anos do serviço militar é alterado em 1949 com a publicação da Lei n.º 2034. D.R. n.º 156, Série I de 1949-07-18. O serviço militar passa a ter uma duração máxima de 25 anos repartidos da seguinte forma: 8 anos nas tropas ativas; 12 anos nas tropas licenciadas e 5 anos nas tropas territoriais.

²⁵⁵ Cap. II da Lei n.º 1961. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01.

tempo de serviço militar. Aos consulados de Portugal no estrangeiro competia recensear os indivíduos nascidos ou residentes na área consular de cada consulado.

A inspeção sanitária dos indivíduos recenseados estava a cargo de Juntas de recrutamento que funcionavam junto dos centros de recrutamento. Estas Juntas de recrutamento efetuavam a inspeção direta dos indivíduos recenseados de forma a avaliar a sua aptidão ou inaptidão para o serviço nas diferentes Armas e Serviços. Após avaliação da sua aptidão física, os indivíduos presentes à Junta eram divididos em 4 categorias: apurados para todo o serviço militar; aptos para serviços auxiliares²⁵⁶; adiados e; isentos de todo o serviço militar.

Depois de avaliar a sua capacidade física, habilitações literárias e profissionais, a Junta classificava os indivíduos apurados para as diferentes Armas e Serviços alistando-os nesse mesmo dia depois de prestarem compromisso de honra.

O EME era responsável pela distribuição do contingente anual de recrutas pelas diferentes unidades das Armas e Serviços do Exército. A incorporação destes recrutas era tendencialmente regional e operava-se em dois turnos segundo a capacidade dos quartelamentos e as «necessidades de trabalho da economia nacional». O recrutamento dos oficiais do QP das diversas Armas e do Serviço de Administração Militar era feito através da Escola do Exército²⁵⁷. Os oficiais para o QP dos restantes Serviços eram recrutados com base em concurso público e os oficiais milicianos do Exército eram recrutados de entre os oficiais do QP, exonerados a seu pedido ou demitidos por motivos «que não tenham carácter infamante ou não traduzam falta de patriotismo ou hostilidade aos princípios fundamentais da ordem social estabelecidos na Constituição», ou de entre os indivíduos que tendo concluído com aproveitamento os «preparatórios» de acesso à Escola do Exército, não ingressaram na referida Escola.

O recrutamento para a Armada e a Aeronáutica tinha algumas peculiaridades. Assim, anualmente o ministério da Marinha indicava ao ministério da Guerra o número de mancebos do contingente anual de recrutas que devia ser reservado para prestação de serviço na Armada. O número de mancebos a atribuir à Armada deveria ser proporcional ao número de indivíduos apurados no País e os escolhidos deviam saber ler, escrever e contar, ser solteiros, sem encargos de família e ter uma altura mínima de 1,60m.

²⁵⁶ Trens hipomóveis e automóveis; aeródromos; defesa fixa dos portos e bases navais; serviços de saúde e da administração militar.

²⁵⁷ A principal base de recrutamento para a Escola do Exército era o Colégio Militar.

As tropas destinadas ao serviço geral da Aeronáutica saíam, em percentagem fixada anualmente pelo ministério da Guerra/Exército, do grosso dos mancebos classificados para as Armas de Engenharia e Infantaria e eram incorporadas e instruídas pela Arma de Infantaria. Os mancebos que á data da prestação de serviço militar fossem detentores de diploma de piloto de aviões de turismo ou de qualquer outro tipo de aparelho, seriam obrigatoriamente destinados à aeronáutica. Tinham que ter o curso dos liceus ou habilitações equivalentes e frequentar obrigatoriamente o curso de oficiais milicianos da Arma da Aeronáutica. O recrutamento dos oficiais do QP da Aeronáutica era efetuado nos mesmos moldes das restantes Armas sendo no entanto condição indispensável para a inscrição no curso de aeronáutica da Escola do Exército estarem os mesmos habilitados com o primeiro período do curso de piloto aviador miliciano.²⁵⁸

ii. Instrução

No que diz respeito à instrução militar geral, a Lei do recrutamento determinava a obrigação da sua frequência a todos os cidadãos válidos sendo os elementos literariamente mais habilitados de cada contingente direcionados para a frequência de cursos especiais destinados à preparação de oficiais e sargentos milicianos das diversas Armas e Serviços. Refira-se a propósito que a incorporação destes elementos constituía um dos principais problemas com que se debatiam as autoridades militares portuguesas. O seu reduzido número face às necessidades totais não permitia, segundo estudos da época, enquadrar a totalidade dos contingentes anuais resultando de tal situação um desaproveitamento na mobilização de parte significativa dos reservistas militarmente instruídos²⁵⁹. Por norma, todos os indivíduos em idade militar habilitados com formação universitária e de outras escolas do ensino superior eram destinados aos cursos de oficiais milicianos enquanto os indivíduos incorporados com habilitações obtidas nas escolas profissionais e técnicas ou com o primeiro ciclo dos liceus, eram destinados aos cursos de sargentos milicianos.

A instrução militar geral dos recrutas incorporados era ministrada nas chamadas unidades de tropas ativas que funcionavam também como centros de mobilização. A braços com índices elevados de analfabetismo e reduzida disponibilidade financeira, Portugal não dispunha dos recursos necessários à manutenção de quadros permanentes nas quantidades

²⁵⁸ Art.º 5º da Lei n.º 1961. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01.

²⁵⁹ ADN/1/33/135/6

que a diferenciação entre o serviço normal das tropas e o serviço de instrução anual normalmente exigiriam.

A instrução geral dos recrutas era ministrada ao longo de um período, considerado então mais do que suficiente, com uma duração que podia ir dos quatro aos seis meses²⁶⁰. A instrução adicional surgiria naturalmente no serviço diário nas fileiras para os militares do quadro permanente ou, para os reservistas, nos períodos de instrução e treino a que estavam legalmente sujeitos uma vez terminada a sua prestação de serviço nas tropas ativas. Também neste caso a escassez de recursos impedia a regular convocação para treino militar de campanha dos contingentes anuais fixados por Lei.

iii. Mobilização

Apesar de estarem em grande parte delineados na legislação vigente, os processos relacionados com a mobilização a curto prazo das Reservas estavam ainda afastados da operacionalidade desejada. Num contexto ideal seria possível estabelecer um sistema de incorporação de tipo regional em que as unidades militares funcionassem simultaneamente como centros mobilizadores, sendo por isso de esperar que facilmente se pudessem elevar os efetivos de tempo de paz para os de pé de guerra. Essa não era no entanto a realidade portuguesa tendo em conta que a pouco uniforme distribuição populacional pelas diferentes regiões do País levava a que, frequentemente, muitos indivíduos tivessem que prestar as suas obrigações militares em unidades distantes das suas áreas de residência. Em teoria Portugal dispunha de condições necessárias a uma rápida e ordenada mobilização militar, no entanto, as autoridades nacionais têm bem presente a existência de dificuldades que vêm à superfície por exemplo quando são chamadas a definir o momento da disponibilização das forças militares previstas nos compromissos NATO fixando-o em D+30.²⁶¹

²⁶⁰ Num documento elaborado emanado pelo MDN (janeiro de 1951) pode ler-se «(...) O soldado português mesmo quando analfabeto tem faculdades extraordinárias de apreensão em tudo que respeita à sua preparação militar e assim não se afigura que seja necessário aumentar o período de instrução geral que há-de proporcionar fazer do homem que vem do campo, do comercio ou das fábricas e oficinas o soldado mobilizável pronto a entrar rapidamente em combate. (...)», ADN/1/33/135/6, pp.8.

²⁶¹ Muito otimista, ministro da Defesa afirmava-se convicto em janeiro de 1952 que as autoridades portuguesas tinham assumido o dia D+30 por mera precaução já que, em sua opinião, «(...) não seria difícil aos portugueses estarem prontos no seu País no dia D+15. (...)», ADN/1/33/135/6, pp.10.

b. O Exército

Tendo em conta as características geográficas do território continental português, a ausência de obstáculos naturais que impedissem eficazmente a violação das fronteiras nacionais, reduzida profundidade territorial e exiguidade de recursos de toda a ordem, a cobertura militar de Portugal apresentava obstáculos dificilmente transponíveis. Ainda assim, considerava-se essencial dispor de uma força armada capaz de lutar pela inviolabilidade do território ou, em última instância, pela defesa de uma parcela do território de onde fosse possível passar à ofensiva contra o invasor. Era portanto crucial manter em tempo de paz o número de unidades militares e os efetivos treinados julgados indispensáveis ao cumprimento dessa missão.

A fronteira terrestre do território continental português tem cerca de mil e duzentos quilómetros de extensão e é atravessada ao longo do seu traçado por quatro corredores naturais que, sem grandes dificuldades, facilitariam a aproximação de uma qualquer força militar invasora dos principais objetivos estratégicos nacionais. Segundo cálculos de então, tendo em conta a sua extensão, seriam necessários cerca de 75.000 homens para garantir em permanência a defesa da totalidade da nossa fronteira terrestre, o que só por si conduziria ao descalabro das finanças públicas. Havia portanto que adequar o sistema de cobertura militar às verdadeiras possibilidades do País. Às unidades militares de tempo de paz, com um efetivo permanente de cerca de 30.000 homens, incumbia formar o primeiro escalão de cobertura e a colaboração na defesa inicial contra eventuais incursões aéreas. A estes efetivos permanentes iriam juntar-se os indivíduos das 8 classes reservistas mais recentes. O governo tinha a prerrogativa legal de, quando considerado necessário, convocar e manter nas fileiras os oficiais do quadro de complemento bem como as classes reservistas disponíveis.²⁶²

Até setembro de 1949 a organização do Exército reflete ainda as disposições da Lei nº 1960 de 1 de Setembro de 1937. O Exército compreendia então dois tipos de forças: forças metropolitanas (exército metropolitano) e forças coloniais (exército colonial). O exército metropolitano estava subordinado ao ministro da Guerra e o exército colonial ao Ministério das Colónias. Estas forças estavam sujeitas a princípios orgânicos comuns; atuavam ambas em favor da manutenção da integridade territorial e da defesa da Nação;

²⁶² ADN/1/33/135/6, pp.12.

podiam ser empenhadas em operações militares dentro ou fora do território nacional e regiam-se pelos mesmos princípios de «instrução tática e técnica».²⁶³

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 37542 de 6 de setembro de 1949 passam para a dependência do Ministério da Guerra os serviços militares das colónias, incluindo as forças nelas constituídas ou eventualmente destacadas.²⁶⁴ Segundo o legislador, até então não tinha sido possível dar cumprimento integral às disposições previstas na lei de organização do Exército publicada em 1937 relativas à comunidade de princípios que deviam reger a organização e emprego das forças metropolitanas e coloniais, em particular na parte respeitante à unidade de comando, de inspeção e administração, e uniformidade de materiais e equipamentos de todo o tipo para cumprimento das missões que lhes estavam atribuídas. O problema derivava da circunstância destas forças serem tuteladas por diferentes Ministérios e, em especial, do facto do Ministério das Colónias não dispor de uma adequada organização militar central e territorial. Em jeito de desabafo o legislador referia que, não obstante «os sacrifícios financeiros, as boas vontades manifestadas e os esforços produzidos, só muito dificilmente as mesmas forças [poderiam] cumprir com eficiência a sua missão.» Partindo de tentativas efetuadas durante a II Guerra Mundial, julgava o Governo ser necessário e incontornável caminhar para uma resolução definitiva do problema unificando os dois Exércitos e conferindo a um único Ministério a responsabilidade pela organização das forças terrestres na metrópole e nas colónias.

Em agosto de 1950 a publicação de legislação que introduz alterações à orgânica do Governo decreta a modificação da designação do Ministério da Guerra que passa a ser denominado de Ministério do Exército²⁶⁵, em maio de 1952 é extinta a aeronáutica do Exército²⁶⁶ e em outubro de 1958 são finalmente reguladas as funções do CEME.²⁶⁷

Apesar destas iniciativas legislativas, a organização geral do Exército, Ministério incluído, vai manter-se em grande medida inalterada ao longo de quase toda a década de 1950 e só em 1959 vai ser revista e adequada à nova realidade militar derivada não só das alterações ocorridas na estrutura superior da Defesa Nacional e da fusão das forças

²⁶³ Art.º 5º da Lei n.º 1960. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01.

²⁶⁴ Decreto-Lei n.º 37542. D.R. n.º 195, Série I de 1949-09-06.

²⁶⁵ Decreto-Lei n.º 37909. D.R. n.º 152, Série I de 1950-08-01.

²⁶⁶ Lei n.º 2055. D.R. n.º 117, Série I de 1952-05-27.

²⁶⁷ Decreto-Lei n.º 41898. D.R. n.º 219, Série I de 1958-10-09.

metropolitanas e coloniais num único organismo mas também do adensar dos problemas nas colónias africanas.²⁶⁸

i. Divisão militar do território

Até 1959, a organização militar de Portugal assenta na divisão do território continental em cinco regiões militares (RM), sendo que em cada uma dessas regiões se pretendia ter estacionadas as unidades militares correspondentes a uma Divisão normal de infantaria bem como as unidades de apoio de combate e serviços necessárias à atuação de dois Corpos de Exército (CE) e um Exército. Assim, a organização militar portuguesa de tempo de paz visava a mobilização de um Exército constituído por dois CE e dez Divisões normais de infantaria²⁶⁹.

O território metropolitano português estava dividido, como já referimos, em cinco regiões militares no continente e dois comandos militares (CM) nos arquipélagos dos Açores e da Madeira. No continente, a região militar com sede em Lisboa assumia a designação de Governo Militar de Lisboa (GML). Os comandantes das diversas regiões militares bem como os dos comandos dos Açores e Madeira dependiam diretamente do ministro da Guerra.

De acordo com o art.º 8º da Lei 1960, esta divisão militar do território visava a descentralização da ação do ministro da Guerra²⁷⁰ e, facilitava a preparação e execução das operações de recrutamento, instrução e mobilização militares, a preparação e implementação de medidas inerentes à defesa aérea do território e, garantia o exercício do comando superior das tropas nas respetivas áreas de implantação bem como o cumprimento das missões de que estavam incumbidas.

Até 1952 estará também adstrito ao Exército o Comando Geral da Aeronáutica Militar que era responsável pelo emprego das forças da aeronáutica e pela defesa aérea ativa do território metropolitano. Tinha sede em Lisboa, o seu comandante dependia diretamente do ministro da Guerra/ Exército; exercia a sua ação em todo o território e tinha como subordinado um comando de Defesa Terrestre Contra Aeronaves (DTCA).

²⁶⁸ Decreto-Lei n.º 42564. D.R. n.º 230, Série I de 1959-10-07.

²⁶⁹ ADN/1/33/135/6.

²⁷⁰ Sobretudo em matérias de Justiça e Disciplina.

ii. Organização geral e constituição

Nos termos do art.º 13º da Lei 1960, a necessidade de realizar operações militares no território nacional ou fora dele ditava a constituição de agrupamentos de forças que assumiam a designação de *forças Militares em operações* (FMO) com organização estabelecida em função das missões confiadas a esses agrupamentos. As forças deste tipo que tivessem de atuar fora do território continental ou no estrangeiro seriam designadas de *forças expedicionárias*. As FMO seriam sempre organizadas com base nas unidades das diversas Armas e Serviços existentes.²⁷¹ Às Armas competiam as operações de combate e aos Serviços a provisão das necessidades das Armas.

Sob um mesmo comando, as unidades das diversas Armas e as formações dos diferentes Serviços agrupavam-se em *Grandes Unidades* (GU). Os agrupamentos de organização similar ao das GU mas de efetivo inferior a divisão adotavam a designação de *destacamentos mistos* (DM). As principais GU de campanha eram: em termos táticos a *divisão* e em termos estratégicos o *exército*. Até à data da junção dos exércitos metropolitano e colonial, as GU, ou agrupamentos similares, e os regimentos podiam ser constituídos por elementos provenientes exclusivamente de um dos exércitos, ou de ambos, no entanto, a constituição das unidades inferiores a regimento não poderia ser mista.

Em tempo de paz o Exército tinha por missão garantir a vigilância e a proteção militar necessárias à manutenção da inviolabilidade do território metropolitano e das suas zonas vitais; assegurar, com a devida brevidade, a organização e envio de forças expedicionárias para qualquer parte do território nacional ou fora dele; proporcionar instrução militar geral e complementar a todos os indivíduos incorporados no neste ramo das Forças Armadas bem como a adequada formação aos seus oficiais do QP e Quadro de Complemento (QC), sargentos e especialistas; facilitar a preparação e realização da mobilização, transporte e concentração de FMO ou de *forças expedicionárias* e; excepcionalmente, cooperar com as forças de polícia na manutenção da ordem pública interna.

²⁷¹ Armas: Infantaria; Artilharia; Cavalaria; Engenharia; Aeronáutica. Serviços: Saúde; Veterinária; Administração Militar. Outros Serviços gerais: Transmissões; Transportes; Justiça; Manutenção; DTCA; Fortificações e obras militares; Remonta; Logística; Cartografia.

iii. Organização territorial e instrução das tropas

A organização militar territorial adotada ia de encontro às necessidades de recrutamento; instrução pré-militar dos mancebos; instrução geral militar dos mancebos recrutados para o Exército metropolitano; formação dos quadros de oficiais, sargentos e especialistas; constituição de FMO e mobilização geral militar em todo o território da metrópole. Compreendia os *quartéis-generais* militares regionais; as secretarias dos *distritos de mobilização* (DRM); as diferentes unidades e formações das Armas e Serviços do Exército; centros de mobilização permanentes ou eventuais; bases aéreas e campos base para o serviço da aeronáutica militar; fortificações militares e outras obras defensivas; escolas e institutos militares; depósitos de animais e de material; hospitais militares regionais e enfermarias de diverso tipo; tribunais e estabelecimentos prisionais militares; etc.²⁷²

A organização em tempo de paz das forças militares (tropas) *compreendia unidades de fronteira e unidades de linha*. As primeiras eram unidades típicas de campanha dotadas dos efetivos, armamento e equipamento necessários à vigilância e defesa das zonas fronteiriças. Tinham estacionamento temporário em função das missões atribuídas. As *unidades de linha* tinham estacionamento mais permanente; quadros permanentes e demais efetivos armados, equipados e instruídos para poderem atuar com reduzido aviso prévio. Agrupavam-se em GU (*Divisões*); tropas e serviços de exército e tropas e serviços de comando em chefe; unidades e outras formações de tropas não *endivisionadas*²⁷³.

A preparação para a guerra das tropas pertencentes ao Exército compreendia três formas distintas de instrução: a instrução pré-militar (ensino de conhecimentos militares básicos comuns às várias Armas e Serviços²⁷⁴), a preparação militar (formação militar e técnica dos oficiais, sargentos e especialistas do QP, milicianos e praças do serviço geral), e; a preparação auxiliar (destinada a facilitar o recrutamento de sargentos, cabos e especialistas para o QP do Exército).²⁷⁵

²⁷² Art.º 33º da Lei n.º 1960. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01.

²⁷³ Unidades que não faziam parte da organização normal das Divisões.

²⁷⁴ Orientação; observação; avaliação de distâncias; topografia; marcha; organização do terreno; tiro; defesa passiva contra ataques aéreos; etc.

²⁷⁵ Instrução literária, científica, técnica e profissional.

iv. Material

Na última metade da década de 1940 estava ainda por concluir o programa de rearmamento do Exército iniciado em finais de 1935²⁷⁶. A fase inicial do plano de rearmamento, dominada por inúmeros avanços e recuos e constantes entraves colocados pela Inglaterra, terminara em 1937 com a decisão de adquirir armamento alemão. O rearmamento do Exército, que inicialmente se pretendia rápido e apoiado pela Inglaterra, vai decorrer lentamente e sob a égide da Alemanha. À data do início da Segunda Grande Guerra tinham já sido gastas avultadas somas com o rearmamento do Exército. As autoridades portuguesas tinham tentado levar a cabo o planeado rearmamento da forma mais independente possível isto é, definindo a sua própria agenda e sem ficarem reféns de um único mercado fornecedor. No entanto, e apesar de todo o investimento efetuado, o Exército não tinha qualquer capacidade para garantir a integridade do território metropolitano nacional. Apesar da abundância de meios humanos, continuavam a não existir meios adaptados às novas formas de fazer a guerra. Em 1940 apenas 3 Divisões tinham recebido o seu armamento ligeiro e as dificuldades de aquisição de armamento pesado de características modernas eram enormes. Santos Costa não se coíbia de apontar o dedo à Inglaterra por não apoiar o plano de rearmamento português. A Infantaria tinha armamento ligeiro suficiente para equipar 90 Batalhões mas só tinha munições para quatro dias de operações; as munições de morteiro dificilmente chegariam para dois dias; não dispunha de viaturas blindadas nem de armas anti-carro; o material de transmissões era praticamente inexistente; a motorização não existia, a Artilharia estava praticamente desarmada. A Cavalaria tinha armamento ligeiro para 20 Esquadrões mas não dispunha nem de meios motorizados nem de cavalos para equipar aquelas formações; a Aeronáutica do Exército contava apenas com 9 trimotores *Junkers 52*, 9 bimotores *Junkers 86* e 48 caças de várias proveniências, todos eles obsoletos.²⁷⁷

Em 1943, fruto da assinatura do acordo dos Açores, Portugal começa finalmente a receber equipamento militar, em grande medida também ele obsoleto, suficiente para cobrir

²⁷⁶ Para uma análise pormenorizada das questões relacionadas com o rearmamento do Exército veja-se Telo, António José, (1991), *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, 2 Vol., Lisboa, Veja-se e também Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 153 *et seqs.*

²⁷⁷ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 166.

grande parte das deficiências existentes no Exército e completar 3 Divisões de infantaria de primeira linha. Até 1945 a Inglaterra vai fornecer a Portugal camiões; tractores de artilharia; material de comunicações; armas anti-tanque e antiaéreas *Bofors*; pequenas quantidades de artilharia de campanha; tanques *Valentine*; autometralhadoras *Humber MK IV*; viaturas *Bren Carrier*; pistolas-metralhadoras *Sten*; espingardas *Lee-Enfield*; etc.²⁷⁸ Da Alemanha chegam também peças de artilharia; quantidade significativa de metralhadoras *MG34*; pistolas *Luger*, espingardas *Mauser 98*; pistolas-metralhadoras *Steyer*; equipamento para as fábricas de material militar; etc.. A eficiência da Aeronáutica melhora também nos anos que se seguem ao acordo dos Açores com a recepção de diverso tipo de aparelhos: 34 *Spitfire I*; 60 *Hurricanes II*; 13 *Blenheims*; 8 *Lysanders*; 6 *Martinet TT Mk I*; 6 *Oxford MK I*.²⁷⁹

Apesar de não se vislumbrarem grandes saltos qualitativos, na segunda metade da década de 1940 a quantidade de equipamentos colocados à disposição do Exército vai continuar a crescer com a entrada ao serviço dos *Centaur*; metralhadoras *Bren*; viaturas de transporte *White TT m/946* e *GM 4x4*; etc..²⁸⁰ É com este material que o Exército metropolitano vai viver até ao início dos anos cinquenta.

Em 1952 chega definitivamente ao fim a longa dependência portuguesa do armamento inglês. De «pedra e cal» na NATO, as autoridades portuguesas organizam em Lisboa uma das principais e decisivas conferências dos primeiros anos da NATO dando provas de estarem à altura do desafio de pertencer a uma Aliança que exigia grandes esforços do País mas que também podia aportar vastos e diversos benefícios. A partir da conferência do Conselho do Atlântico Norte (CAN) de Lisboa o Exército português entra no chamado «período americano»²⁸¹. Com uma estratégia e objetivos há muito delineados, os EUA vão disponibilizar, a título gracioso mas não só, equipamento militar que, pela sua quantidade e avanço tecnológico, farão elevar o grau de operacionalidade das Forças Armadas portuguesas a um nível que apenas três anos antes muitos considerariam impossível de alcançar

O Exército vê finalmente chegado o momento de completar o rearmamento iniciado em 1935. O Ramo terrestre das Forças Armadas é gradualmente inundado por todo o tipo de

²⁷⁸ *Idem*, pp. 179

²⁷⁹ Telo, António José, (2004), “A Neutralidade Armada” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 403-434.

²⁸⁰ Telo, António José, (2004), “Os Anos da NATO” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 435 *et seqs.*

²⁸¹ *Idem, ibidem.*

armamento e equipamento americano. As primeiras remessas chegam a Portugal com destino perfeitamente delineado – equipar as unidades agregadas à Divisão NATO de Sta. Margarida entretanto criada²⁸². A tão ambicionada mecanização do Exército estava finalmente em marcha. A partir de 1952 começam a chegar a Portugal os carros de combate *M-47 Patton*; os *M4 Sherman*; alguns *M-24 Chaffee*; os *M5A1 Stuart*. Chegam também novos tipos de armas até ai apenas sonhadas pelos militares portugueses. Estamos a falar dos canhões sem recuo (5,7cm, 7,5cm e 106mm); dos lança-chamas; metralhadoras quadruplas para defesa AA (*M55I*) de 12,7mm; metralhadoras pesadas *Browning*; morteiros pesados; viaturas blindadas de transporte de pessoal *M3A1*; os lança foguetes (*bazooca*); grande número de meios motorizados; artilharia auto-propulsada; etc..

c. A Marinha

Nos primeiros anos do segundo pós-guerra a Marinha continua a ter a mesma constituição herdada da primeira metade da década de 1920. O Ramo naval da força armada nacional tem por essa altura cerca de 7600 homens e tem os seus navios concentrados quase exclusivamente em Lisboa. A Marinha é tutelada pelo Ministério da Marinha onde Américo Thomaz se embrenha numa acesa batalha política com vista á manutenção da autonomia do ramo naval e, contra a vontade de Salazar, ao desenvolvimento da Marinha mercante.²⁸³ Na segunda metade da década de 1950 a Marinha portuguesa organiza-se já em *comandos navais* e em *comandos territoriais de defesa marítima*, segundo a importância estratégica, económica e política de cada província. Tem em Lisboa o mais importante comando naval do continente e a sua única base naval permanente e, os seus efetivos e meios estão longe de corresponder às exigências do momento.²⁸⁴ O ramo naval das Forças Armadas portuguesas era então dirigido pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) a quem cabia, diretamente ou por delegação de competências nos comandos territoriais, comandar superiormente as forças e unidades da Armada. Na sua ação de comando o CEMA era

²⁸² Para uma descrição detalhada do processo de criação da Divisão portuguesa para a NATO veja-se _____, (1988), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50: Os Compromissos com a OTAN*, Lisboa, Estado-Maior do Exército. Veja-se também _____, (1983) *Trinta anos de contribuição do Exército Português para a OTAN. Grandes unidades 1953-1983*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

²⁸³ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 276 et seqs.

²⁸⁴ AOS/CO/NE/17/2/19.

auxiliado essencialmente por dois organismos: o Estado-Maior da Armada (EMA) e a Superintendência dos Serviços da Armada (SSA).

A Marinha de Guerra tinha como principais missões a defesa das vias de comunicações marítimas vitais para os interesses nacionais; a defesa marítima dos portos nacionais bem como a vigilância e manutenção da segurança nas águas costeiras e; a cooperação com forças militares aliadas em resultado de tratados ou alianças firmadas pelas autoridades políticas nacionais.

O recrutamento de pessoal para a Marinha era feito a partir de voluntários nos termos estipulados nos Artigos 22º, 23º e 24º da Lei 1961 de 1937. O tempo de serviço militar na Armada é de 4 anos.

i. Organização geral e territorial

Como ficou dito, na década de 1950 a Marinha era dirigida e orientada pelo Ministério da Marinha cuja orgânica de base, com as alterações que o tempo e as circunstâncias foram determinando, datava já de 23 de maio de 1924.²⁸⁵ O Ministério da Marinha era então o departamento do Estado responsável pelas matérias de carácter militar-naval e civil que dissessem respeito à eficiência da Armada, das Marinhas Mercante e de Pesca, assim como do fomento marítimo nacional.²⁸⁶ Ao serviço do ministro da Marinha estavam quatro órgãos de «estudo, consulta, fiscalização e ação»: o Conselho Superior da Armada (CSA), a Inspeção de Marinha (IM), o Estado-Maior da Armada (EMA) e, a Direção-Geral da Marinha (DGM).

Em termos genéricos pode afirmar-se que o EMA, com a importância e organização similar à existente no início dos anos cinquenta do século XX, é fruto de uma vasta produção legislativa iniciada em 1918 que, sucintamente, passamos a descrever. Assim, em junho de 1918 o Decreto nº 4451 estabelece que, a partir de então, a Majoria-General da Armada compreendia, entre outros órgãos, o Estado-Maior Naval a quem cabia, por ser a mais importante repartição da Armada, realizar sob a direção do Chefe do Estado-Maior Naval (CEMN) «o estudo de todos os elementos essenciais à preparação e condução da guerra».²⁸⁷ Cinco anos mais tarde, em maio de 1924, o Decreto nº 9720 acrescenta maior complexidade

²⁸⁵ Organização do ministro Pereira da Silva.

²⁸⁶ _____, (1966), *A Marinha nos últimos 40 anos, 1926-1966*, Lisboa, Ministério da Marinha, pp. 66.

²⁸⁷ Decreto n.º 4451. D.R. n.º 138, Série I de 1918-06-24.

organizativa ao aparelho militar da Marinha ao determinar que o alto comando e direção das forças e serviços da Armada passava a ser exercido pelo Comandante – Geral da Armada (CGA) por intermédio do Estado-Maior Naval (EMN - responsável pela preparação da Armada para a guerra) e da Superintendência da Armada (direção superior dos serviços da Armada).²⁸⁸ A organização determinada por este Decreto vai manter-se em vigor até à publicação do Decreto nº 15555 em junho de 1928. Nos quatro anos de vigência do Decreto nº 9720 constatara-se a necessidade de conferir maior influência e responsabilidade ao EMN justificando-se por isso a fusão das atribuições do CGA e do CEMN. Nesse contexto, o Comando-Geral da Armada é extinto passando as funções de CGA e de CEMN a serem exercidas por uma única entidade a quem é conferida maior proeminência no comando e administração central da Armada – o CEMN.²⁸⁹ Dois anos mais tarde, a pretexto da suposta necessidade de «reduzir, simplificar e agrupar» alguns órgãos da administração central da Marinha, as funções de CGA e CEMN são de novo separadas²⁹⁰. Em Dezembro de 1935 o Comando-Geral da Armada volta a ser extinto e em seu lugar surge a Majoria-General da Armada cujo major-general passa a exercer o alto comando das forças e a direção superior dos serviços da Armada por meio do EMA e da Superintendência dos Serviços da Armada.²⁹¹

Em 1950 a reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional dá lugar à criação do cargo de CEMGFA seguindo-se, em setembro do mesmo ano, a extinção do cargo de Major-General da Armada e a ressuscitação do cargo de CGA.²⁹² Este cargo só seria definitivamente extinto com a publicação do Decreto-Lei nº 40343 que passava todas as funções do Comandante-Geral da Armada para um Vice-Almirante que assumiria o cargo de CEMA. Ele era, a partir de então, o «comandante supremo das forças da Marinha de Guerra em tempo de paz e em caso de emergência ou de conflito armado» sendo por isso responsável por tudo quanto dissesse respeito à preparação e eficiência das forças navais. Pelo mesmo diploma legal é extinto o EMN e em sua substituição é criado o Estado-Maior da Armada que passa a ser o organismo responsável pelo estudo, conceção e orientação das atividades da Armada.²⁹³

²⁸⁸ Art.º 43º do Decreto n.º 9720. D.R. n.º 114, Série I de 1924-05-23.

²⁸⁹ Decreto n.º 15555. D.R. n.º 129, Série I de 1928-06-07.

²⁹⁰ Decreto n.º 18218. D.R. n.º 88, Série I de 1930-04-16.

²⁹¹ Decreto n.º 26148. D.R. n.º 291, Série I de 1935-12-14.

²⁹² Decreto-Lei n.º 37956. D.R. n.º 178, Série I de 1950-09-09.

²⁹³ Decreto-Lei n.º 40343. D.R. n.º 226, Série I de 1955-10-18.

À semelhança do sucedido com o estabelecimento da organização geral da Marinha de Guerra portuguesa, a fixação do dispositivo territorial das forças navais prolonga-se no tempo podendo no entanto situar-se em 1935 o início do processo que levaria à criação dos comandos territoriais em 1958.²⁹⁴

Não obstante a interrupção do seu plano de rearmamento, a partir de 1935 a Marinha intensifica a preparação dos seus efetivos promovendo a realização de exercícios navais periódicos. Pouco frequentes em anos anteriores, estes exercícios servem para constatar a necessidade de, com a antecedência possível, se agruparem os navios disponíveis atribuindo-lhes em seguida o comando necessário à sua progressiva e metódica preparação operacional. Neste sentido, em 1938 o ministro da Marinha, pela Portaria n.º 8999, determina a constituição de uma força naval designada *Força Naval em Exercícios* comandada por um capitão-de-mar-e-guerra (comodoro) e composta por 3 *avisos*, 6 *contratorpedeiros*, 2 *torpedeiros*, 3 *submersíveis* e uma força da Aeronáutica Naval.²⁹⁵ Dissolvida em novembro de 1938 após os exercícios, seria novamente constituída no ano seguinte.²⁹⁶

À data do início da II Guerra Mundial as virtudes da organização e dos métodos de trabalho adotados nas «Forças Navais em Exercícios» já tinham dado provas de eficácia pelo que se impunha dar-lhes continuidade e desenvolvimento. Em 1939, pela publicação da Portaria n.º 9309, é criada a *Força Naval da Metrópole* com sede em Lisboa e comandada por um contra-almirante ou capitão-de-mar-e-guerra. Durante o conflito são também criados o *Comando da Defesa Marítima do porto de Lisboa* e o *Comando da Defesa Marítima dos Açores* cuja sede se estabelece em Ponta Delgada.

Uma década depois, a adesão de Portugal à NATO conduz à necessidade de reorganizar os Comandos existentes por forma adequá-los aos princípios gerais adotados pelas principais Marinhas de Guerra dos países aliados. Efetuados os incontornáveis estudos, em 1956 são criadas as «Áreas Operacionais» do continente e dos Açores ao mesmo tempo que são definidos os respetivos limites territoriais. Gradualmente, a evolução da doutrina de emprego de forças navais em tempo de guerra deixa perceber a necessidade de promover a melhoria do dispositivo de proteção à navegação mercante assim como e a urgência do estabelecimento de um dispositivo de apoio aos sistemas de defesa dos portos e das águas costeiras, criando-se para o efeito novos Comandos.

²⁹⁴ _____, (1966), *A Marinha nos últimos 40 anos, 1926-1966*, Lisboa, Ministério da Marinha.

²⁹⁵ Portaria n.º 8999. D.R. n.º 105, Série I de 1938-05-09.

²⁹⁶ Portaria n.º 9106. D.R. n.º 262, Série I de 1938-11-11.

1958 é o ano decisivo no que à organização territorial da Marinha diz respeito. Pela primeira vez na história da Armada, em dezembro de 1958 uniformiza-se a classificação dos comandos navais e definem-se as respetivas missões.²⁹⁷ A partir dessa data os *Comandos Navais* (CN) têm por missão a preparação e emprego dos meios colocados à sua disposição para a condução da guerra em áreas oceânicas mas também para a defesa marítima do território nacional. Os *Comandos de Defesa Marítima Territoriais* passam a assegurar a defesa marítima dos territórios e os *Comandos de Defesa Marítima dos Portos*, subordinados aos *Comandos Navais* ou aos de *Defesa Marítima Territoriais*, tinham a seu cargo a defesa local dos portos e das respetivas áreas de acesso. No mesmo dia são também criados a *Base Naval do Continente* (com sede em Lisboa); o *Comando Naval dos Açores* (sede em Ponta Delgada) e o *Comando de Defesa Marítima da Madeira* (sede no Funchal).²⁹⁸ São extintos na mesma altura a *Força Naval da Metrópole* e o *Comando de Defesa Marítima dos Açores*.

Nos principais portos do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas são instalados também *Comandos de Defesa Marítima dos Portos*.

ii. Material

No fim da Segunda Guerra Mundial já poucos se lembravam dos planos gizados nos anos trinta para o desenvolvimento da Marinha de Guerra nacional. Em maio de 1930 tinha sido oficialmente aprovada em Conselho de Ministros a prioridade de rearmamento da Marinha e começaram a dar-se os primeiros passos com vista à implementação de um projeto de reconstrução naval em várias fases. Ambiciosamente, os planos então traçados pelo Estado-Maior Naval (EMN) preveem o levantamento de dois tipos de forças: uma força naval destinada a servir o território continental e as ilhas adjacentes (constituída por flotilhas de contratorpedeiros apoiados por cruzadores e submarinos) e outra força destinada às colónias (constituída por avisos e cruzadores apoiados por hidroaviões). Este plano de rearmamento naval iniciado em 1930 acabará, no entanto, por revelar inúmeros pontos fracos e, das duas fases inicialmente previstas no plano naval de 1930, apenas a primeira chegará a bom porto. O plano de rearmamento da Marinha irá ser irremediavelmente condenado ainda em 1935, com a mudança do eixo de prioridades da Marinha para o Exército. O grau de operacionalidade das unidades navais já construídas continua a ser baixo, os problemas com

²⁹⁷ Decreto-Lei n.º 41987. D.R. n.º 262, Série I de 1958-12-03.

²⁹⁸ No ultramar são criados os Comandos Navais de Goa, Cabo Verde e Guiné, Angola, Moçambique, Comando de Defesa Marítima de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Macau e Timor.

o corpo de oficiais sucedem-se e mantêm-se as dificuldades na criação das instalações necessárias ao estabelecimento da Base Naval de Lisboa. Como vimos, apesar das dificuldades causadas pela prioridade concedida ao Exército, a Marinha conseguirá introduzir nos anos seguintes sucessivos melhoramentos na orgânica dos serviços ao mesmo tempo que promove a instrução e preparação do pessoal mediante a realização de exercícios conjuntos de meios aéreos, meios navais de superfície e submarinos. A partir de 1937 a Marinha passa a reclamar abertamente a retoma do investimento com vista ao desenvolvimento de infraestruturas nas ilhas e à aquisição dos primeiros cruzadores. Desenvolvem-se então estudos com vista à implementação de um plano naval mínimo que contemplasse a criação de três forças navais destinadas à defesa portuária e costeira do território continental; proteção da navegação e das ilhas do Atlântico e; manutenção da presença naval no império colonial português.²⁹⁹ O programa nunca chegaria a sair do papel.

A atividade da Marinha decorre sem grandes sobressaltos até Setembro de 1939 mas o andamento do plano naval sofre, a partir do início da 2ª Guerra Mundial, dificuldades acrescidas em face da quase total estagnação da construção naval e da quase total impossibilidade de aquisição de meios navais adicionais. As autoridades portuguesas tentarão ainda obter algum material (de pouca importância como sejam vedetas e elementos de defesa antissubmarina) mas apesar de todos os esforços diplomáticos pouco se logrará alcançar. Por essa altura, dos 11 navios disponíveis, apenas dois ou três ficavam em Lisboa indo os restantes contratorpedeiros e avisos para as ilhas adjacentes e Cabo Verde. Os submarinos apenas efetuavam missões de treino individual sem abandonarem as águas continentais. A Marinha atravessa assim toda a Segunda Guerra Mundial com os mesmos meios que tinha recebido até 1936 ou seja, 5 contratorpedeiros, 3 submarinos, 2 avisos de 1ª classe, 4 avisos de 2ª classe e 40 navios menores de diversos tipos³⁰⁰.

Nos anos que medeiam entre o final da II Guerra Mundial e a adesão de Portugal à NATO, a Marinha vai atravessar um período de modernização que, segundo António Telo, se opera em diversas frentes. Desde logo pela modernização dos contratorpedeiros portugueses, enviados para estaleiros ingleses onde sofrem intervenções profundas com vista à melhoria dos equipamentos propulsores, armamento antiaéreo e sistemas de deteção aérea e submarina. Além disso, pela modernização das infraestruturas da Marinha, reclamada

²⁹⁹ Segundo António José Telo «o chamado programa naval mínimo de 1937 não pode ser levado a sério, sendo evidente que tem sobretudo fins de afirmação política» - Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 161.

³⁰⁰ *Idem*.

desde 1935, e pelo desenvolvimento, com o apoio da Inglaterra, de um programa de instrução³⁰¹ de técnicos e operadores de equipamentos eletrónicos; pela cedência por parte da Inglaterra e dos EUA, a partir de 1947, de alguns meios navais em segunda mão³⁰² e, também, pelo envolvimento da Marinha no reforço dos meios de defesa existentes na Índia, Macau e Timor.

Em 1949 a Marinha portuguesa conta já com uma força operacional substancialmente diferente da existente nos anos da guerra. Portugal conta então com 13 escoltas oceânicos, 6 submarinos, 13 patrulhas costeiras, 5 canhoieiras coloniais, 11 lanchas, 4 navios hidrográficos, 1 draga-minas além de outras embarcações auxiliares.³⁰³ Abandonada a megalomania patente em anteriores planos de modernização, a Marinha deixa finalmente de ambicionar alcançar a capacidade de controlo oceânico. Com uma força de reduzidas dimensões mas anormalmente eficiente para a realidade portuguesa, a Marinha adquirira uma verdadeira capacidade de escolta, proteção das rotas marítimas e de presença no Império e era agora o Ramo das Forças Armadas que mais bem dimensionada e organizada estava.

Entretanto, o plano a prazo médio da NATO (MTDP) aprovado em 1950 estipulava um crescimento significativo das capacidades operacionais da Marinha portuguesa.³⁰⁴ Assim, devia ser feito um esforço no sentido de alcançar as 67 unidades navais cujo tipo e quantidades eram as seguintes: 13 escoltas oceânicos, 25 escoltas costeiras, 2 navios lança redes, 16 draga-minas, 8 lanchas contratorpedeiras e 3 navios auxiliares. Tendo em conta os meios existentes à data da aprovação do MTDP, para que fosse possível cumprir este plano

³⁰¹ A propósito da instrução de Praças ministrada na Marinha afirmara em tempos o Major-General da Armada ser necessário acelerar o programa de instrução reduzindo o tempo de instrução das Praças para «não lhes estar o estado a sobrecarregar a memória e gastar tempo com ensino de matérias que na vida do mar não terão de aplicar e para que ele não os precisa». Ainda sobre o mesmo assunto afirmara o ministro da Marinha em documento enviado ao Presidente do Conselho: «Na instrução das praças esqueceu-se a função destas e, em vez de se fazer bons militares e bons profissionais, gasta-se o tempo e o feitiço com a instrução chamada pomposamente literária ... Se até num curso se chegou a ensinar história dos Caldeus e dos Assírios ...» ANTT / AOS / CO / PC - 78K fls. 22

³⁰² Em 1948 chegam a Portugal provenientes de Inglaterra 2 fragatas, 3 submarinos costeiras da classe S, 6 patrulhas e 6 lanchas torpedeiras. Dos EUA chegam 6 escoltas costeiras tipo PC e aviões *Helldiver* – Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 278.

³⁰³ *Idem, Ibidem.*

³⁰⁴ DC 13 - *North Atlantic Treaty Organization Medium Term Plan* (1/4/1950).

Portugal teria de adquirir 13 escoltas costeiros, os 2 navios lança redes, 15 draga-minas, 2 lanchas torpedeiras e os 3 navios auxiliares. A aviação naval teria também que crescer na vertente de luta AS (2 Esquadrilhas e 2 bases dedicadas).

Apesar dos programas de auxílio militar em curso permitirem, a médio prazo, colmatar muitas das necessidades decorrentes do MTDP, as autoridades portuguesas irão na primeira oportunidade insurgir-se contra os exageros do plano. Após negociação, em finais de 1951 os objetivos a alcançar por Portugal até 1954 são já mais modestos: 12 escoltas oceânicos, 17 escoltas costeiros, 16 draga-minas e 2 Esquadrilhas AS compostas por 12 aparelhos cada (*PV-2 Harpoon*).

Por altura da cimeira da NATO realizada em Lisboa em 1952 os objetivos vão, uma vez mais, ser revistos e substancialmente reduzidos. Em 1952 a Marinha de Guerra portuguesa tinha ao serviço 21 avisos (destinados a missões de soberania nos territórios de África e Oriente); 13 navios escoltas de diversos tipos; 4 draga-minas para atuação nas águas costeiras metropolitanas e proteção das principais rotas marítimas e, 3 submarinos.³⁰⁵ Às autoridades militares da NATO parecia claro que Portugal não estava interessado em criar uma capacidade de luta AS de dimensões adequadas à cobertura do atlântico português em caso de guerra. O contributo naval português deveria então passar pela melhoria das condições das bases aéreas e navais existentes no território continental e nos Açores (Alfeite, Montijo, Aveiro, Espinho, Ponta Delgada e Lajes). Ainda nesse ano tem início um modesto, mas sólido programa de crescimento da Marinha. Com apoio técnico inglês e financiamento americano, inicia-se a construção em estaleiros portugueses (CUF) de 4 draga-minas; no Alfeite arranca um programa de construção de patrulhas costeiras e, nos estaleiros de Viana do Castelo, constroem-se patrulhas costeiras e lanchas torpedeiras. Nos anos de 1953 a 1955 são aumentados aos efetivos da Marinha 12 draga-minas fabricados nos EUA e, até 1957, a capacidade de guerra de minas atinge índices de eficiência nunca vistos.

Mas nem tudo são facilidades. A modernização dos meios da Marinha causa, naturalmente, problemas de adaptação no que diz respeito à operação e manutenção dos equipamentos. São precisos mais e melhores técnicos e se Portugal tem os meios humanos necessários, os EUA estão disponíveis para ministrar a formação técnica exigida.

Em resumo, a partir dos primeiros anos da década de 1950 a Marinha vai atingir níveis de operacionalidade que vão muito além do que seria expectável para a realidade militar do país. Pela primeira vez em muitos anos, a Marinha estava modernamente

³⁰⁵ ADN/1/33/135/6, pp. 21-22.

equipada, tinha missões perfeitamente definidas e estava firmemente integrada numa aliança militar que garantia a defesa do espaço marítimo nacional.³⁰⁶ Com liderança forte e o amparo da NATO e dos EUA, consegue furtar-se às investidas daqueles que, por todos os meios, tentavam subalternizar a sua importância e coartar a sua autonomia.

d. A Força Aérea Portuguesa

i. Antecedentes

Os primeiros contactos nacionais com a aviação militar acontecem, como é sabido, por altura da Primeira Guerra Mundial. Seguindo o exemplo de outros países aliados, uma vez iniciada a intervenção do CEP no conflito rapidamente se encara em Portugal a hipótese de criação de serviços de aviação militar para apoio das forças do Exército e da Marinha. Em face da inexistência em Portugal dos pilotos e demais pessoal técnico necessários à operacionalização das ditas forças aéreas, são enviados oficiais dos dois ministérios para escolas de aviação francesas com o objetivo de aí poderem obter as necessárias habilitações. Obtidos os conhecimentos técnicos e os meios aéreos necessários à implementação de um modesto dispositivo de forças aéreas, a aviação naval vai orientar a sua ação para a luta antissubmarina ao longo da costa portuguesa enquanto a aviação militar (Exército) opera em França em favor das forças aliadas aí empenhadas em combate. Terminada a Grande Guerra as duas aeronáuticas vão manter a modéstia da sua organização e meios nas duas décadas seguintes sendo no entanto perceptíveis as primeiras discussões em torno da unificação das duas forças numa aeronáutica independente.

Até 1935 as atenções voltam-se sobretudo para a aeronáutica naval como consequência da prioridade concedida ao rearmamento da Marinha. O EMN desenvolve então estudos no sentido de desenvolver a obsoleta aeronáutica naval de acordo com um plano a levar a cabo em três fases e que contemplava numa primeira fase, a obtenção de meios adicionais para a formação de pessoal especializado e também para o desenvolvimento da capacidade de reconhecimento aéreo. As outras duas fases visavam a criação de uma unidade de ataque aéreo, o desenvolvimento da aviação embarcada e, finalmente, o desenvolvimento da aviação insular. Até ao começo da II Guerra Mundial só a primeira fase do plano terá algum desenvolvimento. Em 1933 chegam a Portugal 10 aviões

³⁰⁶ A Marinha é o ramo das Forças Armadas que mais beneficia da ajuda do MDAP, recebendo na primeira metade dos anos 50 cerca de 88 milhões de dólares - Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 288.

de treino *Fleet F-10B* e *G* que, juntamente com mais 6 aparelhos do mesmo tipo adquiridos em 1937, irão constituir o núcleo de instrução da aviação naval. Em 1935 a capacidade de ataque ligeiro e reconhecimento da aviação naval é reforçada com 5 hidroaviões *Junkers K-43W* e 8 hidroaviões *Hawker Osprey*. Apesar da sua reduzida eficácia, os *Junkers* instalados em Lisboa são por essa altura os meios de ataque mais importantes da aviação naval. No decorrer de 1935 é ainda lançada a segunda fase do plano de desenvolvimento da aeronáutica naval mas a sua prossecução será seriamente comprometida pela mudança de prioridades da Marinha para o Exército.³⁰⁷ A Aeronáutica Naval que até 1935 desenvolvera a sua actividade com base no regulamento aprovado pelo Decreto nº 3815 de 02/02/1918, é reorganizada pelo Decreto-Lei nº 27059 de 30 de setembro 1936. Este diploma estabelece a *Esquadilha* como unidade aérea fundamental e atribui ao major-general da Armada o comando das forças aéreas navais.

A Aeronáutica Naval conta por essa altura com dois centros de aviação em território continental: o *Centro de Aviação Marítima de Lisboa*, situado na doca do Bom Sucesso e o *Centro de Aviação de Aveiro* situado em S. Jacinto, inaugurado em maio de 1918 na sequência de um acordo celebrado com as autoridades francesas com vista à implementação de um dispositivo de vigilância das costas portuguesas. Em S. Jacinto estava sediada a Escola de Aviação Naval Gago Coutinho e os aviões aí existentes destinavam-se exclusivamente à formação de pessoal. Apenas 3 *Junkers* dispunham dos meios necessários ao lançamento de bombas mas o seu reduzido número inviabilizava qualquer missão que exigisse continuidade no tempo. Os efetivos de pessoal eram reduzidos contabilizando-se apenas 6 oficiais e alguns praças.

A falta de bases navais capazes de receberem aviões de maior porte, inviabiliza a aquisição de aparelhos mais eficazes. Só em 1938 irão ser adquiridos os 6 hidroaviões *Blackburn Shark* com os quais será formada uma unidade de aviões dotados de capacidade anti navio (torpedeiros). Estes aparelhos revelarão desde início grandes limitações pela falta de potência dos motores com que estavam equipados. Os torpedos que deviam constituir o seu armamento nunca foram adquiridos pelo que eram empregues exclusivamente em missões de observação. À semelhança do que tinha sucedido em Inglaterra, serão retirados de serviço ainda em 1938 na sequência do despenhamento de um dos aparelhos no rio Tejo. No início da Segunda Guerra Mundial, a Aeronáutica Naval não tem qualquer capacidade de

³⁰⁷ Telo, António José, (2004), “A Neutralidade Armada” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 403-434.

ataque ou reconhecimento e os planos para criar outros centros de aviação naval nas ilhas adjacentes e colónias tinham caído por terra. A Aeronáutica Naval existe apenas no território continental e a sua frota resume-se a alguns aparelhos de treino e observação. Nos dois primeiros anos do conflito Portugal consegue ainda adquirir aos EUA 12 hidroaviões *Grumman Goose G-21e* 10 *Fleet F-16D* mas que não alteram significativamente a capacidade ofensiva da Aeronáutica Naval.³⁰⁸ Na sequência do acordo dos açores de 1943 a Armada vai conseguir criar a tão desejada capacidade de ataque aéreo a alvos navais recebendo para o efeito 12 *Blenheim IVL* com os quais organiza uma nova Esquadrilha que é renovada no primeiro trimestre de 1945 com a integração de 12 *Bristol Beaufighter TF Mk X*.

Nos anos que medeiam entre o fim da II Grande Guerra e a adesão de Portugal à NATO a situação da Aeronáutica Naval não vai sofrer alterações significativas entrando-se mesmo num período de alguma estagnação. Beneficiando dos programas de ajuda militar implementados pelos EUA, a Armada vai desde o primeiro momento investir na criação de capacidades e reforço da sua Aeronáutica. Dos EUA chegam 15 aviões de treino *SNJ-4* e *Beechcraft AT-II* e os *Beaufighter* são substituídos por aviões *Curtiss SB2C-5 Helldiver* destinados à Base de S. Jacinto em Aveiro.

Como adiante se verá, os compromissos assumidos pelas autoridades portuguesas em 1950 no âmbito do Plano de Defesa a Prazo Médio da NATO (*DC-13*), previam que Portugal organizasse duas Esquadras de ataque a alvos navais e duas Esquadras de luta AS no entanto, a edificação dessas forças vai ser interrompida e só será parcialmente concluída depois da extinção da Aeronáutica Naval em 1952.

A Aeronáutica Militar (Exército) que no início dos anos 30 é uma força de pequenas dimensões que atua em apoio das forças terrestres consegue, apesar do relativo abandono a que tinha sido votada em virtude da prioridade inicialmente dispensada à Aeronáutica Naval, conquistar algum reconhecimento público. Ainda em 1934, chegam a Portugal 4 aviões *Hawker Fury* que, operando a partir da base de Tancos, constituirão nos anos mais imediatos a única unidade semelhante a uma Esquadrilha de caça de características modernas.³⁰⁹

Até 1935 são postos em marcha dois programas de modernização da Aeronáutica Militar. O primeiro programa destina-se à modernização da capacidade de treino avançado

³⁰⁸ Telo, António José, (2004), “Os Anos da NATO” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 424

³⁰⁹ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 259-275.

de pilotos e leva à aquisição de 4 aparelhos *Morane-Saulnier* destinados à escola de aviação sediada em Sintra. O segundo programa tinha por objectivo a modernização da frota de aparelhos de ataque e contemplaria a aquisição de 8 aviões *Poetz 25-A2*. As OGMA seriam encarregadas de produzir unidades adicionais dos dois tipos de aviões.

Mas, o arranque definitivo da aeronáutica do Exército só terá lugar a partir de 1935 com a prioridade concedida ao rearmamento do Exército. Este plano de rearmamento tinha por objectivo, no que respeita à aeronáutica, a criação de uma força de aviação reduzida mas de características modernas. Pretendia-se então desenvolver a capacidade de defesa aérea, antiaérea e de caça; criar uma força de ataque e de cooperação com o Exército equipada com aparelhos polivalentes de transporte e ataque e criar um núcleo embrionário de aviação de transporte aéreo nacional. A partir de 1936 a renovação da aeronáutica do Exército vai sofrer alguns reveses causados pelo esfriamento das relações entre Portugal e a Inglaterra. Recorre-se então à aquisição de aparelhos de bombardeamento e ataque de fabrico alemão e italiano mas sem deixar de contar com a Inglaterra para o fornecimento de meios aéreos de caça e treino. Ainda no mesmo ano é criada a aviação de transporte e ligação³¹⁰ ao mesmo tempo que se procede à renovação da aviação de ataque com aparelhos *Junkers*.

Com a reorganização do Exército em 1937 a aeronáutica adquire autonomia no seio do ramo e quadro de pessoal próprio e vê também melhorada a sua dotação de meios aéreos. Nos dois anos seguintes opera-se um reforço das capacidades da aviação de caça com a aquisição de quatro aparelhos *Hawker Hind* para ataque ao solo e a frota de ataque é renovada com recurso a monomotores *Breda*. A aviação de caça é recriada em 1938 com a aquisição de aviões *Gloster Gladiator* e desenvolvem-se os primeiros contactos para a aquisição de aparelhos *Hurricane* e *Spitfire*.

A Aeronáutica Militar é, à data do começo da Segunda Guerra Mundial, uma força de características muito reduzidas e os aparelhos existentes encontram-se já ultrapassados apesar de terem sido adquiridos nos cinco anos anteriores. O poderio aéreo da aeronáutica militar resume-se a duas Esquadrilhas de bombardeamento e a um Grupo de monomotores de ataque ao solo totalizando cerca de 70 aparelhos. Nos anos 1939-1940 a renovação da Aeronáutica Militar é interrompida em face da incapacidade assumida pelas autoridades inglesas de fornecer os *Spitfire I* entretanto encomendados por Portugal. À data da assinatura

³¹⁰ Aviões *De Havilland DH-84 Dragon* e *De Havilland DH-88 Comet*. Telo, António José, (2004), “Os Anos da NATO” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 421.

do acordo dos Açores existem em Portugal apenas 5 Esquadrilhas de caça (3 no continente e 2 nos Açores) mas a partir desse ano a renovação dos meios da Aeronáutica vai sofrer uma forte aceleração. Num curto espaço de tempo vão chegar ao País 60 *Hurricanes II*, 34 *Spitfire I*, 13 *Blenheim*, 8 *Lysander*, 6 *Martinet TT Mk I* e 6 *Oxford Mk I*.³¹¹ O salto qualitativo dos meios aéreos da Aeronáutica Militar é enorme e a força rapidamente cresce para as 13 Esquadrilhas.

Por altura da adesão de Portugal à NATO cerca de 90% dos meios aéreos que equipavam a Aeronáutica Militar (mais de 285 aviões) eram de fabrico inglês e o seu quadro de pessoal comportava cerca de 2000 homens dos quais 280 eram pilotos.³¹² Tem como principais missões a defesa aérea do território continental e insular e o apoio aéreo ao CEP dos Pirenéus. No início da década de 1950 a Aeronáutica do Exército dispõe de uma quantidade significativa de meios aéreos no entanto é notório o seu desfasamento em relação aos mais recentes desenvolvimentos ocorridos no campo da aviação militar. Quando em 1950 Portugal assume os primeiros compromissos militares com a Aliança muitas são as vezes que, dentro e fora da Aeronáutica do Exército, se pronunciam em favor da canalização dos apoios NATO para a criação de um ramo aeronáutico independente e unificado. Em agosto de 1950 na sequência de publicação de legislação que introduzia alterações na orgânica do Governo, é criado o Subsecretariado de Estado da Aeronáutica sem contudo ficar definida a sua efetiva implementação e constituição.³¹³ Esgrimidos argumentos a favor e contra a unificação das duas Aeronáuticas existentes, a Aeronáutica Militar acabará por ascender ao estatuto de ramo autónomo das Forças Armadas em 27 de maio de 1952.

ii. Organização geral das forças da nova Aeronáutica Militar

A partir de maio de 1952 a Aeronáutica Militar, na dependência do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, tem por missão a defesa do espaço aéreo da metrópole e dos territórios ultramarinos mas também a cooperação com as forças terrestres e navais. Para o

³¹¹ Telo, António José, (2004), “A Neutralidade Armada” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 433.

³¹² A lista de aviões é extensa: *Spitfires* (76), *Hurricanes II* (103), *T-6 Harvard* (26), *Douglas C-54* (2), *Lysander*, *Tiger Moth* (49), *Oxford* (4), *Anson* (9), *Junkers 52* (10), *Boeing B-17* (5), *Douglas C-47* (1) Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 259.

³¹³ Art.º 8º do Decreto-Lei n.º 37909. D.R. n.º 152, Série I de 1950-08-01.

efeito, disporia de forças aéreas vocacionadas para operações independentes e forças aéreas de cooperação.³¹⁴

A Lei n.º 2055 que promulga a organização geral da Aeronáutica Militar determina, em termos muito genéricos no seu Art.º 6.º, a divisão do território nacional da metrópole e províncias ultramarinas em *regiões aéreas* a definir em futuros diplomas legais. Assentando nos mesmos pressupostos que tinham presidido à divisão do território em regiões militares, a divisão do País em regiões aéreas visava facilitar as operações de recrutamento, instrução e mobilização de meios humanos para a Aeronáutica; a defesa aérea do território e, o exercício do comando superior das forças aéreas nas respetivas áreas e a execução das missões que lhes fossem atribuídas.

Para a execução de operações militares em território nacional ou para além das suas fronteiras seriam constituídas forças designadas de *forças aéreas em operações* com organização e objetivos definidos em função das missões que lhes viessem a ser atribuídas. Em função das circunstâncias e da configuração adotada, as forças aéreas podiam organizar-se em *Brigadas aéreas* (comandadas por generais de Brigada), *Grupos* (comandados por tenentes-coronéis), *Esquadras* (comandadas por majores) ou *Esquadrilhas* (comandadas por capitães). O Subsecretário de Estado da Aeronáutica exerce a sua ação por intermédio da Chefe do Estado-Maior das Forças Aéreas (CEMFA) que é a entidade militar responsável pela preparação e eficiência das forças aéreas.

Para além destas entidades, em tempo de paz a organização da força aérea previa a existência, em dependência direta do EMFA, de um *Comando-Geral das Forças Aéreas* que tinha sob a sua alçada as forças para operações independentes, as forças aéreas de cooperação e as unidades de instrução e escolas necessárias à preparação das forças.³¹⁵ As forças para operações independentes compreendiam unidades de caça, de deteção e controle, busca e salvamento, transporte e, eventualmente, de bombardeamento. As forças aéreas de cooperação englobavam unidades vocacionadas para a ação em proveito das forças terrestres e navais. As unidades e outras formações das forças aéreas estacionavam normalmente em *bases aéreas* (BA) mas também em aeródromos ou em campos de aviação improvisados conforme as circunstâncias.

Em 1956 o Decreto-Lei n.º 40949, onde pela primeira vez é utilizada a designação *Força Aérea*, vem promulgar um reajustamento dos serviços da Aeronáutica Militar que

³¹⁴ Podiam também ser organizadas forças aéreas nas colónias.

³¹⁵ Lei n.º 2055. D.R. n.º 117, Série I de 1952-05-27.

haveria de perdurar até meados da década de 1970.³¹⁶ Os ensinamentos adquiridos ao longo de quatro anos de vida do mais recente ramo das Forças Armadas aconselhavam a um reajustamento da organização estabelecida pela publicação do Decreto-Lei n.º 38.805.³¹⁷

Em termos de organização geral, a Força Aérea compreendia então o Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, os Serviços da Força Aérea e as regiões aéreas e respetivos comandos e unidades operacionais. O Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, que dirigia a administração, manutenção e preparação da Força Aérea, tinha sob a sua alçada o gabinete do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, o Estado-Maior da Força Aérea (EMFA), o Conselho Superior da Aeronáutica e a Comissão Técnica da Força Aérea. Os Serviços da Força Aérea asseguravam o estabelecimento e funcionamento dos sistemas de comunicações do Ramo; a segurança e controlo do tráfego aéreo e a manutenção dos meios pertencentes à FAP.³¹⁸ As regiões aéreas, mais concretamente os seus comandos, tinham a seu cargo a mobilização de meios e «organismos de interesse para a FAP»; a preparação da execução da defesa aérea do território nacional; a preparação das operações de cooperação com as forças terrestres e navais e, finalmente, a operação do serviço de transportes aéreos militares.

Dando continuidade às disposições previstas na Lei n.º 2055 relativas à criação de serviços e à divisão do território nacional, metropolitano e ultramarino em regiões militares, o Decreto-Lei n.º 40949 estipula, pela primeira vez, no seu art.º 50º a divisão do território nacional em três regiões aéreas. De acordo com o diploma, a 1ª região aérea fica sedeadada em Lisboa e engloba o território continental português, os arquipélagos dos Açores e da Madeira e Cabo Verde³¹⁹; a 2ª região tem o seu comando em Luanda e tem a seu cargo os territórios de Angola, Guiné e S. Tomé e Príncipe; a 3ª região tem sede em Lourenço Marques e abrange Moçambique, Índia portuguesa, Timor e Macau. Em caso de necessidade, estas regiões aéreas poderiam ser subdivididas em zonas aéreas em função das suas características geoestratégicas. Neste sentido, a 1ª região aérea ficava desde logo subdividida em 3 zonas aéreas distintas: Portugal continental e Madeira, Açores e Cabo Verde.

³¹⁶ Decreto-Lei n.º 40949. D.R. n.º 282, Série I de 1956-12-28.

³¹⁷ Decreto-Lei n.º 38805. D.R. n.º 143, Série I de 1952-06-28 – constitui o Subsecretariado Geral da Aeronáutica criado pelo art.º 8º do Decreto-Lei n.º 37909.

³¹⁸ Os serviços da FAP englobavam os serviços de comunicações e tráfego aéreo; de recrutamento e instrução; saúde; material; infra-estruturas; intendência e contabilidade.

³¹⁹ Em tempo de paz a 1ª região aérea compreendia, para além do Comando, o sistema de deteção, alerta e conduta da interceção de Portugal continental; as bases aéreas operacionais existentes no território continental e na Madeira; aeródromos-base e aeródromos de recurso localizados nos mesmos territórios; a zona aérea dos Açores e a zona Aérea de Cabo Verde

iii. Do recrutamento, instrução e serviço militar na Força Aérea

Como referido nas disposições gerais da Lei que promulgou o recrutamento para as forças aéreas³²⁰, aplicavam-se à Aeronáutica Militar, com as necessárias adaptações, as disposições da Lei do recrutamento e serviço militar de 1937.³²¹

A FAP não dispunha de organização própria para as operações de recrutamento dos indivíduos destinados ao serviço nas forças aéreas servindo-se para o efeito da organização implementada pelo Exército em cada região aérea. À FAP eram obrigatoriamente destinados todos os indivíduos apurados pelas Juntas de Recrutamento que fossem possuidores de qualquer certificado que os habilitasse a pilotar aviões bem como os contratados ou assalariados em empresas de aviação comercial ou de turismo, nacionais ou estrangeiras, ou ainda aqueles que trabalhassem em empresas ou indústrias ligadas ao material aeronáutico. Além destes indivíduos apurados pelas juntas de Recrutamento, o EME teria que de destinar, por sorteio, o número de mancebos suficiente para cobrir as necessidades dos quadros orgânicos de pessoal das forças aéreas.³²² Para o efeito, o Subsecretariado de Estado da Aeronáutica comunicava até ao dia 1 de Março de cada ano o total de mancebos a reservar para o serviço da força aérea.³²³

Nos termos da Lei que determinou a organização da Aeronáutica Militar (FAP), era nas unidades de infantaria ou de engenharia do Exército que as praças destinadas ao serviço geral da Aeronáutica recebiam a sua instrução pré-militar e a instrução geral militar. Terminada a instrução de recrutas, o Exército transferia para a Aeronáutica Militar os

³²⁰ Lei n.º 2056. D.R. n.º 122, Série I de 1952-06-02.

³²¹ Lei n.º 1961. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01.

³²² Deviam estar isentos de encargos de família e ter altura mínima de 1,58m. Em cada ano não podiam ser destinados à Aeronáutica Militar mais de 20% de analfabetos em relação ao contingente a incorporar.

³²³ A título de exemplo refira-se que a aeronáutica militar dispunha em 1950 de 261 pilotos sendo que 165 eram do quadro permanente e 96 milicianos. Dos pilotos existentes, apenas 80 estariam em condições de adaptar-se a aviões de propulsão a jato. Os Sargentos mecânicos eram 138 e os ajudantes de mecânicos (cabos) eram 221. Não existiam mecânicos de instrumentos de precisão, de armamento, de equipamentos rádio, de radares nem eletricistas especialistas. Em 1 de julho de 1950 só existia pessoal suficiente para guarnecer 4 esquadrilhas. Não se previa a entrada ao serviço de novos aparelhos. ADN/SGDN/6075/1/22.

efetivos necessários ao preenchimento dos quadros orgânicos de pessoal das unidades e formações das forças aéreas.³²⁴

A instrução militar, profissional e técnica do pessoal privativo da Aeronáutica Militar englobava dois tipos de preparação: a especificamente militar e a auxiliar. A primeira compreendia a instrução complementar das praças nas questões de serviço específicas da Aeronáutica bem como a instrução operacional e técnica dos oficiais, sargentos e especialistas dos QP e milicianos. Na preparação auxiliar estava incluída a instrução de especialidade e promoção das Praças; a instrução técnica e profissional dos especialistas das forças aéreas e a «a instrução literária e científica complementar destinada a facilitar o recrutamento e o aperfeiçoamento dos quadros». A instrução complementar das tropas disponíveis e licenciadas da Aeronáutica decorria anualmente nos períodos estipulados na Lei do recrutamento sendo para isso convocadas por classes para períodos de manobras e exercícios nas diferentes bases Aéreas do dispositivo da Aeronáutica Militar.

A instrução inicial dos quadros e especialistas da Aeronáutica era ministrada na Escola do Exército, Escola Naval e Escola Prática da Aeronáutica, para os oficiais da Aeronáutica; em cursos de oficiais e sargentos milicianos da Aeronáutica, para os oficiais e sargentos destinados ao quadro de complemento; em cursos de especialização ministrados nas Escolas Regimentais, para os sargentos e praças especialistas dos QP.

iv. Material

Segundo dados do Comando geral da Aeronáutica Militar, o início da década de 1950 a Aeronáutica Militar dispunha do seguinte material: 9 Esquadrilhas de aviação de caça equipadas com aparelhos *Hurricane II* (1 na BA1, 3 na BA3, 2 no GIAC) e *Spitfire V* (3 na BA2); uma Esquadrilha de reconhecimento equipada com aviões *Lysander* na BA2; uma Esquadrilha de aviões de bombardeamento *Junker's 86* (na BA2) impossibilitados de voar por falta de sobressalentes; uma Esquadrilha de transporte com 3 aviões *C-54*; uma Esquadrilha de busca e salvamento com 4 aviões *B-17* na BA4; 8 aviões de transporte *Junker's 52* na BA2 também afetados pela falta de sobressalentes. À exceção dos *B-17* e dos *C-54*, todos os aviões se encontravam obsoletos servindo apenas para instrução de voo e

³²⁴ A Lei permitia também que elementos pertencentes a outras Armas ou Serviços do Exército e Marinha pudessem voluntariar-se para prestarem serviço nos QP das forças aéreas.

treino de pilotos. Para a instrução de pilotos a aeronáutica militar dispunha de aparelhos *Tiger* (obsoleto), *Harvard*, *Oxford* e *Anson*.³²⁵

Em 1952 os alvos de crescimento estabelecidos para a FAP situam-se já nas 12 Esquadras escalonadas da seguinte forma: 1952 – 3 Esquadras (2 no continente, 1 nos Açores); 1953- 4 Esquadras (4 Esquadras de caças no continente, 1 nos Açores, 1 de cooperação com a Marinha, 2 de apoio tático); 1954 – 4 (1 cooperação com a Marinha, 2 de caça, 1 cooperação com o Exército). Em 1952 apenas uma Esquadra de *Republic F-84G* é ativada na Base Aérea da OTA e o segundo lote destes aviões apenas chega a Portugal em 1954. Em 1953 são criados os Transportes aéreos Militares que são equipados com aviões de vários tipos entre os quais se encontra o *C-54* e em 1954 a FAP recebe o seu primeiro helicóptero *Sikorsky UH-19A*. Para apoio específico às tropas pára-quedistas é estabelecida em Tancos uma Esquadra equipada com os 13 *Junkers 52*.

Até 1956 a Base Aérea do Montijo recebe 2 Esquadras de cooperação naval e luta A/S equipadas com aviões *PV-2 Harpoon*. Nos anos de 1956 a 1958, resultado do abate ao serviço destes caças noutras forças aéreas aliadas, são recebidos mais 75 aviões *F-84G* que vão constituir uma importante reserva de meios. Com destino à Base de Monte Real chegam em 1958 30 aviões *F86-F*. No total Portugal acabaria por receber 65 aviões deste tipo com os quais se constituiriam 2 Esquadras de apoio tático³²⁶

e. Do potencial militar da força armada portuguesa.

Como vimos, no final da década de 1950 as Forças Armadas portuguesas tinham já passado pela maior transformação organizativa e tecnológica da sua história e o seu potencial era significativamente superior ao existente em épocas anteriores. Pela primeira vez Portugal consegue dispor de uma força armada que ombreia em termos qualitativos com a grande maioria das congéneres da Europa ocidental.³²⁷

Num esforço financeiro descomunal do Estado, segundo os dados disponíveis na documentação oficial, entre 1953 e 1957 a despesa militar cresce 21,2% (cerca de 5,3% ao ano) num período em que o crescimento do PIB se situa nos 19,4% (4,2% em média por ano). De acordo com os dados enviados às autoridades da NATO por altura da revisão anual

³²⁵ ADN/SGDN/6075/1/18

³²⁶ Telo, António José, (2004), “Os Anos da NATO” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 457 *et seqs.*

³²⁷ *Idem*, pp. 496 *et seqs.*

de 1957, nesse ano as despesas militares tinham absorvido já mais de 22% das receitas gerais do estado.³²⁸ No total Portugal despendia por essa altura cerca de 56,330 milhões de escudos com as suas Forças Armadas.

Com financiamento abundante e abandonada em definitivo a preocupação com o perigo espanhol que durante tantos anos tinha condicionado o planeamento de defesa português e os exagerados planos de crescimento, as Forças Armadas portuguesas estavam agora em condições de poder participar na defesa da Europa, integradas na mais importante aliança militar alguma vez constituída no mundo ocidental.

Embora substancialmente mais evoluído, em 1959 o ramo terrestre das Forças Armadas tinha perdido protagonismo em face da prioridade dispensada às componentes aérea e naval. Por essa altura o Exército, que conseguira finalmente concluir o rearmamento que há longos anos ambicionava,³²⁹ estava equipado como nunca estivera e desenvolvera uma capacidade expedicionária que poucos anos antes teria sido impossível conceber, quanto mais concretizar. A força terrestre tinha agora proporções muito mais contidas do que as idealizadas em 1935: uma Divisão moderna e bem equipada para empenhamento na defesa da Europa, três Divisões para a defesa da Península Ibérica nos Pirenéus e também forças militares para a defesa territorial. Como um todo, as forças do Exército estavam aptas a desenvolver um leque alargado de missões que poderiam ir da atuação conjunta com outras forças aliadas além-fronteiras, defesa interna do território, defesa estática ou retardadora ou ainda, defesa das colónias.

Relativamente à Armada, o crescimento do potencial da componente naval das forças militares portuguesas inicia-se ainda em finais da Segunda Grande Guerra (1943) e opera-se não tanto em termos de quantidade de meios materiais ou humanos mas sim pela posição dianteira que assume na modernização da sua estrutura organizativa, estudo das novas táticas de combate naval e na adaptação às inovações tecnológicas surgidas no segundo pós guerra. Tarefa árdua se tivermos em conta que a política militar imposta por Santos Costa vai continuar a dispensar reduzida atenção ao apetrechamento da Armada sendo mesmo considerada um parceiro menor do esforço militar do País ao qual se pretendia apenas atribuir funções auxiliares e de apoio.³³⁰ Apesar das contrariedades, a renovação e o

³²⁸ ADN/SGDN/ 4215/9.

³²⁹ Em 1957 os níveis de equipamento para as forças terrestres tinham já sido alcançados. ADN/SGDN/4215/9.

³³⁰ Telo, António José, (2004), “Os Anos da NATO” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal, IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 450 *et seqs*.

fortalecimento das capacidades da Armada vai fazer o seu caminho lenta mas solidamente. Integrando-se como nenhum outro Ramo no «espírito NATO», na década de 1950 a Armada abandona rapidamente a excessiva atenção que durante anos tinha dispensado à criação de uma força direcionada exclusivamente para o combate às ameaças navais de superfície. Sem relutância, a Armada orienta o seu treino para a colaboração com outras forças navais aliadas e adquire uma efetiva capacidade de luta AS, de guerra de minas e de defesa dos portos nacionais. Dos Três Ramos das Forças Armadas, a Armada é a única a atingir, superando-os mesmo, os alvos de crescimento e operacionalidade estabelecidos pela NATO.

No que respeita ao terceiro, e mais recente, ramo da força armada portuguesa, em finais dos anos cinquenta a Força Aérea Portuguesa tinha alcançado uma estabilidade operacional invejável. Não obstante a sua recente organização, a FAP dispunha já de um assinalável poderio que se consubstanciava, sem esquecer as unidades territoriais, de formação e de apoio geral, em 4 Esquadras de aviões a jato vocacionadas para operações de caça e apoio tático das forças terrestres; dispunha de um embrionário sistema radar de vigilância do espaço aéreo e operava 2 Esquadras de luta AS e reconhecimento marítimo. As suas infraestruturas são modernas, bem estruturadas e exemplares sob o ponto de vista operacional em Cortegaça, Monte Real, Montijo e Lajes. Como escreve A. José Telo, em finais dos anos cinquenta a Força Aérea Portuguesa é uma força equilibrada, adaptada a missões de complexidade crescente e nível de operacionalidade equivalente às forças congéneres da Europa ocidental.³³¹

Num curto período de tempo as Forças Armadas portuguesas adquirem efetivamente um poderio nunca antes imaginado. No entanto, em finais da década de 1950 esse poderio é, em muitos aspetos, apenas teórico. Senão vejamos. Partindo do princípio legalmente estabelecido de que a prestação de serviço militar constituía obrigação para todos os homens aptos com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos, e numa tentativa de traçar um quadro geral do potencial militar português olhando aqui exclusivamente aos recursos humanos disponíveis para o esforço de defesa militar, Portugal conseguiria teoricamente dispor de 25 classes de cidadãos militarmente habilitados, organizados em 3 escalões que perfaziam um total em torno dos 660.000 homens (260.000 tropas ativas, 300.000 licenciados e 100.000 tropas territoriais). Em teoria assim seria mas, os dados constantes da documentação de arquivo consultada permitem constatar uma realidade bastante diferente da idealizada. A capacidade de mobilização imediata de meios humanos e materiais era muito

³³¹ *Idem*, pp. 460-461.

inferior ao apregoado apontando a documentação oficial várias circunstâncias condicionadoras da mobilização a curto prazo dos efetivos considerados necessários. Desde logo «(...) o relativo atraso cultural das populações e as exigências de espírito que a preparação dos graduados reclamavam (...)»³³² impediam a preparação dos quadros de complemento em numero suficiente para enquadramento das classes anualmente incorporadas para instrução militar. De acordo com a avaliação efetuada pelo gabinete do MDN, excluído o pessoal dos quadros permanentes, no início de 1952 estariam em vias de terminar a sua instrução geral militar cerca de 800 alunos oficiais e 1.700 alunos sargentos, quantidade ínfima se tivermos em conta os 9.000 oficiais e os 11.000 sargentos que as necessidades práticas de mobilização de 300.000 homens exigiriam.³³³ Em 1957 por exemplo, Portugal continuava a ter dificuldades para “levantar” rapidamente as unidades de apoio não orgânicas para a 3ª Divisão devido à falta de pessoal especializado e de quadros.

Por essa altura esperava-se ainda que o MDAP suprisse as lacunas existentes na AAA e urgia reorganizar a escola de formação de oficiais, intensificar a formação de especialistas e desenvolver a organização do Serviço de Material.³³⁴

Na Marinha existiam também défices persistentes em certas categorias de pessoal, em especial de técnicos navais qualificados já que era cada vez mais difícil retê-los ao serviço da Marinha devido à concorrência da indústria civil. No final dos anos cinquenta não estava a ser construído qualquer navio para a Marinha e os 5 contratorpedeiros da classe “Vouga” (entrados ao serviço entre 1933 e 1936) estavam próximo de ultrapassar os 25 anos de idade devendo por isso ser abatidos. As fragatas classe “Diogo Gomes” tinham idade avançada, tinham uma velocidade máxima relativamente reduzida (17,5 nós) e exigiam permanente manutenção e os avisos de 1º e 2ª classes em breve chegariam ao fim da vida útil. O contratorpedeiro “Douro” tinha as caldeiras em muito mau estado e não tinha qualquer possibilidade de modernização.³³⁵ Os 3 submarinos estavam também em fim de vida.

Na Força Aérea as vulnerabilidades não eram menores. Em virtude do elevado custo do material de voo, em 1957 Portugal não tinha qualquer possibilidade de constituir as reservas operacionais exigidas pela NATO pelo que se encontrava uma vez mais dependente

³³² ADN/1/33/135/6/17

³³³ *Idem, ibidem.*

³³⁴ ADN//SGDN/4215/9

³³⁵ ADN/SGDN/ 4215/7

dos fornecimentos do MDAP.³³⁶ Em 1958 existiam apenas 18 aviões *PV2* operacionais mas sua operacionalidade rapidamente iria decair prevendo-se que no ano seguinte apenas 8 daqueles aparelhos, «na melhor das hipóteses», estariam em condições de voar.³³⁷ OS *PV2* estavam por essa altura tecnologicamente ultrapassados e as autoridades nacionais esperavam, com a ajuda do MDAP, substituí-los por aviões *P2V* de maior autonomia e características operacionais superiores mas também muito mais difíceis de custear. Em face das dificuldades financeiras do País o Governo português propunha-se reduzir para 12 o número daqueles aparelhos «sem que desta ação resultasse uma diminuição da eficácia operacional».³³⁸ A aviação de caça passa também por dificuldades na obtenção de sobressalentes para aviões como os *F84G* que só voavam graças à disponibilidade de peças provenientes de aviões canibalizados ou obtidas junto de países que tinham abatido ao serviço este tipo de aviões.

Como se pode verificar pelos exemplos que acabamos de apontar, em caso de guerra na Europa a capacidade de intervenção militar portuguesa entraria rapidamente em colapso inviabilizando grande parte do planeamento de defesa que passamos a descrever nos capítulos seguintes deste trabalho.

³³⁶ ADN/SGDN/4219/5

³³⁷ ADN/SGDN/4215/7

³³⁸ ADN/SGDN/4219/5

Terceira parte

Capítulo V - A defesa militar de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial

A evolução em quatro fases dos planos de defesa desenvolvidos em resposta à conjuntura da Segunda Guerra Mundial está intimamente ligada à forma como, em três momentos distintos, se alterou em Portugal a partir da segunda metade da década de 1930 a perceção da ameaça, mas também à problemática do auxílio militar inglês.

O início da Guerra Civil de Espanha provoca a primeira grande alteração na forma como era percecionada a ameaça e marca o início da primeira fase dos planos de defesa nacionais. A falta de um inimigo claramente definido e a ausência de qualquer ameaça perceptível à soberania nacional tinha levado a que, no período entre guerras, pouca atenção tivesse sido dada às questões relacionadas com o planeamento da defesa militar do País.

Na primeira metade da década de 1930 todas as atenções se voltam para a consolidação do regime instituído considerando-se então que, mais do que qualquer ameaça externa, só a ação de *quintas columnas* podia comprometer a segurança e a estabilidade internas. A ameaça deixava de ser exclusivamente interna e era agora de carácter peninsular. O alarme é geral entre a população portuguesa que pressagia uma iminente invasão terrestre por forças militares espanholas e teme eventuais ações violentas dos exilados políticos portugueses estabelecidos no país vizinho. A ameaça espanhola provocava, assim, uma alteração radical da política militar portuguesa. A prioridade à defesa terrestre dita o fim do plano de rearmamento naval iniciado em começos da década de trinta³³⁹. Em 1936 têm início os trabalhos com vista à edificação de uma força armada que, em três fases sucessivas, haveria de chegar às 15 Divisões! Era necessário adquirir praticamente tudo: armamento ligeiro, artilharia de diversos tipos, os primeiros tanques ligeiros, fardamento, munições, etc..

Os primeiros planos de defesa desenvolvidos em resposta à ameaça espanhola surgem em 1938 na sequência de conversações militares luso-britânicas, marcadas desde o seu início por um sem número de incidentes e desconfianças. Preocupado com a defesa dos interesses nacionais Salazar tenta por todos os meios obter a garantia de auxílio militar britânico em caso de ataque espanhol a Portugal. Mas, o apoio à causa de Franco por parte de Portugal tinha levado a um esmorecimento das relações diplomáticas e comerciais entre os dois velhos aliados. A Inglaterra atrasa deliberadamente o fornecimento de armamento a Portugal e Salazar ordena a suspensão de todas as encomendas até então celebradas com fornecedores

³³⁹ Das duas fases inicialmente previstas no plano naval de 1930, apenas a primeira estava concluída.

ingleses. São tantos os entraves que Salazar decide enviar missões militares à Alemanha e Itália com o objetivo de aí adquirir o material necessário ao rearmamento português. Na imprensa inglesa surgem em pouco tempo as primeiras chamadas de atenção para o facto de Portugal estar a adquirir armamento alemão e italiano e o Presidente do Conselho logo trata de tirar proveito do alarme lançado pelos jornais ingleses. A pressão diplomática portuguesa intensifica-se e o *Foreign Office* é a cada passo lembrado da importância estratégica de algumas posições geográficas portuguesas, nomeadamente o triângulo Lisboa – Açores – Cabo Verde.³⁴⁰

A pressão portuguesa acaba por produzir os efeitos pretendidos no dia 20 de Fevereiro de 1938 com a chegada de uma *Missão Militar Britânica* (MMB) a Lisboa. As conversações luso-britânicas que se seguem servem para confirmar o que há muito se temia – Portugal não poderia ambicionar defender a totalidade do seu território metropolitano e a Inglaterra não poderia prestar qualquer tipo de apoio terrestre no início de uma guerra. As primeiras divergências entre Lisboa e Londres irão surgir quando a delegação portuguesa, pretendendo que a Inglaterra se envolva-se na discussão dos problemas militares de terra, mar e ar, conclui que os representantes britânicos revelavam uma maior inclinação para o estudo da defesa naval e aérea enquanto demonstravam um certo, senão total, desinteresse pelas questões da defesa terrestre portuguesa (exceção feita aos assuntos respeitantes à defesa das bases navais).

Do decurso das conversações, o chefe da missão militar britânica solicita por diversas vezes ao seu homólogo português que lhe sejam dados a conhecer os planos de defesa nacionais para assim se poder estudar a forma mais adequada da Grã-Bretanha participar na defesa de Portugal. Ora, à data das conversações luso-britânicas não existia ainda em Portugal qualquer plano de defesa oficialmente aprovado e os delegados portugueses, conscientes da lacuna existente, tratarão sempre de se afastar de respostas comprometedoras. Reagindo ao embaraço da situação Salazar acorda com o chefe da missão portuguesa, Brigadeiro Tasso de Miranda Cabral³⁴¹, e Santos Costa³⁴², a entrega de um esboço de plano de defesa, desprovido de qualquer valor oficial por não ter sido aprovado pelos organismos competentes. Cumprindo as diretrizes estabelecidas pelo ministro da Guerra, no curto espaço

³⁴⁰ Veja-se nossa Tese de Mestrado Rocha, Jorge Manuel Lima da Silva (2008), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores - Academia Militar.

³⁴¹ Que por essa altura era, para além de chefe da delegação portuguesa, subchefe do EME.

³⁴² Subsecretário da Guerra.

de um mês o Brigadeiro Miranda Cabral e o Comodoro Botelho de Sousa elaboram o designado esboço de *Plano Mínimo de Defesa do País* (PMDP) O PMDP previa a atuação conjunta de forças militares portuguesas e britânicas num cenário de invasão terrestre por forças espanholas. Assumindo a incapacidade de, com os meios existentes, defender a totalidade do território continental português, estabelece como prioritária a defesa de Lisboa mediante o pré posicionamento de forças ao longo de duas linhas defesa.³⁴³

O dispositivo de defesa idealizado pelos autores do Plano é imenso para a realidade portuguesa: 1 grande quartel-general do exército em campanha, 3 CE a 9 Divisões; 1 Batalhão de carros; 2 Regimentos de artilharia pesada; 2 Brigadas de cavalaria; 4 Regimentos de Cavalaria; 7 Batalhões de Caçadores e 3 Batalhões de metralhadoras pesadas. O poderio militar terrestre português estava reduzido por esta altura a 5 Divisões; 1 Batalhão de carros; 2 Regimentos de artilharia pesada; 2 Brigadas de cavalaria, 4 Regimentos de cavalaria; 10 Batalhões de caçadores e 3 Batalhões de metralhadoras. Existia por isso um défice de 4 Divisões que, na opinião de Miranda Cabral, poderiam ser obtidas mediante a mobilização de licenciados, após a aquisição ou a cedência pela Grã-Bretanha de todo o equipamento necessário á sua mobilização.³⁴⁴

Decorrido quase um ano de conversações, pouco se tinha alcançado e tudo permanecia mais ou menos como no início. O Estado-Maior britânico considerava que Portugal apenas podia contar com as unidades já existentes (5 Divisões) e com elas devia estabelecer o dispositivo de cobertura do território. Com tão poucos meios disponíveis afigurava-se-lhes impraticável a ideia de levar a cabo uma defesa avançada, tão ao gosto do chefe da delegação portuguesa (Miranda Cabral).

Decorriam ainda as conversações luso-britânicas de 1938 quando o Major-General do Exército Júlio Morais Sarmiento, envia ao Ministro da Guerra um ofício no qual chama a atenção para a necessidade do país se preparar para a guerra e os riscos que para a soberania nacional podiam advir do facto de Portugal não dispor de um plano de guerra. Reorganizado o Exército, clarificada a situação internacional de Portugal e caminhando-se para a definição do valor e alcance da Aliança Inglesa, parecia-lhe ser aquele o momento indicado para que se procedesse à elaboração de um plano de guerra ou mais corretamente, como ressalva Morais Sarmiento, um plano de defesa. Em tom austero afirma «Podemos dizer, supomos com absoluta verdade, que a falta deste documento tem sido a razão exclusiva da pouca

³⁴³ Idem. NA ADM 1/16990

³⁴⁴ Idem, Ibidem.

preparação militar em que nos encontramos (...)»³⁴⁵. Com alguma relutância o ministro da Guerra acabará por solicitar a Morais Sarmiento que lhe faça chegar um questionário onde constassem as questões relacionadas com a Defesa Nacional que precisava ver esclarecidas para a elaboração dos tão necessários planos de defesa. Sem desperdício de tempo, o Major-General do Exército coloca as suas questões mas não só. Indo mais além, não deixará também passar a oportunidade para, no mesmo documento e de forma indireta, criticar a forma como tinham sido elaborados os planos de defesa apresentados à Missão Militar Britânica (MMB), ou seja sem que tenham sido ouvidos os organismos competentes. O Major-General do Exército deixava finalmente perceber a verdadeira razão da sua iniciativa ao insurgir-se contra o excessivo protagonismo alcançado por Tasso de Miranda Cabral nas conversações com a MMB e o facto dos planos entregues às autoridades inglesas terem sido elaborados com base em estudos preexistentes do mesmo autor. Morais Sarmiento deixava perceber o incómodo causado pelo facto de, sendo o seu posicionamento hierárquico superior ao de Miranda Cabral e a ele lhe competir a supervisão das conversações com as autoridades britânicas, ter sido deixado completamente à margem quer das conversações quer da elaboração dos planos de defesa então apresentados. Estas críticas veladas não terão por certo sido do agrado do Ministro da Guerra. A resposta ao questionário do Major-General do Exército só irá surgir 3 meses depois sob a forma de *Projecto de Plano de Guerra português (Plano 38)* e onde uma vez mais estará presente a visão estratégica de Tasso de Miranda Cabral.³⁴⁶

Este plano é, como faz questão de salvaguardar o seu autor, um mero ensaio de “Plano de Guerra” que, dando resposta às questões colocadas pelo Major-General do Exército relativamente à defesa militar do País, procura explicitar em termos gerais alguns dos conceitos que o Governo pretendia fossem tidos em conta aquando da elaboração de um documento definitivo sobre a defesa nacional. O Plano trata da hipótese de guerra na Península Ibérica, dispensando especial atenção ao território metropolitano português. Em caso de guerra caberia ao Exército assegurar, no âmbito da sua “missão normal”, a manutenção da integridade do território e a soberania do Estado. A defesa poderia então ser feita de duas formas: posicionando as forças portuguesas num dispositivo defensivo destinado a garantir a posse de uma parcela do território nacional em concordância com a “missão mínima” do Exército ou então dispendo o grosso das forças de forma a cobrir a

³⁴⁵ ANTT /AOS/CLB/MMB-2

³⁴⁶ Idem, *ibidem*.

quase totalidade do território nacional (missão máxima). A opção do Governo é clara e, não deixando de considerar as duas hipóteses, opta pela segunda. As forças deveriam então ser dispostas em posições defensivas que cobrissem a maior parte do território nacional impedindo que o inimigo marchasse sobre as cidades de Lisboa e Porto. *O Plano 38* descreve, pela primeira vez, o auxílio militar que se esperava fosse prestado pelas forças britânicas: defesa das rotas marítimas; defesa de Portugal continental e das suas possessões ultramarinas a partir do mar e, envio de forças aéreas. De fora fica o apoio terrestre numa primeira fase da guerra.³⁴⁷

Cinco meses volvidos desde a apresentação por parte do governo do projeto de *Plano de Guerra para o País*, e na sequência da assinatura do Tratado de Amizade e Não-Agressão com Espanha em março de 1939, o Major-General do Exército volta a dirigir-se a Salazar desta vez para interrogar se a assinatura de tal Tratado acarretaria alterações no projeto de Plano de defesa português que se encontrava ainda no EME para estudo. Respondendo à questão de Morais Sarmiento o Presidente do Conselho insiste que o documento é apenas um projeto e, afirmando que o mesmo lhe tinha sido enviado para sua avaliação exclusiva não encontrando por isso razão para que tivesse sido enviado ao EME para estudo. O Plano não fora ainda aprovado pelo Conselho de Ministros pelo que se revelavam extemporâneos os estudos em curso no EME. Agastado e ponderando demoradamente os termos da sua resposta, Morais Sarmiento irá uma vez mais aproveitar a oportunidade para criticar as opções tomadas pelo Governo relativamente ao planeamento da defesa do País ao mesmo tempo que alerta para o risco causado pela constante ingerência da política na direção das operações militares³⁴⁸. O Major-General do Exército deixava bem clara a sua total discordância relativamente à opção estratégica de defesa integral do território nacional. Em sua opinião, era mais do que evidente que o Exército não estava dotado de suficientes meios humanos e materiais para garantir a defesa integral do país. A reorganização da força militar estava ainda no início e o reduzido número de Divisões então existentes inviabilizava qualquer lógica de defesa integral do país. Segundo Morais Sarmiento, o projeto de Miranda Cabral, apadrinhado por Salazar e Santos Costa, estava condenado ao fracasso.³⁴⁹

Como tivemos oportunidade de mencionar, os trabalhos das primeiras conversações luso-britânicas tinham chegado ao fim com resultados pouco significativos. A desconfiança e o equívoco tinham sido constantes e no final ficara a ideia de que, mais do que a defesa do

³⁴⁷ Idem, *ibidem*.

³⁴⁸ ANTT/AOS/CLB/MMB-2.

³⁴⁹ Idem, *ibidem*.

território português, à Grã-Bretanha apenas interessava garantir a salvaguarda dos seus próprios interesses.

Estava-se agora no 1º trimestre de 1939. O agravamento da situação europeia não passava, nem podia passar, despercebido ao Governo português. A probabilidade de eclosão em solo europeu de um conflito armado de grandes dimensões era agora muito elevada e as suas consequências imprevisíveis. A deterioração do ambiente de segurança europeu irá ditar que, no decorrer de contactos entre estados-maiores dos dois países, o Governo português abdique em definitivo dos objetivos de defesa avançados no projeto de *Plano de Guerra* de 1938 e solicite oficialmente ao Governo de Sua Majestade Britânica o envio de técnicos militares com vista ao estudo da modernização do dispositivo de defesa costeira para proteção de Lisboa e Setúbal. A escolha destas regiões não é aleatória e decorre das recomendações efetuadas pelas autoridades britânicas no final dos trabalhos da primeira MMB. Era impossível, com os meios então existentes, defender a totalidade do território continental português, devendo por isso empenhar-se todo o poderio militar do País na defesa de Lisboa e Setúbal.³⁵⁰ As autoridades britânicas respondem afirmativa e prontamente à solicitação de Lisboa e, sem colocarem qualquer condição, nomeiam para o efeito o Major-General F.W. Barron³⁵¹ (inspetor de defesas fixas) e o Comandante Vaughan (técnico do Almirantado britânico). A sua chegada a Lisboa tem lugar durante o mês de Fevereiro de 1939 e os estudos prolongar-se-ão até 24 de Junho, data em que apresentam o relatório que a partir de então passaria a ser designado de *Plano Barron*.³⁵²

O *Plano Barron* visa a defesa marítima/costeira e antiaérea dos estuários dos rios Tejo e Sado e é elaborado a partir da fixação de zonas vulneráveis nas regiões de Lisboa e Setúbal (cidade e instalações portuárias).

³⁵⁰ A vinda dos técnicos ingleses para o estudo da modernização do dispositivo defensivo daquelas duas regiões estratégicas constitui um revés para aqueles que, como Miranda Cabral e Santos Costa, preconizavam a defesa integral do território continental português.

³⁵¹ BARRON, Frederick Wilmot (1880-1963), Major General. Registo de serviço: Royal Artillery 1899; South African War 1899-1902; Gunnery Staff Course 1906-1907; Instructor in Gunnery 1909-1913; Staff College 1914; 1ª Guerra Mundial em França, Gallipoli, Mesopotamia e Pérsia 1914-1918; General Staff, War Office 1920-1924; Inspector of Fixed Defences, War Office 1934-1938; 2ª Guerra Mundial, 1939-1941- Inspector of Fixed Defences, General Headquarters Home Forces and War Office; reformado em 1941. Fonte: King's College London - Liddell Hart Centre for Military Archives

³⁵² NA ADM 1/10215

A defesa marítima de Lisboa seria organizada em 4 Grupos de defesa, 2 destinados ao contra bombardeamento (Grupos Norte e Sul - Baterias de Alcabideche, Parede, Raposa e Outão) e 2 Grupos para defesa próxima respetivamente do Tejo e do Sado (Grupos do Tejo e Setúbal - Baterias da Parede, Reduto Gomes Freire, Lage e Raposeira). Ficava completa com as Barragens contra lanchas torpedeiras, as zonas iluminadas, as Baterias de defesa das barragens e os projetores de descoberta³⁵³.

O dispositivo de defesa antiaérea pensado pelos autores do Plano contemplava a existência de pelo menos 9 zonas geográficas consideradas vitais para a sobrevivência da cidade Lisboa: o porto comercial; os cais e as docas que se estendem até Belém; os depósitos de combustíveis situados na Banática (Este da Trafaria); os ancoradouros situados a Sul e Sudeste da cidade; o Arsenal do Alfeite; a estação de caminho-de-ferro do Barreiro e as fábricas dessa localidade; a fábrica de explosivos de Vale de Milhaços; os paióis de munições e armamento situados na Serra de Monsanto e em Braço de Prata; o Centro de Aviação Naval então em construção a Oeste do Samouco (futura Base Aérea do Montijo); fábrica de munições de Barcarena e as estações de TSF³⁵⁴ situadas *a grandes distâncias de Lisboa*³⁵⁵.

O dispositivo proposto no Plano para a defesa marítima de Lisboa e Setúbal não merece, partindo dos pressupostos em que assentou a sua elaboração, reparos de maior das autoridades portuguesas. A defesa dos estuários do Tejo e Sado obtêm a maior concordância por parte do Conselho Superior do Exército (CSE) que propõe a aquisição das quantidades e tipos de equipamento propostos no Plano. No entanto, está longe de ser perfeito. Segundo o CSE, o estudo da defesa de Portugal não podia ser efetuado de forma parcelar já que podia conduzir a uma apreciação “defeituosa” do problema e à adoção de uma solução imperfeita e inútil³⁵⁶. Mais, o CSE considerava que a defesa de Lisboa devia ser estudada de forma mais aprofundada englobando as vertentes terra, mar e ar e, sempre como parte integrante de um

³⁵³ Um relatório das autoridades britânicas datado, de Agosto de 1939, considera adequados os meios propostos pelo general Barron para a defesa de Lisboa tendo em conta a escala de ataque vislumbrada. Apesar de tudo, o War Office considerava improvável que tal ataque viesse a ocorrer chegando o autor do texto a interrogar-se se o valor das instalações portuárias existentes em Lisboa justificaria tamanho investimento. NA - 1/10215.

³⁵⁴ Telegrafia Sem Fio.

³⁵⁵ Sem referir quais sendo provável que se referisse as estações TSF de Alcochete e Amadora. NA ADM 1/10215

³⁵⁶ «Em hipóteses mais gerais assentam os estudos feitos pelos artilheiros portugueses e por isso mesmo os seus projectos são mais completos do que o do General Barron» - AHM/FO 029/1/351.

plano geral de defesa do País. O parecer do CSE relativamente ao plano para a defesa antiaérea segue o mesmo rumo de crítica. Em causa está a forma demasiado simples e esquemática como tinha sido estudado o problema já que Barron apenas se tinha preocupado com a implementação de uma barragem aérea em torno da cidade, deixando de parte a necessidade de defender todo o espaço aéreo sobre Lisboa.³⁵⁷

Em resumo, e parafraseando o General Carlos Maria Pereira dos Santos «(...) O trabalho dos referidos peritos não é para desprezar em absoluto. O que há é que reduzi-lo às proporções que realmente tem: o de uma importante contribuição para o estudo da defesa de Lisboa».³⁵⁸

A segunda mudança na perceção da ameaça coincide com o momento da ocupação da França. As forças do Reich passam a estar perigosamente próximas dos Pirenéus e Salazar teme que uma precipitação dos acontecimentos coloque a Península Ibérica na rota dessas mesmas forças. Contrariando a lógica de raciocínio que seria de esperar numa altura em que o leque de ameaças se tinha diversificado, Salazar solicita à Majoria General do Exército que proceda à elaboração de um plano de guerra que considere a defesa terrestre do País na hipótese de uma guerra contra a Espanha! Procurando contrariar o mal-estar causado pela subalternização da Majoria General do Exército, o Governo inverte o rumo seguido quando da elaboração do Plano 38 e decide finalmente ouvir os órgãos a quem estava legalmente atribuída competência para a elaboração de tão importante documento.

O designado *Plano 40 – Plano de Guerra Português* é aprovado em dezembro de 1940 e define 3 tipos de missões passíveis de serem atribuídas às forças do Exército em caso de guerra na Península: missão máxima, missão mínima e missão de recurso. A hipótese da Espanha, pressionada pela Alemanha, poder vir a declarar guerra a Portugal não podia ser descartada devendo, por isso, considerar-se a Espanha como inimigo provável e sobre essa constatação fazer assentar o plano de guerra. As missões máxima e mínima são definidas nos mesmos moldes das consideradas no *Plano 38* ou seja a primeira contemplava a defesa avançada junto à raia e a segunda a defesa de uma faixa de território englobando certos pontos vitais. A novidade estava então na missão de recurso - defender o que fosse possível com os meios existentes³⁵⁹. O Governo, agarrando-se uma vez mais ao irrealismo dos seus planos, opta pela defesa integral do território nacional seguida da hipótese de defesa parcelar por «(...) serem aquelas [soluções] que poderiam permitir a reunião no tempo e no espaço de

³⁵⁷ AHM/FO 029/1/351

³⁵⁸ *Idem.*

³⁵⁹ ANTT/AOS/CLB/MMB-2, Pasta 1, Procº 3, fls. 507

todos os recursos do País e inclusivamente a chegada e desembarque de elementos de reforço vindos das ilhas adjacentes, das colónias (...)»³⁶⁰. Como chegariam esses reforços ao continente português é uma incógnita já que Portugal não dispunha de capacidades navais ou aéreas que permitissem uma operação de tamanha envergadura.

Sobre o *Plano 40* diria o Chefe do Estado-Maior do Exército, Miranda Cabral que apesar de ser louvável a intenção manifestada de disponibilizar 12 Divisões para a defesa do País ela «(...) não passava duma aspiração patriótica, absolutamente irrealizável (...)» e que com as 5 Divisões à data existentes seria impossível ocupar e defender a totalidade do território nacional restando por isso «(...) uma defesa fragmentada, inconsistente, sem eficiência alguma, não recomendável e sempre de condenar».³⁶¹ O Ministro da Marinha não era menos crítico nos comentários que envia ao Presidente do Conselho e escreve da seguinte forma «A preocupação com a fronteira terrestre desvia-nos do rumo atlântico, segundo o qual criámos o império e havemos de assegurar a sua existência».³⁶²

Decorriam ainda os trabalhos de elaboração do *Plano 40* quando Salazar, numa ação paralela despoletada pelo crescente temor de guerra na Península, desencadeia uma série de contactos diplomáticos secretos com os aliados britânicos para indagar do auxílio «(...) que nos poderia ser dado pela Inglaterra, quer imediatamente, quer no caso de se efectivar qualquer atentado contra a nossa soberania (...)».³⁶³ O Governo português, colocado perante a possibilidade de um ataque à soberania portuguesa por potência estrangeira, pretendia estar precavido contra todas as eventualidades sendo por isso importante saber se o EM britânico já tinha considerado tal possibilidade. O Governo inglês, concorda com as inquietudes manifestadas pelas autoridades portuguesas, e prontificava-se a receber em Inglaterra um oficial de EM que, de forma secreta, examinasse com os organismos militares ingleses a hipótese de Portugal vir a sofrer um ataque à sua soberania.

O inimigo era agora alemão e o EM britânico previa uma força invasora de 4 Divisões, atuando 2 a Norte do rio Tejo (1 Divisão mecanizada e 1 Divisão de infantaria apeada) e as outras 2 a Sul do referido rio (1 Divisão motorizada e 1 Divisão de infantaria apeada). Segundo os cálculos britânicos, sem a colaboração da Espanha, seria necessário cerca de 1 mês para que as forças terrestres inimigas chegassem da fronteira franco-espanhola a território português. O cenário era algo assustador mas, na ótica do EM britânico, seria

³⁶⁰ ANTT/AOS/CLB/MMB 2, fl. 570.

³⁶¹ AHM/FO 06/D/4/23 – 5.

³⁶² ANTT/AOS/CLB/MMB-3 Pasta III, fl.26.

³⁶³ ANTT/AOS/CLB/DNAI.

possível às forças militares portuguesas resistir, com os meios existentes, numa zona de defesa extrema em torno de Lisboa (que mais tarde viriam a definir como sendo as Linhas de Torres Vedras) sendo que a ocupação dessa mesma zona se devia processar logo que fosse desencadeado o ataque.

As autoridades britânicas sugeriam que se concentrasse o grosso da força numa linha de defesa imediata de Lisboa deixando a defesa do Porto e do Algarve a cargo de um mínimo de tropas locais. A defesa da totalidade do território continental estava definitivamente colocada de parte e caso a defesa parcelar proposta falhasse, não restaria outra alternativa que não fosse a transferir os órgãos de soberania para os Açores. A última hipótese equacionada no *Plano 40* representava agora a única tábua de salvação possível para a manutenção da soberania nacional. O Governo inglês comprometia-se pela primeira vez a prestar uma assistência militar efetiva que englobava o auxílio na transferência dos órgãos de soberania nacional para os Açores; o fornecimento das peças de AAA (9,4cm e 40mm) necessárias à defesa daquelas ilhas e assistência técnica na sua montagem; a cedência de alguns aviões torpedeiros; disponibilização do material destinado à defesa marítima local (redes, minas, barragens, etc.); ampliação dos aeródromos existentes.³⁶⁴

Este *Plano de colaboração britânica e portuguesa em caso de emergência* aprovado em Agosto de 1942 compreendia duas fases: A 1ª fase do Plano era da inteira responsabilidade do Governo português. Era necessário proceder a um significativo aumento da capacidade de defesa do arquipélago dos Açores bem como a uma acentuada melhoria das infraestruturas existentes. Além disso seria necessário constituir reservas alimentares, de combustíveis e de munições para 60 dias. O sucesso da 2ª fase do Plano estava dependente da completa execução das ações previstas na 1ª fase do plano. Teria início no dia em que o governo considerasse não estarem reunidas as condições necessárias à manutenção da neutralidade portuguesa e estimava-se serem necessários de 12 dias a 3 semanas para que a evacuação dos órgãos de soberania para os Açores pudesse ser levada a cabo com sucesso e nas melhores condições.

O Plano não sairá uma vez mais do papel e Salazar, desiludido, afirmará «(...) os delegados portugueses convidados para ajustarem com representantes militares britânicos um plano de colaboração entre Portugal e a Inglaterra para a evacuação que se tornasse necessária na hipótese de ataque ao território português continental, trouxeram de Londres um plano de medidas a tomar pelo Governo português nas ilhas adjacentes e em Cabo Verde

³⁶⁴ AHM/F15/7/290

com o objetivo de que estas não corram perigo em caso de ataque de forças alemãs e estejam preparadas para nelas atuarem forças navais e aéreas britânicas». ³⁶⁵

Estava-se agora 1943 e a percepção da ameaça iria modificar-se uma vez mais. A guerra prosseguia mas começava-se lentamente a perceber para que lado penderiam os pratos da balança. A evolução dos acontecimentos internacionais força o Governo português a tomar todas as medidas diplomáticas conducentes a uma aproximação ao bloco vencedor. Ao mesmo tempo, as autoridades britânicas tentam a todo o custo reatar as boas relações com o velho aliado tendo em vista, sobre tudo, a concessão de facilidades militares nos Açores. A reaproximação dos dois velhos aliados surge assim naturalmente e, logo no início de 1943, Portugal propõe a realização de conversações com o objetivo de rever os planos de evacuação aprovados em 1942. Decorrem em Londres a partir de Setembro de 1943 e culminam com a aprovação, já após a cedência de facilidades nos Açores, de um plano para a defesa do território continental português que viria a servir de referência aos planos de defesa do pós-guerra. ³⁶⁶

O Plano tinha como objetivo principal a criação das condições consideradas indispensáveis para a cooperação de forças portuguesas e britânicas na defesa de Portugal continental mas, como o chefe da delegação britânica deixa claro desde o início das negociações, não constituía qualquer compromisso oficial vinculativo. O documento apenas previa, partindo de um cenário prefixado pelas autoridades portuguesas, o tipo e calendarização de um eventual auxílio militar. Temia-se agora que a Espanha e/ou a Alemanha reagissem negativamente à presença de militares ingleses nos Açores. Portugueses e britânicos consideram pouco provável que tal reação viesse a verificar-se mas, precavendo qualquer ato menos refletido, havia que preparar o país para o pior e Portugal orientava mais uma vez as suas preocupações para a defesa terrestre do território continental.

Na ótica de Miranda Cabral ³⁶⁷, o inimigo atuaria inicialmente com uma força de 5 a 8 Divisões, precedidas ou acompanhadas de uma ou duas Grandes Unidades blindadas e de Cavalaria. Seguindo o mesmo raciocínio considerava que 4 a 5 Divisões seriam destinadas à ocupação de Lisboa enquanto as restantes avançariam seguindo o curso do rio Mondego. ³⁶⁸

O governo português mobilizaria para a defesa terrestre do território continental, além das 3 Divisões de infantaria existentes, todas as forças de Aeronáutica e de DTCA. A

³⁶⁵ ANTT/AOS/CLB/DNAI-2, fl. 62

³⁶⁶ AHM/F15/7/290

³⁶⁷ Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

³⁶⁸ AHM/F15/7/290/59

missão das forças portuguesas, fixada pelas autoridades britânicas, consistiria, inicialmente, em retardar o avanço das forças invasoras sobre a península de Setúbal, Lisboa, Porto e Coimbra³⁶⁹ ao mesmo tempo que garantia a posse dos principais portos (Porto, Lisboa e Setúbal) por forma a permitir o livre desembarque das forças militares britânicas que iriam, num segundo momento e com a cooperação das forças portuguesas, lançar a contraofensiva. Mais pormenorizadamente, a participação portuguesa no Plano passaria pela criação de 2 núcleos de defesa (Norte e Sul). A força do núcleo Norte, composta por 1 Batalhão de infantaria, 1 Grupo de artilharia de montanha e um Batalhão de metralhadoras, teria por missão impedir a invasão pela fronteira Norte. Resistindo inicialmente na zona da Guarda aguardaria o desembarque das forças britânicas (1 Brigada) após o que retiraria sobre o Porto. A força Sul seria constituída por 3 Divisões de infantaria concentradas da seguinte forma para a defesa de Lisboa: Divisão A, Pontes de Santarém – Setil; Divisão B, zona de Arraiolos – Évora -Montemor e, Divisão C, pontes de Belver - Abrantes. Como se pode verificar, uma Divisão estaria empenhada na proteção dos acessos à cidade de Setúbal (local de desembarque das forças britânicas) e as restantes duas na defesa das travessias sobre o rio Tejo.³⁷⁰

As forças navais portuguesas ficariam responsáveis pela defesa local dos portos nacionais, pela luta antissubmarina e desminagem das rotas de aproximação a esses mesmos portos. Teriam também a seu cargo a escolta e proteção dos navios mercantes portugueses, sendo auxiliadas nesta tarefa pela aviação naval que também estaria empenhada em patrulhas antissubmarino ao longo das costas portuguesas.

O auxílio militar inglês processar-se-ia da seguinte forma: em Z+16³⁷¹ seria enviado 1 Batalhão de infantaria, 1 Grupo de elementos destinados a preparar a chegada do grosso das forças britânicas e alguns sapadores mineiros que iriam reforçar os sapadores portugueses empenhados nas destruições destinadas a retardar o avanço das forças invasoras; em Z+29 chegariam a Portugal duas Brigadas destinadas à defesa de Lisboa e Porto e 1 regimento blindado (cerca de 50 carros de combate); em Z+46 seria a vez de chegarem as restantes unidades destinadas a completar o dispositivo de defesa – 1 corpo de exército a duas Divisões de infantaria (menos um Grupo de Brigada) e 1 Divisão blindada (menos 1

³⁶⁹ Seguindo esta ordem de prioridades

³⁷⁰ AHM/F15/7/290

³⁷¹ Dia Z – dia em que as autoridades inglesas aprovassem oficialmente a prestação de auxílio.
AHM/F26/13/336/241

regimento blindado)³⁷². O apoio aéreo previsto pelas autoridades britânicas contemplava a instalação de radares e centros de interceção em Lisboa e Porto; o envio de 2 Esquadrilhas de caça, 2 de bombardeiros, 1 de reconhecimento e 1 de caça noturna. O auxílio aéreo britânico passaria também pelo ataque aos centros vitais espanhóis a partir de diversos pontos situados na periferia peninsular em particular no Norte de África.³⁷³

À semelhança de conversações anteriores, os trabalhos de revisão dos planos de defesa portugueses chegam ao fim com resultados pouco favoráveis aos interesses portugueses. Nos moldes em que tinha sido redigido, o plano de cooperação militar anglo-português para a defesa de Portugal poucas hipóteses teria de vir a ser posto em prática. Tasso de Miranda Cabral, referindo-se ao trabalho dos representantes portugueses e à forma como a delegação britânica tinha conduzido as conversações, escreve:

«É evidente que, se mais não fizeram ou conseguiram, foi porque tiveram de lutar com um adversário profundamente agarrado à sua tradicional política de situações pouco precisas, vagas e por vezes nebulósicas, para que lhe seja sempre possível tomar, no momento crítico, a solução que melhor convier aos interesses da Inglaterra.»³⁷⁴

Como é sabido, os planos de defesa são documentos vitais para a consecução dos objetivos políticos e estratégicos dos Estados e foram-no claramente para o regime salazarista no conturbado período da II Guerra Mundial.

Uma leitura mais atenta dos documentos que acabamos de descrever permite constatar a existência de duas questões fulcrais em torno das quais se desenvolvem, a partir da segunda década de 1930, a política militar e o planeamento de defesa português.

Em primeiro lugar, nos anos que medeiam entre 1935 e 1943, as autoridades portuguesas revelam quase sempre uma estranha fixação na implementação de um dispositivo de defesa avançada da fronteira terrestre portuguesa e, conseqüentemente, na criação de uma força militar colossal que no máximo da sua força rondaria as quinze Divisões. À data do início da Segunda Grande Guerra tinham já sido gastas avultadas somas de dinheiro com o rearmamento do Exército no entanto, o ramo terrestre da força armada nacional estava ainda muito distante do poderio ambicionado por Salazar, Santos Costa e, de certa forma, Tasso de Miranda Cabral. Em 1940 apenas 3 Divisões tinham recebido o seu armamento ligeiro e as dificuldades de aquisição de armamento pesado de características

³⁷² AHM/F26/13/336/241

³⁷³ Idem, *ibidem*.

³⁷⁴ AHM/F15/7/290/62

modernas eram enormes. A ambição desmedida dos decisores portugueses é por diversas vezes notada pelas autoridades militares britânicas que, de forma mais realista, consideravam que as forças militares portuguesas dificilmente poderiam aspirar defender a totalidade do seu território continental.

O número de anos que nos separa dos acontecimentos então vividos possibilita já uma mais distanciada e clara apreciação das verdadeiras razões por trás do aparente desfasamento existente entre os objetivos estratégicos de defesa traçados pela cúpula decisora nacional e os planos realmente aprovados no período em apreço. Em nossa opinião, o desfasamento é efetivamente apenas aparente na medida em que todos os indícios apontam no sentido da continuidade de objetivos há muito tempo ponderados e estabelecidos: a sobrevivência e perpetuação do regime salazarista no pós-guerra.

A segunda questão que gostaríamos de realçar está relacionada com o auxílio militar britânico em caso de guerra. Reavivando os acontecimentos vividos durante as Guerras Peninsulares, o planeamento luso-britânico para a defesa militar de Portugal trás uma vez mais à superfície o receio de subordinação à estratégia britânica tendo em conta que a preservação da soberania nacional estava uma vez mais dependente da velha Aliança Inglesa. Salazar tenta a todo o custo evitar que a Grã-Bretanha se imiscua em demasia nas questões da defesa de Portugal temendo que esse envolvimento viesse a condicionar as ações e opções das autoridades portuguesas. A evolução dos acontecimentos acabará por, em nossa opinião, confirmar que os receios do Presidente do Conselho não eram totalmente infundados na medida em que, voluntária ou involuntariamente, Portugal ficará cada vez mais dependente do auxílio militar britânico. Os interesses estratégicos de Portugal e da Grã-Bretanha eram distintos e as conceções defendidas pelas autoridades britânicas potenciavam fundadas dúvidas relativamente às verdadeiras intenções dos velhos aliados.

A questão do auxílio militar britânico a Portugal em caso de agressão externa domina, assim, parte significativa do planeamento militar luso-britânico. Portugal pretende uma definição concreta desse auxílio mas a Grã-Bretanha não pretende comprometer-se em demasia. Será logo a partir das primeiras conversações militares luso-britânicas (1938) que se perceberá que não existia qualquer intenção da Grã-Bretanha vir a envolver-se num conflito terrestre cujos resultados seriam de duvidoso interesse para as aspirações britânicas. A ideia de que à Grã-Bretanha apenas interessava salvaguardar os seus próprios interesses ganha terreno entre aqueles que, como Tasso de Miranda Cabral, não escondiam o seu desagrado pela excessiva dependência da assistência britânica. As autoridades britânicas

apenas estavam interessadas na segurança que as costas portuguesas podiam conferir às principais rotas marítimas do Atlântico e às ligações a Gibraltar e ao Mediterrâneo. Contrariando aquelas que eram, megalómanas ou não, as concepções de defesa dos organismos militares portugueses, a Grã-Bretanha tratará sempre de colocar a tônica na defesa de Lisboa e dos Açores. Receava-se abertamente que a Grã-Bretanha apenas estivesse interessada em servir-se do território português para defender os seus interesses sem salvaguardar os de Portugal no entanto, as autoridades portuguesas revelarão ao longo de todo o processo de planeamento uma estranha aceitação passiva das concepções estratégicas britânicas. Assumia-se que o interesse da Grã-Bretanha se resumia à obtenção de facilidades de diverso tipo em território português havendo que tirar o maior benefício possível da situação.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que, efetivamente, a defesa militar de Portugal nos complexos anos da Segunda Guerra Mundial dificilmente poderia ter ido mais além do patamar das aspirações patrióticas dos decisores políticos e militares de então. Com escassos meios militares próprios e sem garantias de auxílio externo, a defesa militar do território continental português teria sido meramente simbólica.

Capítulo VI – O Planeamento de defesa do pós-guerra

1. As “novas velhas” ameaças

Tivemos já oportunidade de tecer algumas considerações relativamente ao conceito de segurança, parte integrante dos chamados interesses nacionais de qualquer Estado, bem como ao facto de ela constituir, desde tempos imemoriais, uma necessidade primária e uma preocupação dos indivíduos e das sociedades. Em termos genéricos, a segurança importa à sobrevivência da unidade política pelo que constitui prioridade primária de todo o Estado preocupado com a sua existência, com a fruição dos seus direitos e com a proteção dos seus interesses. Vimos também que existe uma conexão direta entre os conceitos de segurança e defesa e que esta está intimamente ligada à necessidade de proteção contra ameaças de diverso tipo passíveis de colocar em risco os indivíduos, as coletividades, os seus interesses e as suas instituições.

Pode considerar-se ameaça todo o acontecimento ou ação, em curso ou previsível, que possa contrariar a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos materiais ou morais³⁷⁵. Se observarmos as definições de ameaça constantes dos dicionários de língua portuguesa facilmente poderemos constatar que todas elas apontam no sentido da antevisão de um acontecimento danoso. Mas danoso para quem? Para o indivíduo isolado ou para os grupos sociais ou políticos? E, quais são os agentes causadores desse dano?³⁷⁶

Uma ameaça é, como escreve Cabral Couto, «(...) o produto de uma possibilidade por uma intenção que exige uma adequada avaliação e caracterização por forma a determinar a sua natureza, grandeza ou intensidade, incidência, probabilidade, durabilidade ou permanência e periculosidade» Por derivar da apreciação de dados materiais e objetivos, a determinação das possibilidades é feita com relativa facilidade e solidez. Já a avaliação das intenções exige um estudo mais apurado e incisivo dos interesses, padrões de comportamento e prismas de valores dos decisores.³⁷⁷

Como se pode verificar, a definição do inimigo; a correta identificação do seu quadro de ameaças e a ponderação de eventuais efeitos derivados do seu sistema de alianças constituem

³⁷⁵ Couto, Abel Cabral, (1987), *Elementos de Estratégia*, I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.

³⁷⁶ Lucena, José, (1985), “Caracterização e Tipologia das Ameaças”, *Nação e Defesa*, (33), pp. 103-120.

³⁷⁷ Couto, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, Vol. I, (1987), Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.

um campo de grande indeterminação avaliativa e decisória. A existência de tão acentuado grau de incerteza impõe, por isso, um empenhamento ininterrupto na interpretação das tendências conjunturais internas e externas e um esforço constante de planeamento com vista à superação das contingências daí derivadas. A fixação das ameaças deve, portanto, ser efetuada garantindo, por um lado alguma margem de flexibilidade no que diz respeito à avaliação dos perigos domésticos e externos potencialmente lesivos dos interesses do Estado e, por outro lado, a existência de mecanismos de resposta rapidamente mobilizáveis para lhes fazer frente.

Como deixou escrito o Comandante Virgílio de Carvalho, o país que pretenda avaliar com segurança as ameaças condicionadoras da sua política de defesa, pode fazê-lo mantendo uma relação atualizada dos seus pontos fracos ou vulnerabilidades, bem como uma estimativa dos conflitos que podem levar países, isolados ou em aliança, e outros agentes externos e internos, a explorar essas vulnerabilidades³⁷⁸. E assim se fez, de algum modo em Portugal nos anos finais de década de 1940 e nos anos cinquenta.

Como se viu, a ameaça diz respeito a relações de conflito entre Estados mas também a situações do mesmo tipo surgidas no seio desses mesmos Estados, nos grupos sociais ou políticos que dele fazem parte.³⁷⁹ Estas duas possibilidades são perfeitamente entendidas por Salazar como fica patente nos seus discursos. Declarava o Presidente do Conselho em 28 de abril de 1948: «Acabada a Guerra, uma grande e poderosa nação continuou a aumentar e a consolidar a sua força e afirmou, com a presença ou a ameaça desta força, um pensamento que podia até certo momento ser considerado de prevenção e reforço da sua segurança, mas, para além dele, só pode conceber-se como tendência imperialista e de clara hegemonia. Refiro-me à Rússia.»³⁸⁰ Mais adiante, no mesmo discurso afirmaria: «Sabe-se que [a Rússia] utiliza todos os fermentos de indisciplina e rebelião contra as sociedades organizadas em bases diversas das suas e fora das suas fronteiras tudo faz para dividir e enfraquecer as nações.»³⁸¹

A sociedade portuguesa de então, onde contrariamente aos discursos oficiais avulta a insatisfação e se acentua a divisão, está mais do que nunca exposta a múltiplas influências

³⁷⁸ Carvalho, Virgílio de, (1978), “Reflexões sobre Política de Defesa Nacional e Poder Militar”, *Nação e Defesa* (4), pp. 97 *et seqs.*

³⁷⁹ Lucena, José, (1985), “Caracterização e Tipologia das Ameaças”, *Nação e Defesa*, (33), pp. 107.

³⁸⁰ Salazar, António de Oliveira, (1959), *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, IV, pp. 327.

³⁸¹ *Idem*, pp. 335.

externas que despertam temores, tantas vezes infundados, junto das autoridades nacionais e que acabam por repercutir-se na política interna do País em geral e na política de defesa e militar em particular. As ameaças percecionadas em Portugal nos primeiros anos da Guerra Fria são de natureza ideológica e militar, semelhantes portanto às de épocas anteriores, apenas variando alguns dos agentes envolvidos, a qualidade e o detalhe das avaliações efetuadas. A novidade reside no facto daquelas ameaças terem uma origem comum – a União Soviética.

a. O inimigo interno

Tendo em conta que muitos dos problemas sociais, políticos, económicos e militares sentidos em Portugal se tinham mantido latentes ao longo das décadas anteriores, não será de estranhar que nos primeiros anos do segundo pós-guerra as autoridades portuguesas tivessem perfeita noção dos diversos tipos de vulnerabilidades existentes no País. Mas não são apenas as vulnerabilidades que se repetem. Também as ameaças percecionadas apresentarão alguma continuidade em relação ao passado só que, desta feita, com um realismo acrescido ditado pelo rumo dos acontecimentos internacionais.

Os anos que se seguem ao fim do conflito são de apreensão e cautela para as autoridades portuguesas. Demonstrando uma deficiente assimilação da nova realidade mundial e receio pelo futuro do regime instituído, as autoridades portuguesas por toda a parte vislumbram perigos. Temem a falta de oposição militar credível às forças russas instaladas em pleno centro da Europa; o surpreendente incremento do poder dos EUA; a proliferação por toda a Europa de regimes maioritariamente comunistas mas também, regimes democráticos e pluralistas; o abandono dos valores tradicionais e a crescente animosidade para com as potências coloniais e a proliferação dos movimentos de autonomia. Mas teme-se sobretudo, e uma vez mais, o inimigo interno.

Como é sabido, a URSS tinha promovido durante a II Guerra Mundial uma política de apoio declarado às forças políticas que, em diversos países, defendiam os mesmos ideais políticos e ideológicos. Minando o tecido político e militar dos seus países, aquelas forças políticas acabariam por apoderar-se facilmente do poder criando o cenário ideal para o alargamento da esfera de influência de Moscovo.

Terminada a Segunda Guerra Mundial a potência de Leste, seguindo a mesma estratégia e métodos de atuação similares, tudo fará para promover as mesmas condições nos países que ainda estavam fora daquela influência, em especial os ocidentais. Por isso, a

simples existência naqueles países de partidos ou correntes de opinião simpatizantes da política seguida pelo Bloco de Leste, constituía, mesmo em tempo de paz, uma ameaça contra a sua integridade e segurança. Em caso de conflito entre o Bloco Oriental e o Bloco Ocidental todos os cenários eram possíveis não sendo por isso de descartar a possibilidade daqueles partidos, eventualmente reforçados por elementos vindos do exterior, desenvolverem as suas ações de forma a procurar reduzir a capacidade de defesa dos respetivos países. Assim, cientes duma realidade que o rumo dos acontecimentos internacionais parecia confirmar, as autoridades militares portuguesas não poderiam, sem consequências, descurar o estudo do «fator inimigo». Esse estudo será exemplarmente elaborado em setembro de 1951 pelo mais importante órgão militar de estudo e planeamento à data existente – a 2ª repartição do Estado-Maior do Exército.³⁸²

Em caso de conflito entre o Bloco de Leste (BL) e o Bloco Ocidental (BO), Portugal fazendo parte deste último, não poderia deixar de considerar desde o início das hostilidades a ameaça de um inimigo interno, que em termos genéricos, poderia ser constituído por dois tipos de agentes: 1) Elementos civis - agentes perturbadores e sabotadores, preparados e dirigidos pelo Bloco de Leste (originários de países pertencentes a este último, ou mesmo dos próprios países ocidentais), simpatizantes da política do BL, naturais dos países ocidentais e neles habitando (5ªs colunas), organizados e acionados, ou não, pelo BL; 2) Forças militarmente organizadas (paraquedistas ou aerotransportadas) atuando em possível ligação com os elementos anteriores.

Segundo os autores do estudo, a ação do inimigo assim definido far-se-ia sentir quer no campo político, quer no económico e militar. Atuando em diversas frentes, o inimigo, procuraria por todos os meios ao seu alcance modificar a situação política e destruir o tecido económico nacional de forma a reduzir o potencial das forças armadas. O estudo tinha por isso sido orientado no sentido de serem determinadas a natureza e possibilidades desse inimigo em relação às forças combatentes nacionais, no território metropolitano e no início das hostilidades, já que a análise da sua ação nos outros campos considerados teria obrigatoriamente de contar com o contributo de outras e mais competentes entidades.

De forma a determinar a natureza e possibilidades do inimigo interno, foram analisadas, e objetivadas em relação ao meio geofísico e social português, pelos elementos

³⁸² PT/AHM/FO 032/1/398/3

da 2ª REP do EME: a natureza dos seus elementos constitutivos; a sua preparação (física, moral e técnica); a sua organização e táticas de atuação.³⁸³

De todos os agentes considerados na definição do inimigo interno o trabalho desenvolvido pela 2ª REP. do EME dispensa especial atenção à ameaça representada pelas 5ªs colunas e considera os restantes seus subsidiários. No início de um conflito «os agentes externos limitariam a sua ação à de clássicos espíões, comuns a todas as guerras» e o lançamento de tropas paraquedistas ou aerotransportadas, pela distância a que se encontravam as possíveis bases de partida dessas forças relativamente ao território português, revelava-se uma hipótese bastante remota. Resumidamente, havia que considerar em Portugal desde o tempo de paz, a ameaça dum «inimigo interno» constituído pelo Partido Comunista (PC) e seus simpatizantes, apoiados pela URSS e reforçados por elementos preparados por esta potência. No início dum conflito entre o BL e o BO o perigo para a segurança interna podia advir, por ordem de importância, da atuação de 5ªs colunas (formadas essencialmente por elementos comunistas), da ação de agentes externos ou, ainda, do lançamento de forças paraquedistas e aerotransportadas.

i. As 5ªs Colunas

Conforme considerado no estudo das potencialidades do «inimigo interno», era dado assente que, em Portugal, as 5ªs colunas teriam o seu núcleo principal organizado em torno de elementos pertencentes ao partido sob influência da política de Leste (PC), seus simpatizantes e outros elementos, pertencentes ou não a outros partidos ou correntes políticas, que de alguma forma, se encontrassem em posição de desacordo com a direção política nacional.

O operariado rural e fabril, o campesinato proletário, os intelectuais, profissionais liberais, empregados do comércio constituem por essa altura as principais fontes de recrutamento do PC. Em Lisboa, era na construção naval, na Carris, entre os ferroviários e os tipógrafos que aquele partido reunia maior número de simpatizantes. Em regiões onde existia predomínio de certo tipo de indústria as infiltrações de elementos pertencentes ao PC e as ações organizadas de recrutamento assumiam proporções significativamente mais elevadas. Assim sucedia na indústria vidreira da Marinha Grande, nos centros mineiros dispersos pelo país e na indústria de chapelaria de S. João da Madeira. De acordo com a avaliação efetuada, apesar da influência exercida sobre os militares do quadro de complemento provenientes na

³⁸³ *Idem*, pp. 4

sua maioria dos meios intelectuais, até então, só o Exército tinha conseguido resistir à infiltração comunista. Segundo os autores do estudo, as reduzidas forças oposicionistas então existentes eram ideologicamente contrárias ao comunismo, «(...) exceto talvez uma pequena parte que constitui[a] a ala esquerda da corrente socialista, a qual não teria relutância em se aliar com o PC na luta política para a conquista do poder».³⁸⁴

Referindo-se à influência ideológica das doutrinas comunistas, os autores do estudo reconhecem que os partidos sob influência dos ideais comunistas dispõem de uma doutrina ideológica que defende e apoia a luta de classes e exerce grande poder de atração sobre as massas populares.³⁸⁵ Em Portugal, a influência destas doutrinas era mais perceptível nas regiões industriais de Lisboa, Barreiro, Setúbal, no Ribatejo, Marinha Grande, Covilhã, S. João da Madeira, Viana do Castelo, Guimarães e Olhão; nos centros mineiros existentes em Aljustrel, Rio Tinto e S. Domingos; nas regiões rurais onde predominava a grande propriedade, como no Alentejo (em especial Portalegre) e; no meio estudantil das três principais cidades universitárias do País.

De acordo com o estudo, as tradições e o caráter das populações explicavam, em parte, a facilidade ou dificuldade de infiltração das doutrinas comunistas e, conseqüentemente, a possibilidade de organização das 5^{as} colunas. Contrariamente aos restantes povos latinos, reconhecidamente individualistas, aventureiros e com largas tradições de lutas internas, o povo português era fundamentalmente ordeiro e trabalhador. Porém, não dispunha de larga educação política, era instável, e tinha uma consciência cívica fraca. Religioso, facilmente sugestionável e apaixonado, as falsas notícias ou informações facilmente exerceriam uma ação nefasta na sua conduta. As características socioculturais pareciam assim predispor o povo português para atividades de caráter conspiratório.

Em Portugal o PCP seguia fielmente a linha política do comunismo internacional, contudo, as ligações com os partidos estrangeiros congêneres apresentavam algumas dificuldades. De acordo com as fontes usadas para a elaboração do estudo, uma grande parte dos fundos que o PCP necessitava para as suas atividades normais, provinha de fontes de

³⁸⁴ Idem

³⁸⁵ «Como também a doutrina seguida inclui o princípio de que todos os meios são bons desde que levem a atingir os objetivos escolhidos, vemos quão longe, na prática, se pode ser levado pela elasticidade deste conceito. É então possível admitir a traição contra o seu próprio País, pondo os interesses do partido e indiretamente os da URSS, acima de tudo. Uma obediência absoluta e uma tenaz determinação são, assim, as características fundamentais da doutrina comunista.» PT/AHM/FO 032/1/398/3.

receita interna e era bastante substancial já que, por exemplo, em 1950 tinha atingido a verba de 930.000 escudos. Além desta fonte interna de financiamento, o PC receberia também auxílio monetário externo, principalmente nos períodos eleitorais. No que respeita ao eventual fornecimento externo de material de guerra destinado às operações clandestinas do PC, poucas informações ou evidências existiam quanto à sua periodicidade e volume.

Os elementos pertencentes ao PC dividiam-se em três categorias: funcionários (cerca de 50); militantes (cerca de 14.000) e simpatizantes (cerca de 28.000). Os funcionários viviam na sua maioria na clandestinidade dedicando-se unicamente às tarefas partidárias; tinham casa cedida pelo partido que lhes pagava também um ordenado e o abono de família caso tivessem filhos.³⁸⁶ Os militantes viviam da sua profissão, trabalhavam nas organizações paralelas, aceitavam a linha política do Partido e pagavam cotas. Os simpatizantes estavam ligados às células base onde eram doutrinados antes de poderem ser considerados militantes do Partido.

Em termos territoriais, o país estaria dividido em 15 setores agrupados em 3 zonas (Norte, Centro e Sul) onde se estimava existirem a seguinte quantidade de militantes: Algarve (750-1000); Baixo Alentejo (1000-1500); Alentejo Litoral (500-750); Alentejo (1000-1500); Margem Sul do Tejo (Seixal e Barreiro) (+ de 1500); Lisboa (+ de 1500); Arredores de Lisboa (+ de 1500); Oeste (750-1000); Ribatejo (+ de 1500); Centro (região de Coimbra) (250-500); Beiras (500-750); Beira Litoral (250-500); Porto (cidade) (750-1000); Minho (1000-1500); Trás-os-Montes (500-750).

O PCP era dirigido pelo «Comité Central» composto por um «Secretariado» e por uma «Direção». A «Direção» tinha 9 membros efetivos e 6 suplentes. Nos setores existiam, em teoria, «Comités» de tipo regional e local e em cada um deles «Células» que eram constituídas por núcleos de partidários não superiores a cinco elementos. Lisboa e Porto tinham «Comités» diferenciados dos restantes e subdividiam-se em zonas.

Segundo as mesmas fontes, a ligação às massas e o seu doutrinamento fazia-se através de comités de fábricas e empresas, a pretexto de atividades reivindicativas ou «lutas políticas parciais». Empenhando-se afincadamente nesse tipo de atividades, os elementos do PCP procuravam incutir nas massas confiança na sua ação, atrai-las para a sua esfera de influência, agrupa-las em torno de células base para, posteriormente, as treinar na luta política. No Alentejo, onde as crises eram frequentes, o comunismo encontrava também

³⁸⁶ «Na província dispõem de uma bicicleta. Cada um tem um bilhete de identidade falso e andam sempre armados» AHM/FO 032/1/398/3, pp. 19.

condições ideais para essas «lutas políticas parciais». Os alvos principais do PCP eram os sindicatos, as associações desportivas, recreativas e os agrupamentos juvenis (associações de escuteiros incluídas).

Sujeito a apertada vigilância e repressão, o PCP contava com organizações paralelas para a difusão dos seus ideais sendo as principais o Movimento de Unidade Democrática Juvenil; o Movimento Nacional Democrático e Organização Nacional dos Partidários da PAZ.³⁸⁷ O primeiro desenvolvia intensa atividade junto da juventude operária e estudantil das universidades e das escolas técnicas. O segundo apenas atuava no Porto e em Setúbal e o terceiro, que apenas tinha constituído um Conselho Nacional (Lisboa), era palco de acesas lutas internas.

Tanto quanto tinha sido apurado, a preparação das quintas colunas incidia em especial na manipulação de explosivos, no uso de armas e na utilização de meios rádio. Nesse sentido, o aparelho do PC soviético procedia à elaboração de regulamentos e instruções dos quais constam indicações para a realização de reconhecimentos; ataques surpresa a cidades, descarrilamento e ataque nos caminhos-de-ferro, emboscadas e destruição de comboios automóveis; etc.. A URSS fornecia também agentes instrutores; organizava escolas e centros de treino em território russo ou de países satélites, ou simpatizantes, próximas das zonas de ação dos elementos como por exemplo «centros de instrução na Jugoslávia em relação à Grécia, de Vladivostok em relação à Coreia, e de Toulouse e outras cidades do Sul de França em relação à Espanha».

As autoridades portuguesas não tinham conhecimento de qualquer agente estrangeiro que tivesse vindo a Portugal para estabelecer contacto direto com o PC. No entanto, tal não significava que os numerosos estrangeiros que iam sendo presos e postos na fronteira como indesejáveis, não tivessem entrado no País com intenções partidárias e subversivas.

Como se pode verificar, a quantidade e minúcia da informação avançada neste estudo revela uma real preocupação com o «inimigo interno» e uma desenvolvida capacidade de pesquisa de informação. Para as autoridades nacionais a ameaça do comunismo em geral e do inimigo interno (5^{as} colunas) em particular era muito mais do que uma mera equação teórica. O Partido Comunista Português parecia contar internamente com um número significativo de partidários. No entanto, a nível externo parecia gozar de fraca reputação. Ao que tudo indicava o *Cominform* não teria grande confiança na habilidade conspirativa do

³⁸⁷ Também as associações académicas, a Casa dos Estudantes do Império, etc..

PCP e evitava mesmo os contactos diretos com a estrutura do partido, com claro benefício para a segurança interna do País.³⁸⁸

b. A ameaça militar soviética

À medida que as relações Leste-Oeste mergulhavam na Guerra Fria nos anos que se seguem à II Guerra Mundial, os Aliados, com os EUA à cabeça, aceitaram como certa a possibilidade da URSS, detentora de uma massiva capacidade bélica, poder vir a invadir com sucesso a Europa ocidental.

A URSS era considerada então uma potência com intuítos expansionistas que procurava por todos os meios ao seu alcance disseminar a sua ideologia de forma a minar a influência exercida pela Grã-Bretanha e pelos EUA na Europa central, países bálticos, nos Balcãs e Médio Oriente.³⁸⁹ Em finais da década de 1940 estimava-se que o primeiro embate das forças soviéticas se faria sentir no Médio Oriente já que nessa região do globo, para além do petróleo, se localizavam alguns interesses vitais da Grã-Bretanha. Em simultâneo, a URSS procuraria neutralizar todas as zonas que pudessem para servir de base para o lançamento de ataques contra o seu território; ocupar o Reino Unido e, expandir e consolidar a sua posição na China, Manchúria e Coreia.³⁹⁰

De acordo com as estimativas efetuadas pelas autoridades militares norte-americanas, a URSS conseguiria, em caso de guerra, ocupar em seis meses toda a Europa Ocidental. Só a Inglaterra, as ilhas atlânticas e as ilhas do Mediterrâneo escapavam ao avanço inicial das forças soviéticas. À luz das informações disponíveis, julgava-se ser possível à URSS dispor de mais de 4 milhões de homens em armas para alimentar um imenso exército de 175 Divisões, 104 das quais destinadas a eventuais ofensivas contra a Europa Ocidental³⁹¹. Para fazer frente à ameaça militar soviética o mundo ocidental só poderia mobilizar cerca de 12

³⁸⁸ Segundo os autores do estudo, poucos anos antes o PCP tinha proposto ao PC francês a ida de alguns dos seus elementos a França para frequentarem as escolas do partido aí existentes mas o assunto não teria avançado pelas mesmas razões. Sabia-se no entanto que alguns chefes do PCP teriam frequentado o instituto “Marx-Engel-Lenine”, em Moscovo, a partir de 1939-40. AHM/ FO 032/1/398/3.

³⁸⁹ Marquina Barrio, António, (1986), *Espanha en la Política de Seguridad Occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, pp. 135.

³⁹⁰ *Idem*, pp. 160 et seqs.

³⁹¹ Telo, Antonio José, *Os anos da NATO (1946-1959)*, (2004), Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), “Nova História Militar de Portugal”, IV, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 435 et seqs.

Divisões, apenas duas americanas, de características modernas para cobrir um vasto território situado entre a Alemanha e os Pirenéus. Embora os meios humanos e materiais de uma Divisão ocidental correspondessem aos quantitativos de 2 Divisões soviéticas, o fosso entre as duas realidades não deixa de ser abismal. Segundo os cálculos americanos, as forças militares da URSS chegariam à Bélgica decorridos apenas 8 dias do início das operações ofensivas (D+8); ao canal da Mancha em D+25 e aos Pirenéus em D+60. Em D+90 teriam início as operações destinadas a subjugar o Sul da Itália; a Pérsia e o Médio Oriente e a Península Ibérica (alcançada em D+180). Tal como avaliado pelos autores do plano *Drumbeat*, a URSS teria disponível para uma invasão da Península Ibérica uma força com cerca de 800.000 homens agrupados em cerca de 50 Divisões apoiadas por 1000 aviões, 4 submarinos. Como escreve António Telo, face à inferioridade numérica e a necessidade dos EUA colocarem em marcha todo o seu potencial militar, nos primeiros seis meses de guerra as forças militares ocidentais estariam em permanente retirada. A reconquista do território perdido para as forças soviéticas teria que ser feito a partir das zonas não ocupadas ou o mesmo será dizer, a partir de bases instaladas na Inglaterra, nas ilhas portuguesas do Atlântico e das ilhas do Mediterrâneo.

A caracterização da ameaça militar soviética que, sucintamente, acabamos de fazer era aceite e reproduzida pela generalidade dos países ocidentais com maior ou menor exagero nos números. Em Portugal, por exemplo, o general Passos e Sousa escrevia: «(...) parece dispor atualmente a URSS de cerca de 360 Divisões, das quais um terço, no mínimo em condições de atuar rapidamente sobre o continente europeu».³⁹² Diga-se em abono da verdade que as forças militares da União Soviética e, mais tarde do Pacto de Varsóvia, foram sempre bastante mais numerosas que as dos EUA ou da NATO e assim permaneceram durante toda a Guerra Fria. No entanto, as opiniões relativas ao realismo das estimativas efetuadas pelos analistas dos países ocidentais ainda se dividem.

Para alguns autores, parecem existir hoje poucas dúvidas de que as estimativas relativas á ameaça militar soviética plasmadas desde os anos 1950 nas avaliações anuais da NATO continham uma grande dose de extrapolação e exagero. Estudos recentemente realizados com recurso a fontes entretanto desclassificadas pelos arquivos estatais de vários países outrora pertencentes ao Bloco de Leste (BL) afiançam hoje que o cenário durante muitos anos equacionado de 175 Divisões prontas para, em qualquer momento e sem descuidar a defesa interna da URSS, atacarem em simultâneo o centro, Norte e Sul da Europa; as ilhas

³⁹² AHM/FO 029/1/352/55

britânicas; África; Médio Oriente e Alasca, tinha sido em grande parte construído com base no medo e na ignorância.³⁹³ Segundo estes autores, os planos de contingência elaborados pelas autoridades de Moscovo no imediato pós-guerra eram rotineiros e estritamente defensivos. Por exemplo, um plano elaborado nos últimos anos da década de 1940 determinava, sem definir o inimigo, que em caso de guerra as forças Soviéticas estacionadas na Alemanha assumiriam posições defensivas a uma distância de 50 a 100 quilómetros da fronteira da zona de ocupação soviética onde aguardariam pela chegada dos reforços necessários às ações de contra-ataque.³⁹⁴ A própria desmobilização das forças soviéticas no final da II Guerra Mundial terá sido bastante mais vasta do que o percecionado pelos aliados na altura o que, apesar da degradação das relações Leste-Oeste, fornece sérios indícios de que as autoridades soviéticas não vislumbravam a possibilidade de que viesse a ocorrer num futuro próximo, qualquer confronto com forças ocidentais em solo europeu.

Em sentido contrário apontam as conclusões de outros investigadores que defendem que as novas fontes entretanto surgidas comprovam que as estimativas efetuadas pelos analistas americanos e da NATO não terão sido propositadamente ampliadas sendo mesmo possível afirmar que as estimativas apenas apresentariam um desfasamento da realidade na parte correspondente ao cálculo das forças existentes no interior da URSS. No geral, as autoridades da NATO e dos EUA teriam sido capazes de construir uma imagem bastante fidedigna das capacidades militares da URSS.³⁹⁵

Estes são apenas alguns exemplos das conclusões avançadas por uma série de autores que, beneficiando da progressiva abertura e desclassificação dos fundos arquivísticos existentes nos países outrora sob domínio soviético, se dedicam hoje ao estudo da ameaça soviética. No entanto, não existe ainda nos dias que correm um total e esclarecedor conhecimento da estratégia militar da União Soviética adotada por Estaline e Nikita Khrushchev

³⁹³ Mastny, Vojtech, Sven G. Holtmark e Andreas Wenger, *War Plans and Alliances in the Cold War*, (2006), Londres, Routledge, pp. 16.

³⁹⁴ Mastny, Vojtech, *NATO in the Beholder's Eye: Soviet Perceptions and Policies, 1949-56*, CWIHP, [Em linha], (2002) Washington. Disponível em <http://www.wilsoncenter.org/publication/nato-the-beholders-eye-soviet-perceptions-and-policies-1949-1956>.

³⁹⁵ Karber, Phillip A. & Jerald A. Combs, “The United States, NATO, and the Soviet Threat to Western Europe: Military Estimates and Policy Options, 1945–1963”, *Diplomatic History*, (22), pp. 399 – 429. Veja-se também Evangelista, M. (1998), “The “Soviet Threat”: Intentions, Capabilities, and Context”, *Diplomatic History*, (22), pp. 439 – 449.

nos primeiros anos da Guerra Fria. Será ainda necessário aguardar pela desclassificação de mais fundos documentais para que se possa, com realismo, fazer uma comparação entre a ameaça real e a validade das opções estratégicas adotadas pelas autoridades ocidentais.

2. Planeamento de defesa 1945 - 1952

a. Do fim da Guerra à fundação da NATO

Em 1945 continua a vigorar a conceção de defesa terrestre do País preconizada no plano de defesa anglo-luso elaborado em 1943, o qual tivemos já a oportunidade de descrever sucintamente. A hegemonia dos EUA acentuava-se, a situação continuava instável em Espanha e, o eixo político-estratégico em torno do qual tinha sido estruturada a política militar e a estratégia geral militar portuguesa permanece em grande medida inalterada.³⁹⁶ Comprometidos com o Pacto Ibérico, os dois vizinhos peninsulares continuam empenhados na manutenção de um ambiente de coexistência pacífica. A Espanha de Franco, ostracizada pela grande maioria dos países membros da ONU, continuava a contar com o apoio de conveniência das autoridades portuguesas mas, uma vez mais, tal não significava total tranquilidade em relação à possibilidade de virem a ocorrer alterações políticas e sociais no país vizinho.

Temendo que em Espanha recrudescesse a instabilidade política e social, Santos Costa solicita à Majoria-General do Exército que se proceda à elaboração de um plano de defesa para o país que, partindo do plano de cooperação militar anglo-português elaborado em 1943, atendessem à conjuntura então vivida. Entre outras questões, o ministro da Guerra determina ao Major-General do Exército que no momento da elaboração do novo plano fosse tida em conta a necessidade de se proceder a um reforço das guarnições militares então estacionadas nas ilhas atlânticas e, surpreendentemente, em Angola e Moçambique. Não deixa de ser curioso que, tratando o plano de 1943 da defesa do território continental português se pretenda nele incluir questões relacionadas com a defesa das colónias e a organização das forças militares aí existentes.³⁹⁷ A questão do reforço dos efetivos existentes nos Açores e na Madeira parece-nos pertinente em face da nova realidade securitária do pós guerra e dos ensinamentos colhidos durante a II Guerra Mundial. Como

³⁹⁶ Duarte, António Paulo, (2010), *A Política de Defesa Nacional 1919 -1958*, Lisboa ICS, pp. 209.

³⁹⁷ Como tivemos oportunidade de descrever, até 1949 as forças coloniais dependiam diretamente do Ministério das Colónias a quem incumbia além da organização do exército colonial, a elaboração dos planos de defesa dos territórios na sua dependência.

refere Santos Costa no seu despacho, os arquipélagos dos Açores e da Madeira tinham elevado valor estratégico constituindo «(...) a sua forte ocupação militar (...) um instrumento político, militar e diplomático na vida do País, podendo, por si só, contribuir, indireta e decisivamente, para a integridade do território continental».³⁹⁸

Alem das questões relacionadas com o reforço das forças, os responsáveis pela elaboração do futuro plano deveriam também prever a transformação em Divisão blindada do Destacamento de cavalaria previsto para o Agrupamento Sul³⁹⁹; propor uma estrutura orgânica para a Divisão mecânica então em estudo e, finalmente, incluir no plano disposições para a participação das forças aéreas nacionais nas tarefas decorrentes do novo plano.

Acompanhado das competentes explicações, o projeto de «*Plano de defesa do Continente – Plano 45*» é entregue ao ministro da Guerra em 23 de julho de 1943 e contempla uma única ameaça – a espanhola. Refere o Major-General do Exército nas considerações prévias enviadas ao ministro que não se vislumbrava no momento da elaboração do Plano qualquer sinal que indicasse que a Espanha tinha intenções de se aliar a outra nação para, em conjunto, atacarem Portugal. A previsão da escala de ataque é feita, e o General Passos e Sousa assume-o, com base em avaliações efetuadas em anos anteriores. Assim espera-se o ataque de uma força com efetivos não muito superiores a 6 Divisões constituída provavelmente por *grandes unidades* (GU) pertencentes às primeira, segunda, sexta e sétima regiões militares espanholas, deslocando-se nos eixos: Vilar Formoso – Guarda – Coimbra ou Viseu – Porto (Norte do Tejo); Elvas – Estremoz – Arraiolos – Montemor-o-Novo; Mourão – Reguengos – Évora – Montemor-o-Novo; Vila Verde de Ficalho – Serpa – Ferreira do Alentejo – Marvão – Castelo de Vide - Gavião – Abrantes, Segura – Castelo Branco – Abrantes.⁴⁰⁰

De acordo com as previsões constantes no Plano 45, os efetivos empenhados pelas diversas regiões militares espanholas envolvidas num eventual ataque contra Portugal seriam os seguintes:

³⁹⁸ AHM/FO 029/1/352/55

³⁹⁹ Este destacamento estava destinado inicialmente à cobertura da frente de defesa Alandroal – Elvas – Campo Maior.

⁴⁰⁰ Equacionava-se também a possibilidade de infiltração pelo eixo situado a Norte do rio Douro de forças inimigas de reduzido efetivo pertencentes à 8ª região militar espanhola (Galiza) que teriam por missão dificultar a mobilização e concentração das forças militares da 1ª região militar.

- 1ª região (Badajoz e Madrid) – 1 Divisão motorizada, 1 a 2 Divisões normais, 1 Divisão de cavalaria e 1 Agrupamento de carros de combate a 1 ou 2 Regimentos;
- 2ª região (Sevilha) – 1 Divisão;
- 6ª região (Burgos) – 1 Divisão;
- 7ª região (Salamanca - Valladolid) – 1 Divisão.

Ao que se supunha, em território espanhol as forças concentrar-se-iam nas regiões de Badajoz – Mérida – Llerna – Aracena; Cáceres – Placência e; Salamanca – Valladolid – Zamora. Iniciadas as operações, as forças das 6ª e 7ª regiões militares atuavam a Norte do rio Tejo e forças da 1ª e 2ª regiões investiam pelo vale do rio Tejo e regiões a Sul do mesmo seguindo os seguintes itinerários: Elvas – Estremoz – Arraiolos – Montemor-o-Novo (eixo principal); Mourão – Reguengos – Évora – Montemor-o-Novo (eixo conjugado com o principal); Vila Verde de Ficalho – Serpa – Beja – Ferreira – Mourão – Castelo de Vide – Gavião – Abrantes (eixo secundário) e; Zibreira – Castelo Branco - Proença-a-Nova – Abrantes (eixo conjugado com o secundário).⁴⁰¹

Seguindo de perto os pressupostos adotados na elaboração do plano de defesa predecessor (1943) os autores do *Plano 45* estabelecem o seguinte dispositivo de forças para fazer frente à ameaça visualizada⁴⁰²:

- Agrupamento Norte (Porto): forças nacionais de 1º escalão - 1 Batalhão de infantaria, 1 Batalhão de Caçadores, 1 Batalhão de metralhadoras, 1 Grupo de artilharia de montanha, 1 Esquadrão de cavalaria, engenharia e serviços: forças de 2º escalão (nacionais ou britânicas) – 1 Grupo de Brigada (Grã-Bretanha) ou 1 Regimento de infantaria, 1 Grupo de baterias de artilharia, 1 Esquadrão de cavalaria, engenharia e serviços nacionais;
- Agrupamento do centro: forças de 1º escalão – 3 Regimentos de infantaria, 1 Batalhão de Caçadores, 1 Batalhão de metralhadoras, 1 Regimento de artilharia ligeira (8,8cm), 1 Grupo de cavalaria divisionária, engenharia e serviços;

⁴⁰¹ Estimava-se que as forças atacantes de 1º escalão investissem na zona Norte com 1 Divisão normal de infantaria e, na zona Sul, com 1 Divisão normal, 1 Divisão motorizada, 1 Divisão de cavalaria e 1 Agrupamento de carros de combate. As forças de 2º escalão seriam constituídas por 3 Divisões de infantaria (1 para reforço das forças de 1º escalão da zona Norte, 2 para a zona Sul).

⁴⁰² Como ficou descrito no capítulo VI, o plano de defesa de 1943 previa a participação de forças militares britânicas na defesa do País em caso de agressão externa.

- Agrupamento Sul: forças de 1º escalão – 1 CE a 3 Divisões normais e 1 Divisão mecânica de cavalaria; forças de 2º escalão (britânicas) – 1 Batalhão de infantaria e unidades de engenharia, 1 CE, 2 Divisões de infantaria e 1 Divisão blindada.

Além destas forças seriam também acionadas *tropas de exército* nas seguintes proporções: Batalhão de metralhadoras nº1; Batalhão de caçadores nº 5; 1 Grupo de artilharia ligeira; 1 Regimento moto-mecanizado; 1 Grupo misto auto; toda a AAA de Lisboa, Porto, Entroncamento, Alfarelos, Pampilhosa; o Batalhão de pontoneiros e o Batalhão de sapadores de caminhos-de-ferro.

Em termos de missão, as GU de forças de 1º escalão das forças portuguesas atuariam inicialmente no sentido retardar a progressão das forças espanholas sobre as zonas vitais de península de Setúbal, Lisboa, Porto e Coimbra (por esta ordem) de forma a ganhar tempo quer para o desembarque das forças britânicas quer para a entrada em ação das forças de 2º escalão nacionais. Inviabilizadas estas ações, todas as unidades se deviam empenhar na defesa de uma zona em torno da cidade de Lisboa delimitada por: Bombel – ribeira de St.º Estêvão – 1ª linha de Torres Vedras ou, em último recurso, Setúbal – Montijo – 2ª linha de Torres Vedras.⁴⁰³

Resumindo, o *Plano 45* mantinha a mesma modalidade estratégica de defesa já adotada no plano de cooperação militar estabelecido nas conversações entabuladas com as autoridades britânicas em 1943 e que previa a existência de um dispositivo de defesa avançada da fronteira composto por unidades móveis de cavalaria, cuja missão consistia em retardar o mais prolongadamente possível a progressão das forças inimigas, suportadas por duas Divisões em primeira linha, uma em segunda linha e uma Divisão mecânica como reforço geral.⁴⁰⁴ Tinha como novidade a intervenção da aviação.

⁴⁰³ As forças de 2º escalão cooperavam com as de 1º escalão nas ações de retardamento e defesa descritas.

⁴⁰⁴ Duarte, António Paulo, (2010), *A Política de Defesa Nacional 1919 -1958*, Lisboa ICS, pp 209-210.

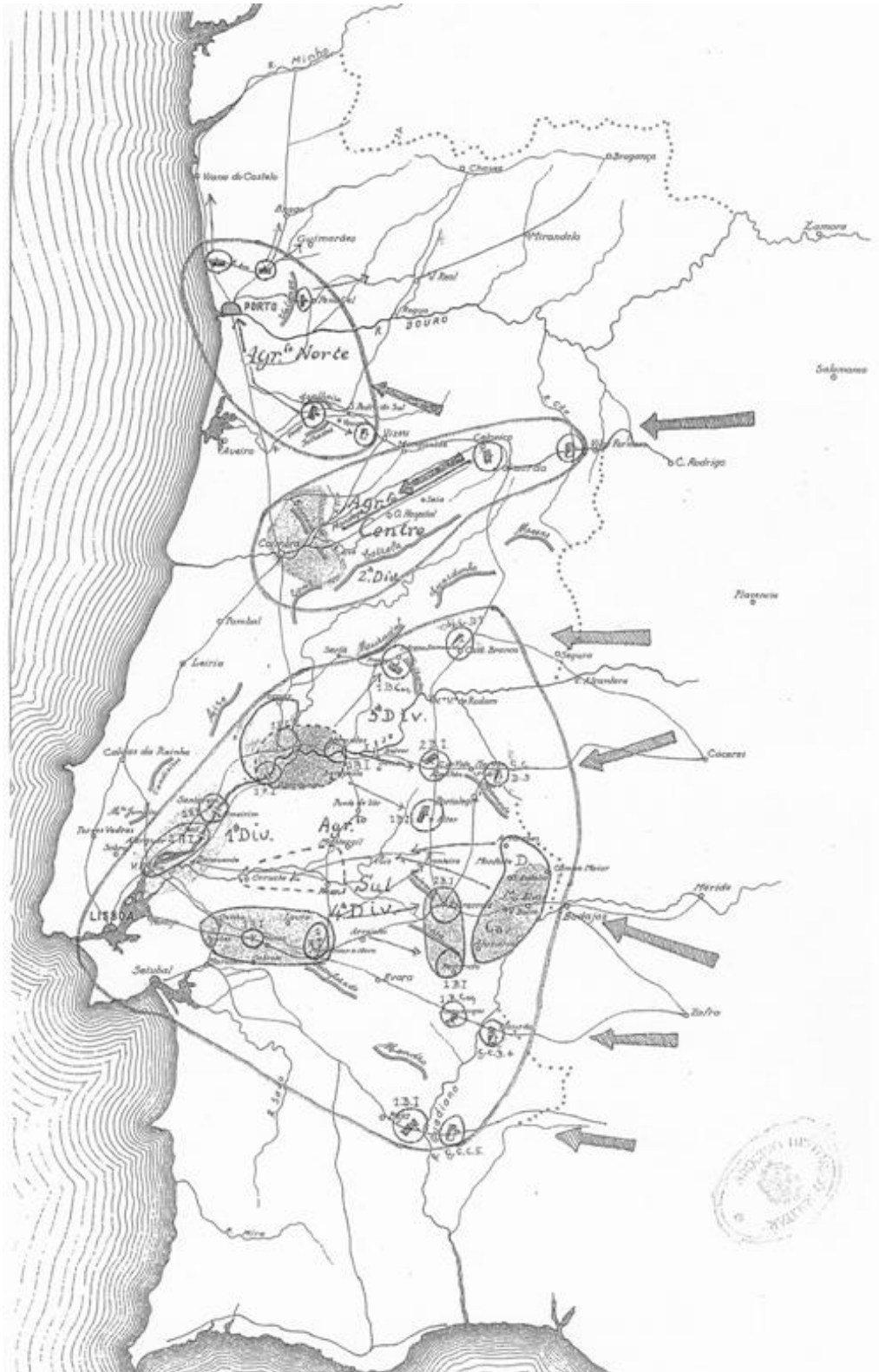


Fig. 6.1 – Dispositivo de forças previsto no Plano 45 (Fonte: ADN)

Ainda nos últimos meses de 1945 o dispositivo defensivo previsto no *Plano 45* é posto à prova em manobras realizadas à escala nacional que, como os relatórios oficiais demonstram, revela um sem número de vulnerabilidades operacionais. Relatadas superiormente pelos comandantes no terreno, as principais dificuldades encontradas vão ao encontro da avaliação negativa que alguns setores militares tinham efetuado do *Plano 45* - os meios disponíveis não permitiam implementar tão vasto dispositivo de defesa. Nestas condições, apenas a frente do Alentejo dispunha de forças creíveis para a sua defesa enquanto o Norte do País, o Centro e o Algarve ficavam desguarnecidos, embora contribuíssem de forma maciça para os efetivos mobilizados.

Em carta dirigida ao ministro Santos Costa em setembro de 1946 o Major-General do Exército, Passos e Sousa, faz um relato global dos problemas encontrados na implementação do Plano e dos resultados da análise a que tinha sido sujeito o referido documento no âmbito da *Viagem de Generais* realizada nesse ano.⁴⁰⁵ Assim, depois de devidamente avaliadas diversas componentes do Plano concluíra-se que a eficácia do dispositivo de *cobertura* continuava a ser precária. Tendo evoluído positivamente em relação ao previsto no Plano de 1943, o dispositivo teria obrigatoriamente que ser reforçado quer em efetivos quer em meios (sobretudo em unidades de Caçadores e artilharia para a constituição de destacamentos adicionais). O número de unidades regulares era manifestamente insuficiente para estabelecer a frente de defesa continua idealizada defendendo-se abertamente a necessidade de, seguindo o modelo das milícias das guerras peninsulares, se desenvolver um dispositivo de forças irregulares a quem seria atribuída a missão de defender os flancos das principais forças nacionais.⁴⁰⁶

O Major-General do Exército chama também a atenção para a necessidade de ser dada continuidade ao estudo das questões relacionadas com a implementação do plano de destruições D.A.P. 2 que, só por si, ocuparia cerca de 12.500 homens e exigiria a aquisição de cerca de 600 toneladas de explosivos com um custo aproximado de 10.000 contos.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ Viagens dos cursos do IAEM para estudo, no terreno, dos diversos Teatros de Operações nacionais.

⁴⁰⁶ AHM/FO 029/1/352/55

⁴⁰⁷ Para uma descrição detalhada deste plano veja-se nossa tese de mestrado Rocha, Jorge Manuel Lima da Silva (2008), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores - Academia Militar.

O general Passos e Sousa exprime também preocupação com questões relacionadas com a mobilização de efetivos e com a definição das formas de atuação das forças aéreas (portuguesas e britânicas) em caso de atuação conjunta.

Em resposta à missiva do Major-General do Exército, Santos Costa, depois de deixar claro que o *Plano 45* ia ao encontro das diretivas por si estabelecidas por despacho de 28 de maio de 45, considera o referido plano um trabalho sério e que merece, nas suas linhas gerais, total aprovação. O documento ia ao encontro da política militar que o Governo entendia ser a mais adequada para Portugal e que convinha que o Alto Estado-Maior a tivesse sempre presente e em devida conta.

Entrando na substancia das questões levantadas pelo Major-General do Exército, em tom gravoso o ministro da Guerra afirma que o problema da defesa militar de Portugal tinha aspetos particulares que o distinguiam e afastavam da generalidade daqueles que usualmente se via pôr em pratica noutras partes do mundo. Prossequindo o seu raciocínio acrescenta que o problema da defesa do País

«afasta-se sensivelmente do esquema clássico e pretender resolve-lo dentro de tal sistema, o mesmo seria condenar a Nação à derrota irremovível, quando não à perda certa da independência. (...) supor que no território continental português é possível executar, nos moldes clássicos a operação de cobertura, nas suas diferentes fases sucessivas, para, atrás dela completar a mobilização, realizar a concentração e desenvolver o movimento dos grossos para a batalha é correr-se um risco de que poderão advir consequências graves.»⁴⁰⁸

O tom da missiva de Santos Costa é grave e deixa implicitamente claro desde o seu início não terem sido recebidas com muito agrado as observações feitas pelo Major-General do Exército. Referindo-se mais diretamente às deficiências apontadas em relação ao dispositivo de cobertura, afirma perentoriamente que, no verdadeiro espírito das reformas de 1937, em caso de guerra todo o exército de tempo de paz ficava totalmente afeto a cobertura sendo o dispositivo de forças existente verdadeiramente satisfatório para as necessidades previstas. E remata: «Nação que se deixa surpreender pela guerra é em regra Nação batida.»⁴⁰⁹

No que diz respeito à possibilidade de virem a ser criadas forças irregulares (nas suas palavras «Batalhões deficientemente armados») Santos Costa diz não poder acompanhar os defensores da criação desse tipo de forças afirmando para que não restem quaisquer dúvidas

⁴⁰⁸AHM/FO 029/1/352/55 - Despacho do ministro da Guerra de 28 de novembro de 1946.

⁴⁰⁹Idem, pp. 3.

que tais ideias eram «contrárias ao interesse nacional por constituírem infração ao princípio da economia das forças em favor do núcleo basilar da nossa contextura militar».⁴¹⁰ Interrogava-se o ministro da Guerra se seria admissível dispersar quadros e material para missões secundárias ou especiais em que tudo se podia perder. Essa seria uma tarefa para a *Legião Portuguesa*. Santos Costa confessava não poder deixar-se conquistar por tais ideias. Tinha pensado muito no problema mas «depois de sobre ele se terem passado as vigílias de muitas noites não tinha sido possível verificar qualquer progresso no seu espírito em relação à adoção de semelhante fórmula.»

Referindo-se ao reforço do dispositivo militar existente nas ilhas, reafirma o seu valor estratégico para os interesses do país daquelas posições insistindo na adoção de um sistema que permitisse a máxima rentabilização dos recursos humanos e materiais existentes localmente. Reforços externos apenas seriam de equacionar uma vez esgotadas as capacidades locais.

Depois de se mostrar favorável à continuação do desenvolvimento do plano de destruições D.A.P. 2 (com afetação de menos efetivos), Santos Costa assinala o fim prematuro do *Plano 45* ao anunciar a imediata revisão daquele documento. Assim, segundo o ministro da Guerra o País já dispunha de material e quadros suficientes para mobilizar e atribuir à Defesa «todas as unidades de tempo de paz, dispondo-se assim de 5 Divisões e dos elementos não *endivisionados* correspondentes».⁴¹¹ A partir de 1947 o Governo português estava em condições de colocar à disposição do Alto Comando um número significativo de meios que preenchiem as principais lacunas anteriormente existentes, sendo por isso necessário proceder a uma revisão total do plano de defesa.

Demonstrando que a questão tinha sido devidamente equacionada, Santos Costa apresenta desde logo a nova *Ordem de Batalha* (OB) para as forças militares portuguesas. Trata-se de um trabalho devidamente estruturado e detalhado mas que, tanto quanto nos é possível avaliar, não era do conhecimento das chefias militares a quem não tinha sido pedido qualquer contributo. A OB prevê 3 modalidades de evolução: a 1ª corresponde ao empenhamento das forças tal como estabelecido na reorganização de 1937 e seria imediatamente executada servindo de base à elaboração do novo plano de defesa. As 2ª e 3ª modalidades representavam as metas a alcançar até 1951, ano do 25º aniversário da *Revolução Nacional*.

⁴¹⁰ Idem, pp. 4.

⁴¹¹ Idem, pp. 9.

Mas não era só a OB a sofrer modificações no futuro plano. Também a designação do plano iria ser alterada para *Plano General Carmona (Plano 47)* dado que em 1947 se iria cumprir o 25º aniversário da promoção ao generalato do Presidente da República. Segundo Santos Costa, aquela seria

«a primeira vez na historia dos últimos três séculos da vida nacional que [seria] possível, com elementos totalmente portugueses e sob a orientação integralmente portuguesa, elaborar um documento de tão transcendente importância (...).»⁴¹²

A longa resposta de Santos Costa a Passos e Sousa termina com a fixação da organização e composição da *Divisão mecânica*. Objeto de inúmeras discussões nos meios militares, a Divisão devia ser organizada nos seguintes moldes:

Comando e QG

1 Reg. de reconhecimento (2 Grupos de descoberta ,1 Grupo de segurança e apoio)

2 Reg. de carros de combate (CC) (2 Grupos a 3 Esquadrões)

1 Reg. de atiradores granadeiros

1 Reg. de artilharia (2 Grupos a 3 Baterias obuses ligeiros 10,5, 1 Grupo a 3 Baterias 11,4)

1 Esquadrão de D.C.B.

1 Esquadrão de D.C.A.

1 Batalhão de sapadores

1 Batalhão de transmissões

Serviços.

i. O Major General do Exército e o novo quadro de ameaças

As diretivas de Santos Costa que tivemos oportunidade de descrever denotam a tradicional linha de pensamento do Ministro da Guerra desde sempre orientada para a defesa terrestre e para a megalomania dos dispositivos de forças mas denotam também uma deficiente perceção do novo quadro de ameaças que entretanto tomara forma. No momento em que os principais países da Europa ocidental davam os primeiros passos no sentido da criação de mecanismos de defesa contra a ameaça militar soviética, em Portugal insistia-se na elaboração de planos de defesa que contemplam apenas a hipótese de guerra com a Espanha.

⁴¹² AHM/FO 029/1/352/55, pp. 11.

E é precisamente Passos e Sousa quem primeiro se dá conta de tão flagrante desfasamento da realidade. Consciente das implicações de tal situação, o Major-General do Exército toma a iniciativa de apresentar os seus pontos de vista e interrogações a Santos Costa.⁴¹³

Numa breve análise retrospectiva refere que todos os planos de operações para a defesa do território continental português até então elaborados tinham considerado sempre como inimigo provável, mesmo certo, a Espanha. Mais recentemente, por altura da elaboração das bases que tinham presidido à elaboração do *Plano 45*, assim sucedera novamente. No entanto, entrado o ano 1948, o contexto internacional em geral e o europeu em particular, eram substancialmente diferentes dos vividos no ano de 1945 e o Major-General do Exército considerada conveniente proceder-se à elaboração de um novo plano que tivesse em devida conta as circunstâncias do momento. A Europa tinha-se fracionado em dois blocos: o oriental liderado pela URSS e o ocidental «orientado e apoiado pelos EUA».

Segundo o Major-General do Exército, a URSS dispunha de cerca de 360 Divisões, sendo que 120 estariam em condições de imediatamente lançarem uma ofensiva sobre o continente europeu. Na sua ação ofensiva as forças do bloco oriental poderiam progredir segundo dois eixos: Holanda, Bélgica, França, Norte de África (o eixo mais perigoso para Portugal) ou então em direção ao Mediterrâneo pela Grécia ou pelos Dardanelos. Os combatentes russos rondariam então os 5 milhões de homens aos quais se juntaria um milhão de homens oriundos dos países sob controlo da URSS. Aviões seriam uns 14.000 (o dobro da frota norte-americana) e as fábricas soviéticas seriam capazes de produzir 40.000 aparelhos por ano.

Feita a caracterização da ameaça o general Passos e Sousa remata as suas reflexões com uma interrogação: «qual será a a ação dos exércitos do bloco oriental sobre a Península Ibérica?» Demonstrando uma vez mais que as suas ideias eram fruto de «demorada reflexão inteiramente pessoal» o Major-General avança desde logo com duas hipóteses: operações terrestres de pequena envergadura concretizadas pelo inimigo interno (5^{as} colunas formadas por comunistas portugueses e espanhóis) ou ainda o bombardeamento por aviões de longo raio de ação das bases aéreas existentes na Península. «Será assim?» interrogava-se Passos e Sousa.

⁴¹³ AHM/FO 029/1/352/55.

Apesar dos esforços envidados, não conseguimos localizar qualquer documento onde fosse possível descortinar uma reação oficial a estas reflexões do Major-General do Exército. Reflexões importantes e bem fundamentadas que denotam um invulgar paralelismo com as avaliações efetuadas pelos serviços de informações de alguns países aliados⁴¹⁴ e que enveredam por questões que num futuro próximo iriam dominar o planeamento de defesa português.

b. Da fundação da NATO à Cimeira de Lisboa

i. O planeamento de defesa NATO

A assinatura do Pacto do Atlântico Norte embora importante, seria apenas o passo inicial do longo processo necessário à edificação de um sistema de defesa coletiva que servisse as necessidades de defesa da Europa e dos EUA. O texto oficial do Tratado garantia a defesa mútua de cada país membro mas, na prática, essa garantia pouca utilidade teria sem a existência de uma estrutura organizativa e sem os recursos necessários à prossecução dos objetivos traçados aquando da sua elaboração. Para que fosse possível dissuadir a agressão militar externa seria, antes de mais, necessário edificar uma capacidade militar conjunta suficientemente robusta, coordenada e respeitadora das diferentes sensibilidades nacionais envolvidas.

A braços com enormes dificuldades económicas derivadas ainda da II Guerra Mundial que os impediavam de despender mais recursos com a defesa, um dia depois da assinatura do Tratado 5 dos 12 países fundadores da Aliança atlântica solicitam aos EUA a assistência financeira e militar que lhes permitisse encurtar o fosso existente entre os objetivos traçados e os meios disponíveis.

Perante uma conjuntura internacional cada vez mais complexa os EUA, que já se encontravam envolvidos na recuperação económica da Europa por intermédio do Plano Marshall, rapidamente puseram em marcha um abrangente programa de auxílio militar aos países europeus membros da NATO – o *Mutual Defense Assistance Act* (MDAA). O MDAA aprovado pelo congresso norte-americano tinha por objetivo promover a integração e uniformização das capacidades de todo o tipo dos países membros da NATO que haveriam de facilitar a elaboração dos planos necessários à defesa da área do Atlântico Norte.

⁴¹⁴ Dos EUA e Britânicos.

O Artigo 3º do Tratado do Atlântico Norte firmado em Agosto de 1949 alertava os países signatários para a necessidade de, tendo em conta os objetivos nele previstos, manter e desenvolver uma capacidade de defesa individual e coletiva contra eventuais ataques armados. Um ataque armado perpetrado contra um ou mais países signatários, na Europa ou na América, seria considerado um ataque contra todos e legitimaria o exercício do direito individual e coletivo de auto-defesa⁴¹⁵.

Para que fosse possível pôr em prática as ações necessárias à prossecução dos objetivos no Tratado era, antes de mais, necessário criar uma estrutura organizacional capaz. Para estudo das questões relativas à aplicação do Tratado, cumprindo o preceituado no Art. 9º do documento fundador da aliança atlântica, é criado o Conselho do Atlântico Norte (CAN). Este Conselho devia promover a criação dos organismos auxiliares julgados necessários à sua atividade, em particular, a imediata nomeação de uma comissão de defesa que ficaria incumbida de estudar as ações necessárias à aplicação prática dos artigos 3.º e 5.º do Tratado. Ao CAN competia estabelecer a estrutura indispensável ao planeamento da defesa coletiva dos países membros e em particular, o desenvolvimento de um conceito estratégico global para a Aliança. Competia-lhe também a criação do Comité Militar (CM)⁴¹⁶, onde tinham assento os chefes de estado-maior dos diversos países, e do Grupo Permanente (GP)⁴¹⁷ que teria por missão substituir o CM na supervisão do processo de planeamento militar sempre que aquele não se encontrasse em sessão. À data da sua fundação a Aliança não contava ainda com uma estrutura de comando militar integrada e o planeamento militar estava a cargo de uma espécie de comissão composta por 5 Grupos Regionais de Planeamento (GRP).⁴¹⁸

⁴¹⁵ Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte

⁴¹⁶ *Military Committe (MC)*

⁴¹⁷ *Standing Group (SG)*

⁴¹⁸ Na primeira sessão do Conselho do Atlântico Norte realizada em Washington a 17 de setembro de 1949 tinha sido acordado criar 5 GRP com a seguinte configuração: Northern European Group (Dinamarca, Noruega e Reino Unido); Western European Group (Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido); Southern European -Western Mediterranean Group (França, Itália e Reino Unido); Canadian-United States Group (Canadá e EUA) e North Atlantic Ocean Group (todos os países membros à exceção da Itália e do Luxemburgo).

1. O planeamento estratégico inicial

O processo de desenvolvimento do potencial militar da NATO passou por diversas fases. O crescimento que inicialmente se revelara lento torna-se subitamente agitado a reboque dos acontecimentos da Coreia e adquire com o passar dos anos maior estabilidade e sustentabilidade⁴¹⁹. Tendo em conta o enorme esforço exigido aos países membros da NATO e a vastidão do espaço geográfico envolvido, o progresso acabará por ter diferentes ritmos nas diferentes áreas de atuação.

Como vimos anteriormente, a edificação de um sistema de forças adequado às necessidades de defesa está, em grande medida, dependente da existência de um conceito estratégico orientador que tenha sido concebido a partir da correta apreciação das intenções e capacidades dos potenciais inimigos.

Pese embora a sua embrionária estrutura organizacional, decorridos escassos dois meses após a ratificação do Tratado do Atlântico Norte surge o primeiro documento oficial definidor das estratégias de defesa para a área do Atlântico Norte. A 19 de Outubro de 1949 o GP remete ao CM para avaliação o documento designado M.C.3 - *The Strategic Concept for the Defense of the North Atlantic Area*. Como referem os seus autores, este documento, longe de ser definitivo, tinha por objetivo avançar um primeiro e suficientemente alargado conceito de defesa para a área do Atlântico Norte. Assim, fora redigido tendo em conta aspetos de ordem geográfica, capacidade industrial, população e capacidades militares dos diferentes países pertencentes à NATO e tinha por objetivo servir de orientação à edificação coordenada das capacidades militares julgadas necessárias à defesa coletiva desses mesmos países. Considerava-se desejável que cada nação dispusesse da organização e dos meios necessários à sua própria defesa e esperava-se que, tanto quanto possível, ela fosse concordante com o planeamento estratégico da Aliança. Tratava-se então de, com realismo, dar início a um processo de planeamento de defesa destinado a garantir a paz e a diminuir a possibilidade de agressão externa. O conceito de defesa preconizado assentava na atuação solidária em caso de agressão armada e para tal, conforme o preconizado no Art.º 3º do Tratado, cada nação aliada deveria contribuir para o esforço comum de acordo com as situações em curso, as responsabilidades e os recursos próprios disponíveis. O desenvolvimento das capacidades militares dos países membros deveria ser feito de forma a

⁴¹⁹ Ismay, Lord, (1954), *OTAN, 1949-1954, Les Cinq Premières Années*, Paris, NATO, pp. 105

que o esforço financeiro não colocasse em risco a recuperação e a estabilidade económica dos países.

O M.C.3 tinha então por objetivo principal, em tempo de paz, promover o desenvolvimento coordenado das capacidades militares e económicas dos países aliados de forma a criar uma imagem suficientemente dissuasora contra potenciais ameaças à independência e estabilidade desses mesmos países. Para que este objetivo pudesse ser cumprido seria necessário preparar os planos que, em caso de guerra, iriam servir de referência ao emprego conjunto das forças disponibilizadas pelas autoridades de cada país. Estes planos de defesa deviam, em primeiro lugar, assegurar a capacidade de pronta utilização da bomba atómica. A referência à utilização armamento nuclear está presente, sem grandes surpresas, logo nas primeiras versões do conceito estratégico de defesa da NATO. Dizemos sem grandes surpresas porque se atentarmos nas avaliações do potencial militar soviético então efetuadas, facilmente poderemos constatar a generalizada aceitação da superior capacidade militar convencional da URSS e dos seus aliados da Europa de Leste.

O M.C. 3 instava os países membros do Tratado a, seguindo os planos de defesa previamente elaborados, travar as ofensivas inimigas com todos os meios disponíveis; a contra-atacar logo que fosse possível; a neutralizar os ataques aéreos e a garantir a segurança dos principais corredores aéreos e marítimos, sem esquecer a defesa das áreas vitais ao fortalecimento do potencial militar das nações aliadas necessário à contraofensiva.

Em Novembro de 1949 o M.C.3, entretanto submetido a revisões pouco significativas, é enviado pelo CM ao Comité de Defesa (CD) da NATO mas já com a designação de DC 6. O documento mantém inalterada a referência explícita à utilização da bomba atómica o que causará acesa discussão durante a reunião convocada para aprovação do conceito estratégico nele contido. Sob pressão do ministro dinamarquês da Defesa os membros do CD acabariam por concordar na alteração dos termos relativos à utilização de armamento nuclear substituindo-os por um parágrafo onde se declarava que a NATO devia promover a capacidade de bombardeamento estratégico fazendo uso de todos os meios à sua disposição e recorrendo a todo o tipo de armamento, sem exceções.

Uma vez incorporadas as alterações de vocabulário acordadas, o documento vê a sua designação modificada para DC 6/1 e é finalmente aprovado em sede de CD a 6 de janeiro de 1950⁴²⁰. O DC 6/1 é assim o primeiro documento estratégico da NATO a ser oficialmente

⁴²⁰ MC 6/1 - *The Strategic Concept for the Defense of the North Atlantic Area* (1-12-1949). Posteriormente, em Março de 1950, Portugal solicita, e é atendido na sua pretensão, uma alteração

aprovado pelo CAN e, com ele, o primeiro conceito estratégico de defesa para a área do Atlântico Norte.

Tal como o documento que lhe dera origem, o DC 6/1 chamava a atenção dos aliados para a necessidade dos países contribuírem para a defesa comum numa escala proporcional à sua localização geográfica, capacidade industrial, população e potencial militar. O sucesso do planeamento de defesa devia ser alcançado mediante o emprego eficiente das forças militares da Aliança, com os menores custos possíveis.

O conceito estratégico contido no DC 6/1 revelar-se-ia um importante instrumento orientador da atividade da Aliança mas carecia ainda de diretrizes estratégicas mais pormenorizadas necessárias à elaboração dos planos regionais de defesa dos diferentes GRP. Estas limitações são notadas pelo CM ainda no decurso dos trabalhos que haveriam de levar à aprovação final do DC 6/1 sendo solicitado ao GP a preparação de um documento contendo uma orientação estratégica mais detalhada para o trabalho dos GRP. Elaborado e consolidado o documento com o contributo dos representantes militares acreditados junto do GP e dos GRP, o texto final seria provado oficialmente pelo CM em Março de 1950 com a designação MC 14⁴²¹.

O MC 14 proporcionava assim a orientação estratégica que faltava aos GRP para a elaboração dos planos de defesa regionais que haveriam de vigorar até ao ano de 1954. O GP chamava a atenção dos GRP para a diferente conjuntura vivida relativamente ao imediato pós guerra. O poderio militar alcançado pelos aliados ocidentais no final do conflito tinha-se diluído enquanto a URSS tinha aumentado as suas capacidades pelo que as nações pertencentes à nova aliança teriam ainda pela frente um longo caminho a percorrer para compensar a inferioridade numérica existente.

Os objetivos traçados no MC 14 para a NATO eram “simples”: «to convince the USRR that war does not pay, and should war occur, to ensure a successful defence of the NATO area.»⁴²². No que diz respeito à ameaça, os autores do documento assumiam que em caso de guerra a URSS não pouparia esforços para derrotar as forças da NATO e procuraria por certo alcançar as costas atlânticas, o Mediterrâneo e o Médio Oriente. Certa era também a possibilidade de ambas as partes em confronto virem a utilizar, para além do convencional, armamento nuclear.

ao texto contido no parágrafo 8º do conceito estratégico (M.C. 3/3 - Portuguese *objection to paragraph 8g of the Strategic Concept (D.C. 6/1) – 28/3/1950.*

⁴²¹ MC 14 - *Strategic Guidance for the North Atlantic Regional Planning.* (28/3/1950).

⁴²² Pedlow, Gregory W. (1997), *NATO Strategy Documents 1949-1969*, Bruxelas, NATO, pp. XIII.

Com base nos documentos MC 14 e no seu predecessor SG 13/16, no decurso dos primeiros meses de 1950 os GRP vão levar a cabo uma profunda avaliação das necessidades de defesa das diferentes regiões da área atlântica que resultaria na elaboração de uma serie de planos de defesa que, uma vez consolidados, acabariam por dar forma ao Plano de Médio Prazo da NATO (DC 13).⁴²³

2. O planeamento de defesa a médio prazo

A leitura do título do documento poderá numa primeira abordagem deixar transparecer alguma falta de relevância quanto ao conteúdo do DC 13. No entanto, este Plano de Defesa a Médio Prazo (PDMP) contém as orientações estratégicas mais relevantes e detalhadas até então produzidas e constituirá a base de todo o planeamento de defesa subsequente. Será com base nos pressupostos estabelecidos neste documento que os países membros irão ser chamados a contribuir para o esforço de defesa comum tendo o planeamento por horizonte temporal o dia 1 de julho de 1954.⁴²⁴ Este será, em nossa opinião, o documento responsável pela radical mudança que viria a verificar-se na política militar portuguesa em geral e no planeamento de defesa em particular já que vai obrigar as autoridades portuguesas a desenvolver um método de planeamento mais metódico, rigoroso e apurado.

O DC 13 reunia num só documento o conceito estratégico avançado no DC 6/1 e as orientações estratégicas do MC 14 e constituía o primeiro projeto estratégico da NATO, um primeiro e crucial esforço levado a cabo pela Aliança atlântica no sentido de edificar uma força militar convencional capaz de enfrentar a União Soviética numa futura guerra⁴²⁵.

O Plano de Defesa a Médio Prazo fornecia as orientações necessárias a um progressivo incremento anual das capacidades militares da OTAN, apresentando estimativas detalhadas dos objetivos a alcançar e das lacunas a solucionar. Fortemente influenciado pelas estimativas de forças saídas do planeamento efetuado pelo *Joint Chiefs of Staff* (JCS), o plano deixava perceber as reais intenções dos EUA no que diz respeito ao envolvimento de forças convencionais norte-americanas em caso de guerra com a URSS. Sabe-se hoje pela análise da diversa documentação então produzida que o PDMP tinha subjacente o desejo dos

⁴²³ DC 13 - *North Atlantic Treaty Organization Medium Term Plan* (1/4/1950).

⁴²⁴ Esta data foi escolhida por forma a garantir o tempo mínimo necessário ao razoável crescimento das capacidades militares dos países membros da NATO.

⁴²⁵ A avaliação das capacidades ofensivas da URSS consta da parte II do DC 13, pp. 125 – 152.

EUA conservarem a sua autonomia no que diz respeito ao uso de armas atômicas mas também a intenção de se libertarem tanto quanto possível dos limites de ação impostos pela Aliança⁴²⁶. As autoridades norte-americanas tinham perfeita consciência de que só os EUA dispunham dos recursos necessários à construção da defesa europeia. A maior parte dos aliados europeus tinha também essa percepção e, tendo em conta o crescente envolvimento dos EUA no planeamento estratégico da OTAN, davam como garantida a efetiva participação de forças militares convencionais norte-americanas no esforço coletivo de defesa. A agenda global dos EUA e os seus interesses estratégicos eram porém outros.

Aproveitando a oportunidade proporcionada pela conjuntura, as autoridades norte-americanas ir-se-ão habilmente servir da ajuda militar que tão decidida e prontamente se prontificaram fornecer para “arrastar” os aliados para um programa de rearmamento que dificilmente seriam capazes de suportar. O plano obtém a concordância dos aliados europeus porque, ingenuamente, esperavam que ele fosse pago pelos EUA.

O PDMP (DC 13) determinava que, em caso de guerra, as forças da OTAN deveriam ser utilizadas ofensivamente em favor de um único objetivo estratégico – destruir as capacidades ofensivas da URSS e dos seus satélites. Após o início das hostilidades as operações desenvolver-se-iam em 4 fases: Do dia D à estabilização da ofensiva soviética inicial (incluía o início da ofensiva aérea aliada); da estabilização inicial ao começo das grandes operações ofensivas aliadas; até à capitulação soviética; prossecução definitiva dos objetivos aliados. Das 4 fases previstas, o PDMP dizia respeito apenas à primeira.

Tendo em conta os pressupostos de diversa índole que tinham presidido à divisão da área do Tratado do Atlântico Norte e as estimativas avançadas⁴²⁷ pelos GRP, o DC 13 estabelecia agora pela primeira vez, além de tarefas comuns, tarefas de planeamento e missões defensivas específicas para cada uma das 5 regiões existentes. Assim, as 3 regiões situadas em solo europeu seriam a zona de primeiro impacto das ações do inimigo de Leste pelo que se atribuía às forças militares nelas estacionadas a missão de travar ou retardar o avanço das forças invasoras. Aproveitando todas as oportunidades surgidas e fazendo uso de todos os meios ao seu alcance, as forças da OTAN deviam colocar todo o seu empenho na retenção do inimigo o mais a Leste que fosse possível de modo a ganhar o tempo necessário à chegada de reforços e a maximizar os efeitos da ofensiva aérea aliada. O documento

⁴²⁶ Sobre esta problemática veja-se Johnston, Andrew M., (2001), “The construction of NATO's medium term defence plan and the diplomacy of conventional strategy, 1949–50”, *Diplomacy & Statecraft*, (12), pp. 79-124.

⁴²⁷ As estimativas consolidadas constam da parte III do DC 13, pp. 153 - 166

atribuía também tarefas específicas aos GRP da região norte-americana (Canadá e EUA) e região do oceano Atlântico Norte. O primeiro devia desenvolver os planos necessários ao lançamento de uma ofensiva aérea aliada logo no início das hostilidades e também ao envio de forças expedicionárias para as regiões atacadas. O segundo teria a seu cargo as medidas, defensivas e ofensivas, de controlo das vias de comunicação transatlânticas. Seria também responsável pela preparação dos planos destinados à defesa do território continental português e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira; Gronelândia; Islândia; Spitzbergen (dentro das limitações impostas pelo Tratado); as ilhas Faroese bem como outras áreas geográficas que futuramente viessem a ser consideradas relevantes⁴²⁸.

Como se pode verificar, o PDPM era ambicioso e exigente em termos de recursos. De acordo com as estimativas avançadas no DC 13, para que fosse possível cumprir os objetivos traçados para o ano de 1954 seria necessário edificar uma força militar imensa composta por 2,324 navios de guerra de diverso tipo; 3, 264 aparelhos de aviação naval; 90 Divisões terrestres e 8004 aviões de combate.

3. O programa de ajuda militar norte-americano

Vimos anteriormente o quão elevada tinha sido colocada a fasquia no que diz respeito às forças necessárias para a defesa da Europa ocidental em caso de guerra com a URSS. Num momento em que a vontade de resistir ao invasor era, só por si, insuficiente para garantir a manutenção da segurança europeia, urgia dispor de forças militares com um elevado grau de prontidão para o combate mas também de uma indústria de defesa capaz de responder às necessidades de rearmamento geradas. No entanto, a tarefa de equipar e armar as forças militares previstas nos planos de defesa da OTAN revelava-se uma tarefa hercúlea para a grande maioria dos países membros da Aliança não só pelo seu custo mas também pelo apertado calendário definido. O mesmo se passava com o desenvolvimento da indústria de defesa.

As dificuldades dos países europeus ficam bem demonstradas logo no dia imediato à assinatura do Tratado quando a Bélgica, a França, o Luxemburgo, a Holanda e o Reino Unido solicitam formalmente o auxílio financeiro e militar de Washington. A este grupo inicial juntar-se-iam em breve a Dinamarca, a Itália e a Noruega. As autoridades norte americanas reagem rapidamente às solicitações e poucas semanas depois estão já em condições de divulgar um vasto plano de assistência militar aos países cuja independência e

⁴²⁸ DC 13 - *North Atlantic Treaty Organization Medium Term Plan* (1/4/1950), pp. 12-14.

liberdade se encontrassem ameaçadas. A ajuda financeira inicialmente prevista para o ano de 1950 rondava 1, 450.000.000 de dólares, 1, 130.000.000 dos quais de destinariam a países europeus membros da NATO⁴²⁹. Remetido por Truman ao Congresso norte-americano em Julho de 1949 o *Mutual Defence Assistance Act* (MDAA) só em outubro seria definitivamente assinado. Os resultados práticos do programa só no primeiro trimestre de 1950 começariam a surgir.

A braços com inúmeras solicitações e compromissos, no início de 1950 a Administração norte-americana debatia-se com sérias dificuldades para obter consentimento do Congresso para despender os 15 milhões de dólares necessários à concretização das medidas propostas no NSC-68 mas também ao rearmamento europeu. O próprio Harry Truman parecia não estar disposto a arriscar a sua credibilidade política já que tinha consciência do quão irrealista se afigurava aquela soma aos olhos do povo e das instituições do seu país.⁴³⁰ O despoletar da guerra da Coreia rapidamente desbloquearia este dilema. No mês de setembro de 1950 quando o CAN se reúne em Nova Iorque, as discussões irão girar em torno de uma única questão – como defender a área OTAN de uma agressão similar à ocorrida no extremo Oriente. Para todos era evidente que a estratégia de defesa avançada da Europa se encontrava seriamente comprometida pela reduzida disponibilidade de forças militares ao serviço da OTAN. Os aliados teriam que tomar, com urgência, medidas para elevar o seu potencial militar.

Em 1951 eram já perceptíveis a grande maioria dos elementos comumente associados com a Guerra Fria – a militarização da NATO, orçamentos de defesa extremamente elevados e a crença generalizada de que, funcionando o mundo como um todo, rapidamente qualquer vitória comunista colocaria em risco os interesses vitais do ocidente e dos EUA em particular. Estes fatores acabariam por condicionar de forma decisiva a política mundial.

Consciente das dificuldades derivadas de tão ambicioso plano de defesa, em maio de 1951 o Presidente dos EUA recomenda ao Congresso a implementação de um programa de segurança mútua destinado a reforçar as capacidades individuais e coletivas de defesa do

⁴²⁹ Ismay, Lord, (1954), *OTAN, 1949-1954, Les Cinq Premieres Annees*, Paris, NATO, pp. 24 et seqs.

⁴³⁰ Jervis, Robert, (1980), “The Impact of the Korean War on the Cold War”, *The Journal of Conflict Resolution*, (24), pp. 563-592.

“mundo livre”,⁴³¹ Viria a adotar a designação de *Mutual Defense Assistance Program* (MDAP).

O auxílio militar disponibilizado pelos EUA ao abrigo do MDAA e do MDAP vai adotar diversas formas sendo a doação de equipamento militar a mais importante. O tipo de equipamento militar, as quantidades, e as prioridades de entrega aos países recipientes eram determinadas pelas forças militares colocadas ao dispor da OTAN por esses países e pelas correspondentes missões no âmbito dos planos de defesa aliados. O auxílio facultado a países não membros da Aliança era regulado pelo papel desempenhado por esses países na luta contra o comunismo.

Os países sob assistência deviam preparar anualmente uma lista de necessidades a suprir no âmbito do MDAP. Esta lista era elaborada tendo por base as orientações avançadas pelo Military Assistance Advisory Group (MAAG) local. O MAAG determinava quais as forças elegíveis para re-equipamento; que necessidades deviam ser supridas pelo país recipiente; só permitia que fossem incluídas na lista equipamentos destinados à ativação de novas unidades se o país demonstrasse ter afetado recursos nacionais equivalentes aos solicitados; decidia quais os equipamentos mais adequados à missão das forças a equipar e pronunciava-se sobre a capacidade técnica e física dessas forças para operar esses mesmos equipamentos.⁴³²

A assistência não se resumia porém ao fornecimento de equipamento militar. Os EUA estavam também dispostos a facultar os apoios financeiros necessários ao aumento da capacidade industrial militar europeia e a fornecer assistência técnica e o treino das forças diretamente envolvidas na utilização dos equipamentos fornecidos.

A prestação de auxílio ao abrigo do MDAA estava dependente de um pedido oficial do país interessado e da assinatura de um acordo bilateral entre os dois países. O país apoiado comprometia-se a utilizar os equipamentos recebidos nos moldes estabelecidos no MDAA; estava impedido de transferir qualquer equipamento sem o prévio consentimento dos EUA; comprometia-se a tomar as medidas adequadas à salvaguarda de matérias classificadas e, concordava em receber um MAAG.

Em 1951 os EUA estimavam despender em ajuda direta (equipamento e treino) aos países europeus membros da OTAN cerca de 5,130,000.000 de dólares. No que respeita a

⁴³¹ Scott, Stanley L., “The Military Aid Program” (...), *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, (), pp. 47-55.

⁴³² *Idem*, pp. 49

equipamentos militares estavam dispostos a alienar 12,300 carros de combate; 3,725 aviões; 13,100 peças de artilharia e 82,000 veículos de transporte motorizados.⁴³³

c. Os primeiros compromissos nacionais

A mudança de rumo no planeamento de defesa português derivada da adesão à NATO começa a operar-se decorridos escassos sete meses da assinatura do Tratado. Esta vai ser uma fase de adaptação a um ritmo decisório e de planeamento totalmente diferente da realidade portuguesa. Habitadas ao ritmo pausado típico do Estado-Novo, as autoridades portuguesas vem-se subitamente compelidas a abandonar a também típica reação de imprevisto presente em tantos momentos da história nacional. O envolvimento no planeamento de defesa da NATO vai exigir uma nova dinâmica de trabalho mas os representantes nacionais rapidamente “acertarão o passo” pelos restantes aliados e mostrar-se-ão, em nossa opinião, atentos à defesa dos interesses de Portugal.

A 10 de janeiro de 1950, no início da 2ª reunião do Subgrupo E (1) do Grupo Regional de Planeamento do Atlântico Norte (GRPAN), é perguntado ao delegado português⁴³⁴ se está em condições de fornecer os elementos solicitados durante a anterior reunião do subgrupo⁴³⁵. A documentação de arquivo consultada permite-nos afirmar que na primeira reunião do subgrupo E (1) do GRPAN tinha sido entregue ao representante português um memorando que tratava pela primeira vez dos planos de defesa de Portugal (continente, Açores e Madeira) no âmbito da OTAN. Nele se solicitava às autoridades portuguesas que, com a brevidade possível, fornecessem ao grupo de planeamento informação concreta sobre os objetivos vitais a proteger bem como a contabilização dos meios necessários à defesa militar desses mesmos objetivos.

À data da primeira reunião do GRPAN tinha já sido aprovado uma primeira versão do conceito estratégico para a defesa da área do Atlântico Norte (MC 3) que chamava a atenção dos signatários do Tratado para o facto da prossecução dos objetivos últimos da OTAN estar dependente dos recursos a disponibilizar por cada país em favor de defesa comum. O MC 3, e algum tempo depois o DC 6/1 estabeleciam as primeiras orientações estratégicas para a edificação coordenada das capacidades defensivas da NATO mas faltava ainda saber que

⁴³³ Idem, pp. 53

⁴³⁴ Capitão-Tenente António Morgado Belo, Adido Naval junto da embaixada portuguesa em Washington.

⁴³⁵ Realizara-se a 21 de novembro de 1949.

recursos estariam os países membros da Aliança dispostos a colocar ao serviço da OTAN. Só na posse desses dados poderiam os GRP passar à elaboração dos planos de defesa das respetivas regiões. Eram esses os elementos que estavam a ser pedidos ao delegado português.

Por altura da 2ª reunião do subgrupo E (1) tinha já sido aprovado o DC 6/1 que, como tivemos oportunidade de referir, carecia ainda de diretrizes estratégicas específicas para a elaboração dos planos de defesa da responsabilidade dos diferentes GRP. A falta de orientações específicas para o planeamento regional não era no entanto desconhecida do CM que tinha diligenciado junto do GP, ainda antes da aprovação final do referido documento, no sentido de se colmatarem as lacunas existentes. À data deste segundo encontro tinham por isso já sido desenvolvidos, com o contributo dos representantes militares acreditados junto do GP e dos GRP, diversos estudos com vista à elaboração das orientações estratégicas necessárias ao trabalho dos GRP⁴³⁶. Assim, e apesar de ainda não estar oficialmente em vigor, os GRP trabalhavam já com base em muitos dos pressupostos que viriam a ser assumidos no MC 14.

À interrogação colocada no início da 2ª reunião o delegado português responde não estar em condições de prestar as informações solicitadas já que o memorando que lhe tinha sido entregue, demasiado vago e conciso, era omissivo em certos pressupostos essenciais a qualquer planeamento de defesa como sejam a definição da ameaça e a determinação do poder ofensivo do inimigo.⁴³⁷ Perante tais circunstâncias o subgrupo delibera solicitar ao GP que se manifeste oficialmente sobre a ameaça a contemplar em futuros trabalhos mas não só. Decide também solicitar às autoridades portuguesas que se pronunciassem sobre os planos de defesa que pretendiam ver implementados para a defesa aérea e dos portos nacionais.

Numa primeira alusão ao plano de médio prazo da NATO o subgrupo solicita também informação sobre as capacidades e deficiências existentes no que diz respeito a pessoal e material militar e a fixação de um primeiro escalonamento anual dos recursos a atribuir pelo país em benefício da concretização do plano de longo prazo. Pretendia-se que fossem especificadas com a clareza possível quais as deficiências passíveis de serem colmatadas com recursos próprios e quais requeriam o auxílio externo sendo por isso importante que as respostas às solicitações fossem enviadas ao GRPAN até inícios de fevereiro de forma a

⁴³⁶ O texto final seria provado oficialmente pelo CM em Março de 1950 com a designação MC 14 - *Strategic Guidance for the North Atlantic Regional Planning*. (28/3/1950).

⁴³⁷ PT/ADN/SGDN/6075/1.

serem avaliadas para posterior inclusão na proposta de auxílio militar a ser submetida ao Congresso norte-americano ainda durante esse mês.

O delegado português chama a atenção dos restantes delegados para a exiguidade do prazo concedido para a elaboração do documento contendo o escalonamento anual dos recursos destinados a tão dilatado período de tempo (1951-1954). Apesar de concordarem com as reservas apresentadas pelo delegado português, os delegados inglês e americano alertam para a conveniência política e financeira de serem feitos todos os esforços para que seja respeitada a data limite indicada, tanto mais que não estava em causa a elaboração de um plano demasiado rígido e definitivo. O plano devia antes apresentar “maleabilidade” suficiente para acomodar os desenvolvimentos conjunturais e tecnológicos que viessem a ocorrer nos 4 anos previstos para a vigência do plano de prazo médio. Tendo em conta a forma paternalista como, em diversas reuniões, tinham sido tratados os elementos portugueses envolvidos nos diversos grupos de trabalho, os membros do subgrupo E não estariam por certo à espera de grande capacidade argumentativa do representante nacional. No entanto, denotando perfeito conhecimento das matérias em discussão o delegado português insistia em chamar a atenção dos restantes delegados para o facto do plano de prazo médio não equacionar ainda a defesa terrestre do território continental de Portugal. Perante a insistência é informado de que a questão seria apreciada depois do Grupo Ocidental se pronunciar sobre a implementação de uma linha de defesa a Leste da França. Aceitando o procedimento proposto, o delegado português não deixa de fazer notar que tal frente dificilmente teria condições de se manter inviolável numa eventual investida inimiga pelo que seria de todo conveniente equacionar desde já a existência de uma segunda linha de defesa nos Pirenéus para garantia da segurança dos dois países peninsulares.

No dia seguinte ao da reunião do GRPAN é entregue ao representante português um novo memorando intitulado «Plano de Defesa para Portugal (continente, Açores e Madeira)»⁴³⁸ que, fruto das observações efetuadas no dia anterior, se apresenta bastante mais claro e completo. Desde logo contem já uma primeira caracterização da ameaça a considerar na elaboração do plano de defesa para Portugal. O inimigo é soviético e considera-se possível que logo nos primeiros momentos do conflito se encontre em condições de utilizar os seus meios aéreos de longo raio de ação para atacar, com armamento nuclear e de outro tipo, os pontos de maior valor estratégico situados no continente português. Já os Açores e a Madeira só poderiam ser atacados com recurso a voos de não retorno. Para além da ameaça

⁴³⁸ NAOR/EF58/A16-1.

aérea o memorando aventava também a possibilidade de virem a ocorrer ações ofensivas por meios submarinos contra os portos nacionais e o ataque por forças aerotransportadas. Apesar de tudo os autores do documento consideravam pouco provável que nas primeiras etapas de uma futura guerra Portugal viesse a ser alvo de qualquer investida soviética por via aérea ou naval. Só em caso de invasão terrestre da Europa ocidental o nível de ameaça se alteraria.

No que respeita à observação efetuada pelo delegado português relativamente à defesa terrestre do País o memorando, numa adenda distribuída no dia seguinte, considerava viável uma eventual invasão terrestre após a invasão da França e para essa possibilidade estavam já a ser desenvolvidos pelo *Grupo Regional da Europa Ocidental* os competentes planos de contingência. Sem mais rodeios, no imediato apenas interessava «preparar uma defesa contra ataque aéreo às áreas vitais e a defesa dos portos e navegação costeira contra ataques vindos do mar».⁴³⁹

Além da caracterização da ameaça continha ainda um questionário com vista à determinação dos meios necessários para fazer face às ameaças visualizadas. Assim, para o plano de defesa aérea, Portugal deveria indicar o número de aviões de caça e de aeródromos necessários; os meios de alerta contra ataques aéreos (radar incluído); as áreas vitais a proteger com armamento antiaéreo (cidades, aeródromos, portos, etc.) bem como a extensão dessas áreas e o tipo e quantidades de armamento necessário; os meios para a defesa terrestre das áreas vitais em caso de ataque por forças aerotransportadas. Para o plano de defesa dos portos esperava-se que as autoridades portuguesas elaborassem um plano de defesa contra ataques vindos do mar (Lisboa, Porto, Funchal, Ponta Delgada e Horta) e um plano de deteção/lançamento de minas para os acessos aos portos. Eram também pedidas informações adicionais sobre forças militares e equipamentos imediatamente disponíveis, faltas, excessos, e insistia-se na elaboração de um programa com vista ao escalonamento das forças e meios a disponibilizar no período compreendido entre 1 de julho de 1950 e 1 de julho de 1954.

O relatório da 2ª reunião e o memorando são entregues ainda no dia 12 de janeiro ao embaixador Pedro Theotónio Pereira que os remete ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Este por sua vez rapidamente os enviará aos organismos militares portugueses com competência nas matérias neles contidos.⁴⁴⁰

Contrariando a lentidão e a burocracia características dos processos decisórios dos organismos estatais portugueses, Exército e Armada prontamente reúnem os dados

⁴³⁹ PT/ADN/SGDN/6075/1.

⁴⁴⁰ Idem, *ibidem*.

necessários à elaboração da resposta oficial do Estado português às solicitações contidas no memorando. O documento com as informações avançadas pelos Estados-Maiores do Exército e Naval é enviado por Caeiro da Mata a Theotónio Pereira no dia 21 de janeiro de 1950 e a acompanha-lo seguem algumas observações e esclarecimentos oficiais das autoridades portuguesas que o delegado português ao Subgrupo E (1) devia entregar «(...) expressamente e por escrito para serem tomados na devida consideração (...)».⁴⁴¹

Cumprindo as instruções recebidas de Lisboa, o delegado português envia ao *Chairman* do comité de chefes de estado-maior da Região do Atlântico Norte um memorando onde são transcritos, num tom formal e sério, os pontos de vista do Governo português relativamente à defesa de Portugal continental e arquipélagos dos Açores e Madeira.

O governo português não podia aceitar que, de ânimo leve, os organismos da OTAN pretendessem elaborar planos de defesa que contemplassem única e exclusivamente as hipóteses de ataque inimigo pelas vias aérea e naval. Sendo Portugal membro de pleno direito da Aliança, e como tal sujeito a riscos diversos, deveria a defesa terrestre do País merecer a mesma atenção por parte dos organismos técnicos responsáveis pelo planeamento não sendo por isso de admitir qualquer procedimento contrário. Tanto mais que no documento SG 13/16 se admitia a possibilidade das forças soviéticas virem a agir ofensivamente sobre a Península Ibérica tendo em vista o domínio do Estreito de Gibraltar. A integridade do território português estaria assim seriamente ameaçada e só o mais incauto decisor consideraria razoável esperar pela chegada do inimigo aos Pirenéus para, atuando de improviso, se buscar uma solução para o problema. «O governo português não aceitará (...) deixar ao correr dos acontecimentos a segurança do seu território continental».⁴⁴² Estava dado o mote para as informações que se seguiam.

Referindo-se mais concretamente ao memorando NAOR/EF/ 58/A 16-1, o Comandante Morgado Belo esclarece desde logo que os planos remetidos de Lisboa deviam ser considerados apenas meros estudos de estado-maior pelo que não tinham ainda a sanção do Governo.⁴⁴³ Eram elementos de trabalho ou possibilidades a considerar, mas sem qualquer valor absoluto. O Governo português trataria de os examinar no momento mais oportuno.

⁴⁴¹ PT/ADN/SGDN/6075/1.

⁴⁴² *Idem, ibidem.*

⁴⁴³ Salazar tinha conhecimento do conteúdo dos documentos uma vez que tinha presidido à reunião na qual tinha sido apreciado o parecer elaborado pelo EME e pelo Comando da Aeronáutica (20/1/1950) - PT/ADN/SGDN/6075/1/17.

Assim, para o plano de defesa aérea de Portugal continental, Açores e Madeira⁴⁴⁴ seriam necessárias 12 Esquadrilhas de caça (216 aviões) distribuídas da seguinte forma pelas diferentes regiões do país: 4 para Lisboa; 2 para o Entroncamento; 2 para o Porto; 1 para Évora e 3 para os Açores.⁴⁴⁵ Seria importante que 4 das Esquadrilhas tivessem capacidade de atuação noturna.⁴⁴⁶ Para a atuação dos caças estariam disponíveis os seguintes aeródromos: na região de Lisboa - Portela, Sintra, Montijo, Ota, Alverca; região do Entroncamento – Tancos e Monte Real; região do Porto – Pedras Rubras e Espinho; Açores – Lajes, Santa Maria e Sant’Ana (ilha de S. Miguel). O dispositivo ficaria significativamente melhorado caso se promovesse a construção de um aeródromo em Évora já que permitiria organizar uma linha de defesa avançada de Lisboa apoiada nos aeródromos de Monte Real, Tancos e Évora. A defesa próxima da capital portuguesa ficaria a cargo dos meios aéreos estacionados no Montijo, Portela e Ota.⁴⁴⁷ De todos os aeródromos, só a Portela, as Lajes e Sta. Maria estariam por essa data em condições de receber modernos aviões de caça tendo em conta o facto de necessitarem de pistas devidamente consolidadas e com extensão igual ou superior a 1800 metros. Nos restantes seria necessário construir segundas pistas com dimensões adequadas ou prolongar e consolidar as existentes. Em favor da defesa avançada da cidade do Porto seria também conveniente equacionar a adaptação dos aeródromos de Viseu, Alijo e Braga e a construção de um aeródromo no Sul do continente português para operação de meios aéreos de luta contra a ameaça submarina contemplada no ponto I do memorando.

Portugal não dispunha de qualquer sistema de aviso prévio contra ataques aéreos, nem mesmo o que tinha sido implementado em 1943.⁴⁴⁸ A tecnologia radar não tinha ainda chegado a Portugal não existindo mesmo nenhum indivíduo com os conhecimentos técnicos necessários à implementação de uma rede de vigilância suportada por tais equipamentos. Só com auxílio externo se conseguiria dispor dessa capacidade.

⁴⁴⁴ Ponto II do memorando.

⁴⁴⁵ PT/ADN/SGDN/6075/1.

⁴⁴⁶ Recorde-se que no início de 1950 Portugal dispunha apenas de 9 esquadrilhas de aviões de caça num total de 162 aparelhos, na sua grande maioria obsoletos. - PT/ADN/SGDN/6075/1/18.

⁴⁴⁷ PT/ADN/SGDN/6075/1/22.

⁴⁴⁸ Composto por uma rede de postos de vigilância do espaço aéreo, ligados a centrais de comando localizadas em Lisboa, Porto e Coimbra. PT/ADN/SGDN/6075/2.

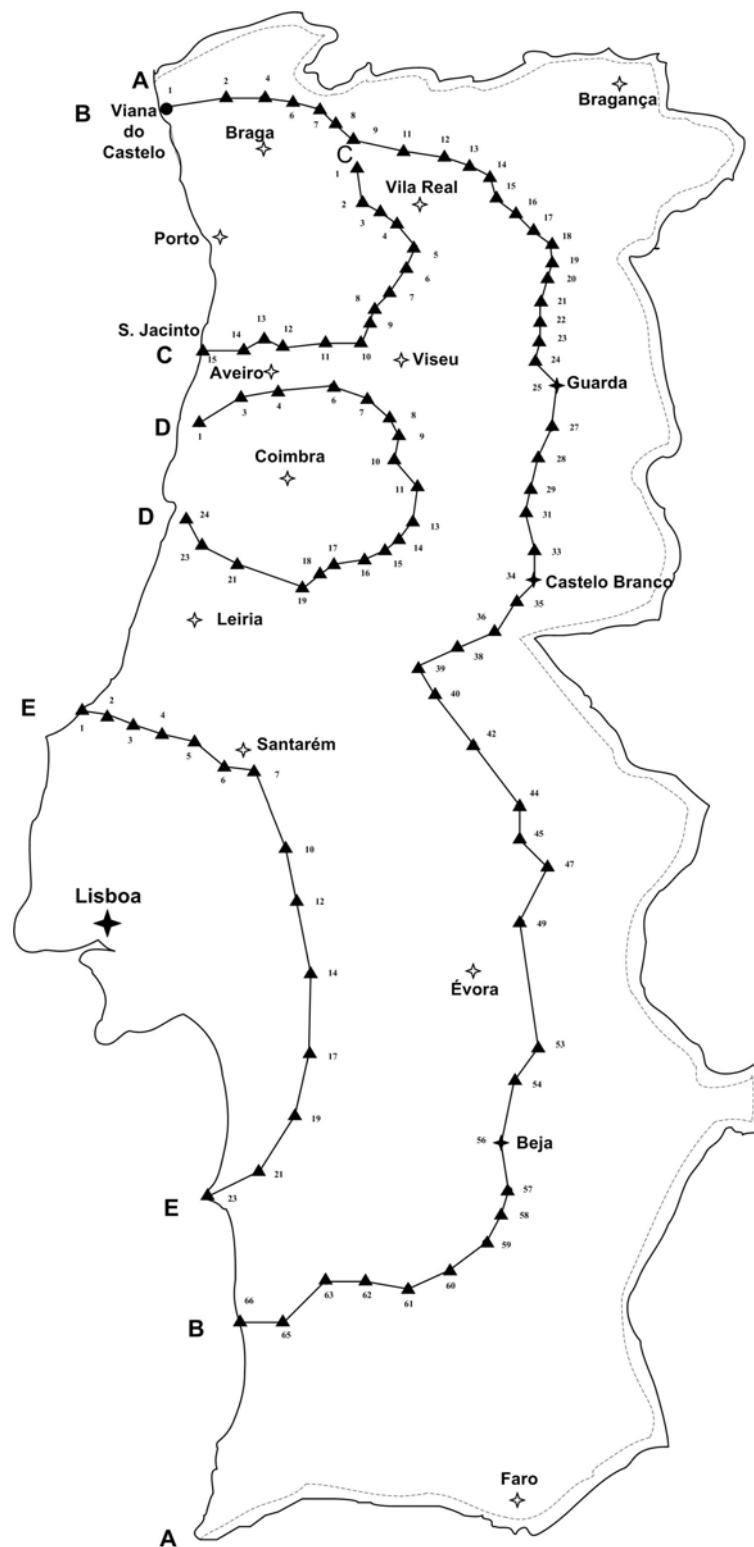


Fig. 6.2 – Rede de postos de vigilância aérea do território continental português⁴⁴⁹

⁴⁴⁹ PT/ADN/SGDN/6075,2. Veja-se também o anexo B

Com base na caracterização da ameaça constante do ponto I do Memorando, as autoridades portuguesas estabeleceram como áreas vitais a defender com AA no território continental os principais aeródromos nele implantados⁴⁵⁰, a região de Lisboa; a região de Setúbal; a região do Entroncamento (Tancos incluído); a região do Porto e a zona do porto de Leixões (também as pistas de Espinho e Pedras Rubras). Nos Açores teria que ser implementado um dispositivo de defesa AA para proteção das seguintes áreas vitais: na ilha de S. Miguel a área de Ponta Delgada; na ilha do Faial a área da Horta; na ilha Terceira a zona da Praia da Vitoria (base das Lajes incluída) e na ilha de Sta. Maria a zona da Vila do Porto (incluindo o aeródromo ali existente)⁴⁵¹. Na ilha da Madeira a área do Funchal.⁴⁵² Estimavam os técnicos militares portugueses que fossem necessárias para a implantação deste ambicioso dispositivo de defesa AA, 520 bocas-de-fogo pesadas (94 mm) e 840 peças ligeiras (40 mm).⁴⁵³

Além dos meios de AAA, a defesa das áreas vitais exigiria também um dispositivo de defesa terrestre capaz de fazer frente a ataques por forças aerotransportadas com a seguinte composição: continente (áreas vitais de Lisboa, Porto, Setúbal, Entroncamento - Tancos) 4 Divisões de infantaria e 1 Divisão mecânica de cavalaria; Açores – 1 Divisão de Infantaria⁴⁵⁴; Madeira – agrupamento tático tendo por núcleo fundamental um Regimento de infantaria.

A defesa dos principais portos portugueses também teria que ser acautelada.⁴⁵⁵ Os planos para a defesa dos portos nacionais teriam uma parte marítima, da responsabilidade da

⁴⁵⁰ Alverca, Ota, Monte Real, S. Jacinto e, caso viesse a ser construído, Évora.

⁴⁵¹ A cidade e o porto de Angra do Heroísmo não foram incluídos na lista inicial de áreas vitais a defender.

⁴⁵² Segundo os cálculos dos técnicos portugueses as áreas vitais tinham as seguintes dimensões aproximadas: Lisboa 650 Km², Setúbal 15 Km²; Entroncamento 80 Km²; Porto 160 Km²; Ponta Delgada 5 Km²; Horta 10 Km²; Praia da Vitoria 20 Km²; Vila do Porto 5 Km²; Funchal 6 Km².

⁴⁵³ O documento enviado para Washington em 21 de janeiro de 1950 indicava como necessidades mínimas em material de AA para a defesa das áreas vitais 432 peças de artilharia pesada e 670 peças de artilharia ligeira. PT/ADN/SGDN/6075/1/19; PT/ADN/F1/SR32/133/2.

⁴⁵⁴ Efetivos mínimos considerados pelas autoridades portuguesas: 2 BI para S. Miguel, 1 BI para a Terceira, 1 BI para Sta. Maria, 1 BI para o Faial e 1 BI de reserva (6 BI no total). PT/ADN/SGDN/6075/1/19.

⁴⁵⁵ Portos de Lisboa, Setúbal, Leixões, Ponta Delgada, Horta, Praia da Vitória, Vila do Porto e Funchal.

Marinha, e uma parte de defesa costeira que assentava em grande medida no dispositivo de defesa costeira já existente ou em fase de implementação.⁴⁵⁶

Ainda em 1950, na reunião do comité NATO realizada em Washington, as autoridades portuguesas acordam colocar ao dispor da NATO os seguintes efetivos⁴⁵⁷:

- a. Forças terrestres: 1 Divisão de campanha;
- b. Forças aéreas: 112 aviões de caça de interceção, 32 aviões de caça de noite e de “todo o tempo”;
- c. Forças navais: 5 *destroyers* e escoltas de 1ª classe, 2 escoltas oceânicos, 6 escoltas costeiros, 4 draga-minas oceânicos.

Definidos perante a NATO ficavam também os efetivos das “*forças de defesa nacionais*”⁴⁵⁸:

<i>Forças Terrestres</i>	1 Divisão de campanha 3 Divisões para a defesa territorial 6 Batalhões 50 Baterias AAA pesada (200 peças) ⁴⁵⁹ 40 Baterias AAA ligeira (240 peças)
<i>Forças aéreas</i>	9 Esquadrilhas da caça diurna (225 aviões) 5 Esquadrilhas de caça de “todo o tempo” (40 aviões) 3 Grupos de “controlo e alarme” (15 aviões) e unidades de controlo e interceção no solo 1 Unidade de emergência e salvamento 2 Esquadrilhas de aviões A/S (24 aviões)
<i>Forças navais</i>	13 navios de escolta 25 vedetas A/S 16 draga-minas 2 navios lança redes 3 navios de “portada” 8 navios patrulhas de portos

Quadro 6. 1 - Forças de defesa nacionais

Além destas forças constantes do DP 3/50 o ministro da Defesa português declarava nas instruções enviadas para Washington a propósito do NAOR/EF58/A16-1 que Portugal pretendia num futuro próximo acrescentar às “*forças de defesa nacionais*”⁴⁶⁰ mais 4 Divisões

⁴⁵⁶ 2 Baterias 23,4cm, 3 Baterias de 15,2cm, 3 Baterias de 15 CTR, 3 Baterias 10 CWT contra lanchas torpedeiras. O porto de Leixões não estava defendido, o porto de Ponta Delgada, Horta e Funchal estavam defendidos com Baterias de 15cm, os portos de Praia da Vitória e Vila do Porto não estavam defendidas. - PT/ADN/SGDN/6075/1/17.

⁴⁵⁷ DC 28. PT/ADN/F1/SR33.1/135/13.

⁴⁵⁸ DP 3/50.

⁴⁵⁹ PT/ADN/SGDN/4234/3/1

⁴⁶⁰ DP 3/50.

de campanha; 1 destacamento misto de tropas (composição a definir) para a segurança e defesa da capital portuguesa; 10 Batalhões de Caçadores; 10 Baterias de artilharia de costa; o reforço da DTCA e; 1 Esquadrilha de transporte aéreo.⁴⁶¹

Como podemos verificar, os objectivos de forças traçados pelas autoridades portuguesas no início da década de 1950, e em especial por Santos Costa, eram ambiciosos mas também utópicos em face das reais capacidades económicas do país. Em finais de 1951 estes objetivos, por pressão mais ou menos subtil dos organismos da NATO, tinham já sido em grande medida suavizados ficando as responsabilidades portuguesas perante a NATO fixadas nos moldes expressos nos quadros seguintes.

Forças Terrestres ⁴⁶²		
<i>Para atuação na área do SHAPE</i>		2 Divisões de campanha
<i>Para defesa do território na Península</i>		3 Divisões territoriais
Para emprego no território metropolitano português	Açores e Madeira	6 Batalhões reforçados
	AAA pesada (9,4)	44 Baterias
	AAA ligeira (40mm)	40 Baterias

Quadro 6.2 – Forças terrestres

Forças Navais ⁴⁶³	
<i>Escoltas de 1ª classe (DDE)</i>	3
<i>Escoltas oceânicos (DE)</i>	7
<i>Escoltas costeiros (PC)</i>	17
<i>Draga-Minas (AM)</i>	8
<i>Draga-Minas costeiros (AMC)</i>	8

Quadro 6.3 – Forças navais

⁴⁶¹ De acordo com as instruções de Santos Costa, as Divisões de campanha deviam ser organizadas segundo o esquema americano e as Divisões territoriais deviam ser mais ligeiras que as anteriores (esquema a definir). PT/ADN/F1/SR33.1/135/15.

⁴⁶² PT/ADN/F1/SR33/135/6.

⁴⁶³ Idem, ibidem.

Forças Aéreas ⁴⁶⁴					
Aviação de Caça	Contínente	De dia	4 Esquadrilhas	100	125 Aviões
		De todo o tempo	1 Esquadrilha	25	
	Açores	De dia	1 Esquadra	25	50 Aviões
		De todo o tempo	1 Esquadra	25	
	SHAPE	De dia	1 Grupo de 3 Esquadras		50 Aviões
	Luta Antissubmarina	A/S		2 Esquadras	

Quadro 6.4 – Forças aéreas

3. Os compromissos portugueses após a Cimeira de Lisboa

Como vimos anteriormente, no último semestre de 1950 os países membros da NATO tinham empreendido intensivas negociações e adotado importantes medidas com vista à transformação da Aliança numa efetiva e integrada coligação defensiva. Na reunião de Washington de 1950 são tomadas algumas resoluções decisivas em relação à composição futura das forças armadas NATO e no fim desse ano tinha já sido aprovada a criação de uma força aliada de defesa; a RFA estava a caminho do rearmamento; tinha sido criado o cargo de SACEUR; os EUA tinham concordado alocar 4 Divisões adicionais à defesa da Europa; o DC-28 tinha sido aprovado e com ele os primeiros objetivos de forças para 1954: 49 Divisões prontas em D (95 em D+90), 556 navios de guerra e 9.200 aviões de combate. Em Novembro de 1951 estes planos de médio prazo são alterados pelo documento MC 26/1 que estabelece novos objetivos de forças: 46 divisões de dia D e 98 em D+30.

Em Setembro de 1951 o Conselho do Atlântico Norte tinha nomeado um *Temporary Council Committee* (TCC)⁴⁶⁵ tendo em vista a elaboração de um estudo e correspondente relatório sobre a forma de conciliar os gastos de defesa dos países europeus com as reais

⁴⁶⁴ Idem, ibidem.

⁴⁶⁵ Constituído por Averell Harriman (diplomata norte-americano), Jean Monet (político francês) e Edwin Plowden (quadro técnico do Tesouro britânico).

capacidades económicas desses mesmos países. Será com base neste relatório elaborado pelo TCC que, em 1952, o CAN irá rever os objectivos de forças para o ano de 1954.⁴⁶⁶

Na cimeira da NATO realizada em Lisboa em fevereiro de 1952 o Conselho do Atlântico Norte aprova pela primeira vez as forças-objetivo destinadas à defesa da Europa Ocidental em caso de conflito armado com a União Soviética. As Divisões de dia D são agora 41 e as de dia D+30, 89.⁴⁶⁷

No que respeita a Portugal, assumem-se compromissos muito mais realistas e, portanto, muito menos ambiciosos quando comparados com os objetivos traçados em 1950. As autoridades nacionais, e mais concretamente Santos Costa, veem-se obrigadas a rever em baixa os objectivos de crescimento do dispositivo de forças nacional. Em resultado das deliberações tomadas na reunião da Lisboa caberá a Portugal preparar as seguintes forças: 2 Divisões de campanha prontas em D+30 (1953 e 1954); 3 Divisões territoriais para possível empenhamento nos Pirenéus; 11 destacamentos de segurança interna (Portugal continental)⁴⁶⁸; 6 Destacamentos de segurança interna (Açores e Madeira); 44 Baterias de AAA pesada; 40 baterias AAA ligeira.

O escalonamento da organização das forças militares portuguesas previsto no início de 1952 era o constante dos quadros seguintes.⁴⁶⁹

Designação		1952			1953			1954		
		D +15	D +30	D +60	D +15	D +30	D +60	D +15	D +30	D +60
Para emprego na Europa ocidental	Divisões de campanha	0	0	0	0	1	2	0	2	2
	CE (QG, tropas e Serviços de CE) (a)	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Para emprego na Península Ibérica	Divisões de territoriais	0	0	1	0	1	2	0	1	3
	CE (QG, tropas e Serviços de CE) (a)	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Para emprego no território	Destacamentos de Segurança interna	Cont.	11	11	11	11	11	11	11	11
		Ilhas	6	6	6	6	6	6	6	6

⁴⁶⁶ Bowie, Robert R. & Immerman, Richard H., (1998), *Waging Peace: How Eisenhower Shaped an Enduring Cold War Strategy*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 16 et seqs.

⁴⁶⁷ Nestes totais está já previsto o contributo da RFA para a defesa comum da Europa: 8 Divisões no dia D e 12 Divisões em D+ 30. A contribuição da RFA fazia baixar o esforço dos restantes países membros em cerca de 30%.

⁴⁶⁸ Composição a fixar.

⁴⁶⁹ PT/ADN/F1/SR33.1/135/13

metropolitano português	Baterias pesadas da DCA territorial	Cont.	18	24	24	24	24	34	24	34	40
		Ilhas	6	6	6	6	6	6	6	10	10

(a) A fixar

Quadro 6.5 - Escalonamento das forças terrestres portuguesas (fevereiro 1952)

Designação		1952			1953			1954			
		D	D +30	D +60	D	D +30	D +60	D	D +30	D +60	
Aviação de caça	SHAPE	75	75	75	75	75	75	75	75	75	
	Continente	De dia	75	75	75	100	100	100	100	100	100
		De todo tempo	0	0	0	0	0	0	25	25	25
	Açores	De dia	25	25	25	25	25	25	25	25	25
		De todo tempo	0	0	0	0	0	0	25	25	25
Aviação de cooperação	Com as forças terrestres	0	0	0	0	50	50	0	75	75	
	Com as forças navais	3	3	6	6	6	12	12	12	24	

Quadro 6.6 - Escalonamento das forças aéreas portuguesas (fevereiro 1952)⁴⁷⁰

Designação	1952					1953					1954					Depois de 1954
	D	D +15	D +30	D +90	D +180	D	D +15	D +30	D +90	D +180	D	D +30	D +60	D +90	D +180	
DDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	3	3	3
DE	4	4	5	6	7	4	4	5	6	7	4	5	6	6	8	9
PC	0	0	2	4	6	0	2	2	4	6	4	6	8	12	17	17
AM	2	2	4	4	4	2	2	4	4	4	4	4	4	6	8	8
AMC	0	0	0	0	0	2	2	4	4	4	4	4	6	8	8	8
Total	6	6	11	14	17	8	10	15	18	22	17	21	26	35	44	45

Quadro 6.7 - Escalonamento das forças navais portuguesas (fevereiro 1952)⁴⁷¹

Na reunião do Conselho do Atlântico Norte (CAN) realizada em fevereiro de 1952 foram estabelecidas um sem-número de directrizes vitais para o planeamento de defesa

⁴⁷⁰ Idem, ibidem.

⁴⁷¹ Idem, Ibidem.

aliado nas décadas seguintes. È o caso da chamada “Revisão Anual” (RA).⁴⁷² Dando continuidade e maior substancia ao trabalho iniciado pelo TCC no Outono de 1951, o CAN decide em Lisboa instituir a realização de revisões anuais dos meios necessários à edificação e manutenção de uma força defensiva adequada às necessidades da NATO mas devidamente alicerçada nas reais capacidades político-militares de cada país membro da Aliança.

Como refere o primeiro Secretário-geral da NATO, Lord Ismay, na sua obra, o processo é bastante linear: partindo de diretrizes de planeamento oficialmente aprovadas, o esforço financeiro de cada país membro da Aliança é determinado com base em estimativas gerais de despesa efetuadas autonomamente pelos diferentes departamentos da NATO, gradualmente ajustadas em função dos constrangimentos económicos e políticos de cada governo. A RA tinha, assim, por objetivo principal estabelecer alvos de crescimento da capacidade militar da Aliança atlântica que pudessem vir a ser realisticamente convertidos em compromissos nacionais dos diferentes países membros.⁴⁷³

No início da década de 1950 o programa de crescimento da capacidade militar da NATO é, pela sua complexidade, um empreendimento de médio e longo prazo cuja concretização está significativamente condicionada pelo facto da grande maioria dos governos dos países membros não poderem assumir compromissos para além dos limites das suas legislaturas. A RA cobria, por norma, um período mínimo de três anos. No entanto, os representantes nacionais apenas eram chamados a apresentar compromissos firmes para o ano subsequente ao da RA. Para os restantes anos apenas eram pedidas projeções, importantes. No entanto na hora de planear a produção de equipamentos ou a implantação de infraestruturas que exigissem longos períodos de construção.

A RA era um processo essencialmente multilateral e iniciava-se com uma avaliação dos objetivos alcançados em relação aos compromissos declarados firmes pelos membros da Aliança para esse ano. Em seguida eram melhorados os compromissos provisórios assumidos na RA anterior de forma a passarem a definitivos na RA em curso. Os objetivos de planeamento avançavam então mais um ano em relação ao limite temporal anteriormente estabelecido.

Para que se pudessem levar a cabo as RA era enviado anualmente a todos os governos dos países membros da Organização um questionário com vista à compilação de

⁴⁷² A “*Annual Review*”, na designação original, só em 1966 seria substituída pelo “*Defence Planning Review*”.

⁴⁷³ Ismay, Lord, (1954), *OTAN, 1949-1954, Les Cinq Premieres Annees*, Paris, NATO.

informação detalhada sobre os programas militares em curso em cada país, orçamentos de defesa, produção militar, situação económica, etc. As respostas de cada país ao questionário eram posteriormente disponibilizadas aos restantes membros e, claro, às autoridades civis e militares da NATO.

A partir de 1952 as RA passam então a ser anuais e em cada uma delas os aliados vão ter que lidar com questões de índole e complexidade diferentes. As conversações para a RA de 1952 desenvolveram-se sobretudo em torno das ações a desenvolver no sentido de que fossem concretizados os programas militares acordados na reunião de Lisboa de fevereiro desse ano; em 1953 a RA teve como pano de fundo o problema da manutenção alongo prazo das forças da NATO; em 1954 estiveram em “cima da mesa” as alterações do planeamento de defesa NATO resultantes da participação da RFA no esforço comum de defesa e também, o uso de armamento nuclear; nas RA de 1955 e 1956 discutiram-se questões económicas de longo prazo e a necessidade de revisão da estratégia da NATO.⁴⁷⁴

No que respeita a Portugal, os trabalhos desenvolvidos com vista à RA de 1952 conduziram a uma considerável diminuição dos objetivos de forças para os anos de 1953 e 1954 previstos nos documentos S.C.S 33 (Final)⁴⁷⁵ SGM 874/52⁴⁷⁶ e M.R.C. 12 (Final)⁴⁷⁷. De acordo com a avaliação efetuada pelas autoridades nacionais, a redução do esforço militar português ocorre não porque o grau de ameaça da potência de Leste tivesse

⁴⁷⁴ Idem.

⁴⁷⁵ Relatório do Screening and Costing Staff (SCS) (Temporary Council Committee - TCC). O SCS, com base nos requisitos estabelecidos pelo SHAPE no documento MC 26/1, na informação fornecida pelos países membros da Aliança e nos seu próprios estudos, elabora o documento SCS/33 com os objetivos de forças para os anos de 1952, 1953 e 1954. Este documento viria a constituir a base para as recomendações que o TCC viria a apresentar na Cimeira de Lisboa em Fevereiro de 1952. Veja-se o documento SHAPE-PPO 37/54.

⁴⁷⁶ Memorando do *Standing Group*. SGM 874/52 - «Estimated Firm Force Goals for December 1953, Provisional Goals for December 1954, and Planning Goals for December 1955». Na preparação da *Revisão Annual* de 1952 (outono de 1952) o *Standing Group* elabora este documento que é remetido aos Chefes de Estado-Maior dos países membros e aos Altos Comandos da NATO para comentário. Idem.

⁴⁷⁷ Documento do *Military Representatives Committee*. O documento MRC-12 (25 de junho de 1952) contém os objetivos de forças revistos no seguimento dos comentários apresentados pelas diversas entidades ao documento SGM 874/52. Os objetivos de forças apresentados no MRC-12 são estabelecidos partindo do princípio que os objetivos fixados para 1952 na Cimeira de Lisboa eram alcançados. Os objetivos para 1953 e 1954 são estabelecidos mediante a modificação das metas fixadas pelo SCS (Lisboa) à luz de informação adicional entretanto surgida. Os objetivos para o ano de 1955 são apresentados por extrapolação. Idem

diminuído mas porque os organismos militares da NATO tinham concluído que os objetivos fixados naquele documento tinham-se revelado mais além das verdadeiras capacidades de empenhamento do país. Depois de inicialmente se ter dispensado especial atenção ao número de Divisões a constituir para fazer face a uma ameaça que se julgava iminente, entrava-se agora numa nova fase em que se privilegiava a qualidade das forças a mobilizar. Como fica escrito num documento emanado pelo SGDN, «*tratava-se de construir mais, devagar e melhor*».⁴⁷⁸

Depois de intensa troca de informação entre as autoridades portuguesas e os organismos militares da NATO o escalonamento da organização das forças portuguesas com vista à RA de 1952 é definitivamente fixado por Santos Costa em Agosto de 1952.⁴⁷⁹ Condicionado à receção de material americano para equipar as Divisões destinadas ao SHAPE, o escalonamento ficava assim definido:

Escalonamento das forças terrestres portuguesas (agosto 1952)⁴⁸⁰

Designação		1953			1954			1955			
		D +15	D +30	D +60	D +15	D +30	D +60	D +15	D +30	D +60	
Divisões de campanha - SHAPE		0	1	1	0	2	2	0	2	2	
Defesa Territorial	Divisões territoriais Pirenéus	0	1	1	0	1	2	0	1	3	
	Destacamentos Segurança interna	Continente	11	11	11	11	11	11	11	11	11
		Ilhas	5	5	5	5	5	5	5	5	5
	Baterias pesadas de DCA territorial	Continente	24	24	24	24	34	39	24	34	39
		Ilhas	6	6	6	6	10	11	6	10	11

Quadro 6.8 - Escalonamento das forças terrestres portuguesas (agosto 1952)⁴⁸¹

Resumindo e condensando num único documento as objecções portuguesas aos escalonamentos propostas pelos organismos militares da NATO nos documentos SGM 874/52 e MRC 12, o despacho de Santos Costa estabelecia a disponibilização de meios navais nos seguintes moldes:

⁴⁷⁸ PT/ADN/SGDN/4234/2.

⁴⁷⁹ Despacho do ministro da Defesa datado de 20 de Agosto de 1952.

⁴⁸⁰ PT/ADN/SGDN/4234/2.

⁴⁸¹ PT/ADN/SGDN/4234/2.

Designação	1953					1954					1955				
	D	D+15	D+30	D+90	D+180	D	D+15	D+30	D+90	D+180	D	D+15	D+30	D+90	D+180
DDE	0	0	0	0	0	1	2	2	3	3	1	2	2	3	3
DE	4	4	4	6	6	4	5	5	6	8	4	5	5	6	9
PC	0	2	2	6	6	4	6	6	12	17	4	6	6	12	17
AM	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4	2	2	4	4	4
AMC	2	2	4	4	4	6	6	6	10	12	6	6	6	10	12
Aviões navais	6	6	6	12	12	12	12	12	18	24	12	12	12	18	24

Quadro 6.9 - Escalonamento das forças navais portuguesas (agosto 1952)⁴⁸²

1952 é o ano em que a força aérea adquire autonomia no seio das forças armadas nacionais. Não será por isso de estranhar que no ano da sua criação a FAP se debata com uma enorme escassez de meios aéreos, que se esperava ultrapassar com o indispensável auxílio dos EUA. Não obstante essa escassez, os organismos militares da NATO pretendiam que Portugal contribuísse já em 1953 com um total de 125 aviões para o dispositivo de forças atribuído ao SACEUR. Como em tantas outras solicitações, o esforço pedido a Portugal ia muito além das capacidades existentes mas também da vontade política do governo português. Informada a Organização das objeções nacionais, o despacho de agosto de 1952 do ministro da Defesa Nacional estabelece de forma perentória que em 1953 Portugal não contribuiria com qualquer meio aéreo para o SHAPE (só a partir de 1954) e que essa contribuição futura se situaria na ordem dos 50 a 75 aviões. Assim, o escalonamento das forças aéreas portuguesas seria o seguinte:

	1953			1954			1955			Soma em 1955
	Firme			Provisório			Planeamento			
	Cont.	Açores	SHAPE	Cont.	Açores	SHAPE	Cont.	Açores	SHAPE	
IDF/FB ⁴⁸³										
Aviões	100	--	--	100	--	--	100	--	75	175
Esquadras	4	--	--	4	--	--	4	--	3	7
IDF										
Aviões	--	25	--	--	25	--	--	25		25
Esquadras	--	1	--	--	1	--	--	1		1

⁴⁸² Idem, ibidem.

⁴⁸³ IDF/FB – Caça diurno / Caça-bombardeiro, IDF – Caça diurno, FB – Caça-bombardeiro, AWX/FTR – Caça de todo o tempo.

FB										
Aviões	--	--	--	--	--	50	--	--	--	--
Esquadras	--	--	--	--	--	2	--	--	--	--
AWX/FTR										
Aviões	--	--	--	--	25	--	25	25	--	50
Esquadras	--	--	--	--	1	--	1	1	--	2
Soma										
Aviões	100	25	--	100	50	50	125	50	75	250
Esquadras	4	1	--	4	2	2	5	2	3	10
TOTAL										
Aviões	125			200			250			
Esquadras	5			8			10			

Quadro 6.10 - Escalonamento das forças aéreas portuguesas (agosto 1952) ⁴⁸⁴

Na RA de 1953 é tornado firme o escalonamento de forças anteriormente previsto para o ano de 1954 e alargam-se as previsões de escalonamento aos anos de 1956 e 1957. ⁴⁸⁵ O novo marco temporal dos planos de defesa da Aliança, apontado oficiosamente por diversos departamentos, é agora o ano de 1956. No entanto sem uma revisão oficial das necessidades de defesa do Ocidente, ter-se-ia que continuar a planear o escalonamento de forças com base nos pressupostos anteriormente definidos. As instruções difundidas pelos organismos competentes da NATO vão no sentido de serem mantidos os objectivos fixados em 1952 que devem ser atingidos seguindo um escalonamento mais suave e concordante com as possibilidades económicas e financeiras da Organização. No que respeita ao esforço português, com a excepção das forças terrestres, dever-se-ia trabalhar no sentido de alcançar os objetivos máximos propostos para 1952.

Designação		1954			1955			Observações
		D +15	D +30	D +60	D +15	D +30	D +60	
Divisões de campanha - SHAPE		--	1	1	--	1	1	
Defesa Territorial	Divisões territoriais Pirenéus	--	1	2	--	1	3	(a) Com base nos Batalhões de Caçadores e de Metralhadoras
	Destacamentos Segurança interna	Continente (a)	11	11	11	11	11	(b) Formados com base nos Batalhões independentes de organização normal ou aproximada à dos Batalhões de caçadores
		Ilhas (b)	5	5	5	5	5	
	Baterias Pesada AA	Continente	24	34	39	24	34	
Ilhas		6	10	11	6	10	11	

Quadro 6.11 - Escalonamento das forças terrestres portuguesas (RA 1953) ⁴⁸⁶

⁴⁸⁴ PT/ADN/SGDN/4234/2.

⁴⁸⁵ PT/ADN/SGDN/2040/6.

⁴⁸⁶ Idem, ibidem.

Da análise do quadro de forças acima exposto pode constatar-se uma importante alteração no que diz respeito ao número de Divisões que a partir de 1954 Portugal estaria em condições de colocar ao serviço do SHAPE. É uma redução do contributo português realizada nos termos das resoluções da Conferencia de Paris realizada em abril de 1953 e que vem contrariar as aspirações das autoridades portuguesas, em especial do ministro da Defesa. Como faz questão de frisar o Coronel Câmara Pina (3ª Rep. SGDN), a redução em 1 Divisão do contributo militar português para o SHAPE não partiu de uma decisão unilateral dos decisores políticos portugueses. Antes resultou da avaliação externa das capacidades de cumprimento dos compromissos assumidos, efectuada pelos técnicos da NATO. Para o SGDN aqueles estudos tinham deixado claro que Portugal não estava em condições de cumprir os objectivos de forças a que se tinha proposto não devendo insistir-se na inclusão da 2ª Divisão nos escalonamentos de forças seguintes uma vez que a insistência podia ser interpretada como um pretexto para a obtenção gratuita de material militar. Assim, escreve Câmara Pina,

«por uma questão de orgulho e prestígio nacionais não devemos insistir e só nos disporemos a considerar uma 2ª Divisão nos nossos planos uma vez que nesse sentido sejamos expressamente solicitados com a garantia do fornecimento do MDAP do equipamento que nos falta, tal como a 1ª divisão.»⁴⁸⁷

Segundo as directrizes do SGDN, a redução da contribuição portuguesa para o SHAPE devia ser aproveitada para dispensar maior atenção às forças destinadas à defesa da Península bem como às forças e meios da DTCA. Havia também que rever a constituição dos Destacamentos de defesa interna (DDI) que, nos termos do despacho do ministro da Defesa de 3 de maio de 1953, deviam ser organizados com base na orgânica dos Batalhões de Caçadores e de Metralhadoras.

Ainda em 1953, as autoridades portuguesas comprometiam-se, no que diz respeito às forças destinadas ao SHAPE, a constituir e dotar de material a 1ª Divisão e as suas unidades de apoio; a manter os dois anos de serviço militar dos especialistas; aumentar o tempo de permanência nas fileiras dos oficiais e sargentos milicianos para 18 meses (6 meses de instrução básica e 12 no quadro permanente das unidades operacionais); aumentar o período de instrução anual dos reservistas para 28 dias; etc.⁴⁸⁸

⁴⁸⁷ Informação 524/15-53 da 3ª Rep. SGDN de 15 de junho de 1953.

⁴⁸⁸ Os planos relativos ao recrutamento e formação desta Divisão tinham que ser revistos. Segundo o SGDN, a Divisão devia ser organizado na base de 1 Batalhão de infantaria por cada um dos

Em 1954 proceder-se-ia nos mesmos moldes ou seja, iria promover-se o integral cumprimento de um programa semelhante ao aprovado para 1953 e, pela primeira vez, submeter a 1ª Divisão a um exercício de treino conjunto com a totalidade dos efetivos previstos no quadro orgânico das unidades, com a duração de 28 dias. Além disso, para satisfação das dotações orgânicas acordadas, Portugal estaria em condições de fornecer às forças destinadas ao SHAPE armamento ligeiro;⁴⁸⁹ artilharia de campanha e; às forças da Defesa Territorial, o mesmo armamento ligeiro; artilharia AA de 4 e 9,4cm; todo o material orgânico não incluído nos programas MDAP (exceto o material do serviço de saúde, subsistências e engenharia).

Navios	1954					1955					1956-57
	D	D+15	D+30	D+90	D+180	D	D+15	D+30	D+90	D+180	
DDE	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
DE	4	5	5	6	6	6	6	7	8	9	10
PC	4	4	6	7	9	4	4	6	12	14	17
AM	2	2	4	4	4	2	2	4	4	4	4
AMC	4	4	6	7	8	4	4	6	10	12	12

Quadro 6.12 - Escalonamento das forças navais portuguesas (RA 1953)⁴⁹⁰

Apesar das recomendações dos organismos militares da NATO aconselharem a substituição dos DDE previstos nos planos portugueses por navios de tipo DE, as autoridades portuguesas mantinham a linha de rumo anteriormente adoptada porque, no seu entender, não tinha ficado suficientemente demonstrado que os navios de tipo DE pudessem desempenhar o mesmo tipo de missões previstas para os DDE. Mesmo assim, a concretização dos objectivos expostos na RA de 1953 ficava em grande parte dependente da inclusão nos programas MDAP dos seguintes navios: 2 DDE (1 em 1955; 1 em 1956-57); 3 DE (2 em 1955; 1 em 1956-57) e, 3 PC (1956-57).

Regimentos das 1ª, 2ª e 3ª Regiões militares e órgãos regimentais cedidos pela 2ª Região militar ou por cada uma das Regiões na proporção dos Batalhões cedidos. PT/ADN/SGDN/2040/6.

⁴⁸⁹ Pistolas; pistolas-metralhadoras; espingardas; metralhadoras (calibre.50 excluído); morteiros de 81mm; dispositivos “energia” (granadas). PT/ADN/SGDN/2040/6.

⁴⁹⁰ PT/ADN/SGDN/2040/6.

Aviões	1954			1955			1956			1957		
	Cont.	Açores	SHAPE	Cont.	Açores	SHAPE	Cont.	Açores	SHAPE	Cont.	Açores	SHAPE
IDF/FB	100	25	--	100	25	25	100	25	50	100	25	75
AWX/F	25	--	--	25	25	--	25	25	--	25	25	--
A/S												
SB2C	16	--	--	16	--	--	12	--	--	24	--	--
PV2	6			8			12					
Meteorológico (SACLANT)	--	4	--	--	4	--	--	4	--	--	4	--

Quadro 6.13 - Escalonamento das forças aéreas portuguesas (RA 1953)⁴⁹¹

Tendo em conta a evolução dos objetivos da NATO, as autoridades portuguesas previam que fosse necessário a breve trecho reduzir os meios aéreos com destino à defesa dos Açores a uma única Esquadra de tipologia mista composta por 17 aviões IDF/FB e 8 caças todo o tempo AWX/F. Por dificuldades de obtenção de meios Portugal poderia também ter que vir a aceitar uma redução dos meios destinados ao SHAPE e à Esquadra de defesa do continente português que passaria a contar com apenas 3 Esquadrilhas de aviões de todo o tempo com um total de 19 aviões.

À semelhança do modo de atuação preconizado em relação às forças terrestres, o SGDN instava os responsáveis pelo planeamento da atividade militar a aproveitarem o retardamento que era imposto ao crescimento da força aérea nacional para, com mais detalhe, tratarem da instrução do pessoal; do alargamento dos quadros orgânicos e do desenvolvimento dos serviços de manutenção e de apoio de terra.⁴⁹² As autoridades portuguesas comprometiam-se a procurar substituir os aviões de luta A/S (SB2C) por aparelhos mais modernos e eficazes (caso os viesse a obter via MDAP); a aumentar os quadros do pessoal técnico; a implementar um programa de treino para reservistas das forças aéreas; a instruir devidamente os técnicos do dispositivo de deteção e alerta para que estivessem aptos a operar os equipamentos que lhes viessem a ser distribuídos; a rever e melhorar o programa de instrução de pilotos e mecânicos aeronáuticos.

As Revisões Anuais do escalonamento das forças militares dos países membros da NATO vão, como dissemos, continuar a um ritmo que acaba por tornar-se rotineiro. No entanto, com o passar do tempo, o questionário enviado anualmente aos aliados adquire uma objetividade e solidez muito diferentes da verificada no momento da criação deste

⁴⁹¹ Idem, ibidem.

⁴⁹² Idem, ibidem

mecanismo de auscultação. De igual modo, as autoridades de cada país acabarão por agilizar os processos de estudo e decisão internos de tal forma que no final do período temporal objeto do nosso estudo, 1959, não só se conseguira cumprir o calendário estabelecido para o envio das respostas nacionais ao questionário que precedia a realização de cada RA (ARQ) como também se lograra um maior grau de realismo, transparência e fiabilidade nessas mesmas respostas.

No que respeita aos escalonamentos de forças avançados pelas autoridades portuguesas, constata-se que os compromissos assumidos vão sofrer muito poucas alterações ao longo da segunda metade da década de 1950. Só a partir de 1957, e mesmo assim a nível interno, as políticas de defesa e militar portuguesas começarão gradualmente a modificar-se. Por despacho de 4 de abril de 1957 o Subsecretario de Estado do Exército estabelece uma maior prioridade à organização e preparação das forças militares destinadas à defesa de Portugal continental (incluindo a defesa costeira do continente, defesa AA e artilharia de campanha) em detrimento das forças destinadas ao SHAPE.⁴⁹³

No final da década de 1950 Portugal tinha os seguintes compromissos:

Encargos	Forças atribuídas
Defesa interna	1 Regimento de infantaria 10 Batalhões de Caçadores 3 Batalhões de metralhadoras 2 GAC 8,8 AP
Europa Central (SHAPE)	1 Divisão de infantaria Elementos de apoio
CE dos Pirenéus	3 Divisões de infantaria Elementos não endivisionados
Reserva Geral	1 Divisão de infantaria
Angola	1 Divisão de infantaria
Moçambique	1 Divisão de infantaria
Outras Províncias	½ Divisão de infantaria
Defesa de Costa (continente e ultramar)	7 Baterias fixas no continente 3 Baterias fixas nas Ilhas adjacentes 2 Baterias fixas para Angola 1 Bateria para Moçambique 1 Bateria para Cabo Verde 1 Bateria para Índia
Defesa AA Do Continente	(proposto em 1957) 34 Baterias AA 9,4 306 Secções AA de 4cm 180 Secções AA de 20mm

Quadro 6.14 – Escalonamento das forças terrestres em finais da década de 1950.

⁴⁹³ PT/ADN/SGDN/4215/1.

Navios	1957	1958	1959	1960	1961	Obs.
DDE	--	--	--	--	--	
DE	10	5	5	5	5 ½	5 para o SACLANT
PC	14	14	14	14	14	
MSO (a)	4	4	4	4	4	
MSC (b)	12	12	12	12	12	
Avisos 1ª classe	2	2	2	2	2	
Avisos 2ª classe	4	4	4	4	4	
Submarinos	3	3	3	3	3	

(a) Ocean Minesweeper; (b) Coastal Minesweeper

Quadro 6.15 - Escalonamento das forças navais em finais da década de 1950⁴⁹⁴

Aviões	1958			1959			1960			1961		
	Comando Nacional	Cmd. Nac. e SACLANT	SACLANT	Comando Nacional	Cmd. Nac. e SACLANT	SACLANT	Comando Nacional	Cmd. Nac. e SACLANT	SACLANT	Comando Nacional	Cmd. Nac. e SACLANT	SACLANT
IDF	100	--	--	100	25	--	100	25	--	100	25	--
A/S	--	--	24	--	--	12	--	--	12	--	--	12
Rec. Meteo.	4	--	--	4	--	--	4	--	--	4	--	--
Transporte	3	--	--	3	--	--	4	--	--	4	--	--

Quadro 6.16 - Escalonamento das forças aéreas em finais da década de 1950⁴⁹⁵

⁴⁹⁴ PT/ADN/SGDN/4215/12.

⁴⁹⁵ PT/ADN/SGDN/4215/2.

Capítulo VII – A defesa interna do território português

1. A organização da defesa interna

Como tivemos oportunidade de referir, a partir da adesão de Portugal à NATO as questões relacionadas com a defesa do território continental português passaram a ser abertamente discutidas no seio da Aliança. Ainda antes da aprovação do Plano de Defesa a Médio Prazo (1 de abril de 1950) os organismos militares da NATO, discutindo os possíveis conceitos de defesa a aplicar ao território continental português, insistem na necessidade das autoridades nacionais promoverem tão rápido quanto possível a preparação de planos que permitissem a aplicação de medidas destinadas a contrariar eventuais tentativas de invasão por via terrestre. Mas mais haveria que acautelar. Antes do início das hostilidades, o inimigo estaria por certo disposto a lançar operações aéreas, marítimas e subversivas destinadas a prejudicar a mobilização, treino e equipamento das forças necessárias à defesa do território pelo que se impunha implementar um dispositivo de forças que permitisse enfrentar as ameaças mais prováveis e que garantisse a proteção das áreas vitais existentes no País.

O documento D.P. 1/51 da NATO (anexo k) que estabeleceu em Junho de 1951 as disposições que deviam presidir à implementação de comandos operacionais e respetivos quartéis-generais na área da NAOR, determinava que em Portugal se procedesse à organização de um *Comando de Portugal Continental* que responderia perante o Governo português pelas questões relativas à preparação e execução da defesa do território continental português sendo importante que os planos que aquele Comando viesse a elaborar favorecessem a coordenação com os aliados e a integração nos planos mais vastos da NATO para a defesa da Europa ocidental.

O plano para a defesa interna do território continental português viria a ser elaborado pela 2ª repartição do EME ao longo do ano de 1951 merecendo, já em 1952, a aprovação do ministro da Defesa Santos Costa e, em termos gerais, do Secretariado General da Defesa Nacional (SGDN)⁴⁹⁶ enquanto o *Comando de Portugal Continental*, embora ocasionalmente discutido, não chegaria a ser constituído. Mas, ainda antes de passarmos à descrição do plano de defesa interna propriamente dito importa aclarar alguns dos conceitos que presidiram à elaboração do referido documento.

⁴⁹⁶ ADN/SGDN/6076/3

Como fica exposto em documento emanado pelo SGDN em março de 1952, a defesa interna do território continental português era um «aspecto restrito» da problemática mais vasta da Defesa Nacional. No entanto, necessitava de ser encarado com a objetividade e abrangências devidas. No entender do SGDN, o clássico conceito de *Guerra* estava ultrapassado já que o mesmo deixara de circunscrever-se em exclusivo às operações de tipo militar entre Forças Armadas contrárias. Tal como era percecionada pelo SGDN, a conjuntura internacional caracterizava-se por forte antagonismo de raiz ideológica e pela não existência de quaisquer limitações de ordem moral e jurídica nas disputas internacionais. Neste cenário, cada adversário procurava «atingir os seus fins pelos meios mais vantajosos entre os quais se incluem (...) os que no seu conjunto se designam genericamente de Guerra Fria». Impunha-se, por isso, que desde o tempo de paz se preparasse a implementação de rigorosas ações de defesa «contra todas as medidas insidiosas inimigas» sem descurar nunca a edificação da adequada capacidade de reação contra qualquer ataque inimigo vindo do exterior.⁴⁹⁷

Tal como era concebida pelos elementos do SGDN, em termos operacionais a defesa de qualquer território compreendia duas questões distintas mas indissociáveis: a *defesa periférica* e a *defesa no interior* ou interna. A primeira diz respeito à defesa das fronteiras terrestres e marítimas do território contra eventuais agressões de ordem externa. Poderia ser executada dentro dos limites das fronteiras desse território ou fora dele (defesa avançada) e compreendia medidas e ações especificamente militares. A defesa interna por sua vez, visava a defesa de «todos os valores morais e materiais» existentes no território de forma a garantir o regular funcionamento das atividades económicas e a proteção das instituições contra qualquer tipo de agressão externa ou interna. Englobava diversos tipos de medidas ativas (combate direto ao agressor), passivas (prevenção contra eventuais agressões) e psicológicas (manutenção da «moral das populações»). No seu conjunto, as medidas de tipo ativo e passivo permitiriam assegurar a defesa e o normal funcionamento dos órgãos essenciais à vida no território e à prossecução dos objetivos nacionais.

⁴⁹⁷ Idem, pp. 17

De forma esquemática, a defesa interna do território organizar-se-ia nos seguintes moldes:

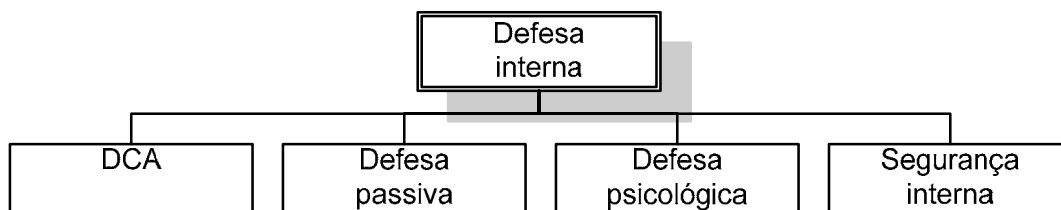


Fig. 7.1 - Defesa interna do território

Explicitando mais detalhadamente as diversas componentes da defesa interna, a *Defesa Territorial Contra Ataques Aéreos (DCA)* compreenderia um conjunto de medidas destinadas a impedir ataques aéreos inimigos ou, em caso de insucesso, a minimizar os seus efeitos. Exigiria a execução de ações essencialmente militares e a criação de Comandos apropriados mas também a colaboração de elementos pertencentes a organizações paramilitares e civis que teriam a seu cargo a vigilância do espaço aéreo nacional por via visual e acústica. Para que fosse possível enquadrar adequadamente estes elementos não militares, seria criado um *Corpo Nacional de Observadores* na dependência direta da *Legião Portuguesa*.

A *Defesa Passiva* agruparia as atividades destinadas a contrariar ou a reduzir os efeitos destrutivos das ações lançadas por forças inimigas sobre os centros populacionais, organismos e serviços públicos e instalações essenciais à sobrevivência das comunidades. Seria da responsabilidade exclusiva da *Legião Portuguesa* sendo o seu planeamento e execução efetuado segundo diretivas a emanar pelo SGDN. Para a coordenação superior das questões relacionadas com a defesa passiva das populações seria criada uma *Direção da Defesa Passiva*.

A *Defesa Psicológica* visava a integração de «todas as forças morais e espirituais da Nação em luta (...)» preservando-as da ação psicológica e da propaganda desenvolvida pelo inimigo. Segundo o SGDN, esta modalidade de defesa tinha características muito particulares que levavam a que tivesse que ser encarada fora do âmbito da atividade operacional. Teria por isso que ser assegurada pelos escalões mais elevados do aparelho político nacional a quem cabia criar o adequado órgão de cúpula.

Por fim, a *Segurança Interna* compreenderia todas as medidas destinadas a impedir a ação de elementos aerotransportados; ações subversivas; sabotagem, espionagem e quintas

colunas.⁴⁹⁸ Englobava modalidades de ação diversas - operações de campanha conduzidas por forças militares ou militarizadas (ofensivas e defensivas); ações de vigilância do território e das fronteiras para deteção de infiltrações de elementos clandestinos; informação e luta contra a sabotagem – que exigiam uma estreita colaboração de entidades e forças militares; forças militarizadas; paramilitares e policiais civis. Assentaria numa estrutura com um Comando ou Direção única.⁴⁹⁹

Sintetizando graficamente os aspetos que acabamos de mencionar, a organização geral da defesa interna do território seria a seguinte:

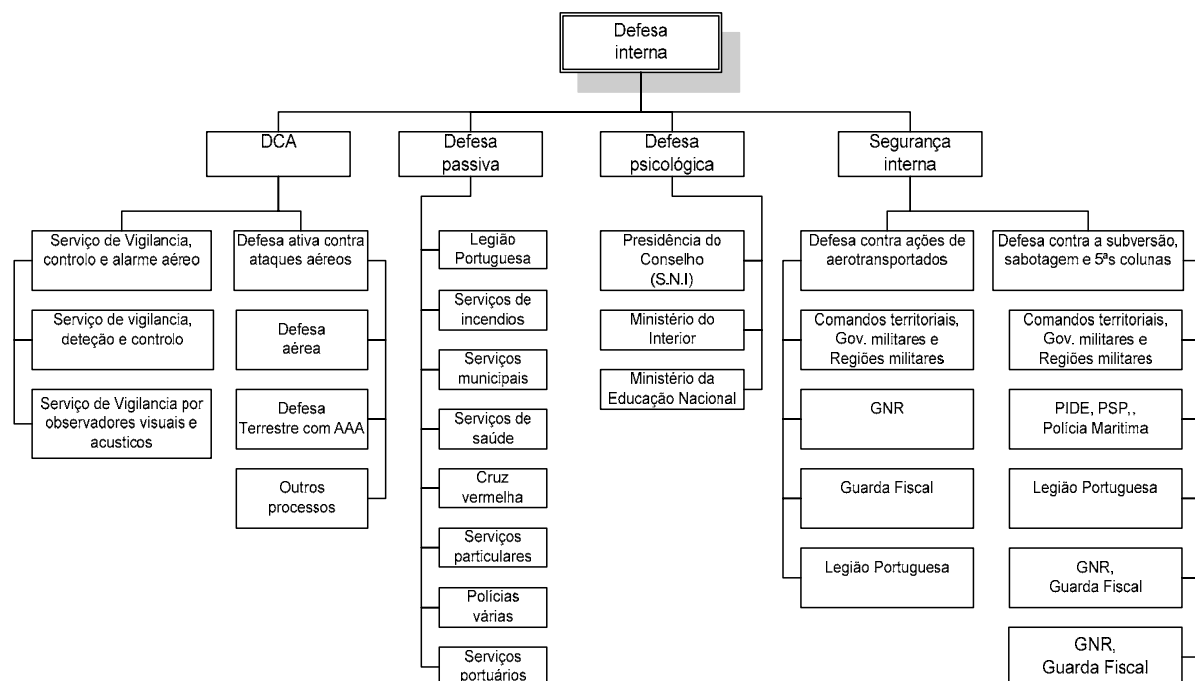


Fig. 7.2 – Organização da defesa interna do território

Como se pode verificar pela breve descrição que efetuámos, a problemática da defesa interna do território continental de Portugal merecera já em meados da década de 1950 a adequada atenção das autoridades militares do País. Com realismo, reconhecem tratar-se de uma questão complexa e melindrosa que tinha de ser encarada objetiva e urgentemente desde o tempo de paz. Mas, conhecedores da tradicional aversão nacional à mudança e das limitações impostas pela legislação a data existente, os elementos do SGDN

⁴⁹⁸ Os documentos que temos vindo a analisar deixam claro que no entender do SGDN não devia ser atribuída à designação *Segurança Interna* o mesmo significado atribuído a *Defesa Civil* já que a primeira englobava também forças militares. Em diversos países a designação *Defesa Civil* era utilizada com o significado de *Defesa Passiva*.

⁴⁹⁹ ADN/SGDN/6076/3, pp. 12 et seqs.

apontam várias questões a solucionar antes que se pudesse considerar estarem reunidas as condições necessárias à implementação de uma efetiva organização de defesa interna do País.⁵⁰⁰

2. O Plano de Defesa Interna do Território Continental

De acordo com os compromissos assumidos junto da NATO, as autoridades nacionais teriam que, entre outras questões e tão rapidamente quanto possível, implementar as medidas necessárias à defesa interna do continente português. A defesa interna do território era então, como deixara claro o SGDN, um «magno e grave problema» que urgia solucionar, sendo por isso necessário que todos os organismos que nela viessem a intervir efetuassem os competentes planos de ação. Neste contexto, e à semelhança de circunstâncias anteriores, a tarefa de planear o dispositivo de forças militares a afetar àquela defesa seria atribuída ao Exército, mais concretamente à 2ª repartição do Estado-Maior do Exército (EME). Dos trabalhos realizados naquela repartição no decurso dos últimos meses de 1951 resultaria o chamado «*Plano de Defesa Interna do Território Continental*» (PDITC) que passamos a descrever sucintamente.⁵⁰¹

Trata-se de um trabalho realizado à luz de conceitos vigentes e mais ou menos padronizados internacionalmente sem, no entanto, se afastar das normas estabelecidas pela legislação que à data se encontrava em vigor em Portugal. Tal como tinha sido idealizado, o Plano assentava em duas premissas: 1- a *Defesa Interna* era constituída por um conjunto de medidas destinadas a impedir e a enfrentar actividades de sabotagem, subversão e infiltração em território nacional de elementos clandestinos por via terrestre, marítima e aérea; 2 – as medidas a implementar no âmbito da defesa interna exigiriam a atuação simultânea de forças militares; forças militares auxiliares» (GNR e GF); forças e organizações policiais (PSP,

⁵⁰⁰ «Em harmonia com a legislação em vigor, a ordem interna do País compete ao Ministério do Interior. As Forças Armadas só intervêm em situações de emergência. Sucede porém que (...) nos tempos correntes de guerra fria, a segurança interna envolve problemas de defesa nacional que transcendem o campo de ação restrito daquele departamento do Estado e obrigam a centralizar num órgão de comando responsável a execução das medidas destinadas a garantir aquela segurança. Daqui resulta a necessidade de subordinar a esse órgão de comando, ou direção, organismos, forças e elementos que até aqui cumpriam as suas missões segundo formulas tradicionalmente aceites e acionadas pelo Ministério do Interior (P.S.P., G.N.R., P.I.D.E., L.P., etc.) e pelo Ministério das Finanças (G.F.) (...)» ADN/SGDN/6076/3, pp. 32

⁵⁰¹ Apesar do título, o Plano trata também da defesa interna dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. PT/ADN/SGDN/6076/3. Veja-se também AHM/FO 029/1/352/56

PIDE); forças paramilitares (LP) e ainda de todos os elementos que trabalhassem em infraestruturas públicas ou privadas relevantes para o potencial de guerra do País.⁵⁰²

Os autores do Plano revelam-se ambiciosos nos objetivos traçados para a defesa interna. Assim, o dispositivo militar terrestre pensado pela 2ª repartição do EME seria responsável por combater todas as ações de sabotagem; aniquilar todos os atos de subversão fomentados ou desencadeados por qualquer tipo de inimigo; detetar e abater todos os elementos aerotransportados lançados sobre o território nacional ou desembarcados clandestinamente nas costas portuguesas e, também, por encarcerar todos os indivíduos suspeitos que pretendessem cruzar a fronteira terrestre.⁵⁰³

No que diz respeito à fixação e caracterização do inimigo provável, o Plano revela uma perfeita sintonia com o estudo realizado nos meses anteriores pela mesma repartição do EME e ao qual tivemos já oportunidade de referir-nos no capítulo anterior.⁵⁰⁴ Admitia-se sem relutância que, ainda antes das suas forças militares atingirem a porta de entrada da Península, os Pirenéus, o inimigo dispunha de meios suficientes para fomentar a subversão, localizada ou generalizada, a espionagem e a sabotagem. Para isso, bastar-lhe-ia tirar proveito da rede clandestina já implantada no País, eventualmente reforçada na sua atuação por elementos provenientes do exterior.

Em termos militares mais concretos, a execução das medidas de defesa interna seria posta em prática de forma descentralizada pelo que o território continental português ficaria dividido em diversas *Zonas de Defesa Interna* distribuídas, duas ou três, pelo território de cada uma das quatro Regiões Militares (RM) e do Governo Militar de Lisboa (GML).⁵⁰⁵ O comando superior de todas as forças afetas à defesa interna seria atribuído ao CEME nos termos previstos nos Decreto nº 38.165⁵⁰⁶ e em moldes a determinar pelo SGDN ou pelo CEMGFA.

Cada zona de defesa interna disporia de Comando próprio, subordinado ao comandante da correspondente RM ou GML que seria o responsável pela defesa interna da área territorial sob a sua jurisdição. Com significativa autonomia de ação, os comandantes das zonas seriam responsáveis por estabelecer as coordenações necessárias com as autoridades administrativas

⁵⁰² ADN/SGDN/6076, pp. 3.

⁵⁰³ A ambição dos objetivos não passaria despercebida ao SGDN. No documento original enviado para comentário ao SGDN o termo «todos» está insistentemente sublinhado. ADN/SGDN/6076/3.

⁵⁰⁴ AHM/FO 032/1/398

⁵⁰⁵ ADN/SGDN/6076/3

⁵⁰⁶ Decreto-Lei n.º 38165. D.R. n.º 24, Série I de 1951-02-08.

locais e com as forças da GNR, PSP, e LP aí existentes.⁵⁰⁷ Em caso de ativação do dispositivo de defesa interna as forças da LP seriam empregadas, além das funções que lhe cabiam na *Defesa Civil do Território* (DCT), na vigilância e proteção das principais obras de arte do País⁵⁰⁸; os elementos da GF na vigilância das fronteiras terrestre e marítima; a GNR e a PSP na vigilância geral, policiamento e manutenção da ordem pública.

a. Dispositivo militar terrestre para a defesa interna do território

O Plano do EME previa a criação de 11 zonas de defesa interna distribuídas, como se disse, pelas diferentes RM e GML, compreendendo a cada uma um *Destacamento de Defesa Interna* (DDI) cuja constituição assentava, além dos elementos de apoio, em um ou dois Batalhões de infantaria e uma ou duas Baterias de artilharia.⁵⁰⁹ Os DDI n.ºs 1, 4, 5, 7, e 8 seriam compostos por 1 Regimento de infantaria (a 2 Batalhões de infantaria); 1 Grupo de artilharia (a 2 baterias); 1 Esquadrão a cavalo; 1 Pelotão motorizado (ou auto todo-o-terreno) reforçado por 1 Secção de metralhadoras e 1 Secção de morteiros; 2 Pelotões de sapadores mineiros e; 1 Pelotão de radiotelegrafistas.⁵¹⁰ Os DDI n.ºs 2, 3, 6, 9, 10, 11 contariam com os efetivos de 1 Batalhão de infantaria; 1 Bateria de artilharia; 1 Esquadrão a cavalo; 1 Pelotão motorizado (ou auto TT); 1 Pelotão de sapadores mineiros; 1 Pelotão de radiotelegrafistas.

Assim, a 1ª RM seria dividida em duas zonas de defesa interna: a zona do Minho e a zona de Trás-os-Montes. Na zona do Minho as forças do DDI n.º 1 atuariam na área compreendida entre a costa; fronteira Norte do País até ao Rio Tâmega (incl. Chaves); Ribeira de Pena (excl.); Mesão Frio; Resende; Arouca; Sta. Maria da Feira e Espinho. Ainda na 1ª RM, na zona de Trás-os-Montes atuariam as forças do DDI n.º 2 abrangendo a sua zona de ação o curso superior do Rio Tâmega (Chaves excl.); Ribeira de Pena (incl.), Mesão Frio (excl.); Lamego; Armamar; Penedono (excl.); Barca de Alva (excl.) até à fronteira com Espanha.

Na 2ª RM atuariam os destacamentos n.º 3 e 4 responsáveis, respetivamente, pela defesa interna das zonas da Beira Alta e Beira Litoral. O DDI n.º 3 teria o mesmo tipo de forças previsto para o DDI n.º 2 e a sua zona de ação definida pelas localidades de Arouca (excl.);

⁵⁰⁷ Tal como previsto na Lei n.º 1960, em caso de emergência estas forças ficariam também subordinadas à autoridade do comandante da zona de defesa interna.

⁵⁰⁸ Pontes e viadutos.

⁵⁰⁹ AHM/FO 029/1/352/56, pp. 7 *et seqs.*

⁵¹⁰ Com cinco postos de radiotelegrafia equipados com rádios HF ZC-1.

Oliveira de Frades (excl.); ▲ Caramulo (excl.)⁵¹¹; Carregal do Sal; Oliveira do Hospital; Manteigas (excl.); Belmonte (excl.); Vilar Formoso; fronteira terrestre; Barca de Alva; Penedono; Armamar (excl.) e Tarouca. A zona de atuação do DDI nº 4 (Beira Litoral) situar-se-ia entre Espinho (excl.); Sta. Maria da Feira (excl.); Arouca (excl.); Oliveira de Frades; ▲ Caramulo (excl.); Carregal do Sal (excl.); Oliveira do Hospital (excl.); Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Penela; Soure; Marinha das Ondas (excl.) e costa.

A 3ª RM comportava também a existência de duas zonas de defesa interna: a zona Estremenha (DDI nº 5) e a zona da Beira Baixa (DDI nº 6). Com composição similar à do DDI nº 4, o DDI responsável pela defesa interna da zona Estremenha atuaria na região compreendida entre Marinha das Ondas; Soure (excl.); Penela (excl.); Castanheira de Pera; Pampilhosa da Serra; Oleiros; Proença-a-Nova; Mação; Gavião (excl.); Ponte de Sor (excl.); Montargil; Chamusca; Alcanena; Turquel; S. Martinho do Porto e costa. O DDI nº 6 atuaria na zona de defesa interna da Beira Baixa sendo responsável pela área geográfica situada entre Vilar Formoso (excl.); Belmonte; Manteigas; Góis (excl.); Pampilhosa da Serra (excl.); Oleiros (excl.); Proença-a-Nova (excl.); Mação (excl.); Gavião; Ponte de Sor; Montargil (excl.); Fronteira; (excl.); Arronches (excl.) e a fronteira terrestre.

No Governo Militar de Lisboa (GML) seriam estabelecidas as zonas de defesa interna do Ribatejo e de entre Tejo e Sado. A defesa da primeira zona seria responsabilidade do DDI nº 7 que teria como limites de atuação as localidades de S. Martinho do Porto (excl.); Turquel (excl.); Alcanena (excl.); Alpiarça; Almeirim; Benavente (excl.); Ribeira de Santo Estêvão (até à foz da mesma); margem direita do rio Tejo; Lisboa e a costa. Na zona de entre Tejo e Sado operariam as forças do DDI nº 8 numa extensão de terreno situada entre a Ribeira de Santo Estêvão; o Campo de Tiro de Alcochete; Rilvas; Canha; Pegões; Bombel; Águas de Moura; Marateca; foz do rio Sado; Setúbal; costa e margem esquerda do rio Tejo.

A 4ª RM, a mais extensa de todas, seria dividida em três zonas de defesa interna: as zonas do Alto e Baixo Alentejo e a zona do Algarve. Na primeira zona seria formado o DDI nº 9 a cujas forças seria atribuída a tarefa de defender a aérea compreendida entre Arronches; Fronteira; Ponte de Sor (excl.); Coruche; Salvaterra de Magos; Benavente; foz da ribeira de Santo Estêvão (excl.); Canha (excl.); Bombel (excl.); Marateca (excl.); foz do rio Sado; Alcácer do Sal; Viana do Alentejo; Portel; Mourão e a fronteira terrestre. A defesa interna da zona do baixo Alentejo seria incumbência do DDI nº 10 que atuaria numa área compreendida entre a foz do rio Sado (excl.); Viana do Alentejo (excl.); Mourão (excl.);

⁵¹¹ ▲ - Marco geodésico.

fronteira terrestre; Ribeira da Foupana (excl.); Serra do Caldeirão (excl.); Serra de Monchique (excl.) e a costa. Por fim, o DDI nº 11 teria a seu cargo a defesa interna da zona do Algarve a partir de Ribeira de Foupana; Serra do Caldeirão; Serra de Monchique; costa Sul e a fronteira com a Espanha.

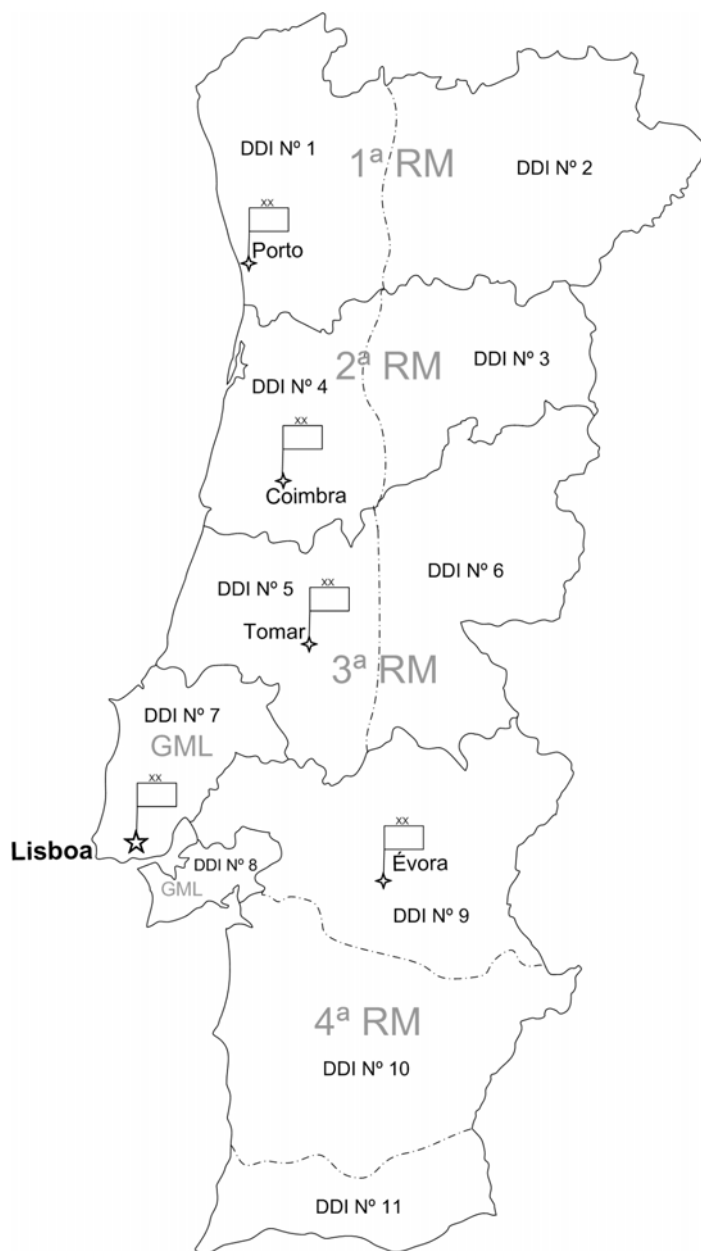


Fig. 7.3 – Dispositivo territorial para a defesa interna do território

Para além das zonas de defesa interna previstos para o território continental propriamente dito, o PDITC estabelecia também, como ficou dito, a organização de zonas de defesa interna nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.⁵¹²

Assim, nos Açores seriam constituídas 4 zonas de defesa interna: S. Miguel; Terceira; Faial e Sta. Maria. Os DDI de S. Miguel e da Terceira seriam constituídos por 1 Regimento de infantaria (a 2 Batalhões); 1 Companhia de artilharia (a 2 Baterias); 2 Pelotões de sapadores mineiros. O Destacamento do Faial seria formado por 1 Batalhão de infantaria (menos 1 Companhia de atiradores); 1 Bateria de artilharia; 1 Pelotão de sapadores mineiros e o DDI de Sta. Maria por 1 Companhia de atiradores (1 Pelotão c.a.c., 1 Pelotão de morteiros, 1 Pelotão de metralhadoras) e respetivos serviços de apoio.

Estes DDI seriam responsáveis pela defesa do aeroporto das Lajes; dos portos de Angra do Heroísmo e praia da Vitoria (Terceira); defesa do porto e cidade de Ponta Delgada e aeroporto de Santana (S. Miguel); defesa do porto da Horta; defesa do aeroporto de Sta. Maria e do porto de Vila do Porto; proteção das ilhas sem guarnição militar.

No arquipélago da Madeira apenas seria constituída uma zona de defesa interna que contaria com um DDI formado por 1 Batalhão de infantaria; 1 Bateria de artilharia; 1 Pelotão de sapadores mineiros a quem caberia defender em especial a cidade e o porto do Funchal.

b. O Plano visto por Santos Costa

O PDTIC elaborado pelo EME e cujas linhas mestras acabámos de descrever, merecem rasgados elogios do SGDN e do próprio Santos Costa pela forma exemplar como, num curto período de tempo, a 2ª repartição do EME tinha procurado resolver uma questão de importância capital para a sobrevivência da Nação em caso de conflito. No entanto, o plano apresentado pelo EME cobria apenas uma pequena parcela, a militar terrestre, do campo mais vasto e complexo da defesa interna e isso não passaria despercebido quer ao SGDN quer ao ministro da Defesa.

Elaborado o Plano foi o mesmo, como vimos, submetido à apreciação do SGDN que, aproveitando a oportunidade, não só se pronunciou sobre os principais aspetos do documento elaborado pelo EME como também elaborou um relatório onde se discorre longamente sobre os princípios que deveriam presidir à organização da defesa interna do País. Em poucos dias o relatório do SGDN chegaria às mãos de Santos Costa que rapidamente o analisa e comenta

⁵¹² ADN/SGDN/6076/3

com o ministro do Exército.⁵¹³ Com o tom crítico que lhe era característico começa por referir que o relatório elaborado pelo SGDN com base no Plano da 2ª repartição do EME era um trabalho muito interessante e um contributo significativo para a resolução de muitos dos problemas «funcionais e orgânicos» da defesa interna do País, problemas esses que teriam de ser rapidamente resolvidos para que, como refere, não se andasse «(...) às cegas e a entrar constantemente em propriedades alheias». No entanto, segundo Santos Costa, as propostas avançadas pelo SGDN colidiam com alguma legislação em vigor e sofriam «da influência de muita leitura de artigos de revistas acerca do que se passa[va] ali e além ou do que se deveria passar segundo um ou outro parecer».⁵¹⁴

Comentando mais diretamente o Plano do EME, o ministro da Defesa declara o seu desacordo relativamente à tipologia de forças escolhida para dar forma aos DDI. Em sua opinião, os DDI deviam ser constituídos com base nos Batalhões de caçadores e de metralhadoras com a organização que normalmente apresentavam. Assim, continua, não haveria «trocas nem atropelos». Aumentando-se os efetivos daquelas unidades ter-se-ia «logo a segurança da sua melhor preparação para a mobilização e para a ação» mas não só. Mediante uma escolha criteriosa dos elementos que haveriam de enquadrar aquelas forças, obter-se-iam garantias adicionais de que não existiriam nas suas fileiras «traidores ou quinta colunistas, o que seria evidentemente um perigo».⁵¹⁵ Além disso, o aproveitamento dos Batalhões de caçadores e de metralhadoras para a constituição dos DDI garantia não só a existência de mais numerosos e melhores efetivos como também permitia reduzir a dimensão dos Comandos dos DDI; não obrigava à organização de Pelotões de apoio de combate independentes uma vez que já existiam na organização daqueles Batalhões. Desta forma, as subunidades pertencentes aos DDI poderiam ser melhor equipadas e dotadas de capacidade acrescida para atuação autónoma.

Fazendo valer o seu ponto de vista, Santos Costa refere ao ministro do Exército que a organização que «sugeria» para os DDI era a ideal já que dessa forma as preocupações com a manutenção da ordem pública (leia-se segurança interna) apenas recairiam sobre um número reduzido de unidades permitindo que o grosso das unidades de linha se concentrasse na preparação para a guerra no exterior (Pirenéus e NATO).

Como se pode verificar por estes excertos do memorando enviado por Santos Costa ao ministro do Exército, confirmava-se o melindre da questão antevisto pelos elementos do

⁵¹³ ADN/SGDN/6075/1 – Memorando datado de 18 de março de 1952.

⁵¹⁴ Idem, pp. 3

⁵¹⁵ Idem, ibidem

SGDN. Como em outros momentos e situações do passado, a questão da organização da defesa interna do território coloca em rota de colisão o ministro da Defesa e as chefias militares. Pela nossa parte, depois de lermos o memorando enviado por Santos Costa ao ministro do Exército julgamos poder concluir que o ministro da Defesa português não revelava especial preocupação com o cumprimento dos compromissos assumidos com a NATO em matéria de defesa interna do território. As instruções de Santos Costa eram claras: havia que tirar o maior proveito possível do dispositivo de forças e da organização existente em tempo de paz cuidando as chefias militares de não se deixarem influenciar em demasia pelas ideias vindas do exterior. Nas suas palavras: «Não haverá que andar com ordens e contraordens. Tudo pode ficar por agora na mesma sem se dar a impressão de que andamos às aranhas».⁵¹⁶

⁵¹⁶ ADN/SGDN/6075/1, pp. 5.

Capítulo VIII – O empenhamento exterior de forças militares portuguesas

1. A defesa da Península Ibérica

a. Portugal e a Espanha na nova ordem mundial

O ambiente de conflitualidade em que mergulha o sistema internacional saído da II Guerra Mundial empurra a política externa portuguesa no sentido de uma maior complexidade mensurável, essencialmente, nos problemas de segurança. Esta realidade tem especial visibilidade nas relações oficiais luso-espanholas do segundo pós-guerra, particularmente na ideia base em torno da qual se articulava então toda a política salazarista para com a Espanha: a Península Ibérica era um conjunto defensivo integrado e solidário.⁵¹⁷ Como refere António J. Telo, para os responsáveis políticos portugueses, a Península Ibérica era o verdadeiro baluarte da Europa católica conservadora, o único bastião capaz de resistir ao avanço das forças russas, «uma semente do renascimento futuro».⁵¹⁸

A década que segue ao fim da Segunda Grande Guerra é um dos períodos mais importantes do relacionamento luso-espanhol já que foi por essa altura que as relações alcançaram mais alto significado a nível peninsular mas também europeu e, porventura, mundial. As relações luso espanholas entram numa fase que, em termos qualitativos, é substancialmente diferente da anterior: o iberismo⁵¹⁹, principal fator histórico do antagonismo peninsular, desaparece quase por completo e a perceção portuguesa do perigo espanhol modifica-se consideravelmente.

Os países peninsulares tinham desempenhado durante longos anos um papel que pode ser considerado marginal relativamente àqueles que eram os grandes problemas internacionais. Portugal, apesar do seu vasto império ultramarino, nunca foi além de um modesto papel na cena internacional e esteve quase sempre subjugado aos interesses de outras potências como é o caso da Grã-Bretanha. A sua política externa estava voltada quase exclusivamente para a defesa e manutenção do regime colocando-se de lado qualquer empenhamento mais ativo na política internacional. Dava-se prioridade à manutenção da

⁵¹⁷ Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim, pp.90

⁵¹⁸ Telo, António José (1995), “Portugal e a NATO: dos Pirenéus a Angola.”, *Análise Social*, XXX (134), (5º), pp.949.

⁵¹⁹ «tendência de carácter político de integrar Portugal num todo peninsular» Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim, pp. 26.

independência nacional centrando-se as atenções na defesa do território em caso de investida do seu eterno inimigo - a Espanha.⁵²⁰ Com reduzido poder a nível internacional, a Espanha também não tinha estado envolvida em qualquer projeto internacional digno de menção mas, não deixará nunca de procurar os melhores caminhos e apoios para a sua inclusão na cena internacional. Em resumo, afastados dos principais centros de decisão e preocupados com a sobrevivência dos respetivos regimes, os vizinhos peninsulares têm durante muito tempo uma atuação pouco interventiva a nível internacional e são quase sempre atores secundários subordinados a interesses de terceiros.

No entanto, no plano externo, a Península Ibérica vai comportar-se durante este período como uma realidade unitária. Logo nos primeiros anos da Guerra Fria ocorre a deslocação dos principais centros de decisão para a Europa central e, tanto Portugal como a Espanha, passam a estar na zona de supremacia dos EUA. A Guerra Fria faz com que o espaço peninsular passe a ser encarado como um todo em virtude da sua importância geográfica relativamente ao controlo do Atlântico e do acesso do Mediterrâneo. Mas, a unidade peninsular é apenas aparente já que as relações bilaterais entre Portugal e Espanha durante este período, são marcadas por inúmeras particularidades.

O posicionamento dos dois países peninsulares no sistema internacional vai ser afetado pelos diferentes graus de aceitação internacional alcançada por Portugal e pela Espanha. No que diz respeito à cena peninsular, as assimetrias existentes entre Espanha e Portugal constituíram sempre um elemento desestabilizador das relações entre os dois países. A Espanha ocupa cerca de 85% da superfície terrestre da Península e os seus recursos económicos e militares foram sempre motivo de receio para as autoridades portuguesas. As preocupações com eventuais intenções de invasão do território português por forças espanholas dominam as atenções dos governantes nacionais desde sempre mas adquirem maior relevo a partir do início da Guerra Civil Espanhola e vão perdurar muito para além do seu término. Iniciada a Segunda Grande Guerra, e apesar das constantes mostras de boas relações luso-espanholas, os planos portugueses de defesa não deixarão nunca de considerar a Espanha como principal inimigo.

⁵²⁰ As coordenadas essenciais da política externa portuguesa são definidas por Salazar em textos e entrevistas ao longo da primeira metade da década de 1930. Sobre esta questão veja-se Rosas, Fernando, (2012), *Salazar e o Poder. A Arte de saber Durar*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, pp. 32 et seqs.

É sabido que, por terem seguido diferentes métodos de adaptação ao sistema mundial que, aos poucos, tinha sido edificado pelos atores anglo-saxónicos, Portugal e a Espanha encontravam-se no final da Segunda Grande Guerra posicionados em diferentes campos da cena internacional. Pressionados por diferentes fatores externos, os vizinhos ibéricos hierarquizam as suas prioridades de política externa de forma a garantir a consecução de objetivos que vão mais além dos confessados nos discursos oficiais.

Salazar traça a sua política para com a Espanha segundo uma lógica mais ou menos constante em regimes de características ditatoriais – a sobrevivência. A crescente pressão exercida pelos ideais democráticos e liberais colocava em risco a sobrevivência dos regimes ibéricos e Salazar, acérrimo inimigo do comunismo, temia que qualquer desvio violento conduzisse toda a Península Ibérica ao extremismo. Para o Presidente do Conselho não existiam dúvidas: ou Franco se mantinha no poder, garantindo a ordem e a estabilidade, ou a guerra civil e a implantação do comunismo seriam inevitáveis.

Salazar apregoará sempre a independência da sua política relativamente à de Espanha mas, tomando todas as precauções para não ser confrontado com situações embaraçosas a nível internacional, tudo fará para acabar com o ostracismo a que tinha sido votado Franco.

A hierarquização dos objetivos internacionais da Espanha terá sido, segundo o historiador Jiménez Redondo, ainda mais evidente. Moldando deliberadamente as relações entre os dois países de forma a que as ações das autoridades portuguesas servissem os interesses do Franquismo, a Espanha ostracizada e com uma diplomacia pouco eficaz, orientará o seu esforço no sentido da manutenção do poder de Franco. Enquanto Salazar procura neutralizar a Península Ibérica, o Franquismo aponta antes, como afirma Marquina Barrio, para uma certa satelização do Estado vizinho na ordem ibérica e mundial.⁵²¹

O caminho idealizado pelas autoridades espanholas com vista à acomodação à nova realidade internacional é duplo: melhoria da imagem externa do estado espanhol (pequenas reformas políticas) e implementação de uma estratégia de atuação internacional que garantisse a aproximação à Grã-Bretanha e aos EUA.⁵²²

A busca do reconhecimento internacional ocupará a diplomacia espanhola até 1953. A partir desse ano as relações bilaterais com Portugal passam para segundo plano e a prioridade centra-se na resposta ao «cerco» decretado pela Nações Unidas. Apesar de tudo,

⁵²¹ Marquina Barrio, António, (1986), *España en la Política de Seguridad Occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército.

⁵²² Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim, pp. 68-69.

Portugal continuará a ser de importância capital para os objetivos de Franco que, impossibilitado de redirecionar a sua política externa, tinha em Portugal o apoio necessário à ligação com as principais potências ocidentais.

A partir de 1955 as relações luso-espanholas vão sofrer uma nova e radical inflexão. Portugal e Espanha passam a fazer parte da Organização das Nações Unidas (ONU) sendo que o momento tem significados diferentes para os dois países. A adesão à ONU significava, falando em termos gerais, o fim do ostracismo a que tinha sido votado o regime de Franco mas também o início de um período de progressivo afastamento internacional de Portugal. Nos anos que se seguem assiste-se a uma inversão das constantes de relacionamento até então vigentes. Se Salazar tinha anteriormente tentado a todo o custo evitar que o seu relacionamento com as autoridades espanholas afetasse a aceitação internacional que o seu regime, com alguma dificuldade, tinha alcançado, era agora a Espanha que retirava o apoio ao governo salazarista para não se ver envolvida nas questões coloniais portuguesas.

Podemos assim concluir que as boas relações alcançadas durante o período em apreço foram úteis sobretudo ao regime proscrito de Franco que teve em Salazar o seu grande representante e defensor perante a comunidade internacional.

b. Do distanciamento à concertação

A perseguição a que está sujeito o regime franquista por parte dos Aliados e as dúvidas sobre a viabilidade da ditadura espanhola são alguns dos fatores justificativos do aparente distanciamento português que surge logo a partir do fim da II Guerra e se prolonga até meados de 1947.⁵²³

O distanciamento português torna-se visível a partir do verão de 1945 e deriva da rejeição e isolamento internacional do regime franquista, a chamada «questão espanhola». São várias as demonstrações de rejeição do governo de Franco ocorridas durante os anos de 1945 e 1946: Conferência de São Francisco (junho de 1945), comunicado final de Potsdam (2 de agosto de 1945), condenação das Nações Unidas (9 de fevereiro de 1946), encerramento da fronteira franco-espanhola (28 de fevereiro de 1946) e, a mais gravosa de todas, a resolução nº 39 da Assembleia Geral da ONU (12 de dezembro 1946) que

⁵²³ Idem, pp. 13-20 .

recomendava a expulsão da Espanha de todos os organismos internacionais e a retirada dos representantes diplomáticos acreditados em Madrid.⁵²⁴

Consciente do mal-estar causado pela «questão espanhola» e temendo associações potencialmente lesivas dos interesses portugueses, o Presidente do Conselho modera significativamente o apoio que, com determinação, tinha frequentemente dispensado ao governo de Franco. Para desagrado dos políticos espanhóis, Salazar procura por todos os meios evitar que qualquer ato público menos refletido pudesse conduzir a uma qualquer conotação com um regime tido como fascista pela comunidade internacional. No entanto, este afastamento não significa o abandono definitivo do apoio português ao regime espanhol. Durante este período Portugal vai manter um nível mínimo de relacionamento com as autoridades espanholas, circunscrito a certos convénios técnicos e à atividade comercial. Além disso, as autoridades portuguesas não deixarão nunca de apoiar, sobretudo perante a Inglaterra, uma solução para a «questão espanhola» que garantisse a progressiva integração da Espanha na vida internacional.

O impacto real das medidas de rejeição internacional da Espanha acabaria por ficar muito aquém das expectativas. Não tendo sido acompanhadas por medidas penalizadoras no campo económico, as sanções internacionais tiveram um efeito meramente moralizador e político. Segundo Hipólito de La Torre Gómez, as sanções internacionais tinham sido concebidas com escassa convicção uma vez que as potências democráticas consideravam significativamente mais perigoso o vazio de poder resultante da queda do regime franquista do que a desagradável mas tranquilizadora, manutenção da ditadura em Espanha.

A aprovação da resolução número 39 (1946) das Nações Unidas constitui o momento mais alto da rejeição internacional a que estava sujeita a Espanha mas marca também o momento de inflexão da «questão espanhola».⁵²⁵ A partir da segunda metade do ano de 1947 o relacionamento luso-espanhol vai gradualmente ser reatado. O ambiente de guerra fria instala-se definitivamente e revela-se propício à recuperação internacional da Espanha. Empenhadas cada vez mais na luta contra o expansionismo soviético, as autoridades norte-americanas e britânicas reveem lenta e gradualmente as suas políticas para com a Espanha e parecem esquecer os «pecados do regime franquista». Num ambiente de crescente tensão internacional, as dúvidas relativamente à permanência de Franco no poder

⁵²⁴ Telo, António José e Hipólito de la Torre Gómez, (2000), *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 250.

⁵²⁵ Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim, pp. 132 *et seqs.*

dissipam-se e o governo português volta a demonstrar publicamente a sua solidariedade para com a Espanha reassumindo o papel de seu principal interlocutor internacional.

c. A adesão de Portugal à Aliança Atlântica

A adesão de Portugal à Aliança Atlântica constitui um momento de grande tensão nas relações luso-espanholas. Apesar dos representantes portugueses se terem batido ativamente pela inclusão da Espanha na Aliança Atlântica, muito cedo tinha ficado claro não estarem reunidas as condições necessárias para a sua concretização. O máximo que se tinha conseguido durante as negociações que antecederam a assinatura do Pacto fora a intenção de incluir a Espanha quando as circunstâncias políticas se mostrassem mais favoráveis. A argumentação portuguesa em favor da inclusão da Espanha é simples: a Península Ibérica constitui uma unidade geográfica e estratégica de importância capital para a defesa do ocidente face ao perigo comunista.

A participação unilateral de Portugal no Pacto do Atlântico colocava a Espanha numa posição difícil. Agravava a exclusão internacional a que estava sujeito o regime espanhol e podia mesmo comprometer a participação da Espanha no programa de auxílio económico dos EUA. A delicadeza da situação é bastante evidente.

No mês de março de 1949 o embaixador espanhol em Lisboa, Nicolás Franco, em tom austero, chama a atenção do ministro Caeiro da Mata para o facto das negociações em curso para a adesão de Portugal à NATO poderem constituir um incumprimento das cláusulas que tinham sido livremente aceites com a assinatura do Tratado de amizade de 1939 e dos subsequentes protocolos adicionais. Na sua ótica, aqueles documentos obrigavam as duas nações a uma avaliação prévia e conjunta de todas as matérias que pudessem colocar em causa a inviolabilidade do espaço peninsular ou constituir perigo para a sua independência ou segurança. De acordo com a análise das autoridades espanholas, a entrada de Portugal para a NATO deixava antever graves perigos para a segurança e independência dos dois países peninsulares mas, sobretudo, para a Espanha que, em caso de conflito, ficaria privada de um tipo de assistência que Portugal facilmente obteria por intermédio da Aliança.⁵²⁶

O entendimento português da questão era distinto. Em sentido contrário às interpretações efetuadas pelo embaixador espanhol, Caeiro da Mata considerava que no Pacto Ibérico apenas estava expressa a necessidade de consulta em caso de agressão efetiva a

⁵²⁶ *Idem*, 172 *et seqs.*

qualquer dos países não se vislumbrando, por isso, qualquer incompatibilidade entre os dois Pactos. E mais, Portugal continuava de tal forma comprometido com o Pacto Ibérico que tinha obtido dos Governos britânico e americano a garantia de que, após a adesão à NATO, seriam respeitados todos os acordos existentes ou outros que, no futuro, pudessem vir a ser celebrados entre a Espanha e Portugal. Era totalmente descabido pensar que, convidado a aceitar o convite de adesão à Aliança Atlântica, o Governo Português não tivesse por todos os meios ao seu alcance acautelado eventuais incompatibilidades entre o Pacto do Atlântico e o Tratado de Amizade e Não Agressão de Março de 1939 e seus Protocolos Adicionais de Julho de 1940 e Setembro de 1948. Que não restassem dúvidas de que o governo português tinha defendido sempre a admissão da Espanha ao Pacto do Atlântico. No entanto a irredutibilidade de pontos de vista assumidos pela maioria dos países envolvidos na criação da NATO só permitia considerar duas hipóteses: a admissão de unilateral de Portugal ou a ausência dos dois países peninsulares. Pesados os prós e os contras das duas soluções possíveis, o Governo português tinha concluído que, na conjuntura do momento, a admissão de Portugal era vantajosa não só para os seus próprios interesses como para os interesses da Espanha e da Europa Ocidental. A recusa por parte de Portugal do convite oficial que lhe foi dirigido agravaria certamente o isolamento internacional da Espanha.

A troca de argumentos vai prolongar-se por algum tempo sem que se vislumbre qualquer abrandamento da contestação espanhola relativamente à adesão de Portugal à NATO. Agastado com o arrastar da questão, Salazar decide finalmente descartar as objeções espanholas e anuncia oficialmente a adesão de Portugal à NATO. O governo espanhol reage prontamente à declaração de Salazar e ameaça denunciar o Pacto Ibérico⁵²⁷.

As dificuldades criadas pelo governo espanhol dificilmente poderiam deixar de ser notadas pelos aliados, em especial pelos EUA. Para desespero do governo espanhol, em Washington a imprensa crítica, com frequência e aspereza, as dificuldades criadas pela Espanha à adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico. Para as autoridades de Madrid esta campanha lançada na imprensa norte-americana denegria a imagem da Espanha e tinha um mentor – Theotonio Pereira, «mayor enemigo que España ha tenido que padecer en sus relaciones con Portugal».⁵²⁸ Em pouco tempo, o Departamento de Estado norte-americano faz também saber às autoridades espanholas que encarava com grande inquietude a sua

⁵²⁷ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 74.

⁵²⁸ Marquina Barrio, António, (1986), *España en la política de seguridad occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, pp. 233.

atitude obstaculizadora e que a postura adotada podia ter reflexos em futuras reuniões da ONU onde fosse discutida a situação internacional da Espanha. Perante tão sério aviso, não restava outra solução ao governo espanhol que não fosse a de, em privado, decidir não levar ao extremo a oposição à inclusão de Portugal na NATO.

O isolamento internacional a que estava sujeita a Espanha ditava uma atuação mais sensata. Gradualmente, a atitude espanhola em relação a Portugal vai alterar-se e permite um reajustamento das relações luso-espanholas. Em Março de 1949 as autoridades espanholas demonstravam, pelo menos publicamente, terem aceitado a compatibilidade dos dois Pactos mas também o novo significado do Pacto Ibérico. Certos setores da política espanhola consideravam então que o Pacto Ibérico tinha perdido as características de pacto de assistência mútua ficando por isso reduzido a um mero convénio de amizade e não-agressão.⁵²⁹

Numa clara inversão de atitudes, o ministro espanhol dos Assuntos Exteriores defende publicamente a mais-valia da inclusão de Portugal no Pacto Atlântico e reafirma as cordiais relações existentes entre dois países que, além de partilharem o mesmo espaço geográfico, têm governos e problemas económicos e políticos muito semelhantes. Do lado português, sem deixar de apontar o erro de interpretação das autoridades espanholas, reafirmava-se a total compatibilidade existente entre os Pactos e insiste-se na plena vigência e eficácia do Pacto Ibérico.⁵³⁰

⁵²⁹ Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim, pp. 176.

⁵³⁰ Em observância ao Pacto Ibérico, o governo português mostrava-se disposto a não assumir compromissos no âmbito da NATO que pudessem vir a comprometer a inviolabilidade do espaço peninsular (o que podia suceder caso Portugal viesse a ceder bases militares em solo português para utilização de forças estrangeiras em tempo de paz).

d. A concertação luso-espanhola em matéria de Defesa

i. Introdução

No final da II Guerra Mundial as autoridades portuguesas e espanholas seguiam, pelo menos aparentemente, há alguns anos uma política de amizade peninsular que tinha sido estabelecida mediante a assinatura de um pacto político-militar que previa a cooperação em todos os assuntos com interesse direto e indireto para os dois países, em especial naqueles relacionados com a defesa, a soberania e as ameaças externas. No entanto, a histórica desconfiança portuguesa relativamente ao seu vizinho peninsular, claramente visível nos diversos planos de defesa elaborados durante a Segunda Guerra Mundial e em 1945, tarda em desaparecer.⁵³¹

Os acordos firmados entre Portugal e os Estados Unidos da América com vista à cedência de facilidades militares nos Açores, fazem com que Portugal se incorpore muito cedo no sistema defensivo ocidental que os EUA, aos poucos, iam edificando enquanto a ostracizada Espanha se via afastada de todos os tratados que iam dando forma aquele sistema. Convidado para fazer parte do restrito grupo fundador da NATO, Portugal não deixará nunca de insistir, embora com poucos resultados práticos, na conveniência da Espanha integrar o sistema de defesa ocidental. Para as autoridades portuguesas a Península Ibérica constituía uma unidade geográfica e estratégica indivisível pelo que o sistema defensivo que se pretendia edificar na Europa não faria qualquer sentido sem a participação da Espanha. Para Salazar, o destino dos regimes ibéricos era inseparável. Nesse sentido, defender o franquismo era defender o Estado Novo e, na ótica do governo português, era defender Portugal.⁵³²

A exclusão deliberada da Espanha do planeamento defensivo da Europa ocidental implicava graves problemas de segurança para Portugal na medida em que inviabilizava qualquer possibilidade de ligação terrestre com o resto da Europa. O isolamento da Espanha punha em causa a estratégia defensiva de Salazar havendo, por isso, que conciliar os interesses dos dois países peninsulares e promover a integração desses mesmos interesses no

⁵³¹ Sobre os planos de defesa elaborados em Portugal durante a II Guerra Mundial veja-se nossa Tese de Mestrado - Rocha, Jorge Manuel Lima da Silva (2008), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores - Academia Militar.

⁵³² Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 77.

domínio mais vasto dos interesses europeus e ocidentais. Era uma solidariedade imposta pela proximidade geográfica dos dois países mas também pela uniformidade de interesses morais.⁵³³

Anticomunista convicto, o Presidente do Conselho deixa por diversas vezes perceber um verdadeiro receio de que a URSS, animada por intuítos expansionistas, desse início a uma guerra que rapidamente alastraria a todos os países ocidentais. Temia também Salazar que, em resultado de um confronto aberto Leste-Oeste, viesse a despontar uma guerra civil em Espanha que levasse ao poder uma força política de influência soviética. Ora, este cenário de catástrofe generalizada traz consigo novas e mais complexas realidades securitárias e, neste contexto, as questões relacionadas com a segurança nacional e a defesa terrestre do território português extravasavam o âmbito nacional e peninsular adquirindo um grau de complexidade muito diferente da que fora vivida até então.

Ao longo de quase uma década os planos de defesa portugueses tinham sido idealizados contemplando como principal inimigo a Espanha e só a partir de 1947 as autoridades portuguesas vão considerar definitivamente afastada qualquer hipótese de violação territorial por parte da Espanha. Afastado o perigo espanhol, as atenções podiam agora centrar-se na defesa da totalidade do espaço peninsular e as autoridades de ambos os países acabarão por mostrar-se empenhadas na defesa desse vasto território em geral e na defesa dos Pireneus, a grande muralha que separa a Península Ibérica do restante continente europeu, em particular⁵³⁴.

ii. Estados-Maiores peninsulares – o órgão de trabalho que dá vida ao Tratado de Amizade e Não Agressão

Como tivemos oportunidade de referir, os anos que medeiam entre o final da II Guerra Mundial e a segunda metade do ano de 1947 são marcados por um perceptível arrefecimento das relações oficiais entre os dois vizinhos ibéricos. Apesar disso, em termos de política de defesa as autoridades portuguesas não deixarão, em momento algum, de considerar a Espanha como um elemento indispensável ao sistema de alianças pensado para o pós guerra. O governo de Franco era, há já alguns anos, o principal aliado de Portugal na luta contra as ameaças internas e sê-lo-ia também agora no combate contra o perigo

⁵³³ Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim, pp. 158.

⁵³⁴ ADN/1/33/135/6.

comunista vindo de além Pirenéus.⁵³⁵ Neste sentido, não será portanto de estranhar que as autoridades dos dois países tenham entabulado contactos no sentido de estabelecer formas de atuação conjunta com vista à defesa militar do espaço ibérico.

A documentação oficial consultada para a realização deste trabalho permite constatar a existência de discussões, mais ou menos formais, em torno da problemática da defesa da Península Ibérica a partir de 1948. No entanto, somos de opinião que o verdadeiro interesse pela preparação de planos para a defesa militar conjunta do espaço ibérico apenas surge, por iniciativa portuguesa, a partir de 1950. Tanto quanto nos foi possível apurar, a questão da defesa militar da Península Ibérica terá sido inicial e informalmente debatida em encontros ministeriais ocorridos no âmbito de visitas de Estado e só mais tarde, em 1953, passaria a ser diretamente estudada e discutida pelas autoridades militares dos dois países⁵³⁶. O relato que o diplomata Theo Xanthaky⁵³⁷ faz ao secretário de Estado norte-americano de uma conversa tida com ministro da Defesa português, Santos Costa, assim o demonstra.

A conversa tem lugar na embaixada dos EUA em Lisboa poucos dias após o encontro de Salazar e Franco realizado na Galiza nos dias 25 a 27 de Setembro de 1950.⁵³⁸ Numa operação deliberadamente montada para a recolha de informação privilegiada, Santos Costa era o convidado especial do almoço oferecido pelo embaixador norte-americano ao novo adido militar português em Washington. O ministro da Defesa português tinha acompanhado Salazar na sua deslocação à Galiza constituindo por isso uma excelente fonte de informação relativamente aos resultados finais das conversações entre os dois estadistas. Numa conversa desprovida, talvez intencionalmente, de qualquer reserva Santos Costa começa por referir as razões que levaram Salazar a encontrar-se com Franco: desde logo pelas obrigações decorrentes do Tratado que unia os dois países desde 1939; em segundo lugar porque Portugal estava empenhado em combater o isolamento internacional imposto à Espanha e, por último, para não ferir o orgulho e a sensibilidade dos espanhóis que, em sua opinião, em termos psicológicos viviam ainda nos tempos de Carlos V. Prosseguindo a sua descrição dos

⁵³⁵ Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 191.

⁵³⁶ A análise que efectuamos da documentação existente nos Arquivos militares nacionais permitiu-nos constatar a existência, no período compreendido entre 1948 e 1959, de cerca de uma dezena e meia de encontros entre autoridades portuguesas e espanholas onde foram debatidas questões de ordem militar e defensiva. As “Conferencias de Estados-Maiores peninsulares” propriamente ditas só terão tido início em 1953.

⁵³⁷ Assistente especial do embaixador dos EUA em Lisboa.

⁵³⁸ FRUS, vol. III, 1948, pp. 1574 *et seqs.*

acontecimentos, Santos Costa revela que Salazar tinha “lealmente” informado Franco sobre a reunião do Conselho do Atlântico Norte que nesse mesmo mês tinha tido lugar em Nova Iorque e, em especial, das ações desenvolvidas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, relativamente à questão da defesa da Península Ibérica. Durante as conversações, o ministro português tinha expressado aos restantes membros da Aliança o desapontamento do governo português por não ter sido ainda, no seio da NATO, tomada qualquer providência com vista à defesa integral da Península. Para além disso, tinha também informado oficialmente o Conselho do Atlântico Norte que, enquanto não fosse encontrada uma solução para a defesa global do espaço ibérico, Portugal não iria contribuir com qualquer efetivo militar para a força conjunta da NATO limitando-se a assegurar a defesa do seu território metropolitano e das possessões ultramarinas.

Santos Costa prossegue a sua conversa com Xanthaky enaltecendo a forma cordial como tinham decorrido as conversações luso-espanholas e após algumas considerações sobre o aspeto físico e capacidades intelectuais do Caudilho, refere que tinha tido a oportunidade de trocar impressões com Franco sobre algumas questões que julgava essenciais, nomeadamente sobre a defesa militar da Península. Já na presença do embaixador norte-americano refere que tinha alertado Franco para a necessidade de, com a maior urgência, se estabelecerem contactos oficiais entre os estados-maiores dos dois países com vista ao estudo de defesa conjunta da Península. Contextualizando melhor a questão, Santos Costa explica aos seus interlocutores que, embora a questão tivesse já sido tratada oralmente com as autoridades espanholas noutras ocasiões, não existia ainda qualquer entendimento formal ou estudo realizado sobre aquela matéria.⁵³⁹

A julgar pelo relato de Xanthaky, Franco terá acolhido muito favoravelmente a sugestão do ministro da Defesa português e este, aproveitando a convergência de pontos de vista e de interesses, nunca mais deixará morrer o assunto.

1. O memorando português sobre a defesa conjunta da Península

A questão da defesa militar da Península ibérica só voltaria a ser oficialmente tratada em 1951 e uma vez mais, por iniciativa portuguesa.

⁵³⁹ Segundo Santos Costa, no decurso dessa troca de impressões com as autoridades espanholas tinha ficado mais ou menos subentendido que em caso de tentativa de invasão da Península as forças militares portuguesas seriam responsáveis pela defesa do extremo ocidental da fronteira pirenaica espanhola. FRUS, vol. III, 1948, pp. 1576.

No mês de maio de 1951 Santos Costa, deslocando-se em visita oficial a Madrid, é recebido pelo próprio Franco e pelo Chefe do Alto Estado-Maior espanhol a quem faz entrega de um extenso memorando que é, em nossa opinião, revelador da forma superficial como até então tinha sido tratado entre as autoridades dos dois países o planeamento da defesa conjunta da Península⁵⁴⁰. Efetivamente, mais do que um memorando, o documento entregue pelo ministro da Defesa português às mais altas hierarquias políticas e militares de Espanha assume a forma de um questionário que, deixa perceber o quão distante se estava ainda em 1951 de qualquer plano conjunto para a defesa do espaço ibérico. A visita de Santos Costa a Madrid ocorre num momento em que, do ponto de vista internacional, se justificava a realização de um ato público que deixasse indiretamente perceber «a ideia de os dois países peninsulares se encontrarem ligados por uma espécie de pacto de aço (...)» que os impelia a lutar pela independência dos seus países organizando a defesa comum da Península. Como escreve Santos Costa em documento datado de março desse mesmo ano, «uma viagem do ministro da Defesa a Espanha [daria] aos representantes portugueses nas reuniões internacionais uma autoridade maior do que aquela de que se [poderiam] arrogar se aparecessem como representantes isolados do país.»⁵⁴¹

Empenhado em «entrar no domínio das realidades práticas» e sem grandes considerações teóricas, Santos Costa começa o seu «memorando» com uma breve caracterização da ameaça soviética servindo-se para o efeito dos estudos realizados no âmbito da NATO. Assim, o Grupo Permanente considerava que a Rússia tinha já alcançado um grau de preparação militar que lhe permitia fazer a guerra em qualquer momento. Em caso de conflito, as forças militares russas procurariam ocupar rapidamente toda a Europa ocidental «até ao Atlântico e Pirenéus», para em seguida investirem contra a Grã-Bretanha e a Península Ibérica. A Suíça, a Suécia e a Espanha declarariam prontamente a sua neutralidade. A Jugoslávia, a Grécia e a Turquia resistiriam caso fossem atacadas.

Terminada a breve e algo errática descrição do cenário de guerra visualizado pela NATO, o memorando passa a tratar da questão da defesa militar e civil da Península mas também de indústria militar, matérias-primas e fabrico de munições. As autoridades portuguesas pretendiam estabelecer as bases sobre as quais iria assentar o futuro planeamento conjunto da defesa militar da Península Ibérica sendo por isso necessário obter esclarecimentos de Madrid sobre um sem número de questões político-militares. Com

⁵⁴⁰ ADN/F1/29/124/3. Veja-se também ADN/SGDN/6918.

⁵⁴¹ Idem, *ibidem*.

perguntas curtas e concisas, Santos Costa procura, sobretudo, levar as autoridades espanholas a revelarem oficialmente a sua análise da situação político-estratégica internacional e dos eventuais fatores de evolução⁵⁴². Assim: estaria a guerra iminente?; o conflito teria início por iniciativa da Rússia ou surgiria em resultado de uma provocação àquela potencia?; em caso de guerra a Península Ibérica seria ou não atacada?; independentemente do rumo dos acontecimentos, não haveria interesse em que se organizasse a defesa coletiva da Península?; de acordo com as estimativas portuguesas, a Europa (leia-se NATO) só em setembro de 1954 estaria em condições de resistir a uma eventual agressão russa. Poderia a Rússia atacar antes daquela data?

De interrogação em interrogação, o autor do memorando vai progressivamente aprofundando o tema da organização da defesa conjunta da Península. Em caso de agressão externa, Portugal estava disposto a colaborar com a Espanha na defesa do seu território sendo apenas necessário que as autoridades de Madrid definissem a zona de atuação das forças militares portuguesas. Assim, caso se decidisse pelo empenhamento das forças portuguesas na defesa dos Pirenéus conviria estudar e esclarecer as seguintes questões:

- «Amplitude e forma de colaboração em: meios terrestres meios navais e meios aéreos»;
- «Era desejada a colaboração portuguesa nos três setores ou só em algum deles»;
- «Zona de concentração para as forças portuguesas»⁵⁴³

E prossegue Santos Costa: os compromissos assumidos por Portugal no âmbito da NATO previam a preparação, já em curso, de cinco Divisões (três para a defesa territorial e mais duas de campanha). No entanto, caso fosse possível obter o equipamento em falta, havia capacidade para organizar mais três. Santos Costa faz questão de frisar que estas forças estão a todo tempo livres para operações na Península já que o governo português tinha deixado claro perante os diversos órgãos da NATO que as forças militares portuguesas só estariam disponíveis para empenhamento além Pirenéus uma vez estudada e garantida no seio da Aliança atlântica a defesa «em conjunto da Península Ibérica». No território

⁵⁴² Segundo a definição avançada pelo General Cabral Couto, são fatores de evolução prolongada, que determinam perspectivas de evolução que possuem razoáveis probabilidades de se verificarem se nenhum acontecimento importante vier perturbar o seu normal desenvolvimento. Couto, Abel Cabral, (1987), *Elementos de Estratégia*, I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.

⁵⁴³ De acordo com o texto do memorando, em conversas anteriores tinham sido mencionadas duas zonas para a concentração das forças militares portuguesas: 1- Pamplona – Estela - Tolosa; 2- Tudela – Alfanco - Logroño. ADN/F1/29/124/3.

continental português as forças terrestres estariam concentradas da seguinte forma: 1 Divisão territorial na zona de Porto – Braga - Vila Real; 1 Divisão de campanha na zona de Coimbra – Aveiro – Viseu; 1 Divisão territorial na zona de Tomar – Tancos – Abrantes; 1 Divisão de campanha na zona de Lisboa – Santarém – Lisboa e; 1 Divisão territorial na zona de Vendas Novas – Évora – Arraiolos.

No que diz respeito à defesa da Península, a «comparticipação» portuguesa teria que limitar-se inicialmente a 2 Divisões podendo, no entanto, vir a alargar-se até às 5 Divisões. Assim, havia todo o interesse em fixar as seguintes questões:

- «Prazo de tempo em que estes elementos devem ficar disponíveis para operações»;
- «Possibilidades reais de transportes por caminho-de-ferro, por estrada e por mar»;
- «Organização de Comando mais conveniente; sua dependência do Comando Supremo espanhol»;
- «Organização dos reabastecimentos em víveres e munições»;
- «Meios aéreos de defesa: convirá solicitar o auxílio estrangeiro? Em material ou em forças militarmente organizadas? Em que medida?»
- «Forças navais: plano de atuação comum em relação à provável atuação russa com submarinos; organização do Comando das forças navais; facilidades de estaleiros»
- «Outras formas desejáveis de colaboração luso-espanhola em caso de guerra»
- «Há alguma objeção por parte da Espanha à concessão de facilidades portuguesas no campo naval ou aero naval a países membros da NATO? De que natureza e em que medida?»⁵⁴⁴

Terminadas as questões puramente militares, o memorando entra num novo capítulo dedicado à defesa civil do território peninsular. As autoridades portuguesas não tinham dúvidas. Era necessário estabelecer também uma organização geral para a defesa civil da Península e, além disso, havia que intercambiar toda a informação relativa a atividades de comunistas ou de eventuais quintas colunas e organizar conjuntamente a luta contra tais atividades; definir a forma de relacionamento entre as organizações policiais dos dois países; enfim, delinear um plano de atuação comum.

A defesa das populações e dos centros vitais dos dois países contra ataques aéreos não podia também ser descurada pelo que seria importante organizar um sistema de vigilância

⁵⁴⁴ ADN/F1/29/124/3.

contra incursões aéreas inimigas nos dois países peninsulares⁵⁴⁵; elaborar planos para a evacuação das populações dos grandes centros urbanos e, adotar medidas contra bombardeamentos atômicos.⁵⁴⁶

A terceira parte do memorando de Santos Costa é dedicada a questões relacionadas com o fabrico de munições e com a disponibilidade de matérias-primas para a indústria militar portuguesa. Por falta de matérias-primas, a produção de pólvora em Portugal não era suficiente para abastecer as fábricas de cartuchos de armas ligeiras.⁵⁴⁷ Estaria a indústria espanhola em condições de fornecer a Portugal 180 a 350 toneladas e pólvora por ano? «Como? De que fábricas? Como se poderia chegar a um arranjo efetivo?» Além da pólvora, Portugal necessitava também para as suas fábricas militares dos seguintes materiais: Latão-3.320t; Chumbo-2.140t; Aço-780t; Folha-de-flandres-2.200t; Antimónio-60t. Seria possível contar com disponibilidades existentes em Espanha?

As perguntas prosseguem em catadupa e culminam com uma inusitada tentativa de transferência de armamento para Espanha. Segundo o memorando, Portugal dispunha em 1951 de 160 obuses de fabrico alemão de 10,5 cm e 90 peças de artilharia de montanha italianas de calibre 7,5 cm. No entanto, não existia no país qualquer instalação fabril capaz de produzir munições de artilharia dos calibres mencionados. A pergunta era simples, teria a indústria espanhola capacidade para produzir aquelas munições? Mais, estaria a Espanha interessada em receber aqueles 160 obuses?⁵⁴⁸

O memorando português termina como uma última questão: «Qual a organização de campanha prevista para as Divisões espanholas?» As questões eram muitas mas, como adiante se verá, poucas ficarão sem resposta.

⁵⁴⁵ Devia ser ponderada a possibilidade de virem a ser montados postos de vigilância portugueses em Espanha e de postos espanhóis em Portugal. A direção superior do dispositivo de vigilância seria comum.

⁵⁴⁶ As autoridades portuguesas pretendiam saber se em Espanha já tinha sido efetuado algum tipo de estudos sobre esta matéria e, em caso afirmativo, pretendiam tomar conhecimento dos mesmos.

⁵⁴⁷ Que, segundo o memorando, produzia meio milhão de cartuchos em 24 horas.

⁵⁴⁸ As autoridades portuguesas pretendiam uniformizar o tipo de artilharia ligeira existente no exército trocando os 160 obuses Krupp e Rheinmotal por igual número de obuses ingleses de 8,8 cm. Caso as autoridades espanholas estivessem interessadas, as negociações no seio da NATO podiam ser conduzidas para que os obuses alienados por Portugal viessem a ser entregues à Espanha. Recorde-se que Portugal, em face das dificuldades encontradas na inclusão da Espanha no sistema defensivo ocidental, chegara a propor o armazenamento de armamento NATO em solo espanhol para ser utilizado em caso de invasão da Península. Veja-se ADN/F1/29/124/3.

2. A resposta espanhola ao memorando

A resposta das autoridades espanholas ao memorando só quatro meses depois chegaria às mãos de Santos Costa.⁵⁴⁹

Segundo o Alto Estado-Maior espanhol, as circunstâncias políticas do momento eram de tal forma complexas e agitadas que podiam gerar situações militares dificilmente previsíveis. Apesar disso, tinha sido feito um esforço no sentido de responder às questões suscitadas pelo ministro Santos Costa ficando, no entanto, subentendido que as respostas avançadas pelas autoridades espanholas apenas valiam para a conjuntura vigente à data da elaboração da resposta ao memorando português.

Começando pela análise da situação político-estratégica internacional efetuada pelos organismos da NATO mencionada no início do memorando de Santos Costa, o chefe do Alto Estado-Maior espanhol declara o seu espanto pelo facto do Grupo Permanente da NATO colocar a hipótese da Espanha vir a declarar prontamente a neutralidade em caso de guerra com a Rússia, quando outros países, mais próximos da possível área de conflito, se sentiriam bastante mais inclinados essa solução. A guerra era inevitável, a menos que viessem a ocorrer mudanças internas na Rússia, e as declarações de neutralidade apenas seriam respeitadas enquanto houvesse outros territórios para conquistar. Assim, contando ou não com a solidariedade dos restantes países ocidentais «(...) España resistiría dentro de sus fronteras y haría frente a todas las contingencias».

Segundo as autoridades espanholas, o antagonismo ideológico e o controlo do acesso ao Mediterrâneo e ao norte de África eram só por si razões suficientes para provocar um ataque russo e, por isso, a Espanha tinha que preparar a defesa do seu território nos Pirenéus. Para o Alto Estado-Maior espanhol os Pirenéus eram, «tanto en el orden puramente militar como en el espiritual», a posição defensiva onde mais eficazmente se poderia conter um ataque russo, fosse ele contra a Espanha ou contra Portugal. Neste contexto, devia promover-se com a maior reserva e sem qualquer perda de tempo o estudo e organização da defesa dos dois países⁵⁵⁰.

Ainda que não se pudesse conjeturar sobre o dia exato do início de um eventual conflito, consideravam as autoridades espanholas que esse momento chegaria por altura da primavera

⁵⁴⁹ ADN/F1/29/124/3

⁵⁵⁰ O Alto Estado-Maior espanhol refere que os estudos para a defesa dos dois países ibéricos apenas poderiam ser dados a conhecer, na medida do estritamente necessário, ao Estado-Maior norte-americano. Idem.

de 1952. Nesse instante as forças militares espanholas deslocar-se-iam para os Pirenéus posicionando-se, se possível com a concordância das autoridades francesas, mais além da linha fronteira de forma a garantir a posse dos melhores locais para a instalação dos postos de observação da artilharia; promover destruições seletivas nos eixos de aproximação; implementar dispositivos anti carro; etc. Implementada a linha defensiva as forças portuguesas poderiam, em função do número de efetivos e das necessidades de acesso a apoio logístico, ocupar um dos setores previstos para a zona ocidental dos Pirenéus. As duas Divisões previstas para primeiro escalão poderiam concentrar-se inicialmente nas regiões de Tolosa e Azpeitia (País Basco) e ficariam agrupadas num Corpo de Exército (CE) com comando português que, reforçado inicialmente com uma Grande Unidade (GU) espanhola, passaria a ser parte integrante do Exército dos Pirenéus ocidentais.⁵⁵¹

A mobilização geral devia ocorrer em simultâneo nos dois países começando pelo pessoal que iria ficar adstrito a trabalhos de interesse militar (ferroviários, condutores de camiões, mineiros, operários fabris, etc.). Em princípio, o transporte e concentração das forças espanholas teria início com a mobilização ainda em curso e o transporte das tropas portuguesas, por caminho-de-ferro, só teria início uma vez concluído o transporte das divisões espanholas de primeiro escalão. A via marítima ficava reservada, caso o risco de ação submarina inimiga se revelasse reduzido, para o apoio logístico das forças em operações. O abastecimento de víveres e munições às divisões portuguesas devia operar-se a partir de uma base, aprovisionada indistintamente pelos dois países, situada em solo espanhol. Esta seria uma matéria a ser estudada em maior detalhe pelos estados-maiores dos dois países.

No que respeita à implementação de um dispositivo de defesa aérea da Península, as autoridades militares espanholas não tinham dúvidas: ele só seria possível com o contributo dos EUA. Assim, esperava-se que os norte-americanos contribuíssem da seguinte forma:

- Treino de pilotos;
- Fornecimento de aviões e outro material aeronáutico;
- Envio de unidades de aviação (caso a situação o justificasse);
- Apoio técnico ao fabrico local de aviões;
- Apoio técnico e material na implementação de uma rede de radares;

⁵⁵¹ No estado-maior do CE e nas Divisões portuguesas seriam colocados oficiais de ligação espanhóis e no estado-maior do Exército dos Pirenéus ocidentais um oficial de ligação português. ADN/F1/29/124/3.

- Auxílio na construção de novos aeródromos.

As forças aéreas portuguesas teriam acesso total a todos os aeródromos existentes na sua área de atuação; à indústria aeronáutica espanhola e às academias para a formação de pilotos. No entanto, as forças aéreas portuguesas que viessem a atuar em Espanha, ficariam sob o comando do Generalíssimo.

Tendo em conta a escassez de meios espanhóis, a defesa AA das tropas portuguesas nos Pirenéus deveria ser encargo nacional. Os meios de localização, transmissão e defesa ativa ficariam adstritos a um Comando aéreo espanhol em cujo EM se integrariam os oficiais de ligação portugueses julgados necessários.

As forças navais espanholas teriam como missão inicial:

- Escoltar os comboios de tropas (espanholas) desde Marrocos até ao destino final;
- Garantir as comunicações com os arquipélagos das Baleares e das Canárias;
- Assegurar a navegação de cabotagem;
- Cooperar com as forças navais de outros países aliados.

Passando ao tema da defesa civil do território peninsular, o documento espanhol refere que, até aquela data, não tinha ainda sido estabelecida qualquer norma de cooperação entre os dois países. Em Espanha preparava-se a constituição de algumas unidades, brigadas mistas, e o desdobramento das tarefas atribuídas à Guardia Civil de forma a dispor de uma organização destinada a fazer frente a ações inimigas, de ambos os lados da fronteira luso-espanhola. O assunto era importante e deveria merecer a atenção dos chefes dos Estados-Maiores dos dois países bem como do MDN.

A resposta das autoridades militares espanholas ao memorando elaborado por Santos Costa termina com uma referência a matérias-primas e fabrico de munições. Assim, apesar da produção de pólvora em Espanha não ser suficiente para as necessidades locais, o Alto Estado-Maior espanhol julgava ser possível disponibilizar anualmente a Portugal entre 180 e 250 toneladas do referido explosivo. A produção espanhola de telueno e de glicerina era também insuficiente por falta de matérias-primas pelo que seria oportuno ponderar a aquisição conjunta dos referidos produtos. De igual forma se devia atuar em relação à obtenção de cobre para o fabrico de latão⁵⁵².

⁵⁵² As autoridades espanholas aconselhavam a realização de um estudo conjunto com vista à aplicação de outro tipo de metal no fabrico de invólucros para munições. ADN/F1/29/124/3.

O fornecimento das 2.140t de chumbo e de 780t de aço mencionadas no memorando português estava assegurado no entanto, as 2.200t de folha-de-flandres não poderiam ser fornecidas já que também a Espanha tinha de a importar. O fornecimento de 60t de antimónio estava também fora de questão em face da reduzida produção. As munições de 105 e 75 que Portugal necessitava para a sua artilharia poderiam ser facilmente fabricadas pela indústria espanhola.

Como fica claro pela missiva enviada por Santos Costa ao general Juan Vigon, chefe do Alto Estado Maior espanhol, a resposta das autoridades espanholas ao memorando português foi prontamente analisada pelo ministro português e pelo próprio Salazar, tendo ambos concluído com satisfação que estavam já reunidas as condições necessárias para avançar com o estabelecimento de uma organização defensiva comum que seria, só por si, «uma afirmação de força e a certeza de uma garantia de prestígio».⁵⁵³ Analisado o conteúdo do documento enviado pelas autoridades espanholas, Santos Costa conclui que as questões abordadas nos dois documentos trocados entre Lisboa e Madrid extravasavam já o âmbito e os limites da ação ministerial exigindo, por isso, o envolvimento direto das autoridades militares dos dois países.

Salazar e Santos Costa estavam «inteiramente» de acordo com as linhas gerais traçadas no memorando espanhol e também eles se declaravam convencidos ser do interesse dos dois países iniciar, sem qualquer perda de tempo, o estudo da organização defensiva da Península Ibérica. Portugal não considerava problemático que a organização do Comando das forças ibéricas fosse estabelecida nos moldes propostos por Madrid. Nem mesmo o facto do Comando das forças aéreas portuguesas poder vir a ser colocado na dependência direta do *Generalíssimo*. A Península era um «compartimento aéreo único» pelo que se considerava natural que todos os meios encarregados da vigilância e defesa aérea do espaço peninsular ficassem sob o comando de uma única autoridade.

Mais complicada era a intervenção extraterritorial das forças militares dos dois países em tempo de paz. Santos Costa refere que estava já prevista uma faixa de 10km em cada lado da fronteira que poderia ser considerada válida até que se analisasse mais detalhadamente a questão. A razão era simples: não convinha « (...) ferir as suscetibilidades das populações ainda muito constrangidas por mais de 300 anos de estúpidas rivalidades [convindo] evitar todo o pretexto de excitação de ânimos ou de más vontades de parte a parte.»

⁵⁵³ 11 de setembro de 1951. ADN/F1/29/124/3.

Conclui Santos Costa: «há uma obra de educação a fazer que vai ainda durar muito tempo mas estou convencido de que chegaremos ao fim com pleno êxito e que a antiga força da Península nos heroicos tempos das descobertas há-de ressuscitar.»⁵⁵⁴

Os documentos que acabámos de analisar são, no nosso ponto de vista, de importância capital para o completo entendimento das conversações militares luso-espanholas desenvolvidas a partir de 1952. É com base no rumo inicial traçado nestes dois documentos que todos estudos e planos para a defesa conjunta da Península Ibérica se irão desenvolver.

A partir de 1952 as conversações entre os estados-maiores dos dois países entram definitivamente no «domínio das realidades práticas» tão ansiosamente aguardadas por Santos Costa. Por essa altura os *Estados-Maiores Peninsulares* são já um órgão de trabalho com uma missão perfeitamente definida – estudar as condicionantes da defesa conjunta da Península para que, plenamente informadas, as mais altas instâncias políticas dos dois países pudessem decidir sobre tão importante matéria.⁵⁵⁵ De forma progressiva, as conversações militares adquirem maior objetividade e detalhe e é com naturalidade que se assiste à criação de grupos de trabalho especializados nas diferentes vertentes do planeamento militar. Assim, para tratar das questões respeitantes ao emprego das forças terrestres são criados três grupos de planeamento: o grupo «operativo» para estudo da missão, zonas de concentração e zonas de ação das forças terrestres portuguesas⁵⁵⁶; o grupo de «logística/transportes» para estudo das zonas de reabastecimento, planos de apoio logístico, transportes e itinerários para reabastecimento⁵⁵⁷; grupo de «armamento e munições» para estudo das questões relacionadas com o fabrico e transformação de armamento, explosivos e munições.

O grupo de trabalho das «forças aéreas» tinha a seu cargo as negociações em torno da implementação de uma estrutura de comando aéreo unificado para a Península, coordenação dos sistemas de defesa aérea e alerta, estudo de um plano de deteção e controlo para a Península Ibérica, instrução de pilotos e mecânicos, busca e salvamento e, logística da componente aérea das forças portuguesas.

⁵⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁵ ADN/F1/29/124/12.

⁵⁵⁶ Tinha também a seu cargo o estudo da defesa AA da zona de concentração; da unificação doutrinária entre os dois países; intercâmbio de instrução; estudos referentes à Divisão portuguesa para o SHAPE (zona de concentração em Espanha; deslocamento em território espanhol; estatuto das forças portuguesas destinadas à NATO; etc.). ADN/F1/29/124/12.

⁵⁵⁷ Era também responsável pelo estudo do plano de movimentos da Divisão SHAPE.

O grupo de trabalho das forças navais seria responsável pelas questões relacionadas com a proteção da marinha mercante, promoção de exercícios navais conjuntos, intercâmbio de oficiais, comunicações radiotelegráficas e estudo das formas de apoio recíproco em caso de destruição de instalações portuárias.

Além das questões do âmbito específico de cada um dos grupos de trabalho, ao longo das diversas conversações dos estados-maiores peninsulares seriam também discutidos e acordados procedimentos relativos à «defesa psicológica», segurança interna, segurança criptográfica, estatuto das forças armadas peninsulares, refugiados e, até 1953, o estado das conversações Madrid – Washington.

iii. A colaboração portuguesa na defesa da Península Ibérica nos Pirenéus

Para cumprimento dos acordos político-militares estabelecidos, e a cada passo relembrados, entre os dois vizinhos ibéricos antes da adesão de Portugal à NATO, competia então às forças militares portuguesas assumir a correspondente parte de responsabilidade na defesa da linha dos Pirenéus. De acordo com o discurso oficial, nos termos dos compromissos firmados entre os dois países, Portugal não podia dispor livremente das suas forças em teatro exterior à Península enquanto sobre ela pendessem diretamente ameaças à sua integridade. A circunstância de não ter sido ainda estudado pelos organismos da NATO o problema da defesa da Península a isso obrigava. A manutenção da linha dos Pirenéus era essencial à defesa da Espanha e de Portugal e acreditando-se firmemente que em caso de fracasso da defesa do ocidente europeu, «a civilização cristã ter[ia] na Península Ibérica um sólido e intransponível bastião» e as autoridades portuguesas consideravam como indeclinável ponto de honra assumir fielmente as responsabilidades que lhe cabiam «neste aspeto particular da defesa da Civilização ocidental».⁵⁵⁸

O número de divisões portuguesas a empenhar na defesa conjunta da Península justificava a organização de um pequeno Corpo de Exército e o conseqüente estabelecimento de bases de apoio que fossem servidas, desde o território nacional, por vias de comunicação adequadas ao volume de reabastecimentos previsto. A tarefa não era fácil dada a natureza montanhosa da região onde estava prevista a atuação das forças militares portuguesas. Se as autoridades portuguesas não podiam, por falta de meios adequados, enveredar pela organização de forças militares com uma orgânica típica de forças de montanha, tinham

⁵⁵⁸ ADN/F1/33/135/6

certamente que considerar a influência daquele fator na organização e sustentação do CE português destinado aos Pirenéus.

1. Valor geoestratégico do espaço ibérico

A posição ocupada pelos Estados no mapa geopolítico e geoestratégico de determinado momento histórico condiciona ativa e continuamente as estratégias de atuação destinadas à consolidação ou reforço desse mesmo posicionamento. Acautelando sempre eventuais ameaças à segurança do Estado, a ação externa dos agentes estatais deve dedicar especial atenção aos espaços próximos e afastados de forma a identificar as oportunidades, potencialidades e riscos que desse entorno possam derivar. Sendo certo que a implantação geográfica dos países se mantém imutável ao longo dos tempos, o mesmo não sucede com o ordenamento geopolítico internacional onde a mutabilidade frequente conduz a modificações, por vezes profundas, na localização dos centros de poder político-económico, das áreas de influência, da geografia dos conflitos e, por conseguinte, do valor relativo dos espaços territoriais.⁵⁵⁹

Sem pretendermos ser demasiado exaustivos, por não ser esse o objeto principal do nosso estudo, permitimo-nos destacar alguns dos mais importantes teorizadores da geopolítica e geoestratégia mundial. Assim, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) terá sido o precursor dos estudos geopolíticos. Centrou a sua atenção no estudo dos fatores geográficos suscetíveis de influenciar a prossecução dos fins do Estado. Na conceção de Ratzel, os Estados são organismos territoriais com regras de crescimento ou expansão próprias. Seu contemporâneo, Rudolf Kjellen (1864-1922), a quem é atribuída a primeira utilização do termo *Geopolítica*, define o Estado como um organismo biológico, uma estrutura viva que tem por elementos principais a geografia e a raça.⁵⁶⁰

Sob o prisma do poder naval, as reflexões efetuadas por Alfred T. Mahan (1840-1914) viriam também a revelar-se de grande importância para o estudo e desenvolvimento das teorias geopolíticas. Segundo este autor, a vitória seria facilmente alcançada se estivesse garantido o domínio dos mares. Empenhado em justificar a sua teoria, analisou em detalhe os principais confrontos navais que tiveram lugar em diferentes momentos históricos de forma a

⁵⁵⁹ Pereira, Juan Carlos (coord.), (2009), *La política exterior de España (1800-2003)*, Barcelona, Ariel Historia, pp. 105.

⁵⁶⁰ Veja-se Dias, Carlos Manuel Mendes, (2005), *Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos*, Lisboa, Prefácio.

demonstrar que as principais guerras se tinham decidido no mar e em favor das potências que detinham o poder naval. Mahan aponta diversos fatores fundamentais no que diz respeito ao desenvolvimento do poder naval de entre os quais se destacam a posição geográfica em relação às rotas marítimas e, a extensão territorial da linha costeira do país. Sobre Portugal escreve «(...) In truth, Portugal is nearer to the sea than to Spain, and must fall naturally under the influence of the power controlling the sea.»⁵⁶¹

No que respeita ao poder terrestre, mais diretamente relacionado com o nosso estudo, haverá que destacar três autores. O geógrafo inglês Halford Mackinder (1861-1947) dedicou o seu trabalho ao desenvolvimento de teorias em torno da influência exercida pela geografia na história mundial cuja evolução considera indubitavelmente condicionada pelos elementos imutáveis da geografia planetária. Terá sido mesmo o primeiro analista a apontar uma relação direta entre centros de poder e áreas geográficas⁵⁶². Da avaliação que efetuou constatou que a massa terrestre ocupa apenas 1/4 da superfície total do planeta e que 2/3 dessa quarta parte correspondiam a uma massa continua de terra, unindo a Ásia, a Europa e a África, que designou de *ilha mundial*. No centro dessa “ilha” existe a designada *Heartland* onde a Rússia, pela sua extensão territorial, assume especial destaque. A partir daqui, e resumindo muito aquelas que são as suas teorizações, Mackinder considera que quem domina a Europa de Leste domina o *Heartland*; quem domina o *Heartland* domina a “ilha mundial” e que, quem domina a “ilha mundial” domina os destinos do mundo. Segundo a conceção de Mackinder, o Império Russo dispunha de potencial para dominar os continentes Europeu e Asiático. Ao seu controlo apenas escapariam temporariamente, tendo em conta que podiam receber auxílio externo para a sua defesa, as penínsulas europeias (Península Ibérica incluída), ilhas Britânicas e Japonesas. Nicholas Spykman (1893-1943) adota, no essencial, as conceções geográficas de Mackinder atribuindo-lhes no entanto diferentes interpretações. Contesta o determinismo da teoria do poder terrestre avançada por Mackinder e defende que

⁵⁶¹ Mahan, Alfred Thayer, [Em linha], (1890), *The influence of sea power upon history, 1660-1783*, Boston, Disponível em <http://archive.org/details/seanpowerinf00maha>, pp. 208.

⁵⁶² Na opinião do General Loureiro dos Santos, «(...)o teorizador do poder terrestre era afinal um adepto da proeminência dos poderes marítimos, e a sua doutrina visava alertar estes poderes para o perigo do poder continental ter condições de fazer prevalecer o seu domínio global, se, a partir do pivot da História, lhe fosse permitido unificar as vontades das potências existentes na Ilha Mundial (...)» - Santos, José Loureiro dos, (2008), *O coração da eurásia contra o resto do mundo*, Comunicação à Academia de Ciências de Lisboa [Em linha], (2008), Lisboa. Disponível em <http://www.acad-ciencias.pt/>.

o domínio do *Heartland* só é possível uma vez assegurado o domínio do *Rimland* (faixa de territórios situados na orla do *Heartland*).⁵⁶³

Deixando de lado, sem contudo esquecer, as teorizações dos principais estudiosos da geopolítica e geoestratégia para centrar a nossa atenção no objeto do nosso estudo, do ponto de vista estratégico, o espaço peninsular ibérico reúne, contando com a proteção oferecida pelos Pirenéus, as características típicas de um bastião.

Na década de 1950 a Península Ibérica teria cerca de trinta e seis milhões de habitantes distribuídos por uma superfície total de 582 mil quilómetros quadrados, a seguir à URSS o segundo espaço territorial mais extenso da Europa. Daquela área total, Portugal ocupava, e ocupa, apenas 89 mil quilómetros quadrados. Tendo em conta que uma parte bastante significativa do solo peninsular se eleva a altitudes que vão para além dos 500m; a existência de valiosos recursos minerais; o invejável posicionamento geográfico relativamente a importantes corredores marítimos, aéreos e terrestres; o seu posicionamento central relativamente aos continentes Europeu, Americano e Africano, a Península Ibérica revelava um grande potencial geopolítico e geoestratégico caso viesse a concretizar-se o tão temido confronto militar entre os Blocos ocidental e oriental.

Como escreveu Botelho Moniz⁵⁶⁴, «a Península Ibérica forma uma cruz geopolítica em que os braços, na direção dos paralelos, representam a liberdade da rota oceânica de Leste-Oeste – a velha estrada imperial britânica pelo Mediterrâneo – e os verticais, a ligação ocidental, Norte-Sul (ou vice-versa) entre os continentes Africano e Europeu (...)».⁵⁶⁵ O espaço peninsular reúne assim as condições necessárias para o desencadeamento de ações de reação por parte da potência marítima na eventualidade de qualquer ofensiva militar lançada pela potência terrestre. No seu conjunto, e tendo em conta que a reduzida extensão do território continental português inviabilizava a implantação de uma testa-de-ponte com as dimensões apropriadas ao desembarque de forças de auxílio, a Península constituía um bloco

⁵⁶³ Venier, Pascal. *The Geographical Pivot of History and Early 20th century Geopolitical Culture* [Em linha], *Geographical Journal*, vol. 170, no 4, December 2004, pp. 330–336. Disponível em <http://www.pascalvenier.com/venier2004c.pdf>.

⁵⁶⁴ Militar e político. Professor dos cursos de Estado-Maior do IAEM (1940-43), Ministro do Interior (1944-47), adido militar em Madrid (1947-1950) e Washington (1950-51), Secretário-adjunto da Defesa Nacional e Vogal do Conselho Ultramarino (1953), Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1955-58), Ministro da Defesa Nacional (1958-61), cargo do qual viria a ser destituído na sequência da tentativa de golpe de Estado de abril de 1961.

⁵⁶⁵ Moniz, Júlio Botelho (2007), *Visões Estratégicas no Final do Império*, Lisboa, Tribuna da História, pp. 331.

geográfico e militar uno de grande importância para a defesa da Europa ocidental e as autoridades portuguesas não se cansavam de o mencionar.

Tal como constava do manual de geografia militar distribuído aos oficiais que frequentaram o *Curso de Estado-Maior* do IAEM em 1949-1950, geograficamente a Península Ibérica é uma apreciável extensão territorial, abrigada por detrás de um importante obstáculo natural - os Pireneus -, habitada por dois povos de raça semelhante e, por essa data, com interesses políticos coincidentes.⁵⁶⁶

Existiam por essa altura na Península Ibérica dois grandes objetivos militares e estratégicos cujo valor se sobrepunha, em nossa opinião, a outros de diversa índole – Lisboa, mais concretamente o seu porto, e Gibraltar. O primeiro, considerado pelos serviços de informações norte-americanos o melhor porto natural da Europa⁵⁶⁷, pelas suas condições naturais e apetrechamento favoráveis ao desembarque dos meios humanos e materiais necessários à defesa da Europa; Gibraltar porque sua localização geográfica, instalações portuárias e robusto dispositivo defensivo, lhe conferiam papel de destaque no desenvolvimento de qualquer estratégia mediterrânica e atlântica. A Península Ibérica era um «condomínio» que garantia a liberdade de ação aliada no Mediterrâneo constituindo a «mais importante pedra na *geobélica* do Mediterrâneo ocidental».⁵⁶⁸ No entanto, a Península Ibérica era apenas uma parte de um espaço territorial e geográfico mais vasto. Em termos geoestratégicos haverá também que contar com os arquipélagos que, no Mediterrâneo e no Atlântico, conferem valor acrescentado ao espaço geográfico dos dois países ibéricos.

A Península Ibérica pela sua acessibilidade, extensão, configuração e afastamento em relação à potência terrestre, assumia na década de 1950 uma importância significativa para a defesa da Europa ocidental. Em termos militares a Península conferia ao bloco ocidental a capacidade de bloquear o estreito de Gibraltar negando o acesso da marinha soviética ao Atlântico; garantia a utilização do Mediterrâneo para a defesa do Canal do Suez e para uma investida sobre o flanco Sul da URSS e, também, uma fácil projeção de forças para o Norte de África. No ambiente estratégico de então a Península Ibérica, juntamente com os

⁵⁶⁶ Rebelo, Horácio de Sá Viana, (1949) *Geografia Militar da Península Ibérica e do império colonial português*, Pedrouços, IAEM, pp.217.

⁵⁶⁷ Assistant Chief of Air Staff, *Summary and evaluation, air objectives, Iberian Peninsula*, [Em linha], (1943), Washington, pp.10. Disponível em <http://cgsc.cdmhost.com/cdm/singleitem/collection/p4013coll8/id/3345/rec/6>.

⁵⁶⁸ Moniz, Júlio Botelho (2007), *Visões Estratégicas no Final do Império*, Lisboa, Tribuna da História, pp. 332.

territórios insulares, constituía uma excelente plataforma tática e logística para a projeção de forças militares em direção à Europa ocidental; garantia a interação com o continente africano e permitia controlar os principais corredores marítimos do Atlântico e do Mediterrâneo essenciais ao abastecimento da Europa ocidental.

2. A «geobélica» pirenaica

Não vamos aqui deter-nos na análise das diferentes concepções de defesa da Península nos Pirenéus advogadas pelo ministro Santos Costa e o General Raul Esteves⁵⁶⁹ já suficientemente explanadas em diversas obras mais ou menos recentes. Tentaremos antes deixar uma breve descrição da geografia militar dos Pirenéus tal como era entendida na década de 1950.

Alvo de todas as atenções das autoridades militares portuguesas e espanholas, a cadeia pirenaica era descrita na década de 1950 pelo brigadeiro Botelho Moniz como sendo a mais forte barreira europeia constituindo um obstáculo militar de enorme valor defensivo. Formava, um todo indivisível e apresentava três setores geográficos distintos: os Pirenéus Orientais, Centrais e Ocidentais. A estes setores correspondiam as regiões militares das 4^a, 5^a e 6^a capitánias gerais.⁵⁷⁰

De acordo com a avaliação efetuada por Botelho Moniz, as características orográficas do maciço pirenaico defendiam melhor o território espanhol do que o francês. No entanto, as características do terreno em solo espanhol eram bastante mais adversas dificultando as comunicações em sentido transversal, enquanto em território francês as condições do terreno permitiam a existência de uma vasta rede viária e ferroviária.⁵⁷¹ Em termos ofensivos, o lado francês dos Pirenéus com a sua teia de vias de comunicação transversais e longitudinais, era mais propício à montagem de manobras ofensivas do que o lado espanhol. No entanto, o desenvolvimento daquele tipo de manobras encontraria maiores dificuldades de efetivação

⁵⁶⁹ 1878-1955. Militar e estrategista autor de diversas obras de entre as quais se detaca «*A defesa da Europa Ocidental,*» editada em Lisboa no ano de 1952.

⁵⁷⁰ Veja-se Esteves, Raul, (1952), *A defesa da Europa Ocidental*, Lisboa; Ferreira, José Medeiros, (1989), *Um Século de Problemas, As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa Livros Horizonte; Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos; Duarte, António Paulo, (2010), *A Política de Defesa Nacional 1919 -1958*, Lisboa ICS.

⁵⁷¹ Moniz, Júlio Botelho (2007), *Visões Estratégicas no Final do Império*, Lisboa, Tribuna da História, pp. 345 *et seqs.*

para um atacante proveniente de território francês do que para um proveniente do lado espanhol. E justificava da seguinte forma: enquanto o primeiro tinha que vencer as sucessivas linhas de defesa existentes no território espanhol antes de poder alcançar o interior da Península, uma ofensiva rápida partindo do lado espanhol alcançaria prontamente terras baixas e férteis do País vizinho.⁵⁷²

Em nossa opinião, esta análise da «geobélica»⁵⁷³ pirenaica efetuada por Botelho Moniz em 1953 resume de forma simples e precisa a geografia militar dos Pirenéus tal como era então, com maior ou menor detalhe, percebida e descrita por diferentes autores de ambos os lados fronteira. No entanto, das leituras que tivemos oportunidade de efetuar para a realização deste trabalho fica-nos a ideia de que a grande maioria dos ensaios produzidos em Portugal sobre esta questão se limitava a compilar uma série de aspetos teóricos facilmente inferidos da leitura de um qualquer livro de geografia. Tanto quanto nos foi possível verificar no decurso da nossa investigação, apesar da importância atribuída pelas autoridades portuguesas à defesa dos Pirenéus, durante toda a década de 1950 apenas foi oficialmente efetuado um reconhecimento do terreno em causa e, ainda assim, de forma algo inusitada. Referimo-nos do reconhecimento efetuado em maio de 1951 pelos alunos (coronéis) do *Curso de Altos Comandos* do IAEM aos Pirenéus ocidentais.⁵⁷⁴

Em novembro de 1950, o diretor do IAEM, em missiva enviada ao CEME, tinha sugerido que, tendo em conta a «situação internacional ibérica» e a escassez em Portugal de regiões com interesse histórico militar, fosse submetida à apreciação do ministro do Exército uma proposta no sentido de substituir a *Viagem de História* (parte integrante do *Curso de Altos Comandos*) por uma deslocação aos Pirenéus a pretexto do estudo da retirada de Massena e da campanha do Rossilhão.

A resposta a esta proposta só viria a surgir em abril de 1951 e após Santos Costa ter demonstrado o seu desagrado pelos contactos que, entretanto, tinham sido estabelecidos com as autoridades militares espanholas sem o seu conhecimento.⁵⁷⁵ Autorizava-se então a realização da viagem aos Pirenéus ocidentais. No entanto, ela não seria realizada nos moldes seguidos para a realização das *Viagens de História*. A viagem constituiria um reconhecimento do terreno onde se esperava viesse a atuar o CEP dos Pirenéus (Pirenéus ocidentais) e da mesma deveria resultar um exaustivo relatório das observações efetuadas.

⁵⁷² Idem, pp. 347.

⁵⁷³ A Expressão é de Botelho Moniz.

⁵⁷⁴ ADN/F1/37/158/2.

⁵⁷⁵ ADN/ F1/37/158.

Ora, o relatório elaborado após a visita aos Pirenéus ocidentais é pouco extenso e bastante telegráfico quando comparado com o estudo do terreno fornecido pelo oficial de ligação da repartição de Operações do Estado-Maior Central do Exército espanhol que acompanhou a comitiva portuguesa e que foi incluído no relatório final do reconhecimento. De forma mais ou menos superficial, o relatório aborda questões relacionadas com a organização, equipamento, instrução e moral do Exército espanhol e dedica umas escassas duas páginas, à avaliação das condições de defesa dos Pirenéus ocidentais.

De acordo com o relatório efetuado pela «missão» portuguesa, os Pirenéus ocidentais eram os mais acessíveis e permeáveis a incursões inimigas e, em termos militares, subdividiam-se em dois setores: o setor Navarro ocidental e o setor Guipuzcoano. Nestes setores as forças inimigas teriam como principal objetivo estratégico inicial o controlo de três nós de comunicações principais localizados em LUMBIER, PAMPLONA e TOLOSA. Seguindo o mesmo raciocínio consideravam que, uma vez cortada a transversal formada por aqueles três pontos estratégicos, a defesa conjunta dos Pirenéus ocidentais ficaria irremediavelmente comprometida. Com origem na fronteira, as vias de comunicação que confluíam nos três nós mencionados atravessavam zonas de distintas características orográficas pelo que os diferentes setores de defesa que nelas viessem a ser organizados teriam obrigatoriamente que ser guarnecidos por diferente tipo e quantidade de forças não se afigurando viável qualquer deslocamento transversal de forças pelas deficientes e escassas vias de comunicação aí existentes. As Reservas teriam assim que estar concentradas à retaguarda e prontas a seguir pelos eixos principais de deslocamento.

No que respeita às tropas portuguesas e à sua possível área de atuação, os coronéis tirocinantes consideravam que, tendo em conta a necessidade de manter a todo o momento a ligação a Portugal, era no setor Guipuzcoano que o CEP teria maior utilidade e no setor tático de IRUN o seu empenhamento mais produtivo já que por estes setores corriam as vias de comunicações que mais diretamente se dirigiam a Portugal (incluindo a via-férrea).

Como pode perceber-se, o estudo das condições de defesa dos Pirenéus ocidentais efetuado pelos oficiais portugueses é, talvez pelas difíceis condições atmosféricas encontradas no decurso da viagem àquela região, bastante pobre e superficial limitando-se na sua parte final a reproduzir alguns dados de um estudo «geográfico-estratégico dos Pirenéus Vasco-Navarros» entregue aos militares portugueses pelas autoridades espanholas no decurso da viagem e que passamos a descrever.

Como seria de esperar, o estudo das autoridades militares espanholas denota um perfeito conhecimento do terreno e um nível de detalhe dificilmente superável por qualquer entidade externa que se propusesse efetuar um estudo do mesmo tipo. Assim, de acordo com o referido estudo, a região dos Pirenéus ocidentais estende-se desde a foz do rio Bidassoa até à Meseta dos Três Reis, e em termos orográficos apresenta uma forte compartimentação na direção Norte-Sul, secundada por uma barreira montanhosa menos densa localizada a cerca de 50 quilómetros de distância da fronteira (ao longo do designado canal de Berdun), e compreende dois setores: o Guipuzcoano e o Navarro. Segundo a análise das autoridades espanholas, ao longo da sua extensão os Pirenéus ocidentais podiam ser cruzados nos seguintes pontos: IRUN; BEHOBIA; ENDARLAZA; IBARDIN; (VERA); ECHALAR; DANCHARINGA; IZPEGUI; IPARLA; IBAÑETA; BANTARTES; ERVIZATE; LA RHUN; BELHAY e ARLAS.⁵⁷⁶

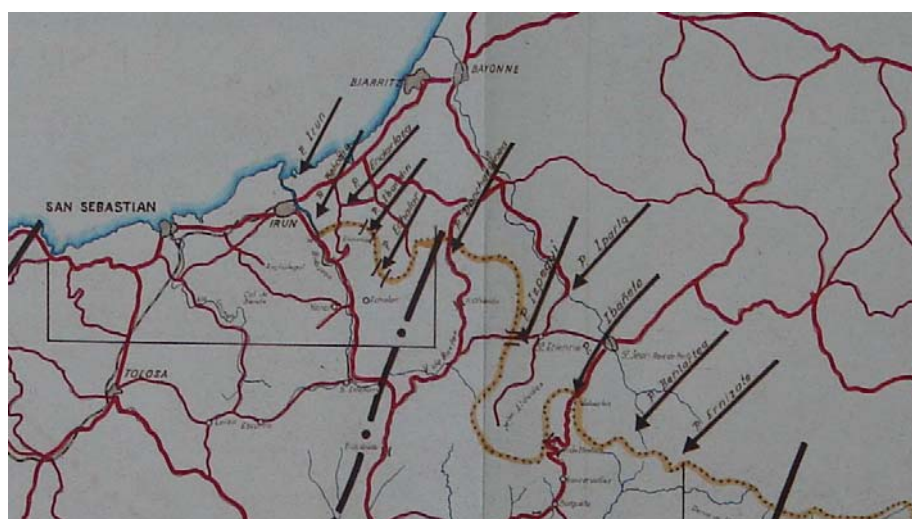


Fig. 8.1- Zonas de travessia nos Pirenéus ocidentais (Fonte: ADN)

De Este para Oeste esta região apresenta quatro compartimentações geográficas:

- Os vales de RONCAL, SALAZAR e IRATI – com reduzidas e rudimentares vias de comunicação, estes vales estreitos apenas poderiam ser transpostos por unidades especializadas e de pequeno efetivo. Conduzem a LUMBIER; LIEDENA e SANGUESA no canal de Berdun;
- Vales de URROBI e de ARGA – tinham como principais obstáculos à progressão de forças militares os Puertos de IBAÑETA e ERRO. Uma vez transpostos estes

⁵⁷⁶ ADN/F1/37/158/2

obstáculos, conduziam a PAMPLONA com acessos favoráveis à movimentação de GU;

- Vales de ULZAMA e do rio BIDASSOA – melhor acesso de França para Espanha, apresentavam dois grandes obstáculos ao emprego tático e ao apoio logístico de forças em operações – os Puertos de OTZONDO e de VELATE.

Os pontos onde mais eficazmente poderia ser travada a progressão das forças inimigas seriam: passagem de IBARDIN (ENDARLAZA); passagem de LIZARRIETA (ECHALAR); Puerto OTZONDO (DANCHARINEA); Puerto de IZPEGUI; Puerto de IBAÑETA; serra de ABODI e ISABA.

No setor Guipuzcoano o maciço de OYARZUM reunia condições favoráveis para que forças inimigas pudessem chegar com rapidez a TOLOSA. Conquistada TOLOSA as forças invasoras passavam a ter acesso às vias de comunicação que conduziam a VITORIA, ESTELLA e PAMPLONA, facultando ao inimigo a possibilidade de progredir em direção à Meseta central ou lançar ações de envolvimento do setor Navarro. As comunicações transversais neste setor não abundavam e as poucas existentes distavam alguns quilómetros da fronteira.⁵⁷⁷

No território francês confinante com este setor a rede viária era extensa e de boa qualidade, estando as estradas penetrantes no maciço pirenaico amplamente ligadas entre si por vias transversais. Fazendo adequado uso desta rede reticular de estradas qualquer força invasora que se concentrasse entre SAN JUAN DE LUZ e SAN JUAN DE PIED DE PORT (em solo francês) poderia facilmente invadir o setor Guipuzcoano (onde atuaria o CEP dos Pirenéus) por qualquer dos quatro pequenos colos existentes entre IRUN e RONCESVALLES.

As principais linhas de invasão passíveis de serem exploradas pelas forças inimigas neste setor eram:

- Progressão pela província de Guipúzcoa, caso o objetivo inicial fosse a conquista da planície de ALAVA e o controlo do rio EBRO (por MIRANDA – LOGROÑO);
- Invasão pela parte ocidental de NAVARRA, para conquista de PAMPLONA e controlo do EBRO (por LOGROÑO – CASTEJON ou TUDELA);

⁵⁷⁷ Canal de Berdun até Tolosa; estrada de ligação entre Navarra e Guipúzcoa (Santesteban-Leiza-Tolosa); estrada de ligação entre os vales de Ulzama e Erro (Olague-Urtasun-Zubiri); estrada Burguete-Escaroz. ADN/F1/37/158/2, pp. 32.

- Pelo extremo oriental de NAVARRA para conquista de TUDEL, GALLUR ou SARAGOSSA (por LUMBIER-SANGUESA).

Neste contexto, a primeira zona de defesa no setor Guipuzcoano era de limitada por JAIZQUIBEL-SAN MARCIAL-OYARZUM-PEÑAS AYA.

No que respeita ao setor Navarro, as linhas de invasão mais prováveis eram duas: invasão pela depressão de PAMPLONA (vale de BAZTAN) e invasão pelos vales orientais de NAVARRA. Relativamente à primeira linha de invasão, segundo as autoridades militares espanholas era possível penetrar frontalmente no vale de BAZTAN por VERA, ECHALAR e DANCHARINEA (URDAX) e de flanco a partir dos ALUIDES por Puerto de IZPEGUI e de Puerto de OTZONDO. Seria também provável que o inimigo instalado em SAN JUAN DE PIED DE PORT tentasse penetrar em território espanhol por ALTOUISCAR seguindo depois pelo itinerário militar outrora seguido por Napoleão, em direção ao planalto de BURGUETE ou também pela passagem de LINDUX em direção a RONCESVALLES e BENTARTES.

Relativamente à segunda linha de invasão deste setor, o estudo das autoridades espanholas considerava provável que a invasão ocorresse pela depressão de PAMPLONA em direção a LUMBIER – SANGUESA de modo a alcançar o EBRO. SANGUESA poderia também ser conquistada por forças vindas da fronteira progredindo pelos vales dos rios URROBI, IRATI, SALAZAR e ESCA.

Neste setor as zonas de defesa previstas nos planos espanhóis eram os seguintes:

- Linha fortificada (a qual descreveremos com maior detalhe mais adiante) que compreendia as seguintes posições: passagem de SAN ANTONIO, passagem de IBARDIN, VERA, ECHALAR, PALOMERAS, CERO DE ORIAQUI, passagem de ACHUETA e de ESQUISAROY, PEÑA PLATA, URDAX, Puerto de OTZONDO, MAYA, GORAMENDI, ERRAZU, puerto IZPEGUI, ELIZONDO, Puerto de BERDERI, PEÑA ALBA, passagem de OLLATEGUI, monte ADI, BURGUETE, Puerto IBAÑETA, ORZANZURRIETA, ORBAICETA e fábrica de ORBOICETA (IRATI), serra de ABODI, IZALZUA (SALAZAR), UZTARROZ (RONCAL), PORTILLO DE LAZAR (RONCAL) e ARROY, SELAGUA,⁵⁷⁸

- As elevações de MANDOEGUI, monte ERACURRI, ESCURRA, Puerto de BIDATE, monte ZUACHAPI, VELATE, monte ZIOLA, montes de IRAGUEI e USECHI, ANCHOR, ORICAIN, BELZUNEGUI, monte GARBALIA (serra de LOBIA), foz do rio OSA, serra de ARCHUBA, etc., etc..

Como se pode verificar pelo estudo que, resumidamente, acabamos de descrever, a organização do dispositivo defensivo do setor ocidental dos Pirenéus tinha uma complexidade muito superior aquela percebida pelos militares portugueses durante o seu breve «reconhecimento» do terreno. Não podemos deixar de constatar com alguma surpresa que, apesar das conversações mais ou menos formais que foram sendo mantidas ao longo dos anos pelas autoridades militares dos dois países a propósito da defesa da Península, se tinha em Portugal um conhecimento tão superficial das condições de defesa da provável área de actuação de forças militares portuguesas em caso de conflito. Significativo é também o facto de, como adiante se verá, as autoridades militares espanholas não terem partilhado com as congéneres portuguesas qualquer informação relativamente às obras de fortificação que naquela altura estavam em curso um pouco por todos os Pirenéus.

3. A fortificação dos Pirenéus - A «Linha P»

È sabido como ao longo dos séculos os Pirenéus têm constituído uma barreira defensiva de difícil transposição não só pelas suas características naturais mas também pelas fortificações que se foram construindo dos dois lados da fronteira franco-espanhola. Únicas vias de ligação terrestre ao resto da Europa, e por isso potenciais vias de invasão, as principais passagens dos Pirenéus desde sempre foram vigiadas e protegidas por todo o tipo de edifícios fortificados e castelos.

No relatório redigido pelos coronéis tirocinantes no final da viagem de reconhecimento aos Pirenéus ocidentais que tivemos oportunidade de descrever anteriormente, os alunos do Curso de Altos Comandos do IAEM deixam escrito numa das alíneas do documento não terem visitado qualquer obra de fortificação moderna naquele setor duvidando mesmo da existência de qualquer obra daquele tipo nos Pirenéus. Ora, à data da viagem de reconhecimento efetuada pelos militares portugueses não só já existia uma vasta rede de posições defensivas fortificadas em diversos pontos dos Pirenéus, como continuava a crescer a um ritmo bastante significativo.

As primeiras construções terão começado a surgir escassos meses após o início da Guerra Civil espanhola nas regiões de Guipúzcoa, Navarra, Huesca, Lérida e Catalunha, todas elas controladas pelas novas autoridades militares.⁵⁷⁹ Em 1939 tinha já sido construído um grande número de fortificações e Franco decreta a criação das comissões de fortificação dos Pirenéus ocidentais, centrais e orientais.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, temendo eventuais invasões alemãs ou aliadas, as autoridades militares espanholas aceleram o ritmo de construção, ao mesmo tempo que reforçam as guarnições das posições fortificadas já existentes. Em plena Segunda Guerra Mundial, o Generalíssimo Franco ordena que todos os regimentos de engenharia do Exército espanhol sejam empenhados na construção de uma linha defensiva fortificada que cobriria toda a extensão do maciço pirenaico destinada a impedir possíveis penetrações inimigas em território espanhol.⁵⁸⁰

Em Setembro de 1940 já existiria um plano de fortificação dos Pirenéus orientais pensado para deter a progressão de forças invasoras que tentassem violar a fronteira espanhola na posição de PERTHUS (Catalunha). A execução desse plano de fortificação ficaria a cargo da designada «Comisión de Fortificación del Pirineo Oriental» nos moldes definidos pelo Estado-Maior do Exército espanhol em novembro de 1939 (Diretiva General nº 1) que, em termos táticos, determinavam a estruturação da organização defensiva da fronteira pirenaica mediante a implantação de uma faixa de terreno com profundidade suficiente para assegurar um elevado desgaste às formações inimigas que a tentassem transpor. De acordo com a diretiva, a defesa devia ser feita o mais próximo possível da fronteira estabelecendo-se uma zona principal de resistência que seria seguida, em direção à retaguarda, por outra zona do mesmo tipo mas de menor densidade e de assentamentos fortificados de artilharia.⁵⁸¹

Em termos mais genéricos, segundo as diretivas estabelecidas pelo *Estado Mayor Central*, a organização defensiva dos Pirenéus orientais passaria a contemplar três categorias de zonas defensivas: 1 – zonas ativas, 2 – zonas perigosas e, 3- zonas passivas. As zonas ativas eram aquelas que dispunham de boas vias de comunicação e que, por isso, favoreciam

⁵⁷⁹ Sáez García, Juan Antonio, (2010), *La fortificación Vallespín en Guipúzcoa (1939-1940)*, San Sebastián, Ingeba, pp.7 *et seqs.*

⁵⁸⁰ Clúa Méndez, José Manuel, (2007) *Cuando Franco fortificó los Pirineos. La Línea P en Aragón*. Saragoça, Editorial Katia, pp. 3.

⁵⁸¹ Sáez García, Juan Antonio, (2010), *La fortificación Vallespín en Guipúzcoa (1939-1940)*, San Sebastián, Ingeba, pp.11.

a penetração de forças inimigas; as zonas perigosas eram as que não estavam servidas por vias de comunicação de grande valor mas que permitiam, de alguma forma, a penetração de forças inimigas; finalmente, seriam consideradas zonas passivas todas aquelas que, em virtude dos declives escarpados, só pudessem ser ultrapassadas por forças militares especialmente treinadas (tropas de montanha).⁵⁸²

Nos anos que se seguem à publicação destas diretivas vão ser fortificadas diversas posições estratégicas um pouco por todo o maciço pirenaico sem que, tanto quanto nos foi possível verificar, existisse qualquer plano «global» para a fortificação dos Pirenéus. Esse plano só viria a surgir em 23 de Agosto de 1944 com a publicação da *Instrução C-15* pelo *Estado-Maior Central* do Exército espanhol que estabelecia definitivamente a organização defensiva fortificada dos Pirenéus.⁵⁸³ Neste documento, definem-se os critérios defensivos adotados pelas autoridades militares espanholas e a divisão da zona fronteira em três setores: oriental, central e ocidental. Especificavam-se também os tipos de obras de fortificação a realizar conforme se destinassem à infantaria, artilharia, defesa anti-carro, defesa AA, postos de controlo ou observatórios. Como é possível comprovar pelo exemplo constante do anexo «C»,⁵⁸⁴ uma vez operacionais, seriam assentamentos fortificados rodeados por ninhos de atiradores que comunicavam com um assentamento central por vias cobertas. Estes conjuntos fortificados estariam rodeados por arame farpado, campos de minas⁵⁸⁵ e, nos terrenos mais abertos, por barreiras anti-carro.⁵⁸⁶ Definem-se também as zonas de resistência e a sua organização.⁵⁸⁷ A barreira defensiva atravessava os territórios de três regiões militares (4^a, 5^a, 6^a) que, em termos organizativos, se dividiam em setores e estes em núcleos de resistência (forças equivalentes a 1 Batalhão ou 600 homens).⁵⁸⁸ No fim da II

⁵⁸² Clúa Méndez, José Manuel, (2007) *Cuando Franco fortificó los Pirineos. La Línea P en Aragón*. Saragoça, Editorial Katia.

⁵⁸³ Idem.

⁵⁸⁴ AGMAV C 3323,1. Veja-se anexo C. O exemplo que aqui apresentamos diz respeito a uma localidade dos Pirenéus orientais uma vez que os planos do mesmo tipo para os Pirenéus Ocidentais se encontram num fundo arquivístico que não foi ainda desclassificado pelas autoridades competentes espanholas.

⁵⁸⁵ AGMAV C 3347,4. Veja-se anexo D

⁵⁸⁶ AGMAV C 3347,8. Veja-se anexo E

⁵⁸⁷ Clúa Méndez, José Manuel, (2007) *Cuando Franco fortificó los Pirineos. La Línea P en Aragón*. Saragoça, Editorial Katia. pp. 15.

⁵⁸⁸ Também chamados centros de resistência. Subdividiam-se em subelementos de menor dimensão. Clúa Méndez, José Manuel, (2007) *Cuando Franco fortificó los Pirineos. La Línea P en Aragón*. Saragoça, Editorial Katia, pp.17.

Guerra Mundial o Governo de Franco tinha já promovido a construção de uma extensa rede de defesas costeiras nos principais pontos de passagem.

Terminado o conflito, as autoridades espanholas decidem dar continuidade ao plano de fortificação dos Pirenéus ordenado por Franco alguns anos antes e determinam a construção de um complexo sistema de fortificações ao longo de toda a cadeia pirenaica que em muito se assemelhava a barreiras defensivas construídas durante a Segunda Guerra Mundial em alguns países da Europa central.⁵⁸⁹ Num empreendimento descomunal construiu-se uma barreira defensiva do Mediterrâneo ao mar Cantábrico (cerca de 500km) pejada de posições fortificadas. Este sistema defensivo receberia a designação de *Linha P*.

Entre 1944 e 1957 foram construídas milhares de fortificações que até à década de 1980 continuaram a ser objeto de atenção por parte das tropas de Engenharia do Exército espanhol sem que, no entanto, tenham alguma vez sido concluídas na sua totalidade.⁵⁹⁰

A importância desta obra defensiva era de tal ordem que, em 1946, a Polónia, França e URSS terão proposto na ONU o rompimento de relações diplomáticas com a Espanha por, entre outros motivos, ter sido detetada a construção de fortificações nos Pirenéus catalães.⁵⁹¹ Ao que tudo indica, o pedido de condenação pela construção das fortificações foi recusado após a intervenção do diplomata britânico Sir. Alexander Cadogan. Algum tempo mais tarde os EUA davam a conhecer os resultados de um estudo sobre aquela questão que teria permitido concluir que aquelas eram obras meramente defensivas e que não representavam ameaça para os restantes países europeus.⁵⁹²

Com o passar do tempo e á medida que o isolamento internacional da Espanha foi diminuindo, o valor da linha defensiva e os trabalhos de fortificação dos Pirenéus foram declinando e as obras de construção gradualmente interrompidas, ficando a construção de muitos assentamentos fortificados por concluir.

⁵⁸⁹ Clúa Méndez, José Manuel, (2007) *Cuando Franco fortificó los Pirineos. La Línea P en Aragón*. Saragoça, Editorial Katia, pp.9 et sqs.

⁵⁹⁰ Idem, ibidem.

⁵⁹¹ Idem, pp. 11.

⁵⁹² Idem, pp. 13.

4. Condições gerais para o empenhamento das forças portuguesas na defesa dos Pirenéus

a. A organização do Corpo Expedicionário Português dos Pirenéus

Os quantitativos de forças a empenhar por Portugal na defesa da Península Ibérica ficam oficial e permanentemente definidos no decurso da reunião do Conselho do Atlântico Norte realizada em fevereiro de 1952. Na Revisão Anual (RA) desse mesmo ano as autoridades portuguesas assumem o compromisso de, a médio prazo, organizar 3 divisões de campanha para a defesa da Península nos Pirenéus de acordo com o seguinte escalonamento:

Designação	1953	1954	1955	1956-59
	D+60	M+60	M+60	M+60
Divisões de campanha Pirenéus	1 divisão	CE 2 divisões	CE 2 divisões	CE 3 divisões

Quadro 8.1 – Escalonamento de forças para a defesa da Península nos Pirenéus

Tal como sucedido com as divisões territoriais, a constituição das divisões de campanha deriva das diretivas para a reorganização do exército de campanha emanadas pelo ministro da Defesa em 26 de Janeiro de 1951.⁵⁹³ Assim, cada divisão do Corpo Expedicionário Português (CEP), a disponibilizar para empenhamento nos prazos indicados no quadro anterior, teria um efetivo de cerca de 30.000 homens⁵⁹⁴ distribuídos de acordo com a seguinte composição orgânica:

A. Quartel-General

B. Tropas:

1. Infantaria

- 3 Regimentos de Infantaria

2. Artilharia

- Comando da Artilharia divisionária
- 3 Grupos de obuses ligeiros
- 1 Grupo de obuses pesados
- 1 Grupo de AAA ligeiro

3. Cavalaria

- 1 Esquadrão de reconhecimento
- 1 Grupo de Esquadrões de carros de combate

4. Engenharia

- 1 Batalhão de Sapadores

5. Transmissões

- 1 Companhia de Transmissões

⁵⁹³ ADN/F1/33.1/135/14

⁵⁹⁴ Cerca de 1600 oficiais, 4400 sargentos e 24000 praças. ADN/SGDN/4234/3

6. Serviços

- 1 Companhia de transportes
- 1 Grupo sanitário
- 1 Grupo de subsistências
- 1 Companhia ligeira de manutenção de material
- 1 Coluna de munições
- 1 Secção de combustíveis e lubrificantes
- 1 Secção veterinária

Mais detalhadamente, a organização do quartel-general (QG), das unidades de combate e dos Serviços das divisões de campanha devia ser estabelecida nos seguintes moldes:⁵⁹⁵

Divisão de Campanha (Defesa da Península) ⁵⁹⁶	
Quartel-General	Comando Formação de comando 1 Secção de aviões ligeiros 1 Destacamento de Policia Militar
3 Regimentos de Infantaria	Comando 1 Batalhão regimental 3 Batalhões de linha
Artilharia Divisionária	Comando da Art. Divisionária 3 Grupos de obuses ligeiros 1 Grupo de obuses pesados 1 Grupo de AAA
Esquadrão de Reconhecimento	Comando 3 Pelotões de Reconhecimento Trem
Grupo de Esquadrões de Carros de Combate	Comando Formação de Comando e Serviços 3 Esquadrões de Carros de Combate
Batalhão de Sapadores	Comando Formação de Comando e Serviços 4 Companhias de Sapadores
Companhia de Transmissões Companhia de Trem Auto Grupo Sanitário Grupo de Subsistências Companhia de reparação de material Secção de combustíveis e lubrificantes Coluna de munições Secção veterinária	

Quadro. 8.2 – Organização da divisão de campanha para a defesa da Península.

⁵⁹⁵ ADN/F1/33.1/135/14

⁵⁹⁶ ADN/F1/33.1/135/14. Para uma visão mais detalhada do seu quadro orgânico veja-se o anexo F.

De acordo com as diretivas de Santos Costa cada divisão seria comandada por um general cabendo ao EME fixar as funções do brigadeiro 2º comandante de forma a que ficassem claramente definidas as suas competências em relação aos diferentes órgãos do QG e às unidades e formações da divisão. Além das funções tradicionalmente associadas ao cargo, o brigadeiro seria também o inspetor das unidades de infantaria da divisão. A orgânica do Comando da divisão ficava completa com o estado-maior e as chefias dos Serviços de Transmissões, Saúde, Subsistências, Material, Combustíveis e Lubrificantes, Munições, Veterinário, Postal e Censura, Justiça, Contabilidade, Pagadoria e Assistência Religiosa.

Da orgânica das diversas repartições do estado-maior do comando da Divisão fariam obrigatoriamente parte oficiais de Artilharia e Engenharia, habilitados com o Curso de Estado-Maior e, por isso, «*especialmente qualificados para tratar das questões das suas Armas*».⁵⁹⁷

A Formação de Comando seria constituída por 1 Pelotão de defesa terrestre e 1 Pelotão de defesa AA (forças de escolta); 1 Pelotão de Transportes e banda de música. Os Pelotões de escolta seriam responsáveis pela defesa imediata do QG e estariam equipados com 3 metralhadoras ligeiras, 3 lança-granadas anti carro de 3.5 polegadas⁵⁹⁸, 3 canhões sem recuo ligeiros de 5,7cm⁵⁹⁹ e com metralhadoras pesadas de 20mm para a defesa AA. Seria também conveniente que as forças do QG dispusessem de metralhadoras pesadas de 12.7mm montadas em viatura para defesa AA durante o deslocamento e nos estacionamentos. A banda de música seria de 3ª classe e estaria vocacionada para a execução de hinos nacionais, marchas militares e pequenos concertos em benefício do moral e bem-estar das tropas.

Para a aviação ligeira do QG da Divisão estavam previstas missões de «ligação», «observação» e de fotografia aérea. Esperava-se que, em média, viesse a ser formada por 8 aviões ligeiros ou helicópteros.

No que respeita às forças de infantaria, sempre que possível, a mobilidade dos Regimentos seria assegurada por meios hipo e automóveis. O Comando dos Regimentos e o Batalhão regimental seriam totalmente motorizados⁶⁰⁰.

A orgânica do Batalhão regimental previa a existência de 1 Pelotão de informações e segurança⁶⁰¹; 1 Pelotão de transportes; 1 Pelotão de reconhecimento⁶⁰²; 1 Pelotão de

⁵⁹⁷ ADN/F1/33.1/135/14.

⁵⁹⁸ Do tipo americano “Rocket-launcher 3.5in”

⁵⁹⁹ Do tipo americano “Rifle 57mm”

⁶⁰⁰ ADN/F1/33.1/135/12

⁶⁰¹ Equipado com metralhadoras pesadas de 12.7mm e lança-granadas de 3.5 polegadas.

sapadores⁶⁰³, 1 Companhia de morteiros pesados (3 Pelotões – 12 morteiros⁶⁰⁴), 1 Companhia de carros (3 Pelotões – 3x5 viaturas automóveis equipadas com canhão de 9cm e 2 viaturas com obus de 10.5cm) e, 1 Companhia de serviços.

Do quadro orgânico dos Batalhões de linha faziam parte, para além do Comando, 1 Pelotão de Comando; 1 Pelotão de sapadores; Serviços de saúde, subsistências e de munições; 3 Companhias de atiradores (a 3 Pelotões⁶⁰⁵ e 1 Pelotão de acompanhamento equipado com 2 metralhadoras ligeiras, 3 morteiros ligeiros de 5.0cm e 3 canhões ligeiros sem recuo de 5.7cm) e, 1 Companhia de acompanhamento (2 Pelotões de metralhadoras (8 metralhadoras), 1 Pelotão de morteiros (6 morteiros de 8.1cm) e 1 Pelotão de canhões sem recuo (4 canhões de 7.5cm). Os Batalhões de linha seriam dotados de meios hipo que englobavam solípedes de sela e viaturas ligeiras (carroças) destinadas ao transporte de armas pesadas e munições (exceto morteiros pesados), material de transmissões e equipamento de sapadores. Sempre que possível, os Trens das Companhias e os elementos dos diferentes serviços seriam motorizados. Para além do armamento pesado já referido, os Regimentos de infantaria seriam também dotados de metralhadoras pesadas AA de 12.7mm e de lança-granadas anti carro de 3.5 polegadas para a defesa imediata das Unidades regimentais, em especial daquelas com maior número de meios automóveis. A rede de comunicações dos Regimentos devia ser assegurada até ao escalão Pelotão com base em meios TPF (telefone de assalto ou vibrafone) e TSF (rádio de mão tipo walkie-talkie americano).⁶⁰⁶

A orgânica pensada para a *Artilharia Divisionária* previa a existência dos efetivos e meios suficientes para que fossem constituídos *Agrupamentos* compostos por pelo menos 2 *Grupos*; meios para, em caso de necessidade, centralizar no Comando da Artilharia Divisionária o controle sobre a execução e a regulação de tiro; meios para a sua defesa terrestre (metralhadoras ligeiras), para a defesa AA do seu dispositivo (metralhadoras pesadas de 12.7mm) e, também, a defesa anti carro em todas as suas subunidades (lança-granadas de 3,5 polegadas). Teria uma Secção de aviação ligeira (10 aviões ou helicópteros) destinada à observação, regulação de tiro e referenciação de objetivos. Cada um dos 3

⁶⁰² Equipado com viaturas “Bren carrier” ou “Jeep”.

⁶⁰³ Responsável pela instalação de campos de minas, abertura de brechas e execução de demolições.

⁶⁰⁴ De calibre 10.7cm (tipo americano) ou 12.0cm (tipo francês).

⁶⁰⁵ Cada Pelotão devia dispor, para além do armamento ligeiro de cada homem, de 1 lança-granadas anti carro de 2.36 polegadas (do tipo americano “rocket-launcher 2.36in”).

⁶⁰⁶ ADN/F1/33.1/135/12

Grupos de obuses ligeiros da artilharia divisionária contaria com 3 Baterias de obuses ligeiros com 4 bocas-de-fogo (BF) de 8,8cm (36 BF no total). O Grupo de obuses pesados teria também 3 Baterias de obuses a 4 BF de 14cm (12 BF) e o Grupo de AAA 3 Baterias a 3 divisões equipadas cada uma com 2 canhões de 4,0cm e 2 metralhadoras quadruplas de 12,7cm (18 canhões e 18 metralhadoras no total).⁶⁰⁷

O *Esquadrão de Reconhecimento* seria composto, como vimos, por 3 Pelotões de reconhecimento compreendendo cada Pelotão 1 Secção de exploradores (viaturas Jeep); 1 Secção de Carros de Combate (CC) (2 CC equipados com peça de 7,5cm); 1 Secção de atiradores/granadeiros (dotada de viaturas blindadas todo-o-terreno (TT) e; 1 Secção de acompanhamento (equipada com 1 morteiro de 8,1cm instalada em Jeep).

O Grupo de Esquadrões de CC da Divisão atuaria em apoio da Infantaria no ataque e contra-ataque; colaboraria na defesa anti carro e faria parte, para missões específicas, de *Agrupamentos* mistos. Este Grupo teria no total 48 CC com canhão de 9,0cm e 6 CC equipados com obus de 10,5cm.

O Batalhão de sapadores deveria ser organizado e instruído e equipado por forma a ser capaz de garantir a construção, reparação e sinalização de vias de comunicação; transposição de brechas e cursos de água (com montagem de pontes em meios flutuantes e improvisados⁶⁰⁸); demolições; construção e remoção de diversos tipos de obstáculos e campos de minas; construção e reparação de pistas de aterragem improvisadas; auxiliar a Infantaria nos trabalhos de fortificação de posições; etc. Do armamento orgânico do Batalhão fariam parte as metralhadoras ligeiras, as metralhadoras pesadas de 12,7cm e os lança-granadas de 3,5 polegadas.

As restantes Unidades e subunidades previstas na orgânica da Divisão de campanha enquadram-se no designado “Apoio de Serviços”. Assim, a Companhia de Transmissões ficaria responsável pela implementação das redes de comunicações da Divisão e sua exploração; pelo reabastecimento de material de transmissões e pelo fornecimento elétrico e iluminação do QG e dos *Postos de Comando* (PC) divisionários. Deveria ter também a capacidade de montar e explorar um laboratório fotográfico para a execução de trabalhos em favor da aviação ligeira do QG divisionário e do Comando da artilharia divisionária.

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ O Batalhão de sapadores deveria, entre outros equipamentos, ser dotado com 100m de ponte suportada por apoios flutuantes tipo “Treadway” capaz de suportar cargas até 50ton. Idem.

A Companhia de *Trem* teria a seu cargo todos os transportes gerais da Divisão, incluindo o transporte de reabastecimentos e viveres, material diverso, munições e, combustíveis e lubrificantes.

O Grupo sanitário, como o próprio nome indica, era responsável pelo apoio sanitário às tropas em todos os escalões da Divisão. Procedia à montagem de postos de socorros, ao transporte de feridos, zelava pelas condições de higiene das forças, etc.. O Grupo de subsistências teria a seu cargo o reabastecimento de víveres e carne; a Companhia de reparação de material garantia a montagem de oficinas destinadas à manutenção de material de guerra e automóvel; a Secção de combustíveis e lubrificantes efetuaria a manipulação de combustíveis e lubrificantes e à montagem de locais de reabastecimento daqueles produtos; a coluna de munições contaria com pessoal e material especializado para a manipulação e transporte de munições e, também, para a montagem depósitos e locais de reabastecimento; a Secção veterinária ficaria responsável pela assistência aos meios hipo da Divisão e, geralmente, pela inspeção de alimentos.

b. Integração das forças portuguesas no sistema defensivo dos Pirenéus.

De acordo a informação avançada pelas autoridades espanholas, na resposta ao já descrito memorando português de 28 de Janeiro de 1951, imediatamente após a deflagração do conflito as forças militares espanholas deslocar-se-iam para os Pirenéus posicionando-se na linha fronteira de forma a ocupar posições estratégicas que favorecessem a cobertura dos possíveis eixos de aproximação das forças inimigas. Implementada a linha defensiva, as forças militares portuguesas seriam chamadas, em função do número de efetivos e das necessidades de acesso a apoio logístico, a ocupar um dos setores defensivos previstos pelas autoridades militares espanholas para a zona ocidental dos Pirenéus.

Nas conversações militares luso-espanholas que tiveram lugar na Serra de Gredos (Espanha), em Julho de 1952, fora alcançado um acordo de princípio que estabelecia que as divisões do CEP português de primeiro escalão poderiam tomar a seu cargo a defesa de um setor situado na região de BIDASSOA – BAZTAN ou de VALCARLOS. As duas divisões ficariam agrupadas num *Corpo de Exército* (CE) com comando português que, reforçado

inicialmente com uma *Grande Unidade* (GU) espanhola, passaria a ser parte integrante do «Exército dos Pirenéus ocidentais».⁶⁰⁹

A missão concreta atribuída às forças portuguesas só nas conversações militares de 1954 (Madrid) começaria a ficar definida e, mesmo assim, em termos muito genéricos. Em sentido contrário às intenções de Lisboa, tudo indicava que o CE português viria a constituir a *Reserva do Grupo de Exércitos dos Pirenéus*, prevendo-se o seu emprego no setor ocidental pirenaico, de Oeste de RONCESVALLES até ao mar.⁶¹⁰

As questões relacionadas com a fixação da missão e zona de ação das divisões portuguesas vão estar presentes em grande parte das conferências militares luso-espanholas sem que as autoridades espanholas avancem oficialmente com qualquer proposta de resolução de tão importantes pressupostos. Em 1959 era já mais do que evidente que as autoridades espanholas em momento algum tinham equacionado seriamente a possibilidade das forças portuguesas virem a defender autonomamente qualquer setor do dispositivo defensivo dos Pirenéus.

Portugal assumira definitivamente na 5ª Conferencia de Estados-Maiores peninsulares (21 a 27 de Novembro de 1957) o compromisso de contribuir para a defesa pirenaica com um CE a 3 divisões de acordo com o seguinte escalonamento: 1 CE a 2 divisões, pronto para a defesa do EBRO em D+60 e dos Pirenéus em D+90; 1 CE a 3 divisões, pronto para a defesa dos Pirenéus em D+120. As divisões portuguesas seriam organizadas e os seus homens instruídos de modo a terem uma eficiência para o combate semelhante à das forças espanholas e seriam sujeitas, na zona de concentração, a um período de aclimação e treino de operações em montanha da ordem dos 30 dias (D+30 a D+60 para as duas primeiras divisões e D+90 a D+120 para a 3ª divisão).⁶¹¹

⁶⁰⁹ No estado-maior do CE e nas Divisões portuguesas seriam colocados oficiais de ligação espanhóis e no estado-maior do Exército dos Pirenéus ocidentais um oficial de ligação português. Em 1959 as autoridades militares espanholas não tinham ainda estabelecido com detalhe a organização do Comando do Exército dos Pirenéus em operações pelo que não era possível concretizar com exatidão a colaboração a prestar por oficiais do EM português no referido Comando. As autoridades portuguesas deixavam bem claro que estes oficiais, 5 no total, não deviam ser considerados como elementos de ligação do CEP mas sim como elementos permanentes do QG do Exército Vasco-Navarro do qual fazia parte o CEP. As funções dos oficiais estavam também já devidamente equacionadas pelos militares portugueses: 1 subchefe de EM e 1 adjunto por cada repartição do QG do Exército. ADN/F1/29/124/8.

⁶¹⁰ Idem.

⁶¹¹ ADN/F1/29/124/12

Esperava-se que no momento da atribuição da missão e zona de atuação do CEP, as autoridades militares espanholas tivessem em atenção os seguintes pressupostos: no que diz respeito à missão a atribuir ao CEP, considerar o seu emprego como um todo na defesa de um setor pirenaico e só excepcionalmente considerar o seu emprego como unidade de Reserva; que, após uma cuidada avaliação das condições do terreno e as características do provável inimigo, a zona de concentração a atribuir às forças portuguesas tivesse uma área compatível com a sua constituição a 3 Divisões, idealmente localizada a Oeste da Serra de ABODI e que, caso a entrada em linha do CEP viesse a ocorrer para rendição de um CE espanhol, o Comando do setor passasse para o CEP logo que estivessem posicionadas 2 das suas divisões.⁶¹²

À semelhança de tantas outras questões, também esta ficará sem resposta ao longo de quase meia década, dependente que estava de estudos técnicos e reconhecimentos do terreno a realizar pelos organismos militares espanhóis competentes e que, pelo menos aparentemente, não passaram além do campo das intenções.

A primeira proposta real e oficialmente avançada para a fixação da provável zona de ação do CEP surge apenas na VI Conferencia de Estados-Maiores peninsulares realizada em Lisboa no ano de 1958. O setor defensivo português dos Pirenéus agora proposto não difere significativamente dos pontos de vista avançados pelos delegados espanhóis às conversações luso-espanholas da Serra de Gredos e situar-se-ia então na região de BAZTAN, mais concretamente, entre os Picos de PEÑA PLATA e PEÑA ALBA.⁶¹³

No entanto, de acordo com a análise efetuada pelo estado-maior do CEP, o setor que as autoridades militares planeavam atribuir às forças portuguesas não justificava o empenhamento de um CE a 3 divisões. Na posse desta informação, a delegação portuguesa à referida conferência estava mandatada no sentido de propor às autoridades espanholas que ponderassem o alargamento para Este dos limites geográficos do setor defensivo português ficando assim delimitado: Limite Oeste: PEÑA PLATA – IZCOLEGUI (incl.) – ORONOZ (incl.); Limite Este: LINDUX (excl.) – TIRATUN ▲ - EL FUERTE ▲ - (H)MEAC(O)DIZ ▲⁶¹⁴

A delegação espanhola acabaria por concordar em apresentar esta proposta aos órgãos militares espanhóis competentes mas esclareceu desde logo que, em última instancia,

⁶¹² Idem.

⁶¹³ ADN/F1/29/124/12

⁶¹⁴ ▲ = Marco geodésico.

a fixação dos limites definitivos do setor português apenas dependia da organização que viesse finalmente a ser adotada pelas autoridades portuguesas para o CEP. A fixação da zona de ação proposta pelas autoridades portuguesas seria aceite sem reservas na Conferencia de EM do ano seguinte.

Por altura da 7ª conferencia luso-espanhola realizada em Madrid no mês de novembro de 1959 as reais intenções do governo espanhol começam, como dissemos, a tornar-se mais evidentes aos olhos dos das autoridades de Lisboa que transmitem diretivas aos delegados portugueses no sentido de:

- manter a todo o custo a posição anteriormente assumida de só aceitar a atribuição definitiva de um setor defensivo que permitisse o emprego do CEP como força una e de primeira linha e obstar a qualquer solução que equacionasse o emprego de forças militares portuguesas, no todo ou em parte, como *Reserva de Exército*, como parecia ser intenção das autoridades militares espanholas;
- chamar a atenção dos delegados espanhóis para o facto do setor proposto pelos portugueses nas conversações anteriores ser aquele que melhores condições reunia para a atuação das forças portuguesas por englobar «a penetrante de S. ETIENE DE BAYCORRY – ZUBIRI», que converge na retaguarda do CEP e que, além disso, garantia espaço mais adequado à implantação de um dispositivo defensivo a 3 divisões e a existência de 2 vias penetrantes essenciais ao reabastecimento das forças em operações;
- que, caso fosse proposto pelas autoridades espanholas, apenas se equacionasse o alargamento do setor português para Oeste em segunda prioridade. Esta hipótese, caso viesse a ser colocada, não seria de descartar de imediato já que apesar de não englobar qualquer via de penetração sob a retaguarda do setor proposto, evitava uma defesa em «Z», significativamente mais complicada no campo operacional e logístico. Caso a delegação espanhola insistisse em manter o setor anteriormente proposto, poderia o mesmo ser aceite mas apenas para o emprego inicial de 1 CE a 2 divisões – 1 divisão reforçada na frente e 1 divisão de menores dimensões em Reserva – mas com a condição dos limites do setor virem a ser alargados conforme proposto pelas autoridades portuguesas no momento da entrada em setor da 3ª divisão em D+120. O raciocínio das autoridades militares portuguesas era o seguinte: a divisão espanhola que estivesse empenhada na defesa da zona de ADUIDES poderia ser atribuída ao CEP no momento da sua entrada em linha

(D+90), ou então ficar sob o comando do CE espanhol empenhado na defesa do setor de RONCESVALLES, até ao momento em que fosse rendida. A primeira hipótese tinha a vantagem de garantir, desde o início do empenhamento do CEP, a responsabilidade e controlo sobre a totalidade do seu futuro setor (incluindo o controlo sobre uma linha de penetração que convergia sobre a retaguarda da parte mais importante do seu dispositivo defensivo) tendo, no entanto, o inconveniente de colocar sob comando português 1 divisão espanhola durante pelo menos um mês, eventualmente um motivo só por si suficiente para Madrid não aceitar a proposta portuguesa.⁶¹⁵

c. Zonas de concentração

Embora em ocasiões anteriores se tenha, por diversas vezes, afluído o tema e se tenham avançado officiosamente diversas possibilidades, a falta de propostas concretas das autoridades espanholas leva a que, no início dos contactos militares de Janeiro de 1954, as autoridades portuguesas proponham para zonas de concentração das 2 divisões portuguesas as regiões de PAMPLONA (1 divisão); LEITZA – EZKURRA (1 Divisão) e, IRURTZUN – ARBIZU (para as Unidades de apoio ao CE).⁶¹⁶

Passarão também alguns anos até que na 5ª conferência de estados-maiores peninsulares em novembro de 1957, se chegue a um princípio de acordo que prevê a instalação da zona de concentração do CEP a Sul do Rio EBRO, na região delimitada por CALLAHORRA – CERVERA – ALFARO – TUDELA – MALLEM.⁶¹⁷

Por essa altura fica também esclarecida uma questão que tinha, ao longo dos tempos, sido objeto de algumas discussões mais ou menos acaloradas – a questão do alojamento das forças portuguesas.⁶¹⁸ Pois bem, na 5ª conferência fica estabelecido que o Comando do CEP e os respetivos órgãos de apoio de serviços ficariam acantonados em edifícios, existentes ou a construir, na zona de concentração, ficando as tropas alojadas em instalações de tipo bivaque. Fica também acordado que, enquanto permanecesse estacionado, a partir de D+60 o CEP teria a seu cargo a defesa da linha do EBRO no troço concordante com a zona de

⁶¹⁵ ADN/F1/29/124/12

⁶¹⁶ ADN/F1/29/124/8

⁶¹⁷ ADN/F1/29/124

⁶¹⁸ As discussões estavam em grande parte relacionadas com as rigorosas condições climatéricas existentes ao longo do ano na zona proposta pelas autoridades espanholas para concentração do CEP.

concentração das forças portuguesas por ser uma região com condições propícias ao lançamento de forças aerotransportadas.

Em 1958 a questão da fixação da zona de concentração do CEP sofre um novo *volte-face*. Na conferência de EM realizada em Lisboa as autoridades militares espanholas informam que a zona de concentração tinha que ser alterada recuando, a sua localização para a região de SÓRIA, de modo a que ficassem livres as vias de comunicação ao longo do Ebro, consideradas essenciais para o deslocamento e reabastecimento das unidades espanholas empenhadas na frente pirenaica. É com pouca surpresa e preocupação que as autoridades portuguesas recebem esta informação já que de acordo com a informação disponível a zona de concentração proposta pelas autoridades espanholas zona não apresentava especiais condições para o estacionamento prolongado de tão elevado número de efetivos, era pobre em arborização para cobertura das vistas, era propícia a inundações e, sobretudo, pelo facto dos invernos serem aí especialmente rigorosos.⁶¹⁹

A mais recente zona de concentração fixada pelas autoridades militares espanholas na região de SÓRIA, onde se pretendia que fosse também instalada a base de apoio logístico das forças portuguesas, era totalmente desconhecida dos elementos do CEP pelo que não era possível as autoridades portuguesas formularem uma opinião relativamente a adequabilidade da posição proposta para a concentração e instrução das forças do CEP. No entanto, em termos operacionais, a alteração não apresentava inconvenientes de maior, desde que fosse devidamente acautelada a necessidade de a área atribuída permitir uma adequada dispersão e ocultação das tropas bem como do material de guerra do CEP. A modificação da localização geográfica da zona de concentração libertava o CEP de um empenhamento na defesa da linha do Ebro; permitia que a aclimação das tropas fosse feita em condições semelhantes e, as condições de treino de operações em ambiente de montanha permaneciam inalteradas. A nova zona de concentração situava-se a cerca de 200km da frente e recuada em relação à anterior aproximadamente 50km o que acarretaria dificuldades e morosidade adicionais no momento da entrada em posição das forças portuguesas, especialmente se o conflito deflagrasse no inverno já que a principal via de acesso à frente, a estrada SÓRIA-LOGROÑO, se encontrava frequentemente intransitável por largos períodos de tempo no colo de PIQUERAS.⁶²⁰

⁶¹⁹ ADN/F1/29/124/1.

⁶²⁰ Idem.

Em termos logísticos, consideravam os militares portugueses que a nova zona reunia piores condições que a apontada anteriormente já que, além do clima agreste, revelava grande escassez de recursos naturais, menor disponibilidade de vias rodoviárias e, também, deficiente acesso a transportes ferroviários. Apesar de tudo, julgava-se que as vias existentes permitiam a realização da concentração e o subsequente reabastecimento do CEP em condições aceitáveis.

Na 7ª Conferencia de EM peninsulares (novembro de 1959) às delegações dos dois países acordam recomendar as respetivas autoridades nacionais que a zona de concentração do CEP passasse a ser genericamente balizada pelos seguintes marcos geográficos:⁶²¹ a NE: pela transversal, MURILLO DEL RIO LEZA – ARNEDO – CINTRUENIGO – CASCANTE – BORJA – PEZUELO DE ARAGON – LUMBIAQUE (todos incluídos); a E: Rio JALON; a SW: Estrada CALATAYUD (excl.) –SORIA (incl.) e, a W: SORIA – AVELLANEDA – Rio LEZA.

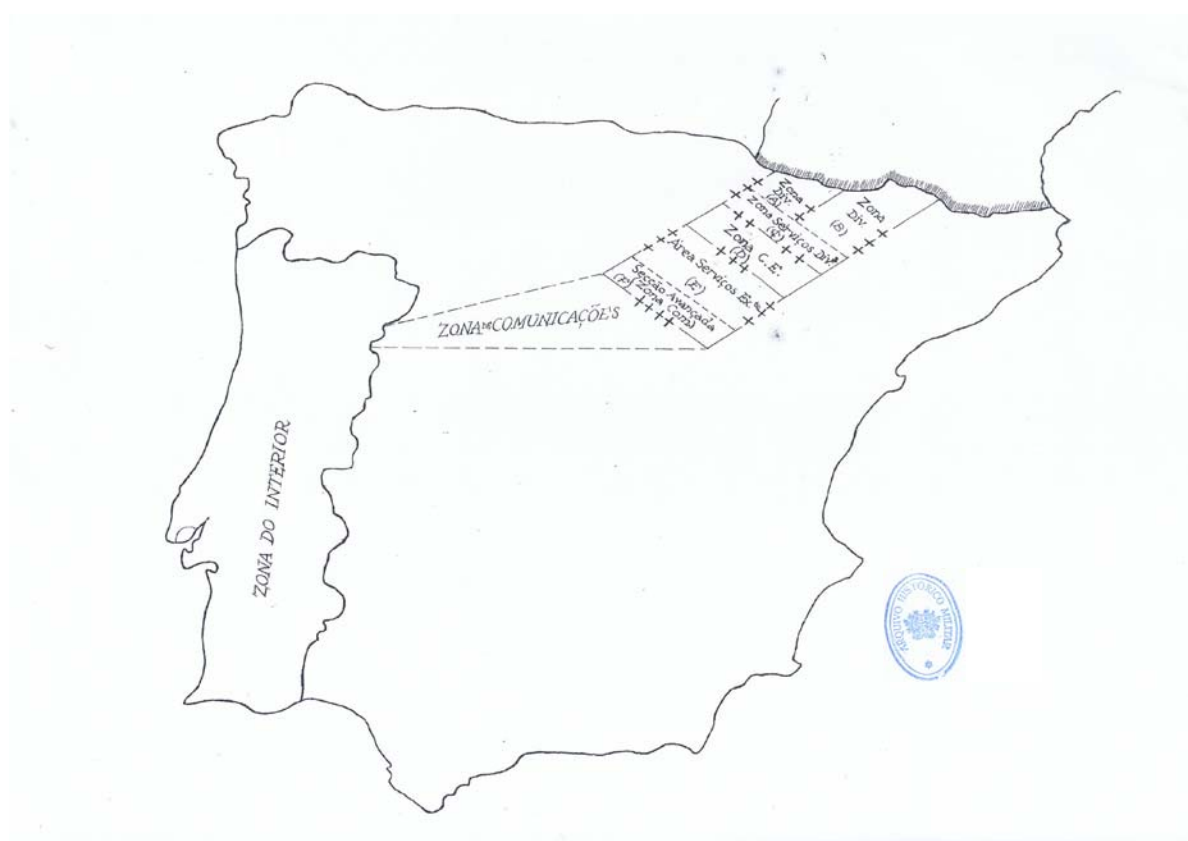


Fig. 8.2 – Ocupação do terreno pelas forças do CEP dos Pirenéus (Fonte: AHM)

⁶²¹ ADN/F1/29/124/12

d. Sustentação logística do CEP dos Pirenéus

Decorridos cerca de 40 anos desde que, na I Guerra Mundial, em Portugal se tinha pela primeira vez organizado um complexo esquema de reabastecimento de forças militares portuguesas empenhadas em ações de combate em solo francês, as autoridades militares portuguesas estavam uma vez mais perante a difícil tarefa de ter que planear a forma mais eficaz de suprir as necessidades de um CE português destacado para operações a largas centenas de quilómetros do solo pátrio. A distância tornava impossível o reabastecimento das forças portuguesas sem que tivesse de recorrer-se aos meios disponíveis no país de empenhamento pelo que seria necessário estabelecer os indispensáveis memorandos de entendimento com vista à concessão de apoio logístico por parte das autoridades espanholas. A questão revela-se de tal forma essencial para as autoridades portuguesas que, perante a constante indefinição espanhola, acabarão por avançar em 1959 com um projeto de acordo de apoio logístico.

Nas 3ª e 4ª conversações militares luso-espanholas (1955 e 1956 respetivamente) tinha sido reconhecida a necessidade de, num futuro próximo, se estabelecer um acordo económico e financeiro entre os governos de Portugal e Espanha com vista ao fornecimento de abastecimentos às forças terrestres portuguesas quando empenhadas em operações em solo espanhol. Elaborada a lista quantitativa e qualitativa dos abastecimentos necessários ao CEP, foi a mesma discutida nos diversos encontros políticos e militares luso-espanhóis tendo-se chegado à conclusão, na 5ª conferencia de EM, que o âmbito do acordo em apreço era demasiado restrito sendo por isso conveniente proceder a um alargamento do mesmo de modo a que abrangesse os diversos aspetos do apoio logístico tornando-o extensivo aos três ramos das forças armadas.⁶²²

Na 6ª Conferencia (1958) as autoridades dos dois países estabelecem as linhas gerais das bases em que assentaria o futuro “Acordo de apoio logístico”, definem as necessidades em termos de infraestruturas logísticas a considerar para cada um dos Ramos das FA e

⁶²² Nesta conferência as autoridades dos dois países estabelecem que, em princípio, o abastecimento das forças do CEP na zona de concentração (que não tinha sido ainda alterada para SÓRIA) far-se-ia a partir dos armazéns do Exército espanhol existentes na região de SARAGOÇA e a partir da base de SÓRIA. Assim, proceder-se-ia à reunião dos abastecimentos em órgãos do Exército espanhol localizados em CALLAHORA, TUDELA E ALFARO, onde seriam colocados representantes do Exército português. ADN/F1/29/124/1.

acordam em estudar conjuntamente as formas de ressarcimento das despesas derivadas da cedência e facilidades logísticas de ambos os lados da fronteira.

Nos meses que se seguem à 6ª conferência os três ramos das FA portuguesas vão desenvolver um inédito trabalho conjunto que culmina com a redação de um detalhado projeto de acordo de apoio logístico que, remetido pelo CEMGFA ao ministério da Defesa para aprovação, não encontra qualquer objeção da parte de Santos Costa.

Assim, o acordo que o Governo português pretendia assinar com as autoridades espanholas, entregue à delegação espanhola à 7ª conferência de EM (1959) tinha por finalidade definir, em termos genéricos, «as disposições e as medidas destinadas a assegurar a mais estreita cooperação entre as autoridades espanholas e portuguesas com vista a garantir o apoio logístico das forças portuguesas, em território espanhol, e das forças espanholas em território português».⁶²³ Estabelecia que, embora o apoio logístico das FA fosse uma responsabilidade nacional, cada uma das partes signatárias do acordo comprometia-se a fornecer às FA da outra parte em operações no seu espaço territorial, mediante compensação adequada, todo o apoio logístico de que elas viessem a necessitar. A prestação de apoio logístico seria feito tendo necessariamente em atenção as possibilidades do momento, salvaguardando sempre as necessidades das FA e da economia próprias de cada país.

Nos termos propostos, as duas partes comprometiam-se a garantir, em regime de reciprocidade, o fornecimento de abastecimentos; manutenção de material diverso; apoio sanitário; o fácil movimento e transporte das forças e o acesso a infraestruturas (autorização de utilização e de construção de instalações). O apoio logístico que agora se pretendia acordar podia ser prestado nos seguintes moldes: a título gratuito (facilidades que não implicassem significativas despesas extraordinárias para o país que as concedesse); a pronto pagamento (quando prestado a título pessoal a elementos das FA) e, por reembolso ou troca (todas as outras possibilidades não incluídas nas anteriores). O acesso a recursos locais em cada país seria garantido nos mesmos moldes das FA nacionais competindo no entanto aos Comandos territoriais de cada país, ou aos seus legais representantes, regular, autorizar e ordenar o acesso a esses mesmos recursos bem como o direito a decretar requisições militares.⁶²⁴

⁶²³ ADN/F1/29/124/12

⁶²⁴ Idem.

A forma cuidada como foi estudada e redigida esta proposta de acordo denota uma vez mais o empenhamento das autoridades portuguesas em garantirem a passagem à já mencionada «realidade das realizações práticas». No entanto o acordo, por razões relacionadas com a evolução da conjuntura política e militar de Portugal, jamais viria a ser oficialmente assinado.

Na conferência de 1959, estando estabelecida em termos mais permanentes a zona de ação do CEP no vale de BAZTAN, as delegações portuguesa e espanhola acordam, depois de um estudo da carta topográfica da região Vasco-Navarra, propor que os eixos de reabastecimento sejam fixados nos seguintes moldes.

- eixo principal de reabastecimento entre a base de SÓRIA e o vale de BAZTAN: SÓRIA – AGREDA – TUDELA – VALTIERRA – OLITZE – TAFALLA – PAMPLONA E PTº (PUERTO?) VELATE – ELIZONDO – URDAX;
- que a partir de PAMPLONA seja ainda considerada uma ramificação do itinerário por: HUARTE – ZUBIRI – URTASUN – EUGUI
- eixo secundário entre SÓRIA e PAMPLONA: SÓRIA – ARNEDO – RINCON DE SOTO – PERALTA – ARTAJONA – PAMPLONA.

5. Fatores condicionantes do deslocamento para a zona de ação das forças portuguesas

Como seria natural, a escolha das vias de comunicação a utilizar para o deslocamento do CEP desde território nacional estava dependente da fixação definitiva da zona de concentração de forças na região dos Pireneus. No entanto, por altura da 2ª conferência de EM peninsulares (1954) fica estabelecido que as unidades portuguesas poderiam partir diretamente dos seus locais de mobilização ou, caso fosse mais conveniente, da estação de caminho-de-ferro de Sta. Margarida (Abrantes) onde estava aquartelada a 3ª divisão. De todos os modos, independentemente do local de partida das unidades, o principal eixo de comunicações a utilizar seria a itinerário ferroviário ENTRONCAMENTO – VILAR FORMOSO – SALAMANCA – BURGOS – VITORIA⁶²⁵. Em caso de necessidade, poderiam também ser utilizadas as ligações ferroviárias: ENTRONCAMENTO –

⁶²⁵ A partir de MEDINA DEL CAMPO e até MIRANDA DE EBRO a via-férrea era dupla o que permitia um maior escoamento dos comboios. No percurso de SALAMANCA até MEDINA DEL CAMPO (via única) podia acelerar-se o escoamento utilizando simultaneamente as ligações SALAMANCA – ÁVILA – MEDINA DEL CAMPO e SALAMANCA – ZAMORA – MEDINA DEL CAMPO. ADN/F1/29/ 124/8.

VALÊNCIA DE ALCANTARA – CÁCERES – SALAMANCA; PORTO – TUY – ORENSE – LEON – PLACÊNÇIA; PORTO – BARCA DE ALVA – FUENTE DE S. ESTEVAN.

Os meios que tivessem que seguir por via rodoviária poderiam utilizar o eixo ELVAS – BADAJOZ – MÉRIDA.⁶²⁶



Fig 8.3 – Principais itinerários de deslocamento para os Pirenéus

Tanto quanto era possível antever em 1954, data do mais aprofundado estudo sobre a matéria, o deslocamento das forças militares do CEP para os Pirenéus exigiria os seguintes meios ferroviários:⁶²⁷

Tipo de transporte	Número de comboios	
	CE a 2 divisões	CE a 3 divisões
Transporte de tropas e de material orgânico das divisões	91	125

⁶²⁶ Segundo os cálculos das autoridades espanholas, o rendimento do eixo ferroviário principal seria por essa altura de 12 comboios por dia e o do eixo rodoviário de 2000 veículos em cada 24 horas. ADN/F1/29/ 124/8.

⁶²⁷ ADN/F1/29/ 124/8

Constituição de depósitos para 15 dias de abastecimentos	103	135
Reabastecimento diário das forças portuguesas	7	12

Quadro 8. 3 – Transportes ferroviários

O cálculo do número de comboios era aproximado já que no momento da realização do estudo não tinha ainda sido definida a organização definitiva do CEP. Os autores do documento calcularam que, em média, seriam necessários 34 comboios para transportar cada uma das divisões mais 23 para o transporte dos elementos destinados à montagem e exploração da base logística que iria apoiar o CEP bem como dos elementos do CE não enquadrados nas divisões.

Por via rodoviária seriam deslocadas as tropas e os equipamentos que ficavam fora do transporte ferroviário, estimando-se também em termos abstratos que o deslocamento exigisse a constituição de 216 a 263 colunas de marcha, conforme se tratasse do CE a 2 ou a 3 divisões respetivamente. Supunha-se que seriam necessárias umas 47 colunas automóveis por cada divisão acrescidas de 122 reservadas aos elementos da base logística e CE.⁶²⁸

O deslocamento nos eixos de comunicações espanhóis estava, como se pode compreender, condicionado pela necessidade das forças militares espanholas terem que se movimentarem pelas mesmas vias. Assim, o plano de movimentos idealizado pelas autoridades militares portuguesas dependia da atribuição de «créditos» de permissão de circulação pelas autoridades competentes do país vizinho, uma vez ponderada a capacidade de escoamento (rendimento) de cada uma das vias de comunicação. Em 1954 as autoridades espanholas tinham estabelecido que, em princípio, os créditos disponíveis nos itinerários previstos para o deslocamento das forças portuguesas seriam de 100% a partir de D+16⁶²⁹ até D+ 20 e, 50% a partir de daquela data.⁶³⁰

Partindo dos rendimentos admitidos pelas autoridades espanholas para os principais eixos de deslocamento, os organismos militares portugueses esperavam poder fazer deslocar ao serviço das forças do CEP a partir de D+16, os seguintes comboios e colunas automóveis:⁶³¹

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ Nesta data as forças espanholas estariam já instaladas nos respetivos setores defensivos permitindo assim a livre circulação na grande maioria dos eixos rodoferrviários. ADN/F1/29/124/8.

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Contando com a existência de adequado número de meios ferroviários.

Créditos de movimento concedidos	Transporte ferroviário	Transporte rodoviário
100%	De D+16 a D+20 12 Comboios/dia Total: 48 Comboios	Até D+20 40 Colunas/dia Total: 160 Colunas ⁶³²
50%	De D+20 a D+30 6 Comboios/dia ⁶³³ Total: 60 Comboios	De D+20 a D+30 20 Colunas/dia Total: 200 Colunas

Quadro 8.4 – Créditos de movimento

Com base no crédito de circulação de 50% concedido a partir de D+20⁶³⁴ e no tempo necessário para percorrer os cerca de 800km que separam Portugal da zona de concentração das forças portuguesas (42h por caminho-de-ferro e 4 dias por estrada⁶³⁵) previa-se que o deslocamento do CEP dos Pirenéus tivesse a seguinte duração: CE a 2 divisões: 35 dias por via ferroviária; 15 dias por via rodoviária; CE a 3 divisões: 47 dias para as forças e meios deslocados por via ferroviária e 18 dias para o total escoamento das colunas de marcha rodoviárias. Ora, assumindo que diversos fatores conjunturais e operacionais pudessem fazer arrastar o início do deslocamento do CEP para D+60, só em D+95 ou D+107 (CE a 2 ou 3 divisões respetivamente) estaria, em princípio, concluído. A conclusão do deslocamento das forças portuguesas ocorreria assim muito para além das datas previstas para a chegada de forças inimigas aos Pirenéus havendo, por isso, que equacionar formas alternativas para, em tempo oportuno, escoar a maior número possível de efetivos e meios. As possibilidades, apesar de não abundarem, eram algumas e passavam pela eventual antecipação do transporte dos abastecimentos para D+30; fazer deslocar por via rodoviária um maior número de tropas e parte dos abastecimentos com recurso à requisição civil de viaturas adicionais⁶³⁶; utilizar em simultâneo várias vias ferroviárias de forma a superar os 6 comboios/dia; solicitar às autoridades espanholas créditos de circulação adicionais a partir de D+45 de modo a promover um mais acelerado deslocamento das forças; etc.

No que respeita a zonas de desembarque, e tendo em conta que, com algumas variações quilométricas, a zona de concentração prevista para o CEP se mantém em grande parte inalterada a partir de 1954, o desembarque das forças militares portuguesas deveria ter

⁶³² Cada coluna seria constituída por 50 viaturas.

⁶³³ O ritmo de 6 comboios/dia mantinha-se após D+30.

⁶³⁴ Até D+20 dar-se-ia prioridade ao deslocamento da Divisão portuguesa destinada ao SHAPE.

⁶³⁵ Em média 200 quilómetros por dia.

⁶³⁶ Segundo cálculos de então, o transporte diário de 1000 toneladas de abastecimentos implicaria o recurso a cerca de 2400 camiões de 4 toneladas de carga útil. No caso dos abastecimentos para 1 CE a 2 Divisões seria necessário transportar 3000 toneladas/dia. ADN/F1/29/ 124/8.

lugar em PAMPLONA – ESTELA – ALSASUA ou em VITÓRIA – MIRANDA – LOGROÑO. Desembarcadas, as Divisões portuguesas teriam como local de primeiro destino ALSASUA ou MIRANDA⁶³⁷.

6. O sistema de alerta contra ataques aéreos

De importância vital para a defesa de Portugal e da Península Ibérica, a implementação de um sistema de alerta contra ataques aéreos é também objeto de frequente troca de impressões no âmbito das conferências de estados-maiores peninsulares sem que, no entanto, as autoridades do país vizinho se revelem demasiadamente entusiasmadas com o assunto.

Confrontadas com a inação das autoridades militares espanholas serão uma vez mais as autoridades portuguesas a tomar a iniciativa de apresentar um plano concebido para a implementação de um sistema de alerta em território português que, num futuro próximo, se pretendia viesse a interligar-se com o sistema equivalente espanhol.

Assim, em 1954, no decurso da II conferência de estados-maiores peninsulares os representantes portugueses apresentam as linhas mestras do futuro *Sistema de Alerta e Ocultação de Luzes* para o território continental português.⁶³⁸ O sistema português de alerta compreenderia então as seguintes infraestruturas:

- 3 estações radar instaladas nas regiões do Porto (Sto. Tirso), Lisboa (Montejunto) e Covilhã (Serra da Estrela);
- 1 centro de direção da AA sediado em Lisboa (Monsanto);
- 3 redes de comunicações para interligação das estações radar com o centro de direção da AA e este com os meios de ação AA (aviação e AAA). Além destas ligações, o centro estaria também em condições de se ligar com o centro da *Defesa Civil do Território* (DCT), com os organismos responsáveis pela farolagem e pela radiodifusão nacional e, também, com os Comandos militares terrestres e navais.

De acordo com o plano, competiria então à Aeronáutica Militar obter por intermédio do *Sistema de Detecção e Direção Antiaérea* (SDDA) toda a informação relativa à situação

⁶³⁷ ADN/F1/29/ 124/8.

⁶³⁸ Idem.

aérea ficando a tarefa de transmitir o alerta às populações a cargo de um centro pertencente à DCT.

Em proveito da atividade do SDDA da Aeronáutica Militar atuavam dois conjuntos de meios: 1 – postos de vigia AA guarnecidos por um corpo de voluntários civis organizados e controlados pela DCT; 2 – radares de reduzido alcance pertencentes às unidades de AA.⁶³⁹

O processamento da informação colhida pelo SDDA ficava centralizado no centro de direção de Monsanto a quem cabia separar o tráfego aéreo nas categorias de «amigo ou inimigo». Em certas condições, essa tarefa poderia ser também atribuída a determinadas estações radar que, por se localizarem em regiões de deficiente cobertura, pudessem vir a ter a necessidade de despoletar ações imediatas de defesa militar contra elementos inimigos. Referimo-nos em concreto à estação radar a instalar na região do Porto que os autores do Plano consideravam não poder detetar adequadamente incursões aéreas vindas de Nordeste daquela posição.

Resumidamente, em caso de violação do espaço aéreo de Portugal, a difusão de alertas à população obedeceria aos seguintes princípios: a DCT destacava em permanência delegados seus para o centro de direção AA do continente português (Monsanto) onde os mesmos elementos teriam acesso a toda a informação recolhida por aquele centro. Na posse dessa informação e seguindo as diretrizes estabelecidas pelos órgãos superiores da DCT, emitiriam sempre que necessário os alertas às populações. Em caso de ocorrências noturnas, os delegados da DCT podiam aproveitar a informação disponibilizada pelo centro para ordenar também a ocultação ou extinção total de luzes para dificultar a atividade dos meios aéreos inimigos. Os delegados da DCT, quando em serviço no centro de Monsanto, ficariam sujeitos aos regulamentos militares e subordinados aos oficiais que chefiassem o centro.

A DCT ficaria com o encargo de estabelecer todas as redes de comunicações julgadas necessárias à difusão dos alertas e das instruções para ocultação de luzes, bem como da instalação dos meios de ligação entre os órgãos superiores da DCT e os seus delegados no centro de direção AA. Por sua vez, a Aeronáutica Militar reservaria permanentemente os postos necessários aqueles delegados bem como a facultações de toda a informação permanentemente atualizada. A Aeronáutica Militar disponibilizaria também os meios necessários para que os elementos da DCT pudessem instruir-se e treinar-se para as tarefas que viriam a desempenhar no centro de direção AA do continente português.

⁶³⁹ Os postos de vigia e os radares da AAA ligar-se-iam diretamente com as estações radar da Aeronáutica Militar. Idem.

Em tempo de guerra, os sistemas de alerta e ocultação de luzes funcionariam de forma a garantirem a continuidade das atividades laborais e o salvamento de vidas pelo que se esperava que funcionassem em tempo oportuno e de forma fiável. Pretendia-se que desde o momento em que fosse dada a ordem de Alerta, a partir do centro de Monsanto, até ao aparecimento de meios aéreos inimigos sobre os principais centros urbanos do País (Lisboa e Porto) não decorressem mais de dez minutos. Segundo os autores do plano, com uma margem de segurança de 2 minutos, este seria o tempo necessário para as seguintes ações: transmissão de ordens (3 minutos); funcionamento das sirenes de aviso (2 minutos); refugio nos abrigos AA (3 minutos).⁶⁴⁰

Como se pode verificar pela breve descrição que acabamos de efetuar, as autoridades militares tinham, em meados da década de 1950, perfeitamente delineados os passos necessários à implementação de um sistema de alerta para o território continental português que, embora rudimentar, oferecia já algumas garantias de eficácia. No entanto, de pouco serviria em termos peninsulares sem a implementação de um sistema equivalente em território espanhol. No final da década, embora se tivesse avançado isoladamente nos dois lados da fronteira, a cooperação e integração dos sistemas de alerta e defesa aérea peninsulares estavam ainda muito longe de se tornarem uma realidade.

Em jeito de conclusão relativamente à questão da defesa conjunta da Península Ibérica, como julgamos ter ficado demonstrado, ao longo de toda a década de 1950 as autoridades portuguesas revelaram um efetivo empenhamento no cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Pacto Ibérico. Em sentido contrário parece-nos terem atuado as autoridades de Madrid que no mesmo período revelam, em relação aquela questão, um progressivo alheamento apenas interrompido pontualmente em resultado da persistência portuguesa.

⁶⁴⁰ A rede de radares do sistema de vigilância e alerta de Portugal continental seria equipada com equipamentos FPS 8 (alcance até 3000 metros, altitude até 10000 metros); TPS 1D (120 milhas – acima dos 300 metros) e TPS 10D (80 milhas de alcance). ADN/F1/29/ 124/8.

2. Os compromissos NATO

a. A defesa da Europa ocidental

Como deixamos escrito noutra passagem deste trabalho, a organização da defesa da Europa ocidental só a partir de 1948 começa a tomar forma. Até essa data todas atenções se voltam para criação de um ambiente securitário estável consubstanciado na criação no continente europeu de um sistema de alianças que garantisse proteção contra um eventual ressurgimento do militarismo germânico. No entanto, malgrado os esforços desenvolvidos no sentido de promover um entendimento político alargado entre os países ocidentais e a URSS relativamente às grandes questões securitárias do imediato pós-guerra, a crescente animosidade soviética cedo fará soar os alarmes em Londres e Paris. A ruptura que se opera gradualmente entre o Ocidente e a URSS conduz a uma incontornável necessidade de protecção contra o expansionismo soviético e impele, ainda em 1947, as autoridades britânicas e francesas no sentido da criação de uma aliança ocidental de tipo multilateral que, num futuro próximo, haveria de cuidar da organização da defesa da Europa ocidental.

Em meados de 1947, as autoridades militares britânicas não tinham grandes dúvidas: o perigo alemão tinha, em grande medida, desaparecido e a União Soviética ocupara o seu lugar no quadro das ameaças, devendo por isso a sua política de defesa basear-se na possibilidade de guerra com aquela potência. O poderio soviético era enorme e nas condições então existentes dificilmente algum Estado europeu, isolado ou em coligação, lhe conseguiria fazer frente sem a cooperação norte-americana. Perante tal cenário o EM britânico considerava de elevado risco fazer depender a defesa da Inglaterra de uma qualquer, pouco fiável, futura associação de capacidades militares de Estados europeus. A Inglaterra, devia cuidar da sua própria defesa e ao mesmo tempo apoiar todas as iniciativas que permitissem ganhar o tempo necessário ao desenvolvimento de uma adequada capacidade defensiva.⁶⁴¹

No continente, os pontos de vista das autoridades francesas não se distanciavam significativamente daqueles do EM britânico: num futuro conflito com a potência continental os países europeus dificilmente iriam manter a neutralidade e lutariam com todas as suas forças contra o invasor soviético no entanto, a sobrevivência só seria possível com o auxílio

⁶⁴¹ Sobre estas questões vejam-se os documentos NA/CAB 21/1800 “Future Defense Policy” e NA/CAB 129/25 “The Threat to Western Civilisation” disponíveis em <http://www.nationalarchives.gov.uk/education/coldwar/archive/G3/g301.htm>

militar dos EUA. Em 1947, embora divirjam no detalhe de algumas concepções militares ingleses e franceses coincidem numa questão fulcral: os países europeus não dispunham de capacidade militar para fazer frente a tão poderoso inimigo havendo por isso a necessidade de se alcançar um efetivo comprometimento e vinculação dos EUA à defesa do continente europeu.⁶⁴² Os franceses, perigosamente próximos da origem da ameaça mas também ávidos de protagonismo, rapidamente tomam a dianteira da ação e, colocando o seu aparelho diplomático em campo, tudo fazem para chamar a atenção das autoridades norte-americanas para a importância do envolvimento dos EUA na organização da capacidade defensiva dos países da Europa ocidental. Os primeiros passos com vista ao envolvimento dos EUA em tão importante e premente questão são efetivamente dados pelas autoridades de Paris. No entanto, em 1947 a liderança europeia cabe por direito próprio à Grã-Bretanha e esta dificilmente se deixaria suplantar nessa posição. Em finais do ano, as autoridades inglesas, aproveitando a realização, em Londres, de um encontro dos responsáveis pela pasta dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, EUA e França⁶⁴³, assumem a condução do processo de aproximação aos EUA. No decurso das conversações tripartidas Ernest Bevin, discorrendo sobre a defesa europeia, defende que a futura organização da defesa do continente europeu, fosse ela qual fosse, deveria resultar de um trabalho conjunto desenvolvido pelos EUA, Inglaterra e França sem no entanto dar lugar à implementação de qualquer aparelho institucional demasiado rígido ou permanente. Esta proposta de Bevin revela-se de capital importância para o processo de aproximação aos EUA já que vai de encontro à principal condição colocada pelas autoridades norte-americanas para um maior empenhamento na defesa europeia: os europeus deviam organizar-se e estabelecer as bases da sua própria segurança e defesa estudando-se posteriormente as condições do eventual envolvimento dos EUA nessa mesma defesa.

Em Janeiro de 1948 as movimentações relacionadas com a defesa da Europa aumentam. Reunidas em Nova Iorque, altas patentes militares da Grã-Bretanha, França e dos EUA discutem, afastando-se de qualquer questão política, as primeiras questões práticas da defesa da Europa em caso de invasão soviética. Debatido o problema nas suas diferentes vertentes rapidamente se conclui que, do ponto de vista estritamente militar, dificilmente se conseguiria organizar a defesa europeia sem uma forte contribuição da Alemanha (12

⁶⁴² Gavín Munté, Victor, (2005), *La Comunidad Europea de Defensa (1950-1954) ¿Idealismo europeo o interés de Estado?*, Tese de Doutoramento, Barcelona, Universidade de Barcelona, pp. 95 et seqs.

⁶⁴³ Ernest Bevin pela Grã-Bretanha, Marshall pelos EUA e Bidault pela França.

divisões). Ainda nesse mês Montgomery revela, num encontro com militares franceses⁶⁴⁴, as linhas mestras do seu plano para a defesa da Europa. As forças russas teriam que ser detidas numa linha defensiva robusta a implementar em solo alemão, mais concretamente no Reno, que exigiria um sério empenhamento de recursos disponibilizados pela Grã-Bretanha e pela França mas também por outros países europeus.⁶⁴⁵ Montgomery coincidia na avaliação efetuada pelos franceses quanto à inevitabilidade de ter que se envolver a Alemanha tanto mais que a sua não inclusão no projeto que agora se começava a delinear facilmente poderia levar a uma ação alemã em favor dos interesses da potência de Leste. Num momento em que as autoridades políticas aliadas discutiam ainda, com alguma intransigência, o eventual rearmamento alemão, os militares já há algum tempo que o davam por certo e imprescindível.

Os franceses, por sua vez, advogavam que em face do desinteresse até então demonstrado pelos EUA não restava outra solução que não fosse a de, conjuntamente, a França e a Grã-Bretanha assumirem a liderança do processo de edificação da capacidade defensiva da Europa. A França poderia contribuir para esse esforço com uma força de cerca de 1.500.000 homens. No entanto apenas trezentos mil estariam em condições de entrar imediatamente em combate. A situação militar francesa estava portanto bastante diminuída e qualquer análise mais atenta da questão permitiria perceber que as autoridades de Paris não dispunham dos meios necessários para garantir os objetivos de segurança que se propunham alcançar para o seu próprio território. Só uma união mais vasta de vontades e recursos o permitiria.⁶⁴⁶

Entretanto Bevin, por intermédio do embaixador britânico em Washington, tinha já feito chegar a Marshall um documento oficial onde, insistindo na necessidade de se promover a criação de um sistema multinacional, não uma aliança, suficientemente flexível para cuidar da defesa da Europa ocidental, procurava uma vez mais persuadir as autoridades de Washington a juntarem-se a esse mesmo sistema. No entanto, as autoridades norte-americanas mostravam-se irredutíveis na sua posição e algumas vozes se levantavam contra o caminho que as autoridades europeias começavam a trilhar. George Kennan⁶⁴⁷, por

⁶⁴⁴ Realizado em Londres.

⁶⁴⁵ Suíça, Itália, Benelux, Espanha.

⁶⁴⁶ Gavín Munté, Victor, (2005), *La Comunidad Europea de Defensa (1950-1954) ¿Idealismo europeo o interés de Estado?*, Tese de Doutoramento, Barcelona, Universidade de Barcelona, pp. 98 et seqs.

⁶⁴⁷ Por essa altura era diretor do Policy Planning Staff.

exemplo, chama a atenção para o facto de a Europa se encontrar ainda num processo de recuperação económica e social sendo, por isso, mais lógico que se busquem outras formas de cooperação europeia que não a militar. Não obstante, fosse qual fosse a forma de cooperação escolhida, os países europeus deviam em primeiro lugar criar as estruturas dessa cooperação, desenvolve-las e coloca-las em funcionamento, só depois se devia pensar na eventual participação norte-americana. Esta ordem de ideias é também partilhada pelo Secretário de Estado George Marshall que refere ao embaixador britânico em Washington que, embora não pretendessem envolver-se diretamente, os EUA apoiariam a iniciativa que a Grã-Bretanha e a França se propunham levar a cabo fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance para garantir a sua concretização⁶⁴⁸. Sem surpresas, portanto, as autoridades norte-americanas priorizavam a reorganização económica e política da Europa, algo que os europeus não julgavam ser alcançável sem o adequado ambiente securitário.⁶⁴⁹

b. O lento desenvolvimento dos planos para a defesa da Europa

Esta aversão das autoridades norte-americanas ao envolvimento na defesa da Europa ocidental não surge, como poderia porventura pensar-se, de qualquer alteração abrupta do relacionamento existente entre os aliados dos dois lados do Atlântico. Ela está claramente assumida em alguns dos planos de defesa desenvolvidos pelos órgãos de planeamento militar norte-americanos ao longo dos primeiros anos do segundo pós-guerra e só seria abandonada depois da fundação da NATO.⁶⁵⁰

⁶⁴⁸ Frus, Vol. III, 1948.

⁶⁴⁹ Sobre as questões relacionadas com o envolvimento dos EUA na defesa da Europa ocidental e o rearmamento da Alemanha veja-se Trachtenberg, Marc, Gehrz, Christopher, *America, Europe, and German Rearmament, August-September 1950: A Critique of a Myth*, [Em Linha], (s/d), [Consultado em outubro de 2012], Disponível em [http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/trachtenberg/cv/trachtenberg-gehrz\(final\).doc](http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/trachtenberg/cv/trachtenberg-gehrz(final).doc). Vejam-se também os documentos disponíveis em <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/trachtenberg/1950.html> e McGeehan, Robert, (1971), *The German Rearmament Question: American Diplomacy and European Defense After World War II*, Illinois University of Illinois Press.

⁶⁵⁰ A obra de consulta obrigatória para esta questão é Ross, S. T., (1996), *American War Plans, 1945-1950*, London, Frank Cass. Veja-se também Marquina Barrio, António, (1986), *España en la Política de Seguridad Occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, pp. 135 *et seqs* e Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos.

No final da Segunda Guerra Mundial as autoridades militares dos EUA, empenhadas na redefinição da sua política militar e estratégica, dão início a um processo de revisão do seu dispositivo global de bases militares de modo a adequá-lo à nova realidade securitária. Logo em finais de 1945 o Joint War Plans Committee (JWPC)⁶⁵¹ leva a cabo uma série de iniciativas com vista ao estabelecimento das ações a implementar em caso de guerra com a URSS no triénio seguinte. Em março de 1946 é apresentado ao JCS o primeiro esboço de plano de defesa norte-americano. A URSS é apresentada como uma potência com intenções expansionistas, interessada na disseminação do comunismo e focalizada no desbaratamento da influência exercida pelos EUA e a Grã-Bretanha em diversas partes do planeta. As hostilidades teriam início no Médio Oriente com um ataque aos interesses britânicos aí situados, acabando os EUA por ser arrastados para o conflito. De acordo com as estimativas efetuadas, a URSS disporia de uma capacidade militar própria distribuída pelo território europeu e do Médio Oriente estimada em cerca de 140 divisões ativas, 152 de reserva⁶⁵² e, além disso, poderia ainda contar com largos milhares de homens provenientes dos países satélites. A supremacia das forças soviéticas nos primeiros meses do conflito seria total antevedendo-se que pudesse alcançar num curto espaço de tempo o Canal da Mancha, o Norte de Itália e mesmo a Península Ibérica.

Numa avaliação estratégica entregue posteriormente pelo JCS ao Presidente Truman, as autoridades militares norte-americanas chamam a atenção dos decisores políticos para a necessidade de se estabelecerem acordos prévios com os governos dos países da Europa ocidental de forma a obter a sua garantia de neutralidade em caso de confrontação entre os EUA e a URSS ou, melhor ainda, a sua colaboração militar. Seria necessário tomar as providências necessárias para acionar a mobilização e projeção de forças logo nos primeiros momentos da guerra; travar por todos os meios o acesso das forças soviéticas ao Mediterrâneo oriental e, lançar imediatamente, a partir de bases situadas no Reino Unido, Itália e Norte de África, operações aéreas contra os centros vitais da URSS.⁶⁵³

No mês de Abril de 1946 surge a primeira versão de plano estratégico conjunto de defesa, o designado plano *Pincher*. Trata-se de um plano muito genérico que delineava estratégias que não iam muito além das fases iniciais da guerra e que serviria como base de

⁶⁵¹ Mais tarde viria adotar a designação de Joint Strategic Plans Committee.

⁶⁵² Efetivos três vezes superiores ao do conjunto dos países europeus. Marquina Barrio, António, (1986), *España en la Política de Seguridad Occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, pp. 135 *et seqs.*

⁶⁵³ Idem.

trabalho para o estudo de problemas militares estratégicos para os interesses dos EUA. Realizados os estudos, em meados de 1947, o JWPC é incumbido de preparar um plano conjunto que tinha como horizonte para o início das hostilidades com a URSS o ano de 1949. Ficaria pronto pouco depois do golpe de estado comunista de Praga e seria apelidado de *Broiler*. Pela primeira vez, um plano de defesa previa a utilização da armas nucleares. Assumia-se que, em face de uma avassaladora superioridade militar, as operações terrestres para deter o avanço das forças soviéticas na Europa e Médio Oriente fracassavam. Os órgãos de planeamento estratégico norte americanos estabeleciam como principais os seguintes objectivos da URSS: ocupação da Europa ocidental; tentativa de neutralização do Reino Unido; aniquilação das forças aliadas posicionada no Mediterrâneo oriental e conquista do controlo da região do Cairo-Suez; ocupação da Itália e Cecília; interrupção das rotas marítimas do Mediterrâneo e de ligação ao Reino Unido; o controlo da Turquia, Noruega e Suécia; a aniquilação das forças norte-americanas estacionadas na Coreia e o controle da China até ao rio Amarelo; a ocupação da Península Ibérica caso viesse a revelar-se vital para a concretização da estratégia soviética; etc..⁶⁵⁴ Perante este cenário, não restaria outra solução aos aliados que não fosse a de servir-se da sua superioridade em meios aéreos, nomeadamente dos de longo raio de ação, para o lançamento de bombas atómicas sobre a URSS. Os raids atómicos, tão imediatos quanto possível, seriam lançados de bases aéreas situadas no Reino-Unido, em Okinawa, no Cairo-Suez ou mesmo na Índia (Karachi).⁶⁵⁵ A reação aliada operar-se-ia em três fases. Num primeiro momento seria decretada a mobilização dos meios e o lançamento da ofensiva aérea aliada com vista a retardar a progressão das forças inimigas; seguia-se a fase de reconquista das zonas petrolíferas do Médio Oriente e a destruição de tudo quanto pudesse ser útil ao esforço de guerra das forças russas e, numa terceira fase, fazer voltar a URSS às fronteiras estabelecidas em 1939 e criar as condições necessárias para uma progressiva pacificação dos intuítos soviéticos.

Em Março de 1948 o plano *Broiler* é substituído pelo plano *Frolic* mas nenhum dos dois foi alguma vez oficialmente transmitido aos diversos Ramos das forças armadas norte-americanas para planeamento.

⁶⁵⁴ Estimava-se que as forças inimigas alcançassem, em diversas fases, Amesterdão em 8 dias; a Dinamarca, a Áustria e o sul da Alemanha em 10 dias, a Noruega em 60 e os Pirenéus em 70. Marquina Barrio, António, (1986), *España en la Política de Seguridad Occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, pp. 160 *et seqs.*

⁶⁵⁵ Idem.

Este plano não era tão consensual nos diversos setores do aparelho militar norte-americano como seria de supor. O Almirante Louis Denfeld, à data chefe das operações navais, opor-se-á a ele por se estabelecer à partida que a Europa ocidental seria perdida em favor da URSS, por aceitar a perda do Mediterrâneo e confiar em demasia nas armas atômicas. No seu ponto de vista, a melhor opção seria um empenhamento conjunto de forças dos EUA e dos países da Europa ocidental na defesa do vale do Reno.⁶⁵⁶ Os planos, tal como estavam redigidos, eram assim desadequados em termos políticos e militares.

Em Abril, o plano é analisado por elementos dos Estados-Maiores dos EUA, Reino Unido e Canadá e nas conversações que se seguem são estabelecidas as linhas gerais de um plano de emergência que viria a receber a designação de *Halfmoon*.⁶⁵⁷

Ao mesmo tempo que do outro lado do Atlântico se iam traçando estes planos, na Europa continuava-se a trabalhar com afinco no sentido da resolução dos seus problemas de defesa. Alarmado com o curso dos acontecimentos na Europa de Leste, escassos dias após o Golpe de Praga, o ministro francês Bidault faz chegar uma missiva a George Marshall onde alertava o seu homólogo norte-americano para a gravidade do momento e para a necessidade de se concretizar sem demora, quer no campo político quer no militar, a cooperação do «novo com o velho mundo».⁶⁵⁸ Sabedores das conversações em curso entre o Reino Unido, a França e o Benelux, os decisores políticos norte-americanos resolvem aguardar pelos resultados das ditas conversações para adotarem uma posição oficial devidamente fundamentada. Pretendia-se averiguar em que medida estavam os referidos países dispostos a empenhar-se na edificação de uma organização de defesa mútua e só depois as autoridades de Washington colocariam a hipótese de entabular conversações com vista a uma eventual cooperação. A assinatura do Tratado de Bruxelas tem lugar no dia 17 de março e, no mesmo dia, Harry Truman perante o Congresso norte-americano congratula-se com o acordo alcançado e declara oficialmente que o esforço e a determinação postos pelos países signatários na organização da defesa europeia serão certamente acompanhados por igual

⁶⁵⁶ Kunsman David M., Douglas B. Lawson, (2001), *A Primer on U.S. Strategic Nuclear Policy*, Sandia National Laboratories, Albuquerque, New Mexico, pp. 15 *et seqs.*

⁶⁵⁷ Também mencionado como *Fleetwood* ou *Doublestar*.

⁶⁵⁸ Gavín Munté, Victor, (2005), *La Comunidad Europea de Defensa (1950-1954) ¿Idealismo europeo o interés de Estado?*, Tese de Doutoramento, Barcelona, Universidade de Barcelona, pp. 102.

dose de apoio dos EUA à sua concretização.⁶⁵⁹ Nas negociações que têm lugar de 22 de março a 1 de abril os EUA, o Reino Unido e o Canadá (a França é deliberadamente excluída pelos EUA) traçam as linhas mestras do futuro Tratado do Atlântico Norte.

A 16 de junho de 1948, numa reunião dos Estados-Maiores dos EUA e Reino Unido, as autoridades militares norte-americanas dão a conhecer a matriz do seu novo plano estratégico para a defesa do ocidente – o plano *Halfmoon*. No essencial, o Plano segue o modelo adotado durante a II Guerra Mundial isto é, retirada inicial e libertação posterior dos territórios ocupados pelas forças invasoras.⁶⁶⁰ Assentava no lançamento pelas forças aliadas de uma ofensiva aérea estratégica essencialmente convencional sem deixar de equacionar no entanto o uso de armas atômicas contra alvos estratégicos na URSS. A guerra começava por iniciativa da URSS após uma deficiente avaliação da situação militar do momento. A Europa ocidental era, segundo o Plano, indefensável sendo por isso necessário implementar um plano de evacuação – o plano *Trust*. Parte significativa das forças norte-americanas retiraria pelos Pirenéus; a Espanha seria subjugada 6 meses após o início do conflito.⁶⁶¹

Na segunda metade de 1948, a planificação militar dos EUA que tinha começado a alterar-se na sequência do Golpe de Praga não sofrerá mudanças significativas. As avaliações da ameaça levadas a cabo durante esse período pelos diversos departamentos do aparelho estatal norte-americano não mencionam qualquer motivo de alarme imediato no que concerne ao continente europeu. Nem mesmo o Bloqueio de Berlim suscitaria grandes preocupações à CIA que via na atitude soviética uma tentativa de forçar o diálogo com os aliados ocidentais.

Em janeiro de 1949 *Halfmoon* é substituído pelo plano *Trojan*. O novo plano pouco difere do anterior sendo a sua principal novidade a inclusão de uma lista detalhada de prováveis objetivos da ofensiva atômica aliada, situados em 70 cidades soviéticas. Segundo os cálculos do JCS, para destruir estes alvos, seriam necessárias 133 bombas atômicas lançadas a partir de aviões bombardeiros B-29 e B-50.⁶⁶²

⁶⁵⁹ Frus Vol. III, 1948, pp. 49-56.

⁶⁶⁰ Em moldes diferentes dos previstos em Planos anteriores, a retirada das forças aliadas devia processar-se agora de forma organizada e oferecendo resistência ao invasor.

⁶⁶¹ Marquina Barrio, António, (1986), *España en la Política de Seguridad Occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, pp. 168.

⁶⁶² Kunsman David M., Douglas B. Lawson, (2001), *A Primer on U.S. Strategic Nuclear Policy*, Sandia National Laboratories, Albuquerque, New Mexico, pp. 23.

Em finais de fevereiro o General Eisenhower, à data presidente em funções do JCS, redige um memorando sobre a política a seguir pelas autoridades norte-americanas em relação à Europa ocidental e onde assegurava a sua defesa na linha do Reno. O flanco esquerdo da defesa europeia assentaria nas ilhas britânicas e o flanco direito na região do Cairo-Suez.⁶⁶³ Assumindo que, com as forças disponíveis, não seria possível assegurar a defesa da linha do Reno, Eisenhower solicita que os órgãos de planeamento estudassem a possibilidade de manter uma testa-de-ponte algures na Europa ocidental. Dando seguimento às instruções de Eisenhower, em finais de abril o JCS incumbe o JWPC de preparar um plano de contingência que, baseado nas forças previstas para o ano de 1945, permitisse enfrentar os dois primeiros anos de uma guerra iniciada em 1 de julho de 1949. O plano só 7 meses depois receberia a aprovação do JCS passando oficialmente a ser designado por plano *Offtackle*.

Em Novembro de 1950 o plano *Reaper* reconhecia definitivamente a capacidade nuclear da União Soviética admitindo os seus autores que em 1954 a potência de Leste disporia já de 250 armas atómicas que seriam suficientes para causar grande destruição nos EUA e a inviabilização do Reino Unido como base de operações das forças aliadas ocidentais.⁶⁶⁴

Como se pode verificar, a incerteza e ambiguidade que caracterizaram inicialmente os planos para a defesa da Europa ocidental vão progressivamente cedendo passo a maior objetividade e clareza a partir da assinatura do Tratado de Bruxelas em março de 1948. No entanto, só com a criação da NATO em Abril de 1949 a organização da defesa da Europa ocidental passará a ser prioritária a adequadamente encarada.

Em resumo, fruto de análises estratégicas excessivamente pessimistas, os planos de guerra desenvolvidos pelos órgãos de planeamento norte-americanos na segunda metade da década de 1940 assumiam a indefensabilidade da Europa ocidental. De acordo com as estimativas avançadas nos planos *Pincher*, *Halfmoon* e *Dropshot*, o máximo a que se poderia almejar seria conseguir manter a inviolabilidade da Ilhas Britânicas até à chegada de auxílio militar externo. Esta perspetiva pessimista expressa nos planos de guerra dos EUA vai manter-se inalterada para além da data da criação da NATO acabando mesmo por influir no planeamento de defesa efetuado durante os primeiros anos de vida da Aliança. Nos primeiros

⁶⁶³ Marquina Barrio, António, (1986), *España en la Política de Seguridad Occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército, pp. 221 *et seqs*.

⁶⁶⁴ *Idem*, pp.375.

anos da NATO os seus membros tinham pela frente a difícil tarefa de tentar conciliar as supostas capacidades soviéticas com as reais intenções das autoridades de Moscovo pelo que a estratégia de planeamento de forças seguida pela NATO durante a década de 1950 assenta em cenários de gravidade extrema. Na segunda metade da década de 1950, o desenvolvimento do pensamento estratégico da NATO resulta já das mudanças ocorridas na perceção da ameaça e da procura do correto balanceamento entre dissuasão e defesa mas, também, da busca de equilíbrio entre os interesses estratégicos e as posições de poder dos principais países membros da Aliança atlântica.⁶⁶⁵

c. A cooperação portuguesa na defesa da Europa Ocidental

Portugal, que não tinha tido desde a Primeira Guerra Mundial qualquer compromisso militar específico que tivesse subjacente a necessidade de intervenção externa de forças militares portuguesas passa, a partir da adesão à NATO, a pertencer a uma Aliança que confere direitos mas que também estabelece a obrigação do País disponibilizar forças militares para empenhamento além-fronteiras.

Como temos vindo a descrever, o desenvolvimento do aparelho militar português está praticamente parado em 1949 e, em termos organizativos e tecnológicos, muito afastado da realidade existente nos exércitos da grande maioria dos restantes membros da Aliança. Seguindo de perto, desde sempre, os modelos e processos implementados pelos congéneres europeus, o aparelho militar português tinha agora que passar por um radical processo de transformação que o iria fazer aproximar dos modelos e padrões americanos. Entre avanços e recuos, nos anos que se seguem à adesão de Portugal à Aliança Atlântica as autoridades nacionais vão dedicar especial atenção à melhoria das capacidades e eficiência das Forças Armadas portuguesas de forma a conferir-lhes um nível de operacionalidade semelhante ao das forças dos exércitos aliados com quem, no âmbito da NATO, deviam cooperar em favor da defesa da área da Aliança.

Nem sempre plenamente conscientes das reais implicações dos compromissos assumidos, as autoridades portuguesas avançam em 1951, como se viu, com as primeiras propostas de contribuição nacional para a força militar conjunta da NATO. Analisado mais friamente o contexto alargado de tais compromissos rapidamente se constata que toda a

⁶⁶⁵ Wenger, Andreas, “The politics of military planning”, em Mastny, Vojtech, Sven G. Holtsmark e Andreas Wenger, *War Plans and Alliances in the Cold War*, (2006), Londres, Routledge, pp. 165 *et. Seqs.*

organização militar portuguesa necessitava de ser reorganizada sendo necessário criar novas unidades, criar novos quadros orgânicos de pessoal e material das unidades a afetar à NATO, reformular a instrução de forma a adequa-la à maior exigência de especialistas, repensar o dispositivo de mobilização, alterar a legislação militar, etc..

Em 1951 as autoridades portuguesas insistiam ainda na valorização da componente humana (300.000 efetivos) e davam como certa a capacidade de mobilizar rapidamente um exército constituído por dez divisões de infantaria e uma divisão blindada. Nos anos seguintes, o contacto com novas realidades organizativas e a persuasão aliada vão conduzir a uma alteração radical destes pressupostos e o aparelho militar português adquire uma eficiência e operacionalidade equivalente a outros membros da Aliança.

Fixados ao mais alto nível os primeiros compromissos para a Aliança, o ministro da Defesa difunde as suas diretivas aos escalões subordinados para que se pudesse dar início ao planeamento das ações necessárias à concretização dos compromissos entretanto assumidos. Fá-lo através da diretiva *O Esforço Militar Português*, documento orientador para todos aqueles que, a partir de então viessem a estar envolvidos em negociações internacionais.⁶⁶⁶ É também um documento cujo conteúdo deixa perceber uma clara intenção de maximização dos benefícios para os interesses portugueses mas também uma excessiva valorização de capacidades no que diz respeito à preparação das forças militares portuguesas para os diferentes encargos livremente assumidos por Portugal e que, como vimos já, iam mais além do entorno da NATO.

⁶⁶⁶ Veja-se AOS/CO/PC/44.

i. Condições gerais para o empenhamento das forças terrestres portuguesas na defesa da Europa

Como tivemos oportunidade de pormenorizar anteriormente, as conversações realizadas para a Revisão Anual (RA) de 1952 levaram a uma significativa redução dos objetivos de forças inicialmente avançados por Portugal. Esta redução ocorre por pressão dos organismos militares da NATO que, uma vez avaliados os objetivos traçados pelas autoridades portuguesas e os meios disponíveis para os concretizar, tinham chegado à conclusão de que o escalonamento proposto por Portugal ia muito além das efetivas capacidades do País.

Mais do que na quantidade, era necessário apostar na qualidade das forças que iriam ser colocadas à disposição da NATO. A partir de 1953 já poucas dúvidas se levantam: Portugal apenas podia aspirar à constituição de uma única divisão para integração no aparelho defensivo da NATO. Para decepção das autoridades portuguesas, durante a cimeira da NATO realizada em Paris em abril de 1953 assim fica fixado pelos órgãos competentes da Aliança. Portugal passava a partir de então a ter que disponibilizar 1 Divisão em M+30 (nos Pirenéus).

É com base nas diretivas emanadas pelo ministro da Defesa pelo despacho de janeiro de 1951, já mencionado, que em março do mesmo ano o CEMGFA instrui o EME no sentido de serem desenvolvidos os estudos considerados pertinentes para a organização da divisão NATO. Com base nos elementos fornecidos pelo CEMGFA, a 3ª repartição do EME elaborou uma proposta de organização para uma divisão que designou, porventura tentando evitar a aversão de Santos Costa às designações TP e TA,⁶⁶⁷ *Divisão de Infantaria Normal* a qual viria a ser aprovada pelo CEME em novembro de 1952. Com uma estruturação geral dentro dos moldes estabelecidos pelo despacho de Santos Costa, a organização da divisão proposta pelo EME aproximava-se daquela comumente adotada no Exército norte-americano e previa a seguinte orgânica.⁶⁶⁸

⁶⁶⁷ TA – Tipo Americana; TP – Tipo portuguesa.

⁶⁶⁸ _____, (1988), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50: Os Compromissos com a OTAN*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, pp. 27 et seqs. Veja-se também _____, (1983) *Trinta anos de contribuição do Exército Português para a OTAN. Grandes unidades 1953-1983*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

Divisão de Campanha (NATO)	
Quartel-General	Comando Formação de comando 1 Secção de aviões ligeiros (8) 1 Destacamento de Policia Militar
Infantaria	3 regimentos de infantaria
Artilharia Divisionária	Comando da Art. Divisionária 3 Grupos de obuses ligeiros 1 Grupo de obuses pesados 1 Grupo de AAA ligeira
Esquadrão de Reconhecimento	Comando 3 Pelotões de Reconhecimento Trem
Grupo de Esquadrões de Carros de Combate	Comando Formação de Comando e Serviços 3 Esquadrões de Carros de Combate
Batalhão de Sapadores	Comando Formação de Comando e Serviços 4 Companhias de Sapadores
Companhia de Transmissões	
Serviços	Transportes Saúde Subsistências Material Munições Combustíveis e lubrificantes Veterinário

Quadro 8.5 - Organização da Divisão portuguesa para o SHAPE

Submetida a proposta à apreciação do ministro da Defesa já com a designação de *Divisão Tipo A*, não foi o mesmo capaz de identificar as diferenças existentes entre a organização nacional e a organização americana que tinha servido de base à elaboração da proposta.

Em resposta às interrogações do ministro da Defesa, o EME apressa-se a esclarecer as razões que tinham presidido à escolha do modelo americano para a realização do seu trabalho. Desde logo, a necessidade de, com a brevidade possível, se dar início à elaboração das bases de trabalho necessárias à organização da mobilização e da instrução. Em segundo lugar, porque se previa que o CEP ao serviço da NATO viesse a ser integrado num Exército americano e, em terceiro lugar, porque outros exércitos tinham seguido o mesmo caminho na organização das suas forças NATO.

Resistências à parte, esta organização da divisão portuguesa para a NATO ir-se-ia manter, com alterações pontuais, em vigor ao longo de toda a década de 1950.

O arranque para a formação efetiva da força que viria a constituir o contributo português para esforço militar da NATO tem início apenas no último trimestre do ano de 1952. No entanto, o processo de edificação das infraestruturas que permitiriam o treino e, mais tarde, o aquartelamento desta GU começa ainda em 1951 na sequência da diretiva do ministro da Guerra, general Abranches Pinto.⁶⁶⁹

Conhecedor da inexistência em Portugal de infraestruturas capazes de proporcionar as condições de treino exigidas por formações de tão elevado número de efetivos, promoveu a construção de um campo de instrução militar inicialmente designado de *Campo de Instrução Divisionário*. Nas palavras de Abranches Pinto, só uma infraestrutura deste tipo conseguiria «amalgamar, tática e tecnicamente, a heterogeneidade de tantos elementos diversos de uma Grande Unidade.»⁶⁷⁰

Efetuados os necessários estudos e avaliadas as possíveis localizações para a instalação do campo de instrução divisionário fixou-se a sua implantação em Sta. Margarida da Coutada, nas proximidades de Abrantes. A Engenharia militar foi encarregada da sua construção, o que fez no tempo recorde de quinze meses. Iniciados em maio de 1952, os trabalhos ficariam em grande parte concluídos em agosto de 1953 indo de encontro à necessidade de, ainda nesse ano, aí se instalar definitivamente uma divisão de infantaria.

Ainda no mesmo mês, o Decreto-Lei nº 39316 confere existência legal ao *Campo de Instrução Militar de Sta. Margarida* (CIMSM) fixando também o seu primeiro quadro orgânico de pessoal.⁶⁷¹

O aquartelamento da 1ª divisão do Corpo Expedicionário Português é oficialmente inaugurado em outubro de 1953. Não dispondo ainda de efetivos e meios próprios, a 1ª divisão seria inicialmente organizada com base nos quadros de mobilização aprovados para o ano de 1952 e mediante a cedência de forças por parte das diversas regiões militares e do GML. Com o seu quartel-general instalado provisoriamente no EME em Lisboa, a organização da 1ª Divisão ficou assim estabelecida: Quartel-General; 3 Regimentos de infantaria reforçados com 1 Esquadrão de carros de combate; 3 Grupos de artilharia de campanha (peças de 10,5cm); 1 Grupo de artilharia de campanha (peças de 14cm); 1 Grupo de AA (peças de 4cm); 1 Grupo de carros de combate; 1 Esquadrão de reconhecimento; 1 Batalhão de engenharia; 1 Companhia de transmissões; 1 Batalhão sanitário; 1 Companhia

⁶⁶⁹ _____, (1983) *Trinta anos de contribuição do Exército Português para a OTAN. Grandes unidades 1953-1983*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, pp. 13 et seqs.

⁶⁷⁰ Idem.

⁶⁷¹ Decreto-Lei n.º 39316. D.R. n.º 176, Série I de 1953-08-14.

de quartel-mestre; 1 Companhia de manutenção de material; 1 Companhia de polícia militar; 1 Companhia de recompletamento; 1 Banda de música. No total, 19938 homens.⁶⁷²

Efetuada as primeiras manobras da Divisão ainda em 1953, cedo se concluiu que o sistema de mobilização adotado para a organização da força não servia da melhor forma os propósitos da GU pelo que, já em 1954, as autoridades militares nacionais optam por atribuir a mobilização a regiões militares específicas. O pouco tempo de vida da divisão tinha também permitido constatar a conveniência do seu Comando ter uma ligação mais direta à GU, estabelecendo os organismos competentes que o Comando da região militar que mobilizasse o grosso das tropas, comandaria a divisão. Assim, a partir de meados de 1954, o comandante da 2ª região militar (Coimbra) assume o comando da divisão que passa então a designar-se 2ª divisão.

Em 1954, para além das forças que guarneciam o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida (CIMSM), nenhuma outra força pertencente à divisão estava aquartelada permanentemente nas instalações aí existentes. O inconveniente de ter o Comando da divisão sediado a bastantes quilómetros de distância e as forças que a constituíam dispersas pelo país levam a uma reorganização da 2ª divisão. Poucos anos volvidos desde a criação do campo de instrução divisionário, os ensinamentos retirados das manobras que foram sendo realizados deixam perceber que as potencialidades de tão importante infraestrutura apenas poderiam ser totalmente aproveitadas estando as forças da divisão aí permanentemente aquarteladas.⁶⁷³

Em 1954 a 3ª região militar recebe o encargo de mobilizar o grosso das forças destinadas à divisão NATO que recebe a designação de 3ª divisão.

Em 1956 o critério adotado para a nomeação do comandante da divisão é alterado sendo nesse ano nomeado pela primeira vez um comandante exclusivo para a 3ª divisão.⁶⁷⁴

O quartel-general da 3ª divisão só em 1957 viria a instalar-se definitivamente em Sta. Margarida.

⁶⁷² _____, (1988), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50: Os Compromissos com a OTAN*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, pp. 145.

⁶⁷³ Vejam-se os diversos relatórios, efetuados por entidades nacionais e externas, existentes no Arquivo da Defesa Nacional, Fundo do Gabinete do Ministro da Defesa, SR. 30 e SR. 33.

⁶⁷⁴ No entanto, a Divisão permaneceria na dependência do Comando da 3ª região militar para efeitos de superintendência da instrução e treino.

ii. A integração da divisão portuguesa no dispositivo NATO

Como se pode depreender da breve descrição que efetuamos do processo de constituição da divisão portuguesa destinada à NATO, foram muitas as dificuldades que tiveram que ser superadas até que se atingisse um nível de operacionalidade que apesar de ser assinalável, nunca chegaria a atingir os padrões exigidos pelo SHAPE.

Organizada minimamente a divisão, outras questões importantes teriam que ser obrigatória e devidamente tratadas. Sendo a 3ª divisão uma força expedicionária que se previa viesse a atuar no Sul de França, seria de todo importante conhecer a zona prevista para a concentração e ação das forças portuguesas para que, na posse dessa informação, se pudesse planear adequadamente o seu transporte e a sustentação logística das forças em operações.

O estudo destas questões essenciais para a atuação eficaz de qualquer força militar só a partir de 1954 começa a ser desenvolvido. E assim acontece porque as autoridades portuguesas, agastadas com a indiferença demonstrada pelos órgãos competentes da NATO, forçam o LANDCENT, a quem seriam atribuídas as forças nacionais, a tomar uma posição oficial sobre a questão.⁶⁷⁵

Em outubro de 1954 as autoridades militares portuguesas são finalmente convocadas para uma reunião no QG do AFCENT que tinha por objetivo tratar da fixação das zonas de estacionamento e instrução da divisão portuguesa em França mas, também, do estudo das unidades de apoio logístico e do transporte das forças. Da vasta agenda prevista, apenas a questão da localização da base das forças portuguesas teve desenvolvimento positivo estabelecendo aquele Comando NATO que a divisão portuguesa ficaria estacionada numa região do Sul de França delimitada pelas localidades de PERIGUEUX – LIMOGES – ANGOULÊME (excl.).⁶⁷⁶ As restantes questões teriam que ser resolvidas por Portugal. E assim foi. A questão do transporte da divisão NATO seria tratada não isoladamente mas em conjunto com o estudo do transporte das divisões do CEP dos Pirenéus que estava por essa altura a ser desenvolvido no âmbito dos trabalhos dos estados-maiores peninsulares.

⁶⁷⁵ _____, (1988), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50: Os Compromissos com a OTAN*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, pp. 203.

⁶⁷⁶ Idem, pp. 204.



Fig. 8.4 – Zona de estacionamento das forças portuguesas em França

iii. Fatores condicionantes do deslocamento da divisão portuguesa para França

1. Zonas de concentração e transporte da força.

Não vamos nesta passagem do texto demorar-nos em demasia nas questões relacionadas com os itinerários de deslocamento e zonas de concentração previstas para a divisão NATO na medida em que, como referimos, elas ficaram fixadas nos mesmos moldes previstos para as divisões do CEP dos Pirenéus tendo sido já amplamente descritas neste capítulo. Em todo o caso, referiremos apenas que no decurso das conversações de Estados-Maiores Peninsulares em que se procedeu à análise das possíveis bases de concentração da divisão NATO, foram equacionadas duas hipóteses principais: 1^a – em condições ideais, as forças destinadas ao SHAPE quando em trânsito pelo norte de Espanha ficariam concentradas na zona de TOLOSA – ALSASUA – AZPETIA (a mesma inicialmente prevista para o CE dos Pirenéus)⁶⁷⁷ sem que ficassem sujeitas qualquer dependência operacional do Alto Comando Peninsular (a dependência seria apenas logística); 2^a – caso as circunstâncias ditassem a impossibilidade das forças daquela divisão poderem atravessar os Pirenéus, ficariam

⁶⁷⁷ Como ficou descrito, esta zona de concentração seria posteriormente alterada por razões relacionadas com a atuação das forças militares espanholas.

concentradas na mesma zona passando a constituir uma força de Reserva à disposição do Alto Comando Peninsular mas sob hipoteca do SHAPE.⁶⁷⁸

De acordo com os estudos efetuados, conviria que o deslocamento da 3ª divisão em direção aos Pirenéus tivesse início em M+20 para que o grosso da divisão alcançasse a zona de concentração dos Pirenéus em M+30. Esta calendarização permitia que as tropas, depois de terminado o deslocamento, tivessem quatro a cinco dias de descanso que lhes permitiria adquirir «o mínimo de coesão que os organismos NATO recomendavam».⁶⁷⁹

A divisão destinada ao SHAPE deslocar-se-ia assim para a zona de concentração em Espanha por via rodoviária e ferroviária sendo que, neste último caso, partiria diretamente da estação de caminho-de-ferro de Sta. Margarida (Tramagal-Abrantes) situada nas imediações da zona de aquartelamento da 3ª Divisão.

Tendo em conta as necessidades globais previstas para o deslocamento da 3ª divisão por via rodoviária e ferroviária e os créditos de movimentos estabelecidos pelas autoridades espanholas, o plano de movimentos em território espanhol ficava definido conforme o quadro seguinte:

Tipo de transporte	Número de comboios	
	Máximo	Mínimo
Transporte de tropas e de material orgânico da divisão	22	12
Constituição de depósitos para 15 dias de abastecimentos	59	58
Reabastecimento diário da divisão	4	4

Quadro 8.6 - Plano de movimentos da Divisão portuguesa para França

O número de comboios apontados para o transporte de pessoal e material teria sido calculado em função da necessidade de transportar 6237 homens que não podiam ser transportados por via rodoviária por falta de viaturas orgânicas bem como os veículos que não que não podiam seguir por estrada (no total uma carga de 980,6 toneladas). Os comboios para transporte de pessoal seriam formados por 19 vagões que, no conjunto, permitiriam transportar entre 690 e 760 homens e os comboios destinados à expedição de material deveriam suportar cargas até 250 toneladas.⁶⁸⁰ Em termos de créditos de deslocamento atribuídos pelas autoridades espanholas, os quantitativos autorizados excediam largamente as

⁶⁷⁸ ADN/F1/29/124/8.

⁶⁷⁹ Idem.

⁶⁸⁰ ADN/F1/29/124/8.

necessidades máximas estimadas no planeamento português garantindo desta forma a exequibilidade das ações de movimentação da divisão até D+30.

Por via rodoviária seguiriam as tropas, o material da divisão (carros de combate incluídos) e os elementos de apoio que ficavam fora do transporte ferroviário, estimando-se que o deslocamento exigisse a constituição de um mínimo de 127 e um máximo de 136 colunas de marcha.

2. Condicionantes diplomáticas, táticas e técnicas.

Como julgamos ter ficado demonstrado, em termos práticos e á luz do planeamento efetuado pelas autoridades militares nacionais, a divisão portuguesa destinada ao SHAPE enfrentava os mesmos desafios e dificuldades antevistas para a movimentação, concentração e sustentação das divisões do CEP dos Pirenéus. No entanto, a travessia de território espanhol pelas forças portuguesas afetas à NATO estava à partida condicionada por algumas questões que, a não serem adequadamente solucionadas, facilmente poderiam inviabilizar a deslocação daquela Grande Unidade para o setor defensivo que lhe fora atribuído pela NATO. Os problemas a superar eram de diversa indole: políticos, diplomáticos, táticos e técnicos.

No campo político e diplomático a questão da travessia de território espanhol pelas forças destinadas ao SHAPE merece a atenção das autoridades portuguesas e espanholas logo no início da década de 1950. Levantada a questão junto dos órgãos competentes da NATO, as autoridades portuguesas desde cedo são incentivadas a resolver o problema no âmbito dos acordos bilaterais existentes entre os dois vizinhos ibéricos.

Em março de 1952, as intenções da NATO são comunicadas oficialmente às autoridades espanholas no decurso de conversações militares luso-espanholas realizadas em Ciudad Rodrigo e a sua reação é imediata e previsível. A Espanha estava firmemente disposta a participar na defesa do Ocidente. No entanto não se considerava razoável a possibilidade do Governo espanhol vir a conceder autorização para a travessia do seu território por forças afetas à NATO enquanto a defesa da Península Ibérica não merecesse a devida atenção dos organismos competentes daquela Organização.⁶⁸¹ A razão era simples. A travessia ou o estacionamento em território espanhol de forças pertencentes à NATO facilmente poderia acarretar «responsabilidades de beligerância» que a Espanha estava disposta a assumir desde que lhe fossem asseguradas as correspondentes contrapartidas. Não

⁶⁸¹ ADN/F1/29/124/4.

estando reunidas essas condições, a questão ficaria suspensa até que pudesse «ser estudada e considerada no quadro geral da defesa do Ocidente.⁶⁸² E assim ficaria até 1954, ano em que as autoridades de Madrid autorizaram finalmente a travessia e estacionamento da divisão portuguesa em território espanhol.⁶⁸³ No entanto, a anuência das autoridades de Madrid resolvia apenas uma parte do problema já que por aquela altura estava ainda por definir e acordar o estatuto legal das forças portuguesas que viessem a operar em solo espanhol. Pontualmente mencionada desde 1952, a questão só em 1959 viria a ser, uma vez mais por iniciativa portuguesa, oficial e diretamente tratada. Assim, pretendendo demonstrar ter estudado com pormenor esta questão, o Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) avança nos primeiros meses de 1959 com uma proposta de estatuto legal que se pretendia viesse a ser aplicado não só às forças portuguesas destinadas ao SHAPE mas a todas as forças expedicionárias, portuguesas ou espanholas, que viessem a estar empenhadas na defesa da Península Ibérica.⁶⁸⁴

Trata-se de um documento composto por vinte artigos que, em termos genéricos, estabelece um vasto número de disposições a seguir no caso de forças pertencentes às duas partes contratantes (Portugal e Espanha) terem que vir, no futuro, a ser deslocadas em serviço no território da outra parte. Com diferente grau de pormenor, as disposições incluídas nos diversos artigos do projeto de estatuto legal tratam de questões diversas como a dispensa de passaporte, visto de entrada e fiscalização de estrangeiros; aceitação sem exame adicional, da carta de condução emitida pelas autoridades do país de origem; uso dos uniformes; jurisdição penal sobre os expedicionários; detenção e porte de arma; execução de pena capital em território do Estado local⁶⁸⁵; policiamento dos acampamentos militares; indemnizações; aplicabilidade de imunidades; assistência médica; direitos de importação e exportação; inspeção de correspondência oficial; etc.

Submetido à apreciação das autoridades espanholas, o Alto Estado-Maior espanhol rapidamente se pronuncia sobre o seu real valor. Para as autoridades militares de Madrid, o

⁶⁸² Idem, *ibidem*.

⁶⁸³ ADN/F1/29/124/8.

⁶⁸⁴ ADN/F1/29/124/12. As autoridades militares espanholas referiam-se ao «*NATO Status of Forces Agreement*» assinado em 19 de junho de 1951 pelos países membros da NATO. Este acordo regulava o estatuto das forças militares aliadas quando em operações no território de outro membro da Aliança. Veja-se Collins, Brian J., (2011), *NATO: A Guide to the Issues*, California, Praeger/ABC-CLIO, pp. 56.

⁶⁸⁵ Estado local - «Parte contratante em cujo território se encontra a força expedicionária.» ADN/F1/29/124/12.

projeto de estatuto elaborado pelos organismos militares era uma transcrição fiel do texto do estatuto das forças da NATO e, como tal, não teria aplicabilidade direta à realidade peninsular.⁶⁸⁶ Segundo o auditor jurídico espanhol responsável pela análise da proposta portuguesa, as fórmulas adotadas pela NATO não poderiam ser aplicadas indiscriminadamente a todas as organizações similares já que nem todas se regiam pelo mesmo ordenamento jurídico. Assim, ainda que nas suas linhas gerais se considerasse a proposta portuguesa um trabalho bastante válido, seria necessário estudar com mais profundidade alguns aspetos concretos mencionados no documento de modo a conferir-lhes uma maior eficácia e a adapta-los à realidade das legislações existente portuguesa e espanhola.⁶⁸⁷

Além das questões políticas, diplomáticas e legais que acabámos de referir, o deslocamento da divisão portuguesa afeta ao SHAPE envolvia também questões de ordem tática que teriam de ser adequada e oportunamente resolvidas. De todas, aquela que se nos afigura potencialmente mais problemática seria a travessia do dispositivo defensivo implementado na frente pirenaica.

A travessia da fronteira hispano-francesa pelas forças portuguesas teria obrigatoriamente de ser feita através do dispositivo de forças militares espanholas instalado no terreno pelo que teria que ser cuidadosamente coordenada com os Comandos militares locais. Seria necessário definir cuidadosamente não só os itinerários de deslocamento a utilizar pelas forças portuguesas como também os locais e o momento exato em que se produziria a «ultrapassagem».

Acertadas estas questões, as autoridades militares portuguesas teriam ainda que buscar solução para um sem número de questões técnicas, destacando-se entre elas a questão da diferença de bitolas das vias-férreas existentes na Península Ibérica e em França.

De acordo com estudos efetuados pelas autoridades portuguesas, até ao início da década de 1950 não existia capacidade técnica que permitisse a adaptação mecânica dos rodados das composições ferroviárias às diferentes bitolas existentes dos dois lados da fronteira, pelo que se impunha o transbordo de pessoas e mercadorias na fronteira franco-espanhola. No entanto, em janeiro de 1951 a empresa espanhola *Transfesa* tinha inaugurado na estação de *Hendaia* uma infraestrutura onde, além de ser possível alugar vagões de eixos

⁶⁸⁶ ADN/F1/29/124/12.

⁶⁸⁷ Idem, *ibidem*.

intermutáveis, se podia efetuar a mudança dos eixos das composições ferroviárias de modo a adequá-las à bitola da via-férrea por onde iam circular.⁶⁸⁸

Segundo os mesmos autores, esta solução não era inédita apenas se tratando de um aperfeiçoamento dos métodos já existentes em 1920. Por essa altura, existia já uma infraestrutura semelhante em Irun disposta a empresa sua proprietária de trinta vagões fechados de 15 toneladas de eixo intermutável destinados ao tráfego de mercadorias entre Lisboa e Paris.⁶⁸⁹ No entanto, esta oficina há muito tinha cessado a sua atividade e os vagões de eixos intermutáveis tinham deixado de circular nas vias da Península.

O serviço que a empresa *Transfesa* explorava agora em *Hendaia* revelava-se assim de grande importância para o deslocamento por via-férrea da divisão portuguesa para a sua zona de ação em França. Com uma equipa de 16 homens seria possível transformar um vagão carregado, de qualquer tonelagem, em cerca de 15 minutos. Em termos de capacidade de transporte, a referida empresa tinha na primeira metade da década de 1950 um parque composto apenas por 40 vagões fechados de 15 a 16 toneladas. No entanto, a *Transfesa* contava a curto prazo adicionar ao seu parque mais 125 vagões frigoríficos, sendo mesmo possível que o número destas unidades viesse a crescer até às 400/500 até aos inícios da década de 1960.⁶⁹⁰

Como referem os técnicos portugueses, esta era, porventura, a questão que mais urgência tinha em ser resolvida pelos entraves que causava ao deslocamento e sustentação das forças portuguesas afetas à NATO no entanto, ela praticamente desaparece de toda a documentação oficial produzida ao longo dos anos e está ainda por solucionar nos nossos dias.

Tal como ficou descrito ao longo deste capítulo, o empenhamento de forças militares portuguesas em operações além-fronteiras levantava um série de problemas que iam muito além da vontade política demonstrada pelas autoridades portuguesas de quererem organizar, equipar e treinar essas mesmas forças. Em finais da década de 1950, graças ao auxílio externo, já muito tinha sido alcançado em termos de organização das forças a afetar à NATO enquanto que, pela insuficiência desse mesmo auxílio, a organização das forças destinadas à defesa da península não evoluiu para além do planeamento teórico.

⁶⁸⁸ ADN/F1/29/124/8.

⁶⁸⁹ Idem, ibidem.

⁶⁹⁰ Idem, ibidem.

3. 1959 – A guerra fria ameaçava tornar-se morna.

Como tivemos oportunidade de descrever ao longo dos capítulos anteriores, o planeamento de defesa desenvolvido entre 1945 e 1959 foi marcado por inflexões de rumo que obrigaram a frequentes reajustamentos dos objetivos traçados pelas autoridades políticas e militares portuguesas. Definidos com maior ou menor realismo, esses objetivos tiveram diferentes níveis de concretização que importa agora descrever e aclarar de acordo com o seguinte critério: objetivos de forças no final da década, esforços desenvolvidos e objetivos alcançados e, por fim, deficiências existentes.

De acordo com a posição oficial defendida pelas autoridades portuguesas junto da NATO, em finais da década de 1950 a política militar portuguesa obedecia a três diretrizes que, no seu conjunto, concorriam para a defesa de Portugal: a colaboração militar com a NATO para a defesa da Europa ocidental; a cooperação militar com a Espanha para a defesa da Península Ibérica e, a manutenção de integridade territorial e da segurança nas províncias portuguesas do ultramar.⁶⁹¹ Em face destas intenções, os objetivos de forças estabelecidos para os três ramos das Forças Armadas portuguesas eram os seguintes:⁶⁹²

- Forças terrestres: 1 divisão de infantaria (de 2º escalão) com elementos de apoio de combate e de serviços para o SHAPE; 1 Corpo de Exército (CE) formado por 2 ou 3 divisões para cooperação com forças militares espanholas na defesa da Península nos Pirenéus; 16 destacamentos de defesa interna para a defesa do continente e ilhas e, 1 divisão de infantaria de reserva para empenhamento no ultramar;
- Forças navais: 10 escoltas oceânicos (6 para o SACLANT), 14 patrulhas costeiras, 4 draga-minas oceânicos, 12 draga-minas costeiras, 2 avisos de 1ª classe, 4 avisos de 2ª classe e 3 submarinos (entre outros navios de apoio de menor importância);
- Forças aéreas: 4 Esquadras IDF para a defesa do continente português, 1 Esquadra IDF para a defesa dos Açores, 2 Esquadras de luta A/S para o SACLANT, 4 aviões de transporte, 4 aviões de reconhecimento meteorológico, 6 Esquadras de deteção e controlo (4 para a defesa aérea do continente, 2 para a defesa aérea dos Açores).⁶⁹³

⁶⁹¹ ADN/SGDN/6075/1

⁶⁹² Idem.

⁶⁹³ IDF – Caça diurno

Como pode verificar-se, os objetivos continuam a ser ambiciosos e, pelo menos no que diz respeito às forças terrestres, irrealizáveis. No entanto, esforço levado a cabo pelas autoridades nacionais com vista à edificação de uma capacidade militar moderna é, como julgamos ter ficado demonstrado, muito significativo e acabaria por dar os seus frutos.

Na década que se segue à adesão de Portugal à NATO, o Governo português vai tentar por todos os meios obter o equipamento necessário à formação das diferentes unidades de forças terrestres tendo conseguido, com o auxílio do MDAP, equipar 1 divisão de infantaria e algumas unidades de apoio para integração no dispositivo de defesa da NATO. Ao mesmo tempo, intensificou-se e apurou-se a formação do pessoal dos quadros permanentes e de complemento necessário à constituição daquelas unidades. Cresceu o número de exercícios de *Posto de Comando* para imersão dos quadros na nova realidade operacional e dedicou-se especial atenção à instrução geral e operacional das unidades mobilizadoras de forças destinadas ao SHAPE.⁶⁹⁴

Deste modo, os compromissos assumidos por Portugal perante a NATO vão gradualmente sendo cumpridos, relegando para segundo plano a preparação das unidades para a defesa conjunta da Península e para a defesa interna do território, bem como a organização da divisão de reserva para atuação nas províncias ultramarinas. Relativamente a esta última unidade, o relatório apresentado pelo Secretariado General da Defesa Nacional (SGDN) ao CEMGFA, general Beleza Ferraz, refere claramente que, em 1959, não tinham ainda sido desenvolvidos quaisquer trabalhos com vista à sua organização interrogando-se mesmo os autores do relatório se a capacidade de mobilização de forças à data existente no País (sobretudo de graduados) seria suficiente para concretizar tão vastas aspirações. Em sua opinião essa capacidade não existia e, como tal, a organização da divisão de reserva devia ser posta de lado.⁶⁹⁵

No que respeita às forças navais, com um significativo investimento financeiro nacional e a cedência de meios pelos EUA, conseguiu-se alcançar uma parte significativa dos objetivos de forças constantes dos planos da NATO. Gradualmente foi implementado um plano nacional anual de treino das forças navais que compreendia quatro períodos de exercícios a realizar ora com os navios atracados nos respetivos portos, ora no mar com a

⁶⁹⁴ Para uma visão de conjunto sobre estas questões veja-se Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos. Veja-se também _____, (1988), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50: Os Compromissos com a OTAN*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

⁶⁹⁵ ADN/SGDN/6075/1.

colaboração dos meios aéreos de luta A/S pertencentes à Força Aérea. Em 1958, numa escala nunca tentada são convocados para participar nos exercícios navais 400 reservistas e nesse mesmo ano, seguindo a solução adotada pelo Exército para a formação dos oficiais milicianos, arrancam os cursos de preparação de oficiais da *Reserva Naval*.⁶⁹⁶ A formação e treino dos quadros da Marinha de guerra portuguesa desenvolveu-se também no estrangeiro quer pela frequência de cursos de especialização, quer pela participação de meios navais portugueses em exercícios conjuntos da NATO.

Mudando de Ramo, as realizações conseguidas no campo da Aeronáutica Militar não podem, também, ser ignoradas. No final da década de 1950 a Força Aérea portuguesa, ramo mais recente das Forças Armadas, dispõe já de 4 Esquadras de aviões para a defesa territorial (2 Esquadras de aviões F84G e 2 Esquadras equipadas com aparelhos F86F) e 2 Esquadras (24 aparelhos) de aviões PV2 apetrechados para a luta A/S.

Pela necessidade de constante aperfeiçoamento técnico, a formação do pessoal pertencente à Força Aérea merece, desde a sua autonomização no seio das Forças Armadas, especial cuidado das autoridades militares mas também do próprio Governo. Desenvolvem-se programas de instrução e treino intensos, promove-se a formação de especialistas no estrangeiro (sobretudo nos EUA) e aproveitam-se todas as oportunidades para participar em exercícios conjuntos com outras forças aéreas aliadas.

Além da formação do pessoal, desenvolveu-se também a capacidade nacional de manutenção do material que equipava a Força Aérea. Com o apoio dos decisores políticos, instalam-se novas infraestruturas ao mesmo tempo que se aperfeiçoam os escalões de manutenção de modo a, tanto quanto possível, evitarem-se excessivas dependências externas.

Diretamente relacionada com as operações de manutenção do material aeronáutico está a questão dos sobressalentes que se arrasta desde a criação do terceiro ramo das Forças Armadas mas que, no final da década, está em vias de resolução pelo estabelecimento de contratos com fornecedores estrangeiros para o fornecimento regular dos componentes necessários às operações de manutenção da frota aérea.

Como podemos verificar pelo que deixamos escrito nos parágrafos anteriores, no final da década de 1950 existe ainda algum desfasamento, mais importante numas áreas do noutras, entre os objetivos de defesa traçados pelas autoridades portuguesas e as realizações

⁶⁹⁶ Idem. pp.8.

alcançadas. Como vimos, muitas das deficiências existentes por altura da adesão de Portugal à NATO estão ainda por resolver, não por falta de empenhamento das autoridades nacionais mas porque a sua resolução está, em grande medida, dependente de vontades e apoios externos.

Relativamente às forças terrestres, uma década depois daquela data não tinham ainda sido constituídas algumas unidades de apoio de combate e serviços essenciais à atuação da Divisão SHAPE (em especial unidades de Engenharia) e previstas nos compromissos assumidos pelas autoridades nacionais junto da NATO. Frequentemente apontados pelos organismos da NATO no âmbito das Revisões Anuais (RA), existiam também problemas com material obsoleto ou não estandardizado em uso na Divisão portuguesa. De todos, o problema da substituição da artilharia inglesa de 11,4 e 14cm é o que mais reparos merece pela inexistência de sobressalentes que a permitissem manter operacional e também pelas dificuldades derivadas da necessidade de constituir reservas de munições de calibre diferente da dos restantes forças aliadas (10,5cm). Apesar de Portugal dispor de capacidade industrial instalada para a produção de quantidades significativas de munições de artilharia de calibre 10,5cm, por falta de disponibilidade financeira apenas se tinham entretanto produzido munições para catorze dias quando os critérios estabelecidos pela NATO previam a existência de reservas para 60 dias. Além disso, faltava obter o material de AAA necessário à defesa AA da Divisão e, em 1959, não tinham ainda sido fornecidos todos os carros de combate previstos na orgânica divisionária.⁶⁹⁷

No que respeita às forças previstas para a defesa da Península Ibérica, a sua organização e preparação está praticamente paralisada em finais dos anos cinquenta. Depois de alguns anos à espera do auxílio externo que permitisse constituir e equipar aquelas forças, as autoridades portuguesas constataam a necessidade de aferir das reais capacidades existentes no País para se continuar a manter aquele compromisso.

Como seria de esperar, também existiam problemas a afetar o processo de organização das forças destinadas à defesa interna do território português. Segundo o SGDN, o principal problema a resolver estava relacionado com a defesa AA. De acordo com os elementos do Secretariado, o dispositivo de AA existente em finais da década de 1950 era insuficiente para garantir uma eficaz cobertura territorial. Além disso, o material afeto aquele dispositivo estava ultrapassado em termos tecnológicos e nem com melhoramentos estaria

⁶⁹⁷ O Grupo de AAA pertencente à Divisão SHAPE estava por essa altura equipado com material pertencente à defesa territorial.

apto a desempenhar cabalmente a sua missão. Seria por isso necessário reformular todo o sistema de defesa AA e equipá-lo com mísseis, quer no continente quer nos Açores. De resolução urgente mas também extremamente dispendioso, o problema só poderia uma vez mais ser solucionado com uma «forte ajuda exterior» que só os EUA poderiam fornecer.⁶⁹⁸

Resumindo, em termos de forças terrestres, no final da década de 1950 estavam dependentes de substancial apoio externo a reorganização e re-equipamento da Divisão SHAPE; o completamento das suas unidades orgânicas de apoio de combate e serviços; a substituição da artilharia AA de apoio à Divisão e a remodelação e modernização do dispositivo de defesa AA territorial. Além disso, teriam que ser estudadas à luz da nova conjuntura militar portuguesa, a constituição das forças destinadas à defesa interna do território; as possibilidades de organização das forças para a defesa conjunta dos Pirenéus e, com uma urgência cada vez mais evidente, a organização e preparação das forças do ultramar.

As deficiências a colmatar em termos de forças navais eram também de vária ordem podendo ser resumidas da seguinte forma: obtenção dos meios navais em falta para o total cumprimento dos objetivos fixados perante a NATO; modernização da frota naval existente e, incremento do número de meios navais necessários às ações de defesa não relacionadas com a NATO (nacionais).

Relativamente às forças aéreas, logo nos primeiros anos dos anos sessenta teria que ser resolvido o problema da obsolescência do material aeronáutico existente; da escassez de meios suficientes para a constituição da totalidade das unidades previstas e, também, a do apetrechamento das aeronaves existentes com armas modernas para o combate ar-ar. Adicionalmente, ter-se-ia que dar continuidade ao processo de substituição dos meios de luta A/S que então decorria e, não menos importante, procurar constituir as reservas de material, sobressalentes e munições apontados como operacionalmente determinantes pela NATO.

Como pode comprovar-se pela documentação oficial consultada, e aqui sucintamente descrita, em finais dos anos cinquenta não existe equilíbrio possível entre a capacidade militar existente no País e os objetivos traçados pelas autoridades nacionais em face da necessidade de garantir a defesa interna do País e o cumprimento dos compromissos decorrentes das relações de aliança estabelecidas pelo Estado português.

⁶⁹⁸ ADN/SGDN/6075/1

Como refere o ministro da Defesa, general Botelho Moniz, em janeiro de 1959 Portugal tinha além da incontornável necessidade de defesa interna do continente e ilhas adjacentes, compromissos de defesa com a NATO com vista à defesa da Europa ocidental; com a Espanha para a defesa da Península Ibérica nos Pirenéus e, com a Bélgica para a defesa do Baixo Congo.⁶⁹⁹ Além disso, Portugal tinha também que assegurar a defesa das províncias ultramarinas, com territórios dispersos por África, Ásia e Oceânia. Ora, como deixa claro Botelho Moniz, «essa dispersão de esforços para um país pequeno, sem indústria de guerra importante, coloca-o sempre na dependência dos aliados para conseguir o desenvolvimento harmónico das [suas] forças militares». Com realismo conclui «(...) este esforço está fora das nossas possibilidades».⁷⁰⁰

Efetivamente, a situação económica do País não permitia despender as avultadas somas necessárias à organização e sustentação simultânea de tamanho aparelho militar. Haveria que ponderar adequadamente o rumo a seguir e, como fica claro no texto de Botelho Moniz que temos vindo a citar, orientar esforços no sentido de resolver o problema que mais preocupava as autoridades civis e militares às portas da década de 1960 - a defesa do ultramar português.

Segundo a análise efetuada pelo ministro da Defesa, Angola era a província que mais problemas de defesa levantava no entanto, tanto Moçambique como a Guiné portuguesa, iriam também exigir em breve um acréscimo do esforço de defesa. A limitada disponibilidade financeira nacional para fazer face às novas necessidades de defesa torna-se evidente na constatação de Botelho Moniz «(...) somente na Índia portuguesa despendemos 300 mil contos anuais, o que absorve muitas das nossas disponibilidades.»⁷⁰¹

Como fica claro, a organização das forças militares portuguesas para a defesa da Europa ocidental e para a defesa da Península Ibérica nos Pirenéus é relegada para segundo plano em face da necessidade de promover a remodelação da defesa das províncias ultramarinas portuguesas e o reforço das forças militares aí existentes.

Nas palavras de Botelho Moniz, esta era a forma de «fazer face aos perigos das infiltrações e das outras ações de guerra fria que por vezes poderá ser morna». Assim, haveria que encontrar a forma de organização e o equipamento mais adequado para fazer face a uma guerra «fluida e de guerrilhas». Em face da desproporção existente entre os meios existentes e a vastidão dos territórios a defender, haveria que tornar «móveis e flexíveis os

⁶⁹⁹ AOS/CO/NE/17/2

⁷⁰⁰ Idem, *ibidem*.

⁷⁰¹ Idem.

dispositivos de defesa» pois só assim se poderiam acautelar as situações imprevistas que pudessem surgir.

Desta forma simples e objetiva ficavam traçados os objetivos da política de defesa nacional que iriam perdurar na década e meia seguinte.

CONCLUSÃO

Como se procurou demonstrar, o planeamento de defesa efetuado em Portugal nos anos de 1945 a 1959 assumiu um grau de complexidade elevado, tendo sido significativamente condicionado pelos compromissos decorrentes das alianças políticas e militares assumidas pelas autoridades nacionais, antes e durante o período temporal objeto do nosso estudo.

Os primeiros quinze anos do segundo pós guerra são tempos difíceis para os países da Europa ocidental. São tempos de reconstrução e recuperação económica mas também de luta por um ambiente securitário que garanta as condições necessárias à recuperação da prosperidade perdida.

Como seria de esperar, a ordem mundial que se estabelece nos anos que se seguem ao fim da Segunda Guerra Mundial é muito diferente daquela existente em épocas anteriores ao conflito. Os combates entre os exércitos tinham cessado mas a tão almejada paz estava longe de ter sido alcançada. A braços com a reconstrução dos seus países, os Governos europeus são confrontados com preocupantes sinais expansionistas vindos da União Soviética. Gradualmente, as ações de imposição da hegemonia política e militar lançadas pela URSS sobre os restantes países de Leste fazem despertar os piores receios dos governantes ocidentais que passam a encarar aquelas ações como uma ameaça concreta à estabilidade securitária e à integridade territorial dos seus países.

O novo ambiente securitário do segundo pós guerra surge assim pleno de desafios e de dificuldades a superar. Dois anos volvidos desde o fim da II Guerra Mundial a Europa está já dividida em dois blocos antagónicos liderados pelos EUA e pela URSS que lutam pela disseminação de dois sistemas políticos, económicos e sociais completamente antagónicos. A partir de 1947 vivem-se os anos da Guerra Fria e a Europa central passa a ser o palco principal da tensão Leste-Oeste. As condições políticas à data existentes, conjugadas com a situação económica, social e ideológica das nações, ligadas entre si por uma intrincada teia de alianças e de interesses diversos, deixavam antever um cenário de guerra entre blocos e coligações que rapidamente se estenderia a todo o globo. Conscientes desta realidade, as autoridades portuguesas não podiam descartar a possibilidade de Portugal poder vir a ter que lidar diretamente com uma ameaça vinda de Leste que colocasse em risco a segurança e a territorialidade da Nação.

É sabido como a segurança ocupa um lugar de destaque nos interesses nacionais e como ela constitui uma responsabilidade inalienável do Estado que ele assume mediante a criação das condições de defesa militar necessárias à sua manutenção. Num cenário de crescente crispação internacional, as autoridades portuguesas não podiam conscientemente deixar de atuar no sentido da criação dessas condições. A inação implicaria certamente a concessão de vantagens ao exterior e uma inevitável diminuição da capacidade de defesa do País.

O período temporal compreendido entre 1945 e 1959 foi assim marcado, no que à Defesa Nacional diz respeito, pela existência de um sem número de condicionalismos de ordem interna mas, sobretudo de ordem externa. Com acordos firmados em primeiro lugar com a Espanha e, mais tarde, com os Estados Unidos da América e a Organização do Tratado do Atlântico Norte, as autoridades nacionais vão ao longo destes quinze anos que foram objeto do nosso estudo, procurar concretizar um complexo planeamento de defesa que, por assentar em objetivos políticos irrealistas, poucas hipóteses tinha de vingar.

Assim, o estudo que levamos a cabo sobre o planeamento de defesa efetuado em Portugal nos anos de 1945 a 1959, permitiu-nos constatar a existência de dois períodos temporais em que a influência dos compromissos externos se faz sentir de forma diversa e as opções de defesa e militares adotadas pelas autoridades nacionais são substancialmente distintas.

No primeiro período, que situamos entre o final da Segunda Guerra Mundial e a adesão de Portugal à NATO prevalece ainda oficialmente uma conceção de defesa do País que assenta nos pressupostos estabelecidos em 1935 e que tem como principal premissa a existência de um megalómano e desproporcionado exército de massas. Como na década anterior, procuram-se criar as condições necessárias à defesa terrestre do território continental português evitando a todo o custo a excessiva dependência do auxílio militar externo bem como a ingerência estrangeira nas questões da Defesa Nacional.

Nos primeiros anos do segundo pós-guerra o Exército continua a ser o principal ramo das Forças Armadas portuguesas, a sua organização reproduz ainda as disposições da reorganização de 1937 existindo dois tipos de forças terrestres (metropolitanas e coloniais) tuteladas por diferentes ministérios. O plano de rearmamento iniciado na segunda metade da década de 1930 continua válido faltando no entanto completar a sua terceira fase, a fase que elevaria o potencial do Exército para 15 Divisões. Assim, e apesar de todo o investimento efetuado na década anterior, o Exército continua a não ter qualquer capacidade para garantir a defesa e a integridade do território metropolitano português. Abundam os meios humanos

mas o País continua a não dispor de quantidade suficiente de meios para armar e equipar o dispositivo de forças existente. Sem grandes saltos qualitativos, o ritmo de entrega de equipamentos ao Exército cresce na segunda metade da década de 1940 com a ajuda dos EUA e da Inglaterra no entanto, em termos práticos apenas se conseguem equipar três Divisões de infantaria de linha para missões de defesa interna do território e eventual empenhamento nas colónias. A Aeronáutica Militar que em 1945 era uma força de características muito reduzidas e equipada com aparelhos obsoletos, em 1949 dispõe já de aviões suficientes para constituir 13 Esquadrilhas. No mesmo período, a Marinha continua a ter a mesma constituição herdada da primeira metade da década de 1920, tem um efetivo de pouco superior a 7500 homens e tem os seus navios concentrados quase exclusivamente em Lisboa. No entanto, nos anos que medeiam entre o final da II Guerra Mundial e a adesão de Portugal à NATO, a Marinha beneficia de uma significativa modernização dos seus meios navais e das infraestruturas existentes. A situação da Aeronáutica Naval não sofre alterações significativas entrando-se mesmo num período de alguma estagnação. A força existe apenas no território continental e a sua frota resume-se a alguns aparelhos de treino e observação, alguns hidroaviões sem valor ofensivo e uma Esquadrilha de ataque criada após o acordo dos Açores de 1943.

Durante este período as relações luso-britânicas esmorecem em face da impossibilidade demonstrada pelas autoridades britânicas de continuar a apoiar económica e militarmente o velho aliado. Com o passar do tempo torna-se evidente que a capacidade de influência internacional da Grã-Bretanha vai enfraquecendo e que, em breve, os EUA ocupariam o seu lugar. Nesta nova conjuntura a Inglaterra mostra-se incapaz de continuar a fornecer o armamento necessário à conclusão do rearmamento do Exército e a necessidade de Portugal encetar uma aproximação à nova potência revela-se uma realidade difícil de contornar. Temendo a proximidade de um novo conflito, não restava outra solução às autoridades portuguesas que não fosse a da reorientação das estratégias da política externa portuguesa e a rápida aproximação aos EUA. No novo mundo bipolar Portugal promove a aproximação à nova potência marítima com o intuito de obter garantias de segurança contra a nova ameaça continental enquanto as autoridades norte-americanas procuram garantir o acesso a bases avançadas que permitam projetar o seu poder militar em caso de concretização dessa mesma ameaça.

Relativamente à Espanha, o relacionamento entre os dois países ibéricos é condicionado pela evolução da conjuntura internacional e revela, nos dois primeiros anos do

pós-guerra, períodos de perceptível amizade e entendimento mas também de perfeito alheamento. Oficialmente, os vizinhos ibéricos continuavam obrigados uma amizade ditada pelo pacto político-militar firmado em 1939, no entanto, a histórica desconfiança portuguesa relativamente ao seu poderoso vizinho, claramente constatável nos diversos planos de defesa elaborados em Portugal até finais da década de 1940, tarda em desaparecer. A partir de 1947 a Guerra Fria instala-se definitivamente favorecendo a gradual reabilitação internacional da Espanha e o progressivo reatamento das relações luso-espanholas sem que, como ficaria provado pelas dificuldades levantadas pela Espanha durante o processo de adesão de Portugal à Aliança Atlântica, se possa falar de completo e desinteressado entendimento.

Em termos de planeamento de defesa este é um período durante o qual não se vislumbram significativos condicionamentos derivados de compromissos políticos ou militares externos. No entanto, é já possível constatar a existência de algumas circunstâncias que revelavam o início do processo de condicionamento da ação das autoridades portuguesas que viria a marcar a década de 1950. Referimo-nos em primeiro lugar à indisponibilidade demonstrada pela Grã-Bretanha para continuara a suportar o rearmamento do Exército português. Sendo certo que esta decisão não condiciona o planeamento de defesa propriamente dito, já que estava estabelecido desde 1935, ela afeta de forma significativa a materialização do mais importante objetivo previsto nesse planeamento e coloca pela primeira vez Portugal numa posição de dependência em relação aos Estados Unidos da América.

A segunda circunstância que pretendemos destacar é a ação obstaculizadora desenvolvida pela diplomacia espanhola durante todo o processo de adesão de Portugal à NATO. As autoridades de Madrid insurgem-se desde o início das negociações para a integração de Portugal na Aliança Atlântica, contra o que consideravam constituir um incumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Pacto Ibérico e tentam condicionar a ação da diplomacia portuguesa por considerarem que a adesão de Portugal aquela Aliança acarretava perigos imprevisíveis para a segurança da Península Ibérica e, em particular, para a Espanha que em caso de conflito se veria impossibilitada de obter o auxílio que Portugal facilmente conseguiria junto dos futuros aliados.

As autoridades portuguesas tinham um diferente entendimento desta problemática. Reafirmando a cada passo o seu comprometimento com o Pacto Ibérico, Portugal defenderá sempre a inclusão da Espanha no sistema defensivo da Europa ocidental acabando o Governo português, numa ação que acabaria por obstar a uma integração plena na nova

organização ao longo da década de 1950, por fazer depender a cedência de forças militares nacionais para o dispositivo da NATO da obtenção, no âmbito da Aliança, de uma solução para a defesa da Península Ibéria como um todo geográfico e estratégico.

O condicionamento externo da ação das autoridades portuguesas em termos de planeamento de defesa e militar é bastante mais acentuado a partir de 1949, ano em que Portugal assume o estatuto de membro de pleno direito da NATO e no qual situamos o início do segundo período evolutivo que gostaríamos de realçar.

Não sendo Portugal um país detentor de significativo poderio militar ou de grande capacidade de influencia internacional, às autoridades nacionais pouco mais restaria do que promover um inevitável e progressivo ajustamento às novas circunstâncias externas. Ao longo da década de 1950 as relações externas do Estado português e em especial as suas relações de aliança, acabariam por determinar grande parte das condições e possibilidades da política de defesa nacional de tal forma que, em nossa opinião, no final daquele período temporal o exercício da soberania dificilmente poderia ser garantido com meios próprios.

O condicionamento da ação no campo do planeamento de defesa derivado das relações de aliança não é imediato. Ele surge gradualmente como resultado da adesão de Portugal à Aliança Atlântica tornando-se mais visível a partir de 1952.

A adesão de Portugal à NATO impulsiona uma profunda alteração das prioridades anteriormente atribuídas às tradicionais vertentes da política de defesa portuguesa. Por força das circunstâncias, a fronteira da defesa do país desloca-se para os Pireneus levando a que, pela primeira vez em séculos de história, as autoridades militares portuguesas abandonem a dedicação quase exclusiva que tinham dispensado ao planeamento da defesa terrestre do território continental contra o tradicional inimigo espanhol. Com a adesão à NATO fechava-se definitivamente o ciclo evolutivo da política de Defesa Nacional que vinha sendo seguido desde finais da Segunda Grande Guerra e que deixava perceber uma clara intenção do poder político querer promover a integração de Portugal numa aliança anticomunista que, favorecendo a aceitação internacional do regime, garantisse proteção contra uma ameaça militar que, em face do reduzido aparelho militar português, apenas podia ser travada em união de esforços com outras nações.

Portugal era agora membro de pleno direito da mais importante aliança defensiva alguma vez criada e como tal podia aspirar vir a beneficiar do chapéu protetor do maior aparelho militar jamais organizado á escala mundial. Contudo, esta nova relação de aliança estabelecida pelo Estado português acarretava também obrigações que, juntamente com as

decorrentes dos compromissos assumidos com a Espanha e os EUA, iriam à partida condicionar a definição da política de defesa nacional e, conseqüentemente, a concretização do planeamento de defesa que em função dela se pretendia executar ao longo da década de 1950.

O condicionamento derivado das relações de aliança estabelecidas pelo Estado português vai fazer-se sentir, no que ao planeamento de defesa diz respeito, a dois níveis. Em primeiro lugar na forma como são definidos, e gradualmente alterados, alguns dos objetivos de forças para satisfação das necessidades de defesa própria e cumprimento dos compromissos externos. Em segundo lugar no modo como acabam, ou não, por ser efetivamente organizadas e equipadas essas mesmas forças.

Como vimos, o planeamento de defesa lida, entre outras questões, com o estabelecimento e a manutenção ao longo do tempo de forças armadas que possam estar disponíveis no momento em que a sua atuação venha a revelar-se necessária. Por isso é importante que esse planeamento seja estabelecido com base em objetivos, que com realismo, se prevejam materializáveis no futuro. Ora, nos dois primeiros anos que se seguem à criação da Aliança Atlântica os objetivos de defesa traçados pelas autoridades portuguesas, e em especial por Santos Costa, continuam a ser não só ambiciosos como também utópicos e desajustados em face das reais capacidades económicas do País. Além disso revelam desconhecimento em relação à evolução que se tinha operado nos conceitos de emprego de forças desde finais da segunda Guerra Mundial e, pelo menos inicialmente, uma deficiente avaliação do valor relativo a atribuir às diferentes alianças estabelecidas pelo Estado português bem como das reais implicações dos compromissos militares assumidos no âmbito dessas mesmas alianças.

Nos primeiros anos de vida da Aliança Atlântica as autoridades portuguesas continuam a centrar atenções e a canalizar todos os esforços e meios disponíveis para a organização das forças terrestres, procurando desta forma tirar partido daquilo que em Portugal se considerava ser uma mais-valia em relação à grande maioria dos países europeus – a abundância de meios humanos militarmente instruídos. Empenhados na concretização do principal objetivo que tinha levado à aceitação do convite para adesão à NATO – a conclusão da terceira fase do rearmamento do Exército – as autoridades nacionais insistem na necessidade de organizar e equipar as 15 Divisões previstas no plano de 1935. Mas, como em tantas outras questões da atividade do Estado, à concretização favorável dos objetivos

traçados opõem-se quase sempre contingências e condicionamentos de natureza diversa que tendem a conduzir a desfechos muito diferentes daqueles inicialmente previstos.

Membro fundador da Aliança Atlântica e com acordos de defesa estabelecidos com a Espanha e os EUA, as autoridades políticas e militares nacionais tinham diante de si no início dos anos cinquenta a difícil tarefa de procurar alcançar um equilíbrio de forças que permitisse atender adequadamente às necessidades nacionais de defesa privativa mas também à apropriada integração das forças militares portuguesas na defesa conjunta quer da Península Ibérica quer da Europa ocidental.

Alheados dos condicionalismos impostos por uma realidade nunca antes vivida em Portugal, e sem que se tivessem operado mudanças significativas nos meios disponíveis para equipar as forças militares existentes no País, as autoridades nacionais insistem na adoção de um programa de escalonamento múltiplo das forças disponíveis que, no curto espaço de dois anos, viria a revelar-se totalmente inalcançável nos moldes inflacionados em que fora idealizado. Assim, apesar da escassez de recursos considera-se ser possível organizar e sustentar em simultâneo forças (terrestres, navais e aéreas) para garantir a contribuição portuguesa para a defesa da Europa ocidental; defesa da Península Ibérica a partir da linha dos Pirenéus e, forças para a defesa interna do território continental português e ilhas adjacentes dos Açores e da Madeira.

Este escalonamento múltiplo das forças militares que as autoridades nacionais se vêm compelidas a equacionar, consubstancia o que optámos por denominar de condicionamento geral do planeamento de defesa estabelecido para a década de 1950 e é apenas o aspeto mais facilmente percecionável de um mais vasto conjunto de condicionalismos externos a que esteve sujeita a ação das autoridades portuguesas.

Na década de 1950 a mudança de rumo no planeamento de defesa português deriva, no essencial, da adesão de Portugal à NATO e começa a operar-se decorridos escassos sete meses da assinatura do Tratado quando as autoridades de Lisboa são chamadas pela primeira vez a expor perante aquela organização os objetivos nacionais de defesa e a declarar oficialmente o volume de forças militares a afetar por Portugal à defesa comum da Europa ocidental. As novas circunstâncias exigem uma rápida adaptação a um ritmo de tomada de decisão e de planeamento totalmente diferentes da realidade portuguesa. Habitadas ao ritmo pausado típico do Estado Novo, as autoridades portuguesas vêm-se subitamente forçadas a abandonar a também típica reação de improviso presente em tantos momentos da história nacional. Inevitavelmente, este não é um processo isento de conflitos. Não só existe uma

discrepância entre os objetivos políticos internos do regime e os objetivos de forças a alcançar como também existe um claro desfasamento entre as necessidades estratégicas da NATO e os objetivos estratégicos específicos das autoridades portuguesas.

A ação condicionadora das conceções NATO está assim presente desde o início do relacionamento das autoridades portuguesas com os novos parceiros de aliança e começa por ser visível em questões tão simples como os métodos e dinâmicas de trabalho. No entanto, estes não serão os aspetos mais importantes dessa ação. A NATO vai ser a principal responsável pela revisão em baixa dos objetivos de forças militares traçados pelas autoridades de Lisboa bem como pela assunção de compromissos muito mais realistas e, portanto, menos ambiciosos ao longo da primeira metade da década de 1950. Além disso, a ação dos organismos da NATO vai revelar-se também fulcral para a adoção de uma tipologia de forças mais moderna e condizente com as exigências das modernas formas de fazer a guerra.

No entanto, o condicionamento da ação das autoridades nacionais no âmbito do planeamento de defesa não se esgota nas questões derivadas diretamente da adesão de Portugal à NATO.

Nos anos cinquenta as autoridades portuguesas continuam, como se viu, profundamente empenhadas no cumprimento dos compromissos militares decorrentes do Pacto Ibérico e esse empenhamento tinha inevitáveis reflexos no planeamento de defesa. Apesar do esfriamento de relações que tinha marcado os últimos anos década de 1940, em momento algum o Governo português deixou de considerar a Espanha como um elemento indispensável ao sistema de alianças pensado para o segundo pós-guerra e, por isso, convidado para fazer parte do restrito grupo fundador da NATO, Portugal não deixará nunca de insistir, embora com poucos resultados práticos, na conveniência da Espanha integrar o sistema de defesa ocidental.

O não envolvimento deliberado da Espanha no planeamento de defesa da NATO acarretava graves problemas de segurança para Portugal sendo por isso importante promover o aprofundamento da colaboração militar entre os dois países ibéricos com vista à defesa conjunta da Península Ibérica a partir da linha dos Pirenéus. Esta é, como julgamos ter ficado demonstrado, uma questão à qual as autoridades políticas e militares portuguesas dedicam especial atenção e prioridade sem que, no entanto, ela receba das autoridades do País vizinho igual proporção de empenhamento.

Ao longo de grande parte da década de 1950, o planeamento de defesa português prevê a afetação de uma parcela de recursos militares nacionais à defesa dos Pirenéus muito superior à disponibilizada para a defesa conjunta da Europa ocidental ou sequer equacionada para a defesa interna do País sem que, no entanto, tal circunstância favorecesse uma maior abertura das autoridades espanholas nas conversações bilaterais relacionadas com a defesa conjunta da Península ou algum tipo de demonstração de reconhecimento pelo esforço que Portugal estava disposto a fazer. Como julgamos ter ficado demonstrado, o condicionamento da ação das autoridades portuguesas foi uma constante já que grande parte das iniciativas por elas promovidas com vista ao esclarecimento de questões vitais para a organização das forças portuguesas para a defesa dos Pirenéus, esbarraram quase sempre em algum torpor e displicência das autoridades espanholas, mais evidentes a partir do acordo firmado entre a Espanha e os EUA em 1953.

Como ficou evidenciado, em termos gerais o planeamento de defesa idealizado pelas autoridades portuguesas para a década de 1950 está sujeito a condicionamentos substancialmente diferentes daqueles enfrentados em planeamentos anteriores no entanto, não podemos deixar de constatar a existência de algum paralelismo entre a situação vivida antes da adesão de Portugal à NATO e aquela da segunda metade da década de 1950. Referimo-nos em concreto ao facto de a concretização dos objetivos previstos no planeamento de defesa português estar dependente de um forte auxílio externo. Se até 1947 se procurava por todos os meios convencer as autoridades britânicas a fornecerem o equipamento necessário à concretização da última fase do plano de rearmamento previsto no planeamento de defesa desde o início da segunda metade da década de 1930, em finais anos cinquenta a concretização do planeamento de defesa está totalmente dependente do fornecimento pelas autoridades norte-americanas de importantes quantidades de equipamento militar.

Desta forma, grande parte do planeamento de defesa português da década de 1950 não passa de um modelo teórico que dificilmente poderia passar, como aspirava Santos Costa, ao «domínio das realidades práticas» dependente que estava à partida da obtenção de recursos que exigiam a mobilização de vontades para a concretização de objetivos tantas vezes inconciliáveis. Ainda assim, e graças ao auxílio externo, às portas da década de 1960 já muito tinha sido alcançado em termos de forças a afetar à NATO.

Nesta década, que foi a primeira em ambiente de Guerra Fria, as questões militares interferem diretamente na atividade diplomática por isso, o planejamento de defesa reflete mais uma necessidade de gestão das relações de aliança e de afirmação internacional do regime do que propriamente qualquer necessidade de defesa contra uma ameaça militar externa.

FONTES

ARQUIVOS

Arquivo da Defesa Nacional – Lisboa

Fundo do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional.

SR. 29 – Acordo Luso-Espanhol: defesa da Península Ibérica, 1950 – 1973

SR. 30 - Pacto Atlântico, 1949 – 1973.

SR. 31 - Negociações Luso-americanas, 1950 – 1960

SR. 32 - Plano Suplementar de Defesa, 1950 – 1954

SR. 33 - Preparação dos Meios de Defesa, 1950 – 1966

SR. 37 – Cursos e estágios, 1950 – 1973

Fundo do Secretariado Geral da Defesa Nacional

Arquivo Histórico Militar

FO 06 - Repartição de Gabinete do Ministro da Guerra / Exército

F15 – Fundo particular Pinto Lelo

F26 - Fundo particular Miranda Cabral

FO 29 - 3ª Repartição/EME

FO 32 - 2ª Repartição/EME

Instituto do Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT)

Arquivo Oliveira Salazar

ANTT / AOS / CO / GR-4

Arquivo Militar General de Ávila – Espanha

Fundo «Sistema defensivo del Pirineo»

National Archives – Londres

Fundo Foreign Office.

FO 371/89456 ; FO 371/153098; FO 371/144816; FO 371/136531;

FO371/130238; FO 371/124059; FO 371/112972; FO 371/107630;

FO 371/96129; FO 371/79627; FO 371/67855.

Fundo Cabinet Office

CAB 21/1800; CAB 129/25.

LEGISLAÇÃO

LEI n.º 1998/44. D.R. ... Série de 15 de maio de 1944.
D.L. n.º 35108, de 7 de novembro de 1945.
Lei n.º 2011. D.R. n.º 70, Série I de 02 de abril de 1946.
D.L. n.º 36448, 01/08/1947 (Luta contra a mendicidade);
D.L. n.º 36450, 02/08/1947 (Luta contra a lepra);
Lei n.º 2036, 09/08/1949 (Luta contra as doenças contagiosas);
Lei n.º 2044, 20/07/1950 (Luta contra a tuberculose);
Lei n.º 1961. D.R. n.º 204, Série I de 1937-09-01
Lei n.º 2020. D.R. n.º 63, Série I de 1947-03-19
Lei n.º 2024. D.R. n.º 124, Série I de 1947-05-31
Lei n.º 2050. D.R. n.º 270, Série I de 1951-12-27
Lei n.º 2051. D.R. n.º 10, Série I de 1952-01-15
Lei n.º 2084. D.R. n.º 172, Série I de 1956-08-16
Lei n.º 1906. D.R. n.º 116, Série I de 1935-05-22
Decreto n.º 4451. D.R. n.º 138, Série I de 1918-06-24
Decreto n.º 9720. D.R. n.º 114, Série I de 1924-05-23
Decreto n.º 15555. D.R. n.º 129, Série I de 1928-06-07
Decreto n.º 18218. D.R. n.º 88, Série I de 1930-04-16
Decreto n.º 26148. D.R. n.º 291, Série I de 1935-12-14
Decreto-Lei n.º 37909. D.R. n.º 152, Série I de 1950-08-01
Decreto-Lei n.º 37956. D.R. n.º 178, Série I de 1950-09-09
Decreto-Lei n.º 39316. D.R. n.º 176, Série I de 1953-08-14
Decreto-Lei n.º 40949. D.R. n.º 282, Série I de 1956-12-28
Decreto-Lei n.º 40950. D.R. n.º 282, Série I de 1956-12-28
Decreto-Lei n.º 41057. D.R. n.º 80, Série I de 1957-04-08
Decreto-Lei n.º 41559. D.R. n.º 54, Série I de 1958-03-15
Decreto-Lei n.º 41559. D.R. n.º 54, Série I de 1958-03-15
Decreto-Lei n.º 41577. D.R. n.º 69, Série I de 1958-04-02
Decreto-Lei n.º 40013. D.R. n.º 292, Série I de 1954-12-31
Decreto-Lei n.º 41194. D.R. n.º 164, Série I de 1957-07-20
Decreto-Lei n.º 41825. D.R. n.º 177, Série I de 13 de agosto de 1958.

BIBLIOGRAFIA

- _____, (1966), *A Marinha nos últimos 40 anos, 1926-1966*, Lisboa, Ministério da Marinha.
- _____, (1987), *Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926 – 1959*, Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 127.
- _____, (1988), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50: Os Compromissos com a OTAN*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.
- _____, (1983) *Trinta anos de contribuição do Exército Português para a OTAN. Grandes unidades 1953-1983*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.
- A.A. Kokoshin, (1998), *Soviet Strategic Thought, 1917-91*, Cambridge, The MIT Press.
- AAVV., (1999), *Portugal e os 50 Anos da Aliança Atlântica 1949-1999*, Lisboa Ministério da Defesa Nacional.
- AAVV., (1987), *O Estado Novo Das Origens ao Fim da Autarcia*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Almeida, João Marques de, Rui Ramos, (Coord.), (2008), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos-IDN.
- Almeida, Pedro Tavares de, Tiago Pires Marques (Coord.), (2006), *Lei e Ordem – Justiça Penal, Criminalidade e Policia – Séculos XIX e XX*, Lisboa Livros, Horizonte.
- Bessa, António Marques Bessa, (2001), *O Olhar de Leviathan, Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa, ISCSP.
- Bowie, Robert R. & Immerman, Richard H., (1998), *Waging Peace: How Eisenhower Shaped an Enduring Cold War Strategy*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Caetano, Marcello, (1996), *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª ed., Coimbra, Almedina.
- Carrilho, Maria, Rosas, Fernando (Org.), *Portugal na Segunda Guerra Mundial: Contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Dom Quixote.
- Carvalho, Rómulo de, (1986), *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Clúa Méndez, José Manuel, (2007) *Cuando Franco fortificó los Pirineos. La Línea P en Aragón*. Saragoça, Editorial Katia.
- Collins, Brian J., (2011), *NATO: A Guide to the Issues*, California, Praeger/ABC-CLIO.
- Couto, Abel Cabral, (1987), *Elementos de Estratégia*, I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cruz, Manuel Braga da, (1986), *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa Publicações D. Quixote.
- Cruz, Manuel Braga da, (1988), *O Partido e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Delgado, Iva, Carlos Pacheco, Telmo Faria (Coord), (1998), *Humberto Delgado: as Eleições de 1958*, Lisboa, Veja.
- Dias, Carlos Manuel Mendes, (2005), *Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos*, Lisboa, Prefácio.

- Dougherty, James E, Robert L. Pfaltzgraff Jr., (2001), *Relações Internacionais: as teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva.
- Duarte, António Paulo, (2010), *A Política de Defesa Nacional 1919 -1958*, Lisboa ICS.
- Esteves, Raul, (1952), *A defesa da Europa Ocidental*, Lisboa.
- Faria, Telmo, (2000), *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Cosmos - Instituto da Defesa Nacional.
- Ferreira, José Medeiros, (1989), *Um Século de Problemas, As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa Livros Horizonte.
- Ferreira, José Medeiros, (1992), *O comportamento Político dos militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Ferreira, José Medeiros, (2001) (Coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Lisboa Edições Colibri.
- Ferreira, F.A. G., (1990), *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gaddis, Jonh Lewis, (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70.
- G. W. Pedlow (ed.), (1997), *NATO Strategy Documents, 1949 -1969*, Bruxelas NATO.
- Hogan Michael J., (1989), *The Marshall Plan: America, Britain, and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*, Cambridge University Press
- Ismay, Lord, (1954), *OTAN, 1949-1954, Les Cinq Premieres Annees*, Paris, NATO.
- Ismay, Lord, (1955), *NATO. The first five years, 1949-1954*, Paris, NATO.
- Jiménez Redondo, Juan Carlos, (1996), *Franco e Salazar - As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Lisboa Assírio & Alvim.
- Judt, Tony, (2006), *Pós – Guerra: História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70.
- Kaplan, L. S., (1980) *A Community of Interests: NATO and the Military Assistance Program, 1948-1951*, Washington, Office of the Secretary of Defence.
- Killick, Jonh, (1997), *The United States and the european reconstruction 1945-1960*, Edimburgo, Keele University Press.
- Kunsman David M., Douglas B. Lawson, (2001), *A Primer on U.S. Strategic Nuclear Policy*, Sandia National Laboratories, Albuquerque, New Mexico
- Lains, Pedro (2003), *Os Progressos do Atraso – Uma Nova Historia de Portugal, 1842-1992*, ICS, Lisboa.
- Lains, Pedro, Álvaro Ferreira da Silva (Orgs), (2005), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, Vol. III, Lisboa, ICS.
- Lara, António de Sousa, (2004), *Ciência Política, Estudo da Ordem e da Subversão*, Lisboa, ISCSP.
- Liska, George (1968), *Nations in Alliance. The Limits of Interdependence*, Baltimore, Johns Hopkins Press.
- Lopes, José da Silva, (2001), *A economia portuguesa no século XX*, in Fernando Peres (Coord.), *Panorama da cultura portuguesa no Século XX*, Porto, Edições Afrontamento.
- Macedo, Ernesto Ferreira de, (1988), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na década de 50 – Os compromissos com a OTAN*, vol. I, Lisboa, DSHM.
- McGeehan, Robert, (1971), *The German Rearmament Question: American Diplomacy and European Defense After World War II*, Illinois University of Illinois Press.

- Madureira, Nuno Luís, (2002), *A Economia dos Interesses: Portugal Entre as Guerras*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Maltez, José Adelino, (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da Historia.
- Magalhães, José Calvet de, (2005) *A Diplomacia pura*, Lisboa, Bizâncio.
- Marquina Barrio, António, (1986), *España en la Política de Seguridad Occidental (1936-1986)*, Madrid, Ediciones Ejército.
- Mastny, Vojtech, Sven G. Holtzmark e Andreas Wenger, *War Plans and Alliances in the Cold War*, (2006), Londres, Routledge.
- Miguel, Mário Firmino, (1979), *Portugal a Espanha e a NATO*, Lisboa, Livraria Portugal.
- Miller, David, (2001), *The Cold War- A Military History*, Londres, Pimlico
- Mineiro, Adélia Carvalho, (2007), *Valores e ensino no Estado Novo – Análise dos livros únicos*, Lisboa, Sílabo.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, (1986), *Dez Anos de Política Externa: 1936-1948: a Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Morgenthau, Hans J., (1972), *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Nova York, Knopf.
- Moniz, Júlio Botelho (2007), *Visões Estratégicas no Final do Império*, Lisboa, Tribuna da História.
- Moreira, Adriano, (2008), *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª ed., Coimbra, Almedina.
- Nogueira, Franco, (1986), *Salazar - IV. O ataque (1945-1958)*, Porto, Livraria Civilização.
- Nye, Joseph S., (2002), *Compreender os conflitos internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva.
- O. Riste (ed.), (1985) *Western Security. The formative years. European and Atlantic Defence 1947-1953*, Oslo, Norwegian University Press.
- Ole R. Holsti, Terrence P. Hopmann and John D. Sullivan, (1973), *Unity and Disintegration in International Alliances: Comparative Studies*, Toronto, John Wiley & Sons, Inc.
- Oliveira, César, (1995), *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas, Política e Economia*, Lisboa Edições Cosmos.
- Patriarca, Fátima (1995), *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, II, Lisboa, INCM.
- Pedlow, Gregory W. (1997), *NATO Strategy Documents 1949-1969*, Bruxelas, NATO.
- Pereira, Juan Carlos (coord.), (2009), *La política exterior de España (1800-2003)*, Barcelona, Ariel Historia.
- Pereira, Pacheco, (2001), *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política: “Duarte” o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates.
- Pereira, Pedro Cantinho, (2006), *Portugal e o Início da Construção Europeia, 1947-1953*, Lisboa, IDI-MNE.
- Pinto, José Rodrigues, (1956), *Importância geopolítica de Portugal para a estratégia do mundo livre*, Lisboa.
- Rebelo, Horácio de Sá Viana, (1949) *Geografia Militar da Península Ibérica e do império colonial português*, Pedrouços, IAEM.
- Reis, Bruno Cardoso, (2007), *Salazar e o Vaticano*, Lisboa ICS.

- Rémond, René, (1994), *Introdução à História do Nosso Tempo, Do Antigo Regime aos Nossos dias*, Lisboa, Gradiva.
- Reiter, Erich, Heinz Gaertner, (1999), *Small states and alliances*, Viena, Physica-Verlag.
- Ribeiro, António Silva, (2006), “Planeamento estratégico e de forças”, em Jorge Bacelar Gouveia, Rui Pereira, Coord. *Estudos de Direito e Segurança*, Coimbra, Ed. Almedina.
- Ribeiro, António Silva, (2010), *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar – Modelo de Elaboração*, Lisboa, Diário de Bordo.
- Rodrigues, Luís Nuno, (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Rodrigues, Luís Nuno, Iva Delgado e David Castaño (Coord.), (2004), *Portugal e o Atlântico, 60 Anos dos Acordos dos Açores*, Lisboa, CEHCP.
- Rodrigues, Luís Nuno, (2005), *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, Lisboa Prefácio Editora.
- Rollo, Maria Fernanda, (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra*, Lisboa, MNE.
- Rollo, Maria Fernanda, (1994), *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Ros Agudo, Manuel, (2009), *A Grande Tentação*, Lisboa, Oficina do Livro.
- Rosa, Frederico Delgado, (2008), *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Rosas, Fernando, (1988), *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Rosas, Fernando, (1990), *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Rosas, Fernando, (2000), *Salazarismo e Fomento económico (1928-1948)*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Rosas, Fernando (Coord), Pedro Aires Oliveira, (2004), *A Transição Falhada: o Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Circulo de Leitores.
- Rosas, Fernando, (2012), *Salazar e o Poder. A Arte de saber Durar*, Lisboa, Edições Tintada-China.
- Ross, S. T., (1996), *American War Plans, 1945-1950*, Londres, Frank Cass.
- Salazar, António de Oliveira, (1959), *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Santos, José Alberto Loureiro dos, (1991), *Como Defender Portugal*, Lisboa, IAEM.
- Serrão, Joel, (1974), *A emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Soulet, Jean-François, (2009), *Historia da Europa de Leste, Da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias*, Lisboa, Teorema.
- Tavares, João António, (2005), *Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra 1961-1974*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- Teixeira, Nuno Severiano (Coord.), *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX-XX)*, (1998), Edições Colibri, Lisboa.

- Telo, António José, (1991), *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, 2 Vol., Lisboa, Vega.
- Telo, António José, (1993), *Os Açores e o Controlo Atlântico*, Lisboa, Edições ASA.
- Telo, António José, (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Telo, António José, (1996), *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Telo, António José e Hipólito de la Torre Gómez, (2000), *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Sáez García, Juan Antonio, (2010), *La fortificación Vallespín en Guipúzcoa (1939-1940)*, San Sebastián, Ingeba.
- Vaisse, Maurice, (2009), *As Relações Internacionais desde 1945*, Lisboa, Edições 70.
- Vicente, António Pedro, (2003), *Espanha e Portugal, um olhar sobre as relações peninsulares no sec. XX*, Lisboa, Tribuna da História.
- Walt, Stephan M., (1987), *The Origin of Alliances*, Ithaca, Nova York, Cornell Univ. Press.
- Waltz, Kenneth N., (1979), *Theory of International Politics*, Nova York, McGraw-Hill.

TESES

- Cerezales, Diego Palacios, (2008), *Estado, Régimen Y Orden Público En El Portugal Contemporáneo (1834-2000)*, Tese de Doutoramento, Madrid, Universidade Complutense de Madrid.
- García-Lomas, Diego Gimeno, (2010), *El Presupuesto de Defensa: Análisis y Consecuencias*, Tese de Doutoramento, Madrid, UNED.
- Gavín Munté, Victor, (2005), *La Comunidad Europea de Defensa (1950-1954) ¿Idealismo europeo o interés de Estado?*, Tese de Doutoramento, Barcelona, Universidade de Barcelona.
- Rocha, Jorge Manuel Lima da Silva (2008), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores - Academia Militar.
- Marcos, Daniel da Silva Costa, (2011), *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 1950*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.

TEXTOS EM COLECTANEAS

- Oliveira, Pedro Aires, (2008), “Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio”, em Almeida, João Marques de *et al*, (Coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos - IDN.
- Salazar, António de Oliveira, (1951), “O Ocidente face à Rússia”, em *Discursos e Notas Políticas, 1945-1950*, Coimbra, Coimbra Editora.

- Teixeira, Nuno Severiano, (1996), “Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO)”, em Rosas, Fernando *et al* (1996) (Orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, II, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Telo, António José, “Portugal e a NATO, Um pequeno poder numa grande aliança”, em Ferreira, José Medeiros, (2001) (Coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 107- 126.
- Telo, António José, “Os anos da NATO (1946-1959)” em Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), “Nova História Militar de Portugal”, IV, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 435 *et seqs*.
- Rodrigues, Luís Nuno (2004), “O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944”, em Rodrigues, Luís Nuno, *et al* (Coord.) *Portugal e o Atlântico, 60 Anos dos Acordos dos Açores*, (2004), Lisboa, CEHCP.
- Rosas, Fernando, (1992), “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)” em Serrão, Joel *et al*, (Dir.), (1992), *Nova História de Portugal*, XII, Lisboa, Editorial Presença.

OBRAS DE REFERENCIA GERAL

- Barata, Manuel Themudo *et al* (2004), (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, IV, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Marques, A. H. de Oliveira, (1998), *História de Portugal*, III, Lisboa, Editorial Presença.
- Mattoso, José (Dir.), (1994), *História de Portugal*, VII, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Medina, João, (Coord.), (1995), *História de Portugal, Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, XII, Amadora Clube Internacional do Livro.
- Rosas, Fernando e Brito, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, II, Lisboa, Bertrand Editora.
- Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (Dir.) (1990), *Nova História de Portugal*, XII, Editorial Presença, Lisboa.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, (2003) “História de Portugal”, XV, Lisboa, Editorial Verbo.

ARTIGOS EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- Aguiar, Joaquim, (1988), “Política de Defesa Nacional como Política Interdepartamental”, *Nação e Defesa*, (44), pp. 21 *et seqs*.
- Brandão Ferreira, João José, (2004), "As Principais Reorganizações da Armada no Portugal Contemporâneo (do princípio do Século XIX à Descolonização)", *Anais do Clube Militar Naval*, (CXXXIV), pp. 23-78.
- Cajarabille, Victor Manuel Lopo, (2002), “Papel das Marinhas no âmbito da política externa dos Estados”, *Cadernos Navais* (2).
- Cardoso, Leonel, (1981), “Defesa Nacional – Segurança Nacional”, *Nação e Defesa* (17).

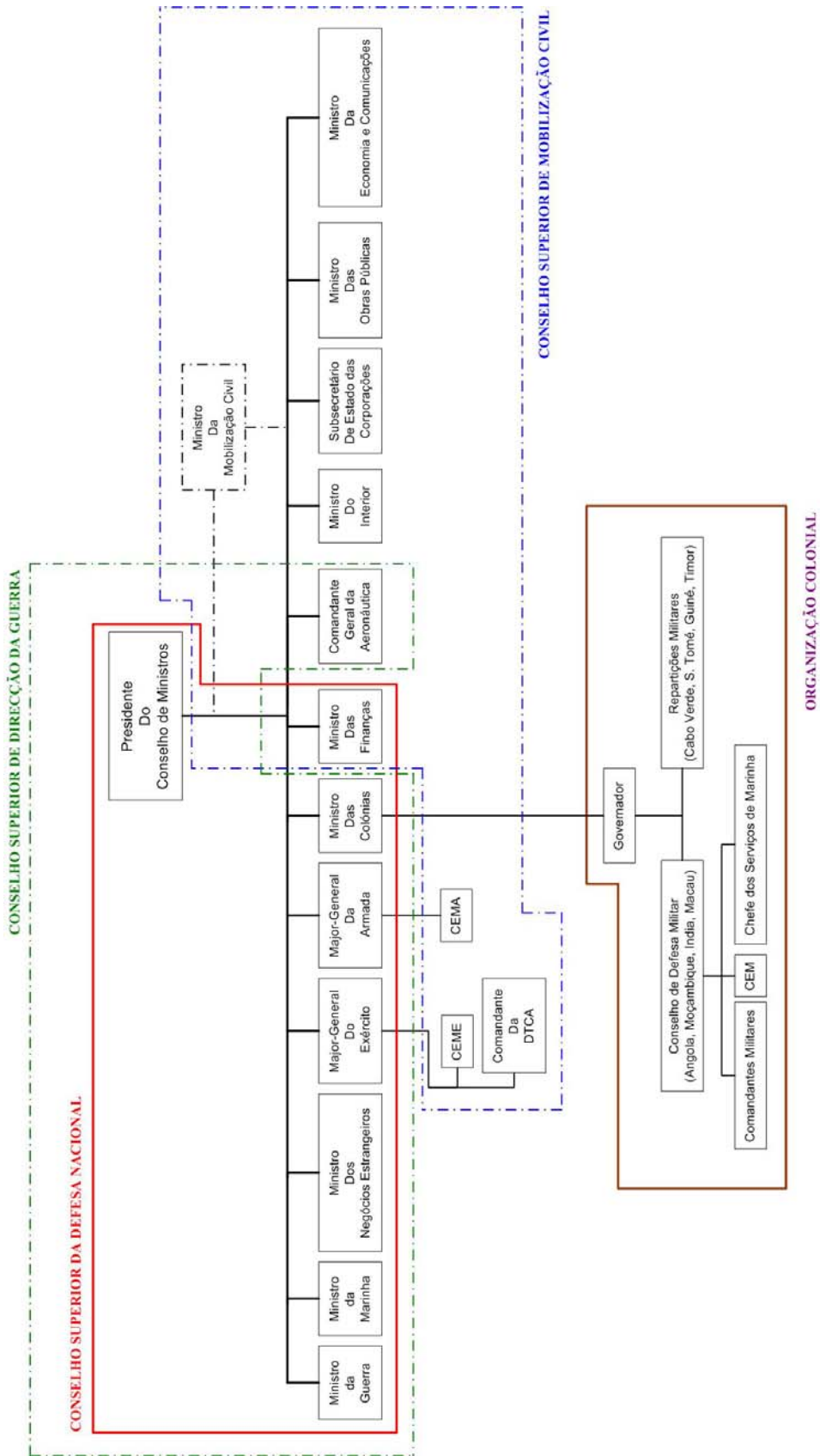
- Carvalho, Virgílio de, (1978), “Reflexões sobre Política de Defesa Nacional e Poder Militar”, *Nação e Defesa* (4).
- Espírito Santo, Gabriel Augusto do, (2009), “O Orçamento da Defesa e o Orçamento das Forças Armadas”, *Revista Militar*, (2482), pp. 1219 et seqs.
- Evangelista, M. (1998), “The “Soviet Threat”: Intentions, Capabilities, and Context”, *Diplomatic History*, (22), pp. 439 – 449.
- Johnston, Andrew M., (2001), “The construction of NATO's medium term defence plan and the diplomacy of conventional strategy, 1949–50”, *Diplomacy & Statecraft*, (12), pp. 79-124.
- Jervis, Robert, (1980), “The Impact of the Korean War on the Cold War”, *The Journal of Conflict Resolution*, (24), pp. 563-592.
- Karber, Phillip A. & Jerald A. Combs, “The United States, NATO, and the Soviet Threat to Western Europe: Military Estimates and Policy Options, 1945–1963”, *Diplomatic History*, (22), pp. 399 – 429.
- Kevin Sweeney, Paul Fritz, (2004), “Jumping on the Bandwagon: An Interest-Based Explanation for Great Power Alliances”, *Journal of Politics*, (66), 428–449.
- Lopes, António de Figueiredo, (1986), “A indústria de defesa e a modernização das forças armadas portuguesas”, *Nação e Defesa*, (38), pp. 94-105.
- Lucena, José, (1985), “Caracterização e Tipologia das Ameaças”, *Nação e Defesa*, (33), pp. 103-120.
- Macedo, J. Borges de (1987), “Portugal na perspectiva estratégica europeia”, *Revista Estratégia* (4), Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- Magalhães, José Calvet de, (1986), “Portugal e o euro-atlantismo”, *Revista Estratégia* (1), Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- Magalhães, José Calvet de (1987), “Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa”, *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais*, (3).
- Modelski, George (1963), “The Study of Alliances: A Review”, *The Journal of Conflict Resolution*, (4), pp. 769 – 776.
- Neves, João L. César das (1994), “O Crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, XXIX, (128).
- Rodrigues, M.J., M. P. Lima, (1987), “Trabalho, Emprego e Transformações Sociais: trajectórias e dilemas das ciências sociais em Portugal”, *Análise Social*, (95), pp. 119-149.
- Simões, F. M. Rocha, (1978), “Defesa Nacional e Segurança Nacional”, *Nação e Defesa* (07).
- Teixeira, Nuno Severiano, (1995), “Portugal e a NATO: 1949-1989”, *Análise Social*, XXX (133), pp. 803-818
- Telo, António José (1995), “Portugal e a NATO: dos Pirenéus a Angola.”, *Análise Social*, XXX (134), (5º), pp. 947-973.
- Viñas, Angel, (1984), “Economía de la Defensa y defensa económica: una propuesta reconceptualizadora”, *Revista de Estudios Políticos*, (37), pp. 25 – 47.

Documentos digitais

- Assistant Chief of Air Staff, *Summary and evaluation, air objectives, Iberian Peninsula*, [Em linha], (1943), Washington. Disponível em <http://cgsc.cdmhost.com/cdm/singleitem/collection/p4013coll8/id/3345/rec/6>.
- Foreign Relations of the United States 1948, Vol. III. [Em linha], Washington. Disponível em <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/FRUS.FRUS1948v03>.
- Mahan, Alfred Thayer, *The influence of sea power upon history, 1660-1783*, [Em linha], (1890), Boston, Disponível em <http://archive.org/details/seanpowerinf00maha>.
- Mastny, Vojtech, *NATO in the Beholder's Eye: Soviet Perceptions and Policies, 1949-56, CWIHP*, [Em linha], (2002), Washington. Disponível em <http://www.wilsoncenter.org/publication/nato-the-beholders-eye-soviet-perceptions-and-policies-1949-1956>.
- Venier, Pascal. *The Geographical Pivot of History and Early 20th century Geopolitical Culture* [Em linha], (2004), Geographical Journal, vol. 170, no 4, December 2004, pp. 330–336. Disponível em <http://www.pascalvenier.com/venier2004c.pdf>.
- Walt, Stephen M., *International Relations: One World, Many Theories* [Em linha], (1998) Foreign Policy, No. 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge. (Spring, 1998), pp.29-32+34-46. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0015>.
- Rodrigues, Luís Nuno, (2002), “*Portugal e os Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial*”, JANUS [Em Linha]. Disponível em <<http://janusonline.pt>>.
- Teixeira, Nuno Severiano, *Continuity and change: The foreign policy of Portuguese democracy* [Em Linha], (2004), Working Paper nº 1, pp. 5 [consultado em Março de 2012], Disponível em <http://www.ipri.pt>.
- Teixeira, Nuno Severiano, *Reinventar a Aliança Ocidental*, comunicação apresentada na conferência internacional *Portugal, a Europa e os Estados Unidos da América*, [Em Linha], (2003), [Consultado em março de 2012], Disponível em <http://www.ipri.pt>.
- Trachtenberg, Marc, Gehrz, Christopher, *America, Europe, and German Rearmament, August-September 1950: A Critique of a Myth*, [Em Linha], (s/d), [Consultado em outubro de 2012], Disponível em [http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/trachtenberg/cv/trachtenberg-gehrz\(final\).doc](http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/trachtenberg/cv/trachtenberg-gehrz(final).doc).
- Santos, José Loureiro dos, *O coração da eurásia contra o resto do mundo*, Comunicação à Academia de Ciências de Lisboa [Em linha], (2008), Lisboa. Disponível em <http://www.acad-ciencias.pt/>.

ANEXOS

Anexo A – Lei n.º 2024 – Bases da Defesa Nacional



Anexo B - Rede de Postos de Vigilancia Aérea

Linha B	48 -	13 - Pampilhosa da Serra
1 - Viana do Castelo	49 - Azaruja	14 -
2 - Ponte de Lima	50 -	15 -
3 - Portela de Vade	51 -	16 - Pedrogão Grande
4 -	52 -	17 - Figueiró dos Vinhos
5 -	53 - Portel	18 -
6 - Terras de Bouro	54 - Vidigueira	19 - Alvaiázere
7 - Gerês	55 -	20 -
8 - Vieira do Minho	56 - Beja	21 - Pombal
9 -	57 - Trindade	22 -
10 -	58 - Albernoa	23 - Louriçal
11 - Ribeira de Pena	59 - Entradas	24 - Carvalhais
12 - Vila Pouca de Aguiar	60 - Castro Verde	Linha E
13 - Alfarela de Jales	61 - Ourique	1 - Foz do Arelho
14 - Murça	62 - Garvão	2 - Caldas da Rainha
15 - Aljô	63 - Colos	3 - Alvorninha
16 - Castanheiro	64 -	4 - Rio Maior
17 - S. João da Pesqueira	65 - Odemira	5 - S. João da Ribeira
18 - Numão	66 - Cabo Sardão	6 - Povoia da Isenta
19 - Cedovim	Linha C	7 - Almeirim
20 - Meda	1 - Fermil	8 -
21 - Moreira de Rei	2 - Aveção do Cabo	9 -
22 - Trancoso	3 -	10 - Coruche
23 - Vila Franca das Naves	4 - Caldas de Moledo	11 -
24 - Celorico da Beira	5 - Lamego	12 - Lavre
25 - Guarda	6 - Bigorne	13 -
26 -	7 - Castro Daire	14 -
27 - Belmonte	8 -	15 -
28 - Caria	9 - Nespereira Alta	16 -
29 -	10 - S. Pedro do Sul	17 - Alcácer do Sal
30 - Alcaide	11 -	18 -
31 - Louriçal	12 -	19 - Grândola
32 -	13 - Sobreiro	20 -
33 - Alcains	14 - Cacia	21 - Santiago do Cacem
34 - Castelo Branco	15 - S. Jacinto	22 -
35 - Retaxo	Linha D	23 - Sines
36 - Vila Velha de Rodão	1 - Mira	
37 -	2 -	
38 - Envendos	3 - Quintã	
39 - Mação	4 - Águeda	
40 - Gavião	5 -	
41 -	6 - Caramulo	
42 - Chança	7 - Tondela	
43 -	8 - Carregal do Sal	
44 - Fronteira	9 - Midões	
45 - Sousel	10 - Barril de Alva	
46 -	11 -	
47 - Estremoz	12 -	

Anexo C - Gran Guardia de Camprodon



113 DIVISIÓN

ESTADO MAYOR

3ª Sección
R/3131

Núm.

GRAN GUARDIA DE CAMPRODÓN

GUARNICIÓN:

Una Compañía Fusileros con..... 91 hombres
Una Sección de la Compañía de Ametralladoras,
Otra Sección de Morteros y las respectivas Pla
nas Mayores de Compañía y de Batallón, con un
total de..... 80 hombres

Total guarnición.....171 hombres

ARMAS:

171 fusiles individuales.
9 fusiles ametralladores.
2 morteros de 50 m/m.
4 morteros de 81 m/m.

MUNICIONES:

23.400 cartuchos para F.A.
24.000 cartuchos para M.A.
34.200 cartuchos para 171 fusiles individuales.
480 granadas para morteros de 81 m/m.
No hay granadas para morteros de 50 m/m.
300 granadas Laffitte.

PLAN DE FUEGOS:

- F.A. nº 1.-Fuente romano sobre el Ter y orilla izquierda del mismo, vía en el centro urbano.
F.A. nº 2.-Carretera de Camprodon a San Pablo de Seguríes, valle del río y falda montaña.
F.A. nº 3.-Vaguada Sur posición (de defensa) y puede batir también valle Ter.
F.A. nº 4.-La misma vaguada y camino de Llanás a Surroca.
F.A. nº 5.-Bate cruce camino a Espinelve con torrente "Can Pagés" y zona Masía Can Roig.
F.A. nº 6.- Bate camino de Espinelve a Camprodon, cauce del río Ter y molino de enfrente; en tiro más largo puede incluso batir la carretera de Camprodon a Setcasas.
F.A. nº 7.-Bate primera curva de Camprodon a Llanás (de la carretera) a la salida de la 1ª localidad. Valle del río Ter a esta altura.
F.A. nº 8.-Carretera a la salida de Camprodon y vaguada del Ter a esta altura.
F.A. nº 9.-Bate carretera a Llanás y río Ter cruzando su fuego con el fusil ametrallador nº 8.

M.A. nº 1.-Bate puente río Ritort en su confluencia con el río Ter, este último a la derecha de la confluencia, y en tiro más largo un camino de Freixanet y principio de la carretera de Molló.
M.A. nº 2.-Bate cruce camino Rocabrúna a Salarga, vaguada río Ter y camino de Camprodon a Surroca. Puede flanquear en fuego de defensa la parte este de la posición.
M.A. nº 3.-Bate el camino a Freixanet, vaguada río Ter y extremo NO. Camprodon (vasco urbano)
M.A. nº 4.-Bate carretera de Camprodon a Setcasas (2. curva) Valle río Ter.

Fonte: AGMAV C 3323,1

Morteros.-Baten las zonas desfiladas del casco urbano y las vaguadas próximas tambien sin batir y que pueden ser utilizadas como vías de filtración en marcha a aproximación por el enemigo para su ataque a la posición.

ENLACE O COMUNICACIÓN DE LA G.G. DE CAMPRODÓN CON LAS PROXIMAS.

Con las de Molló, Villalonga y San Pablo, por peatones. Para un tendido de líneas telefónicas haría falta una longitud total de unos 25 kilómetros, y pilas secas, pues en la actualidad el servicio es nulo por la carencia de pilas.

PUESTO OBSERVATORIO:

En el punto más alto de la cota, dominando con preferencia de N. a E. y de E. a SE.. El resto del terreno se divisa perfectamente desde un asentamiento cualquiera.

DEPCS ITO VIVERES:

Mientras sea posible se depositarán en la Masía que queda al SE. de la posición que queda enclavada dentro de la organización defensiva de la Gran Guardia.

PUESTO DE MANDO:

En la misma Masía.

REFUGIOS:

En la parte interior de cada nido de M.A. y F.A. y pozo de tirador se construirán al mismo nivel del terreno como techo chozas, chavolas o refugios de una cabida media de 4 individuos de lo que resultará podrán quedar albergados en primera línea aproximadamente unos 100 individuos que representarán casi 2/3 de la guarnición total. El resto de la fuerza quedará alojada en la masía ciatada o sus alrededores en chavolas por el estilo.

Los emplazamientos más separados entre sí, irán defendidos con más pozos de tirador que los que por término medio se sitúen en las inmediaciones de los nidos de armas automáticas para la defensa de las mismas.

Queda con ello cerrado por el fuego y de las defensas, la posición.

Vich, 18 de Enero de 1.945.



GRAN GUARDIA

DE

CAMPRODON

=====

CONTIENE:

- Documento nº 1 Estudio geografico y consideraciones geograficas y tacticas que justifican la localizacion de la Gran Guardia.
- Documento nº 2 Estudio topografico y geologico de la Gran Guardia y zona de Camprodon.
- Documento nº 3 Estudio militar, posibilidades de la defensa y facilidades de reacciones ofensivas.
- Documento nº 4 Superponible al plano 1:50000 con las zonas vistas y ocultas desde el observatorio de la Gran Guardia.
- Documento nº 5 Cuatro vistas panoramicas tomadas desde el observatorio de la Gran Guardia, que comprenden cada una un punto cardinal.
- Documento nº 6 Cuatro vistas panoramicas de la Gran Guardia, tomadas a una distancia de 400 a 1000 metros de la misma, estando situado el punto de vista de cada una en los distintos puntos cardinales.
- Documento nº 7 Grafico en escala 1:5000, con las alambradas, obras y depositos que integran la Gran Guardia.
- Documento nº 8 Superponible en escala 1:5000 con los asentamientos de las armas automaticas.
- Documento nº 9 Plan de fuegos, escala 1:5000 y breve justificacion del mismo.
- Documento nº 10 Plan de defensa anticarro, pasiva y activa y superponible de escala 1:5000.
- Documento nº 11 Plan de defensa antiaerea y objetivos eventuales terrestres, superponible en escala 1:5000 de las A.A.A.
- Documento nº 12 Relacion de los objetivos mas importantes para la Seccion de cañones infanteria y superponible en escala 1:5000, de los mismos.
- Documento nº 13 Superponible en escala 1:5000 con las zonas batidas y no batidas por las armas de tiro rasante y tiro curvo
- Documento nº 14 Fichas y panoramicas de cada uno de los asentamientos de armas automaticas.
- Documento nº 15 Vista panoramica de la Gran Guardia, indicando el asentamiento de las diferentes armas.
-

LV BATALLON DEL REGIMIENTO DE INFANTERIA JAEN Nº 25

Subsector nº 13

Gran Guardia nºCamprodon

PLAN DE FUEGOS Y BREVE JUSTIFICACION DEL MISMO

PLAN DE FUEGOS.-

- Fusil A. nº 1.-Cruce de caminos de Espinalba a Camprodon y Llanas cauce del rio Ter, en su confluencia con el torrente Pages. Molino situado frente a la Gran Guardia. Carretera de Camprodon a Setcasas.
- Fusil A. nº 2.-Primera curva de la carretera de Camprodon a Llanas. Valle del rio Ter a la altura de la primera curva de la carretera Camprodon a Llanas. Avenida Maristany.
- Fusil A. nº 3.-Carretera de Camprodon a Llanas, salida del pueblo de Camprodon. Vaguada del rio Ter frente a Gran Guardia, alturas a la derecha de la carretera Camprodon a Llanas.
- Fusil A. nº 4.-Carretera de Camprodon a Llanas en su comienzo. Alturas a la derecha carretera Camprodon a Llanas. Paseo de Maristany. Cruzar sus fuegos con el ametrallador nº 3.
- Fusil A. nº 5.-Puente Romano sobre el rio Ter. Orilla izquierda rio Ter. Calle de Valencia.
- Fusil A. nº 6.-Carretera de Camprodon a San Pablo de Seguries. Castillo de Camprodon y casco urbano. Falda del monte de la Ermita de San Antonio.
- Fusil A. nº 7.-Carretera de Camprodon a San Pablo. Vaguada sur de la posicion. Cauce del rio Ter.
- Fusil A. nº 8.-Camino de Llanas a Surroca. Vaguada sur de la posicion, cruzando sus fuegos con el fusil ametrallador nº 7. Camino de Surroca a Camprodon.
- Fusil A. nº 9.-Cruce de caminos a Espinalba por torrente Pages. Masia Can Roig y altura en que está situada. Cruzar sus fuegos con el fusil ametrallador nº 1.
- M. A. nº 1.-Fuente sobre el rio Ritort en su confluencia con el Ter. Camino de Freixanet a la altura de la Ermita de San Pedro. Comienzo de la carretera de Mollo a la salida de Camprodon.
- M.A. nº 2.-Carretera de Camprodon a Setcasas (2ª curva). Pueblo de Llanas. Camino de Llanas al valle del Fel tus.
- M.A. nº 3.-Camino de Freixanet a la altura del Cementerio. Vaguada del rio Ter, despues de su confluencia, con el rio Ritort. Extremo N.O. del casco urbano de Camprodon.
- M.A. nº 4.-Cruce de caminos de Rocabrana y Salarsa. Vaguada del rio Ter, a la altura de la Central Electrica. Cami-

no de Camprodón a Surroca.

- M. A. nº 5.- Pueblo de Llanás. Carretera de Llanás a Camprodón. Avenida Maristany.
- M. A. nº 6.- Curso del río Ter. Carretera de Camprodón a San Juan a la altura del nido anticarro. Puente sobre el Ter en la carretera de San Juan.
- Morteros.- Baten principalmente el puente sobre el río Ritort en su confluencia con el Ter. Zonas desinfiladas del casco urbano. Vaguadas desinfiladas que pueda aprovechar el enemigo para atacar la posición.
- Cañón Inª nº1.- Pueblo de Llanás. Carretera de Camprodón a Llanás. Puente sobre el río Ritort.
- Cañón Inª nº2.- Puente sobre el río Ritort. Carretera de Camprodón a San Juan. Puente sobre el Ter en la carretera de San Juan.
- A.A.A. nº 1.- OBJETIVOS TERRESTRES.
Carretera de Camprodón a San Juan a la altura del nido anticarro. Puente sobre el río Ter en la carretera de San Juan.
- A.A.A. nº 2.- Inmediaciones pueblo de Llanas. Carretera de Llanas a la entrada del pueblo de Camprodón.

Todas las armas de la defensa tienen como misión principal batir las carreteras de Llanas a Camprodón y de Camprodón a San Juan de las Abadesas, principales vías de comunicación que el enemigo aprovecharía principalmente para penetrar hacia el interior de la Península. También se bate con preferencia el Puente sobre el río Ritort, por ser el único paso que han de aprovechar los elementos que baten por las carreteras de Llanas y Mollo, igualmente se realizan algunos fuegos sobre el Puente del Ter, situado en la carretera de San Juan de las Abadesas.

Camprodón, 27 de Diciembre de 1946.

EL COMANDANTE JEFE,



LV BATALLON DEL REGIMIENTO DE INFANTERIA JAEN Nº 25

Subsector nº 13

Gran Guardia nºCamprodon

PLAN DE DEFENSA ANTICARRO PASIVA Y ACTIVA

Los morteros de 81 m/m. A.A.A. y cañones de infantería, defenderán a toda costa la posición de la Gran Guardia de un ataque enemigo con carros.

Debido a la configuración del terreno que ocupa la Gran Guardia en sus alrededores solo es de temer un ataque con carros a la posición por la parte sur de la misma, por ser el resto del terreno impracticable para los mismos por la gran pendiente y el arbolado que las cubre.

La vaguada situada en la parte oeste de la posición y que des de el río, conduce hasta la vertiente sur de la posición, sería batida en toda su extensión por los morteros de 81 m/m., caso de que los carros intentasen penetrar por ella.

Si los carros aprovechasen para aproximarse, la ladera Este de la Masia las Cortadas que mira a la posición, serían batidos por las A.A.A. nº 2 y el cañón de infantería nº 1, así como por los morteros de 81 m/m.

Caso de que los carros consiguiesen atravesar estas concentraciones de fuego y llegar hasta la gola de la posición, todas estas armas establecerían una barrera de fuegos en la parte de la misma donde el terreno es practicable para la penetración de los carros (una anchura aproximada de terreno de 100 m.)

Camprodon, 27 de Diciembre de 1946.

EL COMANDANTE JEEE,



[Handwritten signature]

IV BATALLON DEL REGIMIENTO DE INFANTERIA JAEN Nº 25

Subsector nº 13

Gran Guardia nº Camprodon

PLAN DE DEFENSA ANTIAEREA Y OBJETIVOS EVENTUALES TERRESTRES

Defender a toda costa la posición de un ataque de aviación enemiga, coordinando el fuego de las armas de forma que no quede ninguna laguna sin batir, en el sentido de la anchura y profundidad en todo el cielo de la posición, evitando dichas armas siempre que le sea posible el tiro vertical.

Un ataque enemigo es de temerse de la zona fronteriza (N. de la posición), las A.A.A. establecerán un servicio permanente de observación y escucha para no ser sorprendidos por la aviación enemiga y poner romper el fuego sobre estos a una distancia no superior a los 2.000 metros en la que el tiro es eficaz; estas armas estarán disimuladas y en la parte que más dominen todo el techo de la posición.

Caso de un ataque simultáneo por aire y tierra, batirán el objetivo más amenazador.

En un ataque con carros batirán a estos cuando intenten acercarse a la posición.

OBJETIVOS EVENTUALES TERRESTRES

A.A.A. nº 1.- Batirá la carretera de San Juan, comprendida entre la fábrica de toallas y el puente de la carretera de San Juan. Puente sobre el Ter situado en la carretera de San Juan. Vertiente sur de la posición en el caso de un ataque enemigo con carros.

A.A.A. nº 2.- Batirá inmediaciones pueblo de Llanas. Carretera de Llanas. Carretera de Llanas a la entrada del pueblo. Vertiente suroeste de la posición caso de un ataque enemigo con carros.

Camprodon, 27 de Diciembre de 1946.

EL COMANDANTE JEFE,

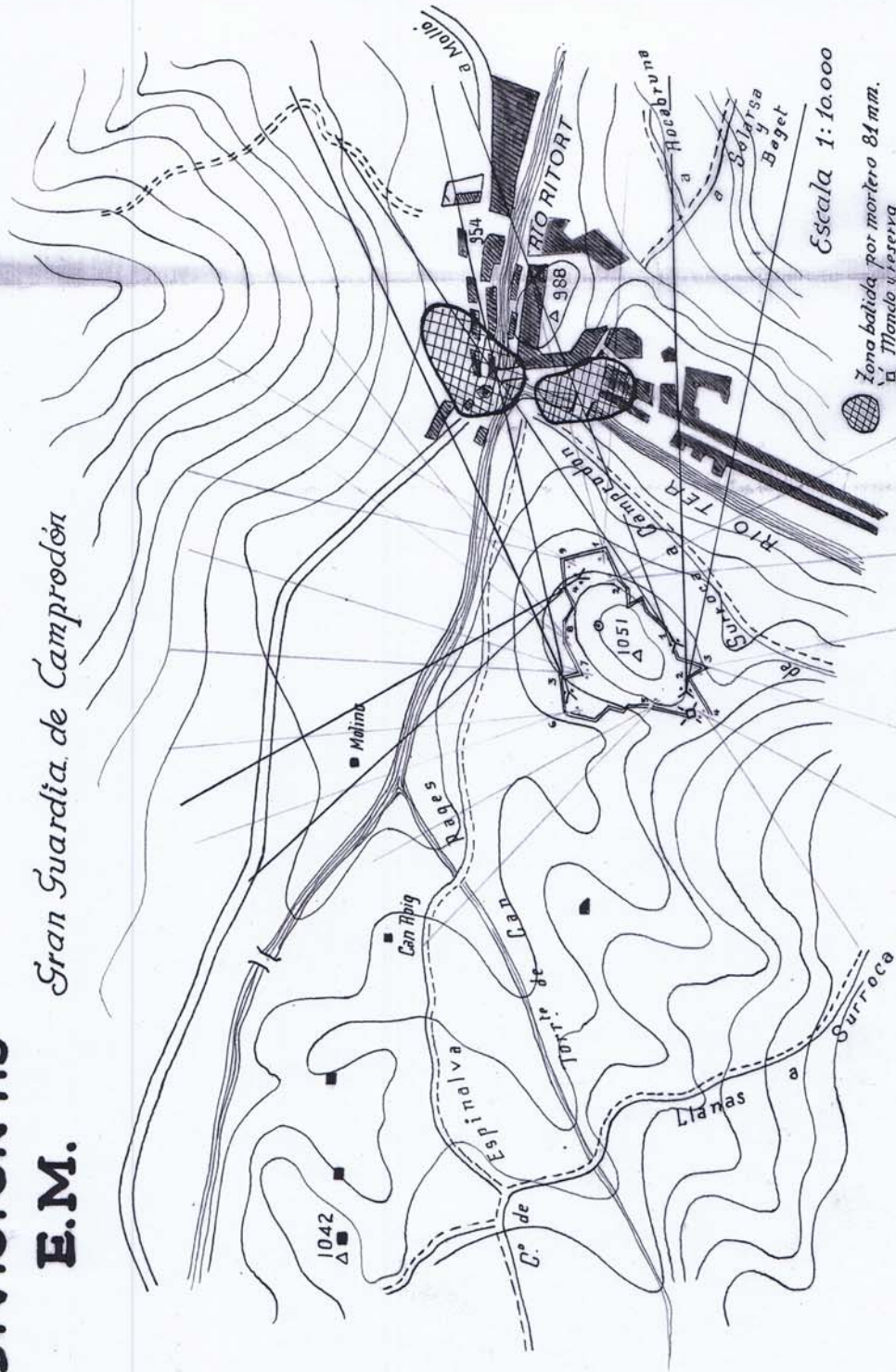


[Handwritten signature]

DIVISION 113

E.M.

Gran Suardia de Camprodon

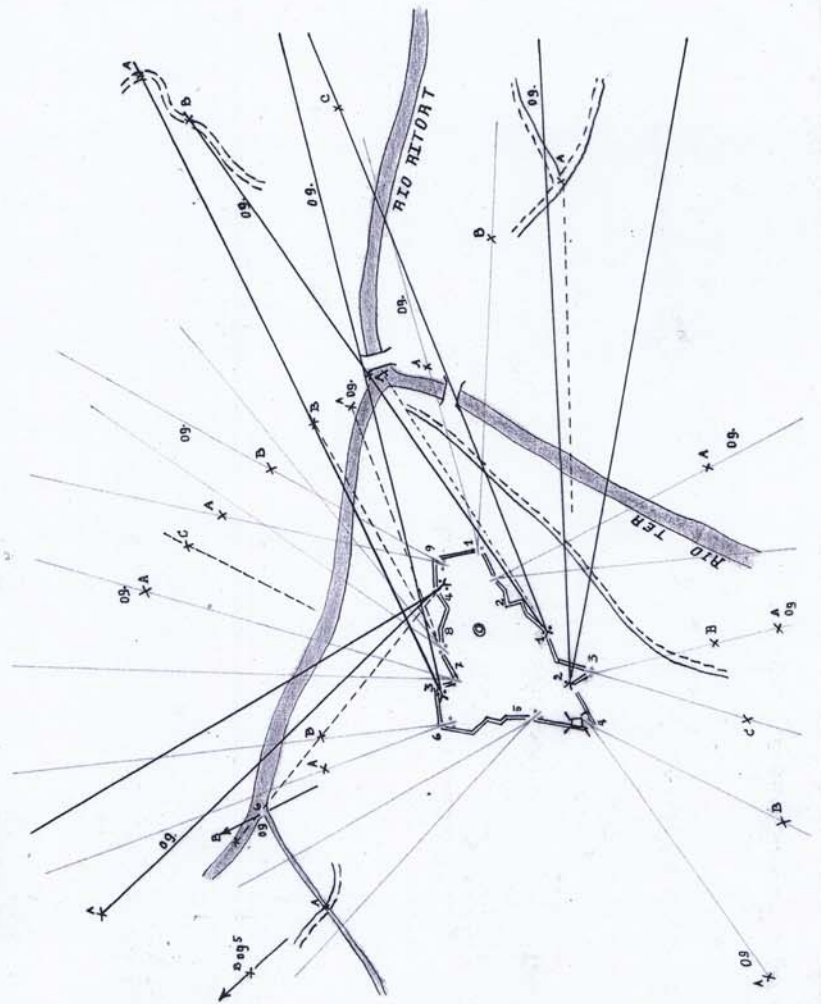


Escala 1:10.000

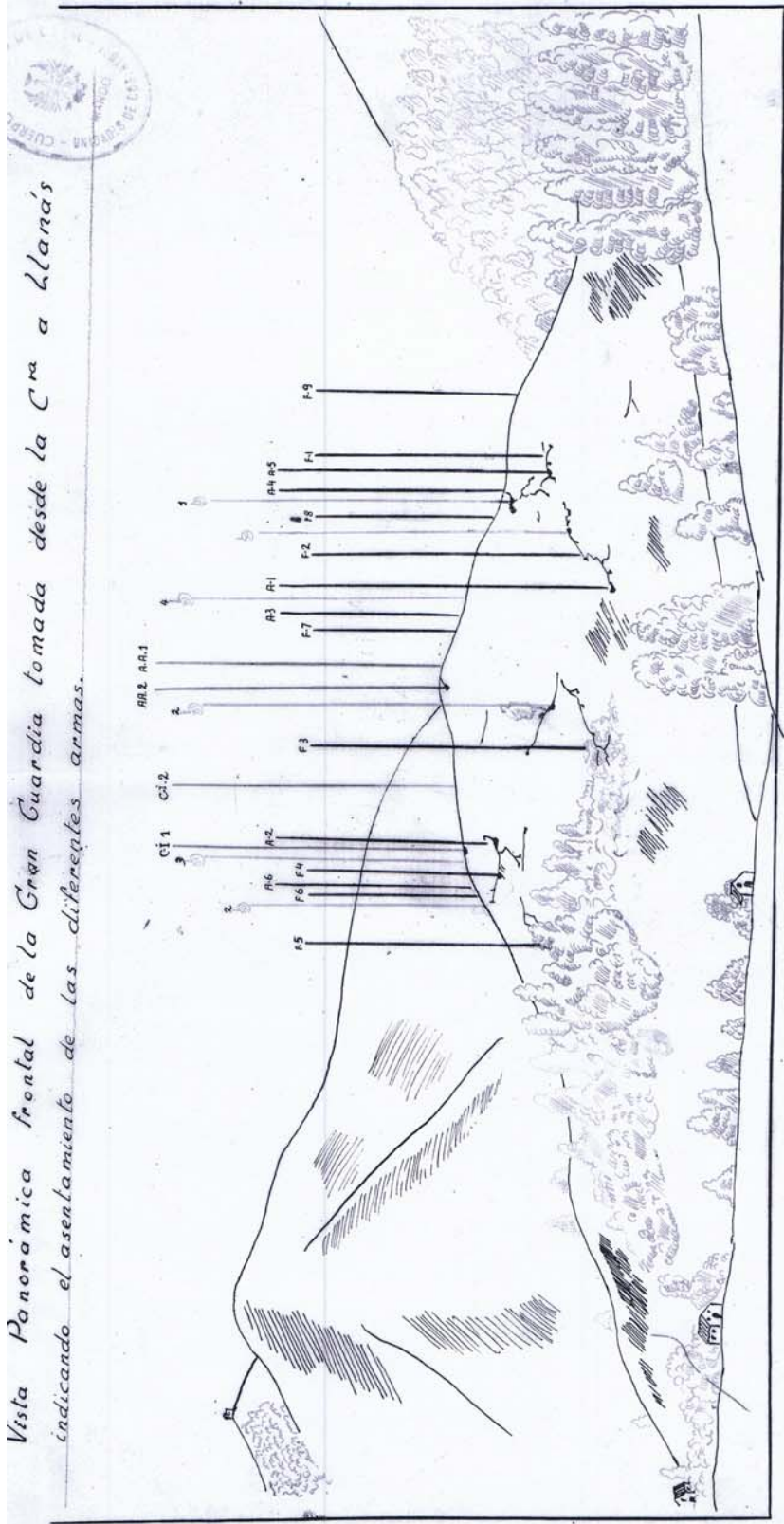
Zona baltica por mortero 84 mm.
D.º Mondo y reserva

DIVISION 113
E.M.

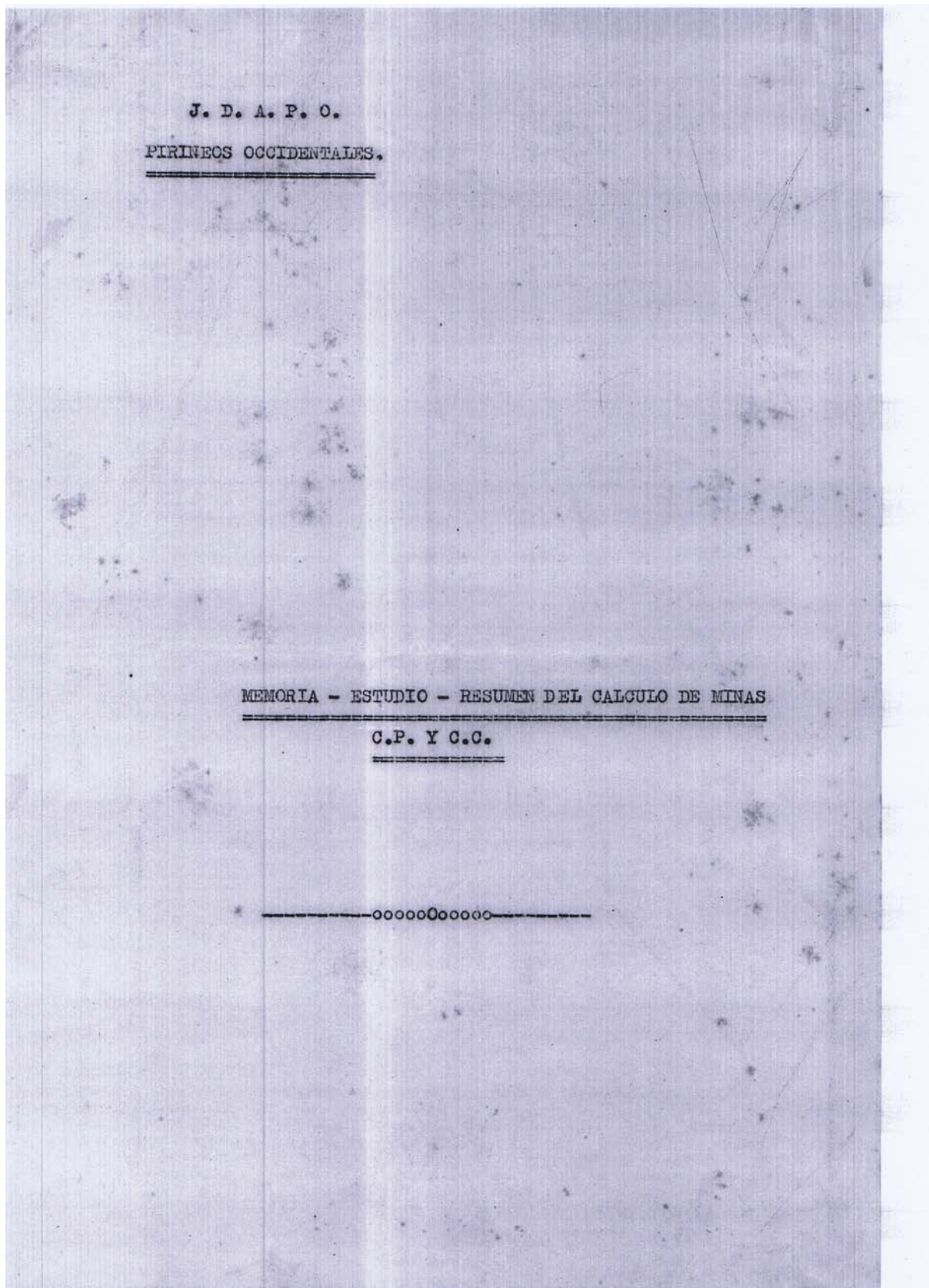
San Suardia de Campodon
Plan de Fuegos sobre el plano



Vista Panorámica frontal de la Gran Guardia tomada desde la C^{ra} a Llanás
indicando el asentamiento de las diferentes armas.

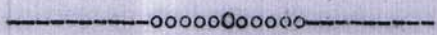


Anexo D – Memoria – Estudio – Resumen del Calculo de Minas



J. D. A. P. O.
PIRINEOS OCCIDENTALES.

MEMORIA - ESTUDIO - RESUMEN DEL CALCULO DE MINAS
C.P. Y C.C.



ESTUDIO DE LAS MINAS Y SUBPRODUCTOS DE MINAS

AGMAV C 3347,4

Fonte: AGMAV C 3347,4

MEMORIA

Para Rpto Fortiza

Al hacer el estudio de las minas necesarias para los campos a establecer en la zona organizada del Pirineo Occidental se ha tenido en cuenta, por una parte la defensa CC del sector organizado y por otra la defensa a establecer en los C de R considerados aisladamente.

Respecto a la defensa CC primeramente se redactó un estudio que comprendía todo el sector organizado y que se cursó a la Superioridad; este estudio consideraba la instalación de campos mixtos con una densidad 1,60 en las minas CC y 1 en las CP con un total de 46.363 m CC y 28.924 m CP.

Posteriormente en los sectores de Irún y Vera-Echalar se ha hecho un nuevo estudio de la defensa contracarro que tare como consecuencia la instalación de nuevos campos de minas que complementan a los que anteriormente se estudiaron.

En lo que respecta a la defensa contracarro de los C de R se ha establecido el criterio de dar una norma general, fundamentada en la longitud de alambrada que corresponde a cada uno de los distintos tipos de C de R considerados siendo esta la siguiente:

Mts. DE CAMPOS EN C de R TIPO B

Seguridad CP 14.000 mts.
Compartimentación ...CP 3.000 "
Principal CC CP ... 3.000 "

Mts. DE CAMPO POR CADA C de R. TIPO C

Seguridad CP)
Compartimentación CP) .. 14.000 mts.
Principal CC CP 1.500 "

NOTA: Se han puesto en seguridad del C. de R. tipo C, 14.000 metro ya que se consideran que el número de subelementos es el mismo en los dos Centros tipo B. y C., deduciendo los 1.500 m de compartimentación por considerar excesiva.

Mts. DE CAMPO POR CADA C de R. REFORZADO

		240	241	243
Requis	Seguridad CP	15.500	17.000	17.500
Campo	Compartimentación CP ...	3.000	3.000	3.000
21	Principal CG CP	3.000	3.000	3.000

Respecto a la densidad de los campos de minas, tanto en el segundo estudio de la defensa contracarro como en la defensa de los C de R se ha seguido el criterio que presidió el estudio primitivo de dar una densidad de 1,60 para las minas contracarro y 1,- para las minas contra personal.

14	1	1.440	300
14	2	1.240	2.025
14	4	150	225
14	5	2.320	1.575
14	6	1.440	500
14	7	1.920	1.200
14	8	1.200	750
14	9	480	300
		<u>13.960</u>	<u>8.475</u>
Sector 2.			
Campo n°	1	1.520	825
14	2	2.000	1.200
14	3	715	575
		<u>4.235</u>	<u>2.600</u>
En campos C.C.		130	250
TOTAL GENERAL			
	Minas C.C.	22.600	
	Minas C.P.	18.250	

SUB-SECTOR SECTOR VERA SCHALAR

<u>PRIMER ESTUDIO</u>		<u>Mts.</u>	<u>M.CC</u>	<u>M.CP</u>
Campo n° 1	600	960	600
id "	2	800	1.280	800
id "	3	1.200	1.920	1.200
id "	4	600	960	600
id "	5	1.600	2.560	1.600
id "	6	600	960	600
id "	7	1.400	2.240	1.400
id "	8	800	1.280	800
id "	9	600	960	600
id "	10	400	640	400
id "	11	1.200	1.920	1.200
En zanjas c.c.			200	160
<u>RESUMEN</u>				
Minas CC			15.880	
Minas CP			9.960	

<u>SUB-SECTOR 30</u>		<u>Mts.</u>	<u>M.CC</u>	<u>M.CP</u>
Campo n° 10	80	128	80
id "	11	50	80	50
id "	12	100	160	100
En zanjas c.c.			14	14
<u>RESUMEN</u>				
Minas CC			382	
Minas CP			244	

SUB-SECTOR 33

URDAX

		Mts.	M.CC	M.CP
Campo n°	10.	700	1.120	388
id "	11.	112	180	60
id "	12.	40	50	30
			1.350	428
	En zanjas c.c.	500	86	42
	<u>RESUMEN</u>	500	500	700
	Minas CC	1.436	800	500
	Minas CP	470	1.120	700
		700	1.120	700
	<u>SECTOR IRUN</u>	1.000	1.500	1.000

ESTUDIO SEGUNDO

		Mts.	M.CC	M.CP
Campo n°	1.	750	1.200	750
id "	2.	3.100	4.960	3.100
id "	3.	1.250	2.000	1.250
id "	4.	1.100	1.760	1.100
id "	5.	700	1.120	700
id "	6.	750	1.200	750
id "	7. (1)			
id "	8.	900	1.440	900
id "	9.	700	1.120	700
			14.800	9.250

RESUMEN

Minas CC 14.800

Minas CP 9.250

(1).-En sustitución del n° 1 del sector centro del primer estudio. Las minas que lo forman figura en el primer estudio.

RESUMEN

6 C de R. tipo C (202-203-204-205-206-223)

Obstáculo principal cc ep 1.500 x 6 = 9.000

Compartimento y seguridad ep 14.000 x 6 = 84.000

43 C de R. tipo B (El resto excepto los 3 reforzados)

Obstáculo principal cc ep 3.000 x 43 = 129.000

Compartimento ep 3.000 x 43 = 129.000

Seguridad cp 14.000 x 43 = 602.000

3 C de R. reforzados

	240	241	243
Obstáculo principal CC ep	3.000	3.000	3.000
Compartimento ep	3.000	3.000	3.000
Seguridad ep	15.500	17.000	17.500
	<u>Obstáculo principal</u>	<u>Compartimento y seguridad</u>	
6 C de R. tipo C	9.000	84.000	
43 C de R. tipo B	129.000	731.000	
3 C de R. reforzados	9.000	59.000	
	<u>147.000 ml</u>	<u>875.000 ml</u>	

RESUMEN Mts. DE CAMPO

Obstáculo principal mixtos 147.000 ml.

Compartimento y seguridad ep ... 874.000 ml.

1.021.000

NUMERO DE MINAS NECESARIAS

d: 1,6 / Contra carro 235.200 u/

d: 1 / Contra personal..... 1.021.000 u/

RESUMEN GENERAL

<u>PRIMER ESTUDIO</u>	<u>M. CC</u>	<u>M. CP</u>
Sub-sector de Irún	28.665	18.250
Sub-sector Vera Echalar ...	15.880	9.960
Sub-sector Baztán	1.436	470
Sub-sector Burguete Orbaiceta	382	244
	<u>46.363</u>	<u>28.924</u>
<u>SEGUNDO ESTUDIO</u>		
Sub-sector Irún	14.800	9.250
Sub-sector Vera Echalar...	8.000	5.000
	<u>22.800</u>	<u>14.250</u>

CENTROS DE RESISTENCIA

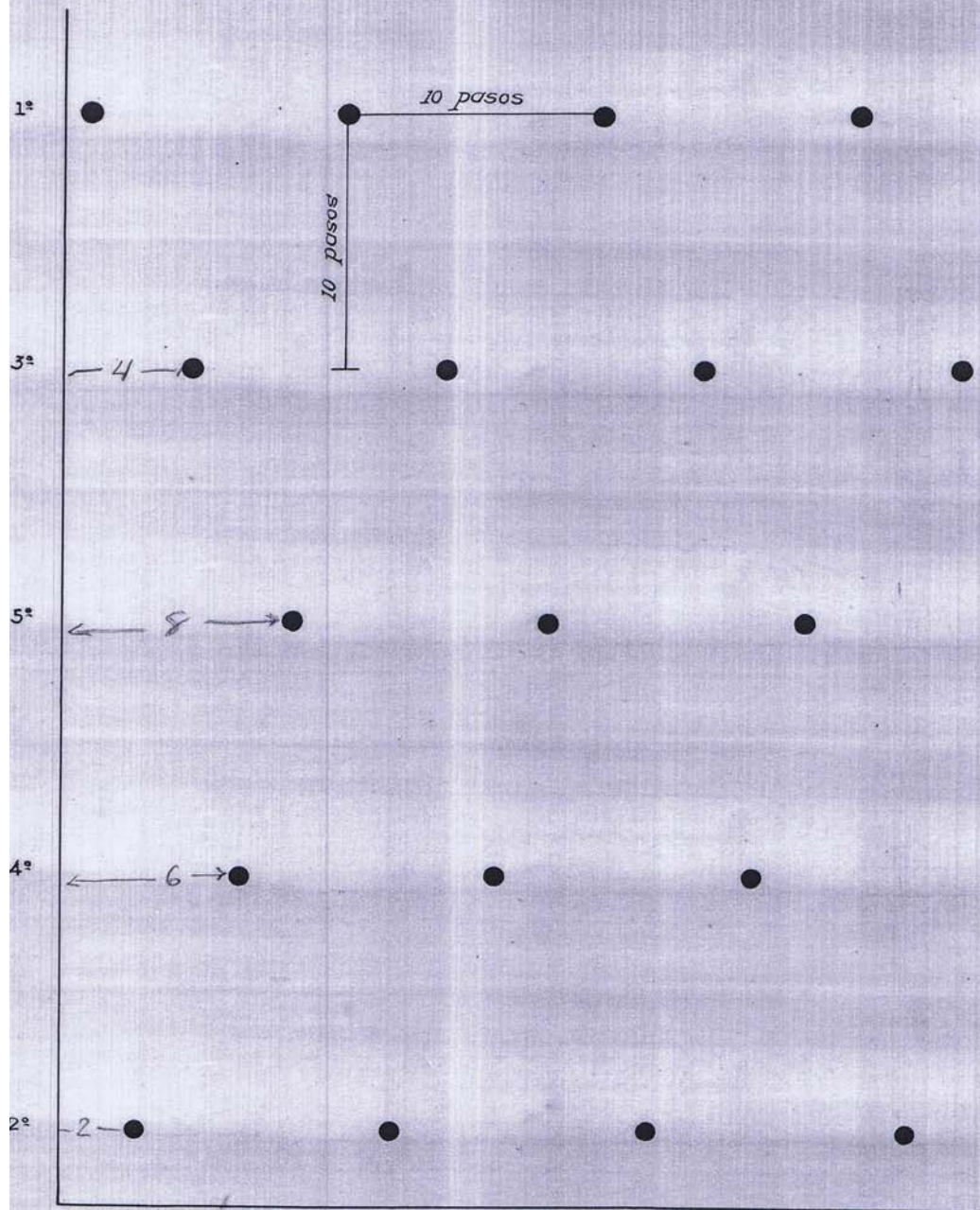
Minas CC	235.200
Minas CP	1.021.000

RESUMEN

Primer estudio	46.363	28.924
Segundo estudio	22.800	14.250
Centros	<u>235.200</u>	<u>1.021.000</u>
	<u>304.363</u>	<u>1.064.174</u>

CAMPOS de MINAS

Ley de Formación



Anexo E - Obstaculo contra-carro a establecer en la 1ª linea

JUNTA DE DEFENSA Y ARMAMENTO DE LOS PIRINEOS OCCIDENTALES

Obstaculo contra-carro a establecer en la 1ª linea

Subsector nº 33 ---- Zona Norte del Baztan

- 1ª.- Trazado del obstaculo.- Ladera Norte de Lecuberría (NE de Peña Plata) - Ladera Norte del Aizpera - Ladera Norte del Azcar - Ladera E. del Azcar - Llano de Urdax - Km 77,200 de la carretera de Francia - Ladera Este de Justimborda - Espolones al O. y N. de Lizarzu - Altura de Maribatienga - Ladera Norte de Ococa.
- 2ª.- Zonas activas y pasivas del mismo.-
Zonas activas.- 1ª - Ladera Este del Azcar, inmediatamente al N. del caserío de Alchular - sigue al E. cruzando la regata de Olavidea y desde esta al SE. hasta la ladera a unos 100 mtrs al NE. del cuartel de la Guardia Civil - Km 77,200 de la carretera de Francia - Tejeria - extremo N. del espolon de Justimborda.
2ª - NE. de Lizarzu - camino de Napoleon
Zonas Pasivas
El resto del trazado
- 3ª.- Obstaculos a establecer en las zonas activas
a) Cortes en carreteras y caminos
1ª Zona.- Corte de la carretera de Urdax - corte de la carretera de Francia en el Km 77,200
2ª Zona.- Corte del camino de Napoleon en el punto señalado por los siguientes rumbos en milésimas:
Alcurrenz 4144
Peña Plata 4930
- b) Campos de Minas
1ª Zona.- Ante el corte del camino de Urdax prolongado al E. a caballo de la regata de Olavidea hasta la ladera NE. del cuartel de la Guardia Civil.
Ante el corte del Km 77,200 de la carretera de Francia prolongado 100 mtrs al Oeste.
2ª Zona.- Ante el corte del camino de Napoleon prolongandole 10 mtrs al Oeste del camino y 25 mtrs al Este.
- c) Otros obstaculos
1ª Zona.- Obstaculo contra carro de cemento a retaguardia de los cortes desde el comienzo al O. de la 1ª zona activa hasta su fin por el Este.
2ª Zona.- Obstaculo contra-carro de cemento a retaguardia de los cortes de la misma extension señalada al campo de minas
- d) Obstaculos contra personal que convenga establecer para impedir aperturas de brechas.
1ª Zona.- Alambrada cubriendo los campos de minas
Minas contra personal sobre el obstaculo anterior y sus accesos.
2ª Zona.- Id Id Id

Observaciones: Obstaculos activos dentro de la posicion de resistencia

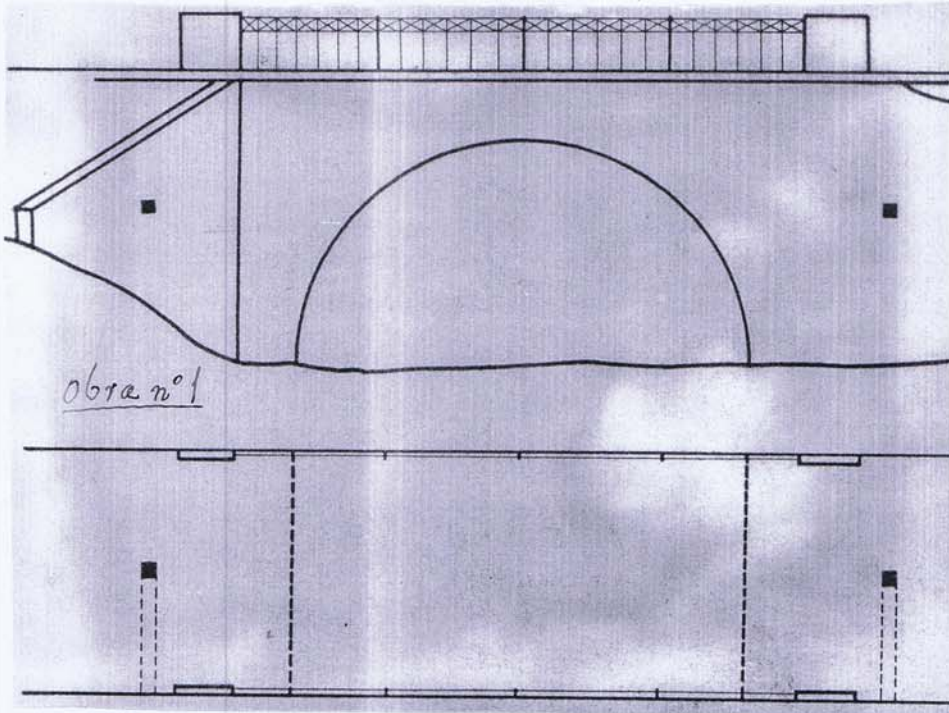
Corte de la carretera de Francia en el Km 72,300
Corte del camino de Napoleon en el punto señalado por los siguientes rumbos en milésimas Alcurrenz 4300 - Peña Plata 5106 prolongandole 25 mtrs al Este

STUDIO DEL OBSTACULO CONTRA CARRO

Fonte: AGMAV C 3347,8

Corte en la carretera de Urdax.

Para este corte se propone destruir el puente existente en la carretera



Se coloca un hornillo en cada estribo

Trilita: $C = \alpha \times g \times h \times N = 0,24 \times 4 \times 2,5 \times 1,40 = 21 \text{ Kgs} \times 2 = 42 \text{ Kgs}$

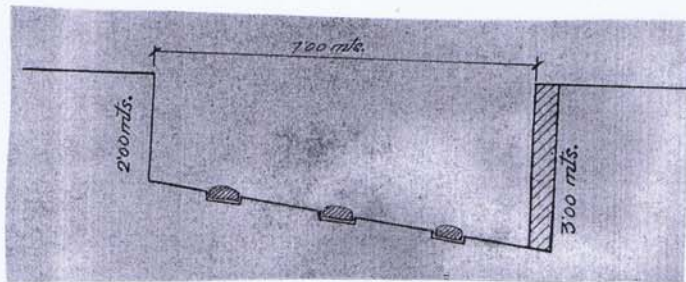
Polvora: $C = \alpha \times g \times h \times N = 0,56 \times 4 \times 2,5 \times 1,40 = 49 \text{ Kgs} \times 2 = 98 \text{ ''}$

Dinamita: $C = \alpha \times g \times h \times N = 0,62 \times 4 \times 2,5 \times 1,40 = 55 \text{ Kgs} \times 2 = 110 \text{ ''}$

Tiempo necesario: 34 H-h
Cemento 400 kgs
arena 0,400 m³; grava 0,800 m³

Corte en la carretera de Francia Km 77,200

obra n°2



Escavacion en zanja:

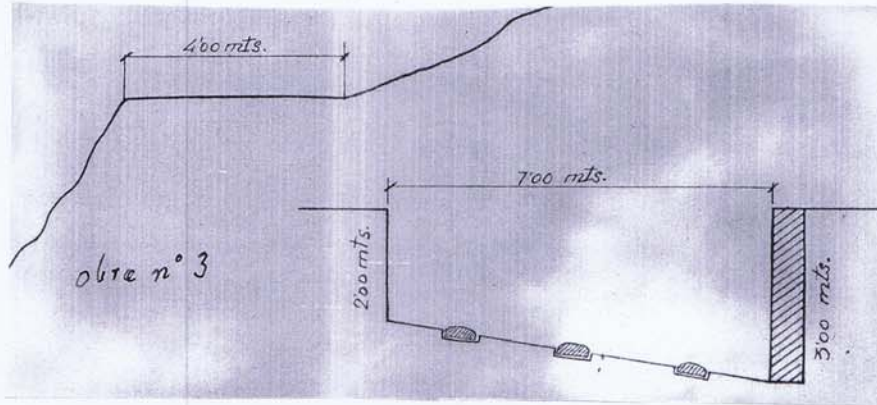
area del trapecio: $\frac{2,00 + 3,00}{2} \times 7,40 = 18,50 \text{ m}^2$

Volumen de la escavacion: $18,50 \times 12,00 = 222,000 \text{ m}^3$

Hormigon: $0,40 \times 3,00 \times 12,00 = 14,400 \text{ m}^3$

Material necesario: Cemento 5,760 Tn; arena 6,000m³; grava 12,000 m³
 Tiempo necesario: 680 H-h

Corte del camino de Napoleon



Escavacion en zanja

area del trapecio: $\frac{2,00 + 3,00}{2} \times 7,40 = 18,50 \text{ m}^2$

Volumen: $18,50 \times 10,00 = 185,000 \text{ m}^3$

Hormigon: $0,40 \times 3,00 \times 10,00 = 12,000 \text{ m}^3$

Material necesario: Cemento 4,800 Tn
 arena 5,000 m³
 grava 10,000m³

Tiempo necesario: 740 H-h

Campo de minas delante del corte de Urdax obra n° 10

Unos 700 mtrs de desarrollo con una densidad de 1,60 resultando 1120 minas

A veinte minutos por colocacion y cinco minutos por transporte por mina resultan 470 H-h

Campo de minas ante el corte del Km 77,200 obra n° 11

Desarrollo lineal, unos 112,00 mtrs que con una densidad de 1,60 resultan 180 minas

A veinte minutos de colocacion y dos minutos de transporte por mina resultan 66 H-h

Campo de minas ante el corte del camino de Napoleon obra n° 12

Desarrollo lineal, unos 40 mtrs que con una densidad de 1,60 resultan 64 minas

A veinte minutos por colocacion y dos minutos por transporte por mina resultan 24 H-h

Obstaculo contra-carro de cemento a retaguardia de los cortes obra n° 4

Desarrollo lineal: unos 450 m.l. - anchura 5 mtrs, total 2250,00 m²
 a 0,50 esparragos por m² resultan 1125

Al cimiento de los carriles o esparragos se dan unas dimensiones de 0,80 X 0,80 X 0,80 y se entrelazan entre sí

Escavación 700,000 m³; Hormigón 700,000 m³

Material necesario: Cemento 280 Tn.
Arena 280 m³
Grava 560 m³
Carriles 1.687,50 m.l.

Tiempo necesario: 13,800 H-h

Obstaculo de cemento a retaguardia del corte del camino de Napoleón.

Desarrollo lineal: 40,00 m.l.- anchura 5 m superficie 200 m²
a 0,50 esparragos por m² resultan 100 esparragos.

Escavación: 70,000 m³ Hormigón: 70,000 m³

Material necesario: Cemento 28 tn.
arena 28 m³
Grava 56 m³
Carriles 150m.l.

n° 5

Tiempo necesario: 1.700 H-h

Alambrada cubriendo el campo de minas de Urdax-Carretera de Francia. n° 7

Desarrollo lineal, unos 900 m.l. anchura 10 m.l. superficie 9.000 m²
(5 filas de piquetes largos y un raldón)

por m² de alambrada $\frac{1}{4}$ de piquetes largos y 2 Kgs. de alambre y por cada 2,50 mtrs. lineales un piquete corto.

Material necesario: $\frac{9000}{4} = 2.250$ piquetes largos.

$\frac{900}{2,50} = 360$ piquetes cortos; 9.000 X 2 = 18.000 Kgs. de alambre o sea unos 810 rollos.

Tiempo: 2000 H.h. teniendo en cuenta la construcción de la alambrada (un hombre hace 5 m² a la hora) y el transporte del material a pie de obra.

Alambrada cubriendo el campo de Minas de camino de Napoleón. n° 8

Desarrollo lineal, 60 mtrs. anchura 10 m.l. superficie 600 m²

Material necesario: 150 piquetes largos; 24 piquetes cortos;
1.200 Kgs. de alambre o sea unos 55 rollos.
Tiempo necesario: 150 H.h.

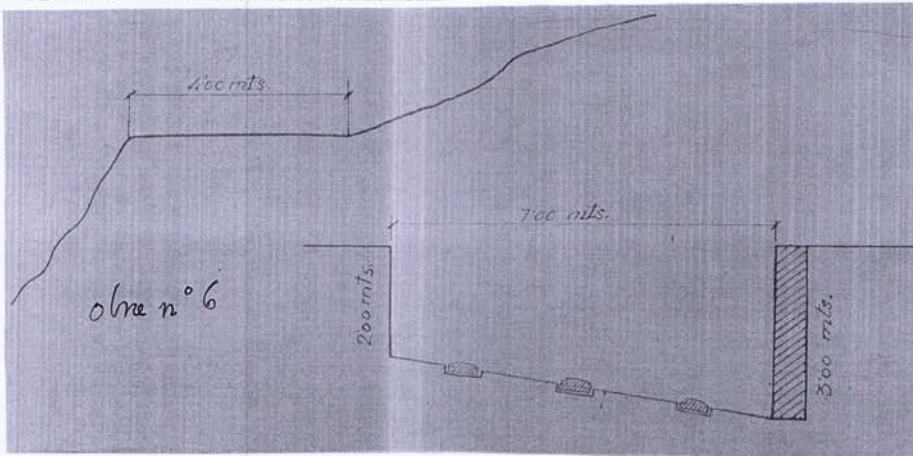
Minas contra personal. sobre las alambradas o accesos con una densidad de 1; desarrollo lineal 760 m.l. por consiguiente hacen falta 760 minas y para colocar algunas en los campos de minas contra carros calcularemos en total 1.200 minas contra personal.

Obstaculos dentro de la posicion

corte de la carretera en el km 72,300

En el km 72,200 está ejecutada la preparacion de una destrucccion

Corte en el camino de Napoleon



Escavacion en cancha

$$\text{area del trapecio: } \frac{2,00 + 3,00}{2} \times 7,40 = 18,50$$

$$\text{Volumen de la escavacion: } 18,50 \times 29,00 = 536,50 \text{ m}^3$$

$$\text{Hormigon: } 0,40 \times 3,00 \times 29,00 = 34,800 \text{ m}^3$$

Material necesario: Cemento 13,920 Tn
arena 14,000 m
grava 28,000 m

Tiempo necesario: 1400 H-h

Ademas de los materiales indicados hacen falta para las escavaciones y transportes (el material a transportar suma unas) unos 75 Kgs de Dinamita 300 mtrs de mecha 300 cebos 20.000,00 litros de gasolina y 600 litros de aceite; el material para enmascaramiento se encontrará en las proximidades de las obras

La densidad de los campos de minas se ha escogido 1,60 que se estima es suficiente, si se estima debe ser aumentada, el n° de minas aumentará proporcionalmente; la ley de formacion de los campos se determinará en el momento de su establecimiento.

En el Km 76 de la carretera de Francia, aprovechando que hay proyectado un C.C.C. cuya construcción se hará en breve se propone la instalación de minas C.C. y contra personal, empleándose 50 minas C.C. y 30 contra personal, necesitando 30 H-h

Resumen de materiales y H-h

Subsector 33

Obra	Cemento Kgs.	arena m.	grava. m.	H-h
nº 1	400	0,400	0,800	84
nº 2	5760	0,600	12,000	680
nº 3	4800	5,000	10,000	740
nº 4	280000	280,000	560,000	13800
nº 5	28000	28,000	56,000	1700
nº 6	13920	14,000	28,000	1400
	<u>332880</u>	<u>333,4000</u>	<u>666,800</u>	<u>18404</u>

Alambradas

	Piquetes largos	Piquetes cortos	rollos alambre H-	H-h
nº 7	2250	360	818	2000
nº 8	150	24	55	150
	<u>2400</u>	<u>384</u>	<u>873</u>	<u>2150</u>

Además de estos materiales y H-h, hacen falta:

185 Kgs. de Dinamita, 350 mtrs. de mecha lenta, 320 cebos, 20.000 litros de gasolina, 600 Kgs. de aceite y 1200 H-h

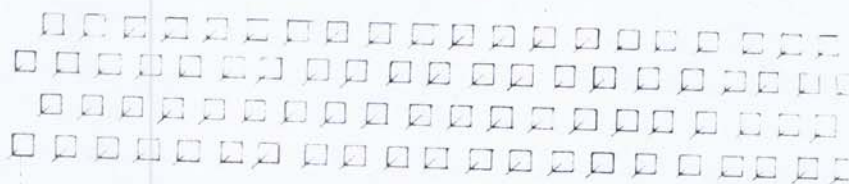
Campos de Minas

nº 10-	ante el corte de la carretera ^{sw} Urdax de	1120 minas C.C. 338 minas contra personal	H-h 470 100
nº 11-	ante el corte del Km. 77,200 de la carretera de Francia.	180 minas C.C. 60 " contra personal	66 20
nº 12-	ante el 1º corte del camino de Napoleón.	64 minas C.C. 20 " contra personal	24 7
nº 13-	en la carretera de Francia. en el Km. 76,650-76,850	50 minas C.C. 30 " contra personal	20 10
	en los cortes de carretera	22 minas C.C. 22 " contra personal.	8 7

1436 minas C.C.- 470 minas contra personal- 732 H-h

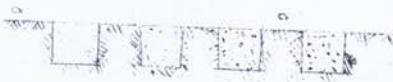
Obstáculos Antitanques

de carriles y hormigón



50'00" →

ESCALA 1:200



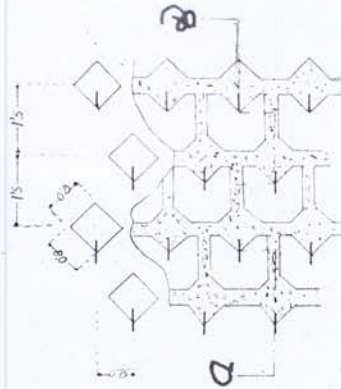
α de 45° c. 00°

ESCALA 1:100

Obstáculos Antitanques

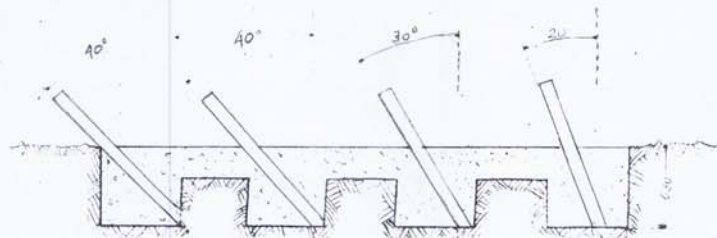
Espárragos

Planta



Escala 1:100

Sección A-B



Escala 1:50

Anexo F – Quadro orgânico da Divisão SHAPE

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DOS ELEMENTOS
ORGANICOS DO CORPO DE EXERCITO PORTUGUES

A 2 DIVISÕES PARA A SHAPE

	Tropas de Corpo normalmente constituídas (E + C)	Elementos de organização normal ou eventualmente constituídos	Total
Estado Maior	Comando e Quartel-General do Corpo	-	Comando e Quartel-General do Corpo
Cavalaria Blindada	1 Regimento Ligeiro Blindado (a 2 Gr.) 1 Batalhão de carros Pesados	1 Batalhão de carros Pesados	1 Regimento Ligeiro Blindado (a 2 Gr.) 2 Batalhões de carros Pesados
ARTILHARIA	1 Comando de Artilharia de Corpo 1 Comando de Agrupamento de Artilharia de Campanha 1 Grupo de Referência 3 Grupos de peças de 11,4 1 Grupo de Obuses de 14 cm 1 Grupo de Artilharia auto-propulsora para emprego com a Cavalaria (10,5) 1 Comando de Agrupamento de Artilharia Anti-Aerea 1 Grupo de Artilharia Anti-Aerea pesada (9,4) 1 Grupo de Artilharia Anti-Aerea ligeira (com base na peça de 40 mm) 1 Grupo de morteiros pesados para a guerra química (fumos)	1 Comando de Agrupamento de Artilharia de Campanha <i>1 Grupo de Artilharia Anti-Aerea pesada (9,4)</i> 1 Grupo de Artilharia Anti-Aerea ligeira (com base na peça de 40 mm)	1 Comando de Artilharia de Corpo 2 Comandos de Agrupamento de Artilharia de Campanha 1 Grupo de Referência 3 Grupos de peças de 11,4 1 Grupo de obuses de 14 cm 1 Grupo de Artilharia auto-propulsora para emprego com a Cavalaria (10,5) 1 Comando de Agrupamento de Artilharia Anti-Aerea 1 Grupo de Artilharia Anti-Aerea pesada (9,4) 2 Grupos de Artilharia Anti-Aerea ligeira (com base na peça de 40 mm) 1 Grupo de morteiros pesados para a guerra química (fumos)

Fonte: ADN

	Tropas de Corpo normalmente constituídas	Elementos de reforço normal ou eventualmente constituídos	Total
Artilharia	1 Companhia Parque	1 Grupo de obuses de 20cm (8") 1 Grupo de obuses de 240mm	1 Companhia Parque 1 Grupo de obuses de 20cm (8") 1 Grupo de obuses de 240mm
Engenharia	1 Comando de Engenharia de Corpo 1 Comando de Agrupamento de combate 2 Batalhões de Sapadores de Corpo 1 Companhia de Terraplanagens 1 Companhia de Pontes ligeiras 1 Companhia de Pontes pesadas (Pawl Bridge) 1 Companhia de Aguas 1 Equipe topográfica 1 Companhia de manutenção e parque 1 Batalhão de Transmissões de Corpo	1 Companhia de equipamentos ligeiros de Engenharia 1 Companhia de Pontes pesadas (Pawl Bridge)	1 Comando de Engenharia de Corpo 1 Comando de Agrupamento de combate 2 Batalhões de Sapadores de Corpo 1 Companhia de Terraplanagens 1 Companhia de equipamentos ligeiros de Engenharia 1 Companhia de Pontes ligeiras 2 Companhias de Pontes pesadas (Pawl Bridge) 1 Companhia de Aguas 1 Equipe topográfica 1 Companhia de manutenção e parque 1 Batalhão de Transmissões de Corpo
Serviços	Saúde Intendência Contabilidade e Pagadoria Postal Material Transportes	A estudar com o MAAG e com o SHAPE de harmonia com as necessidades especiais das hipóteses consideradas.	

CURRICULUM VITAE

Nome: Jorge Manuel Lima da Silva Rocha

Data de nascimento: 26 /05/ 1968

Morada: Rua Cidade de Faro, N.º 1 2.º B, 2725-003 Mem Martins

Correio electrónico: rocha.jmls@netcabo.pt

Resenha biográfica:

Jorge Manuel Lima da Silva Rocha nasceu no Porto a 26 de Maio de 1968.

È militar dos quadros permanentes do Exército Português desde 1989.

Assistente de investigação do CEHC-IUL

Quadro da Comissão Portuguesa de História Militar

Membro da Liga dos Amigos do Arquivo Histórico Militar.

Graus académicos

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa

Doutorando: 2008-2012

História, Defesa e Relações Internacionais

Tese: Planos de Defesa e Gestão das Alianças. Portugal nos Primeiros Anos da Guerra-Fria, 1945-1959.

Universidade dos Açores - Ponta Delgada

Mestrado: 2005-2008

História Militar

Tese: Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943)

Universidade Aberta, Lisboa

Licenciatura: 2000-2004

História

Áreas de estudo e investigação

História militar portuguesa, Relações Internacionais, Segurança e Defesa, Terrorismo, Médio Oriente, Ásia – Pacífico.

Capítulos de livros

- Rocha, Jorge M L Silva, 2006, “D. Luís da Câmara Leme”, coord. João Vieira Borges, In *Pensamento Estratégico Português*, Lisboa, Prefácio.

- Rocha, Jorge M L Silva, 2011, “A invasão Japonesa de Timor durante a II Guerra Mundial”, coord. Francisco Proença Garcia, In *Atlas da Lusofonia – Timor*, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- Rocha, Jorge M L Silva, 2013, “ A defesa militar de Portugal nos anos da II Guerra Mundial”, coord. Francisco Proença Garcia e Abílio Pires Lousada, In *Da História Militar e da Estratégia*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

Apresentação oral de trabalho

Em encontros de carácter científico

- Rocha, Jorge M L Silva, “A Pátria em perigo” - A NATO e a estratégia militar portuguesa nos primeiros anos das Guerras de África, ISCTE-IUL, XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 2012 (Conferência).
- Rocha, Jorge M L Silva, A Defesa Militar de Portugal nos anos da II Guerra Mundial: Uma Aspiração patriótica absolutamente irrealizável, ISCTE-IUL, Portugal nos Últimos Dois Séculos, I Conferência Internacional de História Contemporânea Portuguesa, 2012 (Conferência)
- Rocha, Jorge M L Silva, A Defesa de Portugal na Segunda Guerra Mundial 1939-1943, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010 (Conferência)
- Rocha, Jorge M L Silva, Os Planos de Defesa de Portugal na II Guerra Mundial, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2009 (Conferência)

Outras actividades

- Rocha, Jorge M L Silva, Arquitectura de segurança no Pacífico, Academia Militar, Lisboa, 2009 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, O arsenal nuclear paquistanês e a segurança regional, ISCTE, Lisboa, 2009 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, Timor-Leste, segurança e desenvolvimento, Academia Militar, Lisboa, 2009 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, O Islão e as questões da guerra, ISCTE, Lisboa, 2008 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, Lições da segunda guerra do Líbano, Academia Militar, Lisboa, 2008 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, O Islão e as questões da guerra - Jihad e terrorismo, Academia Militar, Lisboa, 2006 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, A batalha da ponte sobre o Rio Côa, Academia Militar, Lisboa, 2006 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, A invasão japonesa de Timor, Academia Militar, Lisboa, 2006 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, Guerra naval, armamento e poder naval nos séculos XVI e XVII, Academia Militar, Lisboa, 2005 (Comunicação)

- Rocha, Jorge M L Silva, D. Luís da Câmara Leme – Elementos da Arte Militar, Academia Militar, Lisboa, 2005 (Comunicação)
- Rocha, Jorge M L Silva, As transmissões de campanha e o serviço postal do Corpo Expedicionário Português em França, Academia Militar, Lisboa, 2005 (Comunicação)

Actividade profissional

Ao longo da sua carreira militar, prestou serviço em várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, nomeadamente na Companhia de Transmissões da Brigada Mecanizada Independente, Academia Militar, Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do Estado-Maior do Exército. Participou na missão de manutenção de Paz das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) e esteve ao serviço da OTAN, NATO CIS Services Agency (NCSA), entre 2004 e 2008.

Actualmente presta serviço na Comissão Portuguesa de História Militar.

Frequentou diversos cursos nacionais e internacionais relacionados com comunicações militares, tecnologias e sistemas de informação, intelligence e contra-terrorismo.

Da sua folha de serviços constam diversas distinções entre as quais se destaca o louvor concedido pelo Chefe Estado-Maior General das Forças Armadas. É condecorado com a Medalha Militar da Cruz de São Jorge – 4ª Classe, Medalha de Comportamento Exemplar (Grau Prata), Medalha de Comportamento Exemplar (Grau Cobre), Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP – Timor e Medalha da ONU por missão de serviço em Timor-Leste.